

**PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 5/14**

**Súmula:** Dá nova redação ao art.230 da Constituição Estadual.

**A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado, nos termos do § 3º do art. 64 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:**

**Art. 1º** O art. 230 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio.”

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



MENSAGEM  
Nº 069/2014

Curitiba, em 11 de julho de 2014.

I-Protocolo-se

À Diretoria Geral, com vista à

II- Diretoria de Pessoal

Em, 15/07/2014

Presidente

Senhor Presidente,



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Em conformidade com o preceito contido no art. 64, inciso II, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetida à apreciação desta Assembleia Legislativa, proposta de Emenda Constitucional que objetiva dar nova redação ao artigo 230 da referida Constituição, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Cultura.

O Conselho Estadual de Cultura – CONSEC, instituído pela Lei nº 17.063, de 23 de janeiro de 2012, em Reunião Ordinária realizada no dia 05 de maio de 2013, por unanimidade deliberou por requerer proposta de Emenda Constitucional para que seja excluída do art. 230 a expressão "...formado com recursos extra-orçamentários", considerando que, atualmente, o referido dispositivo prevê que:

**Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura, formado com recursos extra-orçamentários, gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio.**

Tal solicitação se justifica com a argumentação feita pelos órgãos estaduais de planejamento e finanças de que o art. 230 da CE/89 obstaculiza a vinculação de recursos orçamentários ao Fundo Estadual de Cultura – FEC, instituído pela Lei nº 17.043, de 30 de dezembro de 2011, para o financiamento de programas e projetos culturais conforme facultado pela Constituição Federal.

Diante do exposto, a presente proposição de Emenda à Constituição Estadual, caso aprovada e promulgada por essa Assembleia Legislativa, poderá ser expressa com a seguinte redação:

**"Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio."**

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembleia Legislativa, esta proposta de Emenda Constitucional, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

**CARLOS ALBERTO RICH**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 15 JUL. 2014

**1º Secretário**

# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação


Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 17043 - 30 de Dezembro de 2011

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 8620 de 30 de Dezembro de 2011

**Súmula:** Institui o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE, o Fundo Estadual de Cultura – FEC e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Ficam instituídos, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – PROFICE e o Fundo Estadual de Cultura - FEC, com a finalidade de promover a aplicação de recursos financeiros provenientes do FEC e do Incentivo Fiscal, em projetos culturais, na forma estabelecida por esta Lei.

**Art. 2º.** O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura - PROFICE tem como objetivos fundamentais:

**I** - facilitar à comunidade o acesso aos bens e espaços artísticos e culturais, assim como às atividades desenvolvidas na área da cultura;

**II** - incentivar a produção, difusão e circulação de bens culturais paranaenses nas diversas áreas de atuação;

**III** - estimular o desenvolvimento cultural do Estado em todas as regiões;

**IV** - garantir a preservação, difusão, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Paraná;

**V** - propiciar a formação e aperfeiçoamento de agentes culturais atuantes em todo o âmbito estadual

**VI** - fomentar a pesquisa nos diversos campos da cultura;

**VII** - promover a inserção da produção cultural do Estado em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;

**VIII** - valorizar e difundir o conjunto das manifestações artístico-culturais que constituem a diversidade formadora da identidade cultural do Paraná.

**Art. 3º.** Os benefícios da presente Lei serão concedidos:

**I** - às pessoas físicas estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 2 (dois) anos, que apresentarem projetos culturais candidatos a receber os recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura;

**II** - às pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, estabelecidas ou domiciliadas no Estado do Paraná há no mínimo 02 (dois) anos, responsáveis pela apresentação de projetos culturais a serem beneficiados pelos recursos do PROFICE;

**III** - às pessoas jurídicas, contribuintes do Estado do Paraná, que optarem pela aplicação de parcelas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS no incentivo a projetos culturais.

**§ 1º.** Os benefícios a que se refere esta Lei não serão concedidos a proponentes ou incentivadores inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual.

**§ 2º.** Fica vedada a utilização dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para projetos culturais em que sejam beneficiários a pessoa jurídica contribuinte, seus proprietários, sócios ou diretores, bem como seus cônjuges e parentes em até segundo grau.



**§ 3º.** Não poderão ser beneficiados com a concessão dos recursos previstos nesta Lei, na modalidade Incentivo Fiscal, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, de qualquer esfera federativa.

**§ 4º.** As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OS) que possuam, respectivamente, termo de parceria ou contrato de gestão com a administração pública estadual, não poderão inscrever projetos a fim de obter financiamento por meio do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

**§ 5º.** Não poderá participar do PROFICE, como proponente, o servidor ativo ocupante de cargo ou emprego público na Secretaria de Estado da Cultura e nas entidades a ela vinculadas.

**§ 6º.** Aos membros da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE e das comissões técnicas é vedada a participação no referido Programa, tanto na categoria de proponente como prestador de serviço.

**§ 7º.** É vedada a apresentação de projeto cultural pelo proponente que estiver inadimplente com o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura.

**Art. 4º.** Para efeito desta Lei considera-se:

**I - Projeto Cultural:** proposta de realização de ações, obras e/ou eventos de conteúdo artístico-cultural e destinação pública, com o objetivo de receber os benefícios do PROFICE, e que estejam de acordo com as seguintes diretrizes:

- a) promoção do acesso aos bens culturais;
- b) fomento da criação, pesquisa e produção artística;
- c) estímulo à descentralização das ações culturais do Estado;
- d) incentivo à formação de plateia;
- e) valorização da qualidade das ações apresentadas no âmbito artístico e de relevância cultural.

**II - Proponente:** pessoa física ou jurídica estabelecida ou domiciliada no Estado do Paraná, há no mínimo 2 (dois) anos, responsável pelo projeto cultural concorrente aos benefícios concedidos pelo PROFICE;

**III - Gestor do projeto:** pessoa física ou jurídica a quem o proponente delegar as funções de planejamento, organização, realização e a responsabilidade pela prestação de contas do projeto cultural;

**IV - Incentivador:** pessoa jurídica contribuinte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS do Estado do Paraná, que destine parcela do tributo, na forma de incentivo fiscal, para a realização de projeto cultural aprovado pelo PROFICE.

**Art. 5º.** O proponente poderá ter aprovados até 2 (dois) projetos por ano, de acordo com as normas a serem estabelecidas no decreto regulamentador.

**Art. 6º.** Os projetos culturais deverão se enquadrar nas seguintes áreas de atuação:

- a) artes visuais;
- b) audiovisual (áudio e vídeo);
- c) circo;
- d) dança;
- e) literatura, livro e leitura;
- f) música;
- g) ópera;



- h) patrimônio cultural material e imaterial; e
- i) povos, comunidades tradicionais e culturas populares;
- j) teatro.

**Art. 7º.** O PROFICE será implantado por meio de recursos provenientes das seguintes receitas:

**I - Fundo Estadual de Cultura - FEC,** criado por esta Lei, que contará com as seguintes fontes:

- a) dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;
- b) recursos de arrecadação de bilheteria, cessão de espaços e outras rendas provenientes de atividades regimentais da SEEC;
- c) transferências da União;
- d) auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- e) doações e legados;
- f) valores provenientes da devolução de recursos relativos a projetos que apresentem saldos remanescentes e projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

- ☐ g) multas e devoluções por utilização indevida de recursos recebidos através do PROFICE;
- h) multas previstas na Lei Estadual de Tombamento do Paraná;
- i) juros e dividendos, bem como quaisquer outras rendas provenientes de aplicações financeiras;
- j) saldos de exercícios anteriores; e
- k) outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.

**II - recursos provenientes do Incentivo Fiscal,** decorrentes de aplicações em projetos culturais por parte dos contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, realizadas nos termos desta Lei, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Política Fazendária ou pela legislação vigente.

**§ 1º.** O contribuinte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidas pelo Poder Executivo, respeitando o disposto nesta Lei, destinar a projetos culturais aprovados pela Secretaria de Estado da Cultura parte do valor do imposto a recolher, apurado nos termos da Lei Estadual de ICMS.

☐ **§ 2º. ...Vetado...**

**§ 3º. ...Vetado...**

**Art. 8º.** Os recursos provenientes desta Lei serão destinados ao financiamento de 100% (cem por cento) dos valores aprovados para os projetos selecionados.

**§ 1º.** Os projetos beneficiados pelo PROFICE deverão apresentar contrapartida a ser definida de forma específica nos editais do Programa.

**§ 2º.** O financiamento realizado por meio do PROFICE não veda a obtenção de recursos de outras fontes de incentivo direto ou indireto oriundos de Leis Federais de Incentivo à Cultura, Editais de Fomento de empresas públicas e privadas, Leis Municipais de Incentivo e outras fontes de patrocínio direto.

**Art. 9º.** A gestão do PROFICE será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, cabendo-lhe a função de agente executor do Programa.

**§ 1º.** A SEEC apresentará, anualmente, plano de ações e de aplicação dos recursos do PROFICE ao Conselho Estadual de Política Cultural, para análise e aprovação.

**§ 2º.** Caberá à SEEC a criação de equipe técnica para proceder à operacionalização das etapas de execução dos editais, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos projetos aprovados.



**§ 3º.** A prestação de contas referente à execução do plano de ações e aplicação dos recursos do PROFICE será encaminhada ao Conselho Estadual de Política Cultural para aprovação.



**Art. 10.** A Secretaria de Estado da Cultura poderá utilizar, anualmente, até 5% (cinco por cento) dos recursos do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura para pagamento de despesas com hospedagem, transportes, consultorias e pareceres técnicos, divulgação, contratações de serviços e eventuais exigências necessárias à administração do PROFICE.

**Art. 11.** Será criada a Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura – CPROFICE, composta por 21 (vinte e um) membros, sendo:

**I** - presidente da CPROFICE, indicado pelo Secretário de Estado da Cultura;

**II** - 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes, de livre escolha do Secretário de Estado da Cultura;

**III** - 1 (um) representante dos dirigentes municipais de cultura do Paraná e respectivo suplente, escolhido por seus pares; e

**IV** - 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) suplentes pertencentes à comunidade artístico-cultural do Paraná, indicados pelas entidades representativas dos agentes culturais paranaenses, de acordo com as áreas estabelecidas no art. 6º desta Lei.

**§ 1º.** Aos membros a que se referem os incisos II, III e IV é assegurado o direito a voz e voto, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

**§ 2º.** Caberá ao presidente da referida Comissão o voto de qualidade nas deliberações que exigirem desempate.

**§ 3º.** Compete à CPROFICE a elaboração dos editais do PROFICE, a aprovação dos projetos selecionados pelas comissões técnicas, a indicação dos membros para compor as comissões técnicas e a homologação final dos resultados.

**§ 4º.** A citada Comissão deverá elaborar e aprovar seu Regimento Interno, disciplinando seu funcionamento e especificando suas atribuições, considerando o previsto nesta Lei e no decreto regulamentador.

**Art. 12.** As comissões técnicas serão organizadas de acordo com as exigências dos editais definidos pela CPROFICE e compostas por 5 (cinco) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

**Parágrafo único.** Caberá às referidas Comissões a avaliação técnica e do mérito dos projetos inscritos.

**Art. 13.** Os recursos interpostos ao resultado dos editais do PROFICE serão julgados em primeira instância pelas comissões técnicas e em segunda instância pela CPROFICE.

**Art. 14.** Serão definidos em decreto governamental os procedimentos para a constituição da Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, assim como as normas referentes à inscrição, realização, prazos para prestação de contas dos projetos culturais, bem como os critérios gerais e específicos para a análise dos mesmos.

**Art. 15.** Na divulgação dos projetos financiados nos termos desta Lei, deverá constar, obrigatoriamente, o apoio institucional do Governo do Estado do Paraná – Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, de acordo com o padrão de identidade a ser definido pela Secretaria de Estado da Cultura, podendo constar também o apoio do incentivador nos moldes de regulamento específico.

**Art. 16.** O incentivador que utilizar indevidamente os benefícios desta Lei, mediante dolo ou culpa, fica sujeito à multa correspondente a até duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis, penais ou tributárias.

**Art. 17.** A utilização indevida dos recursos financeiros obtidos por meio do PROFICE, sujeita o proponente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, à suspensão do direito de apresentar projetos culturais pelo prazo de até 2 (dois) anos, à devolução ao Estado dos recursos não utilizados na finalidade originalmente prevista e à multa correspondente até o dobro do valor desses recursos.

**Art. 18.** Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei no prazo de 60 (sessenta)

dias a contar de sua vigência.

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 20.** Ficam revogadas as Leis nº 13.133 de 16 de abril de 2001, nº 13.165 de 05 de junho de 2001 e demais disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2011.

*Carlos Alberto Richa*  
*Governador do Estado*

*Paulino Viapiana*  
*Secretário de Estado da Cultura*

*Durval Amaral*  
*Chefe da Casa Civil*

AJB/Prot.nº 10.997.300-9

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 17063 - 23 de Janeiro de 2012

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 8636 de 23 de Janeiro de 2012

**Súmula:** Institui o Conselho Estadual de Cultura - CONSEC e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## TÍTULO I

### Das Finalidade

- ☐ **Art. 1º.** O Conselho Estadual de Cultura reger-se-á por esta Lei, caracterizado como órgão colegiado, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, tendo por finalidade a participação na formulação das políticas públicas de cultura do Estado do Paraná.

## TÍTULO II

### Da Composição

**Art. 2º.** O Conselho Estadual de Cultura constitui-se por 36 (trinta e seis) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:

**I** - o Secretário de Estado da Cultura, na qualidade de Presidente;

**II** - 17 (dezessete) membros titulares escolhidos pelo Poder Executivo Estadual, sendo:

**a)** 05 (cinco) membros selecionados entre funcionários efetivos ou detentores de cargo em comissão, em exercício na Administração Pública Estadual;

**b)** 01 (um) representante das Universidades Estaduais;

☐ **c)** 01 (um) representante das Universidades Federais localizadas no Paraná;

**d)** 01 (um) representante escolhido dentre os gestores de cultura das seguintes organizações: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

**e)** 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP);

**f)** 08 (oito) representantes selecionados entre os gestores municipais de cultura.

**III** - 18 (dezoito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 08 (oito) representantes das regiões histórico-culturais do Paraná e 10 (dez) representantes das seguintes áreas, assim estabelecidas:

**a)** teatro;

**b)** ópera

**c)** circo;

**d)** artes visuais;

**e)** audiovisual;

- f) dança;
- g) literatura, livro e leitura;
- h) música;
- i) patrimônio cultural material e imaterial;
- j) manifestações populares, tradicionais e étnicas da cultura.

§ 1º. Os integrantes descritos nos incisos II e III serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º. Os membros a que se refere o inciso III serão eleitos em Conferência Estadual de Cultura, convocada pelo Governador do Estado e regulamentada, por meio de edital, pelo Secretário de Estado da Cultura.

§ 3º. Para efeito desta Lei, serão estabelecidas 08 (oito) macrorregiões no âmbito do Estado do Paraná, a serem definidas por Decreto governamental.

Art. 3º. Havendo a necessidade, o CONSEC criará Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, de caráter temporário, com o objetivo de fornecer subsídios para a tomada de decisão nos temas específicos, transversais ou emergenciais.

- Art. 4º. O Conselho contará com um Secretário Executivo a ser indicado por seu Presidente, entre os funcionários que compõem o Gabinete do Secretário de Estado da Cultura.

### TÍTULO III

#### Das Competência

Art. 5º. Ao Conselho Estadual de Cultura compete:

I - participar da formulação das políticas públicas do Governo do Estado do Paraná na área da cultura;

II - cooperar com os conselhos de política cultural nas esferas municipal, estadual e federal;

III - estimular a formação de redes e sistemas setoriais em todas as áreas culturais;

IV - estabelecer orientações e moções pertinentes aos objetivos e atribuições relacionadas à cultura;

- V - emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhes sejam submetidas pelo Secretário de Estado da Cultura ou pelos membros do CONSEC;

VI - promover a cooperação técnica e parcerias com a sociedade civil organizada;

VII - incentivar a proteção do patrimônio cultural;

VIII - valorizar as manifestações culturais locais e regionais;

IX - incentivar pesquisas sobre a cultura paranaense;

X - definir critérios e propor a formação de comissões específicas, grupos de trabalho e congêneres, sempre que necessário, visando ao cumprimento das atividades relativas às suas competências;

XI - participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Cultura;

XII - fiscalizar a aplicação dos recursos oriundos das transferências entre os entes da federação;

XIII - acompanhar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura;

XIV - participar da formulação do Plano Anual de Ações e da definição e aprovação dos editais do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná - PROFICE;

XV - analisar e sancionar a prestação de contas da execução do Plano Anual de Ações e do PROFICE;





- XVI** - acompanhar o funcionamento do Sistema Estadual de Informações Culturais;
- XVII** - dar parecer sobre normas e critérios do cadastramento dos agentes culturais do Paraná;
- XVIII** - Ratificar o edital que regulamenta a Conferência Estadual de Cultura;
- XIX** - elaborar e aprovar o regimento interno do Conselho Estadual de Cultura.



#### **TÍTULO IV**

##### **Do Funcionamento**

**Art. 6º.** As reuniões do Conselho Estadual de Cultura serão bimestrais, salvo as extraordinárias.

**Art. 7º.** As decisões proferidas pelo Conselho, por maioria simples de votos, com exceção das matérias que exijam quorum qualificado nos Termos do Regimento Interno do Conselho, serão reduzidas a termo, na forma de atos, deliberações e resoluções, devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Cultura.

**Parágrafo único.** Ao Presidente do CONSEC caberá o voto de qualidade, nas deliberações que exigirem desempate.

**Art. 8º.** A função de membro do Conselho Estadual de Cultura não será remunerada, sendo considerada de relevante serviço prestado ao Estado.

**Parágrafo único.** Nos casos em que o Conselheiro seja servidor público estadual, o desempenho de suas funções no Conselho terá prioridade sobre outras que eventualmente exerça no serviço público estadual.

**Art. 9º.** As reuniões do CONSEC serão instaladas mediante presença da maioria absoluta de seus membros.

**Art. 10.** O suplente substituirá o Conselheiro titular nos casos de impedimento, perda de mandato, morte, renúncia ou impossibilidade comprovada do Conselheiro em participar dos trabalhos, cabendo ao Presidente declarar aberta a vaga e a convocação imediata de seu suplente.

**Art. 11.** A perda do mandato de Conselheiro dar-se-á pelo exercício simultâneo de funções incompatíveis ou pela ausência contínua, sem prévio pedido de licença ou apresentação de justificativa aceita, por mais de duas sessões plenárias consecutivas ou por quatro sessões plenárias alternadas durante o mandato.

**Art. 12.** Fica a Secretaria de Estado da Cultura autorizada a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, através de recursos humanos, materiais e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Cultura.

**Parágrafo único.** Os Conselheiros vinculados ao CONSEC terão o custeio das despesas referentes à hospedagem, alimentação e ao deslocamento, a fim de atender à convocação das reuniões bimestrais ordinárias ou extraordinárias, cumprindo-se os procedimentos legais estabelecidos.

#### **TÍTULO V**

##### **Das Disposições Finais**

**Art. 13.** O Conselho aprovará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de janeiro de 2012.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado

*Paulino Viapiana*  
Secretário de Estado da Cultura

AJB/Prot.nº 11.131.248-6

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



> [topo](#) <



## **ATO DO PRESIDENTE Nº 8/2014**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do contido no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária do dia 13 de agosto de 2014,

### **D E C L A R A**

Constituída a Comissão Especial que tem como finalidade opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 5/2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 69/2014, com o objetivo de conferir nova redação ao artigo 230 da Constituição Estadual. Conforme indicação dos Líderes a Comissão Especial será composta pelos seguintes Deputados: Luiz Eduardo Cheida (PMDB), titular e Teruo Kato (PMDB), suplente; Rose Litro (PSDB), titular e Cantora Mara Lima (PSDB), suplente; Elio Rusch (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente; Péricles de Mello (PT), titular e Tadeu Veneri (PT), suplente; Nelson Luersen (PDT), titular e Andre Bueno (PDT), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será Presidida pela Deputada Rose "Litro" e relatada pelo Deputado Elio Rusch. Assim, para que se cumpram suas finalidades, o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 25 de agosto de 2014.

  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

## Sessões Plenárias

## Sessão Extraordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Extraordinária de dia 13 de agosto de 2014 - Ata nº 16

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury, às onze horas e dezessete minutos, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença das seguintes Parlamentares: Adelson Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), André Bueno (PDT), Aníbal Neto (PMDB), Arango Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cantora Maria Lúcia (PSDB), Cleiton Klebe (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Elio Ruch (DEM), Evaristo Junior (PSDB), Felipe Lucas (PPS), Fernando Scaramata (PDT), Francisco Böhner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Homens Brandão Jr. (PSB), Jonas Guimarães (PMDB), Luciano Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Chelido (PMDB), Maria Turck (PSD), Nelson Junior (DEM), Nelson Luermen (PDT), Omar Bertoldi (DEM), Pastor Edson Paszyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Melo (PT), Plauto Miró (DEM), Raissa Rodrigues (PV), Roberto Acioli (PV), Rose "Lino" (PSDB), Tadeu Veneri (PT), Tereza Turini (PPS), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quirino (PSB) (38 Parlamentares). Deputados ausentes: Alexandre Carli (PMDB), Caio Quirino (PMDB), Dr. Batista (PMDB), Duffio Genari (PP), Elton Weber (PT), Elio Venti (PT), Laila Accorsi (PSDB), Mauro Moraes (PSDB), Nereu Moura (PMDB), Paranhos (PSC), Stephenes Junior (PMDB), Tereza Kato (PMDB), Toninho Wandolacheer (PT), Nelson Garcia (PSDB), Ney Leprevost (PSD) e Professor Lenas (PT) (16 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Valdir Rossoni, secretariado pelos Srs. Deputados Gilson de Souza (na função de 1º Secretário) e Cantora Maria Lúcia (na função de 2º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou os trabalhos da 16ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, conforme requerimento aprovado da autoria do Deputado Valdir Rossoni, protocolado sob o nº 4.185/2014.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não havendo Ata a ser lida, passamos à Ordem do Dia. Peço aos Srs. Deputados que registrem as suas presenças, porque o projeto que vamos votar é lei complementar, temos que ter 28 votos; é o registro do índice da Defensoria Pública.

### ORDENAMENTO

[Início-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Manifestações são registradas dos oradores. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e contagem dos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica.]

**ITEM 1 - 2ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 8/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 36/2014, que estabelece, para revisão geral anual do ano de 2014, o Índice Geral de 5,28% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras dos servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCI e Comissão de Finanças. Este projeto tem o parecer favorável da Comissão; está em condições de ser votado pelo Plenário. Está em discussão. Está em votação. Votos concluídos. Peço aos Srs. Deputados que registrem o seu voto, porque precisamos de 28 votos nesta votação. Encerrada a votação. [Histórico "não": Adelson Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Bueno, Aníbal Neto, Arango Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Maria Lúcia, Cleiton Klebe, Douglas Fabrício, Elio Ruch, Felipe Lucas, Fernando Scaramata, Francisco Böhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homens Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciano Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Chelido, Maria Turck, Nelson Junior, Nelson Luermen, Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupion, Péricles de Melo, Plauto Miró, Raissa Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Lino", Tadeu Veneri, Tereza Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quirino (25 Deputados). Não votaram: Alexandre Carli, Caio Quirino, Dr. Batista, Duffio Genari, Elton Weber, Elio Venti, Evaristo Junior, Laila Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Omar Bertoldi, Paranhos, Professor Lenas, Stephenes Junior, Tereza Kato, Toninho Wandolacheer e Valdir Rossoni (19 Deputados)]. Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário está aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 8/2014.**

**ITEM 2 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 353/2014, de autoria dos Deputados Traiano, Ademar Traiano, Pedro Lupion e Bernardo Ribas Carli, que revoga dispositivos da Lei Florestal do Estado, bem como a Lei de Auditoria Ambiental. Pareceres favoráveis da CCI, Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e Comissão de Agricultura em Comissão Geral do Plenário. Requerimento de Comissão Geral do Plenário. Teido este projeto os pareceres favoráveis das Comissões, está em condições de ser votado pelo Plenário. Está em discussão. Está em votação. Favoráveis, "sim"; contrários, "não". Votando.**

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Voto "não", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Votos concluídos. Srs. Deputados, Encerrada a votação. [Histórico "não": Adelson Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Bueno, Arango Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Maria Lúcia, Douglas Fabrício, Elio Ruch, Felipe Lucas, Fernando Scaramata, Francisco Böhner, Gilson de Souza, Homens Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Maria Turck, Nelson Junior, Nelson Luermen, Omar Bertoldi, Pedro Lupion, Plauto Miró, Raissa Rodrigues, Roberto Acioli, Rose "Lino", Tereza Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quirino (24 Deputados). Votaram "sim": Aníbal Neto, Cleiton Klebe, Gilberto Ribeiro, Luciano Rafagnin, Luiz Eduardo Chelido, Pastor Edson Paszyk, Péricles de Melo e Tadeu Veneri (6 Deputados). Não votaram: Alexandre Carli, Caio Quirino, Dr. Batista, Duffio Genari, Elton Weber, Elio Venti, Evaristo Junior, Laila Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Professor Lenas, Stephenes Junior, Tereza Kato, Toninho Wandolacheer e Valdir Rossoni (18 Deputados)]. Com 28 votos favoráveis e 6 votos contrários está aprovado o Projeto de Lei nº 353/2014.

**ITEM 3 - 2ª Discussão do Projeto de Resolução nº 15/2014, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Wilson Quirino, que aprova o Relatório Final da Comissão Especial Agenda Paraná - Relações do Estado com a União.**

Em discussão. Votando. Encerrada a votação. [Histórico "não": Adelson Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Bier, André Bueno, Aníbal Neto, Arango Junior, Cantora Maria Lúcia, Cleiton Klebe, Douglas Fabrício, Elio Ruch, Felipe Lucas, Fernando Scaramata, Francisco Böhner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homens Brandão Jr., Jonas Guimarães, Luciano Rafagnin, Luiz Eduardo Chelido, Maria Turck, Nelson Junior, Nelson Luermen, Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupion, Roberto Acioli, Rose "Lino", Tadeu Veneri, Tereza Turini, Waldyr Pugliesi e Wilson Quirino (26 Deputados). Não votaram: Alexandre Carli, Bernardo Ribas Carli, Caio Quirino, Dr. Batista, Duffio Genari, Elton Weber, Elio Venti, Evaristo Junior, Laila Accorsi, Laila Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Omar Bertoldi, Paranhos, Plauto Miró, Professor Lenas, Raissa Rodrigues, Stephenes Junior, Tereza Kato, Toninho Wandolacheer e Valdir Rossoni (22 Deputados). Abstensão: Péricles de Melo (1 Deputado)]. Com 30 votos favoráveis e 1 abstenção está aprovado o Projeto de Resolução nº 15/2014.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos requerimentos.)

### REQUERIMENTOS

**Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências:** Requerimento nº 4.194/2014, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando dispensa de votação de redação final para o Projeto de Resolução nº 15/2014 da Ordem do Dia, pois não recebeu nenhuma no curso de sua tramitação; Requerimento nº 4.195/2014, do Deputado Valdir Rossoni, solicitando dispensa de votação de redação final para o Projeto de Lei nº 353/2014 da Ordem do Dia, pois não recebeu nenhuma no curso de sua tramitação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária. "LEVANTA-SE A SESSÃO" (Sessão encerrada às 11h20, tendo sido lida a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 17.3.2005, Regimento Interno.)

82739/2014

## Processo Legislativo

## Comissão Executiva

### ATO DO PRESIDENTE Nº 8/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXII, do Regimento Interno, em face do conteúdo no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária de dia 13 de agosto de 2014,

### DECLARA

Constituída a Comissão Especial que tem como finalidade opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 5/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 63/2014, com o objetivo de conferir nova redação ao artigo 230 da Constituição Estadual. Conforme indicação dos Deputados a Comissão Especial será composta pelos seguintes Deputados: Luiz Eduardo Chelido (PMDB), titular e Tereza Kato (PMDB), suplente; Rose Lino (PSDB), titular e Cantora Maria Lúcia (PSDB), suplente; Elio Ruch (DEM), titular e Pedro Lupion (DEM), suplente; Péricles de Melo (PT), titular e Tadeu Veneri (PT), suplente; Nelson Luermen (PDT), titular e André Bueno (PDT), suplente. Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será Presidida pelo Deputado Rose "Lino" e relatada pelo Deputado Elio Ruch. Assim, para que se cumpram suas finalidades, o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Ato que será devidamente assinado e regularmente publicado em Diário Oficial.

Gabinete da Presidência, 25 de agosto de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente

82768/2014

### RESOLUÇÃO Nº 12, de 25 de agosto de 2014

Aprovação da prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de março de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de março de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 25 de agosto de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente

82816/2014



**PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL nº 5/2014**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**Ato do Presidente nº 8, de 25 de setembro de 2014**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Poder Executivo que tem por objetivo alterar o art. 230 da Constituição do Estado do Paraná para suprimir a expressão “formado com recursos extra-orçamentários”.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 191 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, preenche o requisito insculpido no inciso II do art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, no tocante à competência do Governador do Estado para deflagrar tal proposição.

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. (Original sem destaques)





Ademais, a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio (§ 1º do art. 64 da Constituição Estadual).

Com relação à constitucionalidade da proposta, cabe salientar o disposto no § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 216 ....

(...)

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apolados.

O texto constitucional em comento foi incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, diante da necessidade de se incrementar o conceito de cultura que norteou o Poder Constituinte originário.

Com a redação atual do art. 230 da Constituição Estadual não é possível a realização de vinculação de recursos orçamentários ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio, através do Fundo Estadual da Cultura.

Desnecessário aqui discorrer sobre os conceitos de receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, haja vista que o fato de suprimir a expressão “recursos extra-orçamentários” do texto legal não quer dizer que estas não poderão ser utilizadas. O objetivo



da alteração constitucional é ampliar o leque de financiamento da cultura e não restringi-lo.

### III - CONCLUSÃO

Do exposto, resta clara a necessidade de adaptação da Constituição do Estado do Paraná para possibilitar ao Governo do Estado a vinculação de recursos orçamentários para o desenvolvimento de atividades geridas pelo Conselho Estadual de Cultura com recursos do Fundo Estadual de Cultura.

A alteração proposta visa adequação ao § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Assim, esta comissão emite parecer FAVORÁVEL à Constitucionalidade da proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.

Deputada Rose Litro - PRESIDENTE

Deputado Ello Rusch - RELATOR

Deputado Tadeu Veneri

Deputado Nelson Luersen

Deputado Teruo Kato

## Processo Legislativo

### Comissões Especiais

#### ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

##### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 5/2014

Aos dezessis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às 11h00min, reuniu-se, na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão Especial, constituída pelo Ato do Presidente nº 8/2014, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 718, de 26 de agosto de 2014, sob a presidência do Deputado Rose Lirio, para apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 5 de 2014, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 69 de 2014, que "altera o artigo 230 da Constituição Estadual, para ampliar a possibilidade de financiamento da Cultura no Estado. Coratada a existência de quórum necessário, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, passando a palavra ao Relator, Deputado Elio Rauch, para que procedesse à leitura do Parecer. Ao continuar, o parecer foi submetido à discussão e votação pela Senhora Presidente e aprovado por unanimidade, estando a Proposta de Emenda à Constituição em condições de ser remetida ao Senhor Presidente da Assembleia para ser incluída no Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente Ata que segue assinada por ela e pelos demais membros da Comissão.

Deputada Rose Lirio  
Presidente

Deputado Elio Rauch  
Relator

Deputado Nelson Laersen  
Membro Titular

Deputado Terezo Kato  
Membro Suplente

90764/2014

#### PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL

##### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 5/2014

##### AUTOR: PODER EXECUTIVO

Ato do Presidente nº 8, de 25 de setembro de 2014

#### I – RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Poder Executivo que tem por objetivo alterar o art. 230 da Constituição do Estado do Paraná para suprimir a expressão "formado com recursos extra-orçamentários".

#### II – FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 191 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014, preenche o requisito insculpido no inciso II do art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, no tocante à competência do Governador do Estado para deflagrar tal proposição.

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. (Original sem destaques)

Ademais, a proposta obteve a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio (§ 1º do art. 64 da Constituição Estadual).

Com relação à constitucionalidade da proposta, cabe salientar o disposto no § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 216 ...

(...)

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I – despesas com pessoal e encargos sociais;

II – serviço da dívida;

III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadas.

O texto constitucional em comento foi incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, diante da necessidade de se incrementar o conceito de cultura que norteou o Poder Constituinte originário.

Com a redação atual do art. 230 da Constituição Estadual não é possível a realização de vinculação de recursos orçamentários ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio, através do Fundo Estadual da Cultura.

Desnecessário aqui discorrer sobre os conceitos de receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, haja vista que o fato de suprimir a expressão "recursos extra-orçamentários" do texto legal não quer dizer que estes não poderão ser utilizados. O objetivo da alteração constitucional é ampliar o leque de financiamento da cultura e não restringi-la.

#### III – CONCLUSÃO

Do exposto, resta clara a necessidade de adaptação da Constituição do Estado do Paraná para possibilitar ao Governo do Estado a vinculação de recursos orçamentários para o desenvolvimento de atividades geridas pelo Conselho Estadual de Cultura com recursos do Fundo Estadual de Cultura.

A alteração proposta visa adequação ao § 6º do art. 216 da Constituição Federal.

Assim, esta comissão emite parecer FAVORÁVEL à Constitucionalidade da proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2014.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2014.

Deputada Rose Lirio – PRESIDENTE

Deputado Elio Rauch – RELATOR

Deputado Nelson Laersen

Deputado Terezo Kato

90764/2014





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 664/2011 (Autoria do Deputado Anibelli Neto)

Estabelecimento de regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

**Art. 1º** A presente Lei estabelece regras a serem observadas pelos consumidores de produtos químicos e biológicos de uso veterinário, seus componentes e afins.

**Art. 2º** Os consumidores dos produtos de que trata o art. 1º desta Lei deverão efetuar a devolução das embalagens vazias aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridas, no prazo de até um ano, contados da data de sua compra.

**Art. 3º** Os comerciantes e distribuidores dos produtos de que trata o art. 1º desta Lei ficam obrigados a realizar a coleta das embalagens e efetuar seu encaminhamento aos fabricantes ou importadores dos produtos por eles adquiridos.

**Parágrafo único.** Caso seja autorizado pelo Poder Executivo em regulamento, a devolução poderá ser intermediada por postos ou centros de recolhimento.

**Art. 4º** As empresas fabricantes dos produtos de que trata o art. 1º desta Lei são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados, após a devolução pelos comerciantes ou distribuidores, bem como pela destinação dos produtos apreendidos pela ação fiscalizadora e dos produtos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou destruição, conforme determinação dos órgãos ambientais competentes.

**§ 1º** Quando se tratar de produtos importados, a pessoa física ou jurídica responsável pela sua importação assumirá a responsabilidade de que trata o *caput* deste artigo.

**§ 2º** Os fabricantes e importadores ficam proibidos de cobrar dos comerciantes ou distribuidores qualquer valor referente à destinação final das embalagens dos produtos de que trata o art. 1º desta Lei.

**Art. 5º** Sem Prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração de disposições desta Lei acarretará, isolada ou cumulativamente, a aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 150 UPF/PR (cento e cinquenta Unidades Padrão Fiscal do Paraná), aplicável em dobro em caso de reincidência;

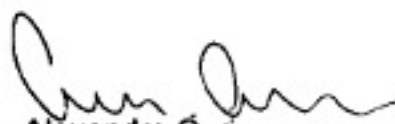
III – suspensão de autorização, registro ou licença estadual;


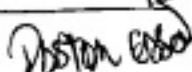
IV – cancelamento de autorização, registro ou licença estadual.

**Art. 6º** Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para garantir seu fiel cumprimento.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor após um ano da data de sua publicação, destinando tal período à adaptação dos envolvidos por sua abrangência.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2014.

  
Alexandre Curi  
Presidente

  
Relator 

  
Pedro Luiz

  
Prof. Luiz

  
Maria Lina



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 407/2014**  
**(Autoria dos Deputados Pedro Lupion, Cantora Mara Lima,**  
**Tadeu Veneri, Tercílio Turini, e Anibelli Neto)**

Revogação da Lei nº 18.192, de 27 de agosto de 2014, que alterou a Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001.

**Art. 1º** Revoga a Lei nº 18.192, de 27 de agosto de 2014, que alterou a Lei nº 13.351, de 5 de dezembro de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Social Tecendo Cidadania, com sede e foro no Município de Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

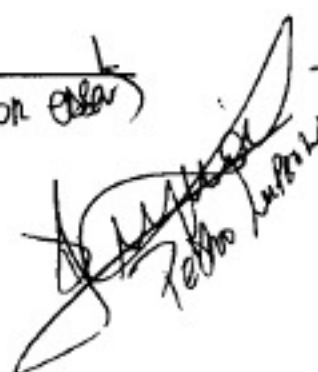
Sala das Comissões, 10 de novembro de 2014.

  
Alexandre Curi  
Presidente

  
Relator

  
Mara Lima

  
Pedro Lupion

  
Tadeu Veneri

  
Tercílio Turini

  
Anibelli Neto



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## PROJETO DE LEI 429/14

Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 15.484, de 25 de abril de 2007, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, do imóvel que especifica ao Município de Palmas.

### **A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 15.484, de 25 de abril de 2007, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, ao Município de Palmas, do imóvel sob Matrícula nº 372 do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O imóvel em questão destina-se à implementação do Parque Rodoviário de Máquinas do Município, retornando ao patrimônio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, em caso de destinação diversa.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 22 de outubro de 2014

I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.  
Em 27/10/2014  
Presidente



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
\* Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 2º da Lei nº 15.484, de 25 de abril de 2007, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, ao Município de Palmas, do imóvel sob Matrícula nº 372 do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.

A referida Lei tem, atualmente, a seguinte redação:

*"Lei 15.484 - 25 de Abril de 2007*

*Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Palmas.*

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:*

*"Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, autorizado a efetuar a doação, ao Município de Palmas, do imóvel com 24.200,00 m2, parte de área maior, nesse Município, conforme discrimina a Matrícula nº 0372, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.*

*Art. 2º O imóvel em questão destina-se, exclusivamente, à implantação de escola municipal, retornando ao patrimônio do IAPAR, caso lhe seja dado destino diverso.*

*Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."*

*Com a nova redação ao art. 2º ora proposta, referido dispositivo passará a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 2º O imóvel em questão destina-se à implementação do Parque Rodoviário de Máquinas do Município, retornando ao patrimônio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, em caso de destinação diversa."*

A nova destinação do imóvel pretendida é para que a área doada receba o Parque Rodoviário de Máquinas e a justificativa para tanto é a de que, atualmente, esse parque encontra-se em área central da cidade, devendo ser removido com urgência para dar lugar à ampliação da Escola Municipal Senhorinha Miranda Mendes.

Tendo em vista tratar-se de alteração de destinação cujo benefício social é ainda mais amplo do que o alcançável na atual redação do mencionado art. 2º é que submeto o anexo Anteprojeto de Lei à apreciação dessa Casa de Leis.



Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 9.500.613-2

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**  
Em, 27 OUT. 2014  
1º Secretário


# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida  voltar 

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 15484 - 25 de Abril de 2007

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 7458 de 25 de Abril de 2007

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Palmas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, autorizado a efetuar a doação, ao Município de Palmas, do imóvel com 24.200,00 m<sup>2</sup>, parte de área maior, nesse Município, conforme discrimina a Matrícula nº 0372, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.

**Art. 2º.** O imóvel em questão destina-se, exclusivamente, à implantação de escola municipal, retornando ao patrimônio do IAPAR, caso lhe seja dado destino diverso.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 25 de abril de 2007.

*Roberto Requião*  
Governador do Estado

*Maria Marta Renner Weber Lunardon*  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

*Rafael Iatauro*  
Chefe da Casa Civil

-----  
*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 429/2014

**Projeto de Lei nº 429/2014**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 95/2014**

**Súmula:** Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 15.484, de 25 de abril de 2007, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, do imóvel que especifica ao Município de Palmas.

**EMENTA:** ALTERA A LEI Nº 15.484/2007. DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PALMAS. ART. 12, INC, III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 10 E 65 DA CE. ART. 17 DA LEI 8.666/93. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

## PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 95/2014 visa alterar a Lei nº 15.484/2007, a fim de constar que o imóvel, cuja Matrícula nº 372 do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas, destina-se à implementação do Parque Rodoviário de Máquinas do Município, retornando ao patrimônio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, em caso de destinação inversa.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## Comissão de Constituição e Justiça



### FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Da análise, verifica-se que o objetivo é alterar a Lei nº 17.876/2013, o que resta perfeitamente possível, nos termos da Lei Complementar nº 95/98, artigo 12, inciso III, seguinte:

**Art. 12 A alteração da lei será feita:**

(...)

III – nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

Ademais, quanto ao assunto, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## *Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)**

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

**(...)**

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009). (grifo nosso)**

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, salienta-se a possibilidade do retorno do imóvel doado, ao patrimônio do Estado, em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:

**§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário. (grifo nosso)**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça





Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
- Pedro Lupion  
Relator

  
RELATOR

  
Dep. Paulo

  
Dep. Fernando

  
Dep. Lupion

  
Dep. Baston



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 429/2014

Projeto de Lei nº 429/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 095/2014

Súmula: Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 15.484, de 25 de abril de 2007, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, do imóvel que especifica ao Município de Palmas.

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 429/2014 de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 095/2014, dá nova redação ao Art. 2º da Lei nº 15.484, de 25 de abril de 2007, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação ao Município de Palmas, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná- IAPAR, do imóvel que especifica com área de 24.200,00 m², parte de área maior, no Município de Palmas, conforme discrimina a Matrícula nº0372, do registro de Imóveis da Comarca de Palmas-PR.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 429/2014, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Palmas no Estado do Paraná, com a alteração de dispositivo da Lei Estadual nº 15.484 de 25 de abril de 2007, que autorizou o Poder Executivo a efetuar a doação, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, do imóvel que especifica ao referido Município. Tal proposição em análise se faz necessária para alteração do item que delimita a finalidade de utilização do imóvel, já que a Lei atual prevê a destinação para implantação de uma escola



municipal, retornando ao Estado em caso de destinação diversa. Porém, estudos realizados revelaram a necessidade emergencial de readequação do Parque Rodoviário de Máquinas do Município, que atualmente encontra-se em área central da cidade, dando lugar à ampliação da Escola Municipal Senhora Miranda Mendes, que segundo estudos realizados, apresenta maior necessidade emergencial. Este processo apenas facilita a utilização correta deste imóvel, já que a destinação atual da Lei não supria a necessidade real apresentada pela população.

Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com obras e ações no local que fortalecerão de forma direta o crescimento da educação no município de Palmas, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpramos a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 429/2014** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 095/2014 a qual apenas altera o item que determina a destinação do imóvel doado ao Município de Palmas. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

**Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)**

**(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)**





Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo para a implementação do Parque Rodoviário de Máquinas do Município de Palmas, de maneira específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 429/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Palmas, merecendo total apoio desta Comissão.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**  
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelinio Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Pracyk; Deputado Teruo Kato.

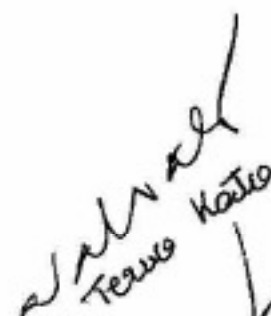



Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 429/2014, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 03 de novembro de 2014.*

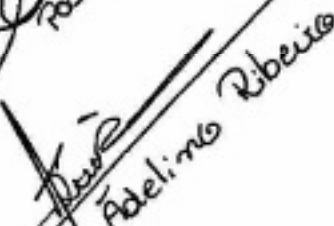
  
**FRANCISCO BÜHRER**  
Presidente da Comissão

  
**TERCÍLIO TURINI**  
Relator

  
Teruo Kato  
  
Jonas Guimarães

  
Elton Welter

  
Edson Pracyk

  
Adelinio Ribeiro



PROJETO DE LEI 430/14

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Inajá.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso, ao Município de Inajá, do imóvel constituído pela Data de Terras nº 10, da Quadra nº 50, na Avenida Velga Martins s/nº, contendo edificação, no Município de Inajá, sob Matrícula nº 5.477 do Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity.

**Art. 2º** O imóvel em questão será destinado, exclusivamente, ao funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

**Art. 3º** A presente cessão de uso terá vigência de cinco anos.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



MENSAGEM

Nº 96 /2014

Curitiba, 22 de outubro de 2014.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 27 OUT. 2014

1º Secretário



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 27/10/2014

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, a efetuar a cessão de uso, ao Município de Inajá, do imóvel constituído pela Data de Terras nº 10 da Quadra nº 50, na Avenida Veiga Martins s/nº, contendo edificação, no Município de Inajá, sob Matrícula nº 5.477 do Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será destinado, exclusivamente, para o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, retornando ao patrimônio estadual em caso de utilização diversa daquela prevista.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei consta dispositivo expresso no sentido de que a cessão de uso terá vigência de cinco anos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.204.198-9



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 430/2014**

Projeto de Lei nº 430/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 96/2014

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Inajá.

**EMENTA:** CESSÃO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE INAJÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 96/2014, visa efetuar a cessão de uso ao Município de Inajá, do imóvel sob Matrícula nº 5.477, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity, de propriedade do Estado do Paraná.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Constituição e Justiça***

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei.n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



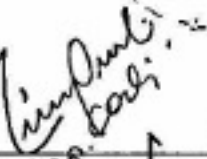
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 24 de outubro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
Presidente

  
Relator

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
  
**PROVADO**

28/10/14 





## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 430/2014

Projeto de Lei nº 430/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 096/2014

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Inajá.

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 430/2014 de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 096/2014, autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Inajá, de área constituída pela Data de Terras nº 10, da Quadra nº 50, na Avenida Veiga Martins, s/nº, no Município de Inajá, sob a Matrícula nº 5.477 do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 430/2014, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Inajá, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente ao serviço público municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, implementando ações de interesse público na área educacional, com um foco que fortalecerá de forma direta a atenção básica e o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**  
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelfino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com a cessão de uso de um imóvel que priorizará de forma direta o investimento e a valorização educacional no Município de Inajá.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 430/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 096/2014 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

**Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**  
**I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)**  
**(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)**

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo para a instalação da Secretaria Municipal de Educação no Município de Inajá, obedecendo um prazo estabelecido dentro do período de cinco anos, de forma específica e devidamente justificada, implicando na revogação automática da cessão de uso deste imóvel, em caso do descumprimento da presente determinação.

### **III – CONCLUSÕES**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**  
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 430/2014, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, permitindo desta forma a execução de ações em favorecimento da educação no Município de Inajá, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

#### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Inajá, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 430/2014, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 03 de novembro de 2014.*

*Jonas Guim.*  
*Tercílio Turini*  
**FRANCISCO BÜHRER**  
Presidente da Comissão  
*Teruo Kato*  
**TERUO KATO**  
Relator  
*Elton Welter*  
*Adelino Ribeiro*  
*Pastor Edson Praczyk*



 PROJETO DE LEI 431/14

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Paranapoema.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso, ao Município de Paranapoema, do imóvel constituído pela Dota de Terras nº 15 da Quadra nº 24, na Avenida Paranapoema, s/nº, contendo edificação, no Município de Paranapoema, sob Matrícula nº 5.613 do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity.

**Art. 2º** O imóvel em questão será destinado, exclusivamente, ao funcionamento do Conselho Tutelar, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

**Art. 3º** A presente cessão de uso terá vigência de cinco anos.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

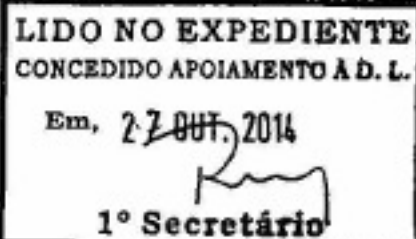
Nº 97/2014

Curitiba 22 de outubro de 2014.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 27/10/2014

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, a efetuar a cessão de uso, ao Município de Paranapoema, do imóvel constituído pela Data de Terras nº 15 da Quadra nº 24, na Avenida Paranapoema, s/nº, contendo edificação, no Município de Paranapoema, sob Matrícula nº 5.613 do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será destinado, exclusivamente, para o funcionamento do Conselho Tutelar, retornando ao patrimônio estadual em caso de utilização diversa daquela prevista.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei consta dispositivo expresso no sentido de que a cessão de uso terá vigência de cinco anos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.203.562-8





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 431/2014

Projeto de Lei nº 431/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 97/2014

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Paranapoema.

**EMENTA:** CESSÃO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE PARANAPOEMA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 66 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 97/2014, visa efetuar a cessão de uso ao Município de Paranapoema, do imóvel sob Matrícula nº 5.613, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaity, de propriedade do Estado do Paraná.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Constituição e Justiça***

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

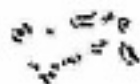
**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2014.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

**Dep. Pedro Lupion**  
Relator

**APROVADO**

28/10/14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 431/2014**

**Projeto de Lei nº 431/2014**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 097/2014**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Paranapoema.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 431/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 097/2014**, autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Paranapoema, de área constituída pela Data de Terras nº 15 da Quadra nº 24, na Avenida Paranapoema, s/nº, contendo edificação, no Município de Paranapoema, sob Matrícula nº 5.613 do Registro de Imóveis da Comarca de Paracity.

### **II – RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 431/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Paranapoema, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente para ao serviço público municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para o funcionamento do Conselho Tutelar Municipal, implementando ações de interesse público e segurança, com um foco que fortalecerá de forma direta a atenção básica de jovens e crianças, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**  
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, através da EMATER, com a cessão de uso de um imóvel que priorizará de forma direta o investimento e a valorização pela segurança e a qualidade de vida em Paranapoema.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 431/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 097/2014 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

**Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**  
**I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)**  
**(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)**

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo para a instalação do Conselho Tutelar em Paranapoema, obedecendo um prazo estabelecido dentro do período de cinco anos, de forma específica e devidamente justificada, implicando na revogação automática da cessão de uso deste imóvel, em caso do descumprimento da presente determinação.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelfino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 431/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, permitindo desta forma a execução de ações em favorecimento pela segurança em Paranapoema, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

#### **IV - VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Paranapoema, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 431/2014**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 03 de novembro de 2014.*

*Francisco Bühner*  
**FRANCISCO BÜHRER**  
Presidente da Comissão

*Jonas Guimarães*  
**JONAS GUIMARÃES**  
Relator

*Tercílio Turini*  
**Tercílio Turini**

*Elton Welter*  
**Elton Welter**

*Adelfino Ribeiro*  
**Adelfino Ribeiro**

*Pastor Edson Praczyk*  
**Pastor Edson Praczyk**

*Teruo Kato*  
**Teruo Kato**

Página 3 de 3



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2014**

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Luiz Lopes, o Lote nº 1, parte das Glebas 8 e 9, do imóvel denominado Colônia São Jerônimo, com área de 136,1420 ha, localizado no Município de Sapopema, nos termos da Mensagem nº 48, de 8 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2014.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 JUN 2014

  
1º Secretário

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

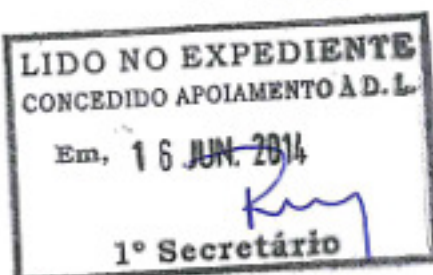
## JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 48, de 8 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014.



MENSAGEM  
Nº 48/2014

Curitiba, em 8 de junho de 2014.



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 09/06/2014

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Luiz Lopes, o Lote 1, com área de 136,1420 ha., parte das Glebas 8 e 9, Colônia São Jerônimo, localizado no Município de Sapopema.

Cabe esclarecer que a área do imóvel ultrapassa o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional, ou seja, 100 hectares.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 9.678.211-0-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia do processo protocolado acima mencionado.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 9.678.211-0





ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.

000001

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC NUM. 9.678.211-0

DATA- 10 AGO. 2007 HORA-

PROTOC: 9.678.211-0 ORGÃO: ITC 10/08/2007 10:29  
 INTER1: LUIZ LOPES  
 INTER2:  
 ASS...: IMOVEIS  
 P.CHAV: REGULARIZACAO CIDADE.: CURITIBA-PR  
 DOCTO.: ORIG.: INSTITUTO  
 ASS./: REF: A REGULARIZACAO DA AREA RURAL DO LOTE N 01  
 COMPL.: COM AREA DE 136.1420 HA DA COLONIA SAO JERONIMO  
 LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE SAPOPEMA

| DATA          | UNIDADE       | RUBRICA | DATA        | UNIDADE | RUBRICA |
|---------------|---------------|---------|-------------|---------|---------|
| 1 10/08/07    | ITC / DITER   | U       | 19 14/03/14 | NSA     |         |
| 2 24/05/13    | DITER/DIRETOR |         | 20          |         |         |
| 3 05/06/13    | ITC / AJ      |         | 21          |         |         |
| 4 06.06.2013  | Diter / ITC   |         | 22          |         |         |
| 5 10.06.13    | ITC / DCTO    |         | 23          |         |         |
| 6 11.06.13    | DITER/plban   |         | 24          |         |         |
| 7 26.07.13    | ITC/AJ        |         | 25          |         |         |
| 8 30.07.2013  | ITC / GP      |         | 26          |         |         |
| 9 09.08.13    | DGE/gab/proc  |         | 27          |         |         |
| 10 13/08/13   | ITC           |         | 28          |         |         |
| 11 19/08/13   | ITC / AJ      | Ana     | 29          |         |         |
| 12 18/09.2013 | SEEG/CAO      | Pupim   | 30          |         |         |
| 13 23/09/13   | NSA           |         | 31          |         |         |
| 14 20/02/14   | CAO           | San     | 32          |         |         |
| 15 21/02/14   | ITCG          | R       | 33          |         |         |
| 16 26.02.14   | ITC / AJ      |         | 34          |         |         |
| 17 07.03.2014 | ITC / GP      | Pupim   | 35          |         |         |
| 18 13/03/14   | CAO           |         | 36          |         |         |

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO  
PARANÁ – ROBERTO REQUIÃO.



**Luiz Lopes**, brasileiro, separado judicialmente, pecuarista, residente em São Jerônimo da Serra, portador da Cédula de Identidade RG 1.071.501 SSP/ PR e CIC/MF 156.674.309-59, ocupante de uma área rural correspondente ao lote nº 1 com área de 136,1420ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, requerer a regularização de acordo com a Legislação em vigor e o Artigo 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS  
ITC NUM. 9.678.211-0  
DATA- 10 AGO 2007 HORA-

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

São Jerônimo da Serra, 23 de julho de 2.007

  
Luiz Lopes



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: LUIS LOPES  
Apelido: .....  
Filiação - Pai: AUGUSTO LOPES  
Mãe: OLIVIA CAALLES LOPES  
Local de nascimento: MARACAI - S.P. Data de nasc.: 03 / 11 / 1963  
Estado civil: SEPARADO JUDICIALMENTE Nº de filhos: 03  
Certidão de casamento - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....  
Qual o regime: ..... Profissão: AGROPECUARISTA  
Carteira de identidade Nº 1.071.501 - SSP/PR CNPJ/CIC 156.674.309 - 59  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....  
Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? .....  
Onde: .....  
Reside no lote: Sim ( ) Não (X)  
Endereço: RUA EUSEBIO CORREIA DE MELLO Nº 487 - CENTRO  
CEP: 86.270.000 Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA UF: .....  
Tel: 43 - 3267-1706 Celular: 43 - 8435-0691 - (01)  
943-9157-3729 (VIVO)

### 01.01 - DADOS DO CÔNJUGE

Nome: .....  
Filiação - Pai: .....  
Mãe: .....  
RG Nº: ..... CIC/CPF: .....  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): LOTE Nº 01 COLÔNIA SÃO JERÔNIMO  
PART. DAS GLERAS 08 e 09  
Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO Distrito: .....  
Município: SAPOPEMA - PR Comarca: CURITIBA - PR  
Área do imóvel - Em ha: 136,1420 Em m2 ..... INCRA: .....  
Descrever localização e coordenadas (UTM): RODovia PR 090 - ESTRADA DO CERNE KM  
279, ENTRA A DIREITA ± 3KM CHEGA AO IMÓVEL

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: 11 (anos) ..... (meses)  
Como ocorreu a transmissão: POR COLPRA DE POSSE  
Nome do transmitente: EDGARDE JOSE DE QUEIROZ E OUTROS  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do preposto: NEREU DOS SANTOS PONCE E VALDEMAR LESSA MARIA



#### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição.

(x) Doc. de Posse: Contratos part. cessões de direitos, etc.

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE POSSE - CARTÓRIO MUNICÍPIO  
DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PE - L: 76-N-A FLS 116 a 117 vs  
DE 22/11/1999

#### 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Possui outro imóvel rural: Não (x) Sim ( ) Quantos? .....

Local/Município: ..... ha ..... Tab. 01 ( )

Local/Município: ..... ha ..... Tab. 01 ( )

Local/Município: ..... ha ..... Tab. 01 ( )

Local/Município: ..... ha ..... Tab. 01 ( )

Financiamento bancário: Sim ( ) Não (x)

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: .....

Local: .....

Condição: Proprietário ( ) Empregado ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( )

#### 06 - BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

| Qtde. | Especificação             | Dimensões | Idade | Valor |
|-------|---------------------------|-----------|-------|-------|
| 01    | CASA DE MADEIRA           | 07 X 10   |       |       |
| 01    | CASA DE MADEIRA           | 04 X 08   |       |       |
| 01    | CASA DE MADEIRA           | 04 X 06   |       |       |
| 01    | BARRACA DE MADEIRA        | 11,5 X 16 |       |       |
| 01    | CURRAL                    | 04 X 06   |       |       |
| 01    | MANGUEIRA COM TROCO       | 18 X 18   |       |       |
| 72    | CABECAS DE GADO           |           |       |       |
| 47    | OVINOS                    |           |       |       |
| 60    | SUINOS                    |           |       |       |
| 100   | GALINHAS                  |           |       |       |
| 07    | MARRECOS                  |           |       |       |
| 12    | ANGOLISTA                 |           |       |       |
| 01    | BARRACA P/GUARDAR TRATOR  | 06 X 08   |       |       |
| 01    | TANQUE P/CRIAÇÃO DE PEIXE |           |       |       |
|       |                           |           |       |       |
|       |                           |           |       |       |
|       |                           |           |       |       |

#### 07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | %  |
|----------------------|----------|----|
| Culturas permanentes |          |    |
| Culturas temporárias |          |    |
| Pastagens            | 51,4420  | 37 |
| Campos               |          |    |
| Matas                | 36,3000  | 27 |
| Capoeiras            |          |    |
| Reflorestamentos     | 10,1000  | 7  |



**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**Preço médio da região R\$ 6.500,00 / ha

Plano: ..... %

Topografia: Ondulado: ..... %

Alagadiço: ..... %

Levemente ondulado: ..... %

Acidentado: ..... %

Pedreira: ..... %

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

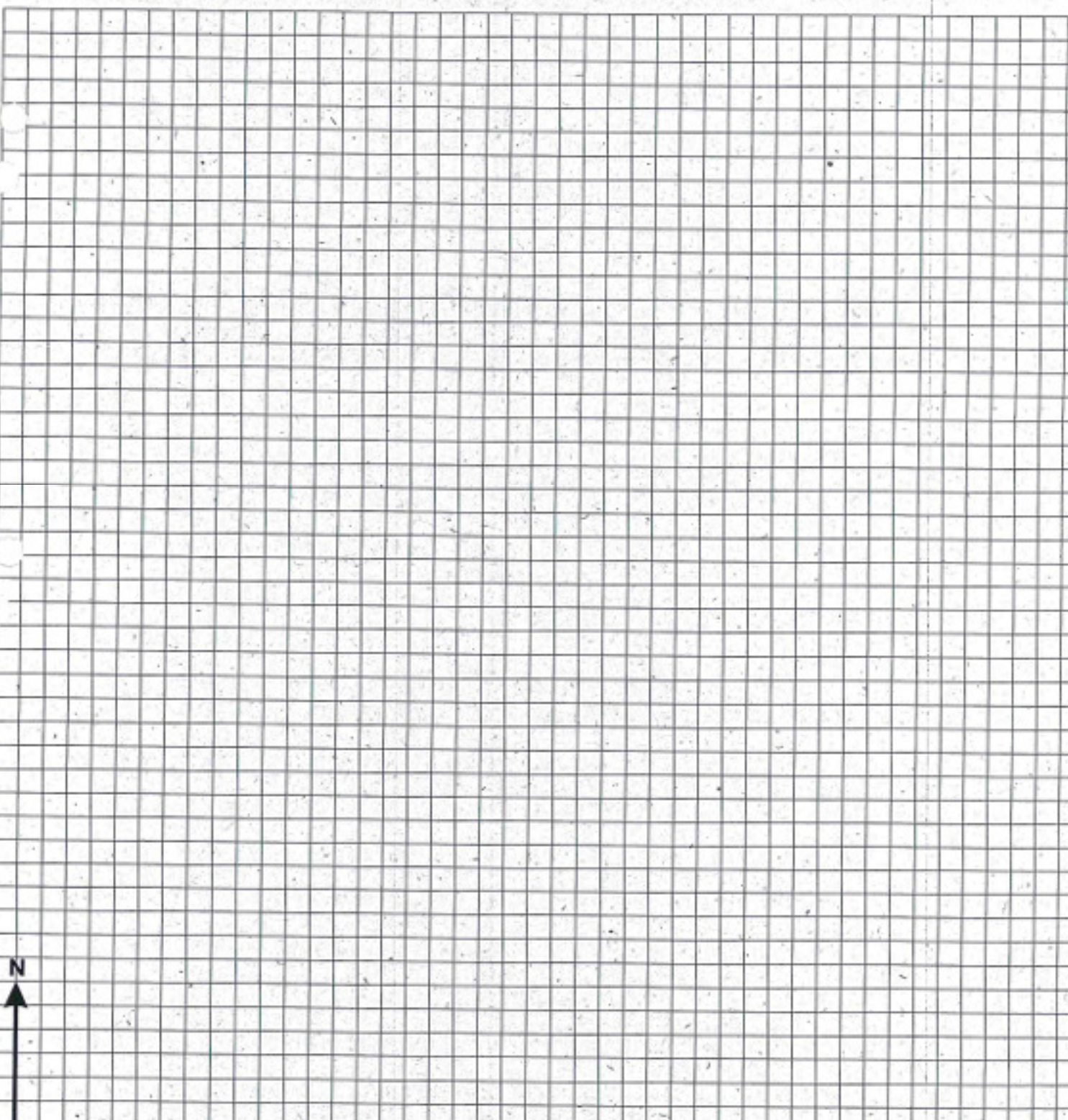
Erosão: Não apresenta (X) Apresenta pouco ( )

Acentuada ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

ITC

Fls. 01

**09 - CROQUI**




10 - OBSERVAÇÕES

O OCUPANTE POSSUI UM TANQUE PARA CRIAÇÃO DE TILÁPIAS  
E 6 (SEIS) REPRESAS



11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 18, 04 2013

Assinatura: 

12 - TESTEMUNHAS

1ª

2ª

Assinatura:

Assinatura:

Nome:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA

Local: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data: 18, 04, 2013

Assinatura: 

Nome: ALRADI SEBASTIÃO LEJAMBRE

14 - De acordo em

15 - Visto em



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO DEBIL

LUIZ LOPES

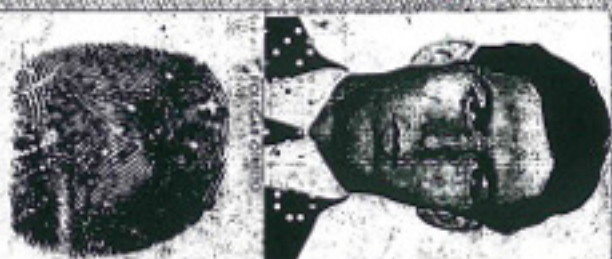
Augusto Lopes  
Olivia Chales Lopes

Maracá - R.P. 05-NOVEMBRO-1953

NATURALIDADE: MARACÁ - R.P. DATA DO NASCIMENTO: 05-11-53

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

(CÉDULA DE IDENTIDADE)



Luiz Lopes

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

DIRETORIA LEGISLATIVA  
11  
Pag. 4

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUÍTE

QUINQUÊNIO COMPLETO DO CONTRIBUÍTE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

*[Handwritten signature]*



ITC  
05



# TABELIONATO DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULO



Município e Comarca de São Jerônimo da Serra - Paraná - Avenida Washington Luiz, 137 - Cep. 86270-000

**Djalma Fragoso de Almeida**

LIVRO Nº. 76/N-A

TITULAR

Fone: (043) 267-1243

FÓLHA Nº. 116 vº. a 117 vº.



**178019502/0001-51**

**SÃO JERÔNIMO DA SERRA**  
**TABELIONATO DE NOTAS**

AV. WASHINGTON LUIZ, 137  
CENTRO - CEP 86.270-000

**SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR**

**ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE POSSE DE IMÓVEL RURAL** que, entre si fazem, **EDGARDE JOSÉ DE QUEIROZ** e sua esposa **GENI MEDRADO DE QUEIROZ** à **LUIZ LOPES**, como adiante se declaram:

VALOR: R\$.18.000,00.



**S A I B A M** quantos esta pública escritura de cessão de posse de imóvel rural virem, que no ano de um mil novecentos e noventa e nove (1999), aos vinte e dois (22) dias do mês de novembro do dito ano, nesta cidade, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, neste Serviço Notarial, perante mim, Tabelião, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber - De um lado, como **outorgantes cedentes: EDGARDE JOSÉ DE QUEIROZ**, filho de José Antonio de Queiroz e de Maria Oliveira de Queiroz, comerciante, portador da C.I.R.G nº. 4.490.734-SSP/SP., e do CPF/MF nº. 616.134.018-68., e sua esposa **GENI MEDRADO DE QUEIROZ**, filha de João Rocha Medrado e de Maria Rocha Medrado, funcionária pública estadual, portadora da C.I.R.G nº. 6.456.075-1-SSP/PR., e do CPF/MF nº. 063.594.598-33., ambos brasileiros, civilmente casados sob o regime de Comunhão de Bens, em data de 30/12/1966., portadores da Certidão de Casamento nº. 6.242, às fls. 137 vº., Livro B-18, do Serviço de Registro Civil do Distrito de Itaquêra, Comarca de São Paulo-SP., residentes e domiciliados à Rua Luiz Perusso Sobrinho, s/nº., nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná; E, por outro lado, como **outorgado cessionário: LUIZ LOPES**, brasileiro, filho de Augusto Lopes e de Olívia Chales Lopes, contador e agropecuarista, portador da C.I.R.G nº. 1.071.501-SSP/PR., e do CPF/MF nº. 156.674.309-59., civilmente casado com "**Neuza Mendes Lopes**", filha de Januário Pereira de Araújo e de Maria da Glória Mendes Araújo, sob o regime de Comunhão de Bens, em data de 15/04/1978., portador da Certidão de Casamento nº. 094, às fls. 117, Livro B-02, do Serviço de Registro Civil de Nova Santa Bárbara-PR., residente e domiciliado à Avenida Washington Luiz, s/nº., nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná; os presentes reconhecidos por mim, Tabelião, por identificação procedida mediante a verificação dos documentos apresentados no original e anteriormente consignados, do que dou fê. E, pelos **outorgantes cedentes** me foi dito o seguinte: Que, por si e seus antecessores, se acham na posse mansa e pacífica, há mais de **trinta e cinco (35) anos**, de uma área de terras rural com **Duzentos e quarenta e dois mil metros quadrados=(242.000,00m2)**, ou sejam, **24,20 ha.**, situada no lugar denominado "**Água da Limeira**", neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, dentro dos limites e confrontações, conforme dados fornecidos pelas partes, a seguir: ao Oeste, confronta com terras remanescentes de Jeronimo de Ponce; ao Norte, confronta com terras de Esmael Ferreira da Costa; ao Sul, confronta naturalmente com a Água da Limeira; e finalmente ao Leste, confronta com terras de Ernesto Varrasquim; adquirida de Jeronimo de Ponce e sua esposa Erondina Oliveira de Ponce., através da Escritura Pública de Cessão de Direitos, lavrada no Livro nº. 68, fls. 122, neste Serviço Notarial de São Jerônimo da Serra-PR., em data de 23/03/1987, pelo valor de Cz\$.198.000,00; o qual havia adquirido de Manoel Honório de Ponce e sua esposa Marcília de Ponce., através do Instrumento Particular de Cessão de Direitos de Terras Devolutas, firmado nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em data de 15/07/1963, pelo valor de



Cr\$.750.000,00, referente à área total de 50 alqueires; devidamente cadastrada no INCRA sob o nº. 713.058.017.191-1 - Nº. Imóv. Rec. Federal: 0824731-5 - Área total do imóvel: 24,2 ha. - Nome do imóvel: Sítio Queiróz, em nome de Edgardo José de Queiróz. Que essa posse tem sido exercitada sem oposição de qualquer espécie e os outorgantes cedentes, na mesma área de terras construíram benfeitorias e a cultivaram. Que, assim como detém, por esta escritura e na melhor forma de direito, os outorgantes cedem e transferem ao outorgado cessionário os seus direitos e ações decorrentes da dita posse, ao mesmo tempo em que lhe vende as benfeitorias existentes; tudo pelo preço de **R\$.18.000,00=(DEZOITO MIL REAIS)**, que confessam receber neste ato, dele outorgado cessionário, através dos seguintes cheques: 1º) - R\$.5.000,00=(Cinco mil reais), através do Cheque nº. 409687, para ser descontado no dia 29/11/1999, e, 2º) - R\$.13.000,00=(Treze mil reais), através do Cheque nº. 409688, para ser descontado no dia 19/02/2000., ambos de emissão do outorgado em favor e entregue ao outorgante Edgardo José de Queiróz, sacados contra a agência 0059-0, do Banco do Estado do Paraná S.A., desta cidade de São Jerônimo da Serra-PR; ficando a quitação plena e irrevogável, condicionada ao recebimento dos cheques anteriormente mencionados, em moeda corrente deste País, na agência bancária, e nos dias pré-datados. Que, os outorgantes sub-rogam o outorgado, em consequência, em todos os direitos oriundos do exercício da mesma posse, ficando investido no direito de pleitear junto aos órgãos competentes, em juízo ou fora dele, a obtenção da documentação definitiva do imóvel ora cedido, correndo por sua conta todas as despesas da cessão ora feita, bem como as que se fizerem necessárias para a obtenção da documentação definitiva do imóvel ora cedido, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e tributos federal, estadual ou municipal que recaem ou venham a recair sobre o imóvel ora cedido, desta data em diante. Que a presente escritura é feita em caráter irrevogável e irretratável, obrigatória aos contratantes, seus herdeiros e sucessores. Que, no entanto, caberá ao outorgado cessionário, a boa ou má liquidação dos direitos cedidos. Pelo **outorgado cessionário, Luiz Lopes**, me foi dito que aceita a presente cessão e esta escritura em todos os seus expressos termos. Esta alienação está isenta de emissão da Declaração sobre Operação Imobiliária (DOI), conforme IN/SRF nº 04, de 12/01/1998. Bilhete de distribuição nº. 077/99, expedido pelo Serviço de Distribuição de Escrituras desta Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, em data de 22/11/1999. Assim o disseram e dou fê. A pedido das partes, lavrei esta pública escritura, a qual feita e lhes sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam., declarando expressamente que dispensavam a presença de testemunhas instrumentárias, de acordo com o CN 11.2.18, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná; perante mim, **DJALMA FRAGOSO DE ALMEIDA**, Tabelião que a lavrei e dou fê. Emolumentos 4.773,12 VRC = R\$.357,98. CPC 198,88 VRC = R\$.14,91. Funrejus R\$.36/00. Em seguida estavam (a. Edgardo José de Queiróz; Geni Medrado de Queiróz; Luiz Lopes).

Eu, \_\_\_\_\_, Tabelião que a digitei, conferi, subscrevi, dato, dou fê e assino.

Em test. \_\_\_\_\_ da verdade

São Jerônimo da Serra, 22 de novembro de 1999

TABELIÃO:

**Djalma Fragoso de Almeida**  
Tabelião de Notas e de Protesto de Títulos  
CPF/MF 308.993.959-87

0  
0  
0  
05  
06  
SE  
INF  
TAA  
06  
01  
02  
04  
05  
06 -  
Está  
a) ir  
d  
b) p  
P  
g  
c) c  
ri  
ar  
d) in  
de  
De a

Aprova





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

CNPJ/MF nº. 78.019.502/0001-51

Rua Euzébio Correa de Mello, nº. 197 - centro - CEP 86370-000 - Fone/Fax: (0\*\*43) 267-1243

Município e Comarca de São Jerônimo da Serra - Estado do Paraná

DJALMA FRAGOSO DE ALMEIDA

TABELIÃO



LIVRO Nº. 78/N

FOLHAS Nº.s 188 a 189

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE A POSSE DE IMÓVEL RURAL, COM VENDA DAS BENFEITORIAS que, entre si fazem, OSVALDO LOPES e sua esposa, JACIRA DOS SANTOS LOPES; e, NEUZA MENDES ARAÚJO a favor de LUIZ LOPES, como adiante se declaram:

VALOR: R\$. 40.000,00.

**S A I B A M** quantos esta pública escritura de cessão de direitos sobre a posse de imóvel rural, com venda das benfeitorias virem, que aos VINTE E QUATRO dias do mês de MARÇO do ano de DOIS MIL E TRÊS (24/03/2003), nesta cidade, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, neste Tabelionato de Notas, perante mim, Djalma Frágoso de Almeida, Tabelião, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber - De um lado, como outorgantes cedentes: 1.º) - OSVALDO LOPES, filho de Augusto Lopes e de Olivia Chales Lopes, pedreiro, portador da C.I.RG nº. 1.071.494-0-SSP/PR., e do CPF/MF nº. 236.578.209-49., e sua esposa, JACIRA DOS SANTOS LOPES, filha de João Albino dos Santos e de Maria Luiza dos Santos, funcionária pública municipal, portadora da C.I.RG nº. 4.302.791-3-SSP/PR., e do CPF/MF nº. 667.483.219-72., ambos brasileiros, civilmente casados sob o regime de Comunhão de Bens, em data de 10/09/1977., portadores da Certidão de Casamento nº. 94, às fls. 76-vº., Livro nº. B-03, do Ofício de Registro Civil de Sapepema - PR., residentes e domiciliados à Rua Cláudio Ferreira da Costa, nº. 296, centro, nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná; e, 2.º) - NEUZA MENDES ARAÚJO, brasileira, filha de Januário Pereira de Araújo e de Maria da Glória Mendes Araújo, separada judicialmente nos termos dos Autos nº. 62/2002, de Separação Judicial Consensual, processado na Escrivânia Cível e Anexos desta Comarca de São Jerônimo da Serra - PR., com sentença proferida pela MMª. Juíza de Direito, Drª. Ângela Tonetti Biazus, em data de 28/06/2002, que transitou em julgado em data de 03/09/2002., professora, portadora da C.I.RG nº. 3.937.152-9-SSP/PR., e do CPF/MF nº. 562.823.469-91, residente e domiciliada à Rua Arcindo Sardo, nº. 260, Jardim Coliseu, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, ora de passagem por esta cidade; E, de outro lado, como outorgado cessionário: LUIZ LOPES, brasileiro, filho de Augusto Lopes e de Olivia Chales Lopes, separado judicialmente nos termos dos Autos nº. 62/2002, de Separação Judicial Consensual, processado na Escrivânia Cível e Anexos desta Comarca de São Jerônimo da Serra - PR., com sentença proferida pela MMª. Juíza de Direito, Drª. Ângela Tonetti Biazus, em data de 28/06/2002, que transitou em julgado em data de 03/09/2002., contador, portador da C.I.RG nº. 1.071.501-SSP/PR., e do CPF/MF nº. 156.674.309-59, residente e domiciliado à Rua Euzébio Correa de Mello, nº. 487, centro, nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná; os presentes reconhecidos por mim, Tabelião, por identificação procedida mediante a verificação dos documentos apresentados no original e anteriormente consignados, do que dou fé. E, pelos outorgantes cedentes me foi dito o seguinte: 1.º) - Que, por si e seus antecessores, se acham na posse mansa e pacífica, há mais de trinta e nove (39) anos, de uma área de terras rural com mais ou menos QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO MIL METROS QUADRADOS=(545.000,00M2), ou sejam, 54,50 ha., denominada Sítio São Jerônimo, devidamente cadastrada no INCRA sob o nº. 713.058.017.191-1, e, Cadastro do ITR na Receita Federal sob nº. 0.368.303-6, em nome de Jerônimo de Ponce; destacada da área maior com mais ou menos cinquenta (50) alqueires, localizada na Gleba nº. 6 (seis), da Colônia São Jerônimo, no lugar Barra Bonita (Água da Limeira), neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, cuja área maior encontrava-se dentro das seguintes divisas

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTEIRAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Djalma Frágoso de Almeida  
Tabelião



e confrontações: "Na cabeceira divide com posse de terras de Esmael Ferreira da Costa e Antônio Honório de Ponce; de um lado com o Rio Lageado Liso e fundos divide com posse de terras de José Honório de Ponce, pela Água da Limeira". Direitos sobre a posse havida pelos ora outorgantes cedentes, da seguinte forma: **a)** - 50% havida por Oswaldo Lopes e sua esposa, Jacira dos Santos Lopes, pelo valor de R\$.20.000,00, através da Escritura Pública de Cessão de Direitos sobre a Posse de Imóvel Rural com Venda das Benfeitorias, outorgada por Jerônimo de Ponce; Antônio de Ponce e sua esposa, Idile dos Santos de Ponce; Hilda de Ponce Brazil e seu esposo, Manoel Marçal Brazil; Marina de Ponce Colenet e seu esposo, Severo Colenet; Jonas Honório de Ponce; Maria das Dores Ponce Cordeiro e seu esposo, José de Camargo Cordeiro; Lídia de Ponce Camargo e seu esposo Jorge Rolim de Camargo; Aparecida de Ponce; e, Ismael de Ponce., lavrada no livro nº. 74-N/A, às fls. 228-vº. a 230, neste Tabelionato de Notas da sede desta Comarca de São Jerônimo da Serra - PR., em data de 02/03/1998; **b)** - 50% havida por Neuza Mendes Araújo, através do Mandado de Averbação de Partilha, expedido nos Autos nº. 62/2002, de Separação Judicial Consensual, processado na Escrivania Cível e Anexos desta Comarca de São Jerônimo da Serra - PR., com sentença proferida pela MMª. Juíza de Direito, Drª. Ângela Tonetti Biazus, em data de 28/06/2002, que transitou em julgado em data de 03/09/2002., originária dos direitos da posse havida por Luiz Lopes, pelo valor de R\$.20.000,00, através da mesma Escritura Pública de Cessão de Direitos sobre a Posse de Imóvel Rural com Venda das Benfeitorias, outorgada por Jerônimo de Ponce; Antônio de Ponce e sua esposa, Idile dos Santos de Ponce; Hilda de Ponce Brazil e seu esposo, Manoel Marçal Brazil; Marina de Ponce Colenet e seu esposo, Severo Colenet; Jonas Honório de Ponce; Maria das Dores Ponce Cordeiro e seu esposo, José de Camargo Cordeiro; Lídia de Ponce Camargo e seu esposo Jorge Rolim de Camargo; Aparecida de Ponce; e, Ismael de Ponce., lavrada no livro nº. 74-N/A, às fls. 228-vº. a 230, neste Tabelionato de Notas da sede desta Comarca de São Jerônimo da Serra - PR., em data de 02/03/1998; oriundos do direito sobre a posse, adquiridos por Jerônimo de Ponce, através da cessão feita por Manoel Honório de Ponce e sua esposa, Marcília de Ponce., nos termos do Instrumento Particular de Cessão de Direitos de Terras Devolutas, datilografado nesta cidade de São Jerônimo da Serra - PR., em data de quinze (15) de julho de um mil novecentos e sessenta e três (1963), pelo valor de Cr\$.750.000,00, referente a área total de mais ou menos 50 alqueires. **2º.)** - Que essa posse tem sido exercitada sem oposição de qualquer espécie e os outorgantes cedentes, até a presente data cultivaram o imóvel, e nele construíram benfeitorias. **3º.)** - Que, assim como detém, por esta escritura e na melhor forma de direito, cedem e transferem ao outorgado cessionário, Luiz Lopes, os seus direitos e ações decorrentes da dita posse, ao mesmo tempo em que lhe vende as benfeitorias existentes, tudo pelo preço certo e previamente convencionado de **R\$.40.000,00= (QUARENTA MIL REAIS)**, que os outorgantes cedentes confessam receber neste ato, dele outorgado cessionário, em moeda corrente deste País, que contaram e acharam exata, da qual dão ao mesmo outorgado cessionário, plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, para nunca mais o repetirem, em tempo e sob pretexto algum, por si, seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título. **4º.)** - Que, em consequência, os outorgantes cedentes, sub-rogam o outorgado cessionário, nos termos do Artigo 1.207, do Código Civil Brasileiro, em todos os direitos oriundos do exercício da mesma posse, ficando o mesmo investido no direito de pleitear junto aos órgãos competentes, em juízo ou fora dele, a obtenção da documentação definitiva do imóvel ora cedido, correndo por conta única e exclusiva dele, outorgado cessionário, todas as despesas da cessão ora feita, bem como as que se fizerem necessárias para a obtenção da documentação definitiva do imóvel ora cedido, assumindo, ainda, ele, outorgado cessionário, a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e tributos federal, estadual ou municipal que recaem ou venham a recair sobre mencionado imóvel, desta data em diante. **5º.)** - Que a presente escritura é feita em caráter irrevogável e irretratável, obrigatória aos contratantes, seus herdeiros e sucessores. **6º.)** - Que, no entanto, caberá ao outorgado cessionário, a boa ou má liquidação dos direitos cedidos. **7º.)** - Pela outorgante cedente: Neuza Mendes Araújo, por esta mesma escritura e na melhor forma de direito, desiste e renuncia de todos e quaisquer direitos





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

CNPJ/MF nº. 78.019.502/0001-51

Rua Enzêbio Correa de Mello, nº. 197 - centro - CEP 86270-000 - Fone/Fax: (0\*\*43) 267-1243

Município e Comarca de São Jerônimo da Serra - Estado do Paraná

DJALMA FRAGOSO DE ALMEIDA

TABELIÃO

ITC

Fis. 08



LIVRO Nº. 78/N

FOLHAS Nº.s 188 a 189

relativos aos 50% da cessão de direitos sobre a posse de imóvel rural com venda das benfeitorias, neste ato diretamente cedidos e vendidos à Luiz Lopes, pelos outorgantes cedentes, Oswaldo Lopes e sua esposa, Jacira dos Santos Lopes, e que a ela deveriam ser transferidos, conforme consta do Mandado de Averbação de Partilha, expedido nos Autos nº. 62/2002, de Separação Judicial Consensual, processado na Escrivania Cível e Anexos desta Comarca de São Jerônimo da Serra - PR., com sentença proferida pela MMª. Juíza de Direito, Drª. Ângela Tonetti Biasus, em data de 28/06/2002, que transitou em julgado em data de 03/09/2002, nada tendo a exigir ou a reclamar, tanto do outorgantes cedentes, Oswaldo Lopes e sua esposa, Jacira dos Santos Lopes, quanto do outorgado cessionário, Luiz Lopes, com relação a cessão de posse e venda das benfeitorias ora feita, em tempo e sob pretexto algum, a qualquer título, por si, seus herdeiros ou sucessores, dando plena quitação de quaisquer importâncias, e pondo-os a paz e a salvo de qualquer contestação futura. Pelo outorgado cessionário, Luiz Lopes, me foi dito que aceita a presente cessão e esta escritura em todos os seus expressos termos, comprometendo-se a apresentar perante os órgãos competentes, quando solicitados, os documentos constantes do Incisos III - letra "b", do Artigo 1º, do Decreto nº. 93.240, de 09/09/1986, que regulamentou a Lei nº. 7.433, de 18/12/1985 {CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural emitido pelo INCRA, acompanhado dos comprovantes de pagamento ou isenção dos 5 (cinco) últimos exercícios do ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, ou, na sua falta, de Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, emitida pela Secretaria da Receita Federal}. Será emitida a Declaração sobre Operação Imobiliária (DOI), conforme IN/SRF nº. 163, de 23/12/1999. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes, conforme registro nº. 021/2003, no Livro nº. 1 de Protocolo de Escrituras deste Tabelionato de Notas, em data de 14/03/2003, lavrei esta pública escritura, que será registrada no Ofício do Distribuidor desta Comarca de São Jerônimo da Serra - PR., mediante relação a ser apresentada conforme o CN 11.2.14.4, e, 11.2.14.6, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná., a qual feita e lhes sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam., declarando expressamente que dispensavam a presença de testemunhas instrumentárias, de acordo com o CN 11.2.18, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná; perante mim, DJALMA FRAGOSO DE ALMEIDA, Tabelião que a lavrei e dou fé. Distribuição 35,00 VRC = R\$.3,68. Custas 4.972,00 VRC = R\$.522,06. CPC R\$.3,70. Taxa Finrejus no valor de R\$.80,00, equivalente a 0,2% sobre o valor de R\$.40.000,00, a ser recolhida através da guia nº. 198/02500250-2. Em seguida estavam {a. Oswaldo Lopes; Jacira dos Santos Lopes; Neuza Mendes Araújo; Luiz Lopes}

Eu, [assinatura],  
subscrevi, datei, dou fé e assino.

Tabelião que a digitei, conferi,

Em testº. [assinatura] da verdade

São Jerônimo da Serra - PR., 24 de março de 2003

TABELIÃO:

Djalma Fragoso de Almeida  
Tabelião  
CNPJ 78.019.502/0001-51





**INFORMAÇÃO Nº 222**

**Protocolo nº 9.678.211-0 – SID- Luiz Lopes**

**Senhor Diretor**

Verificando junto aos registros cadastrais existentes neste ITC/DITER, sobre o lote aqui objetivado temos a informar o seguinte:

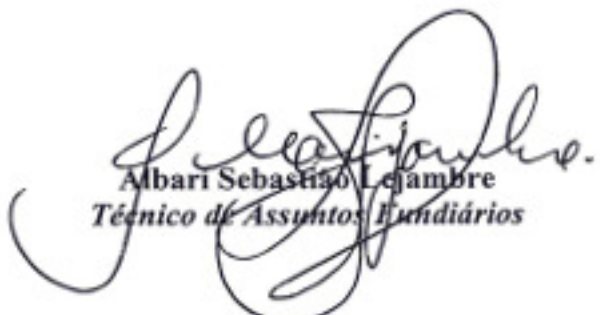
O lote nº 01 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 136,1420 ha, localizado no Município de Sapopema, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 519, protocolo nº 11.908.281-1 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 12.223 no Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

Efetuamos vistoria na unidade rural aqui objetivada (laudo anexo).

Tendo em vista tratar de área acima de 100 ha, há necessidade de previa Autorização Legislativa para Alienação ao requerente, conforme estabelece o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

**ITC/DITER 24 / 05 / 2013**



Albari Sebastião Lejambre  
Técnico de Assuntos Fundiários

Notificamos que consultando o S.T.T. – Sistema de Terras Tituladas do Estado do PR, verificamos que, até a presente data, o ocupante Senhor Luiz Lopes, não possui imóveis titulados em seu nome.

  
Sirlete S.M. Saade *Em 05/06/2013*  
Técnico Administrativo – ITCG Depart. Regularização Fundiária

**INFORMAÇÃO 238/2013**

**Protocolo nº 9.678.211-0\_SID\_ LUIZ LOPES**  
**Data: 10/08/2013**



Encaminhamos ao **ITC/AJ**, para pronunciamento e parecer, conforme informação de nº 222 as fls 09.



**Dep. Reg. Fund., em 05/06/2013**  
**Silvana Katerenhuk – Técnico de Assuntos Fundiários**

Protocolo nº 9.678.211-0

Interessado: Luiz Lopes

Assunto: Requer Regularização Dominial de Área Rural



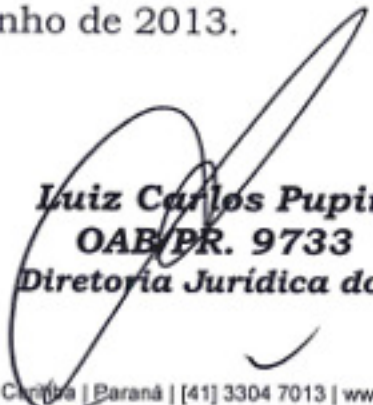
AO DITER / ITC

Senhor Diretor, para que possamos efetuar o encaminhamento do presente processo ao Senhor Governador do Estado, necessitamos que algumas providências sejam tomadas, pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná – ITC, tais como:

1. Complementar a instrução do processo com a juntada do Laudo Técnico do Imóvel objeto do presente requerimento, elaborado por profissional habilitado.
2. Inserir no Laudo de Vistoria, o Croqui do Lote que constitui o seu objeto, constando no mesmo os nomes completos dos seus Confrontantes, objetivando atender as novas exigências dos Cartórios de Registro de Imóveis.

Após, retorne para os devidos encaminhamentos.

Curitiba, 06 de Junho de 2013.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR. 9733**  
**Diretoria Jurídica do ITC**



## **LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA**

### **1.0. Identificação do Requerente:**

- 1.1. Nome: Luiz Lopes
- 1.2. End: Reside no imóvel
- 1.3. CPF/MF: n.156.674.309-59
- 1.4. RG/SSP/PR/ n.1.071.501 – SSP/ PR
- 1.5. Profissão: Agropecuarista

### **2.0 Dados e Características da Propriedade :**

#### **2.1. Lote / Área / Município - Comarca:**

| Lote | Área     | Município - Comarca |
|------|----------|---------------------|
| 01   | 136,1420 | Sapopema - Curiúva  |

#### **2.3. Localização:**

- 2.6. Acesso ao imóvel: Rodovia PR – 090, Km 279, entrar à direita a 03 km , sentido Sapopema - São Jerônimo da Serra.

### **3.0. Aspectos Físicos da Propriedade:**

- 3.1. UTM: 0541771 / 7371110.
- 3.2. Hidrografia: Córrego sem denominação.
- 3.3. Relevo: topografia ondulada.
- 3.4. Solo: Neossolo.
- 3.5. Classificação das terras: Classe III : Apresentam limitações que restringem a seleção de plantas que requerem práticas especiais de conservação. Podem ser usadas regularmente para culturas anuais , mas apresentam maiores limitações de uso que a classe II. Indicado para pastagens e reflorestamentos.

### **4.0. Aspectos Econômicos:**

- 4.1. Benfeitorias: 01 casa de madeira de 07 x 10 m, 01 casa de madeira de 04 x 08 m, 01 barracão de madeira de 11,5 x 16 m, 01 curral de 04 x 06 m e 01 mangueira com tronco de 18 x 18m e 01 barracão para guardar trator de 06 x 08m.

### **5.0. Atividades Agropecuárias:**

As atividades desenvolvidas são a pecuária e o reflorestamento com eucalipto e Piscicultura. Existem atualmente na propriedade 72 cabeças de gado, 47 cabeças de ovinos, 60 cabeças de suínos, 119 cabeças de aves.

### **6.0. Aspectos Ambientais:**

As áreas de Reserva legal e de Preservação Permanente já foram devidamente demarcadas/alocadas, conforme consta em planta anexa ao processo.



#### 7.0. Relações Trabalhistas:

No local reside 02 trabalhadores - o Sr. Nereu dos Santos Ponce e o Sr. Valdemir Lessa Maria - que trabalham devidamente registrados e de acordo com as leis trabalhistas.

#### 8.0. Parecer Técnico:

A propriedade é administrada e utilizada de acordo com a sua capacidade produtiva e obedece à legislação ambiental e trabalhista, portanto está apta à regularização fundiária.

Curitiba, 25 de julho de 2013.

  
Patricia Moreira Marques Rodrigues  
Engenheira Agrônoma  
Crea - PR n.48861/D

SEEG  
CTL  
Fis. 23 JF  
MAPA





MATRÍCULA

12.223

FOLHA

01

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



Registro de Imóveis

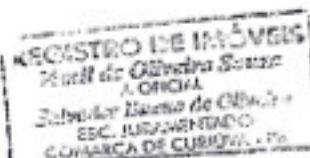
Bel. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 465 231 038-00  
FONE (41) 3445-1313 - CURITIBA - PARANÁ

Curitiba, 06 de junho de 2012.

Prot. 34.161. 1.B

**IMÓVEL:** Uma área de terreno rural com 136,1420 ha, Lote 01, situado no lugar denominado Colônia São Jerônimo, parte das glebas 08 e 09, no Município de Sapopema-PR, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se se no marco denominado 'CBBMD149', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=541.635,667 m e N=7.369.640,288 m dividindo-o com o Lote 26; Daí segue confrontando com Lote 26 com o azimute de 129°09'50" e a distância de 1.044,66 m até o marco 'CBBMD150' (E=542.445,639 m e N=7.368.980,540 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 146°34'40" e a distância de 25,02 m até o 'CBBPD517' (E=542.459,420 m e N=7.368.959,658 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 164°55'05" e a distância de 19,80 m até o 'CBBPD518' (E=542.464,572 m e N=7.368.940,539 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 133°07'33" e a distância de 16,14 m até o 'CBBPD519' (E=542.476,349 m e N=7.368.929,509 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 90°00'00" e a distância de 25,02 m até o 'CBBPD520' (E=542.501,373 m e N=7.368.929,509 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 69°52'51" e a distância de 47,03 m até o 'CBBPD521' (E=542.545,535 m e N=7.368.945,686 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 90°00'00" e a distância de 30,91 m até o 'CBBPD522' (E=542.576,448 m e N=7.368.945,686 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 123°12'26" e a distância de 25,51 m até o 'CBBPD523' (E=542.597,793 m e N=7.368.931,715 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 123°53'35" e a distância de 51,43 m até o 'CBBPD524' (E=542.640,482 m e N=7.368.903,036 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 98°25'09" e a distância de 20,09 m até o 'CBBPD525' (E=542.660,355 m e N=7.368.900,095 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 64°54'19" e a distância de 52,02 m até o 'CBBPD526' (E=542.707,460 m e N=7.368.922,155 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 87°30'47" e a distância de 16,94 m até o 'CBBPD527' (E=542.724,389 m e N=7.368.922,890 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 100°17'43" e a distância de 8,23 m até o 'CBBPD528' (E=542.732,485 m e N=7.368.921,420 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 140°52'49" e a distância de 15,17 m até o 'CBBPD529' (E=542.742,054 m e N=7.368.909,654 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 180°00'00" e a distância de 11,77 m até o 'CBBPD530' (E=542.742,054 m e N=7.368.897,889 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 180°00'00" e a distância de 13,24 m até o 'CBBPD531' (E=542.742,054 m e N=7.368.884,652 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 221°14'07" e a distância de



Esta cópia contém o original  
O referido é verdadeiro e deu fé  
Curitiba, 21.08.12

*Assinatura*  
REGISTRO DE CURITIBA







## Continuação:

de 183,56 m até o 'CBBPD532' (E=542.621,057 m e N=7.368.746,611 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 218°10'58" e a distância de 21,24 m até o 'CBBPD533' (E=542.607,929 m e N=7.368.729,917 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 240°16'41" e a distância de 19,24 m até o 'CBBPD534' (E=542.591,219 m e N=7.368.720,377 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 214°04'49" e a distância de 77,74 m até o 'CBBPD535' (E=542.547,655 m e N=7.368.655,986 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 236°20'03" e a distância de 27,96 m até o 'CBBPD536' (E=542.524,382 m e N=7.368.640,485 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 264°21'23" e a distância de 110,23 m até o 'CBBPD537' (E=542.414,687 m e N=7.368.629,645 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 259°17'47" e a distância de 28,64 m até o 'CBBPD538' (E=542.386,546 m e N=7.368.624,326 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 254°48'40" e a distância de 72,50 m até o 'CBBPD539' (E=542.316,574 m e N=7.368.605,329 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 226°29'43" e a distância de 20,97 m até o 'CBBPD540' (E=542.301,363 m e N=7.368.590,892 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 169°58'58" e a distância de 13,12 m até o 'CBBPD541' (E=542.303,645 m e N=7.368.577,974 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 115°10'50" e a distância de 14,29 m até o 'CBBPD542' (E=542.316,574 m e N=7.368.571,896 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 90°00'00" e a distância de 12,93 m até o 'CBBPD543' (E=542.329,504 m e N=7.368.571,896 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 80°04'58" e a distância de 30,88 m até o 'CBBPD544' (E=542.359,926 m e N=7.368.577,215 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 90°00'00" e a distância de 77,58 m até o 'CBBPD545' (E=542.437,503 m e N=7.368.577,215 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 106°22'31" e a distância de 26,95 m até o 'CBBPD546' (E=542.463,362 m e N=7.368.569,616 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 152°30'14" e a distância de 21,42 m até o 'CBBPD547' (E=542.473,250 m e N=7.368.550,620 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 162°09'57" e a distância de 22,35 m até o 'CBBPD548' (E=542.480,095 m e N=7.368.529,344 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 170°41'48" e a distância de 61,73 m até o 'CBBPD549' (E=542.490,074 m e N=7.368.468,428 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 158°43'54" e a distância de 18,50 m até o 'CBBPD550' (E=542.496,785 m e N=7.368.451,186 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 210°40'44" e a distância de 134,21 m até o 'CBBPD551' (E=542.428,306 m e N=7.368.335,758 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 237°07'07" e a distância de

REGISTRO DE IMÓVEIS

Vanil de Oliveira Souza

A OFICIAL

Selvador Bruno de Oliveira

ESC. JURAMENTADO

COMARCA DE CURITIBA - PR

Sem ônus e sem ônus de origem

O referido é verdade e eu o atesto.

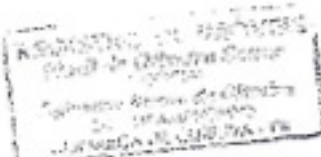
Curitiba, 21/08/2012

REGISTRO GERAL



**Continuação:**

19,84 m até o 'CBBPD552' (E=542.411,647 m e N=7.368.324,989 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 270°00'00" e a distância de 13,72 m até o 'CBBPD553' (E=542.397,928 m e N=7.368.324,989 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 330°40'02" e a distância de 64,01 m até o 'CBBPD554' (E=542.366,569 m e N=7.368.380,795 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 296°32'39" e a distância de 17,53 m até o 'CBBPD555' (E=542.350,889 m e N=7.368.388,628 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 261°52'39" e a distância de 20,79 m até o 'CBBPD556' (E=542.330,310 m e N=7.368.385,690 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 221°06'29" e a distância de 101,35 m até o 'CBBPD557' (E=542.263,672 m e N=7.368.309,324 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 183°56'56" e a distância de 56,92 m até o 'CBBPD558' (E=542.259,752 m e N=7.368.252,538 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 143°56'50" e a distância de 26,64 m até o 'CBBPD559' (E=542.275,432 m e N=7.368.230,999 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 120°33'21" e a distância de 25,04 m até o 'CBBPD560' (E=542.296,991 m e N=7.368.218,271 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 133°20'13" e a distância de 24,25 m até o 'CBBPD561' (E=542.314,631 m e N=7.368.201,627 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 166°59'38" e a distância de 26,13 m até o 'CBBPD562' (E=542.320,510 m e N=7.368.176,172 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 212°17'51" e a distância de 80,81 m até o 'CBBPD563' (E=542.277,334 m e N=7.368.107,867 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 250°34'36" e a distância de 20,72 m até o 'CBBPD564' (E=542.257,793 m e N=7.368.100,977 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 273°48'38" e a distância de 34,56 m até o 'CBBPD565' (E=542.223,310 m e N=7.368.103,274 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 308°38'02" e a distância de 22,07 m até o 'CBBPD566' (E=542.206,068 m e N=7.368.117,054 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 290°32'20" e a distância de 19,64 m até o 'CBBPD567' (E=542.187,677 m e N=7.368.123,945 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 257°12'26" e a distância de 25,93 m até o 'CBBPD568' (E=542.162,389 m e N=7.368.118,203 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 232°28'17" e a distância de 122,75 m até o 'CBBPD569' (E=542.065,045 m e N=7.368.043,431 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 268°31'18" e a distância de 28,15 m até o 'CBBPD570' (E=542.036,905 m e N=7.368.042,705 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 288°25'08" e a distância de 11,92 m até o 'CBBPD571' (E=542.025,594 m e N=7.368.046,472 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 313°34'36" e a distância de



Esta cópia contém o original  
O referido é verdadeiro e não há  
oposição. 21.1.08.12

Assinatura



MATRÍCULA

12.223

FOLHA

02vº

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



Registro de Imóveis

Reg. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 465 221 039-00  
EONE (43) 3545-1313 - CURITIBA - PARANÁ

ITC

Fis. 13

27

4

## Continuação:

21,86 m até o 'CBBPD572' (E=542.009,758 m e N=7.368.061,539 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 278°07'21" e a distância de 16,00 m até o 'CBBPD573' (E=541.993,923 m e N=7.368.063,799 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 248°38'50" e a distância de 18,62 m até o 'CBBPD574' (E=541.976,579 m e N=7.368.057,019 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 190°26'49" e a distância de 29,11 m até o 'CBBPD575' (E=541.971,300 m e N=7.368.028,391 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 157°21'41" e a distância de 19,59 m até o 'CBBPD576' (E=541.978,841 m e N=7.368.010,310 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 196°56'30" e a distância de 18,11 m até o 'CBBPD577' (E=541.973,563 m e N=7.367.992,982 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 233°59'53" e a distância de 20,51 m até o 'CBBPD578' (E=541.956,973 m e N=7.367.980,928 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 262°52'53" e a distância de 18,24 m até o 'CBBPD579' (E=541.938,875 m e N=7.367.978,668 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 299°01'56" e a distância de 15,52 m até o 'CBBPD580' (E=541.925,302 m e N=7.367.986,202 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 342°14'25" e a distância de 19,78 m até o 'CBBPD581' (E=541.919,269 m e N=7.368.005,036 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 26°35'11" e a distância de 62,34 m até o 'CBBPD582' (E=541.947,170 m e N=7.368.060,786 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 9°28'14" e a distância de 18,33 m até o 'CBBPD583' (E=541.950,186 m e N=7.368.078,867 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 352°00'12" e a distância de 43,36 m até o 'CBBPD584' (E=541.944,154 m e N=7.368.121,809 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 299°30'58" e a distância de 26,00 m até o 'CBBPD585' (E=541.921,532 m e N=7.368.134,617 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 247°05'12" e a distância de 21,29 m até o 'CBBPD586' (E=541.901,926 m e N=7.368.126,329 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 198°56'27" e a distância de 55,76 m até o 'CBBPD587' (E=541.883,828 m e N=7.368.073,593 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 216°35'54" e a distância de 29,09 m até o 'CBBPD588' (E=541.866,485 m e N=7.368.050,238 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 228°09'32" e a distância de 107,29 m até o 'CBBPD589' (E=541.786,553 m e N=7.367.978,668 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 312°14'51" e a distância de 33,62 m até o 'CBBPD590' (E=541.761,668 m e N=7.368.001,269 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 14°02'56" e a distância de 27,96 m até o 'CBBPD591' (E=541.768,455 m e N=7.368.028,391 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 41°50'47" e

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A. OFICIAL  
Salvador Bruno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COARCA DE CURITIBA - P.

Esta copia conferida com original  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21/08/2012

REC 21 CURITIBA





## Continuação:

a distância de 38,43 m até o 'CBBPD592' (E=541.794,094 m e N=7.368.057,019 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 17°06'50" e a distância de 18,02 m até o 'CBBPD593' (E=541.799,396 m e N=7.368.074,239 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 334°37'58" e a distância de 15,67 m até o 'CBBPD594' (E=541.792,683 m e N=7.368.088,397 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 299°57'32" e a distância de 22,38 m até o 'CBBPD595' (E=541.773,290 m e N=7.368.099,575 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 274°15'50" e a distância de 50,11 m até o 'CBBPD596' (E=541.723,316 m e N=7.368.103,301 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 304°40'13" e a distância de 11,79 m até o 'CBBPD597' (E=541.713,620 m e N=7.368.110,008 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 346°44'52" e a distância de 13,01 m até o 'CBBPD598' (E=541.710,636 m e N=7.368.122,676 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 22°06'21" e a distância de 55,50 m até o 'CBBPD599' (E=541.731,521 m e N=7.368.174,094 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 0°00'00" e a distância de 9,69 m até o 'CBBPD600' (E=541.731,521 m e N=7.368.183,781 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 309°32'01" e a distância de 22,24 m até o 'CBBPD601' (E=541.714,366 m e N=7.368.197,940 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 292°01'04" e a distância de 33,79 m até o 'CBBPD602' (E=541.683,039 m e N=7.368.210,608 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 266°25'37" e a distância de 83,70 m até o 'CBBPD603' (E=541.599,501 m e N=7.368.205,392 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 237°00'01" e a distância de 88,94 m até o 'CBBPD604' (E=541.524,913 m e N=7.368.156,954 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 270°00'00" e a distância de 13,43 m até o 'CBBPD605' (E=541.511,488 m e N=7.368.156,954 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 331°54'20" e a distância de 12,67 m até o 'CBBPD606' (E=541.505,521 m e N=7.368.168,132 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 5°15'04" e a distância de 10,59 m até o 'CBBPD607' (E=541.506,490 m e N=7.368.178,677 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 24°55'30" e a distância de 44,61 m até o 'CBBPD608' (E=541.525,288 m e N=7.368.219,128 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 21°10'44" e a distância de 48,03 m até o 'CBBPD609' (E=541.542,640 m e N=7.368.263,913 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 32°56'53" e a distância de 144,28 m até o 'CBBPD610' (E=541.621,113 m e N=7.368.384,991 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 90°00'00" e a distância de 20,66 m até o 'CBBPD611' (E=541.641,770 m e N=7.368.384,991 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 128°15'53" e a distância de



MATRÍCULA

12.223

FOLHA

03vº

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



Registro de Imóveis

Bel. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 465.231.038-00  
FONE (41) 3545-1313 - CURITIBA - PARANÁ

ITC

Fls. 20

DIRETORIA LEGISL.

29

Pág. 4

## Continuação:

17,85 m até o 'CBBPD612' (E=541.655,787 m e N=7.368.373,935 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 166°21'38" e a distância de 25,03 m até o 'CBBPD613' (E=541.661,690 m e N=7.368.349,611 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 179°21'20" e a distância de 65,60 m até o 'CBBPD614' (E=541.662,428 m e N=7.368.284,011 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 129°04'04" e a distância de 15,20 m até o 'CBBPD615' (E=541.674,232 m e N=7.368.274,428 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 94°45'33" e a distância de 8,88 m até o 'CBBPD616' (E=541.683,085 m e N=7.368.273,691 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 52°40'35" e a distância de 35,25 m até o 'CBBPD617' (E=541.711,120 m e N=7.368.295,067 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 35°33'47" e a distância de 19,03 m até o 'CBBPD618' (E=541.722,187 m e N=7.368.310,546 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 5°11'57" e a distância de 16,28 m até o 'CBBPD619' (E=541.723,662 m e N=7.368.326,762 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 0°00'00" e a distância de 20,64 m até o 'CBBPD620' (E=541.723,662 m e N=7.368.347,400 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 345°27'10" e a distância de 20,56 m até o 'CBBPD621' (E=541.718,498 m e N=7.368.367,301 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 333°24'50" e a distância de 11,54 m até o 'CBBPD622' (E=541.713,333 m e N=7.368.377,620 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 299°30'22" e a distância de 121,22 m até o 'CBBPD623' (E=541.607,833 m e N=7.368.437,324 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 319°56'37" e a distância de 24,07 m até o 'CBBPD624' (E=541.592,340 m e N=7.368.455,752 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 352°52'06" e a distância de 17,83 m até o 'CBBPD625' (E=541.590,126 m e N=7.368.473,442 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 14°57'19" e a distância de 17,98 m até o 'CBBPD626' (E=541.594,766 m e N=7.368.490,812 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 47°00'05" e a distância de 37,32 m até o 'CBBPD627' (E=541.622,064 m e N=7.368.516,266 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 35°20'11" e a distância de 26,75 m até o 'CBBPD628' (E=541.637,533 m e N=7.368.538,085 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 0°00'00" e a distância de 19,09 m até o 'CBBPD629' (E=541.637,533 m e N=7.368.557,176 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 324°08'15" e a distância de 20,19 m até o 'CBBPD630' (E=541.625,704 m e N=7.368.573,539 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 296°32'38" e a distância de 103,75 m até o 'CBBPD631' (E=541.532,891 m e N=7.368.619,903 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 261°28'37" e a distância de

REGISTRO DE IMÓVEIS

Vanil de Oliveira Souza

A. OFICIAL

Salvador Bueno da Costa

ESC. JURAMENTADO

COMARCA DE CURITIBA - P.

Esta cópia é uma reprodução fiel

O referido é verdade e sou o

Curitiba, 21/08/2012.

[Assinatura]

REG. DE IMÓVEIS





## Continuação:

18,40 m até o 'CBBPD632' (E=541.514,692 m e N=7.368.617,175 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 230°58'22" e a distância de 62,08 m até o 'CBBPD633' (E=541.466,466 m e N=7.368.578,085 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 278°31'23" e a distância de 18,40 m até o 'CBBPD634' (E=541.448,267 m e N=7.368.580,812 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 336°28'54" e a distância de 22,80 m até o 'CBBPD635' (E=541.439,168 m e N=7.368.601,721 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 7°57'03" e a distância de 39,47 m até o 'CBBPD636' (E=541.444,627 m e N=7.368.640,812 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 320°24'52" e a distância de 54,26 m até o 'CBBPD637' (E=541.410,050 m e N=7.368.682,630 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 354°57'07" e a distância de 37,79 m até o 'CBBPD638' (E=541.406,725 m e N=7.368.720,277 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 321°44'26" e a distância de 37,79 m até o 'CBBPD639' (E=541.383,323 m e N=7.368.749,951 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 275°58'30" e a distância de 95,02 m até o 'CBBPD640' (E=541.288,819 m e N=7.368.759,843 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 295°37'13" e a distância de 24,95 m até o 'CBBPD641' (E=541.266,318 m e N=7.368.770,633 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 333°24'50" e a distância de 40,22 m até o 'CBBPD642' (E=541.248,317 m e N=7.368.806,601 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 6°45'06" e a distância de 84,21 m até o 'CBBPD643' (E=541.258,218 m e N=7.368.890,228 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 48°36'09" e a distância de 20,40 m até o 'CBBPD644' (E=541.273,519 m e N=7.368.903,716 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 68°44'14" e a distância de 40,71 m até o 'CBBPD645' (E=541.311,456 m e N=7.368.918,479 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 351°57'25" e a distância de 76,35 m até o 'CBBPD646' (E=541.300,773 m e N=7.368.994,081 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 313°45'17" e a distância de 29,58 m até o 'CBBPD647' (E=541.279,407 m e N=7.369.014,537 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 273°17'56" e a distância de 46,37 m até o 'CBBPD648' (E=541.233,113 m e N=7.369.017,206 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 232°57'30" e a distância de 155,54 m até o 'CBBPD649' (E=541.108,961 m e N=7.368.923,509 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 270°00'00" e a distância de 28,01 m até o 'CBBPD650' (E=541.080,947 m e N=7.368.923,509 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 228°23'34" e a distância de 42,15 m até o 'CBBPD651' (E=541.049,432 m e N=7.368.895,521 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimute de 286°54'46" e a distância de 28,06

Esta cópia contém o original  
O referido é verdade e eu firmo

Curitiba, 21.1.08/2012

*[Assinatura]*  
REGISTRADORA

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Beli Vanil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR



**Continuação:**

m até o 'CBBPD652' (E=541.022,585 m e N=7.368.903,684 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimuth de 321°41'02" e a distância de 28,24 m até o 'CBBPD653' (E=541.005,077 m e N=7.368.925,841 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimuth de 353°39'14" e a distância de 31,68 m até o 'CBBPD654' (E=541.001,575 m e N=7.368.957,328 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Limeira com o azimuth de 0°37'37" e a distância de 63,69 m até o marco 'CBBMD148' (E=541.002,272 m e N=7.369.021,012 m); Daí segue confrontando com Lote 02 com o azimuth de 45°38'45" e a distância de 885,83 m até o marco 'CBBMD149' (E=541.635,667 m e N=7.369.640,288 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 136,1420 ha. (Conforme Memorial Descritivo devidamente assinado pelo Engenheiro Civil Carlos Roberto Fernandes Pinto CREA - PR-13757/D). **Registro anterior não consta - Terras devoluta. PROPRIETÁRIO: O ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76416940/0001-28, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, Palácio das Araucárias em Curitiba-PR. **O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ: Curiúva, 06 de junho de 2012. A OFICIAL:** *Vanil de Oliveira Souza*

**R-01-M-12.223. PROT.34.161.1B.06.06.2012** - O imóvel desta matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Curiúva-PR, Dr. Alexandre Barbosa Fabiani, nos autos nº 119/1979, de Ação Discriminatória que tramitou naquela Vara, Sentença confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo-lhe, por consequência atribuído o domínio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº 619/2011 de 01 de setembro de 2011, do Juízo de Direito da Comarca de Curiúva, expedido nos autos da referida ação. Sem custas. Funrejus Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. **O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ. Curiúva, 06 de junho de 2012. A Oficial:** *Vanil de Oliveira Souza*



Esta cópia, emitida em 21/08/2012  
O referido é verdade e dou fé.  
Curiúva, 21/08/2012

*Vanil de Oliveira Souza*  
REG. GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Selvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR



INFORMAÇÃO Nº 340

PROTOCOLO Nº. 9.678.211 - 0 - SID - LUIZ LOPES.

Ao ITC/DIJUR.

- Atendendo solicitação contida às fls. 12 do presente Protocolado, estamos anexando o Laudo Técnico elaborado por Profissional Habilitado, bem como cópias das Plantas e Matrículas dos referidos lotes.
- Quanto aos Croquis dos lotes nos Laudos de Vistorias, acreditamos nser desnecessário, tendo em vista que os mesmos foram devidamente registrados ( matriculados ) recentemente junto as respectivas Comarcas.

ITC/ DITER, em 26 de julho de 2013

  
Roberto Alfredo Gomes  
Diretor de Terras



Parecer nº 107/2013

Protocolo nº 9.678.211-0

Interessado: LUIZ LOPES

Assunto: Requer regularização dominial de área rural

## SENHOR DIRETOR PRESIDENTE

**Luiz Lopes**, brasileiro, separado judicialmente, pecuarista, portador da CI.RG. nº 1.071.501/PR e inscrito no CPF sob o nº 156.674.309-59, residente e domiciliado no Município de São Jerônimo da Serra, requer, junto a este ITCG, a **regularização dominial do "Lote nº. 1, com área de 136,1420 ha, localizado na Colônia São Jerônimo, parte das glebas nºs. 8 e 9, e situado no Município de Saporerna."**

Através da vistoria "in loco", levada a efeito sobre a área pretendida à aquisição pelo requerente, se constatou que ele mantém sobre esta uma ocupação de forma mansa, efetiva e pacífica, tornando-a produtiva com a força do seu trabalho e de sua família. Nestes termos, se condiciona à aquisição de dominialidade de acordo com a Legislação de Terras em vigor no Estado do Paraná, Lei 7055/1978, nos termos dos seus arts. 27, e 33, inciso III, *in verbis*.

**"Art. 27 – As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.**

**Art. 33 – As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:**

**(...)**

**III – para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril. "**

Entretanto, a extensão total da área, 136,1420 ha, se apresenta como fator impeditivo de aquisição de Terras Devolutas do Estado do Paraná, nos termos da Lei de Terras supra mencionada, visto que extrapola o limite legal imposto por este diploma legal, que é de 100 (cem hectares).

Uma vez constatada a ocorrência de tal impeditivo legal, os requerimentos de tais regularizações devem ser submetidos à prévia e expressa autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do Art. 54, Inciso XXX, da Constituição Estadual do Paraná de 1989, que assim dispõe:

Art. 54, Inciso XXX - Constituição Estadual.

***"Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:***

***XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no Art. 49, XVII, da Constituição Federal."***

Obs: Art. 49, Inciso XVII, da Constituição Federal.

**"É de competência exclusiva do Congresso Nacional:**



**XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.**

Requerimentos neste sentido devem ser encaminhados ao ITCG, que providenciará a elaboração de "Laudo Técnico" das áreas e o seu devido encaminhamento ao Senhor Governador do Estado que o analisará e diante da oportunidade e conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área objeto do pedido. *(Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual de 1989)*

Compulsando os Autos, constata-se que o requerimento da parte está devidamente instruído, e que o ITCG já providenciou a elaboração do "Relatório Técnico", exigido por lei para tal fim, devendo ficar ressaltado que a sua conclusão foi pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão.

Assim, Senhor Diretor Presidente, entendemos que o presente processo se encontra em ordem e devidamente instruído para ser alçado à apreciação da Autoridade Superior.

É o nosso parecer.

Curitiba, 30 de Julho de 2013.

*Luiz Carlos Pupim*  
**OAB/PR.9733**



Ofício nº 215/2013 GP

Curitiba, 07 de agosto de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 9.678.211-0, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



**Amilear Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor  
**JULIO CEZAR ZEM CARDOZO**  
Procurador-Geral do Estado  
Curitiba-PR



Protocolo nº 9.678.211-0  
Despacho nº 553/2013 - PGE



- I. Retorne ao Jurídico do ITCG para a apresentação da minuta de lei, bem como, parecer conclusivo, visto que a Autarquia detém integrante do Quadro da Carreira Especial de Advogado do Estado.
- II. Após, encaminhe-se à SEEG.

Curitiba, 09 de agosto de 2013.

  
Izabel Cristina Marques  
**Chefe de Gabinete**  
**Procuradoria Geral do Estado**



Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências

Protocolo nº 9.678.211-0

Interessado: Luiz Lopes



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

ITC  
Fls. 32  
PROTOS

À SEEG

Em atenção à solicitação contida às fls. 31, estamos anexando a Minuta de Lei, referente à Regularização Dominial das Áreas objeto do presente processo.

Informamos que o Parecer conclusivo, opinando pelo deferimento do presente requerimento já foi exarado pela Diretoria Jurídica deste ITC, conforme documento de fls. 25, usque 27.

Curitiba, 11 de Setembro de 2013.

*Luiz Carlos Pupim*  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITC**





## **MINUTA DE LEI**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC, a alienar a Luiz Lopes, o lote nº. 1, com área de 136,1420 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sapopema.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 54, inciso XXX da Constituição Estadual combinado com o Artigo 121, § 3º, inciso X do Regimento Interno, a seguinte Lei:

**Art. 1º .** Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº. 1, com área de 136,1420 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, a Luiz Lopes.

**Art. 2º .** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em

*Valdir Luiz Rossoni*  
*Presidente em exercício*



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº



**PROTOCOLO Nº 9.678.211-0**

Encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 13 de setembro de 2013

**LUCIANA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 9.678.211-0

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.



**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 517/2014**

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.


Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 19 de fevereiro de 2014.

  
Giovanni Gonçalves  
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.

  
Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do NJA/SEEG  
Respondendo pela NJA/CC/CM/VG



**SID nº. 9.678.211-0**

**PARECER Nº 036/2014 – DIJUR - ITCG**

**INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG**

**ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.**

**À PGE/NJA/SEEG:**

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 517/2014, de fls. 35, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito da *"possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente"*.

Quanto à matéria questionada, explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

*Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.*

*Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.*

*Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)*

Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos

beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.*

(...)

*§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tornadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:*

*I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;*

*II - tenham na agricultura sua atividade principal;*

*III - residam no imóvel.*

(...)

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é



justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

*Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.*

*Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:*

*I — para fins de pesquisa ou fomento.*



- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;  
III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Quanto à necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:  
(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITCG**

Protocolo nº 9.678.211-0

Interessados: **PGE / NJA / SEEG**

**Luiz Lopes**



I. Aprovo o Parecer nº 036/2014 - DIJUR - ITCG,  
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de  
Governo-**SEEG** - Núcleo Jurídico da  
Administração-**NJA**.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



**Amílcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do ITCG

## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº



**PROTOCOLO Nº 9.678.211-0**

Conforme as informações prestadas pela ITCG,  
encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de  
Governo.

Em 14 de março de 2014



**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo





PROTOCOLO: 9.678.211-0

INTERESSADO1: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO2: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização Fundiária - Imóvel Devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1753/2014 - NJA/SEEG**

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor Luiz Lopes (fls. 02), para regularização fundiária do lote nº 01, parte das Glebas 08 e 09, Colônia São Jerônimo, com aérea de 136,1420ha, localizada no município de Sapopema - PR.

O protocolado em apreço, já foi analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG (fls. 25/29), que conclui pela regularidade da instrução do processo e pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão (sic).

Ademais, junta-se ao protocolado MINUTA DE LEI, fls. 38 e mediante Parecer nº 036/2014 - DUUR-ITCG, de fls. 36/40, a Diretoria Jurídica do Instituto esclarece tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 20 de maio de 2014.

  
Raul Ciel Coccaro Siqueira  
Assessor - CTL/SEEG

  
Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe da CTL/SEEG



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

REQUERIMENTO.


REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A **VOTAÇÃO EM BLOCO** DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DE AUTORIA DA MESA EXECUTIVA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a **VOTAÇÃO EM BLOCO** dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Executiva: 09/2014; 02/2014; 06/2014; 07/2014; 08/2014; 03/2014; 04/2014; 05/2014.

Consigne-se que a matéria versada nas proposições mencionadas é semelhante, tratando-se de alienação de imóveis, sendo a sua constitucionalidade auferida conforme os pareceres apresentados, limitando-se a competência regimental desta Comissão.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
Galine Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246

*rubricado*  
01.07.14



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2014 de autoria da MESA EXECUTIVA que *‘Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis’*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO AO PODER EXECUTIVO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ.

Autor: MESA EXECUTIVA.

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 02/2014, de autoria da MESA EXECUTIVA, em atendimento a mensagem governamental nº 48/2014.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência - ITCG, a alienar o imóvel descrito no artigo 1º do respectivo PDL.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo:  
*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº*





8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas f e g ) e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social (exceto da mensagem governamental nº 48/2014-fls. 04).

E ainda, continua:

[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. (exceto da mensagem governamental nº 48/2014 - fls. 04)

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.



## II ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*





*Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.*

*§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.*

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

*Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:*

*(...)*

*§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:*

*(...)*

*X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.*

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Desta forma o PDL se encontra em consonância aos critérios exigidos em relação à constitucionalidade formal.

Em relação a constitucionalidade material, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do





Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições posteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII<sup>4</sup> da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º<sup>5</sup> da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

<sup>4</sup> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

<sup>5</sup> Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



(...)

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são eivadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que há documentos que comprovam a posse do imóvel pelo adquirente há vários anos e neste sentindo não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da





proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

*A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança. (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)*

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão





somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

### III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2014, de autoria da Mesa Executiva.

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER

Dep. Toledo

Vanezi

Sala das Comissões, 01 de Junho de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator



## PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Parlamentar - Deputado Pedro Lupion


4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

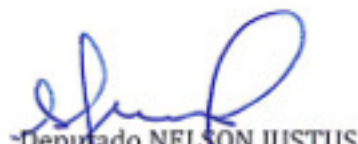
### ERRATA AO PARECER DA CCJ

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2014

- i. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 02/2014, o qual teve sua constitucionalidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta e.Casa Legislativa. Na oportunidade, o Parlamentar que ora subscreve, foi o relator da matéria em apreço, exarando parecer pela APROVAÇÃO, conforme a fundamentação ali contida;
- ii. Ocorre, que erroneamente constou que a autoria do PDL seria da "MESA EXECUTIVA".
- iii. Logo, trata-se de mero **vício material**, uma vez que a autoria da proposição é do Deputado VALDIR ROSSONI e Deputado PLAUTO MIRÓ, Presidente e Primeiro Secretário, respectivamente, desta e.Casa Legislativa, em atendimento a Mensagem oriunda do PODER EXECUTIVO.
- iv. Assim, com o objetivo de se evitar rasuras no parecer retro e sanar o vício material em comento, apresenta-se a presente errata para que, aonde **se lê "MESA EXECUTIVA" LEIA-SE "DEPUTADO VALDIR ROSSONI E DEPUTADO PLAUTO MIRÓ"**.
- v. Destarte, não havendo qualquer alteração na essência ou matéria ventilada no mesmo, bastando o presente para sanar o vício material.

Curitiba, 29 de Outubro de 2014.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente da CCJ

  
Caline Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/14**

**RELATÓRIO**

A Proposta em análise de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miro, é oriunda do Poder Executivo – Mensagem nº 048/14, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Luiz Lopes, o Lote nº 1, com área de 136,1420 ha., parte das Glebas nºs 8 e 9, Colônia São Jerônimo, localizado no Município de Sapopema, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 9.678.211-0/SID, e que obteve o pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

DIRETORIA LEGISL.  
Pag. 628

**CONCLUSÃO**


Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

04/11/14


  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ENIO VERRI**  
**RELATOR**

  
Dep. Walden

  
Dep. Walden

  
Dep. Walden

  
Dep. Elói



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3 /2014

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Célia Regina Canhetti Postigo e Delma Canhetti Postigo, os Lotes abaixo relacionados, todos partes da Gleba Ribeirão do Tigre, do imóvel denominado Colônia Paranavaí, com área total de 246,50 ha, localizados no Município de Marilena, Comarca de Nova Londrina, nos termos da Mensagem nº 47, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I:

- Lote nº 195 – área de 22,70 hectares;
- Lote nº 196 – área de 22,70 hectares;
- Lote nº 261 – área de 22,70 hectares;
- Lote nº 262 – área de 22,70 hectares;
- Lote nº 280 – área de 12,63 hectares;
- Lote nº 281 – área de 12,63 hectares;
- Lote nº 282 – área de 12,63 hectares;
- Lote nº 283 – área de 12,63 hectares;
- Lote nº 284 – área de 12,63 hectares;
- Lote nº 285 – área de 12,63 hectares;
- Lote nº 286-A – área de 2,42 hectares;
- Lote nº 308-B – área de 2,80 hectares;
- Lote nº 309 – área de 10,58 hectares;
- Lote nº 310 – área de 13,60 hectares;
- Lote nº 311 – área de 12,63 hectares;
- Lote nº 312 – área de 12,63 hectares;
- Lote nº 313 – área de 12,63 hectares; e
- Lote nº 314 – área de 12,63 hectares.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 17 JUN. 2014  
1º Secretário

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário



## JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 47, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014.



Curitiba, em 4 de junho de 2014.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 06/06/2014

Senhor Presidente

Presidente



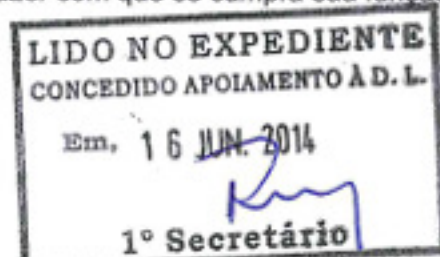
Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Célia Regina Canhetti Postigo e Delma Russo Canhetti Postigo, os lotes a seguir relacionados, todos partes integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre, Colônia Paranavaí, com área total de 246,50 ha., localizados no Município de Marilena, Comarca de Nova Londrina:

Lote nº 195 – Área 22,70 hectares;  
Lote nº 196 – Área 22,70 hectares;  
Lote nº 261 – Área 22,70 hectares;  
Lote nº 262 – Área 22,70 hectares;  
Lote nº 280 – Área 12,63 hectares;  
Lote nº 281 – Área 12,63 hectares;  
Lote nº 282 – Área 12,63 hectares;  
Lote nº 283 – Área 12,63 hectares;  
Lote nº 284 – Área 12,63 hectares;  
Lote nº 285 – Área 12,63 hectares;  
Lote nº 286-A – Área 2,42 hectares;  
Lote nº 308-B – Área 2,80 hectares;  
Lote nº 309 – Área 10,58 hectares;  
Lote nº 310 – Área 13,60 hectares;  
Lote nº 311 – Área 12,63 hectares;  
Lote nº 312 – Área 12,63 hectares;  
Lote nº 313 – Área 12,63 hectares; e  
Lote nº 314 – Área 12,63 hectares;

Cabe esclarecer que, embora as áreas de cada imóveis sejam inferiores a 100 (cem) hectares, somadas ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 9.667.833-9



Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 9.667.833-9-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia das principais peças do processo.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.

000061

PROTOCOLO

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ERPVI NUM. 9.667.833-9

29 OUT 2007

DATA- HORA-

PROTOD: 9.667.833-9 ORGAO: IAP/ERPVI 05/11/2007 09:15  
INTER1: CELIAREGINA CANHETTI POSTIGO  
INTER2:  
ASS...: MEIO AMBIENTE  
P.CHAV: ESTUDO/AVALIACAO CIDADE.: MARILENA-PR  
DOCTO.: - ORIG...: IAP/ERPVI  
ASS./ : REQUER REGULARIZACAO DE LOTE  
COMPL..:

| DATA         | UNIDADE          | RUBRICA | DATA | UNIDADE    | RUBRICA     |
|--------------|------------------|---------|------|------------|-------------|
| 5/11/07      | by lior          |         | 19   | 11/02/14   | SEMA        |
| 23/11/08     | SEMA/CJC         |         | 20   | 18/02/14   | ITC G/C/Chb |
| 25/01/08     | ITC/OP           |         | 21   | 14.03.2014 | ITC/GP      |
| 28/01/08     | ITC/DITER        |         | 22   | 18.03.14   | SEEG/CC     |
| 26/05/08     | ITC/GP           |         | 23   | 19/03/14   | CAO         |
| 10/06/08     | CC/DG            |         | 24   | 21/03/14   | NJA         |
| 21.6.10      | CC/G/CC          |         | 25   |            |             |
| 17/5/11      | CC/CTL           | T       | 26   |            |             |
| 23/5/11      | ITC/Diter        |         | 27   |            |             |
| 24.05.11     | Diter. R.F. Bito |         | 28   |            |             |
| 26/06/13     | ITC/GP           |         | 29   |            |             |
| 10 JUL. 2013 | PGE              |         | 30   |            |             |
| 01/08/13     | NJA              |         | 31   |            |             |
| 21/08/13     | CAO              |         | 32   |            |             |
| 21/08/13     | SEMA             |         | 33   |            |             |
| 16.09.13     | SEEG/CAO         |         | 34   |            |             |
| 17/09/13     | NJA              |         | 35   |            |             |
| 14/02/14     | CAO              |         | 36   |            |             |



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO** IAP/ERPVI  
**ROBERTO REQUIÃO.**

NUM. 9.667.833 -

DATA -

29 OUT 2007  
HORA -

Eu Célia Regina Canhetti Postigo, Estado Civil Solteira, portador(a) do RG nº 3.377.394 - 3 e CPF nº 017.722.058 - 93 e Delma Russo Canhetti Postigo, brasileira, viúva, do lar, portadora da série de identidade RG nº 1.086.113 - SSP/SP e CPF nº 003.648.229 - 37, residentes na Luis Gama nº 801, bairro zona 4, CEP 87014110 Município de Maringá, Telefone 44 - 3224 6980.

Venho mui respeitosamente á presença de Vossa Excelência requerer:  
A regularização dos lotes abaixo relacionados de acordo com a legislação em vigor e o artigo 54 inciso xxx da Constituição Estadual.

Lote n.º 195 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 22,70 hectares;  
Lote n.º 196 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 22,70 hectares;  
Lote n.º 261 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 22,70 hectares;  
Lote n.º 262 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 22,70 hectares;  
Lote n.º 280 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;  
Lote n.º 281 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;  
Lote n.º 282 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;  
Lote n.º 283 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;  
Lote n.º 284 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;  
Lote n.º 285 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;  
Lote n.º 286-A da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 2,42 hectares;  
Lote n.º 308-B da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 2,80 hectares;  
Lote n.º 309 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 10,58 hectares;  
Lote n.º 310 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 13,60 hectares;  
Lote n.º 311 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;  
Lote n.º 312 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;  
Lote n.º 313 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;  
Lote n.º 314 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvaí - Área 12,63 hectares;

Ambos pertencentes ao município de Marilena comarca de Nova Londrina, com área total de 246,50 hectares. (Duzentos e quarenta e seis hectares virgula cinquenta ares).

Neste Termo  
Pede Deferimento

Marilena, 21 de Agosto de 2007

  
Célia Regina Canhetti Postigo

  
Delma Russo Canhetti Postigo

*neccia.luz@hotmail.com*





# República Federativa do Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA - MUNICÍPIO E DISTRITO DA CAPITAL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Rua Pires de Mota, 384  
Aclimação - Tel.: 285-0415

37.º SUBDISTRITO - ACLIMAÇÃO

Bel.<sup>a</sup> Marlene Marchiori Siano  
ESCRIVÃ

FL 046

## Certidão de Nascimento



N.º 9011

Fis. 11 -

CERTIFICO que no livro n.º A-10 de assentamento de Nascimentos, está registrada uma criança de sexo feminino nascida neste Subdistrito

no dia trinta de outubro de mil novecentos e cinquenta e sete às 05 horas e 00 min

com o nome de: CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO

filha de Nelson Canhetti Postigo

e de dona Delma Russo Canhetti Postigo

são avó paternos Affonso Canhetti

e Dona Josepha Postigo

e maternos Antonio Pedro Russo

e Dona Maria Izabel Gomes Russo

Registro feito em 21 de dezembro de 1957

Observações: Foi declarante o pai. Testemunhas as constantes do termo.

Fratti e OFÍCIO DE NOTAS

AV. XV DE NOVENBRO, 500 - FONEPAX (44) - MARINGÁ-PR

Autentico a presente certidão, devendo ser o original e uma cópia autenticada, em seu ANVERSO, para uso legal.

Lei 13.278 de 18/07/2001

NOTAS

SECO DE

AUTENTICAÇÃO

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> MARIA PAULA PRATO           | <input type="checkbox"/> Ely R. de Almeida |
| <input type="checkbox"/> Zuleika Maria Leão de Faria | <input type="checkbox"/> Celia de Abreu    |
| <input type="checkbox"/> Sandra Maria Costa          | <input type="checkbox"/> Lina Edvina Verja |
| <input type="checkbox"/> Antonio Sérgio Leon Pereira | <input type="checkbox"/> Lina Edvina Verja |
| <input type="checkbox"/> José Marcos                 | <input type="checkbox"/> Lina Edvina Verja |

NOTAS

BFG25705

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo - 37.º Subdistrito, 31 de janeiro de 1989

ESCRIVÃ

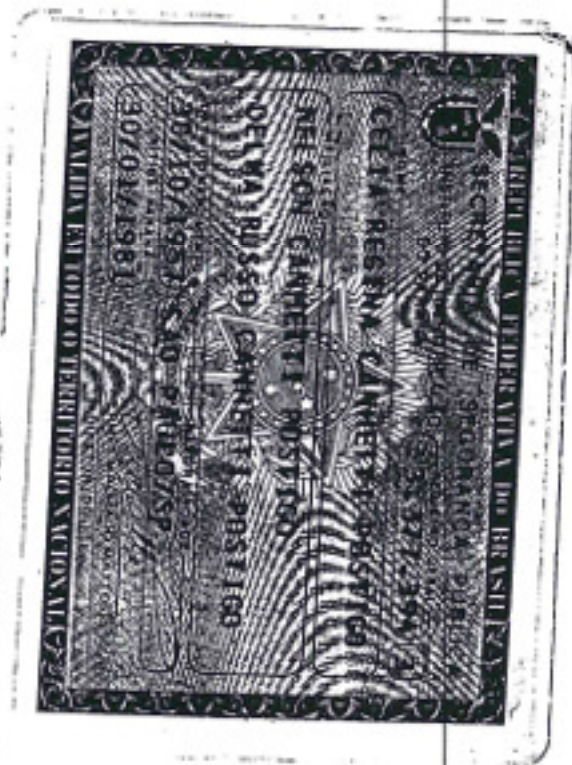
taxa reg. overva  
ncz\$0,83

*Assinatura da Escrivã*





FL. 0







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ANTONIO**  
**FACCI**Tabelião e Oficial do Registro  
Civil de Pessoas Naturais  
Distrito Judiciário de Floriano - Município  
e Comarca de Maringá - Paraná  
E-mail : cartorio@afacci.com.br  
Site : www.afacci.com.br

LIVRO 00122-P FOLHA 187/188

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: DELMA RUSSO  
CANHETI POSTIGO A FAVOR DE CÉLIA REGINA  
CANHETTI POSTIGO NA FORMA ABAIXO  
DECLARADA.-****acs****SAIBAM** todos quanto este

público instrumento de procuração bastante virem que aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e sete, (22/08/2007), neste Distrito Judiciário de Floriano, Município e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, em Cartório, situado na Avenida Brasil, 7.346, cidade de Maringá, perante mim Antonio Carlos da Silva Ribeiro, Escrevente, que esta subscreve, compareceu como Outorgante, Sra. **DELMA RUSSO CANHETI POSTIGO**, brasileira, capaz, viúva, do lar, portadora da Cédula de Identidade RG. sob nº 1.086.113-SSP/SP, portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 645326945 - REGISTRO: 00612635801 e inscrita no CPF/MF sob nº 003.648.229-37, residente e domiciliada na Rua Luiz Gama nº 801 - Zona 04, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná; a presente reconhecida como a própria por mim, Antonio Carlos da Silva Ribeiro, Escrevente, conforme os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. E aí, pela Outorgante, me me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui sua bastante procuradora, **CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO**, brasileira, solteira, maior e capaz, agropecuarista, portadora da Cédula de Identidade RG. sob nº 3.377.394-3-SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 017.722.058-93, residente e domiciliada na Rua Luiz Gama nº 801 - Zona 04, nesta cidade de Maringá, Estado do Paraná; a quem confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para o fim especial de **ACEITAR e ASSINAR** em nome da outorgante, Escritura Pública de Compra e Venda e/ou Títulos de Propriedade, a ser outorgado pelo Governo do Estado do Paraná e/ou quaisquer outras repartições ou instituições governamentais, no que tange a parte ideal que a outorgante possui sobre quaisquer bens imóveis situados na Gléba Ribeirão do Tigre, Colônia Paranavaí, do Município de Marilena, Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná; podendo para tanto, dita procuradora, assinar no livro competente e/ou onde mais se fizer necessário; concordar com a escritura em todos os seus expressos termos; aceitar posse, jus, domínio, ação e direitos; aceitar quitação; firmar contratos; estipular cláusulas, prazos e condições de pagamento; aceitar e assinar escrituras de quaisquer natureza, com todas as cláusulas e exigências legais; melhor descrever, confrontar e situar imóveis; responder pela evicção de direito; alegar, promover e assinar o que for preciso; autorizar abertura de matrículas, registros e averbações na Circunscrição Imobiliária competente; rescindir e re-ratificar escrituras de quaisquer natureza; prestar declarações, informações e esclarecimentos; apresentar e retirar documentos; fazer e assinar requerimentos; proceder parcelamento de quaisquer impostos, firmando os compromissos necessários; representá-lo nas repartições públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas em geral, especialmente perante a Tabelionatos de Notas, Registro Imobiliário competente, e, ainda, junto à qualquer Instituição Governamental, onde poderá requerer, pleitear, assinar e retirar o que preciso for;



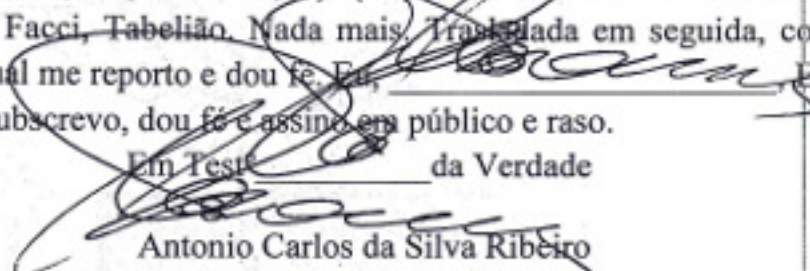


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ANTONIO**  
**FACCI**

Tabelião e Oficial do Registro  
Civil de Pessoas Naturais  
Distrito Judiciário de Florianópolis - Município  
e Comarca de Maringá - Paraná  
E-mail : cartorio@afacchi.com.br  
Site : www.afacchi.com.br

LIVRO 00122-P FOLHA 187/188

ressalvados pelo artigo 38, do Código de Processo Civil, para o foro em geral, representando-a perante quaisquer Juízo, Instância ou Tribunal; praticar enfim, todos os demais atos correlatos ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, se lhe convier, no todo ou em parte. Pela Outorgante, me foi dito, finalmente, que aceita esta procuração em todos os seus expressos termos. Assim o disse, do que dou fé. A pedido, lavrei-lhe a presente procuração que, depois de lida e achada em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Fica dispensada a presença das testemunhas instrumentárias conforme faculta o item 11.2.18 do Código de Normas da Egrégia Corregedoria de Justiça do Estado do Paraná. **Procuração Registrada no Livro de Feitos nº 10, às fls. 106, sob nº 1300 - Capa: 9524.** Eu, (a.), Antonio Carlos da Silva Ribeiro, Escrevente, que a escrevi. Eu, (a.), Antonio Facci, Tabelião que a fiz digitar, subscrevi, dou fé e assino em público e raso. Emolumento : R\$40,00 (VRC 380,95). (aa) DELMA RUSSO CANHETI POSTIGO, outorgante. Antonio Facci, Tabelião. Nada mais. Traslada em seguida, confere em tudo com o original, ao qual me reporto e dou fé. Eu,  Escrevente, que a trasladei, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.

Em Teste da Verdade

Antonio Carlos da Silva Ribeiro  
Escrevente

Antonio Carlos da Silva Ribeiro  
AUXILIAR JURAMENTADO

Paraná  
FL 06





SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS.

ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAI



INSTITUTO  
AMBIENTAL  
DO PARANÁ



SPI nº 9.667.833-9

Ao - ITCG

Repasse-se o protocolado para tramitação na esfera pertinente, tem em vista que não pertence ao IAP.

Paranavaí, 23 de janeiro de 2007

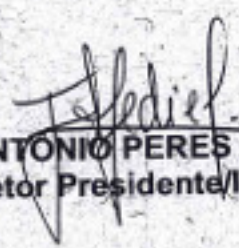
Antônio C. Cavalheiro Morello  
Chefe Regional - Paranavaí



**Ao ITC/DITER**  
**Processo nº 9.667.833-9**

Para ciência e providências cabíveis.

**Em 28/01/2008**



**JOSÉ ANTONIO PERES GEDIEL**  
Diretor Presidente/ITC



ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.



PROTOCOLO

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ERPVI NUM. 9.667.834-7

29 OUT 2007

DATA-

HORA-

PROTOK: 9.667.834-7 ORGAO: IAP/ERPVI 05/11/2007 15:38  
INTER1: CELIA REGINA CANHETTI POST160 -1772205893  
INTER2:  
ASS...: MEIO AMBIENTE  
P.CHAV: ESTUDO/AVALIACAO CIDADE.: MARILENA-PR  
DOCTO.: - ORIG...: IAP/ERPVI  
ASS./: REQUER REGULARIZACAO DE LOTE  
CONPL..:

| DATA       | UNIDADE  | RUBRICA | DATA | UNIDADE | RUBRICA |
|------------|----------|---------|------|---------|---------|
| 1 5/11/04  | Joy Liao |         | 19   |         |         |
| 2 10/12/07 | Antonio  |         | 20   |         |         |
| 3 14/12/07 | ITCG     |         | 21   |         |         |
| 4 19/12/07 | ITC/ITER |         | 22   |         |         |
| 5 25.02.08 | ITC/AP   |         | 23   |         |         |
| 6 04/04/08 | ITC/ITER |         | 24   |         |         |
| 7          |          |         | 25   |         |         |
| 8          |          |         | 26   |         |         |
| 9          |          |         | 27   |         |         |
| 10         |          |         | 28   |         |         |
| 11         |          |         | 29   |         |         |
| 12         |          |         | 30   |         |         |
| 13         |          |         | 31   |         |         |
| 14         |          |         | 32   |         |         |
| 15         |          |         | 33   |         |         |
| 16         |          |         | 34   |         |         |
| 17         |          |         | 35   |         |         |



SENHOR DIRETOR  
PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E  
CURITIBA - PR

DATA-

29 OUT 2007

HORA-



Eu Célia Regina Canhetti Postigo, Estado Civil Solteira, portador(a) do RG nº 3.377.394 - 3 e CPF nº 017.722.058 - 93 e Delma Russo Canhetti Postigo, brasileira, viúva, do lar, portadora da série de identidade RG nº 1.086.113 - SSP/SP e CPF nº 003.648.229 - 37, residentes na Luis Gama nº 801, bairro zona 4, CEP 87014110 Município de Maringá, Telefone 44 - 3224 6980.

Venho mui respeitosamente á presença de Vossa Senhoria requerer:  
A regularização dos lotes abaixo relacionados de acordo com a legislação em vigor e o artigo 54 inciso xxx da Constituição Estadual.

- Lote n.º 195 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 22,70 hectares;
- Lote n.º 196 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 22,70 hectares;
- Lote n.º 261 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 22,70 hectares;
- Lote n.º 262 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 22,70 hectares;
- Lote n.º 280 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;
- Lote n.º 281 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;
- Lote n.º 282 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;
- Lote n.º 283 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;
- Lote n.º 284 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;
- Lote n.º 285 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;
- Lote n.º 286-A da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 2,42 hectares;
- ~~Lote n.º 287 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 2,88 hectares;~~
- Lote n.º 309 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 10,58 hectares;
- Lote n.º 310 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 13,60 hectares;
- Lote n.º 311 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;
- Lote n.º 312 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;
- Lote n.º 313 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;
- Lote n.º 314 da Gleba Ribeirão do Tigre da Col. Pvai - Área 12,63 hectares;

Ambos pertencentes ao município de Marilena comarca de Nova Londrina, com área total de 246,50 hectares. (Duzentos e quarenta e seis hectares virgula cinquenta ares).

Neste Termo  
Pede Deferimento

Marilena, 21 de Agosto de 2007

Célia Regina Canhetti Postigo

Delma Russo Canhetti Postigo





# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

Escritório de : PARANAVAI



## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÉLIA REGINA CANHETTI Postigo e outra.  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA RUSSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP Data do Nasc. 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA Nº de Filhos: 02  
Certidão Casamento: Local: --- Nº: --- Livro: --- Fls. ---  
Qual o Regime: --- Profissão: AGROPECUARISTA  
Carteira de Identidade N.º: 3.377-377-377 CNPJ/CIC: 057-722-058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP N.º: 9001 Livro: A-10 Fls. 11  
Exerce função pública: Não (☒ Sim ( ) Qual? ---  
Onde: ---  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (☒)  
End.: RUA LUIS GAMA - Nº 801 - ZONA 4  
CEP: 87014-110 Município: MARILENA - PR UF: PR  
Tel.: 055-32256980 Celular: 91430634-91434456

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: ---  
Filiação: Pai: ---  
Mãe: ---  
RG N.º: --- CIC/CPE: ---  
Certidão Nasc.: Local: --- N.º: --- Livro: --- Fls. ---

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 195 DA GLORIETA BEIRÃO DO  
TIGRE - COLÔNIA PARANAVAI  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILENA  
Município: MARILENA - PR Comarca: NOVA LIXEIRA  
Área do Imóvel (em ha): 22,70 (em m²): --- INCRA: 2161030035908  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILENA, PELA SUE-  
TRADA DE ENTO DO QUATRO MARCOS, VÍZ BOKH AKOLOLE, ESQUERDA

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (☒) Tempo de ocupação: --- (anos) --- (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTARIO  
Nome do Transmitedor: NELSON CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim (☒) Não ( )  
Nome do Preposto: ---  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: ---



#### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (x) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessões de direitos, etc...

FORMAL DE PARTILHA - AUTOS Nº 000398/2009  
6ª VARA CÍVIL DA COMARCA DE MARILHA - PR.

#### 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de Posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Possui outro Imóvel Rural? Não ( ) Sim (x) Quantos? 01

Local/Município: SERRA QUEBRADA ha 726,00 Tab.01 (1)

Local/Município: MARILHA - PR ha Tab.01 (2)

Local/Município: ha Tab.01 ( )

Local/Município: ha Tab.01 ( )

Financiamento bancário: Sim ( ) Não (x)

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: MARILHA - PR

Local: MARILHA - PR

Condição: Proprietário (x) Empregado ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( )

EIPAI

#### 06 - BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

| Qtde.  | Especificação                 | Dimensões | Idade | Valor    |
|--|-------------------------------|-----------|-------|----------|
| 01   | SERADOR DE CAFÉ DE MADEIRA    | 2         |       |          |
| 01   | ROSETO COM TELHA DE BATERO    | 20m x 30  |       | 1.000,00 |
| 01   | BARRACÃO DE ALUMINATIA COCER. | 30m x 30  |       | 2.000,00 |
| 01   | TOPO COM TELHA DE ALUMINATIA  | 30m x 30  |       | 3.000,00 |
| 01   | GARAGEM DE MADEIRA ROSCADA    | 30m x 30  |       |          |
| 01   | COM TELHA DE ALUMINATIA       |           |       |          |
| 01   | SILOS PL. GADO                |           |       |          |
| 01   | ANTENA DE TV                  |           |       |          |
| 01   | REDE ELÉTRICA                 |           |       |          |
| Obs - todas as construções<br>estão em péssimo estado<br>de conservação. |                               |           |       |          |

#### 07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação             | Hectares | % |
|---------------------------|----------|---|
| Culturas permanentes CANA |          |   |
| Culturas temporárias      |          |   |
| Pastagens                 |          |   |
| Campos                    |          |   |
| Matas                     |          |   |
| Capoeiras                 |          |   |
| Reflorestamento           |          |   |
| Reserva legal CAPOEIRAS   |          |   |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 90 %

Levemente Ondulado: 10 %

Topografia: Ondulado: 0 %

Acidentado: 0 %

Alagadiço: 0 %

Pedreira: 0 %

### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒)      Apresenta pouco ( )      Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒)      Terraço ( )

## 09 - CROQUI

N





10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: DELMA TUSSO CANHETI Postigo  
BRASILEIRA APAZ VIUVA DOLAR PORTADORA DO  
REG. Nº 1.086.113 - SP/SP e CPF Nº 003.658.959-37  
RESIDENTE e DOMICILIADA NA RUA LUIZ GAMA  
Nº 801 ZONA 4 - CEP 81.019-110 - MARILIA - PR

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data 21/08/2007

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1ª Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILIA - PR.

Data: 21/08/2007

Assinatura:

Nome:

RESERVA DE AGRICULTORES MARTINS

14 - De acordo em

17/12/2007  
Antonio Carlos Cavalcanti Moraes  
RG 3.618.610-6 SSP  
Chefe Regional

15 - Visto em





# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : PARANAVAI



## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CELIA REGINA CANHETTI Postigo - OUTRA.  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA TEUSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP. Data do Nasc.: 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA N° de Filhos: 0-0-0-0  
Certidão Casamento: Local: - - - - - N°: - - - Livro: - - - Fls.: - - -  
Qual o Regime: - - - - - Profissão: AGRICULTURISTA  
Carteira de Identidade N°: 3.377.397-3 PI CNPJ/CIC: 017.722.058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP. N°: 9001 Livro: A-10 Fls.: 11  
Exerce função pública: Não ☒ Sim ☐ Qual? - - - - -  
Onde: - - - - -  
Reside no lote: SIM ☐ ou Não ☒  
End.: RUA LUIS GAMA, Nº 801-20KA-4  
CEP: 82019-110 Município: MARILINA - PR UF: PR  
Tel. 044-32296980 Celular: 91930634

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: - - - - -  
Filiação: Pai: - - - - -  
Mãe: - - - - -  
RG N°: - - - - - CIC/CPE: - - - - -  
Certidão Nasc.: Local: - - - - - N°: - - - Livro: - - - Fls.: - - -

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 196 DA GLORIA REBEIRÃO  
DO RIBEIRÃO - COLÔNIA PARANAVAI  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILINA  
Município: MARILINA - PR Comarca: NOVA LONDRINA  
Área do Imóvel (em ha): 22,20 (em m²): - - - - - INCRA: 7161030035908  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGADA EM MARILINA, PEGAR A ESTRADA  
A DIREITA QUATRO MARCOS, VIRAR À BOKA À DOLÔ - ESQUERDA

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ Tempo de ocupação: - - - - - (anos) - - - - - (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTÁRIO  
Nome do Transmissor: NELSON CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim ☒ Não ☐  
Nome do Preposto: - - - - -  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: - - - - -







## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 20 %

Levemente Ondulado: 10 %

Topografia: Ondulado: 0 %

Acidentado: 0 %

Alagadiço: 0 %

Pedreira: 0 %

### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒) Terraço ( )

## 09 - CROQUI

N





## 10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: DELMATEUSO CANHETI Postigo: 6148. +  
 APAZ VILVA DO LAR PORTADORA DO 16. 1.  
 1.086.113 SSP/SP - 2. CEP: 1.003.698-20 9.37.  
 PRESIDENTE DOMICILIADA NA RUA LUIZ GAMA  
 1.001-2014 1- CEP: 014.110- MARILIA-PA.

**11 – ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE**

## Data

Date 21.08.2021

Assinatura

21.08.2007  
[Signature]

## 12 - TESTEMUNHAS

Assinatura:

Nome:

2°

Assinatura :

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local:

Data: 21 / 08 / 2007

Assinatura:

Nome:

14 - De acordo em

17, 12, 2007

15 - Visto em

..... / .....

Antonio Carlos Cavalcante Moreira  
RG 3.618.618-5 SSPRJ  
Chefe Regional - LAFERJ











## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 20 %

Levemente Ondulado: .....50..... %

Topografia: Ondulado: .....%.

Acidentado: ..... %

Alagadiço: .....%

Pedreira: ..... %

### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒)      Apresenta pouco ( )      Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒) Terraço ( )

**00 - CROQUI**





## 10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: DELMA RUSSO BANCHETTI Postigo;  
 BRASILEIRA, CAPAZ, VIÚVA, DO FAR, PORTA  
 DORA DO RU. Nº 1.086.113 - SSP/SP e CPF.  
 Nº 003.648.259-37 RESIDENTE e DOMICILIADA  
 NA RUA LUIZ GAMA Nº 801 - ZONA - 9 -  
 CEP. 87-014-150 - MARILKA - PARANÁ

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data : .....

Assinatura : .....

## 12 - TESTEMUNHAS

Assinatura: .....  
Nome: .....

2º

Assinatura: .....  
Nome: .....13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o  
preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILKA - PR. ....

Data: 21 / 08 2007

Assinatura: .....

Nome: RUBENS DE ARUDA MARTIN

## 14 - De acordo em 17/12/2007

## 15 - Visto em ..... / ..... / .....

Antonio Carlos Cavalcanti  
 RG 3.618.618-6 SSP/PR  
 Chefe Regional IPRER



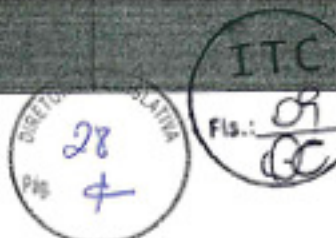


# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : LARANAUAI



## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO - OUTRA.  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI POSTIGO  
Mãe: DELMA TRUSSO CANHETTI POSTIGO  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP Data do Nasc.: 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA N.º de Filhos: 02  
Certidão Casamento: Local: - - - - - N.º - - - Livro: - - - Fls. - - -  
Qual o Regime: - - - - - Profissão: AGRICULTORA  
Carteira de Identidade N.º: 3.377.399-3-11 CNPJ/CIC: 014.122.058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP N.º 9001 Livro: A-10 Fls. 11  
Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual?  
Onde: - - - - -  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End: RUA LUIS GAMA - 801 - ZONA 1  
CEP: 81.015-110 Município: MARILÊKA - PARANÁ UF: PR  
Tel.: 011-3221.6980 Celular: 91930634

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: - - - - -  
Filiação: Pai: - - - - -  
Mãe: - - - - -  
RG N.º: - - - - - CIC/CPE: - - - - -  
Certidão Nasc.: Local: - - - - - N.º - - - Livro: - - - Fls. - - -

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 13261 DA GLORIATUBOIRAS  
DO TIPO DA COLÔNIA LARANAUAI  
Localidade: SUATO MARLOS Distrito: MARILÊKA  
Município: MARILÊKA Comarca: NOVA LONDRINA  
Área do Imóvel (em ha): 22,70 (em m²): INCRA:  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILÊKA PEGA 8 ESTÁ  
DA SUATO MARLOS UN + 80KM AK O LOK.

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: (anos) (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA INVENTARIO  
Nome do Transmissor: NELSON CANHETTI POSTIGO  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do Preposto: - - - - -  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: - - - - -







## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: ..... 90 ..... %

Levemente Ondulado: ..... 50 ..... %

Topografia: Ondulado: ..... 20 ..... %

Acidentado: ..... 0 ..... %

Alagadiço: ..... 0 ..... %

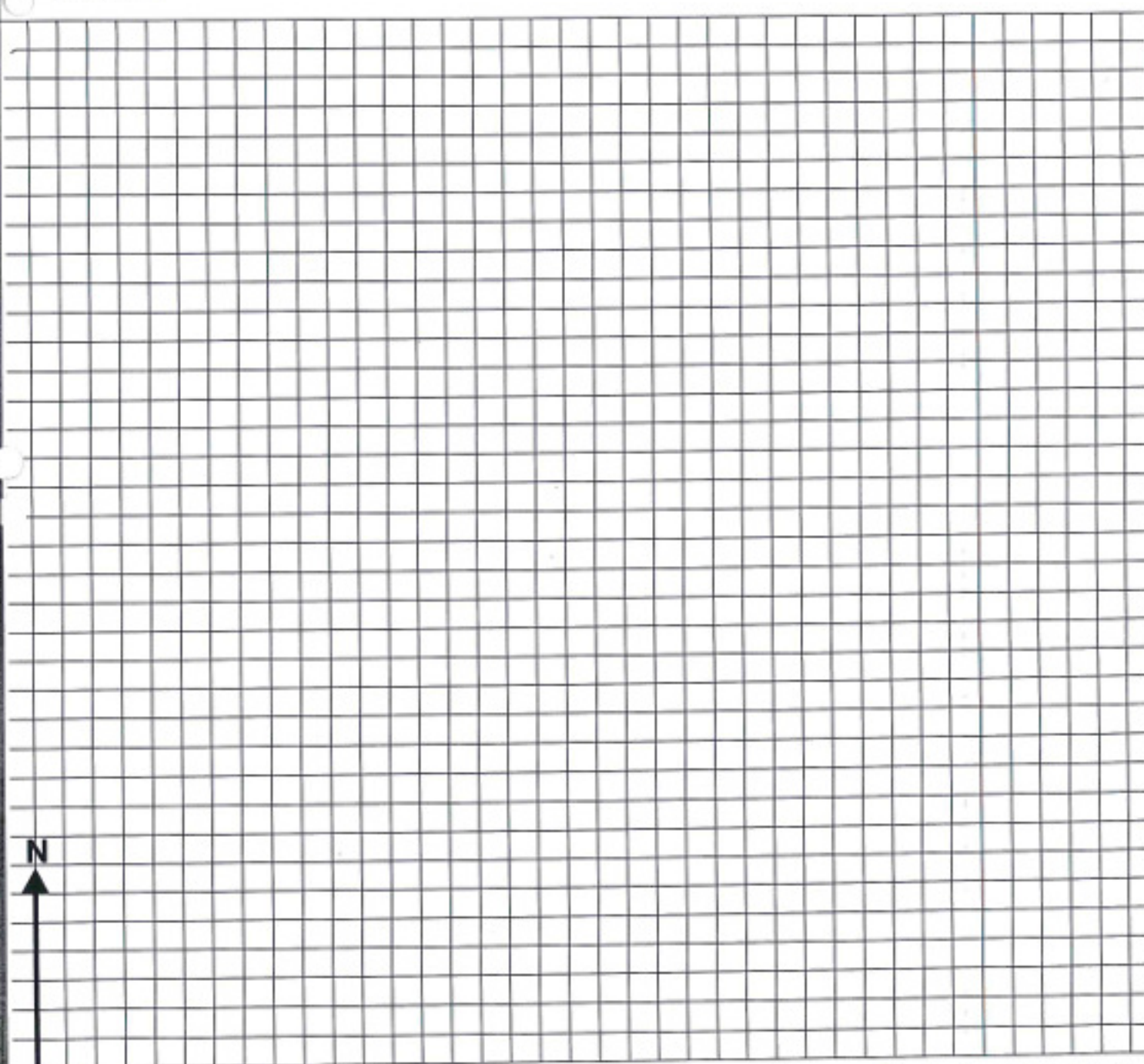
Pedreira: ..... 0 ..... %

## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (X) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (X) Terraço ( )

## 09 - CROQUI



N





10 - OBSERVAÇÕES

OUTRO: DELMA RUSSO CANHETI Postigo: 31  
 5A ASILETRA, CAPA 2, VILVA DO LAR, PORTA  
 DORA DO TIG. Nº 1.086-43-SSP/SP e CPF Nº  
 003.658.229-37 RESIDENTE 238 MICILADA  
 NA JUA LUIZ GAMA Nº 805-20MA 9-  
 CEP. Nº 87-019-110 - MARINGÁ - PR.

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data: .....

Assinatura: .....

12 - TESTEMUNHAS

Assinatura: .....  
 Nome: .....

2°

Assinatura: .....  
 Nome: .....

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o  
preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILINA. PR.

Data: 21.10.2007.

Assinatura: .....

Nome: RUBENS DE PEREIRA MARTINS.

14 - De acordo em

15 - Visto em

Antonio Carlos Cavalcanti Moreira  
 RG 3.618.618-6 SSPR  
 Chelo Regional - MARINGÁ



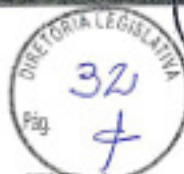


# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : PARANAUAI



## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CELIA REGINA CANHETTI Postigo OUTRA  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA RUSSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO, SP. Data do Nasc.: 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA Nº de Filhos: 0-0-0-0  
Certidão Casamento: Local: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0 N.º: 0-0-0-0 Livro: 0-0 Fls.: 0-0  
Qual o Regime: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0 Profissão: AGROPECUARISTA  
Carteira de Identidade N.º: 3.377.399-3 PA CNPJ/CIC: 037.722.058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO, SP. N.º: 9001 Livro: A-10 Fls.: 11  
Exerce função pública: Não (☒ Sim ( ) Qual?                       
Onde: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não ( )  
End: RUA LUIS GAMA - 1º BOM - ZONA 4  
CEP: 87.919-110 Município:                      UF: PR  
Tel.: 049-3224-6980 Celular: 95430634

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0  
Filiação: Pai: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0  
Mãe: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0  
RG N.º: 0-0-0-0 CIC/CPE: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0  
Certidão Nasc.: Local: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0 N.º: 0-0 Livro: 0-0 Fls.: 0-0

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 314 CLESTREIRA DO TIBAG - COLÔNIA PARANAUAI  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILEMA  
Município: MARILEMA Comarca: NOVA LONDRINA  
Área do Imóvel (em ha): 1,63 (em m²): 0-0 INCRA: 716 403 003 530 B  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILEMA PELA 9ª ESTRADA À DIREITA P/ QUATRO MARCOS UN+ 80KM ALELOK

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (☒) Tempo de ocupação:                      (anos)                      (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTÁRIO  
Nome do Transmissor: NELSON CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim (☒) Não ( )  
Nome do Preposto: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: 0-0-0-0-0-0-0-0-0-0







## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 100 %

Levemente Ondulado: 0 %

Topografia: Ondulado: 0 %

Acidentado: 0 %

Alagadiço: 0 %

Pedreira: 0 %

### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒) Terraço ( )

## 09 - CROQUI

N





10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: DELMA RUSSO CANHETI Postigo:  
 BRASILEIRA, CAPAZ, VIÚVA, DO LAR, PORTADORA DO  
 RG Nº 3.086.113-358/37 - e CPF Nº 003.648.929-37  
 RESIDENTE e DOMICILIADA NA RUA LUIZ GAMA,  
 Nº 805 - ZONA 9 - CEP- 87.019-40 - MARILENA - PR.

35  
 +

11 - ASSINATURA  
 DO  
 OCUPANTE

Data: 22 / 08 / 2007

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o  
 preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILENA - PR.

Data: 22 / 08 / 2007

Assinatura:

Nome:

Antonio Carlos Capalhão Vireto  
 RG 3.618.618-6 - 3ª PR  
 Juiz Regional - 1ª JEP

14 - De acordo em

15 - Visto em





# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : ..... PARANAUAI .....



## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÉLIA REGINA CANHETTI Postigo, outra  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA RUSSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP Data do Nascimento: 30 / 10 / 1957  
Estado Civil: SOLTEIRA Nº de Filhos: 0000  
Certidão Casamento: Local: - - - - - Nº - Livro: - - - Fls. - -  
Qual o Regime: - - - - - Profissão: AGRICULTURISTA  
Carteira de Identidade N.º: 3.377.399-3 RJ CNPJ/CIC: 017.422.058-93  
Certidão Nascimento: Local: SÃO PAULO - SP N.º: 9001 Livro: A-10 Fls. 11  
Exerce função pública: Não ( ) Sim ( ) Qual? - - - - -  
Onde: - - - - -  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não ( )  
End: RUA LUIS RAMA - Nº 801 - ZONA 5  
CEP: 81.015-110 Município: MARILÉIA - PR UF: PR  
Tel.: 044-3229.6980 Celular: 9143.0639

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: - - - - -  
Filiação: Pai: - - - - -  
Mãe: - - - - -  
RG N.º: - - - - - CIC/CPE: - - - - -  
Certidão Nascimento: Local: - - - - - N.º: - - - Livro: - - - Fls. - -

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): Nº 313 RUA RIBEIRÃO DO TIÊ - COLÔNIA PARANAUAI  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILÉIA  
Município: MARILÉIA Comarca: NOVA LONDRINA  
Área do Imóvel (em ha): 12,63 (em m²): - - - - - INCRA: 716.103.003.5908  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILÉIA, PEGAR A ESTRADA A DIREITA P/ 2. MARCOS VAO 180 KM A L DO LOTE DIREITA.

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: - - - - - (anos) - - - - - (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTÁRIO  
Nome do Transmitedor: NELSON CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do Preposto: - - - - -  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: - - - - -







## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 100 %

Levemente Ondulado: 0 %

Topografia: Ondulado: 0 %

Acidentado: 0 %

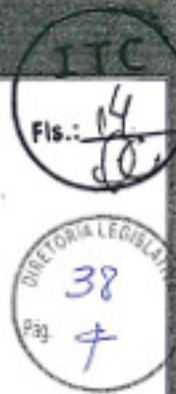
Alagadiço: 0 %

Pedreira: 0 %

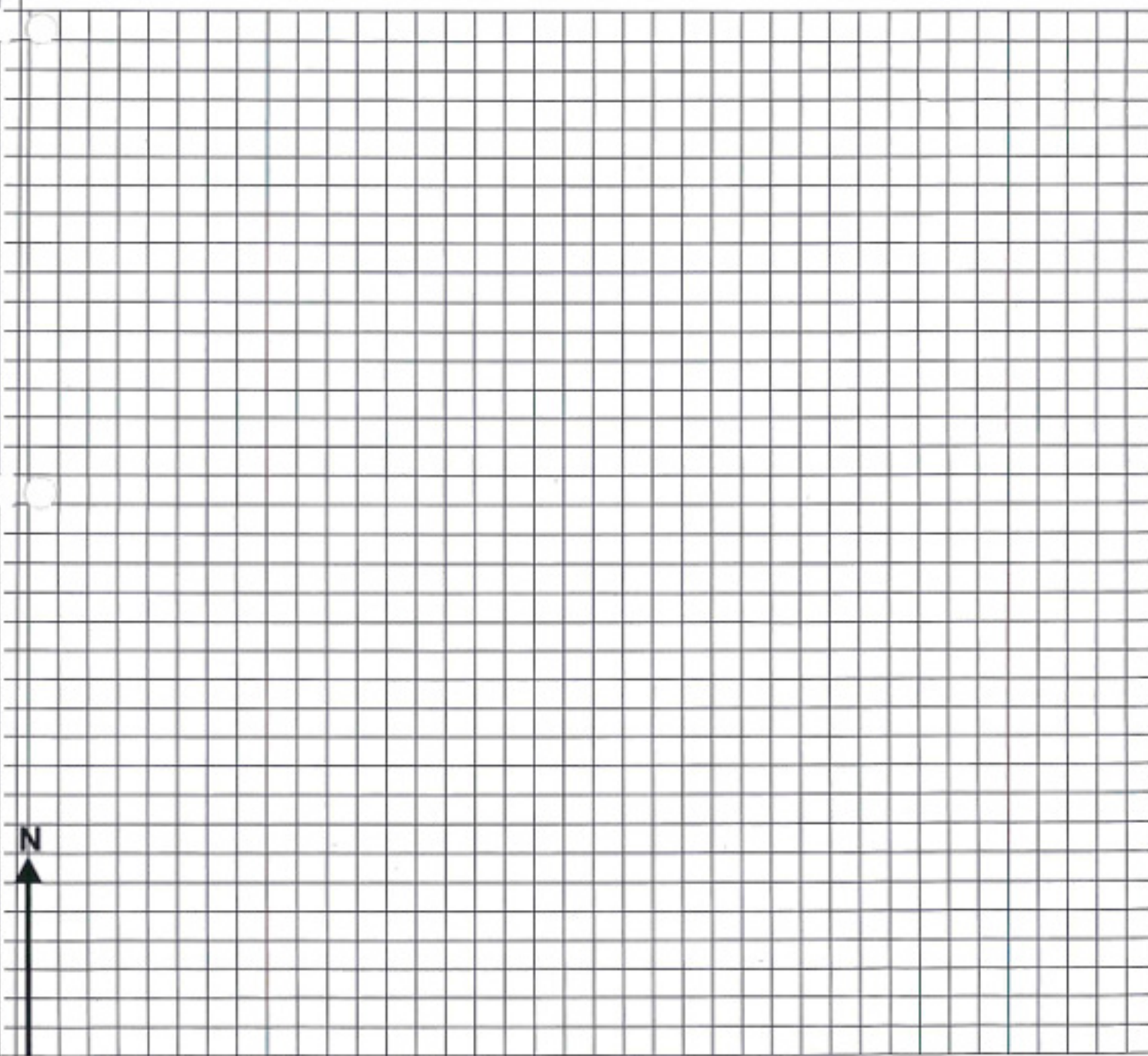
### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒)      Apresenta pouco ( )      Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒)      Terraço ( )



## 09 - CROQUI





10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: DELMA TEUSO CANHETI Postigo  
 BARRILEIRA CAPAZ VIÚVA DO LAR POMADORA DO  
 16.1º 1-086-113-SSP/SP e 1-PEP-003.648.229-37  
 RESIDENCIAL e DOMICILIADA MATUA LUIZ BARZA  
 1º 801-20PA 5-CEP 87019-110 - MARILHA - PR

39

11 - ASSINATURA  
 DO  
 OCUPANTE

Data: 22/08/2007

Assinatura

*[Assinatura manuscrita]*

12 - TESTEMUNHAS

1º

Assinatura: .....  
 Nome: .....

2º

Assinatura: .....  
 Nome: .....

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILHA.

Data: 22/08/2007

Assinatura: *[Assinatura manuscrita]*

Nome: RUBENS DE ARRUDA MARTINI

14 - De acordo em 12/12/07

15 - Visto em ..... / ..... / .....

*[Assinatura manuscrita]*  
 Atual. Ref. Conselho Moreto  
 RG 0.618.618-0 SSPR  
 1º 801-20PA 5-CEP 87019-110 - MARILHA - PR





# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

Escritório de : ..... PARANAUAI .....



## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CELIA REGINA CANHETTI Postigo - outra  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA TASSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP Data do Nasc.: 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA N° de Filhos: 02  
Certidão Casamento: Local: 00000000000000000000 N° 0000 Livro: 0000 Fls.: 00  
Qual o Regime: 00000000000000000000 Profissão: AGROPECUARISTA  
Carteira de Identidade N°: 3.372.399-3 CNPJ/CIC: 017722058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP N° 9001 Livro: A-10 Fls.: 11  
Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? 00000000000000000000  
Onde: 00000000000000000000  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End: AV. LUIS RAMA - 801 - ZONA 5  
CEP: 87.015-110 Município: MARILENA - PR UF: PR  
Tel.: 055-3224.6980 Celular: 91930639

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: 00000000000000000000  
Filiação: Pai: 00000000000000000000  
Mãe: 00000000000000000000  
RG N°: 00000000000000000000 CIC/CPE: 00000000000000000000  
Certidão Nasc.: Local: 00000000000000000000 N° 0000 Livro: 0000 Fls.: 00

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): Nº 312 GLISA RIBEIRÃO DO TIÊRE - COLÔNIA PARANAUAI  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILENA  
Município: MARILENA - PR Comarca: NOVA LONDRINA  
Área do Imóvel (em ha): 12,63 (em m²): 00 INCRA: 716.103003590.8  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILENA

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: ..... (anos) ..... (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTÁRIO  
Nome do Transmitedor: NELSON CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do Preposto: 00000000000000000000  
N° de pessoas que residem no Imóvel: 00000000000000000000



reitos, etc..

Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (\*) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessão de direitos  
**FORMAL DE PARTILHA. Autos n.º 000398/2005**  
**6ª VARA CIVIL DA COMARCA DE MARINGÁ-PR.**

## Tab. 01 Condição de Posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

ha 726.00

ha .....

ha .....

ha .....

.....

.....

( )

[illegible]

|                      | Especificação | Hectares | %   |
|----------------------|---------------|----------|-----|
| Culturas permanentes | C A N A       | 12,63    | 100 |
| Culturas temporárias |               |          |     |
| Pastagens            |               |          |     |
| Campos               |               |          |     |
| Matas                |               |          |     |
| Capoeiras            |               |          |     |
| Reflorestamento      |               |          |     |
| Reserva legal        |               |          |     |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 100 %

Levemente Ondulado: 0 %

Topografia: Ondulado: 0 %

Acidentado: 0 %

Alagadiço: 0 %

Pedreira: 0 %

## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ( A ) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível ( A ) Terraço ( )



Fis.: 16

## 09 - CROQUI

N





10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: DELMA TEUSO CANHETI POSTIGO  
BRASILEIRA, CAPAZ, VIÚVA DO LAR, PORTADORA  
DO REG. Nº 1.086.113 - SSP/SP e CPF. Nº 003.648.293-7,  
RESIDENTE e DOMICILIADA NA RUA LUIZ GAMA Nº  
801 - ZONA 9 - CEP. 87.019-110 - MARILÊA - PR

Pág 43

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data 22/08/2007

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1ª  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_

2ª  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILÊA, PR.

Data: 22/08/2007.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: RUBENS DE ARRADA MARTINS.

14 - De acordo em \_\_\_\_\_

15 - Visto em \_\_\_\_\_

Antônio Carlos Cavalcanti Nogueira  
RG 3.018.418-5 SSP/PR





# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : ..... PARANAVAI .....



Fls.: 1

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CELIA TEGINA CANHETTI Postigo - OUTRA.  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMATEUSSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP. Data do Nasc.: 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA. Nº de Filhos: 0-0-0-0  
Certidão Casamento: Local: - - - - - Livro: - - - - - Fls.: - - - - -  
Qual o Regime: - - - - - Profissão: REPOZICIONISTA  
Carteira de Identidade N.º: 3.372.395-3/PA. CNPJ/CIC: 017.722.058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP. N.º: 9001. Livro: A-10. Fls.: 11  
Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? - - - - -  
Onde: - - - - -  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End: RUA LUIS GAMA - Nº 801 - ZONA F  
CEP: 87.015-110 Município: MARINGÁ - UF: PR  
Tel.: 099.3225-6980 Celular: 9593 0634

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: - - - - -  
Filiação: Pai: - - - - -  
Mãe: - - - - -  
RG N.º: - - - - - CIC/CPE: - - - - -  
Certidão Nasc.: Local: - - - - - N.º: - - - - - Livro: - - - - - Fls.: - - - - -

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): Nº 311 GLEBA TEIGERAS.  
DO TIGRE - COLÔNIA PARANAVAI  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILENA - PR  
Município: MARILENA - PR Comarca: NOVA LONDRINA - PR  
Área do Imóvel (em ha): 12,63 (em m²): - - - - - INCRA: 716103003590-8  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILENA PEGAR A ESTRADA  
A DIREITA, VIR À BOKY AK O LOK A DIREITA.

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: (anos) (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANEA INVENTARIO  
Nome do Transmitedor: NELSON CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do Preposto: - - - - -  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: - - - - -







## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 100 %

Levemente Ondulado: 0 %

Topografia: Ondulado: 0 %

Acidentado: 0 %

Alagadiço: 0 %

Pedreira: ..... %

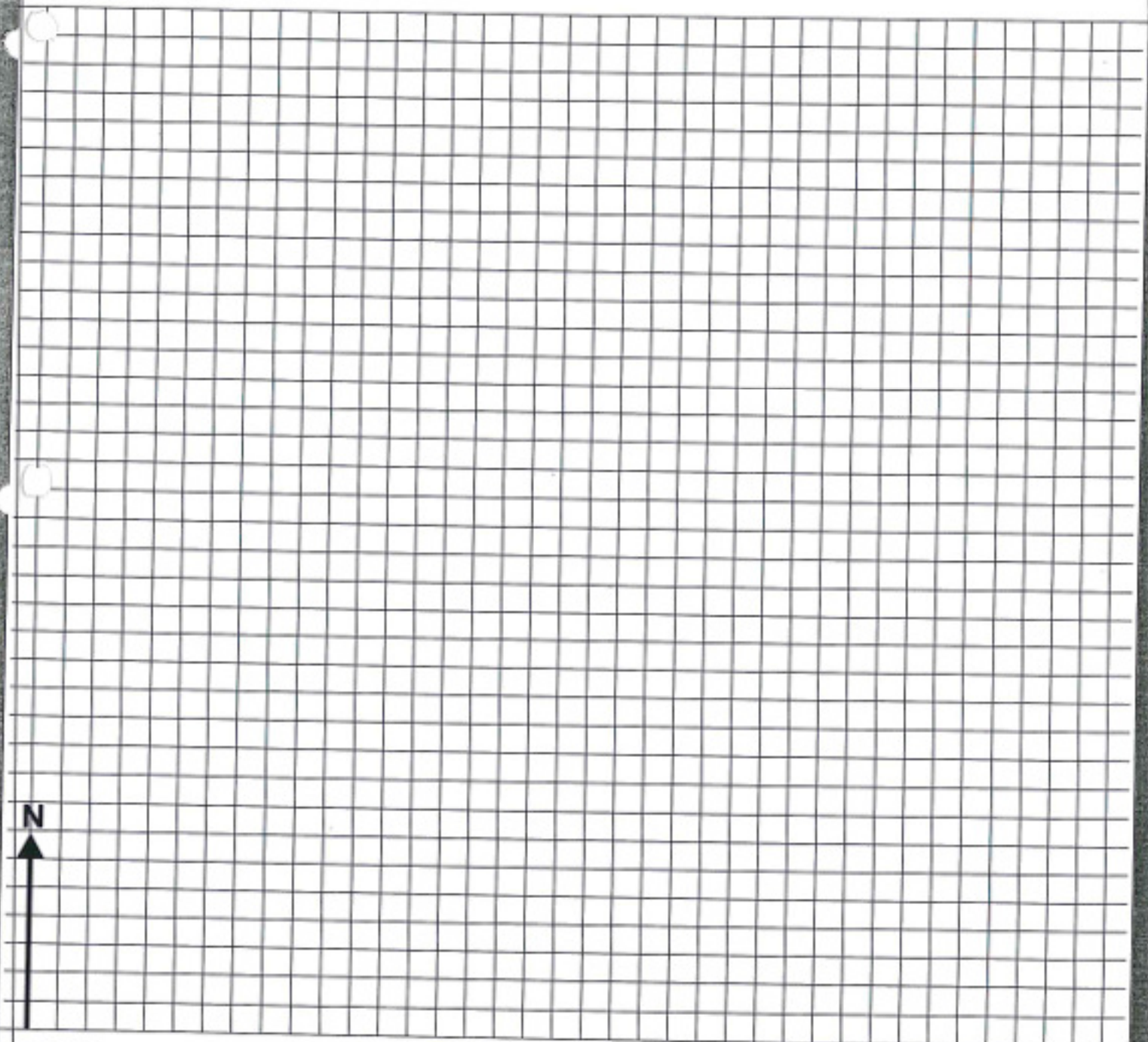
## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ☒ Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível ☒ Terraço ( )



## 09 - CROQUI





10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: DELMA TUSSO CANHETI Postigo  
 BRASILEIRA, CAPAZ, VIÚVA, DO LAR, PORTADORA  
 DO RG. Nº 1.086.113, SSP/SP e CPF: 003.648.110  
 229-37 RESIDENTE e DOMICILIADA, LA RUA =  
 LUIZ GAMA F. 801-201A 4 - CEP: 87-014-110 =  
 MARINGÁ - PR.

11 - ASSINATURA  
 DO  
 OCUPANTE

Data: 22/08/2007

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1º

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_

2º

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILERA - PR.

Data: 22/08/2007

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: RUBENS DE ARAÚJO MARTINS

14 - De acordo em 17/12/2007

Antonio Carlos Cavalcante Ribeiro  
 RG 3.618.618/6 SSP/PR  
 Chefe Regional

15 - Visto em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_





## ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

**Escritório de :**

# PARAKAUAI



Fig. 2

## LAUDO DE VISTORIA

## 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: Celia Regina Cametti Postigo. outra.

Apelido: RECINHA

Filiação: Pai: NELSON CARRETTI KOSTIJO

Mãe: DELMA ALBUSSO ZANHETTI ROSTICO

Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP Data do Nasc. : 30 / 10 / 1957

Estado Civil: SOLTEIRA N° de Filhos: 02

Certidão Casamento: Local: ..... N.º ..... Livro: ..... Fls.: .....

Qual o Regime: 5322-386-50 Profissão: ABOPECAH/11/1A

Carteira de Identidade N.º: 3.227.318-3 PA CNPJ/CIC: 017.722.030-53  
 Cópia N.º: 500 Paul. SP N.º: 11

Certidão Nasc.: Local: SAO PAULO - SP N. 1001 Livro: 120 Fls. 22

Exerce função publica: Não (X) Sim ( ) Qual? .....

Resposta: SIM ou NÃO

End: TEUA / ULS KAMA - Bot - Zona 5

CEP: 82.019-110 - Município: MARIPUA - UF: PR

Tel : 011-22266980 Celular : 91430634

[illegible]

## 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome : \_ \_ \_ \_ \_

Filiação : Pai : .....

Mãe: .....-.....-.....-.....-.....-.....-.....-.....

RG N.º: ..... CIC/CPF .....

Certidão Nasc.: Local: ..... N.º ..... Livro: ..... Fls. ....

## 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 1.º 380 GLEBA LISCIANA

Do tigris. Polônia, Parakauai.

Localidade: SUATO, MARCOS Distrito: MARILEPA, PA

Município: MARIGAMA-PA. Comarca: NOVA LONDRINA.

Área do Imóvel (em ha): 13,60 (em m²): 136.000 INCRA: 716 103 003 590 8

Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILENA PEGA, SECS.

TRADE A DIREITA, UN T 80KM AK O LOK - DIREITA

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo ? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: ..... (anos) ..... (meses)

Como ocorreu a transmissão: ..... HERANÇA - INVENTARIO .....

Nome do Transmitedor: NELSON EANHETTI POSSI GO.

Explora diretamente o imóvel: Sim (✓) Não ( )

Nome do Preposto: .....

N.º de pessoas que residem no Imóvel: .....



#### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (X) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessões de direitos, etc.

Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (X) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessão de d  
**FORMAL DE PARTILHA - AUTOS Nº 000398/2005**  
**6ª VARA CIVIL DA COMARCA DE MARICÁ-RJ.**

## 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de Posse

Possui outro Imóvel Rural? Não ( ) Sim (x) Quantos? 018

Local/Município: SELE GUEDAS - M

Local/Municipio: MARTINEA - PR

Local/Municipio: .....

Local/Municipio: .....

Financiamento bancário: Sim (X) Não ( )

atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente

Local MARILENA P

Condição: ☒ Proprietário ☐ Empregado ☐ Arrendatário ☐ Parceiro ☐

1 - Proprietário

2 - Posseiro

ha 726 c

.....

```

***** na *****
      ba

```

..... ha .....

..... ha .....

Tab.01 (4)

Tab.01 2)

Tab.01 ( )

Tab.01 ( )  
T-1.01 ( )

Tab.01 ( )

## 06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

## 07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | % |
|----------------------|----------|---|
| Culturas permanentes |          |   |
| Culturas temporárias |          |   |
| Pastagens            |          |   |
| Campos               |          |   |
| Matas                |          |   |
| Capoeiras            |          |   |
| Reflorestamento      |          |   |
| Reserva legal        |          |   |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 100 %

Levemente Ondulado: 00 %

Topografia: Ondulado: 00 %

Acidentado: 00 %

Alagadiço: 00 %

Pedreira: 00 %

### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒) Terraço ( )

## 09 - CROQUI

N



Assinalar no croqui os confrontantes, existência das ruas, alvaras, rede de esgoto, etc.



10 - OBSERVAÇÕES

Outra: DELMA TEUSO CARHETI Postigo  
 BARRILEIRA, CAPAR, VIUVA DO LAR PORTADORA  
 DO T6. Nº 1.086.113 - SSP/SP e CPF 003698.  
 229.37 - RESIDENCIAL DOMICILIADA NA TRÁ  
 LUIZ, CAMA Nº 805 - ZONA 5 - CEP 87-019-110.  
 MARILBA - PR

11 - ASSINATURA  
 DO  
 OCUPANTE

Data

22/08/2007

Assinatura

*[Handwritten Signature]*

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura: .....

Nome: .....

2ª

Assinatura: .....

Nome: .....

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILENA. PR

Data: 22/08/2007

Assinatura: *[Handwritten Signature]*

Nome: TEUSEMS DE A. MARTINS

14 - De acordo em

17/12/2007

Antonio Carlos Cavalcanti Moreira  
 RG 3.618.608-0 SSP-PR  
 Chefe Regional - ERPVI

15 - Visto em

..... / ..... / .....





## ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

**Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG**

Escritório de : ..... SARANAUAI

ITC

Fig.: 2

52

7

## LADO DE VICTORIA

## 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÉLIA REGINA CARRETTI Postigo - OUTRA

Apelido: CELINHA

Relação: Pai: NELSON CANHETTI POSTIGO,

Mãe: DELMA TEUSSO CATTETTI Post 160 82 15 1952

Local de Nascimento: SPT PAULO - SP Data do Nasc. : 30 / 08 / 1957

Estado Civil: SOLTEIRA N° de Filhos: 0

Certidão Casamento: Local: ..... N.º ..... Livro: ..... Fls. ....

Qual o Regime: 0 - 0 - 0 - 0 - 0 Profissão: ABRIGADO ALESTADO  
CONVULSO 017222 058 93

Carteira de Identidade N.º 3.377.377-3 CNPJ/CIC: 017722050-13  
 Cópia N.º 800 PAVO SP N.º 3001 Livro: A-10 Fls.: 11

Certidão Nasc.: Local: SAO PAULO - SP..... Nº: 7861, Livro: A-10, Fls.: 21.....  
Exerce função pública: Não ( ) Sim ( ) Qual? .....

Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_  
Onde: \_\_\_\_\_

Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)

End TEVA LUIS GAMAM 801-ZORA 9.

CEP: 87.019-110 Município: MARINGÁ-PR. UF: PR

Tel: 099.3225.6980 Celular: 9193 0634

**01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:**

Nome : .....

Filiação : Pai : .....

Mãe: .....

RG N.º: ..... CIC/CPF: .....

Certidão Nasc.: Local: ..... N.º ..... Livro: ..... Fls. ....

## 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 1.º 309 C/GRATIFICAÇÃO DO

TIGRE - COLÔNIA: PARATUAÍ.

Localidade: QUATRO MARROS Distrito: MARILENA-PA.

Município: MARILENA. PR Comarca: NOVA LONDRINA. PR.

Área do Imóvel (em ha): 20,58 (em m²): 20.58 INCRA: 216.103.003.570.8.

Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILÍCIA PEÇA-V. 03TRA  
De 21/9 até 25/9/2015 11h ± 20K 21/9/2015 5 minutos

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: ..... (anos) ..... (meses)

Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTÁRIO

Nome do Transmitedente: NELSON CARMETTI POSTIGO.

Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ( )

Nome do Preposto: .....

N.º de pessoas que residem no Imóvel: .....



#### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (X) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessões de direitos, etc.

Doc. de domínio: Matrícula ou transcrição. (X) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessão de direito  
**FORMAL DE PARTILHA - AUTOS Nº 000398/2005.**  
**6ª VARA CIVIL DA COMARCA DE MARINGÁ-PA.**

#### 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de Posse

Possui outro Imóvel Rural? Não ( ) Sim (X) Quantos? 018

1 - Proprietário

Local/Município: Sete Queda - MS

2 - Posseiro

Local/Município: ..... МАРИЦКА-ПА.

ha 726 00

Tab.01 (L)

Local/Município: \_\_\_\_\_

..... ha

Tab.01 (2)

Local/Município: .....

... ha

Tab.01 ( )

Financiamento bancário: Sim ( ) Não (X)

... ha

Tab.01 ( )

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: ...

100

Local MARILENA

Condição: Proprietário (~~A~~) Empregado ( ) Arrendatário

PAI.

## 06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

## 07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | % |
|----------------------|----------|---|
| Culturas permanentes |          |   |
| Culturas temporárias |          |   |
| Pastagens            |          |   |
| Campos               |          |   |
| Matas                |          |   |
| Capoeiras            |          |   |
| Reflorestamento      |          |   |
| Reserva legal        |          |   |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: ..... 100 %

Topografia: Ondulado: ..... 2 %

Alagadiço: ..... 2 %

Levemente Ondulado: ..... 2 %

Acidentado: ..... 0 %

Pedreira: ..... 0 %

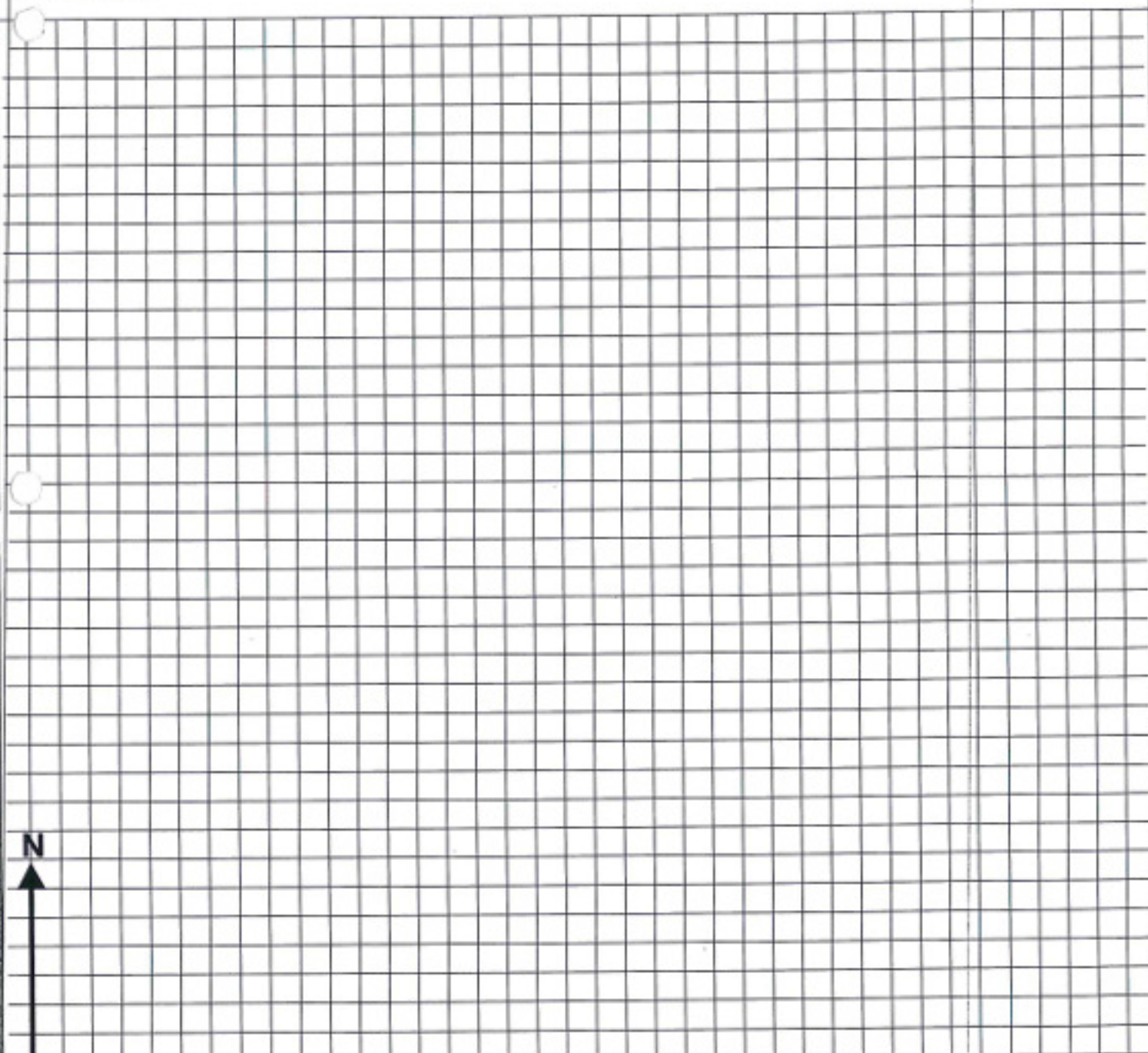
### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ( ☒ ) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível ( ☒ ) Terraço ( )



## 09 - CROQUI





10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: DELMA RUSSO CANHETI Postigo. 4  
 BRASILEIRA, CADA 2 VIÚVA DO CAR PORTADORA  
 DO RG Nº 1.086.113-SSP-SP-2 CPF: 603.648-  
 329-37 RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA  
 LUIZ GAMA Nº 801 ZONA 4 CEP: 87.014-110,  
 MARILHA - PR.

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data: 22/08/2007

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILHA - PR.

Data: 22/08/2007

Assinatura:

Nome: TEISES DE APERUA MARTINS

14 - De acordo em

17/12/2007

15 - Visto em

Antonio Carlos Cavalcanti  
 17.12.2007





## ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

**Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG**

Escritório de : GUARARUAI

LAUDO DE VISTORIA

## 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÉLIA REGINA CANHETTI Postigo - OUTRA  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA RUSSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP Data do Nasc.: 30 / 10 / 1957  
Estado Civil: SOLTEIRA Nº de Filhos: 000000  
Certidão Casamento: Local: 000000000000 Nº: 000000 Livro: 0000 Fls.: 00  
Qual o Regime: 000000000000 Profissão: AGROPECUARISTA  
Carteira de Identidade N.º: 3.377.399-9 PR CNPJ/CIC: 01773205893  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP N.º: 9001 Livro: A-10 Fls.: 11  
Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? 000000000000  
Onde: 0000000000000000000000  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End: TEUA LUIS GAMA - Nº 801 - ZONA 1  
CEP: 87.019-110 Município: MARINGÁ UF: PR  
Tel. 099-3229.6980 Celular: 9193 0634

**01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:**

Nome : .....  
 Filiação : Pai : .....  
 Mãe: .....  
 RG N.º : ..... CIC/CPE .....  
 Certidão Nasc.: Local: ..... N.º ..... Livro: ..... Fls. ....

## 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 308-B - Gleba Kibekão

DO TIPO - COLÔNIA PARANAÍ

Localidade: Quatro Marcos Distrito: Marilena - PR

Município: Marilena Comarca: Nova Londrina - PR

Área do Imóvel (em ha): 280 (em m²): 280.000 INCRA: 716.103.003.590-8

Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILENA, PEGAR A ESTRADA PARA QUATRO MARCOS, VÁ 180 Km até o tok - direita

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: ..... (anos) ..... (meses)  
 Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTARIO  
 Nome do Transmissor: NELSON TANIGUCHI POSTIGO.  
 Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
 Nome do Preposto: .....  
 N.º de pessoas que residem no Imóvel: .....







## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 400 %

Levemente Ondulado: 10 %

Topografia: Ondulado: 10 %

Acidentado: 20 %

Alagadiço: 0 %

Pedreira: 0 %

## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (✓)      Apresenta pouco ( )      Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (✓) Terraço ( )

Fls.: 24



## 09 - CROQUI

N  
↑



## 10 - OBSERVAÇÕES

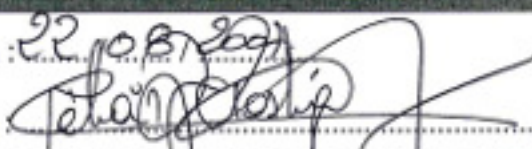
OUTRA: DELMA RUSSO GANHETI Postigo  
BRASILEIRA, CAPA 2, VIÚVA, DO LAR PORTADORA  
DO 126 1011-886-113-SSP/SP-2 CPF-009.648.  
229-37 RESIDENTE e DOMICILIADA NA RUA  
LUIZ GAMA 801 - ZONA 4 - CEP. 87.019-110-  
MARILEIA - PR.

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data:

22/08/2001

Assinatura



## 12 - TESTEMUNHAS

Assinatura:

Nome:

2°

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o  
preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILEIA - PR.

Data: 22/08/2001

Assinatura:

Nome: FULS DE ARRUDA MAMINI

## 14 - De acordo em

17/12/2001

## 15 - Visto em

/ /

  
 Valério Carlos Carvalhoso Mota  
 18.611-8 SSP/PR  
 22/12/2001





## ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

**Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG**

Escritório de : ARANAUAÍ

## LAUDO DE VISTORIA

## 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL.

Nome: CELIA REGINA CANHETTI Postigo, OUTRA  
Apelido: CELIHA.  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI POSTIGO  
Mãe: DELMA TEUSO CANHETTI POSTIGO  
Local de Nascimento: SAO PAULO - SP. Data do Nasc.: 30 / 10 / 1957.  
Estado Civil: SOLTEIRA. Nº de Filhos: - 0 - 0 - 0 - 0 -  
Certidão Casamento: Local: - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 - Nº - 0 - Livro: - 0 - Fls. 70 -  
Qual o Regime: - 0 - Profissão: AGENTE DE ARQUIVO  
Carteira de Identidade N.º: 3.377.398-3 PR CNPJ/CIC: 017.722.658-93  
Certidão Nasc.: Local: SAO PAULO - SP. N.º 900 Livro: A-10 Fls.: 11  
Exerce função pública: Não (A) Sim ( ) Qual? - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 -  
Onde: - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 -  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (+)  
End: RUA LUIS GAMA, nº 801, ZONA 5  
CEP: 87.019-110 Município: MARINGÁ UF: PR  
Tel: 044.32296980 Celular: 91930634

**01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:**

Nome : .....  
 Filiação : Pai : .....  
 Mãe: .....  
 RG N.º : ..... CIC/CPF : .....  
 Certidão Nasc.: Local: ..... N.º ..... Livro: ..... Fls. ....

## 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 1ª 286-A - CLEBA TUBIGIRAN - DO TIAGE - COLÔNIA PARAKAVAI  
Localidade: QUATÃO MAREOS Distrito: MARILENA  
Município: MARILENA Comarca: POVA LONDINA  
Área do Imóvel (em ha): 252 (em m²): 200 INCRA: 716.103.003.590.8  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILENA PGEA SE ESTIA DA A DIREITA P/ QUATÃO MAREOS, VÃO + 80KM AK O LOTE DIREIT

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: ..... (anos) ..... (meses)  
 Como ocorreu a transmissão: HERANÇA TRUENMARIO  
 Nome do Transmitedente: NELSON ZANHETTI POSTIGO  
 Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
 Nome do Preposto: .....  
 N.º de pessoas que residem no Imóvel: .....



#### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (X) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessão de direitos, etc.

Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. ( ) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessão de di  
**FORMAL DE PARTILHA - Autos nº 000378/2005**  
**6ª VARA CIVIL DA COMARCA DE MARICÁ - PA**

## 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de Posse

Possui outro Imóvel Rural? Não ( ) Sim (X) Quantos? 018

1 - Proprietário

Local/Município: 364 QUEDAS, MS

2 - Posseiro

Local/Município: MARICAPA - PA.

ha 72600

Tab.01 (1)

Local/Município: .....  
Local/Município: .....

ba \_\_\_\_\_

Tab.01 69

Local/Município: \_\_\_\_\_

ha ..... 2

Tab.01 ( )

Local/Município: \_\_\_\_\_

ha ..... 2

Tab.01 ( )

Financiamento bancário: Sim ( ) Não ( )

na ... *na* ... *na* ...

1ab.01 ( )

Financiamento bancário: Sim ( ) Não ( )

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: maricultura

Local ..... MARILENA .....

Condição: Proprietário (X) Empregado ( ) Arrendatário ( )

Condição: Proprietário ( ) Empregado ( ) Arrendatário ( )

## 06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

## 07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

|                      | Especificação | Hectares | %   |
|----------------------|---------------|----------|-----|
| Culturas permanentes | CANA.         | 292      | 100 |
| Culturas temporárias |               |          |     |
| Pastagens            |               |          |     |
| Campos               |               |          |     |
| Matas                |               |          |     |
| Capoeiras            |               |          |     |
| Reflorestamento      |               |          |     |
| Reserva legal        | ÁREA          |          |     |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 100 %

Levemente Ondulado: 10 %

Topografia: Ondulado: 10 %

Acidentado: 10 %

Alagadiço: 10 %

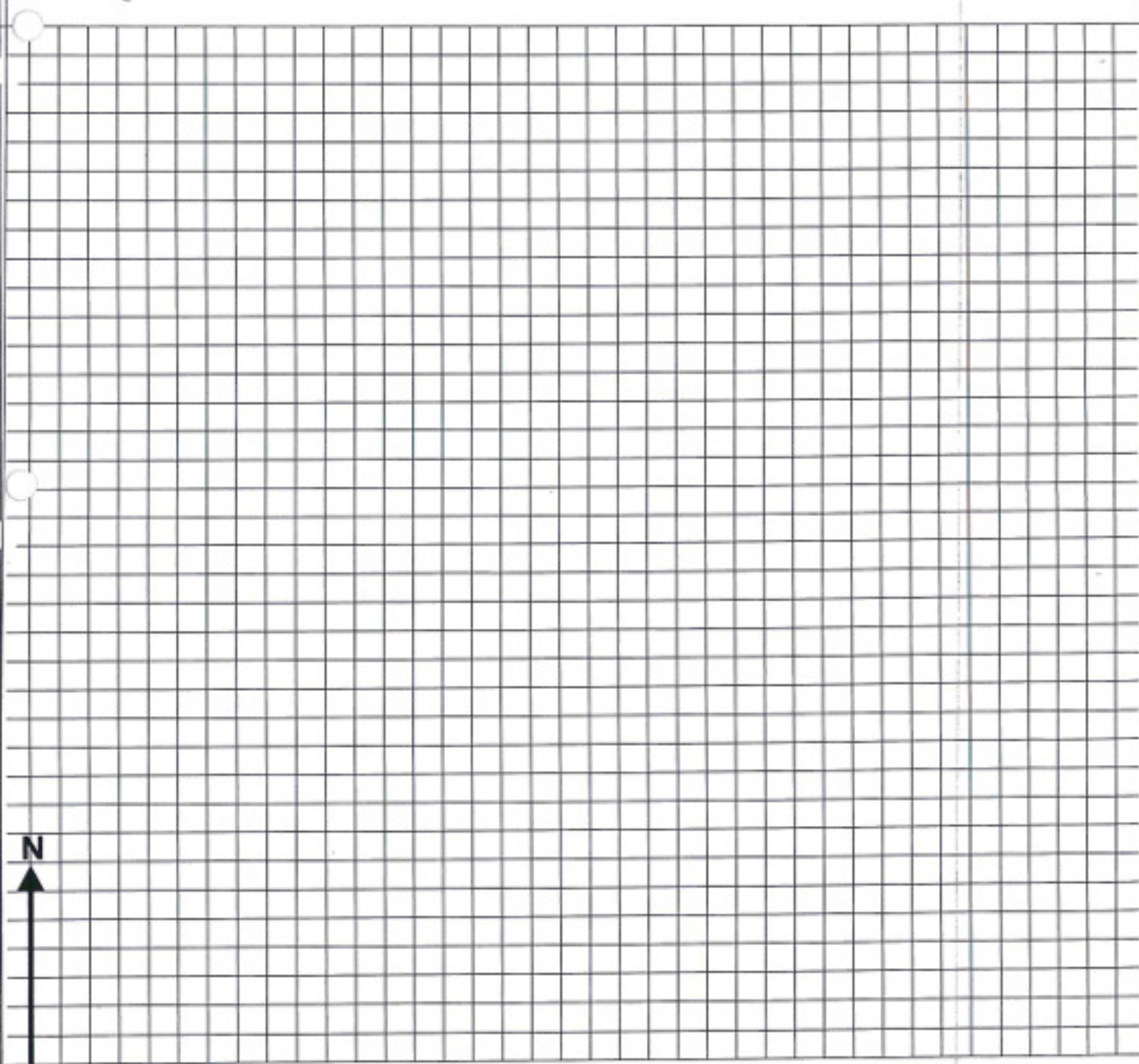
Pedreira: 10 %

## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒) Terraço ( )

## 09 - CROQUI



ITC  
Fls.: 62  
Pag. 4  
DIRETORIA LEGISLAÇÃO



## 10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: 1) DELMA RUSSO CANHETI POSTIGO  
BRASILEIRA, CAPAZ, VIÚVA DO LAR PORTADORA  
DO RG Nº 1.086.113 - SSP/SP e CPF Nº 003.  
658.229 - 37 RESIDENTE e DOMICILIADA NA  
RUA LUIZ GAMA Nº 801 - ZONA 05 - CEP. P.  
87.019.110 - MARINGÁ - PARANÁ -

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data: 22.08.07

Assinatura: 

## 12 - TESTEMUNHAS

Assinatura: .....  
Nome: .....

2º

Assinatura: .....  
Nome: .....13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o  
preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILENA - PR.

Data: 22 / 08 / 2007

Assinatura: 

Nome: FUSERS DE AERYDA MARTINS.

## 14 - De acordo em 17/12/07

## 15 - Visto em ..... / ..... / .....

Antonio Carlos Cavalcanti Neto  
3.618.915-1  
CPF





# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : ..... PARANAÍVA .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÉLIA REGINA CANHETTI Postigo. OUTRA.  
Apelido: CECILHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA RUSSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP. Data do Nasc.: 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA N.º de Filhos: 02  
Certidão Casamento: Local: N.º Livro: Fls.  
Qual o Regime: Profissão: ABOGADUÁRIO  
Carteira de Identidade N.º: 3.377.395-3 PA CNPJ/CIC: 017.722.058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP. N.º Livro: A-10 Fls.: 11  
Exerce função pública: Não (A) Sim ( ) Qual? N.º Livro: A-10 Fls.: 11  
Onde: Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End: RUA LUIS GAMA - N.º 801 - ZONA 4  
CEP: 87019-110 Município: MARILÉIA UF: PR  
Tel.: 099 3229 6980 Celular: 9193 0639

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: RG N.º: CIC/CPE: Certidão Nasc.: Local: N.º Livro: Fls.

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): N.º 285 - ECLÉTICA - ZONA 4  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILÉIA  
Município: MARILÉIA - PR Comarca: NOVA LONDRINA  
Área do Imóvel (em ha): 12,63 (em m²): INCRA: 916.103.003.390-8  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILÉIA PEGA - 2.ª ESTRADA,  
A DIREITA PARA QUATRO MARCOS VOLTAR BOKA AO LOTE DIREITA

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: (anos) (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTÁRIO  
Nome do Transmissor: NELSON N.º CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do Preposto: N.º de pessoas que residem no Imóvel:







## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região RS ..... / ha

Plano: 100 %

Levemente Ondulado: 0 %

Topografia: Ondulado: 0 %

Acidentado: 0 %

Alagadiço: 0 %

Pedreira: 0 %

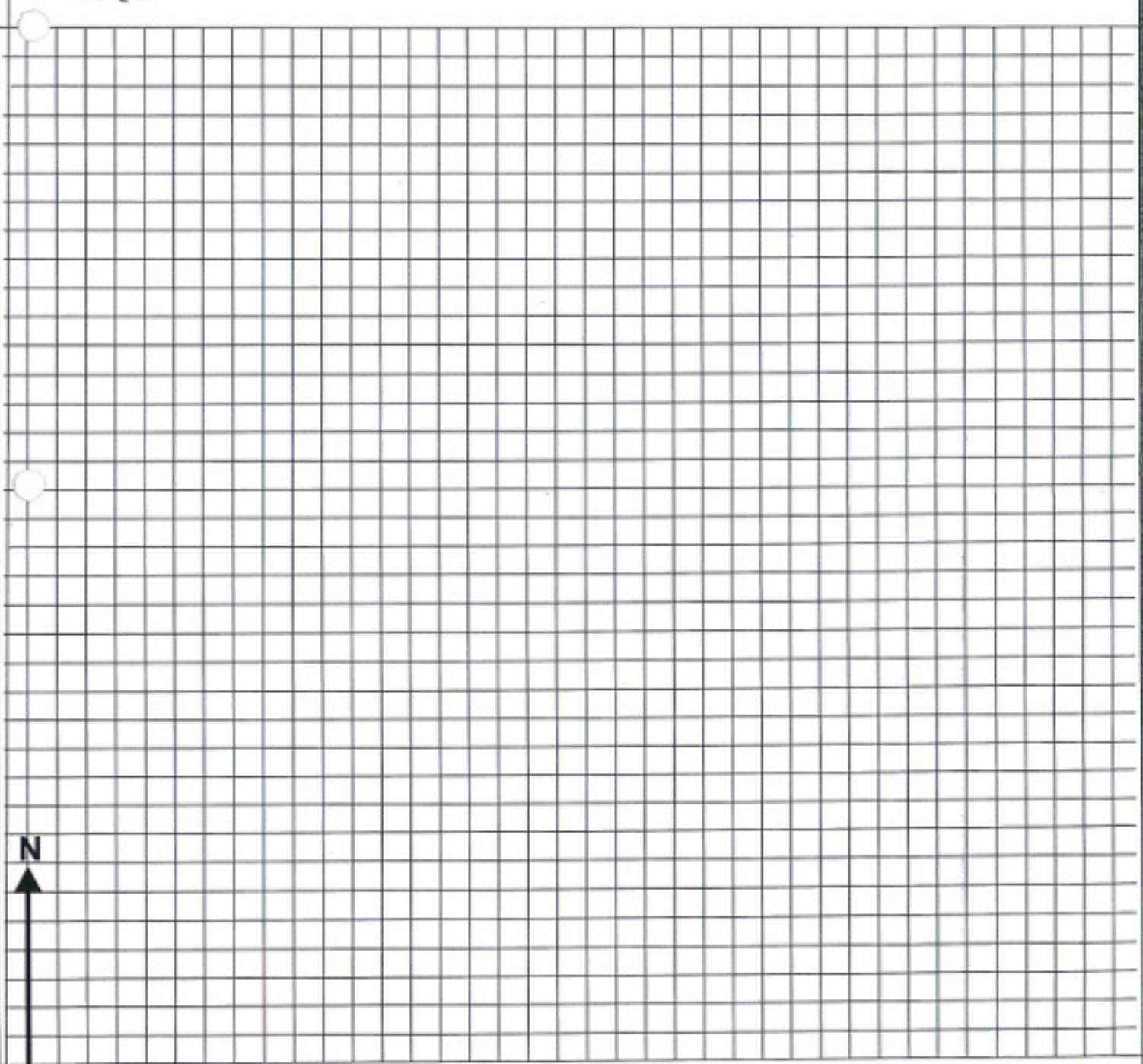
### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒) Terraço ( )



## 09 - CROQUI





10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: DELMA RUSSO GANHETI Postigo  
 BRASILEIRA, CAPAZ, VIÚVA, DO LAR PORTADORA  
 DO RG. Nº 1.086.113 SSP/SP e CPF Nº 003.698.  
 229-37 RESIDENTE e DOMICILIADA NA RUA  
 LUIZ GAMA Nº 805 ZONA 4 - CEP. 87.019-110.  
 MARICENA - PR.

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data: 22.08.2007

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_

2ª

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARICENA - PR.

Data: 22.08.2007

Assinatura: 

Nome: FÚSCIS DE ARÊDUJA MARTINI

14 - De acordo em 17/12/2007

15 - Visto em / /

Antonio Carlos Cavalcanti Neto  
 RG 3.618.843-4 SSP/PR  
 chefe Regional





# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

Escritório de : PARANAVAI

ITC  
Fls.: 29

SEMA  
68  
7

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÉLIA REGINA CANHETTI Postigo, outra  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA RUSSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO, SP Data do Nasc.: 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA Nº de Filhos: 03  
Certidão Casamento: Local: --- Nº em Livro: --- Fls.: ---  
Qual o Regime: --- Profissão: ---  
Carteira de Identidade N.º: 3.337-399-3/11 CNPJ/CIC: 017.722.058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO, SP Nº em Livro: A-10 Fls.: 11  
Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? ---  
Onde: ---  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End.: LUIS GAMA Nº 801 - ZONA 4 UF: PR  
CEP: 87.019-110 Município: MARILÉIA  
Tel.: 099-3229.6980 Celular: 9193.0639-91930639

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: ---  
Filiação: Pai: ---  
Mãe: ---  
RG N.º: --- CIC/CPE: ---  
Certidão Nasc.: Local: --- Nº em Livro: --- Fls.: ---

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 284 CÉLIA TRIBEIRÃO  
DO TIPO COLÔNIA PARANAVAI  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILÉIA  
Município: MARILÉIA Comarca: NOVA LOPADUNA  
Área do Imóvel (em ha): 12,63 (em m²): --- INCRA: 716.103.003.359.8  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILÉIA PEGA SE ENTRA  
ADIREITA PARA QUATRO MARCOS VÃO 4 BOM AL O LOTE DIREITA

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: --- (anos) --- (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA  
Nome do Transmissor: NELSON CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do Preposto: ---  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: ---







## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 100 %

Levemente Ondulado: 0 %

Topografia: Ondulado: 0 %

Acidentado: 0 %

Alagadiço: 0 %

Pedreira: 0 %

### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒) Terraço ( )

Fls.: 20



## 09 - CROQUI

N





10 - OBSERVAÇÕES

OUTRA: 1) DELMA RUSSO CANHETI Postigo  
BRASILEIRA, CADAZ, VIÚVA DO LAR  
PORTADORA DO TEB. Nº 1.086.113-33PSP e CPF  
003.648.229-37 RESIDENTE e DOMICILIADA NA  
RUA LUIZ GAMA Nº 801, ZONA 4 CEP: 87.014.  
JL - MARINGÁ - PR.

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data: 21/08/2007

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILEIA

Data: 21/08/2007

Assinatura:

Nome: FULS DE ARLODA MARTIN

14 - De acordo em 17/12/07

15 - Visto em / /

Auto Canais Canais de Vistoria  
518-618-618-618  
17/12/07





# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : PARAMAUAÍ

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÉLIA REGINA CANHETTI Postigo - Jutka  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA RUSSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP Data do Nasc.: 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA Nº de Filhos: 0-0-0-0  
Certidão Casamento: Local: - - - - - N.º: - - - Livro: - - Fls.: - -  
Qual o Regime: - - - - - Profissão: ABOLICIONISTA  
Carteira de Identidade N.º: 3.377.399-3 PM CNPJ/CIC: 017.722.058  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP N.º: 9005 Livro: A-10 Fls.: 11  
Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? - - - - -  
Onde: - - - - -  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End.: TEUA LUIS GAMA - BOM ZONA 4  
CEP: 87.015-110 Município: MARILENA - PR UF: PR  
Tel.: 044 3224 6980 Celular: 9193 0623

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: - - - - -  
Filiação: Pai: - - - - -  
Mãe: - - - - -  
RG N.º: - - - - - CIC/CPE: - - - - -  
Certidão Nasc.: Local: - - - - - N.º: - - - Livro: - - Fls.: - -

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): 283 BRSA RIBEIRÃO DO TIPO COLÔNIA PARAMAUAÍ  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILENA  
Município: MARILENA Comarca: NOVA LONDRINA  
Área do Imóvel (em ha): 1263 (em m²): - - - INCRA: 716 103 003 259-8  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILENA, PELA S. ESTRA DA ADIPETA PL QUATRO MARCOS, VAOT 8, OKH AK OLOK DIREITA

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: ..... (anos) ..... (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA INVENTARIADA  
Nome do Transmissor: NELSON CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do Preposto: - - - - -  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: - - - - -



73  
4

6ª VARA CÍVIL DA COMARCA DE MARILIA - RJ

## Tab. 01 Condição de Posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

ha 726.00

Tab.01 (4)

ha .....

Tab.01 (2)

. ha .....

Tab.01 ( )

ha .....a.....

Tab.01 ( )

Local ..... MELILLA

Condição: Proprietário (x) Empregado ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( )

[illegible]

|                      | Especificação | Hectares | %   |
|----------------------|---------------|----------|-----|
| Culturas permanentes | CAPIA         | 12,63    | 100 |
| Culturas temporárias |               |          |     |
| Pastagens            |               |          |     |
| Campos               |               |          |     |
| Matas                |               |          |     |
| Capoeiras            |               |          |     |
| Reflorestamento      |               |          |     |
| Reserva legal        |               |          |     |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 400 %

Levemente Ondulado: 0 %

Topografia: Ondulado: 0 %

Acidentado: 0 %

Alagadiço: 0 %

Pedreira: 0 %

## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ( ☒ )      Apresenta pouco ( ☐ )      Acentuada ( ☐ )

Conservação: Curva de Nível ( ☒ )      Terraço ( ☐ )



## 09 - CROQUI

N





# 10 - OBSERVAÇÕES

Outra: DELMA RUSSO GANHETI Postigo  
BRASILEIRA CAPAZ, VIUVA DO LAR PORTA  
DORA DO RG. Nº 1.086.113-SSPT SP. e CPF. Nº 3.  
658.229-37 RESIDENTE e DOMICILIADA NA  
RUA LUIZ GAMA Nº 801, ZONA 9, CEP.  
81.019-116 - MARILIA - PR.

## 11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 21/08/2007

Assinatura:

## 12 - TESTEMUNHAS

1ª  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_

2ª  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_

## 13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILIA - PR

Data: 21/08/2007

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: RUBENS DE ARAUJO MARTINS

14 - De acordo em 17/12/2007

15 - Visto em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

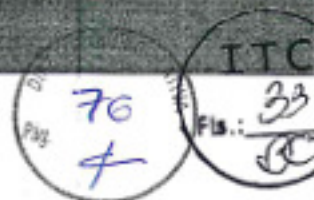
Carlos Carvalho  
518.618-1  
CPF: 140.140.140





ESTADO DO PARANÁ

5/717



Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : ..... PARANAVAI .....

LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: ..... CELIA KEBINA CANHETTI POSTIGO - OUTRA .....  
Apelido: ..... CELINHA .....  
Filiação: Pai: ..... NELSON CANHETTI POSTIGO .....  
Mãe: ..... DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO .....  
Local de Nascimento: ..... SÃO PAULO - SP ..... Data do Nasc.: ..... 30 / 1 / 1957 .....  
Estado Civil: ..... SOLTEIRA ..... Nº de Filhos: ..... 0 - 0 - 0 .....  
Certidão Casamento: Local: ..... - - 0 - 0 - 0 - 0 ..... N.º ..... Livro: ..... Fls.: .....  
Qual o Regime: ..... - - 0 - 0 - 0 - 0 ..... Profissão: ..... APOSENTADA .....  
Carteira de Identidade N.º: ..... 3.322.399 - 3 M ..... CNPJ/CIC: ..... 017.722.658 - 93 .....  
Certidão Nasc.: Local: ..... SÃO PAULO - SP ..... N.º ..... Livro: ..... Fls.: .....  
Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? ..... - - 0 - 0 - 0 - 0 .....  
Onde: ..... - - 0 - 0 - 0 - 0 .....  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End.: ..... RUA LUIS GAMA - 1º 803.201A - 9 ..... UF: ..... PR .....  
CEP: ..... 87019-110 ..... Município: ..... MARILÉIA .....  
Tel.: ..... 099 - 3224.6980 ..... Celular: ..... 9993.0623 .....

01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: ..... - - 0 - 0 - 0 - 0 .....  
Filiação: Pai: ..... - - 0 - 0 - 0 - 0 .....  
Mãe: ..... - - 0 - 0 - 0 - 0 .....  
RG N.º: ..... - - 0 - 0 - 0 ..... CIC/CPE: ..... - - 0 - 0 - 0 .....  
Certidão Nasc.: Local: ..... - - 0 - 0 - 0 - 0 ..... N.º ..... Livro: ..... Fls.: .....

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): ..... 1.º 282 GLESA REZEIRÃO .....  
DO TIPO: ..... COLÔNIA PARANAVAI .....  
Localidade: ..... QUATRO MARCOS ..... Distrito: ..... MARILÉIA .....  
Município: ..... MARILÉIA - PR ..... Comarca: ..... NOVA LONDRINA .....  
Área do Imóvel (em ha): ..... 12,63 ..... (em m²): ..... - - 0 - 0 ..... INCRA: ..... 716.103.003.359 - B .....  
Descrever localização e coordenadas (UTM): ..... CHEGANDO EM MARILÉIA PEGAR A ES- .....  
TRADA A DIREITA P/ QUATRO MARCOS, VOLTAR BOM ALMOLO .....  
DIREITA .....

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? ..... Sim ( ) Não (X) ..... Tempo de ocupação: ..... (anos) ..... (meses) .....  
Como ocorreu a transmissão: ..... HERANÇA - INVENTÁRIO .....  
Nome do Transmissor: ..... NELSON CANHETTI .....  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( ) .....  
Nome do Preposto: .....  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: ..... - - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 - 0 .....



( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (x) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessões de direitos, etc.

**FORMAL DE PARTILHA - AUTOS Nº 000398/2005.**

**6ª VARA CIVIL DA COMARCA DE MARILIA - PI.**

77

## 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de Posse

Possui outro Imóvel Rural? Não ( ) Sim (X) Quantos? 018

1 - Proprietário

Local/Município: Sete Quedas - MS

2 - Posseiro

Local/Município: ..... MARILÉNA - PA.....

..... ha 72600

Tab.01 (4)

Local/Município: \_\_\_\_\_

..... ha .....

Tab.01 (2)

Local/Município: .....

..... ha 112 .....

Tab.01 ( )

Financiamento bancário: Sim ( ) Não (X)

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente:

Local ..... MARILENA. (12)

Condição: Proprietário (X) Empregado ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( )

## 06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

## 07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

|                      | Especificação | Hectares | %   |
|----------------------|---------------|----------|-----|
| Culturas permanentes | CAJÁ          | 12,63    | 100 |
| Culturas temporárias |               |          |     |
| Pastagens            |               |          |     |
| Campos               |               |          |     |
| Matas                |               |          |     |
| Capoeiras            |               |          |     |
| Reflorestamento      |               |          |     |
| Reserva legal        |               |          |     |
| Reserva permanente   |               |          |     |
| Outros               |               |          |     |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: ... 100 %

Topografia: Ondulado: ... 2 %

Alagadiço: ... 0 %

Levemente Ondulado: ... 0 %

Acidentado: ... 0 %

Pedreira: ... 0 %

### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒) Terraço ( )

## 09 - CROQUI

N  
↑



OUTRA: DELMA RUSSO CANHETI Postigo: bras.  
CAPAZ: VILVA DO LAR PORTADORA DO R.G. nº 1.986.113-  
SSP/SP e CAR. nº 003.648.239-37 RESIDENTE e DOMI-  
CILIADA NA RUA LUIZ GAMA nº 805 ZONA 4,  
CEP: 87.019-110 - MARILINA - PARANÁ



11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data: 21/08/2007

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1ª  
Assinatura: .....  
Nome: .....

2ª  
Assinatura: .....  
Nome: .....

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o  
preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILINA - PR.

Data: 21/08/2007

Assinatura:

Nome: RUBENS DE ARAUJO MARTINS

14 - De acordo em 17/12/2007

15 - Visto em ..... / ..... / .....

Antonio Carlos Cavalcanti Neto  
RG: 5.632.913-9 São Paulo  
Chefe Regional

Chefe do Escritório Regional

Diretor de Terras





ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : PARAMAUAÍ

LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÉLIA REGINA CANHETTI Postigo, OUTRA.  
Apelido: CÉLIA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI Postigo  
Mãe: DELMA RUSSO CANHETTI Postigo  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP Data do Nasc.: 30/10/1952  
Estado Civil: SOLTEIRA N° de Filhos: 2  
Certidão Casamento: Local: - - - - - N° - - Livro: - - Fls.: - -  
Qual o Regime: - - - - - Profissão: ASISTENTE SOCIAL  
Carteira de Identidade N°: 3.377.395-3/1 CNPJ/CIC: 017.722.058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP N° 9001 Livro: A-10 Fls.: 11  
Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? - - - - -  
Onde: - - - - -  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End: RUA LUIZ GAMA 1°  
CEP: 87.015-110 Município: MARILENA UF: PR  
Tel.: 099.3229-6980 Celular: 9193 0623

01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: - - - - -  
Filiação: Pai: - - - - -  
Mãe: - - - - -  
RG N°: - - - - - CIC/CPE: - - - - -  
Certidão Nasc.: Local: - - - - - N° - - Livro: - - Fls.: - -

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n° Lote): M 281 ZILDA KIBEIRAS  
DO TIPO COLÔNIA PARAMAUAÍ  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILENA - PR  
Município: MARILENA Comarca: NOVA LONDRINA  
Área do Imóvel (em ha): 1,63 (em m²): - - INCRA: 716 103 003 359-8  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGADO EM MARILENA PEGA A ESTRADA  
DA P/ QUATRO MARCOS VISTO BOM DIA O LOTE A DIREITA

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não ( ) Tempo de ocupação: - - - - - (anos) - - - - - (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTÁRIO  
Nome do Transmissor: NELSON CANHETTI Postigo  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do Preposto: - - - - -  
N° de pessoas que residem no Imóvel: - - - - -



( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (x) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessões de direitos, etc.

FORMAL DE PARTILHA - Autos nº 000378/2005  
6ª VARA CÍVIL DA COMARCA DE MARINGÁ-PR

81  
Raj

## 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de Posse

Possui outro Imóvel Rural? Não ( ) Sim ( ) Quantos? 018

1 - Proprietário

Local/Município: Sede JARDAS ha 72600 Tab.01 (d)

Local/Município: ..... - OMARILEMA-PI ..... ha ..... Tab.01 (2)

Local/Município: \_\_\_\_\_ ha \_\_\_\_\_ Tab.01 ( )

Local/Município: ..... ha ..... Tab.01 ( )

Financiamento bancário: Sim ( ) Não ( )

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: .....

Local ..... MANICHA .....

Condição: Proprietário (X) Empregado ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( )

## 06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

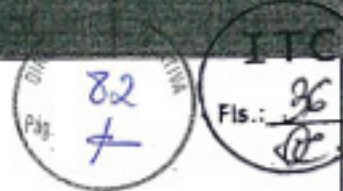
[illegible]

## 07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | %   |
|----------------------|----------|-----|
| Culturas permanentes | 1263     | 100 |
| Culturas temporárias |          |     |
| Pastagens            |          |     |
| Campos               |          |     |
| Matas                |          |     |
| Capoeiras            |          |     |
| Reflorestamento      |          |     |
| Reserva legal        |          |     |
| Reserva permanente   |          |     |
| Outros               |          |     |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL



Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: 100 %

Levemente Ondulado: 2 %

Topografia: Ondulado: 2 %

Acidentado: 2 %

Alagadiço: 2 %

Pedreira: 2 %

### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (☒)      Apresenta pouco ( )      Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (☒)      Terraço ( )

## 09 - CROQUI

N





OUTRA: DELMATEUSO CANHETI Costigo: 6RAS.  
CAPAZ VIUVA DO LAR PORTADORA DO R.P. -  
1.0867113 - SSP/SP - e CPF. Nº 003.648.229.32 -  
RESIDENCIAL e DOMICILIADA NA FUA LUIZ GAMA  
Nº 801 - ZONA 4 - CEP: 82.019-110 - MARINGÁ - PR



11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data

21/08/2007

Assinatura

*[Handwritten signature]*

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura: .....

Nome: .....

2ª

Assinatura: .....

Nome: .....

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local:

MARILEKA - PR

Data:

21/08/2007

Assinatura: *[Handwritten signature]*

Nome:

TEUSENS DE ARAUCÁIA MARTINS

14 - De acordo em

17/12/2007

15 - Visto em

/ /

*[Handwritten signature]*  
Antônio Carlos Costa de Melo  
RG 3.648.874-6 SSPR  
TERRAS

Chefe do Escritório Regional

Diretor de Terras



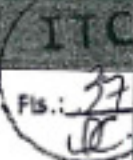


ESTADO DO PARANÁ 5/717.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

Escritório de : PARANAVAI



LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: CÍLIA REGINA CANHETTI POSTIGO e OUTRA  
Apelido: CELINHA  
Filiação: Pai: NELSON CANHETTI POSTIGO  
Mãe: DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO  
Local de Nascimento: SÃO PAULO - SP Data do Nasc.: 30/10/1957  
Estado Civil: SOLTEIRA N° de Filhos: 06-01  
Certidão Casamento: Local: - - - - - N° de Livro: - - - - - Fls. - - - - -  
Qual o Regime: - - - - - Profissão: - - - - -  
Carteira de Identidade N°: 3.327.399-3 PM CNPJ/CIC: 017.722.058-93  
Certidão Nasc.: Local: SÃO PAULO - SP N° de Livro: A-10 Fls. 11  
Exerce função pública: Não (A Sim ( ) Qual? - - - - -  
Onde: - - - - -  
Reside no lote: SIM ( ) ou Não (X)  
End: RUA LUIS GAMA - N° 801 - ZONA 4  
CEP: 87.015-110 Município: MARILÉIA UF: PI  
Tel.: 099-3229.6980 Celular: 9153.0634

01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome: - - - - -  
Filiação: Pai: - - - - -  
Mãe: - - - - -  
RG N°: - - - - - CIC/CPE: - - - - -  
Certidão Nasc.: Local: - - - - - N° de Livro: - - - - - Fls. - - - - -

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n° Lote): N° 280 GLEBA REISCEIRÃO  
DO TIPO COLÔNIA PARANAVAI  
Localidade: QUATRO MARCOS Distrito: MARILÉIA  
Município: MARILÉIA - PI Comarca: NOVA LONDRA  
Área do Imóvel (em ha): 12,63 (em m²): INCRA: 716.1030035908  
Descrever localização e coordenadas (UTM): CHEGANDO EM MARILÉIA PEGAR A RUA  
DA P/ QUATRO MARCOS VÃO T BOM ALK O LOK. A DIREITA.

03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: (anos) (meses)  
Como ocorreu a transmissão: HERANÇA - INVENTÁRIO  
Nome do Transmissor: NELSON CANHETTI POSTIGO  
Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
Nome do Preposto: - - - - -  
N° de pessoas que residem no Imóvel: - - - - -



( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (x) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessões de direitos, etc...

FORMAL DE PARTILHA - AUTOS Nº 000398/2005  
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ, P...

6ª VARA CIVIL DA COMARCA DE MARINGÁ, P.



#### 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de Posse

Possui outro Imóvel Rural? Não ( ) Sim (X) Quantos? 018

Local/Município: Serra Quedas

Local/Municipio: MARIZACA

Local/Municipio: .....

Local/Municipio: .....

Financiamento bancário: Sim ( ) Não (X)

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente:

Local MARILKA

Condição: Proprietário (x) Empregado ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( )

21 PAI

1 - Proprietário

2 - Posseiro

ha 7600


Tab.01 4

ha 

Tab.01 (2)

ha *ap*

Tab.01 (

ha 

Tab.01 (

## 06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

## 07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

|                      | Especificação | Hectares | %   |
|----------------------|---------------|----------|-----|
| Culturas permanentes | CANA          | 1263     | 100 |
| Culturas temporárias |               |          |     |
| Pastagens            |               |          |     |
| Campos               |               |          |     |
| Matas                |               |          |     |
| Capoeiras            |               |          |     |
| Reflorestamento      |               |          |     |
| Reserva legal        |               |          |     |
| Reserva permanente   |               |          |     |
| Outros               |               |          |     |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: ..... 100 %

Topografia: Ondulado: ..... %

Alagadiço: ..... %

Levemente Ondulado: ..... %

Acidentado: ..... %

Pedreira: ..... %

### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta (X) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível (X) Terraço ( )

## 09 - CROQUI



Assinalar no croqui os confrontantes, existência dos rios, riachos, rede de drenagem, áreas de reserva



OUTRA: DELMA RUSSO CANHETI Postigo: hnas.  
CAPAZ VIUVA DO LAR PORTADORA DO R. Nº  
1.086-113 - SSP/SP - e CPF. Nº 003-658.229-37.  
RESIDÊNCIA e DOMICILIADA NA RUA LUIZ GAMA  
Nº 801 - ZONA 5 - CEP 87.019-110 - MARILHA-PR.



11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

Data: 21/08/2002

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1º  
Assinatura: .....  
Nome: .....

2º  
Assinatura: .....  
Nome: .....

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o  
preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: MARILHA-PR.

Data: 21/08/2002

Assinatura: [Signature]

Nome: FÉLIX DE ADELAIDE MARTINS

14 - De acordo em 17/02/02

15 - Visto em ..... / ..... / .....

Chefe do Escritório Regional

[Signature]  
Antonio Carlos Camargo Neto  
513.618-36 - SSPR  
C/057-01

Diretor de Terras

## RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE

CÉLIA REGINA CANHETI POSTIGO, brasileira, solteira, portador do RG n. 3.377.394-3 e CPF n. 017.722.058-93 e DELMA RUSSO CANHETI POSTIGO, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG n. 1.086.113-SSP/SP e CPF n. 003.648.229-37, ambas residentes à Rua Luiz Gama, 801 – Zona 4, CEP 87.014-110 município de Maringá-PR, telefone n. (044) 224-6980.

### 2. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

#### • Identificação do imóvel

Imóvel rural com área total de 246,5000 ha, localizados na Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranavaí no município de Marilena comarca de Nova Londrina – PR, sem denominação específica e composto pelos lotes que adiante se discrimina:

| Colônia   | Gleba n.          | Município        | Lotes n. | Área (ha) |
|-----------|-------------------|------------------|----------|-----------|
| Paranavaí | Ribeirão do Tigre | Nova Londrina-PR | 195      | 22,7000   |
|           |                   |                  | 196      | 22,7000   |
|           |                   |                  | 261      | 22,7000   |
|           |                   |                  | 262      | 22,7000   |
|           |                   |                  | 280      | 12,6300   |
|           |                   |                  | 281      | 12,6300   |
|           |                   |                  | 282      | 12,6300   |
|           |                   |                  | 283      | 12,6300   |
|           |                   |                  | 284      | 12,6300   |
|           |                   |                  | 285      | 12,6300   |
|           |                   |                  | 286-A    | 2,4200    |
|           |                   |                  | 308-B    | 2,8000    |
|           |                   |                  | 309      | 10,5800   |
|           |                   |                  | 310      | 13,6000   |
|           |                   |                  | 311      | 12,6300   |
|           |                   |                  | 312      | 12,6300   |
|           |                   |                  | 313      | 12,6300   |
|           |                   |                  | 314      | 12,6300   |
|           |                   |                  | Total    | 246,5000  |



• **Roteiro de acesso**

Paranavai - BR 376 - Nova Londrina (78 km) à Marilena - PR 569, dessa cidade percorre-se aproximadamente 3,8 km, à direita em uma estrada sem pavimentação rumo a Vila Rural Quatro Marcos, percorre aproximadamente 10 km alcança-se os imóveis os quais ficam à direita às margens da referida estrada.

• **Aspectos físicos**

O imóvel encontra-se localizado à coordenadas UTM 292.710 E e 7.490.502 S e a uma altitude aproximada de 350 m com elevações não superiores a 70 m, medidas tomadas no ponto médio da propriedade.

Possue clima, segundo a classificação climática de Koeppen, do tipo Cfa – mesotérmico, úmido, sem estação seca e com verões quentes. A temperatura média do mês mais frio é abaixo de 18° C e a temperatura média do mês mais quente é acima de 22° C (Maack, 1968).

A área da propriedade é banhada pelo Ribeirão Água da Marilena, pertencente à Bacia do Rio Paraná. Apresenta classes de relevo em que predominam os relevos planos, possuindo parte do imóvel (10%) com relevo suavemente ondulado.

Os solos são os originados do Arenito Caiuá – Série São Bento – Cretáceo, material que contribuiu para a formação da maioria dos solos do imóvel.

A unidade de solos que predominou os lotes é Led2 - Latossolo Vermelho-escuro distrofico A, moderado textura média fase f10resta tropical subperene-folia relevo suave ondulado e praticamente plano. Esses solos apresentam limitações severas ao uso com cultivos intensivos sendo recomendada sua utilização com pastagens e culturas permanentes, nas áreas não classificadas como de preservação permanente.

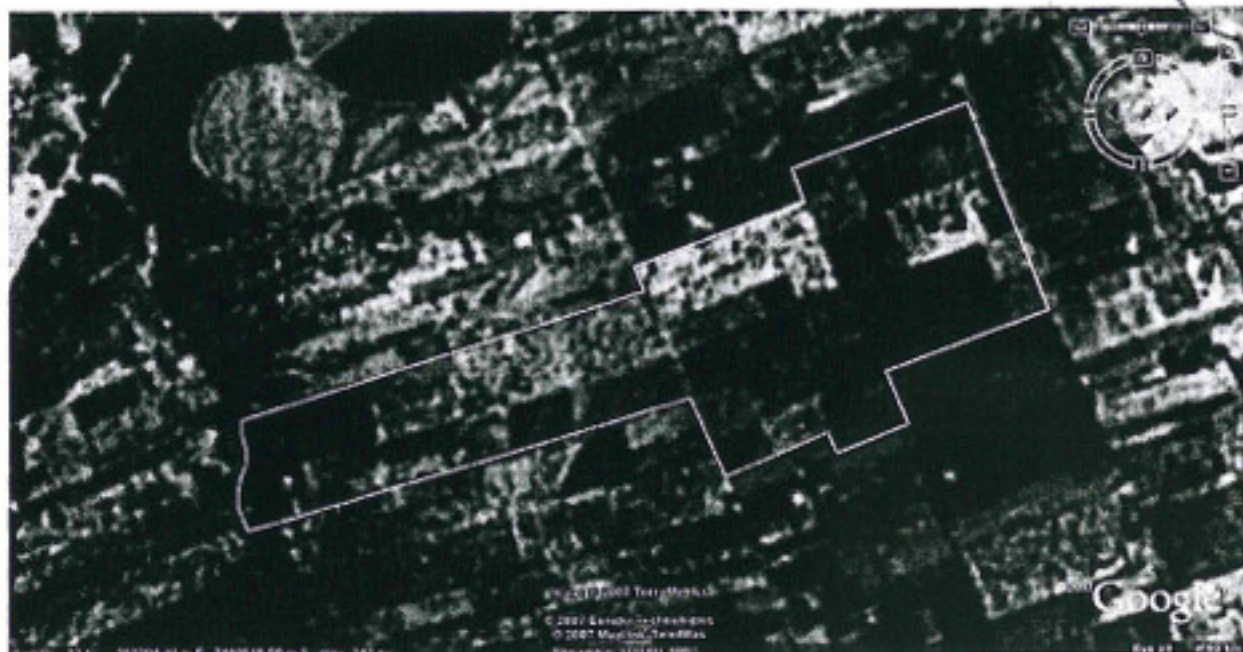


Imagem de satélite obtida em o Google Earth v.4.2.0205.5730, Build Date Nov 13 2007, com o traçado aproximado do perímetro do imóvel.

• **Aspectos biológicos**

O imóvel localiza-se em áreas onde predominavam as Florestas Estacionais -

Semidecíduais de formação submontana, sendo que da área da referida propriedade já foram retiradas toda a cobertura arbórea nativa remanescendo uma pequena formação primária ao longo do Ribeirão Agua da Marilena. O imóvel não possui as áreas de reserva legal conforme estabelece a legislação vigente (20% da área do imóvel com cobertura florestal).

• **Aspectos economicos**

A propriedade é servida por uma rodovia municipal não pavimentada e está localizada à 14.000 m da sede do município de Marilena.

O imóvel é integralmente explorado com cana de açúcar e possui as benfeitorias, casas, galpões, cercas, abastecedouro de água e eletrecidade, necessárias ao manejo de sua exploração dentro das práticas normais desenvolvidas para região.

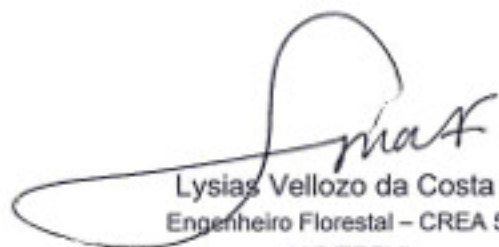
O proprietário tem seu sustento e de sua família oriundo exclusivamente da produção obtida no imóvel.



### 3. PARECER TÉCNICO

Em vista do vistoriado e dos elementos constatante das peças que compõem presente processo, somos de parecer que o processo de regularização solicitado seja atendido, uma vez que o ocupante trabalha e vive da produção obtida no imóvel.

Paranavaí, 10 de dezembro de 2007.



Lysias Vellozo da Costa Filho  
Engenheiro Florestal - CREA 5606-D  
IAP/ERPVI



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS.

ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAI



INSTITUTO  
AMBIENTAL  
DO PARANÁ



SPI nº 9.667.834-7

Ao - ITCG

Repasse-se para análise e relatório de vistoria técnica e tramitação de praxe.

Paranavaí, 17 dezembro de 2007.

Antônio C. Casaliheiro Neto  
Chefe Regional - Paranavaí



Registro sob N° \_\_\_\_\_

200 \_\_\_\_\_

Fls. 1



93

# República Federativa do Brasil

Av. Tiradentes, 380 - FORUM - CEP 87013-900 - Telefax (41) 3223-0935

*Sérgio Roberto Cabral Krauss*  
Escrivão

*Silvia Fátima de Castro Cabral Krauss*  
E. Juramentada

*Elaine de Oliveira*  
E. Juramentada

Juízo de Direito da Comarca de Maringá - PR

## SEXTA VARA CÍVEL

Autos de

= FORMAL DE PARTILHA =

EM FAVOR DAS HERDEIRAS: DELMA RUSSO CANDELLI BOSTIGO e FILHA

REGINA CANDELLI BOSTIGO. \_\_\_\_\_

Autuação

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2001

\_\_\_\_\_ nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná - em meu

cartório, autuo \_\_\_\_\_ e documentos que adiante se vêm. Do que, para



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \* VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE MARINGÁ- PR.



Handwritten signature/initials.

DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO

viúva, do lar, portadora do Rg.nº.8.086.113 SSP/SP e CPF.nº.003.648.229-37 e CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO, solteira, agropecuarista, portadora do Rg.nº.8.083.111 SSP/SP e CPF nº.017.722.058-93, e respectivamente, brasileiras, residentes na Rua Luiz Gama nº801, Zona 04, CEP.37013-320, na Comarca de Maringá-PR, vêm, mui respeitosamente, perante V.Exa., através de sua bastante procuradora, SUELY MANZINI SIQUEIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP nº204160-B, com escritórios à Rua Senador Feijó, 69 - Centro - São Paulo - SP - CEP.01006-001, e-mail: manzini@aasp.org.br, requerer ARRÓLAMENTO DE BENS, consoante o artigo 1.031 e seguintes do CPC., pelo quanto segue:

Handwritten signature/initials.

ADVERTÊNCIA:  
Nesta Comarca 36 MARINGÁ, 88 888-...-085 de

Handwritten notes and signatures on the left margin, including the number 581.



1. A primeira requerente era casada com comunhão universal de bens, com **NELSON CANHETTI POSTIGO**, conforme (DOC.2) Certidão de casamento nº2457, livro nºB-8, fls.242vº, lavrada pelo Registro Civil das Pessoas Naturais - 37º Subdistrito - Aclimação - São Paulo - Capital, desde 07 de janeiro de 1953.

2. Em 14 de maio de 2005, o varão veio a falecer, nesta cidade de Maringá - PR, conforme Certidão de Óbito, lavrada no 1ºOfício do Registro Civil das Pessoas Naturais de Maringá-PR, Livro C-116. fls.059, termo 037994 (doc.03), sem deixar testamento ou qualquer outra disposição de última vontade.

3. Que desta união tiveram uma filha, **CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO**, solteira, agropecuarista, brasileira, residente na Rua Luiz gama nº601, Zona 04, Comarca de Maringá-PR, portadora do RG.3.083.111 - SSP/SP e CPF nº017.722.058-93.

4. Que o "De-cujus" deixou bens a serem partilhados, como segue:

I. "um imóvel residencial, constituído pelas datas de terras sob os nºs.09 e 10 (nove e dez) da quadra nº.25 (vinte e cinco), com as áreas de 622,50 e 552,00 metros quadrados, cada uma, perfazendo

a área total de 1.174,50 (um mil cento e setenta e quatro vírgula cinquenta) metros quadrados, situadas na zona 04 (quatro) da planta urbana da Cidade de Maringá, Estado do Paraná." Contém sobre as datas 09/10, da mesma quadra e zona, uma construção residencial em alvenaria com a área de 395,44 metros quadrados. Imóvel, cadastrado na Prefeitura do Município de Maringá, sob o nº12838.4 (anterior 4042200) e inscrição imobiliária 01.04.025.0009.001, conforme escritura levada a efeito no Cartório Antonio Facci - Registro Civil e Tabelionato - livro E/3, - Fls.015/017 - Ambas matriculadas no registro de Imóveis - 2ºOfício de Maringá - Paraná: Matrícula nºs. 00080 - Registro nº12 - Data 09 - Quadra 25 - Zona 04 e Matrícula nºs. 3559- Registro nº11 - Data 10 - Quadra 25 - Zona 04 -em 01 de setembro de 1989.

II. "Posse de uma área de terras rurais, medindo 242,1(duzentos e quarenta e dois vírgula um) hectares, iguais a 100 (cem) alqueires paulistas, originários da unificação dos lotes 262, 195, 196, 311, 312, 313, 314, 284, 283, 282, 281, 280 e 285, denominada Fazenda Célia Regina, inscrita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sob o nº7161030035908 e NIRF Nº 0.882.402-9, localizada na Estrada Quatro Marcos - Gleba Ribeirão do Tigre - Município de Marilena - Estado do Paraná.



5. O "De-cujus", ao que se tem conhecimento, não deixou dívidas, quer ativas, quer passivas.

Ante o exposto, requer a V.Exa. seja processado o respectivo Arrolamento de Bens, prosseguindo-se o feito até final partilha e julgamento, nomeando a segunda Requerente CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO como inventariante, sob compromisso.

Dá-se ao presente o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

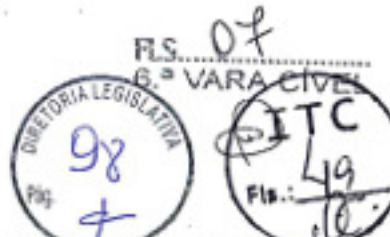
P.Deferimento.

Maringá (PR), 10 de junho de 2005.

  
SUELY MANZINI SIQUEIRA

OAB/SP N°.204160-B

## PROCURAÇÃO



**Outorgante(s) :** DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO viúva, do lar, portadora do Rg.nº.8.086.113 SSP/SP e CPF.nº.003.648.229-37 e CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO, solteira, agropecuarista, portadora do Rg.nº.8.083.111 SSP/SP e CPF nº.017.722.058-93, e respectivamente, brasileiras, residentes, na Rua Luiz gama nº801, Zona 04, na Comarca de Maringá- Estado do Paraná.

**Outorgado(s) :** ELIETE RITA PENNA, brasileira, advogada, separada judicialmente, portadora da OAB/SP sob n. 60.334; SUELY MANZINI SIQUEIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP nº 204.160-B, todos com endereço na Rua Senacor Feijó, 69, 11º. andar, cj. 111/115, Capital - S.P.

**Poderes :** Confere(em) amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, propor quaisquer ações, defender-me (nos) nas que (me) (nos) forem propostas, cíveis ou penais, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrazoar processos, requerer vistas dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, formar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer laudos, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação, firmar compromissos, requerer abertura de inventário ou arrolamentos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na condição de reclamada(s) bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

MARINGÁ, 10 DE JUNHO DE 2005.

*Delma Russo Canhetti Postigo*  
**DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO**

*Celia Regina Canhetti Postigo*  
**CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO**

**CARTÓRIO ANTONIO FACCI**  
Secretaria do Poder do Distrito de Maringá - Comarca de Maringá/PR  
Av. Brasil 7225 - CEP 87.015-280 - Telefone: (41) 326-1182 - Maringá/PR

Reconheço por semelhança as firmas de  
DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO e CELIA REGINA  
CANHETTI POSTIGO, C.N. item 11.6.3.1 Dou  
fé. Maringá, 10 de junho de 2005.

Em Teste *Rap* da Verdade

*Rosângela Moarecida da Silva*

Rosângela Moarecida da Silva - Ferrovista

FUNARPEN  
SELO DE  
AUTENTICIDADE

BELIONA  
DE  
NOTAS  
BEY3658



# República Federativa do Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA - MUNICÍPIO E DISTRITO DA CAPITAL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

37.º SUBDISTRITO - ACLIMAÇÃO

Rua Piracema da Mata n.º 588

## CASAMENTO

(N.º 2497 - -)

Guimar de Castro Guimarães, Escrivã do Registro Civil do 37.º Subdistrito da Aclimação

Guimar de C. Guimarães

ESCRIVÃ

Estelina N. Veloso

COPALMOR

CERTIFICO que, sob n.º 2497 - - , a fls. 242vs. - - do livro n.º B-8 - - -

de registro de casamento, encontra-se o assento do matrimônio de Nelson Canhetti Posti

GO - - - - -

e de Dona Delma Gomes Russo - - - - - que

passará a chamar-se Delma Russo Canhetti Postigo - - -

contraido no dia 7 de janeiro de 1953, perante o Mm. - - - Juiz

de Casamentos, o Dr. Juvenal de Azevedo Fagundes - - -

sendo o contraente: - nascido em "Bairir" digo BARIRI - deste Estado - - -

aos 26 de agosto de 1925

profissão contador - - - - -, domiciliado e residente nesta Capital - - -

- solteiro - - - - - , filho

de Affonso Canhetti - - - - -

e de Dona Josépha Postigo - - - - -

- - - - -

e a contraente: - nascida em - nesta Capital - Subd. Santana - - - - -

aos 7 de janeiro de 1930

profissão prs. domésticas - - - - -, domiciliada e residente nesta Capital - - -

- solteira - - - - - , filha

de Antonio Pedro Russo - - - - -

e de Dona Maria Izabel Gomes Russo - - - - -

Observações: Regime adotado: Comunhão de bens. - - -

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, - 37.º Subdistrito, 23 de janeiro de 1974

ESCRIVÃ

Estelina N. Veloso  
Guimar

TAXA DE APOST. 6,80  
Recibida por verba  
C. e S. 23/74  
dat. 23/74

RECONHECER A FIRMA DO  
M. Canhetti de Castro - 37.º Subdistrito  
RUA FELIZ DE OLIVEIRA, 32  
(Prédio do Palácio da Justiça)  
FONE: 37-1191 (REDE INTERNA - SÃO PAULO)

AVISO DE NOVEMBRO DE 1974, EMANCIP. (23.11.74) MARINGÁ-PR  
Autentico a presente o original e em apenso o verso, de 2005

□ MARIA PRILEIA FRA  
□ Juliana Maria Leandra  
□ Sandra Maria Guga  
□ Antonio Sérgio Leon  
□ José Marcon





**CARTÓRIO  
NAGIB NEME**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - CÍVEL**  
**1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS**  
Nascimentos, Casamentos e Óbitos

*Sandra C. C. Nagib Neme*  
OFICIAL DESIGNADA

*Silvia Antunes Brandão*  
ESCREVENTE

*Enrídes José Faria*  
ESCREVENTE

AV. XV DE NOVEMBRO, 343 - FONE/FAX: (44) 222-7186 - CX. POSTAL, 795 - CEP 87013-230 - MARINGÁ - PR.

FLS. 09

ITC

Fls. 51

LIVRO C-116

FOLHAS 059

TERMO 03799



**CERTIDÃO DE ÓBITO**

**CERTIFICO** que, do livro, folha e termo citados, de **ASSENTO DE ÓBITOS** deste Ofício, consta que, foi lavrado no dia 15 de maio de 2005, o assento do óbito de .....

**NELSON CANHETTI POSTIGO**

falecido no dia quatorze de maio de dois mil e cinco (14/05/2005), às quinze horas e dez minutos (15:10h), no Hospital e Maternidade São Marcos, em Maringá-PR, do sexo masculino, de profissão Agropecuarista, de estado civil casado, natural de Bariri-SP, residente e domiciliado à rua Luiz Gama nº801, Zona 04, em Maringá-PR, com setenta e nove (79) anos de idade, nascido aos vinte e seis de agosto de um mil, novecentos e vinte e cinco (26/08/1925). Filho de **AFFONSO CANHETTI** e **JOSÉPHA POSTIGO**.....

Foi declarante: **CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO**, solteira, agropecuarista, portadora da C.I. nº3.377.394-3-SSP-PR, residente e domiciliada à rua Luiz Gama nº801, Zona 04, nesta cidade (filha do falecido). Sendo o atestado de óbito firmado pelo Dr. **MAURO DA ROSA VEIGA**, CRM nº 16017, dando como causa da morte: insuficiência respiratória aguda, hematoma intra cerebral, adenocarcinoma de próstata. O sepultamento será realizado no Cemitério Parque de Maringá-PR. Pela declarante foi-me dito, que o falecido deixou bens a inventariar e não deixou testamento, sabendo que o mesmo era eleitor. Apresentou-me a declaração de óbito nº 005564259, C.I. nº 898514 SSP/SP, Certidão de Casamento, Número 497, Folhas 242v22, do Livro nº B-08, lavrada no (37º SUBD.- ACLIMAÇÃO) CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL, SÃO PAULO-SP.....

Observação: Deixa viúva **DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO**, deixa uma filha Celia, com 47 anos de idade, Registro lavrado de acordo com a Lei nº 9.534 de 10/12/97.---

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 15 de maio de 2005.

*Silvia Antunes Brandão*  
escrevente

**Fratti e OFÍCIO DE NOTAS**

AV. XV DE NOVEMBRO, 300 - FONE  
Autentico a presente cópia, conforme  
o original a mim apresentado, em seu  
ANVERSO, no dia 16.

Lei 11.228 de 10/07/2001  
FUNARPEN  
SELO DE  
AUTENTICIDADE



- ☐ MARIA PAULA FRASSI - TABELA
- ☐ Zuleika Maria Leão de Faria - Substitua
- ☐ Sandra Maria Gurgis - Substitua
- ☐ Antonio Sérgio Leon Pereira - Substitua
- ☐ José Marcon - Substitua

**8FG25706**







Rua Pires da Mota, 934  
Aclimação - Tel.: 285-0415

# República Federativa do Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA - MUNICÍPIO E DISTRITO DA CAPITAL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

37.º SUBDISTRITO - ACLIMAÇÃO

Bel.<sup>a</sup> Marlene Marchiori Siano  
ESCRIVÃ



## Certidão de Nascimento

N.º 901 1

Fls. 11

CERTIFICO que no livro n.º A-10, de assentamentos de Nas. mentos, está registrada uma criança de sexo feminino, nascid. a na: te Subdistrito

no dia trinta de outubro

de mil ovecentos e cinquenta e sete às 05 horas e 00 mts.

com o nome de: CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO

filh.ª de Nelson Canhetti Postigo

e de dona Delma Russo Canhetti Postigo

são avó paternos Affonso Canhetti

e Dona Josepha Postigo

e mater. os Antonio Pedro Russo

e Dona Maria Izabel Gomes Russo

Registro feito em 21 de dezembro de 1957

Observações: Foi declarante o pai. Testemunhas as constantes do termo.

**Pratti e OFÍCIO DE NOTAS**

AV. XV DE NOVENBRO, 500 - FONEFAX (44) - MARINGÁ, PR

Atendemos a quem nos procura, com o original e em duplicata, em seu ANVERSO, ou que dou. n.

Lei 13.228 de 19/07/2001

BRASILEIRA

SECO DE

AUTENTICAÇÃO

☐ MARIA PAULA MARTINS - TABELA  
☐ Zuleika Maria Leal - TABELA  
☐ Sandra Maria Goulart - TABELA  
☐ Antonio Sérgio Lacerda - TABELA  
☐ José Marcos - TABELA

ALFONSO

ESTRELA VERDE

NOTAS

8FG25705

O referido é verdade e dou. f.º

São Paulo - 37.º Subdistrito, 31 de janeiro de 1989

ESCRIVÃ

*Pratti*

taxa reg. verta

ncz\$0,83



102













**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Diretoria Tributária

**PAGAMENTO PARCELADO**

PRIMEIRA R\$ 143,24  
DEMORA R\$ 143,07

**TOTAL ANUAL DO TRIBUTO**

R\$ 1717,01

| PARCELA | VENCIMENTO |
|---------|------------|
| 01      | 24/01/2005 |
| 02      | 21/02/2005 |
| 03      | 12/03/2005 |
| 04      | 12/04/2005 |
| 05      | 12/05/2005 |
| 06      | 12/06/2005 |
| 07      | 12/07/2005 |
| 08      | 12/08/2005 |
| 09      | 12/09/2005 |
| 10      | 12/10/2005 |
| 11      | 12/11/2005 |
| 12      | 12/12/2005 |

**PAGAMENTO À VISTA  
COM DESCONTO**

**1ª COTA ÚNICA**

VENCIMENTO: 24/01/2005  
DESCONTO: 15%  
VALOR (R\$): 1.459,46

**2ª COTA ÚNICA**

VENCIMENTO: 21/02/2005  
DESCONTO: 10%  
VALOR (R\$): 1.545,31

CONTROLO COM DÉBITO(S) EM DÍVIDA ATIVA, NA DATA DE 31/10/2004.

**IPRU - 2005**

ANO 2005 Lançamento FISCAL 12038.4 Cad. Ant. 4042200  
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA 01.04.025.0009.001  
ENDEREÇO DO IMÓVEL RUA LUIZ GAMA, 801  
COMPLEMENTO DT 09/10 ZONA 04

**DADOS DO IMÓVEL**

ÁREA DO TERRENO (M²): 1.174,50  
ÁREA CONSTRUÍDA (M²): 437,14  
TESTADA (M): 37,00  
BASE CÁLCULO: 134.477,72  
ALÍQUOTA: 1,00%

**TRIBUTOS COBRADOS NESTE CARNE**

IMP. FUND. 1344,76  
IMP. TER. 0,00  
LIMP. PUBL. 160,21  
COL. LIXO 177,04  
CI+ 35,00  
TOTAL 1717,01

NOME DO CONTRIBUÍTE NELSOM CANIETTI POSTIGO  
ENDEREÇO RUA LUIZ GAMA, 801  
COMPLEMENTO  
BAIRRO ZONA 04  
CIDADE MARINGÁ - PR  
CEP 87013-320

**Frattini** OFICINA DE REGISTRO  
AL. XV DE NOVEMBRO, 500 - FONE/FAX (41) 3007-5451  
Autenticado e presente cópia do original e o original a ser assinado pelo ou ANVERSO. do que. Ass. em  
12/228 de 13/07/2001  
FURNASPEN  
SEDE DE  
MUNICÍPIO DE MARINGÁ  
48818181  
Oitiva Ramo de Ass. Subst. O Celo Coletivo DE  
LUCAS SARAIVA Subst. O Celo Coletivo DE  
25713  
☐ MARIA PAULA PRATO - TAREJA  
☐ Zulmira Maria Leonardo Frade - Subst. O Celo Coletivo DE  
☐ Sandra Maria Gargia  
☐ Antonio Sérgio Lucas Pereira - Subst. O Celo Coletivo DE  
☐ José Marlon







# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO ANTONIO FACCI

DISTRITO JUDICIÁRIO DE FLORIANO - MUNICÍPIO E COMARCA DE MARINGÁ - PR

AVENIDA BRASIL N.º 7225 - FONE: (0442) 24-1182 - MARINGÁ

REGISTRO CIVIL E TABELIONATO

ANTONIO FACCI

Titular Vitalício

FLS. 15  
VARA GÍVEL

Pág. 106

FLS.-015/017-

LIVRO E/36-



DEPARTAMENTO DE IMOVEIS  
2.º OFÍCIO  
Maringá - PARANÁ  
Dr. Gabriel Sidney de Toledo  
Aplicador - CPF 013.446.098-88

ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA QUE FAZ LIDIA FACHIN EM FAVOR DE NELSON CANHETTI POSTIGO, na forma abaixo:-

"S A I B A M" todos quantos esta pública escritura de venda e compra virem, que no ano de um mil, novecentos e oitenta e nove (1989) aos desessete (17) dias do mês de agosto - do dito ano, neste Distrito Judiciário de Floriano, Município e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, em Cartório situado na Avenida Brasil, 7225-cidade de Maringá-perante mim Tabelião que esta subcreve dispensada a presença de testemunhas instrumentais nos termos do item 8.1.Cap.X.do Provimento nº.356 da Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber:-De uma parte, como outorgante vendedora a senhora LIDIA FACHIN, brasileira, solteira, maior, proprietária, portadora da C.I.RG.1.280.869-PR. CIC.140.534.469/53, residente e domiciliada na cidade de Maringá, Estado do Paraná, e de outra parte como outorgado comprador o senhor NELSON CANHETTI POSTIGO, brasileiro, agricultor, portador da C.I.RG.898.514-PR.CIC.013.603.968/53, casado com Delma Russo Canhetti Postigo, em regime de comunhão universal de bens, anteriormente a vigência da Lei 6.515/77, residente e domiciliado na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Os presentes reconhecidos como os próprios, por mim Tabelião, pelos documentos apresentados, do que dou fé. E então pela outorgante vendadora me foi dito que a justo título é senhora e legítima possuidora dos imóveis constituídos pelas Datas de Terras sob nºs.09e 10(nov. e deis) da quadra nº.25-(vinte e cinco)-com as áreas de 622,50 e 552,00 metros quadrados, cada uma, perfazendo a área total de 1.174,50 (um mil, cento e setenta e quatro virgula cinquenta)-metros quadrados, situadas na zona 04 (quatro) da planta urbana da Cidade de Maringá, Estado do Paraná, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações:-Data nº.09, com área de 622,50-metros quadrados:-"DIVIDE-SE: Com a Rua Luiz Gama no Raio 146 metros, numa frente de 19,50 metros; com a data nº.10 no rumo NO 13º31'30" na distância de 36,50 metros; com partes das datas nºs.14 e 15 no Raio 109,50 metros, com 14,63 metros e, finalmente com a data nº.8, no rumo SE 21º10'30" numa extensão de 36,50 metros." DATA Nº.10, COM AREA DE 552,00 metros quadrados:-"DIVIDE-SE:-Com a Rua Luiz Gama, na curva de Raio 146,00 metros, numa distância de 17,57 metros; com a data nº.11 no rumo SE 5º52'30" NO numa distância de 36,50 metros; com parte da data nº.14 na curva de Raio 109,50 metros, numa distância de 12,69 metros, e, finalmente, com a data nº.09, no rumo SE.-

4.º TABELIÃO  
São Paulo - Capital

2.º TABELIÃO  
São Paulo - Capital

FIRMAS RECONHECIDAS EM:  
4.º TABELIÃO  
Goiânia - GO  
CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO  
Brasília - DF

CARTÓRIO DA 1.ª CIRCUNSCRIÇÃO  
Porto Velho - Rondônia

7.º TABELIÃO  
Curitiba - PR



**CARTÓRIO ANTONIO FACCI - TABELIONATO**

Contribuinte:-Nelson Canhetti Postigo-Transmitente:-Lidia Fachin-Valor base de calculo:-NCZ\$-171.562,00-aliquota: 2%-imposto devido:-NCZ\$-3.431,24-Imóveis:-Datas 09 e 10 quadra 25 zona 04 de Maringá-Data 17/08/89; II)-Certidão Negativa nº.3940 expedida em 16/08/89 pela Prefeitura do Município de Maringá, Paraná;- III)-Certidão Negativa nº.5764/89 expedida aos 17/08/89 pela Agencia de Rendas Estaduais de Maringá; IV)-Certidão Negativa, em forma de xerox da Matrícula nº.080 do Registro de Imóveis do 2.º Ofício de Maringá; V)-Certidão Negativa, em forma de xerox da Matrícula 3559 do Registro de Imóveis do 2.º Ofício de Maringá. As partes contratantes dispensam a apresentação das demais certidões preconizadas pela Lei 7433, isentando esta Serventia de qualquer responsabilidade pela inexistência e apresentação das mesmas. A declaração sobre Operação Imobiliária (DOI) será emitida por esta Serventia e encaminhada a repartição competente da Receita Federal em tempo hábil, obedecidas as normas da Instrução Normativa nº.090 de 08/11/85 da SRF..Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes lavrei este instrumento o qual feito e lhes sendo lido, acharam-no em tudo conforme, outorga, aceita e assina. Eu, Antonio Facci, Tabelião a lavrei e subscrevi. (a.a.)-LIDIA FACHIN-NELSON CANHETTI POSTIGO-."Nada Mais."--Traslada em seguida. Confere com o original ao qual me reporto e dou fé. Eu, Antonio Facci, Tabelião a fiz datilografar, conferi, subscrevo, dou fé e assino em público e rasos-

Em test. da Verdade.

Antonio Facci Tabelião -

**CARTÓRIO ANTONIO FACCI**  
Distrito de Florianópolis - PR.  
Registro Civil e Tabelionato  
**ANTONIO FACCI** - Titular  
TANIA MARILIA BRAVIN FACCI  
Auxiliar Juramentada



**REGISTRO DE IMÓVEIS**  
2.º OFÍCIO  
MARINGÁ - PARANÁ  
Dr. Gabriel Sidney de Toledo Menezes  
Titular - CPF 013.448.098-83

ESTADO DO PARANÁ  
Município de Maringá  
29 de agosto de 1989  
RUBENS A. M. WELTON  
RUBENS A. M. WELTON  
E. JURAMENTADO



108  
f

ĐỀ CƯƠNG - 2010,  
HÀNG NGỒ - P.1

REGISTRO DE IMOVEIS - 2.º OFÍCIO DE MARINGÁ

21 SET 1977

1-01-

03559

A. Gerardo Vargas 2bb-conf, 109-110  
D. Milton Ribeiro Mendez  
D. Gabriel S. de Aguiar  
D. Yael de C. Pizatti

## LIVRO 2. MATRICULA E REGISTRO GERAL

**INVENTÁRIO:** data de terras nº 10 (dez). quadra 23 (quinte e cinco), com área pda de 552,00m<sup>2</sup>, situada na zona 4 (quadrante sudoeste do município); nesta cidade de Mgá-Pir, compreendida dentro das seguintes divisões, metragens e confrontações: "Divisão Agrícola - se: com a rua Luiz Gama na curva de raio 146,00 metros, numa distância de 36,50 metros; com parte da data nº 11, no trecho SE 5452,30" NO numa distância de 109,50 metros; de

[illegible]

nos termos da Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada nas Notas do 1º Tabelião de Notas, às fls. 152 do 1º-284, em 23.09.77, o proprietário Benedito José dos Santos, acima qualificado e sua esposa, Benedita Duzo dos Santos, brasileira, do 1ar, M.E. 60.046-66a. ZEP, residente n/cidade, alienaram as suas partes do 1, dito, láde= ais correspondente a 50% do imóvel objeto desta a, OSWALDO DUZZO, já qualificado, o qual completou a totalidade do imóvel. VALOR:- R\$. 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros). (Sisa rec. 15, s/R\$. 200.000,00 cf. talão = n. 8061750-9). Condições:- não há. Obs.:- O imóvel acima adre-se cadastrado no Cad. F. Imobiliário sob n. 04042300 IV 1, cf. Cert. Reg. n. 4082/77-SF. Arg. 02/47. Im. Maringá, 25 de outubro de 1977. O Oficial: *[assinatura]*

Av-2-3559 Nos termos do requerimento assinado por Oswaldo Buzzo, instruído pela Cert.967/77-SOV, deste Município, arg.== sob n.87/21-A, juntamente c/ o CQ-INPS-14-030-n.305828 - procedo a averbação da atualização de uma residência = em alvenaria com a área de 395,44 m<sup>2</sup>, edificada no imóvel objeto desta, cuja construção se estende sobre a da- ta de terras n.09, da mesma quadra e zona. mm. Matíngá, 25 de outubro de 1977. O Oficial: *[Assinatura]*

**TÍTULO:**- Escritura pública de Venda e Compra lavrada no Cartório de Paz e Anexos, Distrito de Floriano, as fls. 10/12, do Le E/22, em 26.02.86. **PROVEDO:-** O objeto desta matrícula. **TRANSMITENTES:-** Os proprietários. **ADQUIRENTE:-** RODOLFO DA SILVA MAFRA, brasileiro, comerciante, casado com Cecília Gimenez Amigo Mafra, sob o regime de comunhão universal de bens, CI RG. nº 832.829-Pr, CIC. nº 061.762.759/20, residente nesta cidade. **VALOR:** R\$. 300.000.000. **IMPOSTO:-** Sise Zs 3/C\$. 600.000.000 - Guia nº 798/86, em conjunto com outro imóvel. **CONDIÇÕES:-** As do título. **ARQUIVAMENTO:-** 14/396; Cotas: - 02, 36, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 76, 78, 80, 82, 84, 86, 88, 90, 92, 94 para o Fundo Parancelário e - 02, 693, 23 e serventia. doc. Matrícula, 12 de março de 1986. O Titular: CD



10-11

REGISTRO DE IMOVEIS - 2.º OFICIO DE MARINGÁ - PARANÁ

Dr. Gabriel Sidney de Toledo Meneses  
TITULAR - CR. 015.446.096-63

VARA CIVIL

LIVRO 2 - MATRÍCULA E REGISTRO GERAL - PR.

RUBRICA - FLS. N. - MATRÍCULA N. -  
-02- - 03559-

Gr-10- MATRÍCULA Nº 03559 - DATA- 10- QUADRA- 25- ZONA-04- 0/552,00 m2. MARINGÁ - PR.

RÍTUO: Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada no Tabelionato Antonio Facci, Distrito Judiciário de Florina no-Pr, neste Município e Comarca, às fls. 372/374, do 1º E/23, em 09-02-87. IMÓVEL: O objeto desta matrícula. / = TRANSMITENTES: Os proprietários. ADQUIRENTE: LIDIA PACHIN, brasileira, solteira, maior, proprietária, CI.RG. nº= 1.280.869-PR, C13. nº 140.534.469-53, residente nesta cidade. VALOR: C24.850.000,00 (em conjunto com outro imó- vel). IMPOSTO: Sisa 24 s/ C24.1.000.000,00 - Outa nº 559/87 (em conjunto com outro imóvel). CONDIÇÕES: As do tí- tulo. ARQUITAMENTO: 38/445. Tp. Maringá, 11 de fevereiro de 1.987. O Titular:-



2.º OFICIO  
Maringá - Paraná  
Dr. Gabriel Sidney de Toledo Meneses  
TITULAR - CPF 015.446.096-63

REGISTRO DE IMOVEIS -  
2.º OFICIO  
Maringá - PR.

CERTIFICADO e cto se que a presente cópia  
é reprodução autêntica da fls. 372 e 374 a que se refere, ex-  
traída nos termos do art. 198 da Lei nº 6015 de  
31 de Dezembro de 1973.

Maringá, 11 de Maio de 1989

Dr. GABRIEL SIDNEY DE TOLEDO MENESSES  
TITULAR - CPF 015.446.096-63



202.44 (b)(1)(i) 013440000

## LIVRO 2. MATRÍCULA E REGISTRO GER.


**INFORMES:** Data de nascimento (Grove), da guarda (Sabin e O'Brien) e do quarto (Barnard) - ver item nº 7; REA-622.50  
**REGISTROS QUADRADOS DIVISAS ANTRÓPICAS:** KIRKMAN (nº 105); LUDWIG (nº 106); TOLSON (nº 107); WATSON (nº 108).  
**ALUGUEIRO:** 19 metros; com data herd no rumo 130° e uma distância ligeir. 20,50 metros; com pares, na data das 14 e 15 no raio 109° 50 metros; com 14,63 metros e finalmente, no n data 198 no rumo SR 21910, 30°, numa extensão de 36,50 metros.  
**PROPRIETÁRIO:** MITSUO ARAKI, japonês, advogado C.R. P/Estrangeiro 38-229-P e CIC 130.927.319, e s/ esposa, FUMIE ARAKI, brasileira, do lar - T.B. 77-055-66a-ZKP, residentes na cidade.  
**CISTRO ANTERIOR:** transcr. nº 6.742, L83-I, deste Ofício. MEA-02-2-76. O Original: [assinatura]

RECEIVED 1910 JUN 10

Nos termos da Escrit. Pública de V/Compra, lavrada nas Notas do 1º Tab. Local, nºs. 1463 fls. 14254, em 04-11-75, -  
os proprietários, acima qualificados, alienaram o imóvel objeto desta Petição, aos Sres. OSVALDO BUZZO - por-  
tador da C.I. 310.726-Pr e CIG. 106.870.099 e BERNARDO JOSÉ DOS SANTOS - C.I. 191.885-Pr e CIG. 106.869.919, -  
brasileiros, casados, comerciantes, residentes na cidade. VALORES R\$ 160.000,00 (cem mil cruzeiros). (Sisa: -  
rec. 1º s/ref. import. cf. talão 0706530-7, da Br.H. Est. local) Condições: não há. Ags. 59/1. Mga, 2-2-1976  
O Oficial: *da*

Nos termos de Escrit. Públ. Q/V, lavrada nas Notas do 1º Tab. Local, da Fls. 152 do L. 884, em 23.09.77, arg. sob n. 02/47, o proprietário Benedito José dos Santos, acima qualificado, por R\$ 60.106.869,919/1000e sua esposa, Geltrudes Barzoz dos Santos, brasileira, do lar, T.R. 60.046-66a, ZEP, V. 10, alameda, alienaram as suas partes, e suas correspondente a 50% do imóvel objeto desta e, OSWALDO BUZZO e/ou de seu filho, o qual completou a totalidade do imóvel. VALOR: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros). (S. 15.000,00 s/ R\$ 250.000,00 = cf. talão n. 8061749=5). Condições: - não há. Obs.: - O imóvel acima acha-se cadastrado no Rec. F. Imobiliário sob n. 04042200 DV 5, c. Cert. Reg. n. 4092/77-SF. mm. Maringá, 25 de outubro de 1977. O Oficial: *[assinatura]*

nos termos do requerimento assinado por Oswaldo Dazzo, instruído pela Cert. 967/77-SOV, deste Município, arg. = sob n. 87/21-A, juntamente c/o CQ-INTS-14-030-n. 305828 - procedo a averbação da atualização de uma residência = em alvenaria com a área de 395,44 m<sup>2</sup>, edificada no imóvel objeto desta, cuja construção de estende sobre a de- ta de terras n. 10, da mesma quadra e zona, mm. Mariná. 25 de outubro de 1977. O Oficial. 1.00

TÍTULO: - Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada no Cartório de Paz e Anexos, Distrito de Florianópolis, às fls. 10/12, de 18 E/22, em 26.02.56. IMÓVEL: - O objeto desta matrícula. TRANSMITENTES: - Os proprietários. ADQUIRENTES: - RODOLFO DA SILVA LAFRA, brasileiro, comerciante, casado com Cecília Gimenez Amigo Lafra, sob o regime de comunhão universal de bens, CI-RG, nº 832.929-Pr, CIC, nº 061.762.759/20, residente nesta cidade. VA - 600R\$ - C\$: 600.000.000 na seguinte forma: - C\$: 400.000.000 no ato e o saldo de C\$: 200.000.000 em 13.02.86, cuja importância dão a mais ampla, geral e irrevogável garantia dos pagamentos e encargos (em conjunto com outro imóvel). IMPOSTO: - Sisa 2% e/C\$: 600.000.00 - Guia nº 798/86(em conjunto com outro imóvel). ARQUITAMENTO: - 14/396. Custas: - C\$: 36,48 para o OFC, C\$: 145,94 para o Fundo Penitenciário e C\$: 693,23 a serventia, decb. Heringá, 12 de março de 1986. O Titular: 





20  
VARA CIVEL

REGISTRO DE IMOVEIS - 2.º OFÍCIO DE MARINGÁ - PARANÁ

Dr. Gabriel Sidney de Toledo Meneses  
Tribunal - CRF 01445006-03

RUBRICA  
Dr. Gabriel Sidney de Toledo Meneses  
Tribunal - CRF 01445006-03

FLS. N. -  
-02-  
MATRÍCULA N. -  
-00080-  
Ve

MATRÍCULA Nº - 00080 - DATA - 09 - QUADRA - 25 - ZONA - 04 - C/ 622,50 m2. MARINGÁ - PR.

TÍTULO: Escritura Pública de Venda e Compra, lavrada no Tabelionato Antonio Facel, Distrito Judiciário de Piorá, ano-PR, neste Município e Comarca, às fls. 372/374, do 1º E/23, em 09-02-87. IMÓVEL: O objeto desta matrícula, = TRANSMITENTES: Os proprietários. ADQUIRENTE: LIDIA PACHIN, brasileira, solteira, maior, proprietária, CI.RG. nº= 1.280.869-PR, CIC. nº 140.534.469-53, residente nesta cidade. VALOR: Cr\$ 850.000,00 (em conjunto com outro imó- = vel). IMPOSTO: Sisa 2% s/ Cr\$ 1.000.000,00 - Guia nº 559/87 (em conjunto com outro imóvel). CONDIÇÕES: Às do tí- tulo. ARQUIVAMENTO: 38/445. Custas: Cr\$ 79,35 para o CPC, Cr\$ 317,40 para o Fundo Penitenciário. Maringá, 11 de- fevereiro de 1.987. O Titular:-



REGISTRO DE IMOVEIS  
2.º OFÍCIO  
MARINGÁ - PR.

CERTIFICADO o documento que a presente cópia é reprodução autêntica da ficha a que se refere, ex- traída nos termos do art. 198 da Lei nº 6015 de 31 de Dezembro de 1973.

Maringá, 11 de Maio de 1988

Dr. Gabriel Sidney de Toledo Meneses  
Tribunal - CRF 01445006-03

REGISTRO DE IMOVEIS  
2.º OFÍCIO  
MARINGÁ - PARANÁ  
Dr. Gabriel Sidney de Toledo Meneses  
Tribunal - CRF 01445006-03





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO ANTONIO FACCI

DISTRITO JUDICIÁRIO DE FLORIANO - MUNICÍPIO E COMARCA DE MARINGÁ - PR

AVENIDA BRASIL N.º 7225 - FONE (0442) 24-1192

TABELIONATO

ANTONIO FACCI

Titular Vitalício



LIVRO =E/23=

FLS. 372/374

ESCRITURA PUBLICA DE VENDA E COMPRA que  
RODOLFO DA SILVA MAFRA, <sup>Gestor, sua mulher, ou</sup>  
torgam a LIDIA FACHIN, <sup>CPF 015.445.096-08</sup>

//S A I B A M//, todos quantos esta

escritura de venda e compra virem que, aos Nove(09), dias do mes de FEVEREIRO do ano de mil novecentos e oitenta e sete(1987),-- neste distrito Judiciário de Floriano, Município e comarca de - Maringá, Estado do Paraná, em cartório, situado à Avenida Brasil, 7.225-cidade de Maringá, perante mim Tabelião que esta subscreve, dispensada a presença de testemunhas, de conformidade com o item 8.1, cap.X, do Provimento nº 356-da Corregedoria Geral da Justiça, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber:- De um lado, como outorgantes vendedores, RODOLFO DA SILVA MAFRA, comerciante, RG nº 832.929-PR, e sua mulher, CECILIA GIMENEZ AMIGO MAFRA, do lar, RG nº 1.107.898-PR, -inscritos no CIC sob nº 061.762.759/20, ambos brasileiros, casados sob o regime de comunhão universal de bens, antes da vigencia da Lei nº 6515/77, residentes e domiciliados na cidade de Maringá, neste Estado, neste ato representados pelo seu bastante procurador Moacir Silvério do Nascimento, brasileiro, casado, bancário, RG nº 489.347-PR, residente e domiciliado na cidade de Maringá, neste Estado, nos termos da procuração lavrada nestas notas, as fls 124, do livro P/10; e, de outro lado, como outorgada compradora LIDIA FACHIN, brasileira, solteira, maior, proprietária, portadora da CI-RG nº 1.280.869-PR, e CIC nº 140.534.469/53, residente e domiciliada à rua Luiz Gama, 801, na cidade de Maringá, - neste Estado; os presentes reconhecidos como os próprios, pelos documentos apresentados, por mim Tabelião, de cuja identidade e capacidade jurídica dou fé. E, pelos outorgantes vendedores me foi dito que a justo titulo são legítimos possuidores dos imóveis constituídos pelas Datas de terras sob nºs 09 e 10(NOVE E DEZ), da quadra nº 25(VINTE E CINCO), com as áreas de 622,50 e





CARTÓRIO ANTONIO FACCI - TABELIONATO

e 552,00 metros quadrados cada uma, perfazendo a área total de 1.174,50 metros quadrados, situadas na Zona 04 (QUATRO) da planta urbana da cidade de Maringá, neste Estado, dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações: - DATA Nº 09, COM A ÁREA DE 622,50 M2:- "DIVIDE-SE:- Com a Rua Luiz Gama no Raio 146,00 metros, numa distância de 19,50 metros; com a data nº 10 no rumo NO 13º31'30" numa distância de 36,50 metros; com partes das datas nºs 14 e 15, no Raio de 109,50 metros; com 14,63 metros e, finalmente, com a data nº 8 no rumo SE 21º10'30" numa extensão de 36,50 metros". DATA Nº 10, COM A ÁREA DE 552,00 M2:- "DIVIDE-SE:- Com a Rua Luiz Gama, na curva de Raio 146,00 metros, numa distância de 17,57 metros; com a data nº 11 no rumo SE 5º52'30" NO numa distância de 36,50 metros; com parte da data nº 14 na curva de Raio 109,50 metros, numa distância de 12,69 metros e, finalmente, com a data nº 09, no rumo SE 13º31'30" NO numa distância de 36,50 metros. Todas as datas acima mencionadas são pertencentes a quadra nº 25, Zona 04, e todos os rumos mencionados, referem-se ao Norte Verdadeiro"; - contendo sobre as Datas 09/10, da mesma quadra e zona, a atualização de uma construção residencial em alvenaria com a área de 355,44 metros quadrados; imóveis esses havidos pelos outorgantes em 28/10/86, por Cz\$.650.000,00 - conforme REGISTROS Nºs 05 e 06, NAS MATRICULAS Nºs 3.559 e 080, do Cartório do Registro de Imóveis do segundo Ofício desta comarca; devidamente cadastrado na Prefeitura de Maringá, sob nº 0404200.- QUE, possuindo os imóveis acima descritos e confrontados inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, inclusive declarando os outorgantes expressamente sob responsabilidade civil e criminal, que INEXISTE quaisquer ações pessoais e reipersecutórias relativas aos imóveis e de outros ônus incidentes sobre os mesmos, pela presente escritura estão justos e contratados para VENDE-los à outorgada, Lídia Pachin, já qualificada, como por bem desta escritura e na melhor forma de direito efetivamente VENDIDO pelo preço certo e previamente convencionado de Cz\$.850.000,00 (OITOCENTOS E CINCOENTA MIL CRUZADOS) - importância essa que os outorgantes vendedores confessam e declaram haver recebida dela outorgada neste ato em moeda corrente e legal do País, que

DISTRITO JUDICIÁRIO DE FLORIANO - MUNICÍPIO E COMARCA DE MARINGÁ - PR







CARTÓRIO ANTONIO FACCI - TABELIONATO

que contaram e acharam exata, a qual dão plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos para nunca mais exigirem, transmitindo-lhe desde já à mesma compradora, a quem o mesmo domínio, direito e ação que sobre os referidos imóveis vieram exercendo, para que deles possa usar, gozar e livremente dispor como sei que fica sendo, obrigando-se os vendedores por seus herdeiros e sucessores a fazer a presente venda sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evicção de direito se chamados a autorla, na forma da lei.- Declaram mais as partes contratantes que não se acham vinculados à Previdencial Social.- Pela outorgada compradora me foi dito que aceitava a presente escritura em todos seus expressos termos, exibindo-me os seguintes documentos I)-GR-4/ITBI, contribuinte Lidia Fachin, transmitente Rodolfo de Silva Mafra, e a/mulher, ref. Inter-vivos e aquisição por compradas d tas nºs 09/10, quadra nº 25, Zona 04, área total de 1.174 50 m2 em Maringá-Pr, com benfeitorias.GUIA Nº 559/87, valor fiscal C \$1.000.000,00-imposto Cz\$.20.000,00-Ag. Rendas de Maringá, 0 /02/87(contém autenticação mecânica);- II)-Certidão Negativa nº 711/87, expedida pela Agencia de Rendas de Maringá-Pr;- III)-Certidão Negativa nº 689, expedida pela Prefeitura do Município de Maringá-Pr;- IV)-Certidões, expedidas aos 09/02/87, pelo Cartório do Registro de Imóveis do 2º Ofício desta comarca;- A declaração a/Operação Imobiliária será emitida por esta Serventia e encaminhada a repartição competente da Receita Federal conforme Instrução Normativa nº 090 de 08/11/85.-E, de como assim disseram, a pedido das partes lavrei a presente escritura, que depois de lida e achada conforme aceitaram, outorgam e assinam.Eu, (a) ANTONIO FACCI, - ,Tabelião a lavrei e subscrevi. (aa) PP.MOACIR SILVÉRIO DO NASCIMENTO.-LIDIA FACHIN.- "NADA MAIS".- Transladada na mesma data, confere com o próprio original, a qual me reperto e dou fé.Eu, *[assinatura]*, Tabelião a fiz datilografar, conferi, subscrevo e assino em publico e raso.

Em teste da verdade

ANTONIO FACCI - Tabelião

CARTÓRIO ANTONIO FACCI  
Distrito Judiciário de Florianópolis  
BRASIL, 7225 - MARINGÁ - PR.  
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO  
ANTONIO FACCI - Titular  
DISTRITO JUDICIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS - MUNICÍPIO DE MARINGÁ - COMARCA DE MARINGÁ  
AUXILIAR JURAMENTADA

Firma reconhecida no  
4.º Tabelião  
ESTADOS UNIDOS 1914  
SÃO PAULO - CAPITAL









**MEMORIAL DESCRITIVO**

De uma área de terras medindo 242,0000 hectares, iguais a 100 alqueires paulistas, originário da unificação dos lotes 262, 195, 196, 311, 312, 313, 314, 284, 283, 282, 281, 280 e 285, situado na gleba Marilena, município e comarca de Nova Londrina - Estado do Paraná.

**DIVISAS E CONFRONTAÇÕES**

Partindo de um marco georeferenciado nas coordenadas  $X = 293600,373$  e  $Y = 7491625,843$  e segue por uma estrada existente no rumo NW  $22^{\circ}21'SE$ , numa distância de 1.024,06 metros, deflete e segue a direita no rumo NE  $67^{\circ}39'SW$ , confrontando com a propriedade de Shoe, numa distância de 751,64 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NW  $23^{\circ}11'SE$ , confrontando com a propriedade já citada, numa distância de 239,27 metros, deflete e segue a direita no rumo NE  $70^{\circ}35'SW$ , confrontando com a propriedade de Jose Carlos, numa distância de 305,50 metros, deflete e segue a direita no rumo SE  $16^{\circ}38'NW$ , confrontando novamente com a propriedade citada, numa distância de 69,07 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NE  $66^{\circ}30'SW$ , confrontando ainda com a mesma propriedade, numa distância de 454,92 metros, deflete e segue a direita por uma estrada no rumo SE  $24^{\circ}29'NW$ , confrontando com propriedade de Oscar e Farina, numa distância de 355,95 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NE  $73^{\circ}42'SW$ , confrontando com propriedade de Farina, numa distância de 2.017,42 metros, deflete e segue a direita margeando com a água de Marilena, deflete e segue a direita no rumo SW  $71^{\circ}26'NE$ , confrontando com propriedade de Fortunato, numa distância de 1.805,76 metros, deflete e segue a esquerda no rumo SE  $23^{\circ}56'NW$ , confrontando novamente com a mesma propriedade, numa distância de 102,19 metros, deflete e segue a direita no rumo SW  $67^{\circ}05'NE$ , confrontando com a propriedade de Sebastião Meneguete, numa distância de 878,50 metros, deflete e segue a esquerda no rumo SE  $21^{\circ}47'NW$ , confrontando novamente com o mesmo proprietário, numa distância de 205,04 metros, deflete e segue a direita no rumo SW  $67^{\circ}35'NE$ , confrontando com a propriedade de Antônio Cosmo, numa distância de 655,97 metros, até o ponto de partida deste roteiro.

**RESERVA LEGAL A RESTAURAR - 37,7655 HA**

Partindo de um marco georeferenciado nas coordenadas  $X = 291547,599$  e  $Y = 7490496,149$  e segue no rumo NW  $24^{\circ}45'SE$ , confrontando com a área utilizável do lote, numa distância de 476,81 metros, deflete e segue a direita no rumo NE  $73^{\circ}42'SW$ , confrontando com a propriedade de Farina, numa distância de 1.188,28 metros, deflete e segue a direita no rumo NE  $19^{\circ}19'SW$ , confrontando com a área de reserva existente, numa distância de 78,42 metros, deflete e segue a direita no rumo SW  $77^{\circ}33'NE$ , confrontando com a área utilizável do lote, numa distância de 109,93 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NW  $09^{\circ}35'SE$ , confrontando novamente com a mesma área, numa distância de 81,70 metros, deflete e segue a direita no rumo SW  $43^{\circ}44'NE$ , confrontando ainda com a mesma área, numa distância de 34,72 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NW  $12^{\circ}27'Se$ , confrontando com a mesma área já citada, numa distância de 27,23 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NE  $76^{\circ}06'Sw$ , confrontando novamente com a mesma área, numa distância de 32,95 metros, deflete e segue a direita no rumo Sw  $03^{\circ}24'NE$ , confrontando com a área de reserva existente, numa distância de 240,08 metros, deflete e segue a direita no rumo SW

Pratti & OFÍCIO DE NOTAS  
AV. XV DE NOVEMBRO, 500 - FONE/FAX (44) 3027-5451 - MARINGÁ-PR  
Autentico a presente cópia, conforme o original a mim apresentado, em verso ANVERSO, da folha do nº:  
10 JUN. 2005

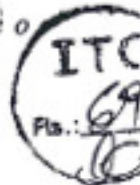
O selo de autenticidade foi apostado na última folha deste documento.  
Instr. Funarpen nº 03/02.

☐ MARIA PAULA PRATTI - REELIA  
☐ Zuleika Maria Leal de Sales - Substituta  
☐ Sandra Maria Guglio - Substituta  
☐ Antonio Sérgio Leon Pereira - Substituta  
☐ Elza Ramos Alonso - Substituta  
☐ Celso Coletto - Substituta  
☐ Lucil Edirlei Verça - Substituta  
☐ Sônia Regina Farias Salgado da Silva - Substituta

Eng.º Aprônimo  
CREA - SP 18302-0



71°26'NE, confrontando com a propriedade de Fortunato, numa distância de 740,61 metros, até o ponto de partida deste roteiro.



**RESERVA LEGAL EXISTENTE – 10,6345 HA**

Partindo de um marco georeferenciado nas coordenadas  $X = 290590,647$  e  $Y = 7490174,605$  e segue no rumo SW 71° 26' NE, confrontando com propriedade de Fortunato, numa distância de 268,92 metros, deflete e segue a direita no rumo NE 03°24' SW, confrontando com a área de reserva a restaurar, numa distância de 240,08 metros, deflete e segue a direita no rumo NE 49°38' SW, confrontando com a área utilizável do lote, numa distância de 120,54 metros, deflete e segue a esquerda no rumo SE 13°25' NW, confrontando com a área utilizável do lote, numa distância de 78,43 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NE 19°19' SW, confrontando com a área reserva a restaurar, numa distância de 78,42 metros, deflete e segue a direita no rumo NE 73°42' SW, confrontando com a propriedade de Farina, numa distância de 237,79 metros, deflete e segue a direita confrontando com a área de preservação permanente, até o ponto de partida deste roteiro.

**ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – 1,3740 HA**



*Ivo Jioti Suzuki*  
Eng.º Agrônomo  
CREA - SP 18302-D





S A I B A M quantos ésta pública escritura vi-  
rem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil no-  
vecentos e cinquenta e nove (1.959), aos trinta e um (31) dias do mês  
de Outubro do dito ano, nesta Cidade e comarca de Paranavaí, Estado  
do Paraná, neste Cantório, perante mim escrevente juramentada e as  
as testemunhas ao diante nomeadas e no final assinadas, comparecera  
partes entre si justas e contratadas, a saber: De um lado, como outo-  
rgantes vendedores, EUGENIO DE AGUIAR, proprietário e sua mulher Da-  
ODAIR ALCANTARA AGUIAR, doméstica, brasileiros, casados, residentes  
e domiciliados em Loanda, dêste Estado, representados por seu procu-  
dor em causa própria, Dr. NELSON CANHETTI POSTIGO, brasileiro, casad  
advogado, residente e domiciliado em Nova Londrina, dêste Estado, co-  
forme procuração lavrada às fls. 132v<sup>2</sup> a 135v<sup>2</sup> do livro nº 3-A do  
belionato de Nova Londrina, dêste Estado, que fica registrada nesta  
Notas; e, de outro lado, como outorgado comprador, o mesmo procurad  
dos vendedores, Dr. NELSON CANHETTI POSTIGO, acima qualificado, to-  
conhecidos de mim e das testemunhas referidas, do que dou fé. E, pe-  
te essas mesmas testemunhas, pelos outorgantes vendedores, represen-  
dos pelo modo exposto, me foi dito que, a justo título são senhores  
legítimos possuidores dos lotes de terras rurais sob nºs. 262, 195-  
196, 311, 312, 313, 314, 284, 283, 282, 281 e 280, no total de 75  
tanta e cinco) alqueires paulistas, ou seja 1.815.000 metros quad-  
dos, situados na Gleba Marilena, do atual município de Nova Lonr-  
comarca de Loanda, dêste Estado, sem benfeitorias, com as seg-  
característicos: - Lote nº 262, com 10 alqueires; lote nº 195

(segue no verso)

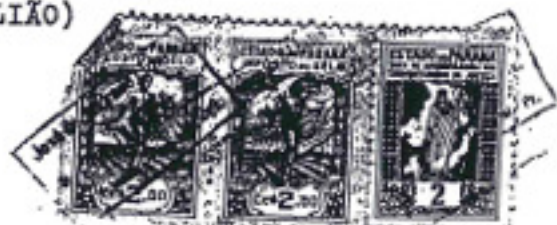


Popular  
DE M...  
... a 31...  
... n-vai. 0  
Cam...  
Vitalicio  
... d...  
- PARA...  
... 8...

Paraná, 31 de Outubro de 1.959

928 TABELIÃO)

TABELIÃO  
2.º OFICIAL DE NOTAS  
Rua Espírito Santo, 22  
PARANÁ - FOTOGRAFIA





República dos Estados Unidos do Brasil

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE LOANDA — ESTADO DO PARANÁ

Bel MURILLO CAMARGO

OFICIAL

DIRETORIA LEGISLATIVA  
121  
Pág 4

TALÃO N.º seis. Página :-----

**CERTIFICO**, que sob n.º hum mil seiscentos e cinco do Livro três- B de Transcrição das Transmissões. (1.605).- foi efetuada a transcrição do teor seguinte:-

**Data do registro:-** 31 de outubro de 1.959.-

**Circunscrição:-** Loanda.-

**Situação:-** Gléba Marilena.-

**Característicos:-** Lotes de terras rurais sob n.ºs 262, 195, 196, 311, 312, 313, 314, 284, 283, 282, 281 e 280 (duzentos e sessenta e dois, cento e noventa e cinco, cento e noventa e seis, trezentos e onze, trezentos e doze, trezentos e treze, trezentos e quatorze, duzentos e oitenta e quatro, duzentos e oitenta e três, duzentos e oitenta e dois, duzentos e oitenta e hum e duzentos e oitenta), no total de 75 (setenta e cinco) alqueires paulistas, ou seja 1.815.000 metros quadrados, situados na Gléba Marilena, do atual município de Nova Londrina, Comarca de Loanda, deste Estado, sem benfeitorias, com os seguintes caracteres: Lote n.º 262, com 10 alqueires; Lote n.º 195, com 10 alqueires; Lote n.º 196, com 10 alqueires; Lote n.º 281, com 5 alqueires; Lote n.º 282, com 5 alqueires; Lote n.º 283, com 5 alqueires; Lote n.º 284, com 5 alqueires; Lote n.º 313, com 5 alqueires; Lote n.º 314, com 5 (cinco) alqueires; Lote n.º 280, com 5 alqs.; Lote n.º 311, com 5 alqs; Lote 312 com cinco alqueires. Lotes n.ºs 262, 195 e 196, no total de 30 (trinta) alqueires, dentro das seguintes divisas e confrontações:- Partindo de um marco de madeira de lei, cravado na margem direita do Ribeirão Marilena, entre os lotes 197 e 196, daí, subindo em linha reta, fazendo divisa com o lote n.º 197, no rumo E.73º42' SW. e na distância de 1.980 metros, até encontrar um outro marco na estrada divisória, também dividindo com o lote n.º 197; daí, fazendo ângulo para o lado esquerdo, em linha reta, abrangendo pelo lado esquerdo os lotes 196, 195 e 262, na distância de cerca de 390 metros, até encontrar um outro marco, cravado entre a divisa do lote 262, com o lote 261; daí, descendo em linha reta no rumo NE.73º06' NW. rumo esse da água para o espigão e na distância de 1.900 metros, até encontrar na mesma margem direita do Ribeirão Marilena, um outro marco; deste marco subindo rio acima fechando os lotes 262, 195 e 196 (duzentos e sessenta e dois, cento e noventa e cinco e cento e noventa e seis), até encontrar o marco do ponto de partida. Lotes n.ºs 311, 312, 313, 314, 284, 283, 282, 281 e 280, no total de 45 (quarenta e cinco) alqueires paulistas, no total de 1.089.000ms2 (hum milhão e oitenta e nove mil) metros quadrados, dentro das seguintes confrontações:- Partindo de um marco de madeira de lei fincado na estrada divisória da Imobiliária Nova Londrina Limitada, entre as divisas dos lotes 315, 314, deste descendo em linha reta, dividindo pelo lado esquerdo com os lotes 315 e 285, na distância de 1.500 metros, até encontrar a

Observação: o texto transcrito encontra-se no verso

xxxxxx

xxxxxx

xxxxxx

xxxxxx segue no verso xxxxxx





República dos Estados Unidos do Brasil

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE LOANDA — ESTADO DO PARANÁ

Bel MURILLO CAMARGO

**OFFICIAL**

TAKO No. 30 to

Dégina

CERTIFICO, que sob n.º um mil oitocentos setenta e um do Livrotrês- B de Transcrição das Transmissões.-(1.871) foi efetuada a transcrição do teor seguinte:-

Data do registro:- 22 de março de 1.960.-

Circunscrição:- Loanda.-

Situação:- Gléba Marilena.-

Caracteristicas:- Lote de terras rural, sem benfeitorias, sob numero duzentos e oitenta e cinco(285), com a area de cin co(5) alqueires paulistas,destacado da Gleba Marilena, situada neste Municipio de Nova Londrina,comarca de Loanda, Estado do Parana,dentro das seguintes divisas e confrontações:De um marco de madeira de lei,cravado na margem do travessão divisor dos lo tes secos da Gleba Marilena e divisa com o lote numero 286;se- gue dividindo com este no rumo de SW 69º 30' NE, uma distancia de 755 metros,até novo marco cravado na divisa do lote nº315 ; segue dividindo com este no rumo de SE 22º45' NW, uma distan- cia de 160 metros, até novo marco cravado na divisa com o lo te nº284; segue dividindo com este no rumo de de NE 69º30' = SW numa distancia de 755 metros, até novo marco cravado na - margem do travessão divisor acima citado; segue pela margem - deste, no rumo de NW 22º 45' SE, numa distancia de 160 metros - onde alcança-se o marco inicial desta medição.7

Titulo anterior:- sob nº5.246, do Registro Imobiliário da -  
Comarca de Mandaguari, Pr.-

Adquirente: - dr. NELSON CANHETTI, POSTIGO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade. -

Transmitente:- EMPRESA COLONIZADORA MARILENA LIMITADA, sociedade imobiliária, com sede na cidade de Londrina-Pr.-

Título:- Escritura Pública de compra e venda, lavrada nas  
notas do Tab. Wilson Martins Ferreira, da cidade de Nova Lon  
rina-Pr., as fls. 91, do livro nº5, em data de 17-2-1960.-

Valor:-Cr\$25.000,00(vinte e cinco mil cruzeiros).-

Condições:- As constantes na escritura.-

T.I.E.:- sob nº149971- N.Londrina-Pr.- 16-2-1960.-

T.I.F.:- Isento por se tratar de pessoa Jurídica.-

10 JUN, 2005

REGISTRO DE IMOVEIS

Murillo Camargo

### Uye-ri Vitalicio

ANAL

O referido é verdade e dou fe

Loanda -22--de --- março ----- de 1960.-

Official

Ellen Olmstead





Memorial Descritivo

Gleba : Marilena

Lote n° 285

Área : 5 alqs. paulista

Confrontações :

OFÍCIO DE REGISTRO  
FONE/FAX (41) 3027-5451 - MARINGÁ-PR  
10 JUN. 2005  
TABELA N° 1  
Substitua [ ] Este Ramo Alente  
Substitua [ ] Celso Coletto  
Substitua [ ] Luiz Antônio  
Substitua [ ] [ ]

Divisão

De uma marca de madeira de lei, cravado na margem do travessão divisor dos lotes 283 da gleba Marilena e uma marca com o lote n° 284, segue dividindo com este no rumo de S.W. 69° 30' NE, a distância de 755 metros (755 metros), até novo marco cravado na divisa do lote 285, segue dividindo com este no rumo de S.E. 22° 45' N.W., numa distância de 755 metros, até novo marco cravado na divisa do lote n° 284, segue dividindo com este no rumo de NE 69° 30' S.W., numa distância de 755 metros, até novo marco cravado na margem do travessão divisor, segue pela margem deste, no rumo de N.W. 22° 45' S.E., numa distância de 755 metros, onde alcança-se o ponto inicial desta medição.

(Rumos verdadeiros aproximados).



Cartório de Paz e Anxos  
WILSON MARTINS FERREIRA  
Of. do Registro Civil e Tabelião  
DOMINGOS GARCIA DIAS  
OFICIAL MAIOR  
Nova Londrina - Com. Loanda  
PARANÁ

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ

Distrito e Município de Nova Londrina :: Comarca de Loanda

= WILSON MARTINS FERREIRA =

TABELIAO

# ESCRITURA DE COMPRA E VENDA - Valor Cr\$ 25.000,00=

SAIBAM quantos a presente escritura pública de compra e venda virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e sessenta (1960) - - - ao dezesete (17) - - - dia do mês de Fevereiro - - - nest a cidade de Nova Londrina, Comarca de Loanda, Estado do Paraná, = = = = =

e por me haver sido esta distribuída, perante mim, Tabelião Interino - - - tabelião e as testemunhas adiante nomeadas e assinadas, compareceram partes entre si justas, havidas e contratadas, a saber - De uma parte, como outorgante, vendedora a EMPRESA COLONIZADORA MARI LENA LIMITADA, sociedade imobiliária com sede na cidade de Londrina, deste Estado, neste ato, devidamente representada por seu bastante procurador o senhor Antonio Scandelari, brasileiro, casado, farmacêutico, residente e domiciliado em Marilena, deste município, conforme poderes constantes da procuração lavrada as fls. 75 do livro nº 19 do 3º Ofício de Notas de Londrina, já referida, e cujo traslado se encontra devidamente registrado sob nº 3, no livro próprio nº 1, deste Tabelionato. E de outro lado, como outorgado comprador o senhor Dr. NELSON CANHETTI POSTIGO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta cidade, 01/05/1960 - 22 de março de 1960

presentada nesta data Registrado hoje na Livro de  
di N.º 5.328- do Tr. das Transmissões N.º 3  
Procuração N.º 1 - - - sob N.º 1.831-  
LUANDA, 22 de março de 1960  
Wilson Martins Ferreira  
OFICIAL

peças conhecidas de mim tabelião e das testemunhas, pelas próprias de que trato e dou fé. E perante as mesmas testemunhas pela outorgante, vendedora me foi dito que sendo senhora e possuidora, a justo título e absolutamente livre e desembaraçada de quaisquer débitos e ônus real, inclusive hipotecas, mesmo legais de dentro maior porção do lote de terras rural, sem benfeitorias, sob número duzentos e oitenta e cinco (285), com a área de cinco (5) alqueires paulistas, destacado

Frattini 4º OFÍCIO DE NOTAS

AV. XV DE ABRIL, 302 - FONE/FAX (41) 3027-5451 - MARINGÁ-PR  
Autentico a cópia desta escritura, declarando  
o original a mim apresentado, em seu  
VERSO E ANVERSO, do que dou fé.

10 JUN. 2005

o selo de autenticidade  
foi apostado na última folha  
deste documento.  
Instr. Funarpen nº 03/02.

☐ MARIA JULIA FRATTINI - TABELIA  
☐ Zuleika Maria de Castro Frattini - Substituto  
☐ Sandra Maria Guglielmo - Substituto  
☐ Antonio Sérgio Leão Pereira - Substituto  
☐ Elza Ramos Alonso - Substituto  
☐ Celso Cresto - Substituto  
☐ Lucio Ednário Veiga - Substituto  
☐ Cassio Augusto Furtado Galvão de Lima - Substituto



importância essa que do outorgado comprador confessa e declara 60.000.000 (seis milhões) recebida em moeda corrente pelo que se dá por pago e satisfeito dando ao comprador plena e geral quitação, prometendo por si e seus sucessores fazer boa, firme e válida essa mesma venda, obrigando-se em todo tempo, como se obriga a responder pela extensão de direito, pondo o outorgado comprador a par e a salvo de quaisquer dúvidas futuras e transmitindo na pessoa dele outorgado comprador todo seu domínio, posse, direito e ação na coisa vendida, desde já, por bem desta escritura e da cláusula — CONSTITUTIVA. Pelo outorgado comprador perante as mesmas testemunhas me foi dito que na verdade acham contratado com o outorgante vendedora Empresa Colonizadora Marilena Limitada, -----

sobre a presente compra, acritando-a pelo preço mencionado de C\$. 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) //

e esta escritura, em seu inteiro teor, tal qual se acha redigida, ficando ratificados todos os dizeres impressos. De tudo dou fé. Em seguida, foram-me apresentados os seguintes conhecimentos de impostos pagos e certidões: =Talão de Sisa:= "Estado do Paraná. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Departamento de Arrecadação de Rendas. Exercício de 1960. = 10ª Série.= Exatoria de Rendas de N. Londrina. nº 130824 - Imposto Inter-Vivos C\$. 1.875,00 - Lei 2.907 - 20% C\$. 375,00 = Total a pagar C\$. 2.250,00 = o sr. Nelson Canhetti Posti compra a importância de C\$. 2.250,00 proveniente do imposto ou taxa de Inter-Vivos, c/ adicional de 20% s/ C\$. 25.000,00 por que comprou de Empr. Col. Marilena Ltda um lote de terras rurais nº 85 da Gléba Marilena, c/ a área de 5 alqueires paulistas, s/ neste município, sem benfeitorias. Reg. 5.246 de Mandaguari, Pr. O Funcionário. Recebi a importância constante do presente recibo. Exatoria de Rendas de N. Londrina em 16 de Fevereiro de 1960. (a) Ilegível. Exator". = Certidão negativa nº 130824 expedida em 16 de Fevereiro de 1960 pela Exatoria de Rendas Estaduais de Nova Londrina. A certidão federal deixou de ser apresentada por ser a firma outorgante = vendedora pessoa jurídica e possuir escrituração legal por intermédio da qual são pagos os impostos sobre lucros imobiliários. A certidão negativa da Prefeitura Municipal e da Cartório de Registro de Imóveis serão apresentadas por ocasião do Registro da presente escritura. //

AV. XV DE NOVEMBRO S/N - FONE/FAX (041) 3027-0811 - 3027-0812  
Autentico a presente cópia, conforme o original, sem apresentação, em seu VERSO E AVERSO, por que sou fé.

☐ MARIA PAULA FRATTI - TABELA  
☐ Zuleika Maria Leandro Fratti - Substituto  
☐ Sandra Maria Guiza - Substituto  
☐ Antonio Sérgio Lacerda Pereira - Substituto  
☐ José Marcos - Substituto

☐ 1º Vice-Coleto  
☐ 2º Vice-Coleto  
☐ 3º Vice-Coleto  
☐ 4º Vice-Coleto  
☐ 5º Vice-Coleto

8FG25722

IT  
Pa. 7

EXATORIA LEGISLA  
125  
f

OFICIAL MAIOR  
Nova Londrina - Co. L. Grande  
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA



**FUNREJUS** | 341-7 | 34191.98001 77854.301445 91303.434103 2 000000000002500

|   |  |                     |  |                         |  |                     |  |
|---|--|---------------------|--|-------------------------|--|---------------------|--|
| Unidade do Pagador  |  |                     |  | Unidade do Beneficiário |  |                     |  |
| PAGAR PREFERENCIALMENTE NO ITAU OU BANESTADO                                |  |                     |  | 348603434-5             |  |                     |  |
| Código  |  |                     |  | 199/00778543-9          |  |                     |  |
| FUNREJUS - TJPR   |  |                     |  | 10/08/2005              |  |                     |  |
| Data do Documento   |  | Número do Documento |  | Data de Faturamento     |  | Valor               |  |
| 10/08/2005  |  | 0144913-1           |  | 10/08/2005              |  | 25,00               |  |
| Unidade do Beneficiário   |  | Código              |  | Valor                   |  | Data de Faturamento |  |
| 199   |  | R\$                 |  | 25,00                   |  | 10/08/2005          |  |
| Código da Unidade Arrecadadora: 88011401                                    |  |                     |  |                         |  |                     |  |
| Código da Recetta: 13   |  |                     |  |                         |  |                     |  |
| Especificar o Recolhimento:   |  |                     |  |                         |  |                     |  |
| ARROLAMENTO DE BENS - DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO E OUTRA - VALOR DA CAUSA |  |                     |  |                         |  |                     |  |
| R\$10.000,00  |  |                     |  |                         |  |                     |  |

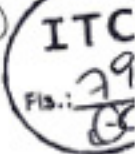
Unidade do Beneficiário: 199/00778543-9  
Valor: 25,00  
Data de Faturamento: 10/08/2005

Unidade do Pagador: 348603434-5  
Valor: 25,00  
Data de Faturamento: 10/08/2005

Unidade do Beneficiário: 199/00778543-9  
Valor: 25,00  
Data de Faturamento: 10/08/2005



CERTIFICO que a petição de fls. 03  
foi registrada sob n.º 398 às fls. 185  
do livro próprio n.º 03. Dou fé.  
Maringá, 14 de junho de 2005



DEPOSITO PREVIO  
Escritório 483,00 - 100%  
Ao Oficial  
Maringá, 14 de junho de 2005

CONCLUSÃO  
em 14 de junho de 2005  
faço estas atas conclusas ao Exmo. Dr.  
Bachion M.M. Juiz de  
direito da 6ª Vara Cível. Dou fé.  
Sérgio Roberto Cabral Kraus  
carimbo

Autos nº 398/2005



1 - Nomeio inventariante a Sr. Célia Regina Canhetti Postigo.

2 - Intime-se a inventariante nomeada para assinar o termo de compromisso e apresentar as primeiras declarações, esboço de partilha e as certidões negativas.

3 - Intime-se.

Maringá, 17 de junho de 2005

  
**BELCHIOR SOARES DA SILVA**  
Juiz de Direito

**RECEBIMENTO**

Aos 20 de junho de 2005  
foram-me entregues os autos, de que lavro  
este termo.

  
Sérgio Roberto Cabral Kraus  
ESCRIVÃO





### TERMO DE INVENTARIANTE

Aos 23 de junho de 2.005, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, no Edifício do Fórum, em Cartório da 6ª Vara Cível, onde se achava presente o Exmo Sr. Dr. BELCHIOR SOARES DA SILVA, MM. Juiz de Direito da sexta Vara Cível, comigo Escrivão de seu cargo adiante nomeado e assinado, compareceu a inventariante nomeada Sra. CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO, brasileira, solteira, agropecuarista, portadora da RG nº 8.086.113 e do CPF nº 017.722.058.93, residente e domiciliada à Rua Luiz Gama, nº 801, zona 04, nesta cidade, a quem o MM. Juiz de Direito, deferiu a competente promessa legal de inventariante, conforme foi requerido, que em seu nome aceitava a incumbência, prometendo cumpri-la sem dolo, nem fê e sob as penas da lei, em seguida, passo a declarar que o extinto chamava-se NELSON CANHETTI POSTIGO, tendo falecido, nesta cidade, em 14/05/2005 com 79 anos de idade, que era casado com DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO, sem deixar testamento, que era domiciliado nesta cidade, declaração de herdeiros conforme fls.03/06, o qual disse que em cumprimento ao respeitável despacho de fls. 37, vinha prestar compromisso de inventariante. Do que para constar, lavrei o presente termo que lido e achado, conforme vai devidamente assinado. Eu (Sérgio Roberto Cabral Krauss), Escrivão, o fiz digitar e subscrevi

BELCHIOR SOARES DA SILVA  
Juiz de Direito

PP. SUELY MANZINI SIQUEIRA  
INVENTARIANTE

~~XOXAIXOR~~  
CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO  
CPF: 017.722.058\_93



CERTIDO DE PUBLICAÇÃO E PRAZO

Certifico que efetuei a intimação do respeitável pronunciamento judicial de fls. (vide abaixo), mediante publicação no Diário da Justiça nº 6906, de 07/07/2005, páginas nº.....0145 à 0151. Certifico, ainda, que conforme V. Acórdão 5540, do Conselho da Magistratura e item 2.9.8.1 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, o prazo se inicia a partir do próximo dia 13 de julho (INCLUSIVE).

MARINGÁ, 8 de julho de 2005.

ESCRIVÃO

= Relação Nº 015/2005 =

287.-ARROLAMENTO DE BENS-398/2005-DELMA;  
RUSSO CANHETTI POSTIGO e outros x NELSON;  
CANHETTI POSTIGO. DESP.; NOMEIO;  
INVENTARIANTE A SRA. CELIA REGINA CANHETTI;  
POSTIGO. INTIME-SE A INVENTARIANTE NOMEADA;  
PARA ASSINAR O TERMO DE COMPROMISSO E;  
APRESENTAR AS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES;  
ESBOÇO DE PARTILHA E AS CERTIDÕES;  
NEGATIVAS. -Adv. SUELY MANZINI SIQUEIRA-





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

**Sexta Vara Cível da Comarca de  
Maringá – Estado do Paraná**



Autos nº 398/2005

1 - Intime-se, pessoalmente a inventariante para dar prosseguimento apresentado as primeiras declarações, esboço de partilha e as certidões negativas.

2 - Intime-se.

Maringá, 08 de agosto de 2005

**BELCHIOR SOARES DA SILVA**  
Juiz de Direito

**RECEBIMENTO**

Aos 22 de Agosto de 2005  
foram-me entregues estes autos, de que lavro  
este termo.

Sérgio Roberto Cabral Krause  
ESCRIVÃO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE MARINGÁ- PR.

PROCESSO N°.398/05

CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO,  
nomeada inventariante nos autos de Arrolamento de Bens em  
epigrafe, vem, mui respeitosamente, perante V.Exa.,  
através de sua bastante procuradora apresentar, em anexo,  
as primeiras declarações e esboço de partilha.

P.Deferimento.

Maringá (PR), 01 de agosto de 2005

SUELY MANZINI SIQUEIRA

OAB/SP N°.204160-B



## PRIMEIRAS DECLARAÇÕES

**"DE-CUJUS" :** NELSON CANHETTI POSTIGO, brasileiro, casado pelo regime da comunhão de bens, com DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO, antes da vigência da Lei 6.515/77, Certidão Casamento nº2497, livro nºB-8, fls.242vº, lavrada pelo Registro Civil das Pessoas Naturais - 37º Subdistrito - Aclimação - São Paulo - Capital, desde 07 de janeiro de 1953 agropecuarista, portador do RG. nº. 8.086.113, expedido pela SSP/SP, em 23/jan/1974, inscrito no CPF/MF sob o nº.013.603.968-53, falecido em 14/05/2005, Certidão de Óbito, lavrada no 1ºOfício do Registro Civil das Pessoas Naturais de Maringá-PR, Livro C-116. fls.059, termo 037994, com último domicílio nesta cidade de Maringá-PR, à Rua Luiz Gama, 801, Zona 04, sem deixar testamento ou qualquer outra disposição de última vontade.

**"INVENTARIANTE" :** CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO, abaixo qualificada.

**"VIÚVA MEEIRA" :** DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO brasileira, viúva, do lar, portadora do RG.nº.8.086.113 - SSP/SP e CPF.nº.003.648.229-3, residente à Rua Luiz Gama nº801, Zona 04, CEP.87013-320, na Comarca de Maringá-PR.

**"HERDEIRA-FILHA" :** CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO, solteira, agropecuarista, portadora do RG.nº.8.083.111-SSP/SP e CPF/MF nº. 017.722.058-93, brasileira, solteira, residente na Rua Luiz Gama nº801, Zona 04, CEP.87013-320, na Comarca de Maringá-PR.

"BENS":

1. "um imóvel residencial, constituído pelas datas de terras sob os n.ºs. 09 e 10 (nove e dez) da quadra n.º 25 (vinte e cinco), com as áreas de 622,50 e 552,00 metros quadrados, cada uma, perfazendo a área total de 1.174,50 (um mil cento e setenta e quatro vírgula cinquenta) metros quadrados, situadas na zona 04 (quatro) da planta urbana da Cidade de Maringá, Estado do Paraná, dentro das seguintes divisas e confrontações:- Data n.º 09, com a área de 622,50 m<sup>2</sup>:- DIVIDE-SE, com a rua Luiz Gama no raio 14°, numa frente de 19,50 metros; com a data n.º 10 no rumo NO 13° 31'30", na distância de 36,50 metros; com partes das datas n.ºs. 14 e 15, no raio de 109,50 metros, com 14,63 metros e, finalmente, com a data n.º 8 rumo SE 21°10'30", numa extensão de 36,50 metros". Data n.º 10, com a área de 522,00 m<sup>2</sup>:- DIVIDE-SE, com a rua Luiz Gama, na curva de Raio 146,00 metros, numa distância de 17,57 metros; com a data n.º 11 no rumo SE 5°52'30"NO, numa distância de 36,50 metros; com parte da data n.º 14 na curva de Raio 109,50 metros, numa distância de 12,69 metros e, finalmente, com a data n.º 09, no rumo SE 13°31'30"NO, numa distância de 36,50 metros. Todas as datas acima mencionadas são pertencentes a quadra n.º 25, Zona 04, e todos os rumos mencionados, referem-se ao Norte Verdadeiro". Contendo sobre as datas 09/10, da mesma quadra e zona, uma construção residencial em alvenaria com a área de 195,44 metros quadrados. Imóvel, cadastrado na Prefeitura do Município de Maringá, sob o n.º 12838.4 (anterior 4042200) e inscrição imobiliária 01.000.025.0009.001, conforme escritura levada a efeito no Cartório Antonio Facci - Registro Civil e Tabelionato - livro E/36 - Fls. 015/017 - Ambas matriculadas no registro de Imóveis - 2º Ofício de Maringá - Paraná: Matrícula n.ºs. 00080 - Registro n.º 12 - Data 09 - Quadra 25 - Zona 04 e Matrícula n.ºs. 3559 - Registro n.º 11 - Data 10 - Quadra 25 - Zona 04 - em 01 de setembro de 1989. Imóvel estimado em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).



2. "Posse de uma área de terras rurais, medindo 242,1 (duzentos e quarenta e dois vírgula um hectares, iguais a 100 (cem) alqueires paulistas originários da unificação dos lotes 262, 195, 196, 311, 312, 313, 314, 284, 283, 282, 281, 280 e 285, denominada Fazenda Célia Regina, inscrita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sob o nº 716103003/908 e NIRF Nº 0.882.402-9, localizada na Estrada Quatro Marcos - Gleba Ribeirão do Tigre - Município de Marilena - Comarca de Nova Londrina - Estado do Paraná. Dentro das seguintes divisas e confrontações: Partindo de um marco georeferenciado nas coordenadas X=293600,373 e Y=7491625,843 e segue por uma estrada existente no rumo NW 22°21'SE, numa distância de 1.024,06 metros, deflete e segue a direita no rumo NE 67°39'SW, confrontando com a propriedade de SHOE, numa distância de 751,64 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NW 23°11'SE, confrontando com propriedade já citada numa distância de 239,27 metros, deflete e segue a direita NE 70°35'SW, confrontando com a propriedade de José Carlos, numa distância de 305,50 metros, deflete e segue a direita no rumo SE 16°38'NW, confrontando novamente com a propriedade citada, numa distância de 69,07 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NE 66°30'SW, confrontando ainda com a mesma propriedade, numa distância de 454,92 metros, deflete e segue a direita por uma estrada no rumo 24°29'NW, confrontando com propriedade de Oscar e Farina, numa distância de 355,95 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NE 73°12'SW, confrontando com a propriedade de Farina, numa distância de 2.017,42 metros, deflete e segue a direita margeando com a água de Fortunato, numa distância de 1.805,76 metros, deflete e segue a esquerda no rumo SE 23°56'NW, confrontando novamente com a mesma propriedade, numa distância de 102,19 metros, deflete segue a direita no rumo SW 67°05'NE, confrontando com a propriedade de Sebastião Meneguete, numa distância de 878,50 metros, deflete e segue a esquerda no rumo SE 21°47'NW, confrontando novamente com o mesmo proprietário, numa distância de 205,04 metros, deflete e segue a direita no rumo SW 67°35'NE, confrontando com a propriedade de Antonio Cosmo, numa distância de 655,97 metros, até o ponto de partida deste roteiro. IAP (Instituto Ambiental do Paraná) está ultimando os procedimentos legais e regulares para sua definitiva

Eliete Penna  
Suehy Manzini Siqueira  
Escritório de Advocacia



Fol. 4  
3ª Voto

regularização. Imóvel estimado em R\$350.000,00  
(trezentos e cinquenta mil reais).

Maringá (PR), 01 de agosto de 2005

SUELY MANZINI SIQUEIRA

OAB/SP N° .204160-B





## ESBOÇO DE PARTILHA.

Proc.398/2005

Esólio de : - NELSON CANHETTI POSTIGO

6ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - PR.

IT  
Fls.: 09

### ORÇAMENTO

1. "um imóvel residencial, constituído pelas datas de terras sob os n.ºs.09 e 10 (nove e dez) da quadra n.º.25 (vinte e cinco), com as áreas de 622,50 e 552,00 metros quadrados, cada uma, perfazendo a área total de 1.174,50 (um mil cento e setenta e quatro virgula cinquenta) metros quadrados, situadas na zona 04 (quatro) da planta urbana da Cidade de Maringá, Estado do Paraná, dentro das seguintes divisas e confrontações:- Data n.º 09, com a área de 622,50 m<sup>2</sup>:- DIVIDE-SE, com a rua Luiz Gama no raio 14°, numa frente de 19,50 metros; com a data n.º.10 no rumo NO 13° 31'30", na distância de 36,50 metros; com partes das datas n.ºs.14 e 15, no raio de 109,50 metros, com 14,63 metros e, finalmente, com a data n.º.8 rumo SE 21°10'30", numa extensão de 36,50 metros". Data n.º10, com a área de 552,00 m<sup>2</sup>:- DIVIDE-SE, com a rua Luiz Gama, na curva de Raio 146,00 metros, numa distância de 17,57 metros; com a data n.º.11 no rumo SE 5°52'30"NO, numa distância de 36,50 metros; com parte da data n.º.14 na curva de Raio 109,50 metros, numa distância de 12,69 metros e, finalmente, com a data n.º.09, no rumo SE 13°31'30"NO, numa distância de 36,50 metros. Todas as datas acima mencionadas são pertencentes a quadra n.º.25, Zona 04, e todos os rumos mencionados, referem-se ao Norte Verdadeiro". Contendo sobre as datas 09/10, da mesma quadra e zona, uma construção residencial em alvenaria com a área de 395,44 metros quadrados. Imóvel, cadastrado na Prefeitura do Município de Maringá, sob o n.º12838.4 (anterior 4042200) e inscrição imobiliária 01.04.025.0009.001, conforme escritura levada a efeito no Cartório Antonio Facci - Registro Civil e Tabelionato - livro E/36 - Fls.015/017 - Ambas matriculadas no registro de Imóveis - 2ºOfício de Maringá - Paraná: Matrícula n.ºs. 00080 - Registro n.º12 - Data 09 - Quadra 25 - Zona 04 e Matrícula n.ºs. 3559- Registro n.º11 - Data 10 - Quadra 25 - Zona 04 -em 01 de setembro de 1989.

VALOR REAL:.....R\$ 350.000,00



2. "Posse de uma área de terras rurais, medindo 242,1 (duzentos e quarenta e dois vírgula um) hectares, iguais a 100 (cem) alqueires paulistas, originários da unificação dos lotes 262, 195, 196, 311, 312, 313, 314, 284, 283, 282, 281, 280 e 285, denominada Fazenda Célia Regina, inscrita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sob o nº 7161030035908 e NIRF Nº 0.882.402-9, localizada na Estrada Quatro Marcos - Gleba Ribeirão do Tigre - Município de Marilena - Comarca de Nova Londrina - Estado do Paraná. Dentro das seguintes divisas e confrontações: Partindo de um marco georeferenciado nas coordenadas X=293600,373 e Y=7491625,843 e segue por uma estrada existente no rumo NW 22°21'SE, numa distância de 1.024,06 metros, deflete e segue a direita no rumo NE 67°39'SW, confrontando com a propriedade de SHOE, numa distância de 751,64 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NW 23°11'SE, confrontando com propriedade já citada numa distância de 239,27 metros, deflete e segue a direita NE 70°35'SW, confrontando com a propriedade de José Carlos, numa distância de 305,50 metros, deflete e segue a direita no rumo SE 16°38'NW, confrontando novamente com a propriedade citada, numa distância de 69,07 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NE 66°30'SW, confrontando ainda com a mesma propriedade, numa distância de 454,92 metros, deflete e segue a direita por uma estrada no rumo 24°29'NW, confrontando com propriedade de Oscar e Farina, numa distância de 355,95 metros, deflete e segue a esquerda no rumo NE 73°42'SW, confrontando com a propriedade de Farina, numa distância de 2.017,42 metros, deflete e segue a direita margeando com a água de Fortunato, numa distância de 1.805,76 metros, deflete e segue a esquerda no rumo SE 23°56'NW, confrontando novamente com a mesma propriedade, numa distância de 102,19 metros, deflete segue a direita no rumo SW 67°05'NE, confrontando com a propriedade de Sebastião Meneguete, numa distância de 878,50 metros, deflete e segue a esquerda no rumo SE 21°47'NW, confrontando novamente com o mesmo proprietário, numa distância de 205,04 metros, deflete e segue a direita no rumo SW 67°35'NE, confrontando com a propriedade de Antonio Cosmo, numa distância de 655,97 metros, até o ponto de partida deste roteiro. IAP (Instituto Ambiental do Paraná) está ultimando os procedimentos legais e regulares para sua definitiva regularização.

VALOR REAL:.....R\$ 350.000,00



MONTE - MOR.....R\$ 700.000,00

IT  
Fls. 9

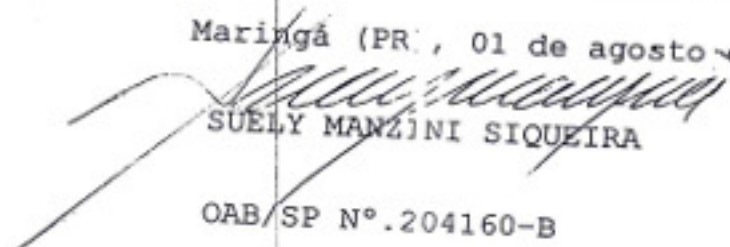
SENDO PARTILHADO:

MEACÃO DA VIÚVA.....R\$ 350.000,00

HERDEIRA LEGÍTIMA.....R\$ 350.000,00

C O N F E R E .....R\$ 700.000,00

Maringá (PR), 01 de agosto de 2005

  
SUELY MANZINI SIQUEIRA

OAB/SP N°.204160-B

## PAGAMENTOS

1. Pagamento à viúva-meeira **DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO** brasileira, viúva, do lar, portadora do RG.nº.8.086.113-SSP/SP e CPF. nº.003.648.229-37, residente à Rua Luiz Gama nº801, Zona 04, CEP.87013-320, na Comarca de Maringá-PR. **HAVERÁ** para seu pagamento 50% (cinquenta por cento), em parte ideal com sua filha-herdeira legítima, dos imóveis descritos no orçamento retro, ou seja 2/4 do imóvel no valor de.....R\$ 350.000,00.
  
2. Pagamento à herdeira legítima **CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO**, brasileira, solteira, agropecuarista, portadora do RG.nº.8.083.111-SSP/SP e CPF/MF nº. 017.722.058-93, brasileira, solteira, residente na Rua Luiz Gama nº801, Zona 04, CEP.87013-320, na Comarca de Maringá-PR. **HAVERÁ** para seu pagamento 50% (cinquenta por cento), em parte ideal com a viúva-meeira, dos imóveis descritos no orçamento retro, ou seja 2/4 do imóvel no valor de.....R\$ 350.000,00.

MONTANTE DOS PAGAMENTOS.....R\$ 700.000,00

CCNFERE COM O MONTE-MOR.....R\$ 700.000,00

Maringá (PR), 01 de agosto de 2005

  
SUELI MANZINI SIQUEIRA

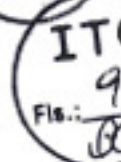
OAB/SP Nº.204160-B





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

**Sexta Vara Cível da Comarca de  
Maringá – Estado do Paraná**



**Autos nº 398/05**

1 - A parte requerente deve cumprir integralmente o despacho de f. 40.


2 - Intimem-se.

Maringá, 29 de agosto de 2005

**BELCHIOR SOARES DA SILVA**  
Juiz de Direito

**RECEBIMENTO**

Aos 02 de Setembro de 2005  
foram-me entregues estes autos, de que lavro  
este termo.

  
Sérgio Roberto Cabral Krauss  
ESCRIVÃO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE MARINGÁ- PR.

OS

PROCESSO N°.398/05

CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO,

nomeada inventariante nos autos de Arrolamento de Bens em  
epígrafe, vem, mui respeitosamente, perante V.Exa.,  
através de sua bastante procuradora juntar as certidões  
em anexo.

P.Deferimento.

Maringá (PR), 20 de setembro de 2005.

  
SUELY MANZINI SIQUEIRA

OAB/SP N°.204160-B



**Receita Federal**

Clique aqui para voltar à Página Inicial.

**Ministério da Fazenda**  
Secretaria da Receita Federal**Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural****Número do Imóvel na Secretaria da Receita Federal - NIRF: 0.882.402-9****Nome do Imóvel: FAZENDA CELIA REGINA****Município: MARILENA****UF: PR****Área total (em hectares): 242,1****Contribuinte: NELSON CANHETTI POSTIGO****CPF: 013.603.968-53**

*Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar quaisquer dívidas do imóvel rural acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até esta data, pendências relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, administrado pela Secretaria da Receita Federal.*

*Esta certidão refere-se, exclusivamente, à situação do imóvel rural perante a Secretaria da Receita Federal, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.*

Certidão expedida com base na Instrução Normativa SRF nº 438, de 28 de julho de 2004.

Emitida às 15:08:51 do dia 09/09/2005 (hora de Brasília e data).  
Válida até 03/03/2006.

Código de controle da certidão: 555E.5872.50D6.9E5E

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Certidão expedida gratuitamente.

Modelo aprovado pela IN SRF nº 438, de 28 de julho de 2004.

Nova Consulta



Preparar página  
para impressão





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - GERÊNCIA DE ARRECADAÇÃO  
C.G.C. Nº 76.282.656/001-06



PROTOCOLO Nº 0 0

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 8581 / 2005

NOME DO REQUERENTE

NELSON CANHETTI POSTIGO

NOME DO CONTRIBUINTE

NELSON CANHETTI POSTIGO

FINALIDADE

DIVERSOS

APRESENTOU COMPROVANTES DE PAGAMENTO

CADASTRO

ZONA

QUADRA

DATA

COMPLEMENTO

64042200

4

025

009

DT 09/10

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO TRIBUTÁRIO  
AO CADASTRO IMOBILIÁRIO COM A LOCALIZAÇÃO DESCRITA ACIMA.

FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS POSTERIORMENTE  
CONSTATADOS, MESMO REFERENTES AO PERÍODO NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDO.

DE DÉBITOS A VENCER.

VÁLIDO POR 30 DIAS.

Maringá, 9 de Setembro de 2005.

GERENTE DE ARRECADAÇÃO

SÔNIA AP. TOZO SOUZA



**AUTOS Nº 398/2005**

Vistos...

**DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO E CÉLIA  
REGINA CANHETTI POSTIGO** ingressaram com pedido de  
**ARROLAMENTO SUMÁRIO** dos bens deixados pelo falecimento de  
**NELSON CANHETTI POSTIGO**.

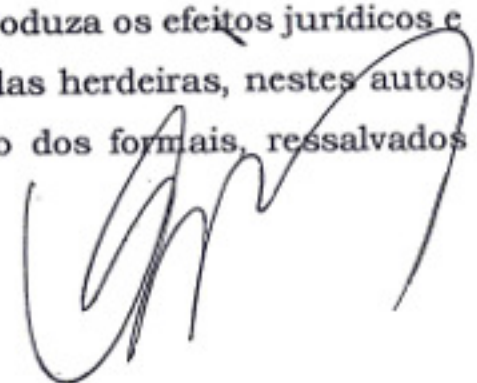
Apresentaram declarações, plano de partilha e  
certidões negativas (v. fls. 42-49 e 52/53).

Ê o breve relato.

**DECIDO.**

Nomeio o **Sra. Delma Russo Canhetti Postigo**  
inventariante do espólio de Nelson Canhetti Postigo, independente  
de termo.

Homologo, para que produza os efeitos jurídicos e  
legais, a partilha amigável (fls. 46-49) das herdeiras, nestes autos  
de arrolamento, ordenando a expedição dos formais, ressalvados  
direitos de terceiros.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## Sexta Vara Cível da Comarca de Maringá – Estado do Paraná



Transitada em julgado, dê-se vista a Fazenda Pública e verificado por esta a quitação de todos tributos, expeça-se formal de partilha, conforme requerido e, a seguir, **arquive-se** com as cautelas de estilo.


P.R.I.

Maringá, 10 de outubro de 2005

**BELCHIOR SOARES DA SILVA -**  
**JUIZ DE DIREITO**

### RECEBIMENTO

Aos 14 de Outubro de 2005  
foram-me entregues autos autos, de que levro  
este termo.

  
Sérgio Roberto Cabral Krauss  
Escrivão





# CERTIDO DE PUBLICAÇÃO E PRAZO

Certifico que efetuei a intimação do respeitável pronunciamento judicial de fls. (vide abaixo), mediante publicação no Diário da Justiça nº 7039, de 17/01/2006, páginas nº.....0146 a 0150. Certifico, ainda, que conforme V. Acórdão 5540, do Conselho da Magistratura e item 2.9.8.1 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, o prazo se inicia a partir do próximo dia 23 de janeiro (INCLUSIVE).

MARINGÁ, 18 de janeiro de 2006.

ESCRIVÃO

= Relação Nº 001/2006 =

355.-ARROLAMENTO DE BENS-398/2005-DELMA:  
RUSSO CANHETTI POSTIGO e outros x NELSON:  
CANHETTI POSTIGO. SENT.: VISTOS E ETC ...  
NOMEIO A SRA. DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO:  
INVENTARIANTE DO ESPOLIO DE NELSON:  
CANHETTI POSTIGO, INDEPENDENTE DE TERMO:  
HOMOLOGO PARA QUE PRODUZA OS EFEITOS:  
JURIDICOS E LEGAIS A PARTILHA AMIGAVEL:  
(FLS. 46/49) DAS HERDEIRAS, NESTES AUTOS:  
DE ARROLAMENTO, ORDENANDO A EXPEDICAO DOS:  
FORMAIS RESSALVADOS DIREITOS DE TERCEIROS:  
TRANSITADA EM JULGADO, DE-SE VISTA A:  
FAZENDA PUBLICA E VERIFICADO POR ESTA A:  
QUITACAO DE TODOS OS TRIBUTOS, EXPECA-SE:  
FORMAL DE PARTILHA CONFORME REQUERIDO E A:  
SEGUIR ARQUIVE-SE COM AS CAUTELAS DE:  
ESTILO. PRI. -SUELY MANZINI SIQUEIRA-



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE MARINGÁ- PR.

PROCESSO N°.398/05

DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO e  
CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO, nos autos de Arrolamento  
de Bens em epígrafe, vêm, mui respeitosamente, perante  
V.Exa., através de sua bastante procuradora, apresentar  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, conforme preceituam os art.535 e  
seguintes do CPC., pelo que passa a aduzir:

1. Em pedido inicial,  
requereram as embargantes, fosse a herdeira CÉLIA REGINA  
CANHETTI POSTIGO, nomeada inventariante, o que foi  
deferido às fls.37 e firmou compromisso às fls. 38.
2. Em decisão exarada à fls.  
54, por V.Exa., houve decido a nomeação da Sra. DELMA  
RUSSO CANHETTI POSTIGO.

Em sendo a viúva meeira pessoa de  
bastante idade, o que dificultaria a mesma a acompanhar  
os procedimentos de lida com viagens, documentação e



Eliete Penna  
Sueby Manzini Siqueira  
Escritório de Advocacia




outros afazeres necessários para gerenciamento dos bens,  
requer a V. Exª. o recebimento do presente Embargo com a  
consequente modificação da referida decisão, quanto à  
mencionada nomeação de inventariante.



P.Deferimento.

Maringá (PR), 26 de janeiro de 2006.

  
SUELY MANZINI SIQUEIRA  
OAB/SP N°.204160-B

**Sexta Vara Cível da Comarca de  
Maringá – Estado do Paraná**



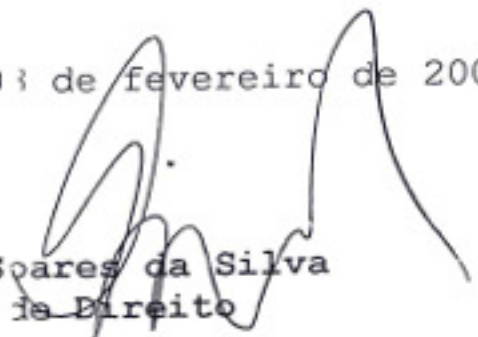
Autos nº 398/2005

Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 57/58). Assiste razão à ora Embargante quanto à decisão de fls. 54-55 que nomeia inventariante.

Desta forma, acolho os presentes embargos, para permanecer como inventariante a herdeira CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO, conforme já havia sido nomeada à fl. 37.

Intimem-se.

Maringá, 03 de fevereiro de 2006

  
Belchior Soares da Silva  
Juiz de Direito



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE MARINGÁ- PR.

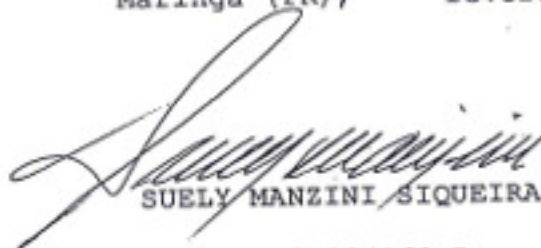
PROCESSO Nº.398/05

CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO,

nomeada inventariante nos autos de Arrolamento de Bens em  
epígrafe, vem, mui respeitosamente, perante V. Exa.,  
através de sua bastante procuradora juntar o comprovante  
de recolhimento do ITCMD Causa Mortis, referente ao  
imóvel, declarado no item "2" das primeiras declarações.

P.Deferimento.

Maringá (PR), fevereiro de 2006.

  
SUELY MANZINI SIQUEIRA

OAB/SP Nº.204160-B



**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GUIA DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

**GR-PR**

**3ª VIA**

3ª VIA - CONTRIBUINTE

|   |                          |  |
|---|--------------------------|--|
| 14. Nome do Razo Social do Contribuinte<br><b>CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO</b>   |                          |  |
| 15. Endereço do Contribuinte<br><b>RUA LUIZ GAMA, 801 -</b>   |                          |  |
| 16. Município/UF do Contribuinte<br><b>MARINGÁ/PR</b>   |                          |  |
| 17. Nome do Razo Social do Destinatário<br><b>INVENTARIADO: NELSON CANHETTI POSTIGO</b>   |                          |  |
| 18. Município/UF do Destinatário  |                          |  |
| 21. Valor da Base de Cálculo<br><b>525.000,00</b>   | 22. Alíquota<br><b>4</b> | 23. Parcela de Pagamento<br><b>25.000,00</b> |
| 24. Informações Complementares<br><b>ITCMD-CAUSA MORTIS - ARROLAMENTO AUTOS Nº 300/2005 DA SEXTA VARA CÍVEL COMARCA DE MARINGÁ, REF. IMÓVEL RURAL CONSTRUÍDOS PELOS LOTES Nº 282, 195, 196, 311, 312, 313, 314, 284, 283, 282, 281, 280, E 285 DA QUESA RIBEIRÃO DO TIGRE, MUNICÍPIO DE MARILÉNA, COMARCA DE NOVA LONDRINA, AVALIAÇÃO R\$= 1.050.000,00 - PARCELA TRIBUT. 50%-R\$=525.000,00.</b> |                          |  |

|    |                               |                 |
|----|-------------------------------|-----------------|
| 01 | Código da Receita             | 3028            |
| 02 | Data de Vencimento            | 22/02/2006      |
| 03 | Inscrição no CAD/CMS/PR       |                 |
| 04 | Inscrição CNPJ ou CPF/ME      | 017722058-93    |
| 05 | Período de Referência         |                 |
| 06 | Número do Documento           |                 |
| 07 | Cód. Município                | 08 Cód. Produto |
| 09 | Valor da Receita              | 21000,00        |
| 10 | Valor da Multa                |                 |
| 11 | Valor do Acréscimo Financeiro |                 |
| 12 | Valor dos Juros               |                 |
| 13 | Total a Recolher              | 21000,00        |

25. Autenticação Mecânica

21.000,00C 000053



**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GUIA DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

**GR-PR**

**2ª VIA**

2ª VIA - CONTRIBUINTE / ÓRGÃO INTERESSADO

|   |                          |  |
|---|--------------------------|--|
| 14. Nome do Razo Social do Contribuinte<br><b>CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO</b>   |                          |  |
| 15. Endereço do Contribuinte<br><b>RUA LUIZ GAMA, 801 -</b>   |                          |  |
| 16. Município/UF do Contribuinte<br><b>MARINGÁ/PR</b>   |                          |  |
| 17. Nome do Razo Social do Destinatário<br><b>INVENTARIADO: NELSON CANHETTI POSTIGO</b>   |                          |  |
| 18. Município/UF do Destinatário  |                          |  |
| 21. Valor da Base de Cálculo<br><b>525.000,00</b>   | 22. Alíquota<br><b>4</b> | 23. Parcela de Pagamento<br><b>25.000,00</b> |
| 24. Informações Complementares<br><b>ITCMD-CAUSA MORTIS - ARROLAMENTO AUTOS Nº 300/2005 DA SEXTA VARA CÍVEL COMARCA DE MARINGÁ, REF. IMÓVEL RURAL CONSTRUÍDOS PELOS LOTES Nº 282, 195, 196, 311, 312, 313, 314, 284, 283, 282, 281, 280, E 285 DA QUESA RIBEIRÃO DO TIGRE, MUNICÍPIO DE MARILÉNA, COMARCA DE NOVA LONDRINA, AVALIAÇÃO R\$= 1.050.000,00 - PARCELA TRIBUT. 50%-R\$=525.000,00.</b> |                          |  |

|    |                               |                 |
|----|-------------------------------|-----------------|
| 01 | Código da Receita             | 3028            |
| 02 | Data de Vencimento            | 22/02/2006      |
| 03 | Inscrição no CAD/CMS/PR       |                 |
| 04 | Inscrição CNPJ ou CPF/ME      | 017722058-93    |
| 05 | Período de Referência         |                 |
| 06 | Número do Documento           |                 |
| 07 | Cód. Município                | 08 Cód. Produto |
| 09 | Valor da Receita              | 21000,00        |
| 10 | Valor da Multa                |                 |
| 11 | Valor do Acréscimo Financeiro |                 |
| 12 | Valor dos Juros               |                 |
| 13 | Total a Recolher              | 21000,00        |

25. Autenticação Mecânica

21.000,00C 000053



CERTIDO DE PUBLICAÇÃO E PRAZO

Certifico que efetuei a intimação do respeitável pronunciamento judicial de fls. (vide abaixo), mediante publicação no Diário da Justiça nº 7058 de 01/03/2006, páginas nº.....0129 à 0134. Certifico, ainda, que conforme V. Acórdão 3540, do Conselho da Magistratura e item 2.9.8.1 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, o prazo se inicia a partir do próximo dia 7 de março (INCLUSIVE).

MARINHA, 3 de março de 2006.

ESCRIVÃO

" Relação Nº 004/2006 "

119.-ARROLAMENTO DE BENS-398/2005-DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO e outros x NELSON CANHETTI POSTIGO. DEDSP.: TRATA-SE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (FLS. 57/59). ASSISTE RAZÃO À ORA EMBARGANTE QUANTO À DECISÃO DE FLS. 54/55 QUE NOMEIA INVENTARIANTE. DESTA FORMA, ACOELHO OS PRESENTES EMBARGOS PARA PERMANECER COMO INVENTARIANTE A HERDEIRA CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO, CONFORME JÁ HAVIA SIDO NOMEADA PS FLS. 37. -Adv. SUELY MANZINI SIQUEIRA-





ESTADO DO PARANÁ  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Fls. 63  
6ª Vara Cível

ITC  
Fls. 106

DIRETORIA LEGIS.  
Pág. 154

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE MARINGÁ - PR

Autos n. 398/2005  
ARROLAMENTO  
Requerente: DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO

Arquivo 6ª VARA CÍVEL MAR 05/18R/2006 15:31

A FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ,  
por sua procuradora, que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante Vossa  
Excelência, nos autos em epígrafe, manifestar e requerer o quanto segue:

Verifica-se que a inventariante providenciou o  
recolhimento do ITCMD referente ao imóvel rural, comprovando-se através da  
GR-PR acostada às fls. 61.

Entretanto, com relação ao imóvel urbano,  
discriminado às fls. 04, item 04, a inventariante obteve o parcelamento do  
imposto - ITCMD - em **20 parcelas mensais**, conforme se infere do termo de  
acordo de parcelamento em anexo e o comprovante da quitação da primeira  
parcela.

Destarte, consoante o deferimento do  
parcelamento do ITCMD em 20 parcelas, requerer desde já, uma vez  
homologada a partilha, fique sobrestada a expedição do formal de partilha até a  
total quitação do imposto, a teor do art. 1031, § 2º, do CPC.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Maringá, 04 de março de 2006.

Maria Misue Murata  
Procuradora do Estado



TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO - N. 09.637849-1  
ITCMD

IDENTIFICACAO: 017722058-93  
CONTRIBUINTE : CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO  
ENDEREÇO : RUA LUIZ GAMA, 801  
ZONA 04 - 87013-320 - MARINGA - PR

CONTATO : CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO  
END. CORRESP. : RUA LUIZ GAMA, 801  
ZONA 04 - 87013-320 - MARINGA - PR

44 3224 6980

ESTE TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO REFERE-SE AO(S) SEGUINTE(S) CREDITO(S):

| N | CREDITO      | ORIGEM | SITUACAO            | VALOR ATUALIZADO |
|---|--------------|--------|---------------------|------------------|
| 1 | 8704396-9/01 | DE     |                     | 13.256,96        |
|   |              |        | TOTAL EM R\$:       | 13.256,96        |
|   |              |        | NUMERO DE PARCELAS: | 20               |

INFORMACOES COMPLEMENTARES

| DESCRICAO                           | VALOR EM R\$ |
|-------------------------------------|--------------|
| IMPOSTO .....                       | 12.800,00    |
| MULTA .....                         | 0,00         |
| JUROS VENCIDOS .....                | 456,96       |
| ATUALIZACAO MONETARIA IMPOSTO ..... | 0,00         |
| ATUALIZACAO MONETARIA MULTA .....   | 0,00         |
| TOTAL .....                         | 13.256,96    |

FATOR DE CONVERSAO E ATUALIZACAO - FCA  
FCA EM 03/04/2006 .1,3522

| DESCRICAO     | VALOR EM FCA'S |
|---------------|----------------|
| IMPOSTO ..... | 9.466,05531    |
| MULTA .....   | 0,00000        |
| TOTAL .....   | 9.466,05531    |

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO - N. 09.637849-1  
ITCMD

IDENTIFICACAO: 017722058-93

DEMONSTRATIVO DE PARCELAS

| DESCRICAO                        | PARCELA N. 001    | PARCELA N. 002 (PREVISAO) |
|----------------------------------|-------------------|---------------------------|
| CODIGO DE RECEITA                | 3239              | 3239                      |
| DATA VENCIMENTO                  | 03/04/2006        | 31/05/2006                |
| N. DOCUMENTO/PARCELA             | 09.637849-1/001-9 | 09.637849-1/002-7         |
| IMPOSTO                          | .....640,00       | .....640,00               |
| MULTA                            | .....0,00         | .....0,00                 |
| ATUALIZACAO MONETARIA            | .....0,00         | .....0,00                 |
| JUROS (VENCIDOS E VINCENDOS (*)) | .....19,32        | .....140,78               |
| TOTAL                            | .....659,32       | .....780,78               |

(\*) JUROS VINCENDOS:

A PARTIR DA SEGUNDA PARCELA SERA' ACRESCIDO, MENSALMENTE, AO VALOR DESTA, JUROS VINCENDOS INCIDENTES SOBRE O TOTAL DO SALDO DEVEDOR ( EXCETO OS JUROS VENCIDOS DO CREDITO PARCELADO CALCULADOS ATRAVES DA SELIC - TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDACAO E DE CUSTODIA DO BANCO CENTRAL.

NA "PARCELA N. 002" ACIMA INDICADA, OS JUROS VINCENDOS FORAM CALCULADOS PROVISORIAMENTE COM A TAXA "SELIC DO MES ANTERIOR" ( ULTIMO VALOR DIVULGADO ). O VALOR DEFINITIVO DO RECOLHIMENTO SERA' RECALCULADO QUANDO DA EMISSAO DA GR-PR.

GUIA DE RECOLHIMENTO - GR-PR:

PARA OBTER A GR-PR PARA PAGAMENTO ACESSE O SITE: "WWW.FAZENDA.PR.GOV.BR", NA OPCAO "EMISSAO DE GUIAS DE PAGAMENTO - GR-PR PARA PARCELAMENTO" OU SOLICITE EM QUALQUER AGENCIA DE RENDAS.

MANTENHA O SEU E-MAIL E TELEFONE ATUALIZADOS.

O SUJEITO PASSIVO, ACIMA IDENTIFICADO, CONFESSA-SE RESPONSÁVEL PELO(S) CREDITO(S) AQUI DISCRIMINADO(S) E PAGARA' O(S) MESMO(S) NA QUANTIDADE DE PARCELAS INDICADAS, VENCÍVEIS MENSALMENTE, NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NOS ARTIGOS 8 E 10 ( NOS CASOS DE MENORES ), DA LEI 8927/88 E ARTIGO 18 DA INSTRUÇÃO SEFA ITCMD 01/89. A INADIMPLÊNCIA DE PARCELA CONFORME PREVÊ O ARTIGO 20 DA INSTRUÇÃO SEFA ITCMD 01/89, IMPORTARÁ NA RESCISÃO DESTA E IMEDIATA EXIGÊNCIA DO SALDO DO(S) CREDITO(S) PARCELADO(S).

NA RESCISÃO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS NÃO OBJETO DE MEDIDA FISCAL, SERÁ LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 19 DA INSTRUÇÃO SEFA ITCMD 01/89. LIDO E ACHADO CONFORME, O PRESENTE TERMO DE ACORDO É ASSINADO PELO REPRESENTANTE DA SEFA/CRE E O SUJEITO PASSIVO, EM DUAS VIAS.

  
Arciete T. Almeida Pará  
RG: 4 143.521-6  
REPRESENTANTE SEFA/CRE

  
SUJEITO PASSIVO

03/04/2006  
DATA DO TAP



ESTADO DO PARANA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO  
9. DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA

03/04/2006 15:21:53

RESP: 01532766

A.R.: 00000000

PAG.: 1

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO - N. 09.637849-1  
ITCMD

DETALHAMENTO DOS CREDITOS PARCELADOS



IDENTIFICACAO: 017722058-93

CONTRIBUINTE : CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO

| N | CREDITO    | DATA     | A.M.IMPOSTO / JUROS | IMPOSTO   | A.M.IMPOSTO | JUROS     |
|---|------------|----------|---------------------|-----------|-------------|-----------|
|   |            | DATA     | A.M.MULTA / JUROS   | MULTA     | A.M.MULTA   | TOTAL     |
| 1 | 8704896901 | 01042006 | 02/2006             | 12.800,00 | 0,00        | 456,96    |
|   |            |          |                     | 0,00      | 0,00        | 13.256,96 |

DATA TAP: 03/04/2006

TOTAL: 13.256,96

INDICE PARA CALCULO DOS JUROS VENCIDOS 0,84034 ATE 09/2006 (180 DIAS)

OK EM DO(S) CREDITO(S)

PARCELAMENTO ITCMD - CAUSA MORTIS -SPI 8.704.8969,

AUTO FORENSE N. 398/05 - 6ª VARA CIVEL - TAP CONCE

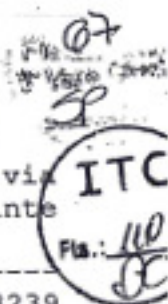
DIDO EM 20 PARCELAS. -BASE DE CALCULO-R\$320.000,00

ALÍQUOTA 4% - VALOR A PARCELAR R\$-12.800,00.

ESTADO DO PARANA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GUIA DE RECOLHIMENTO DO ESTADO DO PARANA

GR-PR

3ª via  
Contribuinte



CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO  
RUA LUIZ GAMA, 801  
ZONA 04 - 87013-320 - MARINGA - PR  
  
PARCELAMENTO NR. 09.637849-1 - PARCELA 001  
COM BENEFICIO DA LEI 12321/98

|             |                   |
|-------------|-------------------|
| COD.RECEITA | 3239              |
| VENCIMENTO  | 03/04/2006        |
| CAD.ICMS/PR |                   |
| CNPJ / CPF  | 017.722.058-93    |
| REFERENCIA  |                   |
| DOCUMENTO   | 09.637849-1/001-9 |
| RECEITA     | *****640,00       |
| MULTA       | *****0,00         |
| ACRESCIMOS  | *****0,00         |
| JUROS       | *****19,32        |
| TOTAL       | *****659,32       |

GUIA VALIDA PARA PAGAMENTO ATE 03/04/2006  
KQC2 - 03/04/2005 - 15:21:59.0 - N015323

CONTROLE: 2006 0403 1966 3105

Autenticacao Mecanica - 3ª via

ITAN0213 371397492 030406

659,32C 000043





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

Sexta Vara Cível da Comarca de  
Maringá – Estado do Paraná



Autos nº 398/2005

1 - Conforme já determinado às fls.  
54/55, após a quitação de todos os tributos,  
expeça-se o formal de partilha.

2 - Intimem-se.

Maringá, 12 de abril de 2006

BELCHIOR SOARES DA SILVA  
Juiz de Direito

RECEBIMENTO  
Aos 19 de abril de 2006  
foram-me entregues estes autos, de que lavro  
este termo.  
Sérgio Roberto Cabral Krouss  
ESCRIVÃO



### CERTIDO DE PUBLICAÇÃO E PRAZO

Certifico que efetuei a intimação do respeitável  
pronunciamento judicial de fls. (vide abaixo), mediante  
de 11/05/2006, páginas nºs. 0225 a 0227  
Certifico, ainda, que conforme V. Acórdão 3540, do  
Conselho da Magistratura e item 2.9.8.1 do Código de  
Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado  
do Paraná, o prazo se inicia a partir do próximo  
dia 17 de maio (INCLUSIVE).

MARINGÁ, 15 de maio de 2006.

ESCRIVÃO

ADMINISTRAÇÃO  
Relação nº 013/2006  
ARROLAMENTO DE BENS-398/2005-DELMAR  
RUSSO CANHETTI POSTIGO e outros x NELSON  
CANHETTI POSTIGO. DESP.: CONFORME JA  
DETERMINADO AS FLS. 54/55, APÓS A QUITAÇÃO  
DE TODOS OS TRIBUTOS, EXPEÇA-SE O FORMAL  
DE PARTILHA. -Adv. SUELY MANZINI  
SIQUEIRA-



CLAUDE



JUIZO DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ

SERGIO ROBERTO CABRAL KRAUSS - ESCRIVÃO  
ELAINE DE OLIVEIRA - E. JURAMENTADA

CARTÓRIO DO CÍVEL E ANEXOS - 6º OFÍCIO  
PRAÇA DESEM ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA  
AV. TIRADENTES N° 380, 2º ANDAR. FONE (044) 323-0955

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O DOUTOR BELCHIOR SOARES D. SILVA, MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ.

MANDA - a um do Oficiais de Justiça deste Juízo em cumprimento ao presente mandado expedido nos autos sob n° 000398/2005 de ARROLAMENTO DE BENS, em que são partes: DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO e CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO requerente (s) - e NELSON CANHETTI POSTIGO requerido(a)(s), proceda, com as formalidades legais à INTIMAÇÃO DOS REQUERENTES DELMA RUSSO CANHETTI POSTIGO, e CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO, com endereço nesta cidade a Rua Luiz Gama, n° 801, zona, 04, nesta cidade, para que no prazo de 48:00 horas, efetue(m) o pagamento das custas processuais no valor de R\$-68,00, já incluída a presente diligência do Oficial de Justiça, sob as penas da lei.

DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos 26 de setembro de 2.006. Eu Sérgio Roberto Cabral Krauss, Escrivão, o fiz digitar e subscrever.

SERGIO ROBERTO CABRAL KRAUSS  
ESCRIVÃO

CARTÓRIO DA 6ª VARA CÍVEL  
SERGIO ROBERTO CABRAL KRAUSS  
ESCRIVÃO  
CPF N.º 189.790.769-91  
MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ





JUIZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL  
COMARCA DE M. RINGÁ - ESTADO DO PARANÁ

SÉRGIO ROBERTO CABRAL KRAUSS - ESCRIVÃO  
ELAINE DE OLIVEIRA - JURAMENTADA  
CARTÓRIO DO CÍVEL E ANEXOS - 6º OFÍCIO  
PRAÇA DESEMB. ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA  
AV. TIRADENTES N.º 380, SALA 225, 2º ANDAR - FONE (044) 223-0955

E  
N  
C  
E  
R  
R  
A  
M  
E  
N  
T  
O

Em consequência para que se faça a competente transcrição ou matrícula nos cartórios de Registro de Imóveis competente, mandou expedir o presente Formal de Partilha, e por ela requer a todas as pessoas da Justiça, em princípio declaradas, que lhe deem todo o devido cumprimento e a façam inteiramente cumprir como nela se contém e declara. Dado e passada nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, nos 10 de julho de 2.006. Em \_\_\_\_\_ (Sérgio Roberto Cabral Krauss), Escrivão que digitei, subscrevo.

MARIO SETO TAKEGUMA  
Juiz de Direito

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA**

Pelo presente instrumento particular de parceria agrícola, de um lado **ARNO RAVACHE JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 364.843.429-20; **MIGUEL RUBENS TRANIN**, inscrito no CPF sob nº 358.270.849-72; **JAIR SÃO JOÃO**, inscrito no CPF sob nº 276.040.209-68, doravante denominados simplesmente **PARCEIROS OUTORGADOS**, e de outro lado, aquele que doravante será denominado simplesmente **PARCEIRO OUTORGANTE**, o **Espólio de Nelson Canhetti Postigo**, devidamente representado pela Inventariante **Célia Regina Canhetti Postigo**, brasileira, solteira, agropecuarista, portadora do CPF nº 017.722.058-93, residente e domiciliada em Maringá/PR.

As partes acima qualificadas têm entre si justo e contratadas o que segue, que reciprocamente aceitam e outorgam, através das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O **PARCEIRO OUTORGANTE**, é legítimo possuidor de um imóvel rural, denominado **Fazenda Célia Regina** medindo 105 (cento e cinco) alqueires, conforme descrição, divisas e confrontações contidas na Certidão em anexo.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** explorarão uma área de **40 (quarenta) alqueires**, destacada da área supradescrita, com lavoura de cana-de-açúcar.

**§ Único:** Nesta oportunidade o **PARCEIRO OUTORGANTE** sob as penas da legislação pertinente e, também, sob pena de infringir a Cláusula 16ª do presente contrato, declara que referida área está livre e desembaraçada de quaisquer ônus, podendo desta forma os **PARCEIROS OUTORGADOS** darem início à exploração ora avençada.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O presente contrato terá a duração de 06 (seis) cortes/colheitas da produção da lavoura de cana-de-açúcar, sendo que no ano em curso os **PARCEIROS OUTORGADOS** iniciam as atividades de preparo de solo, com o primeiro corte/colheita previsto para o ano de 2007, encerrando em 2012, quando ocorrer o último corte/colheita da lavoura de cana-de-açúcar.

**§ Primeiro:** Finda a presente parceria, fica assegurado os **PARCEIROS OUTORGADOS** o direito de permanecer no imóvel até o término dos trabalhos que forem necessários à ultimação da colheita em fins de 2012,



comprometendo-se a desocupar o imóvel objeto desta parceria independentemente de quaisquer formalidades ou interpelações judiciais ou extrajudiciais e sem direito a quaisquer indenizações, compensações ou retenções por quaisquer benfeitorias que tenham sido feitas no imóvel.

**§ Segundo:** Os **PARCEIROS OUTORGADOS** terão preferência à renovação da **PARCERIA**, devendo o **PARCEIRO OUTORGANTE**, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação das propostas existentes. Não se verificando a notificação, o contrato considera-se automaticamente renovado, salvo se os **PARCEIROS OUTORGADOS**, nos trinta dias seguintes ao término do prazo para a notificação, manifestar sua desistência ou formular nova proposta, tudo deverá ser formalizado via Cartório Registro de Títulos e Documentos.

#### CLÁUSULA QUARTA:

Pela parceria objeto deste contrato os **PARCEIROS OUTORGADOS** retribuirão ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, a partilha de 7% (sete por cento) da produção efetivamente colhida.

**§ Primeiro:** Não obstante ao risco da presente **PARCERIA** os **PARCEIROS OUTORGADOS** comprometem-se junto ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, caso não alcance a produção pretendida por esta, tomar por base para fins da porcentagem a quantia mínima de 30 (trinta) toneladas/alqueire de cana-de-açúcar/ano, que será creditado na COPAGRA, sempre descontando-se o FUNRURAL (2,3%), Taxa Assistencial (1%) e Cota Capital (1%).

**§ Segundo:** O indexador utilizado para o cálculo do pagamento da presente parceria, disposto no parágrafo anterior será o da cana-de-açúcar destinada a indústria, ou seja, será o preço da cana-de-açúcar determinado pelo CONSECANA/PR/Esteira, descontando o ICMS, CONFINS e PIS,

**§ Terceiro:** O **PARCEIRO OUTORGANTE** concorda que a forma de retribuição da cana-de-açúcar obedecerá aos mesmos critérios e normas que vigorarem para os demais cooperados da COPAGRA.

**§ Quarto:** Havendo impedimento ao acesso dos **PARCEIROS OUTORGADOS** à área descrita no "caput" da Clausula Primeira, por ação de terceiros tornando impossível a colheita, não haverá qualquer tipo de retribuição ao **PARCEIRO OUTORGANTE**.

**§ Quinto:** Para fins do repasse descrito no "caput" da presente cláusula será excluída a área ocupada com carregadores externos.

**§ Sexto:** O pagamento da presente Parceria será feito, pela COPAGRA, em nome da Inventariante Sr<sup>a</sup> Célia Regina Canhetti Postigo.

#### CLÁUSULA QUINTA:







Todas as despesas com a fundação da lavoura, custeio dos tratos culturais, insumos e defensivos, bem como, o corte, carregamento e transporte, serão por conta exclusiva dos **PARCEIROS OUTORGADOS**, que procederá a colheita pelo sistema usual, inclusive com emprego de fogo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** se comprometem a fazer um projeto técnico da área ora contratada e cumpri-lo, aplicando as normas técnicas e agrônomicas recomendadas para a lavoura implantada, inclusive quanto à conservação de solo, controle de erosão, adubação química anual de acordo com a necessidade da cultura, buscando sempre a proteção social e econômica, conforme prevê o artigo 13 do Decreto 59.566/66 de 14/11/1966.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** poderão contratar empréstimos e financiamentos agrícolas junto aos estabelecimentos de créditos, oficiais ou particulares, somente sobre a parte de produção que lhe cabe, podendo esta produção ser oferecida em garantia, resguardando, portanto, à parte da produção do **PARCEIRO OUTORGANTE** e eximindo-o de quaisquer responsabilidades por eventuais empréstimos ou financiamentos agrícolas contraídos, obrigando-se o **PARCEIRO OUTORGANTE** a fornecer a anuência formal quando exigido pelos estabelecimentos de créditos.

§ Único: Caso os **PARCEIROS OUTORGADOS** venham a contratar empréstimos e financiamento agrícola será obrigatório que não conste cláusulas que impeça ou retarde ao **PARCEIRO OUTORGANTE** a devolução de suas terras na forma ora contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA :

Ficam autorizados, desde já, todas as inscrições, averbações, registros e outros atos que se fizerem necessários ao bom desempenho desta avenca, correndo as despesas com estas formalidades exclusivamente por conta dos **PARCEIROS OUTORGADOS**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

Os prejuízos causados aos vizinhos pelas atividades desenvolvidas (plantio e cultivo de lavoura de cana-de-açúcar) na área são de responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGADOS**.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:





Serão de responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGADOS** as despesas oriundas do uso de mão-de-obra, do pessoal que contratar para o plantio, adubação, carpa, colheita e condução geral das lavouras, tanto no que diz a remuneração legal, como os encargos trabalhistas sociais, securitários e previdenciários devidos, bem como, qualquer indenização devida aos empregados utilizados na exploração da parceira, quer decorrentes de acidentes de trabalho, quer em razão de serviços prestados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

Será de responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGADOS** manter limpas todas as áreas que margeiam a área, evitando que fogo possa atingir outras propriedades.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

Deverão ao **PARCEIROS OUTORGADOS** nas áreas destinadas a preservação ambiental, evitar a sua destruição quando for utilizado fogo na área ocupada pela cana-de-açúcar, respondendo pelos prejuízos que esta omissão ocasionar. Em ocorrendo qualquer dano na área de matas deverá esta se responsabilizar pelo replantio das árvores e despesas dele decorrentes e arcar com eventuais multas aplicadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Os sub-produtos originários da lavoura a ser explorada pelos **PARCEIROS OUTORGADOS**, serão exclusivamente por ela utilizados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

Se o **PARCEIRO OUTORGANTE** alienar o imóvel rural objeto deste contrato, os **PARCEIROS OUTORGADOS** terão preferência em igualdade de condições e preço, na hipótese do mesmo ser vendido a terceiros, estes terão de aceitar o conteúdo da presente avença até seu vencimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O contratante que deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato, deverá arcar com a multa no valor correspondente a 7.200 (sete mil e duzentas) toneladas de cana-de-açúcar em favor da parte inocente, e tendo esta o direito de rescindir o presente de pleno direito, se assim lhe convier.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Fica convencionado que este contrato é firmado em caráter irrevogável, não havendo arrependimento de forma alguma, obrigando-se não só seus signatários, como também seus herdeiros e sucessores que ficarão subrogados em todas as suas cláusulas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná, para que nele sejam dirimidas as dúvidas oriundas do presente.

E por estarem assim justos e contratados aceitam este instrumento nos termos em que está redigido, assinando-o em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente na presença de 04 (quatro) testemunhas abaixo que a tudo assistiram.

Nova Londrina, 29 de julho de 2005.

*[Handwritten signatures]*  
**PARCEIROS OUTORGANTES**

*[Handwritten signature]*  
**Espólio de Nelson Canhetti Postigo**

**PARCEIRO OUTORGANTE**

**TESTEMUNHAS:**

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

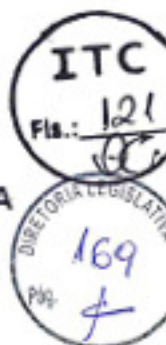
ARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS  
Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas  
gistrado sob nº 0000000239/2005 Livro 003

TÍTULOS E DOCUMENTOS  
NOVA LONDRINA/PR, 01/08/2005  
14:04:12  
Distribuidor Judicial

*[Handwritten signature]*  
ARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS  
TÍTULOS E DOCUMENTOS e de PESSOAS JURÍDICAS  
gistrado sob nº 0000000239/2005 Livro 003  
NOVA LONDRINA/PR, 01/08/2005  
14:04:12  
Distribuidor Judicial  
AZP95701

REG DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Juhana Nanci Coletti  
scata





## INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA

Pelo presente instrumento particular de parceria agrícola, de um lado **ARNO RAVACHE JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 364.843.429-20; **MIGUEL RUBENS TRANIN**, inscrito no CPF sob nº 358.270.849-72; **JAIR SÃO JOÃO**, inscrito no CPF sob nº 276.040.209-68, doravante denominados simplesmente **PARCEIROS OUTORGADOS**, e de outro lado, aquele que doravante será denominado simplesmente **PARCEIRO OUTORGANTE**, o **Espólio de Nelson Canhetti Postigo**, devidamente representado pela Inventariante **Célia Regina Canhetti Postigo**, brasileira, solteira, agropecuarista, portadora do CPF nº 017.722.058-93, residente e domiciliada em Maringá/PR.

As partes acima qualificadas têm entre si justo e contratadas o que segue, que reciprocamente aceitam e outorgam, através das seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA:

O **PARCEIRO OUTORGANTE**, é legítimo possuidor de um imóvel rural, denominado **Fazenda Célia Regina** medindo 105 (cento e cinco) alqueires, conforme descrição, divisas e confrontações contidas na Certidão em anexo.

### CLÁUSULA SEGUNDA:

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** explorarão uma área de **35 (trinta e cinco) alqueires paulista**, destacada da área supradescrita, com lavoura de cana-de-açúcar, que após efetuado o plantio far-se-á a medição definitiva para fins de remuneração da presente parceria.

§ **Único:** Nesta oportunidade o **PARCEIRO OUTORGANTE** sob as penas da legislação pertinente e, também, sob pena de infringir a Cláusula 15ª do presente contrato, declara que referida área está livre e desembaraçada de quaisquer ônus, podendo desta forma os **PARCEIROS OUTORGADOS** darem início à exploração ora avençada.

### CLÁUSULA TERCEIRA:

O presente contrato terá a duração de 06 (seis) cortes/colheitas para produção de lavoura de cana-de-açúcar, com opção de mais um ano/corte/colheita com mesmo percentual de tonelage contratada, sendo que os **PARCEIROS OUTORGADOS** iniciarão as atividades de preparo de solo e plantio previsto para novembro de 2006, podendo ainda fazer a destoca da referida área de imediato, com o primeiro corte/colheita previsto para o ano de 2008 e encerrando em 2013, quando ocorrer o último corte/colheita da lavoura de cana-de-açúcar.



§ **Primeiro:** Finda a presente parceria, fica assegurado os **PARCEIROS OUTORGADOS** o direito de permanecer no imóvel até o término dos trabalhos que forem necessários à ultimação da colheita em fins de 2013, comprometendo-se a desocupar o imóvel objeto desta parceria independentemente de quaisquer formalidades ou interpelações judiciais ou extrajudiciais e sem direito a quaisquer indenizações, compensações ou retenções por quaisquer benfeitorias que tenham sido feitas no imóvel.

§ **Segundo:** Os **PARCEIROS OUTORGADOS** terão preferência à renovação da **PARCERIA**, devendo o **PARCEIRO OUTORGANTE**, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação das propostas existentes. Não se verificando a notificação, o contrato considera-se automaticamente renovado, salvo se os **PARCEIROS OUTORGADOS**, nos trinta dias seguintes ao término do prazo para a notificação, manifestar sua desistência ou formular nova proposta, tudo deverá ser formalizado via Cartório Registro de Títulos e Documentos.

§ **Terceiro:** Havendo viabilidade por parte dos **PARCEIROS OUTORGADOS** poderá haver a opção por mais um corte/colheita, através da assinatura de aditivo ao presente instrumento, encerrando assim esse contrato em 2014.

#### CLÁUSULA QUARTA:

Pela parceria objeto deste contrato os **PARCEIROS OUTORGADOS** retribuirão ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, a partilha de 7% (sete por cento) da produção efetivamente colhida.

§ **Primeiro:** Não obstante ao risco da presente **PARCERIA** os **PARCEIROS OUTORGADOS** comprometem-se junto ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, caso não alcance a produção pretendida por esta, tomar por base para fins da porcentagem a quantia mínima de 30 (trinta) toneladas/alqueire de cana-de-açúcar/ano, sempre descontando-se o FUNRURAL (2,3%), Taxa Assistencial (1%) e Cota Capital (1%).

§ **Segundo:** O indexador utilizado para o cálculo do pagamento da presente parceria, disposto no parágrafo anterior será o da cana-de-açúcar destinada a indústria, ou seja, será o preço da cana-de-açúcar determinado pelo CONSECANA/PR/Campo, descontando o ICMS, CONFINS e PIS,

§ **Terceiro:** O **PARCEIRO OUTORGANTE** concorda que a forma de retribuição da cana-de-açúcar obedecerá aos mesmos critérios e normas que vigorarem para os demais cooperados da COPAGRA.

§ **Quarto:** Havendo impedimento ao acesso dos **PARCEIROS OUTORGADOS** à área descrita no "caput" da Clausula Primeira, por ação de terceiros tornando impossível a colheita, não haverá qualquer tipo de retribuição o **PARCEIRO OUTORGANTE**.





§ **Quinto:** Para fins do repasse descrito no "caput" da presente cláusula será excluída a área ocupada com carregadores externos.

§ **Sexto:** O pagamento da presente Parceria será feito, pela COPAGRA, em nome da Inventariante Sr<sup>a</sup> Célia Regina Canhetti Postigo.

§ **Sétimo:** Os **PARCEIROS OUTORGADOS** comprometem-se a fazer adiantamentos ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) nas seguintes datas: 1º adiantamento no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o dia 05 de agosto de 2006 e o 2º adiantamento no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o dia 30 de setembro de 2006, os quais serão indexados em toneladas de cana-de-açúcar, na data de sua efetivação, pela mesma cotação do parágrafo segundo, que serão compensados equitativamente nos primeiros pagamentos da presente parceria, no ano de 2008, até a amortização total, dos referidos adiantamentos.

#### **CLÁUSULA QUINTA:**

Todas as despesas com a fundação da lavoura, custeio dos tratos culturais, insumos e defensivos, bem como, o corte, carregamento e transporte, serão por conta exclusiva dos **PARCEIROS OUTORGADOS**, que procederá a colheita pelo sistema usual, inclusive com emprego de fogo.

#### **CLÁUSULA SEXTA:**

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** se comprometem a fazer um projeto técnico da área ora contratada e cumpri-lo, aplicando as normas técnicas e agrônomicas recomendadas para a lavoura implantada, inclusive quanto à conservação de solo, controle de erosão, adubação química anual de acordo com a necessidade da cultura, buscando sempre a proteção social e econômica, conforme prevê o artigo 13 do Decreto 59.566/66 de 14/11/1966.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA:**

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** poderão contratar empréstimos e financiamentos agrícolas junto aos estabelecimentos de créditos, oficiais ou particulares, somente sobre a parte de produção que lhe cabe, podendo esta produção ser oferecida em garantia, resguardando, portanto, à parte da produção do **PARCEIRO OUTORGANTE** e eximindo-o de quaisquer responsabilidades por eventuais empréstimos ou financiamentos agrícolas contraídos, obrigando-se o **PARCEIRO OUTORGANTE** a fornecer a anuência formal quando exigido pelos estabelecimentos de créditos.

§ **Único:** Caso os **PARCEIROS OUTORGADOS** venham a contratar empréstimos e financiamento agrícola será obrigatório que não conste cláusulas que impeça ou retarde o **PARCEIRO OUTORGANTE** a devolução de suas terras na forma ora contratada.



**CLÁUSULA OITAVA:**

Ficam autorizados, desde já, todas as inscrições, averbações, registros e outros atos que se fizerem necessários ao bom desempenho desta avença, correndo as despesas com estas formalidades exclusivamente por conta dos **PARCEIROS OUTORGADOS**.

**CLÁUSULA NONA:**

Os prejuízos causados aos vizinhos pelas atividades desenvolvidas (plantio e cultivo de lavoura de cana-de-açúcar) na área são de responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGADOS**.

**CLAUSULA DÉCIMA:**

Serão de responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGADOS** as despesas oriundas do uso de mão-de-obra, do pessoal que contratar para o plantio, adubação, carpa, colheita e condução geral das lavouras, tanto no que diz a remuneração legal, como os encargos trabalhistas sociais, securitários e previdenciários devidos, bem como, qualquer indenização devida aos empregados utilizados na exploração da parceira, quer decorrentes de acidentes de trabalho, quer em razão de serviços prestados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

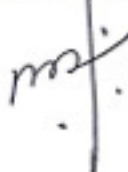
Será de responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGADOS** manter limpas todas as áreas que margeiam a área, evitando que fogo possa atingir outras propriedades.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

Deverão aos **PARCEIROS OUTORGADOS** nas áreas destinadas a preservação ambiental, evitar a sua destruição quando for utilizado fogo na área ocupada pela cana-de-açúcar, respondendo pelos prejuízos que esta omissão ocasionar. Em ocorrendo qualquer dano na área de matas deverá esta se responsabilizar pelo replantio das árvores e despesas dele decorrentes e arcar com eventuais multas aplicadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

Os sub-produtos originários da lavoura a ser explorada pelos **PARCEIROS OUTORGADOS**, serão exclusivamente por ela utilizados.







**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Se o **PARCEIRO OUTORGANTE** alienar o imóvel rural objeto deste contrato, os **PARCEIROS OUTORGADOS** terão preferência em igualdade de condições e preço, na hipótese do mesmo ser vendido a terceiros, estes terão de aceitar o conteúdo da presente avença até seu vencimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

O contratante que deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato, deverá arcar com a multa no valor correspondente a 8.000 (oito mil) toneladas de cana-de-açúcar em favor da parte inocente, e tendo esta o direito de rescindir o presente de pleno direito, se assim lhe convier.


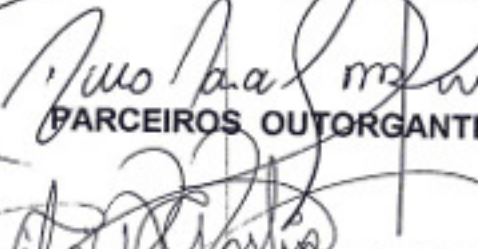
**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**


Fica convencionado que este contrato é firmado em caráter irrevogável, não havendo arrependimento de forma alguma, obrigando-se não só seus signatários, como também seus herdeiros e sucessores que ficarão subrogados em todas as suas cláusulas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná, para que nele sejam dirimidas as dúvidas oriundas do presente.

E por estarem assim justos e contratados aceitam este instrumento nos termos em que está redigido, assinando-o em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente na presença de 04 (quatro) testemunhas abaixo que a tudo assistiram.

Nova Londrina, 31 de julho de 2006.

  
  
**PARCEIROS OUTORGANTES**

  
**Espólio de Nelson Canhetti Postigo**  
**PARCEIRO OUTORGANTE**

**TESTEMUNHAS:**




## INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA

Pelo presente instrumento particular de parceria agrícola, de um lado **ANTÔNIO GERALDO FARINA**, inscrito no CPF sob nº 117.776.579-15; **LUIZ JOSÉ DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob nº 389.029.079-53; **JUÇANA ANGELA FARINA**, inscrito no CPF sob nº 016.470.609-74 e **JUCELINO FÉLIX FARINA**, inscrito no CPF nº 528.215.449-87, doravante denominados simplesmente **PARCEIROS OUTORGADOS**, e de outro lado, aquele que doravante será denominado simplesmente **PARCEIRO OUTORGANTE**, o **Espólio de Nelson Canhetti Postigo**, devidamente representado pela Inventariante **Célia Regina Canhetti Postigo**, brasileira, solteira, agropecuarista, portadora do CPF nº 017.722.058-93, residente e domiciliada em Maringá/PR.

As partes acima qualificadas têm entre si justo e contratadas o que segue, que reciprocamente aceitam e outorgam, através das seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA:

O **PARCEIRO OUTORGANTE**, é legítimo possuidor de um imóvel rural, denominado **Fazenda Célia Regina** medindo 105 (cento e cinco) alqueires, conforme descrição, divisas e confrontações contidas na Certidão em anexo.

### CLÁUSULA SEGUNDA:

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** explorarão uma área de **20 (vinte) alqueires paulista**, destacada da área supradescrita, com lavoura de cana-de-açúcar, que após efetuado o plantio far-se-á a medição definitiva para fins de remuneração da presente parceria.

§ Único: Nesta oportunidade o **PARCEIRO OUTORGANTE** sob as penas da legislação pertinente e, também, sob pena de infringir a Cláusula 15ª do presente contrato, declara que referida área está livre e desembaraçada de quaisquer ônus, podendo desta forma os **PARCEIROS OUTORGADOS** darem início à exploração ora avençada.

### CLÁUSULA TERCEIRA:

O presente contrato terá a duração de 06 (seis) cortes/colheitas para produção de lavoura de cana-de-açúcar, com opção de mais um ano/corte/colheita com mesmo percentual de tonelagem contratada, sendo que os **PARCEIROS OUTORGADOS** iniciarão as atividades de preparo de solo e plantio previsto para novembro de 2006, podendo ainda fazer a destoca da referida área de imediato, com o primeiro corte/colheita previsto para o ano de 2008 e

*Antônio Geraldo Farina*  
*Luiz José dos Santos*

*Juciana D. Farina*  
*(M)*





encerrando em 2013, quando ocorrer o último corte/colheita da lavoura de cana-de-açúcar.

**§ Primeiro:** Finda a presente parceria, fica assegurado os **PARCEIROS OUTORGADOS** o direito de permanecer no imóvel até o término dos trabalhos que forem necessários à ultimateção da colheita em fins de 2013, comprometendo-se a desocupar o imóvel objeto desta parceria independentemente de quaisquer formalidades ou interpelações judiciais ou extrajudiciais e sem direito a quaisquer indenizações, compensações ou retenções por quaisquer benfeitorias que tenham sido feitas no imóvel.

**§ Segundo:** Os **PARCEIROS OUTORGADOS** terão preferência à renovação da **PARCERIA**, devendo o **PARCEIRO OUTORGANTE**, até seis meses antes do vencimento do contrato, fazer-lhe a competente notificação das propostas existentes. Não se verificando a notificação, o contrato considera-se automaticamente renovado, salvo se os **PARCEIROS OUTORGADOS**, nos trinta dias seguintes ao término do prazo para a notificação, manifestar sua desistência ou formular nova proposta, tudo deverá ser formalizado via Cartório Registro de Títulos e Documentos.

**§ Terceiro:** Havendo viabilidade por parte dos **PARCEIROS OUTORGADOS** poderá haver a opção por mais um corte/colheita, através da assinatura de aditivo ao presente instrumento, encerrando assim esse contrato em 2014.

#### CLÁUSULA QUARTA:

Pela parceria objeto deste contrato os **PARCEIROS OUTORGADOS** retribuirão ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, a partilha de 7% (sete por cento) da produção efetivamente colhida.

**§ Primeiro:** Não obstante ao risco da presente **PARCERIA** os **PARCEIROS OUTORGADOS** comprometem-se junto ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, caso não alcance a produção pretendida por esta, tomar por base para fins da porcentagem a quantia mínima de 30 (trinta) toneladas/alqueire de cana-de-açúcar/ano, sempre descontando-se o FUNRURAL (2,3%), Taxa Assistencial (1%) e Cota Capital (1%).

**§ Segundo:** O indexador utilizado para o cálculo do pagamento da presente parceria, disposto no parágrafo anterior será o da cana-de-açúcar destinada a indústria, ou seja, será o preço da cana-de-açúcar determinado pelo CONSECANA/PR/Campo, descontando o ICMS, CONFINS e PIS,

**§ Terceiro:** O **PARCEIRO OUTORGANTE** concorda que a forma de retribuição da cana-de-açúcar obedecerá aos mesmos critérios e normas que vigorarem para os demais cooperados da COPAGRA.

**§ Quarto:** Havendo impedimento ao acesso dos **PARCEIROS OUTORGADOS** à área descrita no "caput" da Clausula Primeira, por ação de terceiros tornando impossível a colheita, não haverá qualquer tipo de retribuição o **PARCEIRO OUTORGANTE**.

*Guilherme de Souza Figueiredo A.T. - S. P. -*  
*Luiz José dos Santos*

*Luciana A. Savina*  
*(M)*





§ **Quinto:** Para fins do repasse descrito no "caput" da presente cláusula será excluída a área ocupada com carregadores externos.

§ **Sexto:** O pagamento da presente Parceria será feito, pela COPAGRA, em nome da Inventariante Sr<sup>a</sup> Célia Regina Canhetti Postigo.

§ **Sétimo:** Os **PARCEIROS OUTORGADOS** comprometem-se a fazer adiantamento ao **PARCEIRO OUTORGANTE**, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que será pago no dia 30 de setembro de 2006, o qual será indexado em toneladas de cana-de-açúcar, na data de sua efetivação, pela mesma cotação do parágrafo segundo, que serão compensados eqüitativamente nos primeiros pagamentos da presente parceria, no ano de 2008, até a amortização total, do referido adiantamento.

#### CLÁUSULA QUINTA:

Todas as despesas com a fundação da lavoura, custeio dos tratos culturais, insumos e defensivos, bem como, o corte, carregamento e transporte, serão por conta exclusiva dos **PARCEIROS OUTORGADOS**, que procederá a colheita pelo sistema usual, inclusive com emprego de fogo.

#### CLÁUSULA SEXTA:

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** se comprometem a fazer um projeto técnico da área ora contratada e cumpri-lo, aplicando as normas técnicas e agronômicas recomendadas para a lavoura implantada, inclusive quanto à conservação de solo, controle de erosão, adubação química anual de acordo com a necessidade da cultura, buscando sempre a proteção social e econômica, conforme prevê o artigo 13 do Decreto 59.566/66 de 14/11/1966.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** poderão contratar empréstimos e financiamentos agrícolas junto aos estabelecimentos de créditos, oficiais ou particulares, somente sobre a parte de produção que lhe cabe, podendo esta produção ser oferecida em garantia, resguardando, portanto, à parte da produção do **PARCEIRO OUTORGANTE** e eximindo-o de quaisquer responsabilidades por eventuais empréstimos ou financiamentos agrícolas contraídos, obrigando-se o **PARCEIRO OUTORGANTE** a fornecer a anuência formal quando exigido pelos estabelecimentos de créditos.

§ **Único:** Caso os **PARCEIROS OUTORGADOS** venham a contratar empréstimos e financiamento agrícola será obrigatório que não conste cláusulas que impeça ou retarde o **PARCEIRO OUTORGANTE** a devolução de suas terras na forma ora contratada.

*Guilherme de A. C. Gomes - Antônio G. J. M.*

*Luciana A. Farina*

*Luiz José dos Santos*

*(S)*



**CLÁUSULA OITAVA :**

Ficam autorizados, desde já, todas as inscrições, averbações, registros e outros atos que se fizerem necessários ao bom desempenho desta avença, correndo as despesas com estas formalidades exclusivamente por conta dos **PARCEIROS OUTORGADOS**.

**CLÁUSULA NONA:**

Os prejuízos causados aos vizinhos pelas atividades desenvolvidas (plantio e cultivo de lavoura de cana-de-açúcar) na área são de responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGADOS**.

**CLAUSULA DÉCIMA :**

Serão de responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGADOS** as despesas oriundas do uso de mão-de-obra, do pessoal que contratar para o plantio, adubação, carpa, colheita e condução geral das lavouras, tanto no que diz a remuneração legal, como os encargos trabalhistas sociais, securitários e previdenciários devidos, bem como, qualquer indenização devida aos empregados utilizados na exploração da parceira, quer decorrentes de acidentes de trabalho, quer em razão de serviços prestados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

Será de responsabilidade dos **PARCEIROS OUTORGADOS** manter limpas todas as áreas que margeiam a área, evitando que fogo possa atingir outras propriedades.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

Deverão aos **PARCEIROS OUTORGADOS** nas áreas destinadas a preservação ambiental, evitar a sua destruição quando for utilizado fogo na área ocupada pela cana-de-açúcar, respondendo pelos prejuízos que esta omissão ocasionar. Em ocorrendo qualquer dano na área de matas deverá esta se responsabilizar pelo replantio das árvores e despesas dele decorrentes e arcar com eventuais multas aplicadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

Os sub-produtos originários da lavoura a ser explorada pelos **PARCEIROS OUTORGADOS**, serão exclusivamente por ela utilizados.

*Guilherme de A. F. F. - Adv. G.º*

*Luiz José dos Santos*

*Juciana L. L. L.*  
*Op*



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Se o **PARCEIRO OUTORGANTE** alienar o imóvel rural objeto deste contrato, os **PARCEIROS OUTORGADOS** terão preferência em igualdade de condições e preço, na hipótese do mesmo ser vendido a terceiros, estes terão de aceitar o conteúdo da presente avença até seu vencimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

O contratante que deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato, deverá arcar com a multa no valor correspondente a 8.000 (oito mil) toneladas de cana-de-açúcar em favor da parte inocente, e tendo esta o direito de rescindir o presente de pleno direito, se assim lhe convier.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Os **PARCEIROS OUTORGADOS** autorizam através deste contrato que as toneladas de cana-de-açúcar constantes do parágrafo primeiro da Cláusula Quarta do presente instrumento sejam descontadas da produção entregue e creditar as referidas toneladas a crédito da **PARCEIRA OUTORGANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Na referida área existe uma plantação de café, cuja área permanecerá a critério dos **PARCEIROS OUTORGADOS**, cuja renda desta lavoura será totalmente dos **PARCEIROS OUTORGADOS**. Sendo que a remuneração para a **PARCEIRA OUTORGANTE** será em tonelagem de cana-de-açúcar, conforme consta na Cláusula segunda do presente instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Fica convencionado que este contrato é firmado em caráter irrevogável, não havendo arrependimento de forma alguma, obrigando-se não só seus signatários, como também seus herdeiros e sucessores que ficarão subrogados em todas as suas cláusulas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná, para que nele sejam dirimidas as dúvidas oriundas do presente.

E por estarem assim justos e contratados aceitam este instrumento nos termos em que está redigido, assinando-o em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente na presença de 04 (quatro) testemunhas abaixo que a tudo assistiram.

Nova Londrina, 31 de julho de 2006.

*Guacirino de Lc. Hansen.*

*Antonio G. P.*

*Fuzana D. Savina*  
*Qb.*

*Luiz José dos Santos*



PARCEIROS OUTORGANTES

*Geraldo Antônio Farina*  
GERALDO ANTÔNIO FARINA

*Luiz José dos Santos*  
LUIZ JOSÉ DOS SANTOS

*Jucana Angela Farina*  
JUÇANA ANGELA FARINA

*Jucelino Félix Farina*  
JUCELINO FÉLIX FARINA

*Nelson Canhetti Postigo*  
Espólio de Nelson Canhetti Postigo

PARCEIRO OUTORGANTE

TESTEMUNHAS:

*João Maria*

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\* IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA  
\* STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA

RELATORIO DE INFORMACOES GERAIS POR IMOVEL/LOTE

ITC  
DATA 15/08/2001  
PAG. 1  
PROG. 1

\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA

NOME = PARANAVAI

AREA TOTAL =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO AUTOS PC =

DATA PUBLICACAO =

NUMERO LANCAMENTO =

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA RETIF. SENTENCA =

DATA HOMOLOGACAO =

NUMERO REGISTRO =

PROTOCOLO PC =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

CARTA GEOGRAFICA =

BAIRRO =

DATA APROV. TECNICA =

AUTOS DISCR. ADM. =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

NUMERO FOLHAS. =

DATA APROVACAO =

DATA DESPACHO TITULO =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112684 \*\*\*

NUMERO TITULO = 525

DATA EMISSAO = 10/12/1980

DATA PROTOCOLO =

DATA CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \*

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = PROTS 6285/64 E 1647/87 NELSON CANHETTI POSTIGO

NUMERO LIVRO =

AREA LOTE = 22,7000

DATA ANULACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

NUMERO LOTE = 195

NUMERO PROTOCOLO =

1. PARC

2. PARC

3. PARC

4. PARC

5. PARC

6. PARC

7. PARC

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

GC/CPF =

OGRADEIRO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

AIRRO = CAPANEMA

OME MAE =

ST. CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.598.162/0001-78

NUMERO = 1206

MUNICIPIO = CURITIBA

NOME PAI =

DATA NASC. =



IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA

RELATORIO DE INFORMACOES GERAIS POR IMOVEL/LOTE

\* DATA 15/08/2007 \*

\* PAG. 1 \*

\* PROG. STTP651 \*



\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA

NOME = PARANAVAI

AREA TOTAL =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO AUTOS PC =

DATA PUBLICACAO =

NUMERO LANCAMENTO =

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA RETIF. SENTENCA =

DATA HOMOLOGACAO =

NUMERO REGISTRO =

PROTOCOLO PC =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

CARTA GEOGRAFICA =

BAIRRO =

DATA APPROV. TECNICA =

AUTOS DISCR. ADM. =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

NUMERO FOLHAS =

DATA APROVACAO =

DATA DESPACHO TITULO =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112685 \*\*\*

NUMERO TITULO = 526

DATA EMISSAO = 10/12/1980

DATA PROTOCOLO =

DATA CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \* 1. PARC 2. PARC 3. PARC 4. PARC 5. PARC 6. PARC 7. PARC

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = PROTS 6285/64 E 1647/87 NELSON CANHETTI POSTIGO

NUMERO LIVRO =

AREA LOTE = 22,7000

DATA ANULACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

NUMERO LOTE = 196

NUMERO PROTOCOLO =

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

CGC/CPF =

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOCCAS

BAIRRO = CAPANEMA

NOME MAE =

EST. CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/ME 68.596.162/0001-78

NUMERO = 1206

MUNICIPIO = CURITIBA

NOME PAI =

DATA NASC. =



\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA  
NOME = PARANAVAI  
AREA TOTAL =  
DATA SENTENCA = 31/05/1963  
PROTOCOLO DISCR. ADM. =  
DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =  
NUMERO AUTOS PC =  
DATA PUBLICACAO =  
NUMERO LANÇAMENTO =

DESCRICAO = GLERA RIBEIRAO DO TIGRE  
MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA  
N. PROCES. MEDICAO = 6150  
DATA RETIF. SENTENCA =  
DATA HOMOLOGACAO =  
NUMERO REGISTRO =  
PROTOCOLO PC =  
DIARIO OFICIAL PUBLIC. =  
CARTA GEOGRAFICA =

BAIRRO =  
DATA APROV. TECNICA =  
AUTOS DISCR. ADM. =  
DATA PÚBLIC. HOMOLOG. =  
NUMERO FOLHAS =  
DATA APROVACAO =  
DATA DESPACHO TITULO =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112715 \*\*\*

NUMERO TITULO = 527  
DATA MISSAO = 10/12/1980  
DATA PROTOCOLO =  
DATA CERTIF. QUITACAO =  
TIPO REGISTRO =  
ESPECIE = 6 INCORPORACAO  
\* PAGAMENTOS \* 1. PARC 2. PARC 3. PARC 4. PARC 5. PARC 6. PARC 7. PARC  
DATA VENCIMENTO  
VALOR PRESTACAO  
DATA PAGAMENTO  
OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS-

NUMERO LIVRO =  
AREA LOTE = 22,7000  
DATA ANULACAO =  
NUM. CERTIF. QUITACAO =

NUMERO LOTE = 261  
NUMERO PROTOCOLO =

TIGO  
\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =  
CGC/CPF =  
LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS  
BAIRRO = CAPANEMA  
NOME MAE =  
EST CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

NUMERO = 1206  
MUNICIPIO = CURITIBA  
NOME PAI =  
DATA NASC. =





IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA

RELATORIO DE INFORMACOES GERAIS POR IMOVEL/LOTE

\* DATA 15/08/2007 \*

\* PAG. 1 \*

\* PROG. STIPP651 \*

\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA

NOME = PARANAVAI

AREA TOTAL =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO AUTOS PC =

DATA PUBLICACAO =

NUMERO LANCAMENTO =

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA RETIF. SENTENCA =

DATA HOMOLOGACAO =

NUMERO REGISTRO =

PROTOCOLO PC =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

CARTA GEOGRAFICA =

BAIRRO =

DATA APROV. TECNICA =

AUTOS DISCR. ADM. =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

NUMERO FOLHAS =

DATA APROVACAO =

DATA DESPACHO TITULO =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112716 \*\*\*

NUMERO TITULO = 528

DATA EMISSAO = 10/12/1980

DAL. PROTOCOLO =

DAL. CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \*

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS-

TIGO

NUMERO LIVRO =

AREA LOTE =

DATA ANULACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

NUMERO LOTE = 262

NUMERO PROTOCOLO =

1. PARC

2. PARC

3. PARC

4. PARC

5. PARC

6. PARC

7. PARC

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

CGC/CPF =

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

BAIRRO = CAPANEMA

NOME MAE =

EST. CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

NUMERO = 1206

MUNICIPIO = CURITIBA

NOME PAI =

DATA NASC. =





\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

NOME = PARANAVALI

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

BAIRRO =

AREA TOTAL =

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA APROV. TECNICA =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

DATA RETIF. SENTENCA =

AUTOS DISCR. ADM. =

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DATA HOMOLOGACAO =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO REGISTRO =

NUMERO FOLHAS =

NUMERO AUTOS PC =

PROTOCOLO PC =

DATA APROVACAO =

DATA PUBLICACAO =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

DATA DESPACHO TITULO =

NUMERO LANÇAMENTO =

CARTA GEOGRAFICA =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112784 \*\*\*

NUMERO TITULO = 536

NUMERO LIVRO =

NUMERO LOTE = 308B

DATA EMISSAO = 10/12/1980

AREA LOTE = 2,8000

NUMERO PROTOCOLO =

DATA PROTOCOLO =

DATA ANULACAO =

L. CERTIF. QUITACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \*

1. PARC

2. PARC

3. PARC

4. PARC

5. PARC

6. PARC

7. PARC

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

CGC/CPF =

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

BAIRRO = CAPANEMA

NOME MAE =

EST. CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

NUMERO = 1206

MUNICIPIO = CURITIBA

NOME PAI =

DATA NASC. =



\* IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA \*  
\* STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA \* RELATORIO DE INFORMACOES GERAIS POR IMOVEL/LOTE

\* DATA 15/08/2007 \*  
\* PAG. 1 \*  
\* PROG. STTPP651 \*

\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL-COLONIA

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

NOME = PARANAVAI

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

BAIRRO =

AREA TOTAL =

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA APROV. TECNICA =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

DATA RETIF. SENTENCA =

AUTOS DISCR. ADM. =

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DATA HOMOLOGACAO =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO REGISTRO =

NUMERO FOLHAS =

NUMERO AUTOS PC =

PROTOCOLO PC =

DATA APROVACAO =

DATA PUBLICACAO =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

DATA DESPACHO TITULO =

NUMERO LANCAMENTO =

CARTA GEOGRAFICA =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112785 \*\*\*

NUMERO TITULO = 537

NUMERO LIVRO =

NUMERO LOTE = 309

DATA EMISSAO = 10/12/1980

AREA LOTE = 10,5800

NUMERO PROTOCOLO =

DATA PROTOCOLO =

DATA ANULACAO =

B. CERTIF. QUITACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \* 1. PARC 2. PARC 3. PARC 4. PARC 5. PARC 6. PARC 7. PARC

DATA VENCIMENTO =

VALOR PRESTACAO =

DATA PAGAMENTO =

OBSERVACAO SUCINTA = SUBDIV. - PROTOC. 6414/79 - 6585/64 - NELSON CANHETTI POSTI-

GO

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

CGC/CPF =

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

NUMERO = 1206

BAIRRO = CAPANEMA

MUNICIPIO = CURITIBA

NOME MAE =

NOME PAI =

EST. CIVIL =

DATA NASC. =





\* IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA \*  
\* STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA \* RELATORIO DE INFORMACOES GERAIS POR IMOVEL/LOTE  
\*

\* DATA 15/08/2007 \*  
\* PAG. 1 \*  
\* PROG. STTPP651 \*

\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

NOME = PARANAVAI

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

BAIRRO =

AREA TOTAL =

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA APROW. TECNICA =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

DATA RETIF. SENTENCA =

AUTOS DISCR. ADM. =

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DATA HOMOLOGACAO =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO REGISTRO =

NUMERO FOLHAS =

NUMERO AUTOS PC =

PROTOCOLO PC =

DATA APROVACAO =

DATA PUBLICACAO =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

DATA DESPACHO TITULO =

NUMERO LANCAMENTO =

CARTA GEOGRAFICA =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112766 \*\*\*

NUMERO TITULO = 538

NUMERO LIVRO =

NUMERO LOTE = 310

DATA EMISSAO = 10/12/1980

AREA LOTE = 13,6000

NUMERO PROTOCOLO =

DATA PROTOCOLO =

DATA ANULACAO =

DI. CERTIF. QUITACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \*

1. PARC

2. PARC

3. PARC

4. PARC

5. PARC

6. PARC

7. PARC

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = PROTS 6285/64 E 1647/87 NELSON CANHETTI POSTIGO

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

CGC/CPT =

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

BAIRRO = CAPANEMA

NOME MAE =

EST. CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

NUMERO = 1206

MUNICIPIO = CURITIBA

NOME PAI =

DATA NASC. =



\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

NOME = PARANAVAI

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

BAIRRO =

AREA TOTAL =

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA APROV. TECNICA =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

DATA RETIF. SENTENCA =

AUTOS DISCR. ADM. =

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DATA HOMOLOGACAO =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO REGISTRO =

NUMERO FOLHAS =

NUMERO AUTOS PC =

PROTOCOLO PC =

DATA APROVACAO =

DATA PUBLICACAO =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

DATA DESPACHO TITULO =

NUMERO LANCAMENTO =

CARTA GEOGRAFICA =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112767 \*\*\*

NUMERO TITULO = 539

NUMERO LIVRO =

NUMERO LOTE = 311

DATA EMISSAO = 10/12/1980

AREA LOTE = 12,6300

NUMERO PROTOCOLO =

DATA PROTOCOLO =

DATA ANULACAO =

DA CERTIF. QUITACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \*

1. PARC

2. PARC

3. PARC

4. PARC

5. PARC

6. PARC

7. PARC

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS-

TIGO

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

CGC/CPF =

NUMERO = 1206

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

MUNICIPIO = CURITIBA

BAIRRO = CAPANEMA

NOME PAI =

NOME MAE =

DATA NASC. =

EST. CIVIL =





\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

NOME = PARANAVAI

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

BAIRRO =

AREA TOTAL =

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA APROV. TECNICA =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

DATA RETIF. SENTENCA =

AUTOS DISCR. ADM. =

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DATA HOMOLOGACAO =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO REGISTRO =

NUMERO FOLHAS =

NUMERO AUTOS PC =

PROTOCOLO PC =

DATA APROVACAO =

DATA PUBLICACAO =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

DATA DESPACHO TITULO =

NUMERO LANCAMENTO =

CARTA GEOGRAFICA =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112768 \*\*\*

NUMERO TITULO = 540

NUMERO LIVRO =

NUMERO LOTE = 312

DATA EMISSAO = 10/12/1980

AREA LOTE = 12,6300

NUMERO PROTOCOLO =

DATA PROTOCOLO =

DATA ANULACAO =

DATA CERTIF. QUITACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \*

1. PARC

2. PARC

3. PARC

4. PARC

5. PARC

6. PARC

7. PARC

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS-

TIGO

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

CGC/CPE =

NUMERO = 1206

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

MUNICIPIO = CURITIBA

BAIRRO = CAPANEMA

NOME PAI =

NOME MAE =

DATA NASC. =

EST. CIVIL =





IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA

RELATORIO DE INFORMACOES GERAIS POR IMOVEL/LOTE

\* DATA 15/08/2007 \*

\* PAG. 1 \*

\* PROG. STIPP651 \*

\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA

NOME = PARANAVAI

AREA TOTAL =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO AUTOS PC =

DATA PUBLICACAO =

NUMERO LANÇAMENTO =

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA RETIP. SENTENCA =

DATA HOMOLOGACAO =

NUMERO REGISTRO =

PROTOCOLO PC =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

CARTA GEOGRAFICA =

BAIRRO =

DATA APROV. TECNICA =

AUTOS DISCR. ADM. =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

NUMERO FOLHAS =

DATA APROVACAO =

DATA DESPACHO TITULO =



\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112769 \*\*\*

NUMERO TITULO = 541

DATA EMISSAO = 10/12/1980

DATA PROTOCOLO =

DATA CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \*

1. PARC 2. PARC 3. PARC

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA

= 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS-

TIGO

NUMERO LIVRO =

AREA LOTE =

DATA ANULACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

NUMERO LOTE = 313

NUMERO PROTOCOLO =

4. PARC

5. PARC

6. PARC

7. PARC

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

CGC/CPF =

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

BAIRRO = CAPANEMA

NOME MAE =

EST. CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

NUMERO = 1206

MUNICIPIO = CURITIBA

NOME PAI =

DATA NASC. =





\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

|                            |                                     |                         |
|----------------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| TIPO IMOVEL = CL. COLONIA  | DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE | BAIRRO =                |
| NOME = PARANAVAI           | MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA      | DATA APROV. TECNICA =   |
| AREA TOTAL =               | N. PROCES. MEDICAO = 6150           | AUTOS DISCR. ADM. =     |
| DATA SENTENCA = 31/05/1963 | DATA RETIF. SENTENCA =              | DATA PUBLIC. HOMOLOG. = |
| PROTOCOLO DISCR. ADM. =    | DATA HOMOLOGACAO =                  | NUMERO FOLHAS =         |
| DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =  | NUMERO REGISTRO =                   | DATA APROVACAO =        |
| NUMERO AUTOS PC =          | PROTOCOLO PC =                      | DATA DESPACHO TITULO =  |
| DATA PUBLICACAO =          | DIARIO OFICIAL PUBLIC. =            |                         |
| NUMERO LANCAMENTO =        | CARTA GEOGRAFICA =                  |                         |

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112770 \*\*\*

|   |   |                    |
|---|---|--------------------|
| NUMERO TITULO = 542   | NUMERO LIVRO =  | NUMERO LOTE = 314  |
| DATA EMISSAO = 10/12/1980   | AREA LOTE = 12,6300                                     | NUMERO PROTOCOLO = |
| DATA PROTOCOLO =  | DATA ANULACAO =   |                    |
| DATA CERTIF. QUITACAO =   | NUM. CERTIF. QUITACAO =                                 |                    |
| TIPO REGISTRO =   |   |                    |
| ESPECIE = 6 INCORPORACAO  |   |                    |
| * PAGAMENTOS *  | 1. PARC 2. PARC 3. PARC 4. PARC 5. PARC 6. PARC 7. PARC |                    |
| DATA VENCIMENTO   |   |                    |
| VALOR PRESTACAO   |   |                    |
| DATA PAGAMENTO  |   |                    |
| OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS- |   |                    |
| CIGO  |   |                    |

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| REG. GERAL =                         | IDENTIFICACAO = CGC/ME 68.596.162/0001-78 |
| CGC/CPF =                            |   |
| LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS | NUMERO = 1206                             |
| BAIRRO = CAPANEMA                    | MUNICIPIO = CURITIBA                      |
| NOME MAE =                           | NOME PAI =                                |
| EST. CIVIL =                         | DATA NASC. =                              |



\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*



|                            |                                     |                         |
|----------------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| TIPO IMOVEL = CL COLONIA   | DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE | BAIRRO =                |
| NOME = PARANAVAI           | MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA      |                         |
| AREA TOTAL =               | N. PROCES. MEDICAO = 6150           | DATA APROV. TECNICA =   |
| DATA SENTENCA = 31/05/1963 | DATA RETIF. SENTENCA =              | AUTOS DISCR. ADM. =     |
| PROTOCOLO DISCR. ADM. =    | DATA HOMOLOGACAO =                  | DATA PUBLIC. HOMOLOG. = |
| DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =  | NUMERO REGISTRO =                   | NUMERO FOLHAS =         |
| NUMERO AUTOS PC =          | PROTOCOLO PC =                      | DATA APROVACAO =        |
| DATA PUBLICACAO =          | DIARIO OFICIAL PUBLIC. =            | DATA DESPACHO TITULO =  |
| NUMERO LANÇAMENTO =        | CARTA GEOGRAFICA =                  |                         |

\*\*\* TITULOS \*\*\*  
\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112734 \*\*\*

|                           |                         |                    |
|---------------------------|-------------------------|--------------------|
| NUMERO TITULO = 529       | NUMERO LIVRO =          | NUMERO LOTE = 280  |
| DATA EMISSAO = 10/12/1980 | AREA LOTE = 12,6300     | NUMERO PROTOCOLO = |
| DATA PROTOCOLO =          | DATA ANULACAO =         |                    |
| DATA CERTIF. QUITACAO =   | NUM. CERTIF. QUITACAO = |                    |
| TIPO REGISTRO =           |                         |                    |
| ESPECIE = 6 INCORPORACAO  |                         |                    |
| PAGAMENTOS *              | 1. PARC                 | 2. PARC            |
|                           | 3. PARC                 | 4. PARC            |
|                           | 5. PARC                 | 6. PARC            |
|                           |                         | 7. PARC            |

DATA VENCIMENTO  
VALOR PRESTACAO  
DATA PAGAMENTO  
OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT. 1647/87 NELSON C POS

~~GO~~ O TITULO ACIMA FOI ANULADO EM 12/11/1998, EM COMPRIME  
NTO A DESPACHO EXARADO PELO SR. DIRETOR PRESIDENTE DO IAP EM  
1/11/1998 NO PROT. N. 3488799-3 - SID

\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| REG. GERAL =                         | IDENTIFICACAO = CGC/ME 68.596.162/0001-78 |
| CGC/CPF =                            |   |
| LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOCCAS | NUMERO = 1206                             |
| BAIRRO = CAPANEMA                    | MUNICIPIO = CURITIBA                      |
| NOME MAE =                           | NOME PAI =                                |
| IS. JIL =                            | DATA NASC. =                              |





\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

TIPO IMOVEL = CL COLONIA

DESCRICAO = ELEBA RIBEIRAO DO TIGRE

NOME = PARANAVAI

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

BAIRRO =

AREA TOTAL =

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA APROV. TECNICA =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

DATA RETIF. SENTENCA =

AUTOS DISCR. ADM. =

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DATA HOMOLOGACAO =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO REGISTRO =

NUMERO FOLHAS =

NUMERO AUTOS PC =

PROTOCOLO PC =

DATA APROVACAO =

DATA PUBLICACAO =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

DATA DESPACHO TITULO =

NUMERO LANCAMENTO =

CARTA GEOGRAFICA =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112735 \*\*\*

NUMERO TITULO = 530

NUMERO LIVRO =

NUMERO LOTE = 281

DATA EMISSAO = 10/12/1980

AREA LOTE = 12,6300

NUMERO PROTOCOLO =

DATA PROTOCOLO =

DATA ANULACAO =

DATA RETIF. QUITACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \*

1. PARC

2. PARC

3. PARC

4. PARC

5. PARC

6. PARC

7. PARC

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1687/87 NELSON C POS-

TIGO - O TITULO ACIMA FOI ANULADO EM 12/11/1998, EM CUMPRIME

NTO A DESPACHO DO SR. DIRETOR DO IAP, EXARADO EM 11/11/1998N

NO PROT. N. 34887993 SID

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

IDENTIFICACAO = CGC/ME 68.596.162/0001-78

CGC/CPF =

NUMERO = 1206

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

MUNICIPIO = CURITIBA

BAIRRO = CAPANEMA

NOME PAI =

NOME MAE =

DATA NASC. =

ES. CIVIL =



IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA \* RELATORIO DE INFORMACOES GERAIS POR IMOVEL/LOTE

\* DATA 15/08/2007 \*

\* PAG. 1 \*

\* PROG. STTP651 \*

\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*



TIPO IMOVEL = CL COLONIA

DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE

NOME = PARANAVAL

MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA

BAIRRO =

AREA TOTAL =

N. PROCES. MEDICAO = 6150

DATA APROV. TECNICA =

DATA SENTENCA = 31/05/1963

DATA RETIF. SENTENCA =

AUTOS DISCR. ADM. =

PROTOCOLO DISCR. ADM. =

DATA HOMOLOGACAO =

DATA PUBLIC. HOMOLOG. =

DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =

NUMERO REGISTRO =

NUMERO FOLHAS =

NUMERO AUTOS PC =

PROTOCOLO PC =

DATA APROVACAO =

DATA PUBLICACAO =

DIARIO OFICIAL PUBLIC. =

DATA DESPACHO TITULO =

NUMERO LANCAMENTO =

CARTA GEOGRAFICA =

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112736 \*\*\*

NUMERO TITULO = 531

NUMERO LIVRO =

NUMERO LOTE = 282

DATA EMISSAO = 10/12/1980

AREA LOTE = 12,6300

NUMERO PROTOCOLO =

DATA PROTOCOLO =

DATA ANULACAO =

DATA CERTIF. QUITACAO =

NUM. CERTIF. QUITACAO =

TIPO REGISTRO =

ESPECIE = 6 INCORPORACAO

\* PAGAMENTOS \*

1. PARC

2. PARC

3. PARC

4. PARC

5. PARC

6. PARC

7. PARC

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS-

TGO - O TITULO ACIMA FOI ANULADO EM 12/11/1998 EM CUMPRIMEN

\* TO A DESPACHO DO SR. DIRETOR PRESIDENTE DO IAP EXARADO EM 11  
11/1998, NO PROT. N. 3488799-3 SID

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

IDENTIFICACAO = CGC/ME 68.596.162/0001-78

CGC/CPF =

NUMERO = 1206

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOQUEAS

MUNICIPIO = CURITIBA

BAIRRO = CAPANEMA

NOME PAI =

NOME MAE =

DATA NASC. =

ESPOSO =



\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

|                            |                                     |                         |
|----------------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| TIPO IMOVEL = CL COLONIA   | DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE |                         |
| NOME = PARANAVAI           | MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA      | BAIRRO =                |
| AREA TOTAL =               | N. PROCES. MEDICAO = 6150           | DATA APROV. TECNICA =   |
| DATA SENTENCA = 31/05/1963 | DATA RETIF. SENTENCA =              | AUTOS DISCR. ADM. =     |
| PROTOCOLO DISCR. ADM. =    | DATA HOMOLOGACAO =                  | DATA PUBLIC. HOMOLOG. = |
| DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =  | NUMERO REGISTRO =                   | NUMERO FOLHAS =         |
| NUMERO AUTOS PC =          | PROTOCOLO PC =                      | DATA APROVACAO =        |
| DATA PUBLICACAO =          | DIARIO OFICIAL PUBLIC. =            | DATA DESPACHO TITULO =  |
| NUMERO LANCAMENTO =        | CARTA GEOGRAFICA =                  |                         |

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112737 \*\*\*

|                           |                         |                    |
|---------------------------|-------------------------|--------------------|
| NUMERO TITULO = 532       | NUMERO LIVRO =          | NUMERO LOTE = 283  |
| DATA EMISSAO = 10/12/1980 | AREA LOTE = 12,6300     | NUMERO PROTOCOLO = |
| DATA PROTOCOLO =          | DATA ANULACAO =         |                    |
| DATA CERTIF. QUITACAO =   | NUM. CERTIF. QUITACAO = |                    |
| TIPO REGISTRO =           |                         |                    |
| ESPECIE = 6 INCORPORACAO  |                         |                    |
| * PAGAMENTOS *            | 1. PARC                 | 2. PARC            |
|                           | 3. PARC                 | 4. PARC            |
|                           | 5. PARC                 | 6. PARC            |
|                           | 7. PARC                 |                    |

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS-

TIGO O TITULO ACIMA FOI ANULADO EM 12/11/1998 EM CUPRIMENTO

A DESPACHO DO SR. DIRETOR PRESIDENTE DO IAP, EXARADO EM 11/1  
/1998, NO PROT. N. 3488799-3 SID

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

CGC/CPF =

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

BAIRRO = CAPANEMA

NOME =

EDA CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

NUMERO = 1206

MUNICIPIO = CURITIBA

NOME PAI =

DATA NASC. =



IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ  
STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANÁ RELATORIO DE INFORMACOES GERAIS POR IMOVEL/LOTE

\* DATA 15/08/2007 \*  
\* PAG. 1 \*  
\* PROG. STTP651 \*

\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

|                            |                                     |                         |
|----------------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| TIPO IMOVEL = CL COLONIA   | DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE | BAIRRO =                |
| NOME = PARANAVAL           | MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA      |                         |
| AREA TOTAL =               | N. PROCS. MEDICAO = 6150            | DATA APROV. TECNICA =   |
| DATA SENTENCA = 31/05/1963 | DATA RETIF. SENTENCA =              | AUTOS DISCR. ADM. =     |
| PROTOCOLO DISCR. ADM. =    | DATA HOMOLOGACAO =                  | DATA PUBLIC. HOMOLOG. = |
| DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =  | NUMERO REGISTRO =                   | NUMERO FOLHAS =         |
| NUMERO AUTOS PC =          | PROTOCOLO PC =                      | DATA APROVACAO =        |
| DATA PUBLICACAO =          | DIARIO OFICIAL PUBLIC. =            | DATA DESPACHO TITULO =  |
| NUMERO LANCAMENTO =        | CARTA GEOGRAFICA =                  |                         |

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112738 \*\*\*

|                           |                         |                    |
|---------------------------|-------------------------|--------------------|
| NUMERO TITULO = 533       | NUMERO LIVRO =          | NUMERO LOTE = 284  |
| DATA EMISSAO = 10/12/1980 | AREA LOTE = 12,6300     | NUMERO PROTOCOLO = |
| DATA PROTOCOLO =          | DATA ANULACAO =         |                    |
| L. CERTIF. QUITACAO =     | NUM. CERTIF. QUITACAO = |                    |
| TIPO REGISTRO =           |                         |                    |
| ESPECIE = 6 INCORPORACAO  |                         |                    |
| * PAGAMENTOS *            | 1. PARC                 | 2. PARC            |
|                           | 3. PARC                 | 4. PARC            |
|                           | 5. PARC                 | 6. PARC            |
|                           |                         | 7. PARC            |

DATA VENCIMENTO

VALOR PRESTACAO

DATA PAGAMENTO

OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS-

TIGO - O TITULO ACIMA FOI ANULADO EM 12/11/1998 EM COMPRIMEN

TO A DESPACHO DO SR. DIRETOR PRESIDENTE DO IAP EXARADO EM 11  
/11/1998, NO PROT. N. 3488799-3 SID

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =

CGC/CPF =

LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS

BAIRRO = CAPANEMA

FORMA MAE =

1. CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78

NUMERO = 1206

MUNICIPIO = CURITIBA

NOME PAI =

DATA NASC. =



\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

|                            |                                     |                         |
|----------------------------|-------------------------------------|-------------------------|
| TIPO IMOVEL = CL COLONIA   | DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE | BAIRRO =                |
| NOME = HARANAVAI           | MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA      |                         |
| AREA TOTAL =               | N. PROCES. MEDICAO = 6150           | DATA APROV. TECNICA =   |
| DATA SENTENCA = 31/05/1963 | DATA RETIF. SENTENCA =              | AUTOS DISCR. ADM. =     |
| PROTOCOLO DISCR. ADM. =    | DATA HOMOLOGACAO =                  | DATA PUBLIC. HOMOLOG. = |
| DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =  | NUMERO REGISTRO =                   | NUMERO FOLHAS =         |
| NUMERO AUTOS PC =          | PROTOCOLO PC =                      | DATA APROVACAO =        |
| DATA PUBLICACAO =          | DIARIO OFICIAL PUBLIC. =            | DATA DESPACHO TITULO =  |
| NUMERO LANCAMENTO =        | CARTA GEOGRAFICA =                  |                         |

\*\*\* TITULOS \*\*\*

\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112739 \*\*\*

|                           |   |                    |
|---------------------------|---|--------------------|
| NUMERO TITULO = 534       | NUMERO LIVRO =  | NUMERO LOTE = 285  |
| DATA EMISSAO = 10/12/1980 | AREA LOTE = 12,6300                                     | NUMERO PROTOCOLO = |
| DATA PROTOCOLO =          | DATA ANULACAO =   |                    |
| DI. CERTIF. QUITACAO =    | NUM. CERTIF. QUITACAO =                                 |                    |
| TIPO REGISTRO =           |   |                    |
| ESPECIE = 6 INCORPORACAO  |   |                    |
| * PAGAMENTOS *            | 1. PARC 2. PARC 3. PARC 4. PARC 5. PARC 6. PARC 7. PARC |                    |
| DATA VENCIMENTO           |   |                    |
| VALOR PRESTACAO           |   |                    |
| DATA PAGAMENTO            |   |                    |

OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO PROT 1647/87 NELSON C POS-

TIGO - O TITULO ACIMA FOI ANULADO EM 12/11/1998 EM CUMPRIMEN

TO A DESPACHO DO SR. DIRETOR PRESIDENTE DO IAP EXARADO EM 11

11/1998. NO PROT. N. 3488799-3 SID

\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

REG. GERAL =  
CGC/CPF =  
LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS  
BAIRRO = CAPANEMA  
NOME PAI =  
E. CIVIL =

IDENTIFICACAO = CGC/ME 68.596.162/0001-78

NUMERO = 1206  
MUNICIPIO = CURITIBA  
NOME PAI =  
DATA NASC. =





\*\*\* CODIGO IMOVEL = 0347132 \*\*\*

|                            |                                     |
|----------------------------|-------------------------------------|
| TIPO IMOVEL = CL COLONIA   | DESCRICAO = GLEBA RIBEIRAO DO TIGRE |
| NOME = PARANAVAI           | MUNICIPIO = 3080 NOVA LONDRINA      |
| AREA TOTAL =               | N. PROCES. MEDICAO = 6150           |
| DATA SENTENCA = 31/05/1963 | DATA RETIF. SENTENCA =              |
| PROTOCOLO DISCR. ADM. =    | DATA HOMOLOGACAO =                  |
| DIARIO OFICIAL HOMOLOG. =  | NUMERO REGISTRO =                   |
| NUMERO AUTOS PC =          | PROTOCOLO PC =                      |
| DATA PUBLICACAO =          | DIARIO OFICIAL PUBLIC. =            |
| NUMERO LANCAMENTO =        | CARTA GEOGRAFICA =                  |
|                            | BAIRRO =                            |
|                            | DATA APROV. TECNICA =               |
|                            | AUTOS DISCR. ADM. =                 |
|                            | DATA PUBLIC. HOMOLOG. =             |
|                            | NUMERO FOLHAS =                     |
|                            | DATA APROVACAO =                    |
|                            | DATA DESPACHO TITULO =              |



\*\*\* TITULOS \*\*\*  
\*\*\* NUMERO REGISTRO = 112741 \*\*\*

|                           |                         |                    |
|---------------------------|-------------------------|--------------------|
| NUMERO TITULO = 535       | NUMERO LIVRO =          | NUMERO LOTE = 286A |
| DATA EMISSAO = 10/12/1980 | AREA LOTE = 2,4200      | NUMERO PROTOCOLO = |
| DATA PROTOCOLO =          | DATA ANULACAO =         |                    |
| DATA CERTIF. QUITACAO =   | NUM. CERTIF. QUITACAO = |                    |
| TIPO REGISTRO =           |                         |                    |
| ESPECIE = 6 INCORPORACAO  |                         |                    |
| * PAGAMENTOS *            | 1. PARC                 | 2. PARC            |
|                           | 3. PARC                 | 4. PARC            |
|                           | 5. PARC                 | 6. PARC            |
|                           |                         | 7. PARC            |

DATA VENCIMENTO  
VALOR PRESTACAO  
DATA PAGAMENTO  
OBSERVACAO SUCINTA = 6285/64 - NELSON CANHETTI POSTIGO - O TITULO ACIMA FOI ANULA  
DO EM 12/11/1998 EM CUMPRIMENTO A DESPACHO DO SR. DIRETOR PR  
ESIDENTE DO IAP EXARADO EM 11/11/1998, NO PROT. N. 3488799-3

SID  
\*\*\* NOME TITULADO = INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

NUMERO TITULADO = 119045 \*\*\*

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| REG. GERAL =                         | IDENTIFICACAO = CGC/MF 68.596.162/0001-78 |
| CGC/CPF =                            | NUMERO = 1206                             |
| LOGRADOURO = RUA ENGENHEIRO REBOUCAS | MUNICIPIO = CURITIBA                      |
| Bairro = CAPANEMA                    | NOME PAI =                                |
| NOME AE =                            | DATA NASC. =                              |
| EL CIVIL =                           |   |



**Inf., nº 088/2008**

**ITCG/DITER/AJ**

**Prot.: Nº 9.667.834-7**  
**Int.: Celia R. C. Postigo e Outra**  
**Data: 29/10/2007.**

**Ref.: Ementa da Informação:**  
**Situação dominial dos Lotes, nºs 195, 196, 261, 262, 308/B, 309, 310, 311, 312, 313, 314 e 280 a 286/A, todos localizados na Colônia Paranavaí/Gleba Ribeirão do Tigre, Município de Marilena, Comarca de Nova Londrina.**

Cadastrais existentes neste ITCG/DITER, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná/STT, restou contatado que:

Ante a verificação realizada junto aos Registros

a) o lote, 195, com a área de 22,70 hectares de terras rurais agricultáveis, localizado na **Colônia Paranavaí/Gleba Ribeirão do Tigre, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do ITCG**, para fins de alienação, conforme dispõe o artigo 27 combinado com o artigo 33, III da Lei, nº 7.055 de 04 de dezembro de 1978, **através do Título de Incorporação, nº 525, expedido em 10/12/80, devidamente matriculado no CRI da Comarca de Nova Londrina, sob 3.546 em data de 11/02/81;**

b) igualmente, os lotes, 196, 261 e 262, com áreas de terras igual a do lote 195 ou seja, 22,70 hectares, cuja localização, situação dominial e fins legais, datas de expedição dos Títulos de Incorporação e de Registro de Matrículas, são absolutamente, as mesmas descritas na alínea "a". Porém, fazendo-se mister constar individualmente, apenas, os números dos Títulos de Incorporação e Matrículas dos lotes: 196, 261 e 262, são respectivamente, o seguinte:

b.1) Lote, 196, Título de Incorporação nº 526, Matrícula, nº 3.547, junto ao CRI da Comarca de Nova Londrina;

b.2) Lote, 261, Título de Incorporação, nº 527, Matrícula, nº 3.548, junto ao CRI da Comarca de Nova Londrina;

b.3) Lote, 262, Título de Incorporação, nº 528, Matrícula, nº 3.549, junto ao CRI da Comarca de Nova Londrina.



c) já, o lote, 308/B, com a área de 2,80 hectares de terras, cuja localização, situação dominial e fins legais, datas de expedição dos Títulos de Incorporação e de Registro de Matrículas, é absolutamente, a mesma descrita na alínea "a". Porém, esse lote, 308/B, recebeu o Título de Incorporação, nº 536 e Matrícula, nº 3.557, junto ao CRI da Comarca de Nova Londrina;

d) de igual modo, o lote, 309, com a área de 10,58 hectares de terras, também, cuja localização, situação dominial e fins legais, datas de expedição dos Títulos de Incorporação e de Registro de Matrículas, é absolutamente, a mesma descrita na alínea "a". Cumprindo, esclarecer apenas, que esse lote, 309, recebeu o Título de Incorporação de nº 537 e Matrícula, nº 3.558, perante o CRI da Comarca de Nova Londrina;

e) de igual forma, o lote, 310, com a área de 13,60 hectares de terras, cuja localização, situação dominial e fins legais, datas de expedição dos Títulos de Incorporação e de Registro de Matrículas, é absolutamente, a mesma descrita na alínea "a". Esclarecendo que esse lote, 310, foi titulado sob o nº 538 e com Matrícula, nº 3.563, no CRI da Comarca de Nova Londrina;

f) assim como os lotes, 311, 312, 313 e 314, com áreas de terras, exatamente, iguais, ou seja, 12,63 hectares, cuja localização, situação dominial, previsão legal, datas de expedições e registros dos títulos de Incorporações, são absolutamente, as mesmas descrita na alínea "a". No entanto, faz-se mister, constatar individualmente, apenas os números dos Títulos de Incorporações e Matrículas dos referidos lotes, cujos títulos são: 539, 540, 541 e 542 e matrículas: 3.559, 3.560, 3.561, 3.562, junto ao CRI da Comarca de Nova Londrina;

g) bem assim os lotes: 280, 281, 282, 283, 284, 285 e 286/A, também, com áreas iguais de 12,63 hectares de terras rurais agricultáveis, com exceção do último lote, 286/A, com a área de 2,42 hectares, todos foram incorporados ao patrimônio do ITCG, para fins de alienação. Porém, posteriormente, através do Protocolo nº 3.488. 799-3, subscrito por Nelson Canhetti Postigo, foram anulados, segundo informações as (fls.05 a 07), devido ao despacho de cancelamento as (fls.45) e o parecer 305/98 exarado pela Assessoria Jurídica da SEMA as (fls.52 e 53) desse Protocolo.

h) outrossim, cumpre frisar, que todas as busca e consultas realizadas por essa Diretoria, junto aos arquivos, bancos de dados, registros cadastrais e o sistema informatizado, restou constatado a inexistência de expedição de quaisquer títulos de terras, em nome de: **Celia Regina Canhetti Postigo e Delma Russo Canhetti Postigo.**

Por conseguinte, encaminha-se estes autos de procedimento administrativo à Assessoria Jurídica deste ITCG, para exarar parecer, em face de o somatório das áreas dos lotes ser superior a 100,00 hectares, segundo o preceito do artigo 54, xxx/CE/89.

É a informação.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2008.

  
Roberto A. Gomes  
ITCG/DITER



Parecer nº 004 - AJ/ITCG

Protocolo/SID: nº 9.667.834-7

Interessado: **CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO/E**

Assunto: Requer Regularização Fundiária

### ASSESSORIA JURÍDICA DO ITCG

**Célia Regina Canhetti Postigo**, brasileira, solteira, agropecuarista, portadora da CI.RG. nº 3.377.394-3 e do CPF/MF nº 017.722.058-93 e **Delma Russo Canhetti Postigo**, brasileira, viúva, do lar, portadora da CI.RG. nº 1.086.113-SSP/SP e CPF/MF nº 003.648.229-37, residentes e domiciliadas na Rua Luis Gama nº 801, bairro zona 4, Município de Maringá-PR, estão requerendo junto ao ITCG, “Regularização fundiária dos lotes nº 195, 196, 261, 262, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286/A, 308/B, 309, 310, 311, 312, 313, e 314 da Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranavaí-PR que perfazem 246,50 hectares (cf. Relação de fls.2).”

Instruem devidamente o processo, com as juntadas das cópias dos seus documentos pessoais, demonstrando de forma cabal seus interesses e legitimidade para o pleito em questão.

O Laudo Técnico de fls. 39 a 42, demonstram que as requerentes preenchem os requisitos contidos no artigo 33, III da Lei nº 7055/78, averiguada a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, nada impedindo que sejam os lotes alienados às requerentes.



Instado o DITER/ITCG exarou a seguinte informação, às fls. 150: "Os lotes 195, 196, 261, 262, 308/B, 309, 310, 311, 312, 313 e 314, encontram-se Incorporados ao Patrimônio do ITCG para fins de alienação, conforme dispõe o artigo 27 e 33, III da Lei nº 7055 e por equívocos técnicos os lotes de nºs 280, 281, 282, 283, 284, 285 e 286/A, após **Anulação dos Títulos de Incorporação**, segundo informações às fls. 5 a 7 do Protocolo nº 3.488.799-3, permanecem na pendência de regularização."

A somatória dos lotes a serem alienados às mesmas - incorporados ao patrimônio do ITCG para fins de venda - com os que necessitam destas formalidades, perfazem ~~246,50~~ hectares.

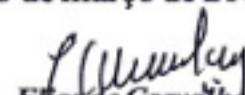
A Constituição do Estado do Paraná, dispõe no artigo 54 que cabe a Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado..., dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, dentre os quais, (XXX) a de aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100,00 hectares.

**PRELIMINARMENTE** se expeça novos títulos para incorporação dos lotes (280, 281, 282, 283, 284, 285 e 286/A) ao patrimônio do ITCG para posterior alienação às requerentes.

Após cumprido o requisito supra-citado, deverá o presente processo ser encaminhado ao Palácio do Governo para ser incluído na mensagem do Senhor Governador à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para que seja feita a Regularização Fundiária requerida.

É o nosso parecer.

Curitiba, 3 de março de 2008.



Elias de Carvalho  
OAB/PR. 12402

- De acordo.
- Ao ITCG/DITER, para os devidos fins.



Dra. Ednéia Ribeiro Alkamin  
OAB/PR. 12.346  
Assessora Jurídica do ITCG



**COORDENADORIA TÉCNICO LEGISLATIVA - CTL**

**INFORMAÇÃO Nº 008/2008 - CTL/CC**

Senhor Diretor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, encaminha para apreciação do Senhor Governador, o requerimento das Senhoras Célia Regina Canhetti Postigo e Delma Russo Canhetti Postigo, através dos Autos de Protocolo nº 9.667.833-9, acerca da regularização fundiária dos Lotes 195, 196, 261, 262, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286-A, 308-B, 309, 310, 311, 312, 313 e 314, Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranavaí, com áreas, respectivamente, de 22,70 ha., 22,70 ha., 22,70 ha., 22,70 ha., 12,63 ha., 12,63 ha., 12,63 ha., 12,63 ha., 12,63 ha., 12,63 ha., 2,42 ha., 2,80 ha., 10,58 ha., 13,60 ha., 12,63 ha., 12,63 ha., 12,63 ha. e 12,63 ha., localizados no Município de Marilena, Comarca de Nova Londrina, com área total de 246,50 ha.

Conforme preconiza a Constituição do Paraná, em seu artigo 54, inciso XXX, compete, privativamente, à Assembléia Legislativa, aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no artigo 49, inciso XVII, da Constituição Federal. Então, o assunto em tela necessita ser apreciado pelos Deputados Estaduais, com o envio, à Casa de Leis, por parte do Senhor Governador, se assim entender o Chefe do Poder Executivo.





Em consonância com a Informação nº 088/2008-ITCG / DITER/AJ (fls.150/151), em nome das requerentes, ~~não foram encontrados dados com expedição de quaisquer títulos de terras.~~

Consta, ainda, do Parecer nº 004- AJ/ITCG, que a vistoria nos imóveis já se procedeu como função do Escritório Regional de Pitanga, constatando-se em laudo a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, podendo os referidos bens serem alienados às requerentes, se os legisladores estaduais aprovarem o presente requerimento.

Desta forma, os Autos de Protocolo podem ser encaminhados para a apreciação e decisão final do Senhor Governador.

CTL/CC, em 18/06/2008.

Luiza M. Pacheco  
Coordenadoria Técnico- Legislativa - CTL



Instituto de Terras  
Cartografia e Geociências

Curitiba, 30 de maio de 2008  
Ofício nº 184/2008 – ITC/GP



GOVERNO DO  
PARANÁ

Elabore-se Mensagem à A.L.E.  
Em — / — / —

Excelentíssimo Senhor Governador,

Roberto Requião  
Governador do Estado

Trata-se de processos de titulação de terras devolutas, em favor de ocupantes que, anteriormente, já receberam títulos de imóveis dessa mesma natureza. O somatório das áreas públicas a eles destinadas, ultrapassa os 100ha. Nesses casos, conforme o artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, exige-se autorização da Assembleia Legislativa do Estado, para a emissão dos títulos.

Por isso, encaminhamos os referidos processos, com Relatório Detalhado, por ocupante, para que Vossa Excelência os aprecie e, julgando conveniente e oportuno, os encaminhe à Assembleia Legislativa, para os fins de direito.

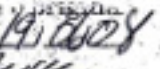


Sem mais para o momento, firmamo-nos

Atenciosamente,

  
JOSE ANTÔNIO PERES GEDIEL  
Diretor Presidente do Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências

  
LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e  
Recursos Hídricos

Ao Excelentíssimo Senhor  
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA  
Governador do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu, 3º andar  
CURITIBA – PR

Conferir com:   
CC:   
Ass: 





Instituto de Terras  
Cartografia e Geociências

cont. Ofício nº 184/2008 - ITC/GP

- Protocolo 5.604.675-5  
Data: 11/12/2003  
287,1786ha – anteriormente já tituladas  
5,4183ha – a titular  
**292,5969ha - Total**  
Interessado: Nelson Piovesan
- Protocolo 5.726.679-1  
Data: 12/11/2004  
94,5062ha – anteriormente já tituladas  
0,3238ha – a titular  
**94,8300ha - Total**  
Interessado: Alcione Ferreira de Lima
- Protocolo 5.726.674-0  
Data: 12/11/2004  
94,5062ha – anteriormente já tituladas  
9,1249ha – a titular  
**103,6311ha - Total**  
Interessado: Alcione Ferreira de Lima
- Protocolo 5.726.672-4  
Data: 12/11/2004  
601,8074ha – anteriormente já tituladas  
6,3000ha – a titular  
**608,1074ha - Total**  
Interessado: José Maria de Lima
- Protocolo 2.261.859-8  
Data: 29/05/1995  
94,5062ha – anteriormente já tituladas  
9,1249ha – a titular  
**103,6311ha - Total**  
Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro
- Protocolo 2.261.911-0  
Data: 30/05/1995  
108,2509ha – anteriormente já tituladas  
12,9220ha – a titular  
**121,1729ha - Total**  
Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro
- Protocolo 9.667.833-9  
Protocolo 9.667.834-7  
Data: 29/10/2007  
**246,5000ha - Total a titular**  
Interessado: Celia Regina Canhetti Postigo
- Protocolo 9.678.214-4  
Protocolo 9.386.313-5  
Protocolo 9.386.445-0  
228,9000ha – a titular  
80,7000ha – a titular  
18,3200ha – a titular  
**327,9200ha - Total a Titular**  
Interessado: João Pires Branco

Confere com original  
CC/CT em 19/08/08  
Ass. [assinatura]

GOVERNO DO  
PARANÁ

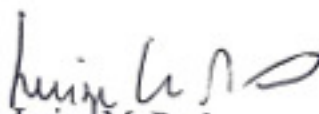


**CASA CIVIL**

*Coordenadoria Técnico-Legislativa – CTL, para CAO  
Tendo em vista a conclusão do objeto que tratou aos referidos protocolos,  
arquive-se.*

Protocolo nº 8.747.379-1  
Protocolo nº 9.667.833-9  
Protocolo nº 9.678.214-4/ anexo 9.667.834-7  
Protocolo nº 9.386.313-5/ anexo 9.386.445-0  
Protocolo nº 5.726.674-0  
Protocolo nº 2.216.911-0/ anexo 2.261.859/8  
Protocolo nº 5.726.679-1  
Protocolo nº 5.726.672-4  
Protocolo nº 5.604.675-5  
Protocolo nº 5.852.605-3/ anexo 7.076.833-0  
Protocolo nº 7.658.091-0  
Protocolo nº 7.590.529-7  
Protocolo nº 7.541.710-1/ anexo 7.087.567-5 - 9.871.422-7  
Protocolo nº 7.246.947-0  
Protocolo nº 7.176.530-0  
Protocolo nº 10.217.772-0

Em 02/12/2009

  
Luiza M. Pacheco  
Coordenadora



**GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE**

À Diretoria de Terras – Diter

**Protocolo nº 9.667.833-9**

Conforme solicitado por esta diretoria encaminho o presente processo, que estava na Casa Civil, para providências.

ITCG, 23 de maio de 2011.



**Amílcar Cavalcante Cabral,**  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

*No Exdianora  
Conforme Solicitado  
Em 24.05.11*



INFORMAÇÃO Nº 248

9143-0634  
9143-4456

Protocolos nº.s 9.667.883 – 9 – SID – CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO  
9.667.834 – 7 – SID – CELIA REGINA CANHETTI POSTIGO

Senhor Diretor,

- *Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado novamente à Casa Civil (CTC), para nova análise ou confirmação da informação nº.008/2008 (fls. 152 e 153), que não foi devidamente assinada.*
- *Vale lembrar que os lotes nº.s 280, 281, 282, 283, 284, 285 e 286/A, devem ser Incorporados ao Patrimônio do ITC, para fins de Venda ( art. 27 e 33, inciso III, Lei 7055/78 ), visto que os Títulos expedidos anteriormente foram Anulados, face os Memoriais Descritivos terem sido descritos com orientação invertida.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013

  
Albari Sebastião Lejambre  
Técnico em Assuntos Fundiários




INF. Nº0294/2013

Prot.: Nº.09.667.833-9 \_ SID\_ CÉLIA REGINA CANHETTI POSTIGO

Data: 29/10/2007.

Ao Senhor Diretor Presidente, após análise do presente, solicitamos novamente o encaminhamento do protocolo em questão à Casa Cível, para elaboração de nova mensagem à Assembléia Legislativa, para aprovar previamente nos Termos do Artigo 54, Inciso XXX da Constituição Estadual.

  
Diretor de Terras em 26/06/2013,  
Roberto Alfredo Gomes



Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 9.667.833-9, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



**Amílcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor  
**JULIO CEZAR ZEM CARDOZO**  
Procurador-Geral do Estado  
Curitiba-PR





**PROTOCOLO:** 9.667.833-9

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

**ASSUNTO:** Regularização Dominial.



**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 2021/2013 – NJA/SEEG**


O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental para regularização dominial dos lotes nºs 195, 196, 261, 262, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286-A, 308-B, 309, 310, 311, 312, 313 e 314, Gleba Ribeirão do Tigre, pertencentes a Colônia Paranavaí, com áreas respectivamente de 22,70 ha, 22,70 ha, 22,70 ha, 22,70 ha, 12,63 ha, 12,63 ha, 12,63 ha, 12,63 ha, 12,63 ha, 12,63 ha, 2,42 ha, 2,80 ha, 10,58 ha, 13,60 ha, 12,63 ha, 12,63 ha e 12,63 ha, localizados no Município de Marilena, Comarca de Nova Londrina -PR.

Entretanto antes de se dar seguimento ao processo, é necessário o seu encaminhamento ao Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, para manifestação de sua Assessoria Jurídica.

Encaminhe-se.

Curitiba-PR, 20 de agosto de 2013.

  
**Camila Oviedo Bittencourt**  
Assistente Técnica

  
**Miguel Campos**  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do Núcleo Jurídico da Administração SEEG

DIRETORIA 212  
162  
DG

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E  
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

09.667.833-9

RECEBIDO em 21/08/13  
às 16:26h. por Aline  
Setor SEMA/DS



**GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE**

**Protocolo nº. 9.667.833-9**

**A O**

**Núcleo Jurídico da Administração-SEEG**

Reiteramos o contido da Assessoria Jurídica do ITCG nas fls 151-A e 152-B, do referido

Protocolo.

Curitiba, 12 de setembro de 2013.



**Antonio Alberto Scoparo**  
Chefe de Gabinete do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 9.667.833-9**

Conforme as informações prestadas pela ITCG,  
encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de  
Governo.

Em 16 de setembro de 2013



**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo





PROTOCOLO: 9.667.833-9

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 393/2014**

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto as seguintes matérias:


- a) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e
- b) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.


Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 07 de fevereiro de 2014.

  
Giovanni Gonçalves  
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.

  
Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do NJA/SEEG  
Respondendo pela NJA/CC/CM/VG

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E  
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

9.667.893-9

RECEBIDO em 18/02/14  
às 09:55h. por Almeida  
Setor Semo/DG

No ITC @ para  
ciência

Rudiano



**ExpressoLivre - ExpressoMail**

Remetente: "Luiz Carlos Pupim" &lt;luizpupim@itcg.pr.gov.br&gt;

Para: recchialuiz@hotmail.com

Data: 26/02/2014 12:10 (02:44 horas atrás)

Assunto: solicitação - faz



Prezada Senhora Celia Regina

Conforme entendimentos mantidos anteriormente, estou encaminhando a relação das Matrículas do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, para que nos sejam remetidas, com o objetivo de Instruir diversos processos de Regularização Fundiária, da área áre de Terras situada no Município de Marilena, anteriormente requeridas por Nelson Canhetti Postigo.

Matriculas do Registro de Imóveis da Comarca de NOVA LONDRINA - PR.

**3.546 - 3.547 - 3.548 - 3.549 - 3.557 - 3.558 - 3.563 - 3.559 - 3.560 - 3.561 e 3.562.**

Solicito o especial favor de nos encaminhar tais documentos para o seguinte endereço.

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC  
A/C - Diretoria Jurídica  
Rua Desembargador Motta nº 3384  
Bairro das Mercês  
**80430-200 - Curitiba - PR.**

Pela atenção, antecipadamente agradeço.

Luiz Carlos Pupim  
OAB/PR.9733  
e-mail - [luizpupim@itcg.pr.gov.br](mailto:luizpupim@itcg.pr.gov.br)  
(41) 3304 - 7079.



|  |          |      |         |              |
|--|----------|------|---------|--------------|
| PUBLICA  | IMÓVEL   | DATA | FLS.-N. | MATRÍCULA-N. |
| RURAL-LOTE Nº.195, GLÉBA 1, BEIRA DO TIGRE, COL. PARANAVAI, MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, PARANÁ | 11.02.81 | 01   | 3.546   |              |
| ÁREA DE 22,70 HAS.,  |          |      |         |              |



# REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE NOVA LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ

R. Carlos A. Gehring N.º 732 - Fone 32-1185

Edmir James Kühl

Titular Vitalicó CPF 004525639-15

Edemir Euclides Kühl

Esc. Autorizado CPF 117782989-87

**IMÓVEL:-** RURAL-LOTE Nº.195 DA GLÉBA 1, BEIRA DO TIGRE, COL. PARANAVAI, MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, PARANÁ, COM A ÁREA DE 22,70 HAS. - VINTE E DOIS HECTARES E SETENTA ARES), SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, COM OS SEGUIN-  
**TES LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-** LADO-1-2, RUMO-DIVERSOS, DISTÂNCIA-135,0 METROS- INICIA À MARGEM DO CÔRREGO MARILENA  
 NA DIVISA COM O LOTE 196 DEPOIS SEGUE MARGEANDO O CÔRREGO MARILENA, À JUSANTE, ATÉ O LOTE 262 DA GLÉBA RIBEIRÃO  
 DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAI; LADO-2-3, RUMO-72º57'NE, DISTÂNCIA-1.875,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO  
 COM O LOTE 262 DA MESMA GLÉBA; LADO-3-18-0, RUMO-22º00'SE, DISTÂNCIA-50,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTA-  
 DO COM O LOTE 282 DA MESMA GLÉBA; LADO-18-0-4, RUMO-21º59'SE, DISTÂNCIA-70,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CON /-  
 FRONTANDO AINDA COM O LOTE 282 DA MESMA GLÉBA; LADO-4-1, RUMO-72º57'SW, DISTÂNCIA-1.970,0 METROS- SEGUE POR LINHA  
 SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 196, DA MESMA GLÉBA, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-TOTAL DO PERÍMETRO:- 4.100,0 METROS.  
**PROPRIETÁRIO:-** O ESTADO DO PARANÁ.-  
 O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-Eu *Edemir Euclides Kühl*, OFICIAL.-

**R-1-3.546**  
**PROTOCOLO**  
**Nº.13.911**  
**11.02.81**

**TÍTULO DE DOMÍNIO:-** NOS TERMOS DO TÍTULO DE DOMÍNIO, SOB Nº.525, DATADO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980, DEVIDAMENTE  
 ASSINADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, O IMÓVEL CONSTATANTE DA PRESENTE MATRÍCULA FOI INCORPORADO AO INSTI-  
 TUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE EM CURI-  
 TIBA, NA RUA DESEMBARGADOR MOTA Nº.3384, INSCRITO NO CGC/MF. SOB Nº.76.110.221/0001-11, NOS TERMOS DOS ARTIGOS  
 27 E 33, INCISO III, DA LEI Nº.7055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, DESTINA O IMÓVEL PARA FINS DE VENDA. CONSTA DO -  
 TÍTULO QUE A ÁREA PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI ESTADUAL Nº.7.055 DE 04/12/78, CONTIDA NO LOTE 196, LADO-1-2, RUMO -  
 DESTA MATRÍCULA, TEM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ÁREA:- 5,6750 HA.-LIMITES E CONFRONTAÇÕES:- LADO-1-2, RUMO -  
 DIVERSOS, DISTÂNCIA-135,0 METROS- INICIA NA MARGEM DO CÔRREGO MARILENA NA DIVISA COM O LOTE 196, SEGUE MARGEANDO  
 O CÔRREGO MARILENA, À JUSANTE, CONFRONTANDO COM A GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE; LADO-2-A, RUMO-72º57'NE, DISTÂNCIA- /-  
 410,0 METROS; SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 262 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAI; -  
 LADO-A-B, RUMO-21º59'SE, DISTÂNCIA-120,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, INTERNAMENTE AO LOTE 195, CONFRONTANDO COM  
 O MESMO; LADO-B-1, RUMO-72º57'SW, DISTÂNCIA-460,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 196 DO /-  
 MESMO IMÓVEL, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-DEMAIS CONDIÇÕES AS DO TÍTULO.-REG. NO DIST. SOB Nº.272, DATADO DE 09 DE-  
 FEVEREIRO DE 1981.-DESTA Nº.228,36, INCLUSIVE ARQUIVAMENTO E A.M.P.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA,  
 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-Eu *Edemir Euclides Kühl*, OFICIAL.-

**Av-2-3.546**  
**Protocolo**

**ATUALIZAÇÃO DE TITULARIDADE:-** Procede-se a esta averbação, nos termos do Instrumento Particular, datado de 25 de setembro de 2.007,  
 dirigido a este Ofício, devidamente firmado pelo Sr. Luiz Carlos Pupim, procurador do ITCC; para constar que o imóvel objeto desta matrícula foi





RUBRICA: IMÓVEL RURAL-LOTE Nº.19, GLÉBA RIBEIRÃO DO TIJRE, COC. PARANAVÁ, - DATA: 11.02.81 FLS. N.: 01 MATRÍCULA N.: 3.547

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE NOVA LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ  
R. Carlos A. Galvão N.º 732 - Fone 33.1185

Edenir James Kohn  
Thaís Viradillo CPF 004520839-15  
Edenir Euclides Kohn  
Ete. Autorizado CPF 117782899-87



MATRÍCULA Nº. 3.547

LIVRO 2 - MATRÍCULA E REGISTRO GERAL  
IMÓVEL: - RURAL-LOTE Nº.196 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIJRE, COC. PARANAVÁ, - COM A ÁREA DE 22,70 HAS.-(VINTE E DOIS HECTARES E SETENTA ARES), SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, COM OS SEGUIN-  
TES LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-LADO-1-2,RUMO-DIVERSOS,DIStÂNCIA-85,0 METROS-INICIA NA DIVISA COM O LOTE 197, DA -  
GLÉBA RIBEIRÃO DO TIJRE-COLÔNIA PARANAVÁ, SEQUE MARGENDO O CÔRREGO MARILENA, À JUSANTE, EM CONFRONTAÇÃO COM -  
TERRAS DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIJRE; LADO-2-3,RUMO-72º57'NE,DIStÂNCIA-1,970,0 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM /-  
CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 195, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIJRE-COLÔNIA PARANAVÁ; LADO-3-17-0,RUMO-21º59'SE,DIStÂNCIA-  
155,0 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM OS LOTES 282 E 283, DA MESMA GLÉBA; LADO-17-0-1,RUMO-74  
º42'SW,DIStÂNCIA-186,40 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 197, DA MESMA GLÉBA; LADO-1-2,  
RUMO-74º54'SW,DIStÂNCIA-335,20 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 197, DA MESMA GLÉBA; LA-  
DO-2-3,RUMO-75º04'SW,DIStÂNCIA-184,70 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 197 DA MESMA GLÉ-  
BA; LADO-3-4,RUMO-74º56'SW,DIStÂNCIA-170,80 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 197 DA /-  
MESMA GLÉBA; LADO-4-5,RUMO-76º52'SW,DIStÂNCIA-72,90 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE /-  
197 DA MESMA GLÉBA; LADO-5-6,RUMO-74º52'SW,DIStÂNCIA-216,60 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O  
LOTE 197 DA MESMA GLÉBA; LADO-6-7,RUMO-75º05'SW,DIStÂNCIA-215,50 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO  
COM O LOTE 197, DA MESMA GLÉBA; LADO-7-8,RUMO-75º15'SW,DIStÂNCIA-224,10 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRON-  
TAÇÃO COM O LOTE 197, DA MESMA GLÉBA; LADO-8-9,RUMO-75º02'SW,DIStÂNCIA-77,80 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM -  
CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 197 DA MESMA GLÉBA; LADO-9-10,RUMO-75º28'SW,DIStÂNCIA-139,60 METROS- SEQUE POR LINHA SE-  
CA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 197 DA MESMA GLÉBA; LADO-10-11,RUMO-75º18'SW,DIStÂNCIA-106,0 METROS- SEQUE POR /  
LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 197 DA MESMA GLÉBA; LADO-11-76-12,RUMO-75º35'SW,DIStÂNCIA-51,0 METROS- /  
SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 197, DA MESMA GLÉBA; LADO-76-12-1,RUMO-75º35'SW,DIStÂNCIA-22,0  
METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 197 DA MESMA GLÉBA, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-TOTAL DO P-  
PERÍMETRO: 4.211,60 METROS.-PROPRIETÁRIO:- O ESTADO DO PARANÁ.-  
O REFERIDO É VERDADE E DOU FE.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-EU *[Assinatura]* Oficial Ag-  
-15

R-1-3.547  
PROTOCOLO Nº.13.912  
11.02.81

TÍTULO DE DOMÍNIO:-Nos termos do título de domínio sob nº.526, datado de 10 de dezembro de 1980, devidamente as-  
sinado pelo Governador do Estado do Paraná; o imóvel constante da presente matrícula foi incorporado ao INSTITU-  
TO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE EM CURITI-  
BA, NA RUA DESEMBARGADOR MOTTA Nº.3384, INSCRITO NO CGC/MF. sob nº.75.110.221/0001-11, NOS TERMOS DOS ARTIGOS -  
27 e 33, INCISO III, DA LEI Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, DESTINA O IMÓVEL PARA FINS DE VENDA.- CONSTA DO  
TÍTULO QUE A ÁREA PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 35, INCISO II, DA LEI ESTADUAL Nº.7.055 DE 04 DE DEZEM-  
BRO DE 1978, CONTIDA NOS LOTES OBJETO DESTA MATRÍCULA, TEM AS SEGUINTEs CARACTERÍSTICAS:- ÁREA:-5,6750 HA.-LINH-  
-TES E CONFRONTAÇÕES:-LADO-1-2,RUMO-DIVERSOS-DIStÂNCIA-85,0 METROS- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 197, DA GLÉBA RI-  
BEIRÃO DO TIJRE-COLÔNIA PARANAVÁ, À MARGEM DO CÔRREGO MARILENA, SEGUINDO POR ESTE, À JUSANTE, CONFRONTANDO COM  
TERRAS DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIJRE-COLÔNIA PARANAVÁ; LADO-2-4,RUMO-72º57'NE,DIStÂNCIA-575,0 METROS- SEQUE POR -  
LINHA SECA, EM CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 195 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIJRE-COLÔNIA PARANAVÁ; LADO-4-8,RUMO-21º59'SE  
DIStÂNCIA-100,0 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, INTERNAMENTE AO LOTE 196-GLÉBA RIBEIRÃO DO TIJRE-COLÔNIA PARANA-  
VÁ, EM CONFRONTAÇÃO COM O MESMO; LADO-8-8,RUMO-75º15'SW,DIStÂNCIA-210,0 METROS- SEQUE POR LINHA SECA, EM CON -



RUBRICA

IMÓVEL

FLS. N.

MATRÍCULA N.

DATA

RURAL-LOTE Nº.261, GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANÁ -  
VAÍ, C/ÁREA DE 22,70 HAS., MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA.-

11.02.81

3.548

## REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE NOVA LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ  
R. Carlos A. Gehring N.º 732 - Fone 32-1185

Edmir James Kühl

Titular Vitalício CPF 004528639-15

Edenir Euclides Kühl

Esc. Autorizado CPF 117782889-87



## LIVRO 2 - MATRÍCULA E REGISTRO GERAL

**IMÓVEL:-** RURAL-LOTE Nº.261 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE DA COLÔNIA PARANAVÁ, COM A ÁREA DE 22,70 HAS.-(VINTE E DOIS HECTARES E SETENTAARES), SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, COM OS SEGUINTE - LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-LADO-1-2,RUMO-72º57'SW,DISTÂNCIA-1.875,0 METROS- INICIA NA CONFRONTAÇÃO DOS LOTES 281 E 262, GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVÁ-SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 262 DA MESMA GLÉBA, ATÉ A MARGEM DO Córrego Marilena; LADO-2-3,RUMO-DIVERSOS-DISTÂNCIA-120,0 METROS- SEGUE MARCEANDO O Córrego Marilena, À JUSANTE, ATÉ O LOTE 260-A, DA MESMA GLÉBA; LADO-3-79-1,RUMO-72º57'NE,DISTÂNCIA:-45,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 260-A, DA MESMA GLÉBA; LADO-79-1-20-0,RUMO-72º57'NE,DISTÂNCIA-1.813,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 260-A, DA MESMA GLÉBA; LADO-20-0-19-0,RUMO-24º12'SE,DISTÂNCIA-22º00'SE,DISTÂNCIA-25,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 281 DA MESMA GLÉBA; LADO-19-0-1,RUMO-72º00'SE,DISTÂNCIA-25,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 281 DA MESMA GLÉBA, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-TOTAL DO PERÍMETRO:- 3.968,40 METROS.-PROPRIETÁRIO:-O ESTADO DO PARANÁ.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-Eu *Edenir Euclides Kühl*, OFICIAL.-

R-1-3.548  
PROTOCOLO  
Nº.13.913  
11.02.81

**TÍTULO DE DOMÍNIO:-** NOS TERMOS DO TÍTULO DE DOMÍNIO SOB Nº.527, DATADO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, O IMÓVEL CONSTATANTE DA PRESENTE MATRÍCULA FOI INCORPORADO AO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE EM CURITIBA NA RUA DESEMBARGADOR MOTA Nº.3384, INSCRITO NO CGC/MF. SOB Nº.75.110.221/0001-11, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 27 E 33, INCISO III, DA LEI Nº.7055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, DESTINA O IMÓVEL PARA FINS DE VENDA.-CONSTA DO TÍTULO QUE A ÁREA PARA CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, CONTIDA NOS LOTES OBJETO DESTA MATRÍCULA, TÊM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:- ÁREA: 5,6750 HA.-LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-LADO-2-3,RUMO-DIVERSOS -DISTÂNCIA-120,0 METROS- INICIA NA MARGEM DO Córrego Marilena, NA DIVISA COM O LOTE 262 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVÁ, SEGUE MARCEANDO O Córrego Marilena, À JUSANTE, CONFRONTANDO COM A GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-LADO-3-79-1,RUMO-72º57'NE,DISTÂNCIA-45,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 260-A, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVÁ; LADO-79-1-A,RUMO-72º57'NE,DISTÂNCIA-400,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 260-A, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVÁ; LADO-A-B,RUMO-24º12'SE,DISTÂNCIA-120,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, INTERNAMENTE AO LOTE 261 CONFRONTANDO COM O MESMO; LADO-B-2,RUMO-72º57'SW,DISTÂNCIA-470,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 262 DO MESMO IMÓVEL, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-DEMAIS CONDIÇÕES AS DO TÍTULO.-REG. NO DIST. SOB Nº.274, DATADO DE 09 DE FEVEREIRO DE 1981.-DESTA D-228,36, INCLUI SIVE ARQUIVAMENTO E A.M.P.-O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-Eu *Edenir Euclides Kühl*, OFICIAL.-

OFICIAL.-

Fs.

17

17CG

Pág.

2.

9



LIVRO 2 - MATRÍCULA E REGISTRO GERAL

**ATUALIZAÇÃO DE TITULARIDADE:** Procede-se a esta averbação, nos termos do Instrumento Particular, datado de 25 de setembro de 2.007, dirigido a este Ofício, devidamente firmado pelo Sr. Luiz Carlos Pupim, procurador do ITCG; para constar que o imóvel objeto desta matrícula foi incorporado ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas -ITCF, depois ao Instituto Ambiental do Paraná-IAP e atualmente incorporado ao INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS-ITCG, conforme Lei Estadual nº. 14.889/2005-NADA MAIS/. Custas-50% de 1.260,00 VRC., iguais à R\$-66,15. -O referido é verdade e dou fé.-Nova Londrina, 07 de novembro de 2.007.-Eu, Eder Jonas Kühl-Oficial Designado.

Av-2-3.548  
Protocolo  
Nº.46.504  
07.11.07.

**REGISTRO DE IMÓVEIS**

Eder Jonas Kühl/  
OFICIAL DESIGNADO

Noemi Santin Mazaro  
ESCREVENTE SUBSTITUTA

Efraim Rafael da Silva de Goes  
ESCREVENTE JURAMENTADO

NOVA LONDRINA - PARANÁ

**FUNARPEN**

SELO DIGITAL Nº

HovGO.D4iMD.M67ng

Controle:

z0T73.us8Z

consulte esse selo em

<http://funarpen.com.br>

**SERVICO DE REGISTRO DE IMOVEIS**

Nova Londrina - Paraná

CERTIFICO e dou fé, que a presente fotocópia é reprodução autêntica da ficha a que se refere, extraída nos termos do Art. 19, § 1º da Lei N.º 6.015/73.

Nova Londrina, 27/10/2014

Efraim Rafael da Silva de Goes  
Escrevente Juramentado



RUBRICA

IMÓVEL

DATA

F.L.S.N.

MATRÍCULA N.

RURAL-LOTE Nº.262, GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE, COL. PARANAVAÍ, C/ÁREA DE 22,70 HAS., MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, -

11.02.81

UI

3.549

# REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE NOVA LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ  
R. Carlos A. Gehring N.º 732 - Fone 32-1185

Edmir James Kühn

Titular Vitalicio CPF 004629639-15

Edenir Euclides Kühn

Esc. Autorizado CPF 117782889-87



MATRÍCULA  
Nº.3.549

**IMÓVEL:** - RURAL-LOTE Nº.262 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE, DA COLÔNIA PARANAVAÍ, COM A ÁREA DE 22,70 HAS.-(VINTE E DOIS HECTARES E SETENTA-ARES), SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, COM OS SEGUIN-  
TES LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-LADO-1-2,RUMO-DIVERSOS-DISTÂNCIA-130,0 METROS- INICIA À MARGEM DO CÔRREGO MARILENA  
EM CONFRONTAÇÃO COM A GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE, À JUSANTE POR ESTE, ATÉ O LOTE 261 DA MESMA GLÉBA; LADO-2-3,RUMO  
72º57'NE,DISTÂNCIA-1.870,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 261 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE  
COLÔNIA PARANAVAÍ; LADO-3-4,RUMO-22º00'SE,DISTÂNCIA-120,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM OS LO-  
TES 281 E 282, DA MESMA GLÉBA; LADO-4-1,RUMO-72º57'SW,DISTÂNCIA-1.910,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRON-  
TANDO COM O LOTE 195, ATÉ PONTO DE PARTIDA.-TOTAL DO PERÍMETRO:- 4.030,0 METROS.-PROPRIETÁRIO:-O ESTADO DO PA-  
RANÁ.-

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-Eu *Edenir Euclides Kühn*, OFICIAL.-

R-1-3.549  
PROTOCOLO  
Nº.13.914  
11.02.81



**TÍTULO DE DOMÍNIO:** - NOS TERMOS DO TÍTULO DE DOMÍNIO, SOB Nº.528, DATADO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980, E ASSINADO -  
PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ; O IMÓVEL CONSTATANTE DA PRESENTE MATRÍCULA FOI INCORPORADO AO INSTITUTO DE -  
TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE EM CURITIBA, NA-  
RUA DESEMBARGADOR MOTA Nº.3384, INSCRITO NO CGC/MF. SOB Nº.75.110.221/0001-11, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 27 E 33,  
INCISO III DA LEI Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, DESTINA O IMÓVEL PARA FINS DE VENDA.- CONSTA DO TÍTULO /-  
QUE A ÁREA PARA CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, CONTIDA NO LOTE OBJETO DESTA /-  
MATRÍCULA, TÊM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:-ÁREA:- 5,6750 HA.-LIMITES E CONFRONTAÇÕES:- LADO-1-2,RUMO-DIVERSOS  
DISTÂNCIA-130,0 METROS- INICIA À MARGEM DO CÔRREGO MARILENA, EM CONFRONTAÇÃO COM A GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE, SE-  
GUINDO À JUSANTE POR ESTE, ATÉ O LOTE 261 DA MESMA GLÉBA; LADO-2-A,RUMO-72º57'NE,DISTÂNCIA-450,0 METROS- SEQUE-  
POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 261 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAÍ; LADO-A-B,RUMO-22º00'  
SE,DISTÂNCIA-120,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, INTERNAMENTE AO LOTE 262 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PA-  
RANAVAÍ; EM CONFRONTAÇÃO COM O MESMO. LADO-B-1,RUMO-72º57'SW,DISTÂNCIA-485,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, EM -  
CONFRONTAÇÃO COM O LOTE 195, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAÍ, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-DEMAIS CONDI-  
ÇÕES AS DO TÍTULO.-REG. NO DIST. SOB Nº.275, DATADO DE 09 DE FEVEREIRO DE 1981.-DESTA 08-228,36, INCLUSIVE ARQU-  
VAMENTO-E A.M.P.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-Eu *Edenir Euclides Kühn*,  
OFICIAL.-

Av-2-3.549  
Protocolo

**ATUALIZAÇÃO DE TITULARIDADE:** - Procede-se a esta averbação, nos termos do Instrumento Particular, datado de 25 de setembro de 2.007,  
dirigido a este Ofício, devidamente firmado pelo Srº. Luiz Carlos Pupim, procurador do ITCG; para constar que o imóvel objeto desta matrícula foi





|  |  |      |          |        |    |              |       |
|--|--|------|----------|--------|----|--------------|-------|
| RUBRICA  | RURAL-LOTE Nº.308-B, GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COL:PARANAVAÍ, C/ÁREA DE 2,80 HAS., MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA,-  | DATA | 11.02.81 | FLS.N. | 01 | MATRÍCULA N. | 3.557 |
| <div style="text-align: center;">  </div>   |  |      |          |        |    |              |       |
| <div style="text-align: center;"> <b>REGISTRO DE IMÓVEIS</b><br/> COMARCA DE NOVA LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ<br/> R. Carlos A. Gehring N.º 732 - Fone 32-1185<br/> Edmir James Kühl<br/> Tribunal Vitalício CPF 004529639-15<br/> Edenir Euclides Kühl<br/> Esc. Autorizado CPF 117702689-87 </div> |  |      |          |        |    |              |       |
| MATRÍCULA Nº.3.557   | <p><b>LIVRO 2 - MATRÍCULA E REGISTRO GERAL</b></p> <p><b>IMÓVEL:-</b> RURAL-LOTE Nº.308-B, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE DA COLÔNIA PARANAVAÍ, COM A ÁREA DE 2,80 HAS-(DOIS / HECTARES E OITENTA ARES), SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, COM OS SEGUINTEs LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-LADO-1-2,RUMO-19920°SE,DISTÂNCIA-50,0 METROS- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 308 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAÍ, SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 77-A, DO MESMO IMÓVEL;LADO -2-3,RUMO-68916°SW,DISTÂNCIA-660,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 309, DO MESMO IMÓVEL; LADO-3-4,RUMO-23939°NW,DISTÂNCIA-45,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 308-A, DO MESMO IMÓVEL; LADO-4-1,RUMO-68916°NE,DISTÂNCIA-665,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 308 DO MESMO IMÓVEL, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-TOTAL DO PERÍMETRO:- 1.420,0 METROS.-PROPRIETÁRIO:- O ESTADO DO PARANÁ.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-EU <i>Edenir Euclides Kühl</i>, OFICIAL.-</p>  |      |          |        |    |              |       |
| R-1-3.557<br>PROTOCOLO Nº.13.922<br>11.02.81   | <p><b>TÍTULO DE DOMÍNIO:-</b>NOS TERMOS DO TÍTULO DE DOMÍNIO SOB Nº.536, DATADO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980, E ASSINADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ; O IMÓVEL CONSTATANTE DA PRESENTE MATRÍCULA FOI INCORPORADO AO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE NA RUA DESEMBARGADO MOTA Nº.3.384, INSCRITO NO CGC.MF. SOB Nº.75.110.221/0001-11, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 27 E 33, INCISO III, DA LEI Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, DESTINA O IMÓVEL PARA FINS DE VENDA.-CONSTA DO TÍTULO QUE A ÁREA PARA CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, CONTIDA NO LOTE OBJETO DESTA MATRÍCULA, TEM AS SEGUINTEs CARACTERÍSTICAS:- ÁREA: 0,7000 HA: LIMITES E CONFRONTAÇÕES:- LADO-4-A,RUMO-68916°NE,DISTÂNCIA-175,0 METROS- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 308 E SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 308 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAÍ; LADO-A-B,RUMO-23939°SE,DISTÂNCIA-45,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, INTERNAMENTE AO LOTE 308-B DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAÍ; EM CONFRONTAÇÃO COM O MESMO.-LADO-B-3,RUMO-68916°SW, DISTÂNCIA-175,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 309, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE; LADO-3-4,RUMO-23939°NW,DISTÂNCIA-45,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 308-A, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE; COLÔNIA PARANAVAÍ, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-DEMAIS CONDIÇÕES AS DO TÍTULO.-REG. NO DIST. SOB Nº.283, DATA DO DE 09 DE FEVEREIRO DE 1981.-DESTA O\$-228,36, INCLUSIVE ARQUIVAMENTO E A.M.P.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-EU <i>Edenir Euclides Kühl</i>, OFICIAL.-</p> |      |          |        |    |              |       |
| Av-2-3.557<br>Protocolo Nº.46.504  | <p><b>ATUALIZAÇÃO DE TITULARIDADE:-</b> Procede-se a esta averbação, nos termos do Instrumento Particular, datado de 25 de setembro de 2.007, dirigido a este Ofício, devidamente firmado pelo Sr. Luiz Carlos Pupim, procurador do ITCG; para constar que o imóvel objeto desta matrícula foi incorporado ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas -ITCF, depois ao Instituto Ambiental do Paraná-IAP e atualmente incorporado ao</p> <div style="text-align: right;">  </div>   |      |          |        |    |              |       |







|   |        |          |         |              |
|---|--------|----------|---------|--------------|
| RUBRICA   | IMÓVEL | DATA     | FLS. N. | MATRÍCULA N. |
| RURAL-LOTE Nº.311-GLÉBA BEIRÃO DO TIGRE-COL. PARANAVAÍ, -<br>C/ÁREA DE 12,63 HAS., MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA,- |        | 11.02.81 | 01      | 3.559        |

**REGISTRO DE IMÓVEIS**

COMARCA DE NOVA LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ

R. Carlos A. Gehring N.º 732 - Fone 32-1185

Edmir James Kühl

Titular Vitalício CPF 004529639-15

Edmir Euclides Kühl

Esc. Autorizado CPF 11778289-87


|   |  |
|---|--|
| <b>MATRÍCULA</b><br>Nº.3.559                                  | <p><b>LIVRO 2 - MATRÍCULA E REGISTRO GERAL</b></p> <p><b>IMÓVEL:</b> - RURAL-LOTE Nº.311 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE DA COLÔNIA PARANAVAÍ, COM A ÁREA DE 12,63 HAS.-(DOZE HECTARES E SESENTA E TRÊS ARES), SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, COM OS SEGUINTE LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-LADO-1-2,RUMO-20º48'SE,DIStÂNCIA-167,20 METROS- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 310, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAÍ, SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 77-A, DO MESMO IMÓVEL; LADO-2-3,RUMO-68º16'SW,DIStÂNCIA-760,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 312, DO MESMO IMÓVEL; LADO-3-4,RUMO-23º00'NW,DIStÂNCIA-160,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 281 DO MESMO IMÓVEL; LADO-4-5,RUMO-68º35'NE,DIStÂNCIA-210,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 310 DO MESMO IMÓVEL; LADO-5-6,RUMO-68º29'NE,DIStÂNCIA-306,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 310 DO MESMO IMÓVEL; LADO-6-1,RUMO-67º52'NE,DIStÂNCIA-256,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 310 DO MESMO IMÓVEL ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-TOTAL DO PERÍMETRO:-1.859,20 METROS.-PROPRIETÁRIO:- O ESTADO DO PARANÁ.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-Eu <i>Edmir James Kühl</i>, OFICIAL.</p>   |
| <b>R-1-3.559</b><br><b>PROTOCOLO</b><br>Nº.13.924<br>11.02.81 | <p><b>TÍTULO DE DOMÍNIO:</b>-NOS TERMOS DO TÍTULO DE DOMÍNIO SOB Nº.539, DATADO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980, E ASSINADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ; O IMÓVEL CONSTATANTE DA PRESENTE MATRÍCULA FOI INCORPORADO AO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE EM CURITIBA, NA RUA DE ZEMBARGADOR MOTA Nº.3384, INSCRITO NO CGC.MF. SOB Nº.75.110.221/0001-11, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 27 E 33, INCISO III, DA LEI Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, DESTINA O IMÓVEL-PARA FINS DE VENDA.-CONSTA DO TÍTULO QUE A ÁREA PARA CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, CONTIDA NO LOTE OBJETO DESTA MATRÍCULA, TEM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:- <b>ÁREA:-3,1575 HA.-LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-</b> LADO-3-4,RUMO-23º00'NO,DIStÂNCIA-160,0 METROS- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 312, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAÍ, SEGUE POR LINHA SECA, COM FRONTANDO COM O LOTE 281, DO MESMO IMÓVEL; LADO-4-A,RUMO-68º35'NE,DIStÂNCIA-190,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 310 DO MESMO IMÓVEL; LADO-A-B,RUMO-23º00'SE,DIStÂNCIA-160,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA INTERNAMENTE AO LOTE 311, CONFRONTANDO COM O MESMO; LADO-B-3,RUMO-68º35'SO,DIStÂNCIA-190,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 312 DO MESMO IMÓVEL, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-DEMAIS CONDIÇÕES AS DO TÍTULO.- REG. NO DIST. SOB Nº.286, DATADO DE 09 DE FEVEREIRO DE 1981.-DESTA GR-228,36, INCLUSIVE ARQUIVAMENTO E A.M.P.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-Eu <i>Edmir James Kühl</i>, OFICIAL.-</p> |
| <b>Av-2-3.559</b><br><b>Protocolo</b>                         | <p><b>ATUALIZAÇÃO DE TITULARIDADE:</b>- Procede-se a esta averbação, nos termos do Instrumento Particular, datado de 25 de setembro de 2.007, dirigido a este Ofício, devidamente firmado pelo Sr. Luiz Carlos Pupim, procurador do ITCG; para constar que o imóvel objeto desta matrícula foi</p>   |







|  |        |          |         |              |
|--|--------|----------|---------|--------------|
| RUBRICA  | IMÓVEL | DATA     | FLS. N. | MATRÍCULA N. |
| RURAL-LOTE Nº.313-GLÉBA F. EIRÃO DO TIGRE-COD. PARANAVAÍ, -<br>C/ÁREA DE 12,63 HAS., MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, - |        | 11.02.81 | 01      | 3.561        |



## REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE NOVA LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ  
R. Carlos A. Gehring N.º 732 - Fone 32-1185

Edmir James Kühl  
Thulair Vitalício CPF 004529639-15

Edmir Euclides Kühl  
Esp. Autorizado CPF 117782899-87

**LIVRO 2 - MATRÍCULA E REGISTRO GERAL**

**IMÓVEL: - RURAL-LOTE Nº.313 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE DA COLÔNIA PARANAVAÍ, COM A ÁREA DE 12,63 HAS.-(DOZE HECTARES E SESENTA E TRÊS ARES), SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, COM OS SEQUIN-  
TES LIMITES E CONFRONTAÇÕES: -LADO-1-2, RUMO-20958'SE, DISTÂNCIA-170,0 METROS- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 312, DA-  
GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAÍ, SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 74-A, DO MESMO IMÓVEL;-  
LADO-2-3, RUMO-68916'SW, DISTÂNCIA-770,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 314, DO MESMO IMÓ-  
VEL; LADO-3-4, RUMO-23900'NW, DISTÂNCIA-160,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 283 DO MESMO  
IMÓVEL; LADO-4-1, RUMO-68916'NE, DISTÂNCIA-770,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 312 DO MES-  
MO IMÓVEL, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-TOTAL DO PERÍMETRO:-1.870,0 METROS.-PROPRIETÁRIO:- O ESTADADO PARANÁ.-  
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-EU *Edmir James Kühl*, OFICIAL.-**

**TÍTULO DE DOMÍNIO: -NOS TERMOS DO TÍTULO DE DOMÍNIO SOB Nº.541, DATADO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980, E DEVIDAMENTE  
ASSINADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ; O IMÓVEL CONSTATANTE DA PRESENTE MATRÍCULA FOI INCORPORADO NO INSTI-  
TUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE EM CURITI-  
BA, NA RUA DESEMBARGADOR MOTA Nº.3384, INSCRITO NO CGC/MF. SOB Nº.75.110.221/0001-11, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 27  
E 33, INCISO III, DA LEI Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, DESTINA O IMÓVEL PARA FINS DE VENDA.-CONSTA DO TÍ-  
TULO QUE A ÁREA PARA CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, CONTIDA NO LOTE OBJETO DES-  
TA MATRÍCULA, TEM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: -ÁREA:-3,1575 HA.-LIMITES E CONFRONTAÇÕES: - LADO-4-A, RUMO-68916'-  
NE, DISTÂNCIA-192,50 METROS- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 283 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAÍ, SEQUE-  
POR LINHA SECA; CONFRONTANDO COM O LOTE 312, DA MESMA GLÉBA; LADO-A-B, RUMO-23900'SE, DISTÂNCIA-160,0 METROS- SEGU-  
POR LINHA SECA, INTERNAMENTE AO LOTE 313 DA MESMA GLÉBA; LADO-B-3, RUMO-68916'SW, DISTÂNCIA-192,50 METROS- SEQUE-  
POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 314, DA MESMA GLÉBA.-LADO-3-4, RUMO-23900'NW, DISTÂNCIA-160,0 METROS- SE-  
GUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 283, DA MESMA GLÉBA, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.-DEMAIS CONDIÇÕES AS DO  
TÍTULO.-REG. NO DIST. SOB Nº.288, DATADO DE 09 DE FEVEREIRO DE 1981.-DESTA Nº.228,36, INCLUSIVE ARQUIVAMENTO E-  
A.M.P.- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.-NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-EU *Edmir James Kühl*, OFI-  
CIAL.-**

**MATRÍCULA**  
Nº.3.561

R-1-3.561  
PROTOCOLO  
Nº.13.926  
1.02.81

Av-2-3.561  
Protocolo  
Nº.46.504

ATUALIZAÇÃO DE TITULARIDADE: - Procedeu-se a esta averbação, nos termos do Instrumento Particular, datado de 25 de setembro de 2.007, dirigido a este Ofício, devidamente firmado pelo Sr.º Luiz Carlos Pupim, procurador do ITCE; para constar que o imóvel objeto desta matrícula foi incorporado ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas -ITCE, depois ao Instituto Ambiental do Paraná-IAP e atualmente incorporado ao





RUBRICA

IMÓVEL

RURAL-LOTE Nº 314 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE, COL. PARANÁ - A  
ÁREA DE 12,63 HAS., MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA,

FLS. N.

MATRÍCULA N.

DATA

3.562

01

11.02.81

## REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE NOVA LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ

R. Carlos A. Gehring N.º 722 - Fone 32-1185

Edmir James Köhl

Edmir Euclides Köhl

Tribunal Virtual - CPF 004529839-15

Esc. Autorizado CPF 117782899-47

MATRÍCULA  
Nº 3.562

LIVRO 2 - MATRÍCULA E REGISTRO GERAL

**IMÓVEL:** RURAL-LOTE Nº 314 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE DA COLÔNIA PARANAVAI, COM A ÁREA DE 12,63 HAS.-(DOZE HECTARES E SESENTA E TRÊS ARES), SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, COM OS SEQUENTES LIMITES E CONFRONTAÇÕES:--LADO-1-2,RUMO-209°58'SE,DISTÂNCIA-98,0 METROS-- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 313, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAI, SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 74-A, DO MESMO IMÓVEL; LADO-2-3,RUMO-149°14'SE,DISTÂNCIA-52,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 73-A, DO MESMO IMÓVEL; LADO-3-4,RUMO-69°44'SO,DISTÂNCIA-86,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-4-5,RUMO-67°44'SO,DISTÂNCIA-120,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-5-6,RUMO-68°54'SO,DISTÂNCIA-140,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-6-7,RUMO-70°05'SO,DISTÂNCIA-142,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-7-8,RUMO-66°42'SO,DISTÂNCIA-125,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-8-9,RUMO-69°10'SO,DISTÂNCIA-97,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-9-10,RUMO-68°03'SO,DISTÂNCIA-46,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-10-11,RUMO-239°05'NO,DISTÂNCIA-151,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-11-1,RUMO-239°05'NE,DISTÂNCIA-765,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM OS LOTES 284 E 285, DO MESMO IMÓVEL; LADO-11-1,RUMO-68°47'NE,DISTÂNCIA-145,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 313 DO MESMO IMÓVEL, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.--TOTAL DO PERÍMETRO:--1.822,0 METROS.--PROPRIETÁRIO:--O ESTADO DO PARANÁ.--

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.--NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.--EU *Edmir James Köhl*, OFICIAL.--

R-1-3.562  
PROTOCOLO  
Nº 13.927  
1.02.81

**TÍTULO DE DOMÍNIO:**--NOS TERMOS DO TÍTULO DE DOMÍNIO, SOB Nº 542, DATADO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980, E DEVIDAMENTE ASSINADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ; O IMÓVEL CONSTATANTE DA PRESENTE MATRÍCULA FOI INCORPORADO AO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE EM CURITIBA NA RUA DESEMBARGADOR MOTA Nº 3384, INSCRITO NO CGC/MF. SOB Nº 75.110.221/0001-11, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 27 E 33, INCISO III, DA LEI Nº 7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, DESTINA O IMÓVEL PARA FINS DE VENDA.--CONSTA DO TÍTULO QUE A ÁREA PARA CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 2.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, CONTIDA NO LOTE OBJETO DESTA MATRÍCULA, TEM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:--ÁREA:--3,1575 HA.--LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-- LADO-11-A,RUMO-68°47'NE,DISTÂNCIA-195,0 METROS-- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 284, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAVAI, SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 313 DO MESMO IMÓVEL; LADO-A-B,RUMO-239°05'SE,DISTÂNCIA-145,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, INTERNAMENTE AO LOTE 314 DO MESMO IMÓVEL; CONFRONTANDO COM O MESMO, LADO-B-8,RUMO-66°42'SW,DISTÂNCIA-55,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-8-9,RUMO-69°10'SW,DISTÂNCIA-97,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315, DO MESMO IMÓVEL; LADO-9-10,RUMO-68°03'SW,DISTÂNCIA-46,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 315 DO MESMO IMÓVEL; LADO-10-11,RUMO-239°05'NW,DISTÂNCIA-151,0 METROS-- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM OS LOTES 284 E 285, DO MESMO IMÓVEL, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.--DEMAIS CONDIÇÕES AS DO TÍTULO.--REG. NO DIST. SOB Nº 2.299, DATADO DE 09 DE FEVEREIRO DE 1981.--DESTA Q-228,36, INCLUSIVE ARQUIVAMENTO E A.M.P.-- O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.--NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.--EU *Edmir James Köhl*, OFICIAL.--





|   |        |          |         |              |
|---|--------|----------|---------|--------------|
| RUBRICA   | IMÓVEL | DATA     | FLS. N. | MATRÍCULA N. |
| RURAL-LOTE Nº. 310-GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COL. PARANAÍ, C/ÁREA DE 13,60 HAS., MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA.- |        | 11.02.81 | 01      | 3.563        |

# REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE NOVA LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ  
R. Carlos A. Gehring N.º 732 - Fone 32-1185

Edmir James Kühl  
Titular Vitalicó CPF 004529638-15

Edmir Euclides Kühl  
Esc. Autorizada CPF 117782889-87

**IMÓVEL:-- RURAL-LOTE Nº. 310 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COL. PARANAÍ, COM A ÁREA DE 13,60 HAS. PREZE ME-CTARES E-SESENTA-ARES), SITUADO NO MUNICÍPIO E COMARCA DE NOVA LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, COM OS SEGUINTE**  
**MITES E CONFRONTAÇÕES:--LADO-1-2,RUMO-23917'SE,DISTÂNCIA-79,0 METROS- INICIA NA DIVISA COM O LOTE 309, DA GLÉBA-**  
**RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAÍ, SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 77-A, DO MESMO IMÓVEL; LADO-**  
**2-3,RUMO-17952'SE,DISTÂNCIA-91,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 77-A, DO MESMO IMÓVEL; --**  
**LADO-3-4,RUMO-68935'SW;DISTÂNCIA-210,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE-311 DO MESMO IMÓ-**  
**VEL; LADO-4-5,RUMO-68929'SW;DISTÂNCIA-306,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 311 DO MESMO-**  
**IMÓVEL; LADO-5-6,RUMO-67952'SW;DISTÂNCIA-256,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 311 DO MES-**  
**MO IMÓVEL; LADO-6-7,RUMO-23900'NW,DISTÂNCIA-170,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 280 DO-**  
**MESMO IMÓVEL; LADO-7-8,RUMO-68916'NE,DISTÂNCIA-120,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 309-**  
**A, DO MESMO IMÓVEL; LADO-8-9,RUMO-68916'NE,DISTÂNCIA-630,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE**  
**309, DO MESMO IMÓVEL; LADO-9-1,RUMO-68916'NE,DISTÂNCIA-30,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LO-**  
**TE 309, DO MESMO IMÓVEL, ATÉ O PONTO DE PARTIDA.--TOTAL DO PERÍMETRO:-- 1.892,0 METROS.--PROPRIETÁRIO:-- O ESTADO -**  
**DO PARANÁ.--**  
**O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.--NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-EU Edmir James Kühl, OFICIAL.--**

**TÍTULO DE DOMÍNIO:--NOS TERMOS DO TÍTULO DE DOMÍNIO SOB Nº.538, DATADO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980, E DEVIDAMENTE-**  
**ASSINADO PELO GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, O IMÓVEL CONSTATANTE DA PRESENTE MATRÍCULA FOI INCORPORADO AO INSTI-**  
**TUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE EM CURITIBA NA RUA**  
**DEZEMBARGADOR MOTTA Nº.3384, INSCRITO NO CGC.MF. SOB Nº.75.110.221/0001-11, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 27 E 33, IN-**  
**CISO 111, DA LEI Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, DESTINA O IMÓVEL PARA FINS DE VENDA.--CONSTA DO TÍTULO QUE**  
**A ÁREA PARA CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº.7.055 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978, CONTIDA NO LOTE OBJETO DESTA MATRÍ-**  
**CULA, TEM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:--ÁREA:-- 3,4000 HA.--LIMITES E CONFRONTAÇÕES:-- LADO-8-A,RUMO-68916'NE,DIS-**  
**TÂNCIA-75,0 METROS- INICIA NA DIVISA DO LOTE 309-A COM O LOTE 309, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAÍ,**  
**SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 309; LADO-A-8,RUMO-23900'SE,DISTÂNCIA-170,0 METROS- SEGUE POR LINHA**  
**SECA, INTERNAMENTE AO LOTE 310 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAÍ, EM CONFRONTAÇÃO COM A MESMA.LADO-**  
**B-6,RUMO-67952'SW,DISTÂNCIA-195,0 METROS- SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 311 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO**  
**TIGRE-COLÔNIA PARANAÍ; LADO-6-7,RUMO-23900'NW,DISTÂNCIA-170,0 METROS-SEGUE POR LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O**  
**LOTE 280 DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAÍ; LADO-7-8,RUMO-68916'NE,DISTÂNCIA-120,0 METROS- SEGUE POR**  
**LINHA SECA, CONFRONTANDO COM O LOTE 309-A, DA GLÉBA RIBEIRÃO DO TIGRE-COLÔNIA PARANAÍ, ATÉ O PONTO DE PARTIDA**  
**DEMAIS CONDIÇÕES AS DO TÍTULO.--REG. NO DIST. SOB Nº.285, DATADO DE 09 DE FEVEREIRO DE 1981.--DESTA D-228,36, IN-**  
**CLUSIVE ARQUIVAMENTO E A.M.B.-- O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ.--NOVA LONDRINA, 11 DE FEVEREIRO DE 1981.-EU**  
**Edmir James Kühl, OFICIAL.--**



**SID nº. 9.667.833-9**

**PARECER Nº 046/2014 – DIJUR - ITCG**

**INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG**

**ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.**

**À PGE/NJA/SEEG:**

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 393/2014, de fls. 165, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito das seguintes matérias:

- i) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e;*
- ii) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.*

No que tange ao item "i", explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

*Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.*

*Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.*

*Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)*





Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.*

(...)

*§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tomadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:*

*I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;*

*II - tenham na agricultura sua atividade principal;*

*III - residam no imóvel.*

(...)



Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:



Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

- I — para fins de pesquisa ou fomento;
- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;
- III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Quanto ao item "ii", que indaga a respeito da necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:  
(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 14 de Março de 2014.

**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITCG**

Protocolo nº 9.667.833-9

Interessados: **SEEG / CC / NJA**

**Célia Regina Canhetti Postigo**

- I.** Aprovo o Parecer nº 046/2014 – DIJUR – ITCG.
- II.** Encaminhe-se à Secretaria de Estado de Governo - SEEG / Casa Civil – CC / Núcleo Jurídico da Administração – NJA.

Curitiba, 14 de Março de 2014.



**Amílcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do ITCG





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 9.667.833-9**

Conforme as informações prestadas pela ITCG,  
encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de  
Governo.

Em 21 de março de 2014

**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo



**PROTOCOLO:** 9.667.833-9 e 9.667.834-7

**INTERESSADO1:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

**INTERESSADO2:** Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

**ASSUNTO:** Regularização Fundiária - Imóvel Devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1756/2014 - NJA/SEEG**

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, Inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento da Senhora Célia Regina Canhetti Postigo (fls. 02), para regularização fundiária dos lotes nº 195, 196, 261 e 262, todos com área de 22,70 hectares cada um; lotes 280, 281, 282, 283, 284, 285, 311, 312, 313 e 314, com áreas de 12,63 hectares cada; lote 286-A, com área de 2,42ha; lote 308-A, com área de 2,80ha; lote 309, com área de 10,58ha e lote 310, com área de 13,60ha, todos partes integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre, Colônia Paranavaí, com área total de 246,50 hectares, localizados no município de Marilena, Comarca de Nova Londrina - PR.

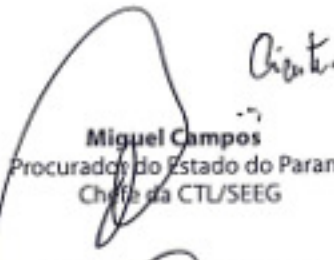
O protocolado em apreço, já foi analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG (fls. 151-A/152-B), que concluiu pela necessidade prévia de expedição de títulos para a incorporação dos lotes 280, 281, 282, 283, 284, 285 e 286-A ao patrimônio do ITCG para posterior alienação, por fim, entendeu que obedecido o requisito apontado o feito deveria ser encaminhado ao Exmo. Senhor Governador do Estado para encaminhar mensagem à Assembleia Legislativa do Paraná, a fim de que se efetive a regularização fundiária pretendida.

Ademais, após o regular trâmite processual com a juntada das Matrículas de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, (fls. 169/179), mediante Parecer nº 046/2014 - DIJUR-ITCG, de fls. 180/184, a Diretoria Jurídica do Instituto instruiu o feito tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental à Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 20 de maio de 2014.

  
**Raul Celi Coccare Siqueira**  
Assessor - CTL/SEEG

  
**Miguel Campos**  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe da CTL/SEEG





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

REQUERIMENTO.


REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A VOTAÇÃO EM BLOCO DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DE AUTORIA DA MESA EXECUTIVA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a VOTAÇÃO EM BLOCO dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Executiva: 09/2014; 02/2014; 06/2014; 07/2014; 08/2014; 03/2014; 04/2014; 05/2014.

Consigne-se que a matéria versada nas proposições mencionadas é semelhante, tratando-se de alienação de imóveis, sendo a sua constitucionalidade auferida conforme os pareceres apresentados, limitando-se a competência regimental desta Comissão.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
Galine Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246

*rubricado*  
*01.07.14*



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2014 de autoria da MESA EXECUTIVA que *‘Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis’*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO AO PODER EXECUTIVO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ.

Autor: MESA EXECUTIVA.

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 03/2014, de autoria da MESA EXECUTIVA, em atendimento a mensagem governamental nº 47/2014.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência - ITCG, a alienar o imóvel descrito no artigo 1º do respectivo PDL.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo:  
*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº*





8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas f e g ) e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social (exceto da mensagem governamental nº 47/2014-fls. 04).

E ainda, continua:

[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. (exceto da mensagem governamental nº 47/2014 - fls. 04)

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.



## II ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei,

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*





projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

*Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.*

*§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.*

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

*Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:*

*(...)*

*§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:*

*(...)*

*X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.*

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Desta forma o PDL se encontra em consonância aos critérios exigidos em relação à constitucionalidade formal.



Em relação a constitucionalidade material, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII<sup>4</sup> da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º<sup>5</sup> da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

<sup>4</sup> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

<sup>5</sup> Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.





*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

*(...)*

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que há documentos que comprovam a posse do imóvel pelo adquirente há vários anos e neste sentido não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os



princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por longo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

*A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança.* (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão





**PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ**

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



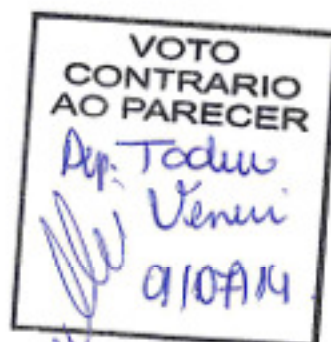
somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2014, de autoria da Mesa Executiva.



Sala das Comissões, 01 de Julho de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

**APROVADO**

01.07.14



# PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Parlamentar - Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

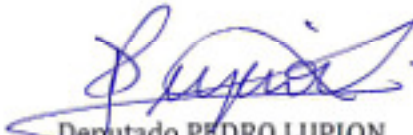


## ERRATA AO PARECER DA CCJ

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2014

- i. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 03/2014, o qual teve sua constitucionalidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta e.Casa Legislativa. Na oportunidade, o Parlamentar que ora subscreve, foi o relator da matéria em apreço, exarando parecer pela APROVAÇÃO, conforme a fundamentação ali contida;
- ii. Ocorre, que erroneamente constou que a autoria do PDL seria da "MESA EXECUTIVA".
- iii. Logo, trata-se de mero **vício material**, uma vez que a autoria da proposição é do Deputado VALDIR ROSSONI e Deputado PLAUTO MIRÓ, Presidente e Primeiro Secretário, respectivamente, desta e.Casa Legislativa, em atendimento a Mensagem oriunda do PODER EXECUTIVO.
- iv. Assim, com o objetivo de se evitar rasuras no parecer retro e sanar o vício material em comento, apresenta-se a presente errata para que, aonde **se lê "MESA EXECUTIVA" LEIA-SE "DEPUTADO VALDIR ROSSONI E DEPUTADO PLAUTO MIRÓ"**.
- v. Destarte, não havendo qualquer alteração na essência ou matéria ventilada no mesmo, bastando o presente para sanar o vício material.

Curitiba, 28 de Outubro de 2014.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente da CCJ

  
Caline Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/14**

**RELATÓRIO**

A Proposta em análise de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miro, é oriunda do Poder Executivo – Mensagem nº 047/14, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Célia Regina Canhetti Postigo e Delma Russo Canhetti Postigo, os Lotes adiante descritos, todos partes integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre, Colônia Paranavaí, com área total de 246,50 ha., localizados no Município de Marilena, Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná:

- ✓ Lote nº 195 – Área 22,70 hectares;
- ✓ Lote nº 196 – Área 22,70 hectares;
- ✓ Lote nº 261 – Área 22,70 hectares;
- ✓ Lote nº 262 – Área 22,70 hectares;
- ✓ Lote nº 280 – Área 12,63 hectares;
- ✓ Lote nº 281 – Área 12,63 hectares;
- ✓ Lote nº 282 – Área 12,63 hectares;
- ✓ Lote nº 283 – Área 12,63 hectares;
- ✓ Lote nº 284 – Área 12,63 hectares;
- ✓ Lote nº 285 – Área 12,63 hectares;
- ✓ Lote nº 286-A – Área 2,42 hectares;
- ✓ Lote nº 308-B – Área 2,80 hectares;
- ✓ Lote nº 309 – Área 10,58 hectares;
- ✓ Lote nº 310 – Área 13,60 hectares;
- ✓ Lote nº 311 – Área 12,63 hectares;
- ✓ Lote nº 312 – Área 12,63 hectares;
- ✓ Lote nº 313 – Área 12,63 hectares; e,
- ✓ Lote nº 314 – Área 12,63 hectares.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 9.667.833-9-SID, e que obteve o pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

**CONCLUSÃO**

Portanto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 04/11/14

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRÉSIDENTE**

**DEPUTADO ENIO VERRI**  
**RELATOR**

Dep. Elvino

Dep. Wilson  
Dep. Waldyr





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4 /2014**

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 17 JUN. 2014  
  
1º Secretário

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Ayrton Branco Martins, o Lote nº 87, parte integrante da Gleba Campina Alta, com área de 136.9747 ha, localizado no Município de Tibagi, nos termos da Mensagem nº 41, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário



### JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 41, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014.



MENSAGEM  
Nº 41 /2014.

Curitiba, em 4 de junho de 2014.

- I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.  
Em 05/06/2014

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 JUN. 2014

1º Secretário



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Ayrton Branco Martins, o Lote 87, com área de 136,9747 ha., parte integrante da Gleba Campina Alta, localizado no Município de Tibagi.

Cabe esclarecer que a área do imóvel ultrapassa o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional, ou seja, 100 hectares.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 3.724.395-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia do processo protocolado acima mencionado.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICH**  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 3.724.395-7



ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.

000001

3.724.395-7

DATA-

Etiqueta de Cadastramento

Cyrtom Branco Martins  
Rote 87 - Companhia Alta - Sibogi

|    | DATA         | UNIDADE    | RUBRICA |    | DATA | UNIDADE | RUBRICA |
|----|--------------|------------|---------|----|------|---------|---------|
| 1  | 01/08/12     | ITC/DITER  |         | 19 |      |         |         |
| 2  | 03/08/12     | ITC/AJ     |         | 20 |      |         |         |
| 3  | 13/08/2012   | ITC/GP     |         | 21 |      |         |         |
| 4  | 14/10/2012   | ITC/DIRTEC |         | 22 |      |         |         |
| 5  | 24/12/2013   | ITC/GP     |         | 23 |      |         |         |
| 6  | 10 JUL. 2013 | PGE        | orm     | 24 |      |         |         |
| 7  | 20/02/14     | CAO        | kan     | 25 |      |         |         |
| 8  | 21/02/14     | ITCG       | R       | 26 |      |         |         |
| 9  | 26.02.14     | ITC/AJ     |         | 27 |      |         |         |
| 10 | 07.03.2014   | ITC/GP     |         | 28 |      |         |         |
| 11 | 13/03/14     | CAO        |         | 29 |      |         |         |
| 12 | 14/03/14     | NJA        |         | 30 |      |         |         |
| 13 |              |            |         | 31 |      |         |         |
| 14 |              |            |         | 32 |      |         |         |
| 15 |              |            |         | 33 |      |         |         |
| 16 |              |            |         | 34 |      |         |         |
| 17 |              |            |         | 35 |      |         |         |
| 18 |              |            |         | 36 |      |         |         |



Carro Unigo Sr. Governador Jaime Leão

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

CC

04 AGO 1998

3.724.395-7

3.724.395-7

DATA

HORA



Dirigi-me a V.S. para explicar o seguinte no lugar denominado Campina Alta município de Tibagi, tenho uma área de 136 hectares mais ou menos, área essa que fui adquirindo com maior dos sacrifícios há mais de 20 anos atrás, área que adquiri de seis passivos que vendam de livre e espontânea vontade.

Escrituras Públicas de cessão de direitos de posse, estou enviando o (xerox anexo) e recibos de compras.

Em outubro de 1.979 recebi uma licença de ocupação do Sr. Ex-Governador Ney Braga ao conceder a licença de ocupação prometu que só seria cobrado o valor de medicação aérea, fato corroborado pelo Governador José Richa quando ele sua ida a Tibagi para entregar ditos.

Em agosto de 1.985 recebi uma notificação do Escritório Regional do ITC em Ponta Grossa.

Para a retirada do cartão e pagamento inicial referente ao lote nº 87 do imóvel Campina Alta.

Faria que pagar uma prestação inicial e mais 6 (seis) cada uma



de Cr\$ 14.284.505, que perfaz um  
total de Cr\$ 99.994.535, sendo que  
esse valor era por demais eleva-  
do na época, a renda que eu tinha  
era só de criação de gado de corte.

Em 7 de Outubro de 1.985 por-  
feito um requerimento ao Presi-  
dente do Instituto de Terras e  
Cartografia.

Ilmo Senhor João Benifácio  
Cebal Junior, segue o (xerox) do re-  
querimento.

Que fosse cobrando somente o  
valor da medição conforme o  
prometido, caso não seja possível  
que fosse feita uma redução pro-  
porcional do valor arbitrado, não rece-  
bi resposta nenhuma.

Meu filho desde 1.992 resol-  
veu fazer lavourea de soja na  
referida área, mais com muita  
dificuldade por não ter o docu-  
mento definitivo, para obter  
empréstimo junto ao Banco Brasil.

Estamos plantando plânto da  
pra com as empresas fornecedoras  
trai muito custo.

Estou com todos os impostos  
em dia segue (xerox).

Aguardo uma resposta sua para  
recolher o problema.

Atenciosamente.  
Fidragi 20 de Junho de 1.992  
Adnan Branco Martins





ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA - I.T.C.



LICENÇA DE OCUPAÇÃO

078

O INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, por seu Presidente, usando das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei 7055, de 04 de dezembro de 1978, CONCEDE a AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, agropecuarista, Carteira de Identidade RG nº 439.240-Pr, CPF nº .... 113159039-20.-

licença de ocupação a TÍTULO PROVISÓRIO, do imóvel rural situado no lugar denominado CAM PINA ALTA.-



Município de: TIBAGI.-

com área aproximada de 140,00 ha (Cento e quarenta hectares).-

cujas dimensões, área, perímetro e discriminação de limites, ficam dependentes de posterior demarcação. O outorgado fica obrigado a conservar no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata.

A presente licença é insuscetível de transferência por ato inter vivos.

Curitiba, em 27 de outubro de 1979.

  
PRESIDENTE DO ITC  
JOAQUIM SEVERINO  
  
DIRETOR DO DEPTO. DE TERRAS DO ITC





instituto de terras e cartografia

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

CURITIBA — RUA DESEMBARGADOR MOTTA, 3384 - FONE 234-1611 — PARANÁ

Fla. nº 01



Ilmo. Sr. Ayrton Branco Martins -

NOTIFICAÇÃO

Vimos notificar Vossa Senhoria, para que, no prazo de 30 dias a contar do recebimento desta, compareça na Sede do Escritório Regional do ITC em Ponta Grossa, sito à Rua Nestor Guimarães nº 166 para, nos termos da Lei 7.055/78, realizar os seguintes atos:

a. Retirada do Carnê, pagamento inicial referente ao lote nº 87 - Imóvel Campina Alta.- ocupado por Vossa Senhoria;

b. lavratura de Escritura de Compra e Venda do referido imóvel, bem como, outros atos necessários a transferência de domínio.

Esclarecemos, outrossim, que o não atendimento à presente, no prazo estipulado, ensejará a reavaliação do preço atual do imóvel e mais, a propositura de medida judicial cabível.

Valor em R\$ 1.348.000,00 (um mil e trezentos e quarenta e oito mil reais)

Curitiba, 30 de Agosto de 1985

DIRETOR DO DETER

RECEBIDO

Em. 16 / 10 / 85



ILMO SENHOR JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JUNIOR  
M.D. Presidente do Instituto de Terras e Cartografias  
Curitiba - Pr.



AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, \*  
agro-pecuarista, domiciliado à rua Lopes Trovão, 118, em Ponta Gros-  
sa, portador da C.I. nº439.240 - Pr, vem mui respeitosamente à presen-  
ça de V.Sª. para expor e requerer o seguinte:

- O requerente é ocupante de uma área de 136 hectares no lugar denomi-  
nado Campina Alta, conforme faz prova com a inclusa Licença de Ocupa-  
ção (xerox), nº 078 de 27.10.79.
- Essa ocupação já se estende por mais de 20 (vinte) anos, sendo que o  
requerente muito embora tenha seu domicílio na cidade de Ponta Grossa,  
mantém residência permanente na propriedade acima citada, onde perma-  
nece uma média mensal de 20 (vinte) dias.
- Ocorre que nesta data, o mesmo recebeu uma notificação do I.T.C.,  
(xerox anexo) onde se solicita a retirada do carnê referente ao Lote  
nº87 - imóvel Campina Alta em Tibagi, e ao se dirigir ao escritório \*  
local do I.T.C., lá recebeu a informação de que teria que pagar uma \*  
prestação inicial e mais 6 (seis) cada uma de cr\$14.284.505, que per-  
faz um total de cr\$99.991.535,.
- Sendo que esse valor é por demais elevado para o requerente, que muito  
embora esteja utilizando a área com criação de gado, conforme faz pro-  
va com o xerox da declaração de bens em anexo, o rendimento é oriundo  
da área é insuficiente para que o requerente possa pagar a importância  
solicitada.
- Além disso, há de se considerar que o ex-Governador Ney Braga, ao con-  
ceder a Licença de Ocupação, prometeu que sói seria cobrado o valor de  
medição, aliás, fato corroborado pelo Governador José Richa, quando de  
sua ida à Tibagi, pra entrega de títulos.

Face ao exposto vem mui respeitosamente reque-  
rer à V.Sª. :

- Que seja cobrado somente o valor da medição conforme o prometido;
- Caso não seja possível, seja feita uma redução substancial do va-  
lor arbitrado;
- Reuquer mais, que o prazo constante da notificação seja suspenso até  
posterior definição.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento

Tibagi, 16 de Outubro de 1.985.

Instituto de Terras e Cartografias  
Campina Alta de Tibagi  
16/10/85  
16/10/85

*Ayrtón Branco Martins*  
AYRTON BRANCO MARTINS







CR\$ 5.000,00



N. \_\_\_\_\_

Recebi(emos) do(s) Senador Francisco Martins

, a importância supra de

Quatro mil e oitocentas

Unidades de Real, que lhe fiz de um cheque de  
Valor Nominal de cinco mil e oitocentas reais com seus juros.  
Leva mais ou menos contida uma com seus juros.

Para os efeitos legais, firmo(amos) o presente.

Boa Vista, 19 de Agosto de 1927  
Leandro Paes da Mota





| Contribuição Sindical Rural  |                                    | Contribuição SENAR                          |  |
|--|------------------------------------|---|--|
| Data de recebimento: 15/05/97  | Nº do Documento: 0940700           | Data do vencimento: 30/06/97                |  |
| <b>Dados do Imóvel Rural</b>   |                                    | <b>Dados do Contribuinte</b>                |  |
| Nome do Imóvel: X SÍTIO CAMPINA ALTA   | Nº do Imóvel Rec. Federal: 0940700 | Nome/Razão Social: AYRTON BRANCO MARTINS    | Contribuição Sindical: 138,55              |
| Localização do Imóvel: ESTRADA PORTEIRA GRANDE A TIBAGI  | Área total do imóvel em ha: 136,0  | Endereço: RUA LOPES TROVAO, 118             | Contribuição SENAR: 16,40                  |
| Município do Imóvel: TIBAGI UF: PR   | Enquadramento Sindical: 11.c       | Cidade: PONTA GROSSA UF: PR CEP: 84.000-000 | Valor Total Lançado (+) mora/multa: 154,95 |
| <b>BASE LEGAL</b>  |                                    | <b>VALOR COBRADO</b>                        |  |
| Contribuição Sindical Rural - CLT Art. 578 a 610; Decreto-lei nº 1.166/71 Art. 1º e Art. 4º e 5º |                                    | 154,95 RC34097                              |  |
| Contribuição SENAR - Lei nº 8.315/91; Decreto-lei nº 1.146/70                                    |                                    | (Retenção Mecânica / RECIBO DO SACADO)      |  |
| <b>DISTRIBUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL</b>   |                                    |   |  |
| CLT Art. 589: 20% MTb, 60% Sindicato, 15% Federação, 5% CNA                                      |                                    |   |  |

## RECIBO

N.º

Cr\$ 5.000,00

Recebemos do(s) Snr(s) AYRTON BRANCO MARTINS

a importância supra de ((CINCO MIL RUPELOS))

proveniente da cessão que lhe fiz, de uma área de terras com mais

ou menos 4 (quatro) alqueires, situada no lugar Campina Alta,

neste Município de Tibagi, Est. do Pr.

Para clareza firmamos o presente recibo.

Tibagi, 13 de Setembro de 1974

A rogo de Lidia Vieira de Rosa.

Ovidio Antonio DiAmico

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

DARF

01 Nome/Telefone

AYRTON BRANCO MARTINS  
(042) 2249643

Consulte o Manual  
de Preenchimento do ITR

|   |                |
|---|----------------|
| 02 Período de Apuração                          | 01/01/1997     |
| 03 Número CPF ou CGC                            | 113.159.039-20 |
| 04 Código da Receita                            | 1070           |
| 05 Número de Referência                         | 09407006       |
| 06 Data do Vencimento                           | 30/12/1997     |
| 07 Valor do Principal                           | 51,63          |
| 08 Valor da Multa                               |                |
| 09 Valor dos Juros e/ou Encargos DL-1025/69     |                |
| 10 Valor Total                                  |                |
| 11 Autenticação bancária (assente 1ª e 2ª vias) |                |



República Federativa do Brasil

Comarca de Tibagi Estado do Paraná



Célio Luiz Zapzalka

Tabelião e Oficial de Protesto de Títulos  
Tibagi - Paraná  
CIC n.º 00097609

Livro de Notas n.º 152

Fls. 94v. à 96

VALOR DO CONTRATO: Cr\$2.000,00

Primeiro Traslado: Escritura pública de cessão de direitos de posse - que faz o Sr. CANDIDO VIEIRA DA ROSA ao outorgado cessionário o Sr. AYRTON BRANCO MARTINS, como abaixo se declara: SAIBAM quantos esta pública escritura de cessão de direitos de posse virem, que sendo - no ano de mil novecentos e setenta e cinco (1.975) da Era Cristã, - aos cinco (5) dias do mês de Setembro, do dito ano, nesta cidade de Tibagi, Estado do Paraná, em meu Cartório, perante mim Célio Luiz - Zapzalka, Tabelião, compareceram as partes entre si, justas e con- tratadas, a saber: de um lado, como outorgante cedente o Sr. CANDI- DO VIEIRA DA ROSA, brasileiro, solteiro, lavrador, portador da cer- tidão de nascimento nº 3.126 fls. 55v. do livro nº 20 do Registro Ci- vil desta cidade, domiciliado e residente no lugar Água Clara, neste Município; e, de outro lado, como outorgado cessionário o Sr. AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, pecuarista, portador do CPF nº - 113.159.039, domiciliado e residente à Rua Lopes Trovão, 118, na ci- dade de Ponta Grossa, neste Estado; pessoas essas maiores e capazes, minhas conhedidas e das testemunhas abaixo nomeadas e no final assi- nadas pelas próprias de que trato e dou fé. E perante essas mesmas - testemunhas pelo outorgante cedente referido, me foi dito que pela - presente escritura e pelo preço certo e ajustado de Cr\$2.000,00 (dois mil cruzeiros), importância essa que confessa já haver recebido do - outorgado cessionário, em sua totalidade e em moeda corrente e legal do País, pelo que dá ao mesmo plena, geral e irrevogável quitação e desde já cede e transfere, como cedido e transferido tem, ao outorga- do cessionário, todos os seus direitos e obrigações sobre uma área - de terras com mais ou menos três (3) alqueires, composta de campos - e carrascais, situado na Fazenda Água Clara, no lugar denominado - "Campina Alta", neste Município de Tibagi, Estado do Paraná, com as



Rosa Vieira; ao Sul, por um pequeno córrego; a Leste, com o próprio outorgado cessionário Ayrton Branco Martins; e, a Oeste, com o próprio outorgante Candido Vieira da Rosa; sem benfeitorias; que o outorgante mantém posse mansa, pacífica e ininterruptamente há mais - de quarenta (40) anos e obteve os direitos de posse, por sucessão de seus pais; que assim em virtude da presente escritura dá ao outorgado como subrogado em todos aqueles direitos ora cedidos e transferidos, obrigando-se ele outorgante a fazer a presente cessão sempre boa, firme e valiosa e responder pela evicção legal de direitos, na forma da lei. Pelo outorgado cessionário Sr. Ayrton Branco Martins, me foi dito ante as mesmas testemunhas, que aceitava a presente escritura em seus expressos termos, assim como nela se contém e declara e que se obriga a pagar todos os impostos que a mesma escritura estiver sujeita oportunamente, assumindo toda e qualquer responsabilidade disso decorrente do que dou fé. A presente escritura acha-se distribuída no livro nº1 sob nº. 245 do Distribuidor Público desta - Comarca. E de como assim disseram e outorgaram ante as referidas - testemunhas, pedindo-me que lavrasse em minhas notas esta escritura assim o fiz, lendo-a às partes e às testemunhas, que a acharam conforme, a aceitaram e assinaram, inclusive as testemunhas Odemar Taques e Candido Severo Braga, brasileiros, viuvo e casado, respectivamente, o primeiro funcionário público, domiciliado e residente nesta cidade e o segundo, lavrador, domiciliado e residente no lugar - Água Clara, neste Município. Assina a rogo da outorgante, visto o - mesmo ser analfabeto, o cidadão José Alberto Petuya, perante as - mesmas testemunhas. Eu, Célio Luiz Zapzalka, Tabelião, que a escrevi e assino em público e raso. Em test<sup>o</sup> (sinal público) da verdade. (a) Célio Luiz Zapzalka. (aa) José Alberto Petuya - Odemar Taques - Ayrton Branco Martins - Candido Severo Braga - Célio Luiz Zapzalka. Consta a impressão digital do outorgante. Confere com a original e dou fé. Traslada em seguida. Eu,  Tabelião, que a datilografei, conferi, subscrevo e assino em público e raso.-

Em test<sup>o</sup>  da verdade.

Célio Luiz Zapzalka.

Tabelião.





LEODEGARD DE ALMEIDA TAQUES

Escritor do Crime e Oficial do Registro  
Civil de Nascimentos, Casamentos  
e Óbitos, do Distrito da Sede da  
Comarca de

TIBAGI

ESTADO DO PARANÁ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE TIBAGI

Leodgard de Almeida Taques

Tabelião e Oficial de Protestos de Títulos  
TIBAGI - PARANÁ

LIVRO DE NOTAS N.º =143=====

Fls. 132 à 133v.

VALOR DO CONTRATO NCR\$ 300,00=====

PRIMEIRO TRASLADO:- Escritura pública de cessão de direitos de posse, que faz o Sr. JOÃO FELIX DA SILVA, ao outorgado cessionário Sr. AYRTON BRANCO MARTINS, como abaixo se declara: - SAIBAM quantos esta pública escritura de cessão de direitos virem, que sendo no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e setenta, aos (12) doze dias do mês de Maio do dito ano nesta cidade de Tibagi Estado do Paraná, em meu Cartório, perante mim Leodgard de Almeida Taques, Tabelião, compareceram as partes entre si, justas, avindas e contratadas a saber: de um lado como outorgante cedente o Sr. JOÃO FELIX DA SILVA, brasileiro, solteiro, lavrador, residente em Barreiro, neste Município e Comarca; e, de outro lado como outorgado cessionário o Sr. AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, pecuarista, portador do título de eleitor nº 2.129 da 15ª Zona da cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná residente e domiciliado na referida cidade de Ponta Grossa; - pessoas essas mores e capzes, minhas conhecidas e das testemunhas abaixo nomeadas e no final assinadas pelas próprias de que trato e dou fé. E perante essas mesmas testemunhas pelo outorgante cedente me foi dito que é legítimo possuidor de uma área de terras com mais ou menos (15) alqueires, situada na Fazenda Campina Alta no lugar denominado Boa Vista, neste Município e Comarca de Tibagi, Estado do Paraná, dividindo ao Norte com a estrada que vai de T, digo, a estrada municipal - que vai de Tibagi à Campina Alta, ao Leste divide em linha seca até a cabeceira da sanga, com Candinho Alves de Lima, depois com Laurito Felix da Silva e Antonio Olavo Branco Martins; ao Sul, divide com o próprio outorgado cessionário; ao Oeste com Lúcia Vieira da Rosa. Está cadastrado no IBRA sob nº 5205009/50341. E desde já cede e transfere ao outorgado cessionário



preço certo e ajustado do NCr\$ 300,00 (trezentos Cruzeiros Novos) importância essa que o outorgante cedente confessa haver recebido do outorgado cessionário em moeda corrente e legal do País, pelo que dá ao mesmo plena, geral e irrevogável quitação, e desde já - cede e transfere ao outorgado cessionário todos os seus direitos, posse, jus, domínio e ação que até hoje exercia no aludido imóvel. E se obriga a fazer a presente cessão sempre boa, firme e valiosa e responder pela evicção por si, seus herdeiros ou sucessores. Pelo outorgado cessionário Sr. Ayrton Branco Martins me foi dito ante as mesmas testemunhas que aceitava a presente escritura assim como nel se contém e declara, e que o mesmo se obriga a pagar todos os impostos que a mesma escritura estiver sujeita oportunamente, - assumindo toda e qualquer responsabilidade disso decorrente, do que dou fé. A presente escritura acha-se distribuída no livro nº4, fls., 125, sob nº15,197 do Distribuidor Público desta Comarca. E de como assim disseram as partes e outorgaram ante as referidas - testemunhas pedindo-me que lavrasse em minhas notas esta escritura, assim o fiz, lendo-a às partes e às testemunhas a tudo presentes e que são: Pedro Antonio de Jesus e Nivaldo Rosa, brasileiros, casados, lavradores, residentes em Serrado Grande, neste Município. Eu, Leodegard de Almeida Taques, Tabelião, o escrevi e assino em público e raso. Em test<sup>2</sup> (sinal público) da verdade. -a- Leodegard de Almeida Taques. -ass- JOÃO FELIX DA SILVA = AYRTON BRANCO MARTINS = PEDRO ANTONIO DE JESUS E NIVALDO ROSA. Confere com o original e dou fé. Traslada em seguida. Eu, Leodegard de Almeida Taques, Tabelião, o datilografei, conferi, subscrevo e assino em público e raso.===

Em test<sup>2</sup> da verdade.===

Leodegard de Almeida Taques  
Tabelião.===

LEODEGARD DE ALMEIDA TAQUES

Escritor de Crim. e Oficial do Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, do Distrito da Sede da Comarca de

TIBAGI



DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pág. 19  
4

LEODEGARD DE ALMEIDA TAQUES  
Escritor de Cartas e Tabelião  
do Civil do Nascimento, Comarca de  
Tibagi, Estado do Paraná  
TABELIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE TIBAGI



Leodegard de Almeida Taques  
Tabelião e Oficial de Protestos de Títulos  
TIBAGI - PARANÁ

LIVRO DE NOTAS N.º 143=====

Fls. 119v. à 121v.

VALOR DO CONTRATO N CR\$500,00=====

PRIMEIRO TRASLADO:- Escritura pública de cessão de direitos de posse que fazem o Sr. OVÍDIO ANTONIO D'AMICO e sua mulher D<sup>ma</sup> IRVA CARNEIRO D'AMICO ao outorgado cessionário Sr. AYRTON BRANCO MARTINS, como abaixo se declara: SAIBAM quantos esta pública escritura de cessão de direitos de posse virem, que sendo no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e sessenta e nove aos (09) nove dias do dito ano nesta cidade de Tibagi, Estado do Paraná, em meu Cartório perante mim Leodegard de Almeida Taques, Tabelião, compareceram as partes entre si, justas avindas e contratadas a saber: de um lado como outorgantes cedentes o Sr. OVÍDIO ANTONIO D'AMICO e sua mulher D<sup>ma</sup> IRVA CARNEIRO D'AMICO, brasileiros, casados, êle comerciante e ela do lar, portadores dos títulos de eleitores n<sup>os</sup> 12.176 e 19.859, respectivamente, da 15ª Zona da cidade de Ponta Grossa, neste Estado, domiciliados e residentes na referida cidade de Ponta Grossa; e de outro lado como outorgado cessionário o Sr. AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, fazendeiro, portador do título de leitor n<sup>o</sup> 2129 da 15ª Zona, residente em Ponta Grossa, neste Estado; - pessoas essas maiores e capazes, minhas conhecidas e das testemunhas abaixo nomeadas e no final assinadas pelas próprias de que trato e dou fé. E perante essas mesmas testemunhas pelos outorgantes cedentes, me foi dito que pela presente escritura e pelo preço certo e ajustado de NCr\$500,00 (quinhentos Cruzeiros Novos), importância essa que os outorgantes cedentes confessam haver recebido do outorgado cessionário, em sua totalidade e em moeda corrente e legal do País, pelo que dão ao mesmo plena, geral e irrevogável quitação e desde já cedem e transferem ao outorgado cessionário todos os direitos que



sanga, com Lidia Vêira da Rosa e João Felix; a Leste, pelo Arroio Água Clara, com Pedro Francisco Betim; ao Sul, por linha seca, por uma sanga, com Lauro Branco; ao Oeste, por linha seca, com Lucilia-20 Pinto da Costa e a estrada de rodagem Porteira Grande à Campina Al-7 ta; dentro da parte de João Ferreira Pedroso, que herdou de Braz Pedroso de Almeida. E que os outorgantes cedentes obtiveram o imóvel acima por compra de Silvio Vieira da Rosa e sua esposa D<sup>ca</sup> Edith Felix da Silva, conforme escritura lavrada pelo Tabelião Eusébio Borba no livro de Notas nº131, fls. 168v. à 170v., em data de 26-03-1.965, a qual está registrada no Cartório de Imóveis desta cidade sob nº1.282 fls. 38 do livro B-S. Imóvel esse que acha-se devidamente cadastrada no I.B.R.A. sob nº520500951480-. E desde já cedem e transferem ao outorgado cessionário Sr. Ayrton Branco Martins, todos os seus direitos, podendo o outorgado cessionário desde hoje usar, gozar e dispor como seu o imóvel acima referido. E se obrigam a fazerem a presente cessão sempre boa, firme e valiosa e responder pela evicção por si, seus herdeiros ou sucessores. Pelo outorgado cessionário Sr. Ayrton Branco Martins, me foi dito ante as mesmas testemunhas que aceitava a presente escritura de cessão, assim como nela se contém e declara, e que se obriga a pagar todos os impostos que a mesma estiver sujeita oportunamente, assumindo toda e qualquer responsabilidade disso decorrente, do que dou fé. A presente escritura acha-se distribuída no livro nº 4, fls. 124 deb nº15.165, do Distribuidor Público desta Comarca. E de como assim disseram as partes e outorgaram, ante as referidas testemunhas, pedindo-me que lavrasse em minha notas esta escritura, assim o fiz, lendo-a às partes e às testemunhas, e que a acharam conforme, a aceitaram e assinaram com essas mesmas testemunhas a tudo presentes que são Juvenal Martins Guimarães e Silvio Dias de Siqueira, brasileiros, solteiros, funcionários públicos, ambos residentes nesta cidade. Eu, Leodegard de Almeida Taques, Tabelião o escrevi e assino em público e raso. Em test<sup>o</sup> (sinal público) da verdade. -A- Leodegard de Almeida Taques. -ass- Ovidio Antonio D'Amico - Irva Carneiro D'Amico - Ayrton Branco Martins - Juvenal Martins Guimarães e Silvio Dias de Siqueira. Confere com o original e dou fé. Traslada em seguida. Eu Tabelião o datilografei, conferi, subscrevo e assino em público e raso.===

Em test<sup>o</sup> da verdade.===

Tabelião.===

LEODEGARD DE ALMEIDA TAQUES

Tabelião de Cíveis e Oficial do Reg



# República Federativa do Brasil

Comarca de Tibagi



Estado do Paraná

CÉLIO LUIZ ZAPZALKA  
Tabelião e Oficial do  
Protesto de Títulos.  
Tibagi - Paraná

Célio Luiz Zapzalka

Tabelião e Oficial de Protesto de Títulos  
Tibagi - Paraná

21  
7

Livro de Notas N.º 144

Fls. 93 à 94 verso.

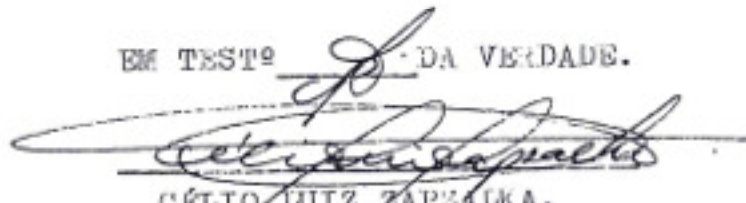
Valor do Contrato Cr\$ 1.350,00

Primeiro Traslado: - Escritura pública de cessão de direitos de posse que faz a Sra. MARIA ROSA VIEIRA ao outorgado cessionário Sr. LEBRO MANOEL BUENO, como abaixo se declara: SAIBAM quantos esta pública escritura de cessão de direitos de posse virem, que sendo aos dezoito (18) dias do mês de Agosto, do ano de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Tibagi, Estado do Paraná, em meu Cartório, perante mim Célio Luiz Zapzalka, Tabelião, compareceram as partes entre si, justas e contratadas a saber: de um lado como outorgante cedente a Sra. Maria Rosa Vieira, brasileira, viúva, doméstica, domiciliada e residente no lugar Campina Alta, neste Município; e, de outro lado como outorgado cessionário o Sr. Lebro Manoel Bueno, brasileiro, casado, lavrador, domiciliado e residente no lugar Secrado, neste Município; pessoas essas maiores e capazes, minhas conhecidas e das testemunhas abaixo nomeadas e no final assinadas pelas próprias de que trato e dou fé. E perante essas mesmas testemunhas, pela outorgante cedente referida, me foi dito que pela presente escritura e pelo preço certo e ajustado de Cr\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta cruzeiros), importância essa que a outorgante cedente confessa neste ato haver recebido do outorgado cessionário em sua totalidade e em moeda corrente e legal do País, pelo que dá ao mesmo plena, geral e irrevogável quitação e desde já cede e transfere ao outorgado cessionário, todos os seus direitos que possui sobre uma posse mansa e pacífica, que a outorgante exerce há mais de 50 (cincoenta) anos, sobre uma área com mais ou menos 15 (quinze) alqueires, de terras de campo e mato, situada no lugar denominado "Água Clara", neste Município de Tibagi, Estado do Paraná, o qual confronta de um lado com terras de Sezinando Alves de Lima e de outro lado com José Alves de Lima e faz divisa com a estrada que vai desta cidade para Campina Alta. E se obriga a fazer a presente cessão.



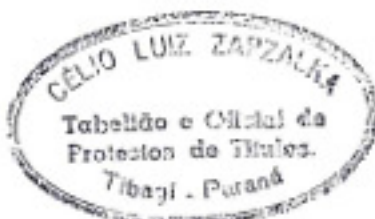
cessionário sub-rogado em todos aquêles direitos ora cedidos e transferidos. Pelo outorgado cessionário, me foi dito ante as mesmas testemunhas que aceita a presente escritura em seus expressos termos, assim como nela se contém e declara, e que se obriga a pagar todos os impostos que a mesma escritura estiver sujeita oportunamente, assumindo tôda e qualquer responsabilidade disso decorrente, do que dou fé.. A presente escritura acha-se distribuída no livro nº 4 fls. 139 sob o nº15.442, do Distribuidor Público desta Comarca. E de como assim disseram e outorgaram ante as referidos testemunhas, pedindo-me que lavrasse em minhas notas esta escritura, assim o fiz, lendo-a às partes e às testemunhas que a acharam conforme, e aceitaram e assinaram, inclusive as testemunhas Silvio Dias Siqueira e Juvenal Martins Guimarães, brasileiros, solteiros, funcionários públicos municipais, residentes nesta cidade. Assim a rogo da outorgante cedente, visto a mesma ser analfabeta, o cidadão Odemar Taques, e a rogo do outorgante, visto o mesmo ser analfabeto, o cidadão Durlindo Pinto de Andrade, perante as mesmas testemunhas. Eu, Célio Luiz Zapzalka, Tabelião, que a escrevi e assino em público e raso. - Em testº (sigla público) da verdade. (a) Célio Luiz Zapzalka. (na) - ODEMAR TAQUES - DURLINDO PINTO DE ANDRADE - SILVIO DIAS SIQUEIRA e JUVENAL MARTINS GUIMARÃES. Contam também as impressões digitais das outorgante e dou outorgado. ~~Conferi com a original e dou fé.~~ Trasladade em seguida. Eu, Célio Luiz Zapzalka, Tabelião, que a datilografei, conferi, ~~publico~~ ~~ou~~ e assino em público e raso.

EM TESTº DA VERDADE.



CÉLIO LUIZ ZAPZALKA.

Tabelião.



República Federativa do Brasil

Comarca de Tibagi Estado do Paraná



**Célio Luiz Zapzalka**

Tabelião e Oficial de Protesto de Títulos  
Tibagi - Paraná

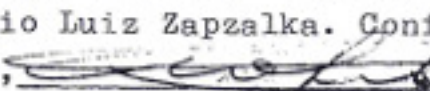
Livro de Notas n.º 150

Fls. 28 a 30

VALOR DO CONTRATO: Cr\$5.000,00

Primeiro Traslado: Escritura pública de cessão de direitos de posse - que faz a Sra. LIDIA VIEIRA DA ROSA, ao outorgado cessionário o Sr. AYRTON BRANCO MARTINS, como abaixo se declara: SAIBAM quantos esta - pública escritura de cessão de direitos de posse virem, que sendo - no ano de mil novecentos e setenta e quatro (1.974) da Era Cristã, - aos treze (13) dias do mês de setembro, do dito ano, nesta cidade - de Tibagi, Estado do Paraná, em meu Cartório, perante mim Célio Luiz Zapzalka, Tabelião, compareceram as partes entre si, justas e contra - tadas a saber: de um lado como outorgante cedente a Sra. LIDIA VIEIRA DA ROSA, brasileira, solteira, doméstica, portadora da certidão de nascimento n.º 3.696 fls. 16 do livro n.º 52 do Cartório do Registro Ci - vil do Taboão, na Comarca de Curitiba, domiciliada e residente no lu - gar Serrado, neste Município; e, de outro lado como outorgado cessionário o Sr. AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, pecuarista, - portador da Carteira de Identidade n.º RG-439.240-Pr., e CPF n.º 113.159.039, domiciliado e residente no lugar Serrado, neste Município; pes - soas essas maiores e capazes, minhas conhecidas e das testemunhas a - baixo nomeadas e no final assinadas pelas próprias de que trato e - dou fé. E perante essas mesmas testemunhas, pela outorgante referi - da, me foi dito que pela presente escritura e pelo preço certo e - ajustado de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), importância essa que a outorgante confessa já haver recebido do outorgado cessionário, em - sua totalidade e em moeda corrente e legal do País, pelo que dá ao - mesmo plena, geral e irrevogável quitação e desde já cede e transfe - re ao outorgado cessionário, todos os seus direitos de posse que pos - sue mansa e pacífica há mais de 25 (vinte e cinco) anos, sobre uma á - rea de terras com mais ou menos 4 (quatro) alqueires, composta de - campo, situada no lugar denominado "Campina Alta", neste Município - de Tibagi, Estado do Paraná, cuja área de um lado e aos fundos, com



Grande à Telêmaco Borba, confrontando com Dimas Pinto da Costa, João Alves de Lima, Joaquim das Dores e Cândido Severo Braga; existindo em dito imóvel uma casa de madeiras, coberta de taboinhas, que a outorgante se compromete a retirá-la dentro do prazo de dez (10) dias a contar desta data; que assim em virtude da presente escritura e cessão, dá ao outorgado como subrogado em todos aqueles direitos, ora dedidos e transferidos, obrigando-se a outorgante a fazer a presente cessão sempre boa, firme e valiosa e responder pela evicção legal de direitos, na forma da lei. Pelo outorgado cessionário me foi dito ante as mesmas testemunhas que aceitava a presente escritura em seus expressos termos, assim como nela se contém e declara, e que se obriga a pagar todos os impostos que a mesma escritura estiver sujeita oportunamente, assumindo toda e qualquer responsabilidade disso decorrente, do que dou fé. A presente escritura acha-se distribuída no livro nº1 sob nº do Distribuidor Público desta Comarca. E de como assim disseram e outorgaram ante as referidas testemunhas, pedindo-me que lavrasse em minhas notas esta escritura, assim o fiz, lendo-a às partes e às testemunhas, que a acharam conforme, a aceitaram e assinaram, inclusive as testemunhas Odemar Taques e Manoel Pascoalino Soares Filho, brasileiros, viuvo e solteiro, respectivamente, funcionários públicos, residentes nesta cidade. Assina a rogo da outorgante, visto a mesma ser analfabeta, o cidadão Pedro Carlos Palma, perante as mesmas testemunhas. Eu, Célio Luiz Zapzalka. T tabelião, que a escrevi e assino em público e raso. Em testº (ainal público) da verdade. (a) Célio Luiz Zapzalka, (aa) PEDRO CARLOS PALMA (a rogo) - AYRTON BRANCO MARTINS = Odemar Taques e Manoel Pascoalino Soares Filho, - Célio Luiz Zapzalka. Conferi com a original. Transcrita em seguida. Eu, , T tabelião, que a datilografei, conferi, subscrevo e assino em público e raso.-(Custas Cr\$145,00).-

Em testº  da verdade.

Célio Luiz Zapzalka.

Tabelião.





República Federativa do Brasil

Comarca de Tibagi



Estado do Paraná

Célio Luiz Zapzalka



Tabelião e Oficial de Protestos de Títulos

Tibagi - Paraná

C I C n.º 080897609-53

Livro de Notas n.º 155

Fls. 174/176v.

VALOR DO CONTRATO: Cr\$30.000,00

Primeiro Traslado :

Escritura pública de cessão e transferência de direitos de posse que fazem o Sr. Lebro Manoel Bueno e sua mulher Sra. Edina Lucia Bueno, ao outorgado cessionário o Sr. Ayrton Branco Martins, como abaixo se declara: SAIBAM quantos esta pública escritura de cessão e transferência de direitos de posse virem, que sendo no ano de mil novecentos e setenta e sete (1.977) da Era Cristã, aos vinte e sete (27) dias do mês de Janeiro, do dito ano, nesta cidade de Tibagi, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim Célio Luiz Zapzalka, Tabelião, compareceram as partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgantes cedentes e transferentes o Sr. LEBRO MANOEL BUENO e sua mulher Sra. EDINA LUCIA BUENO, brasileiros, casados, lavradores, inscritos no CPF sob nº158.493.689-49, domiciliados e residentes no lugar Campina Alta, neste Município; e, de outro lado, como outorgado cessionário o Sr. AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, agro-pecuarista, portador da Carteira de Identidade RG nº 439.240-Pr., e CPF nº 113.159.039-20, domiciliado e residente à Rua Lopes Trovão nº 118, na cidade de Ponta Grossa-Pr.; e, como anuente o Sr. Candido Severo Braga, brasileiro, casado, lavrador, domiciliado e residente no lugar Água Clara, neste Município, neste ato devidamente representado pelo seu bastante procurador o Sr. Marins Claro Teixeira, brasileiro, solteiro, do comércio, domiciliado e residente nesta cidade, conforme termos da procuração particular, datada de 1º/10/76 e com firma reconhecida pelo mesmo Tabelião que esta subscreve, cujo instrumento encontra-se registrado no Livro de Registro de Procurações de nº15 e fica arquivada em Cartório; pessoas essas maiores e capazes, minhas conhecidas e das testemunhas abaixo nomeadas e no final assinadas pelas próprias de que



importância essa que os outorgantes confessam já haverem recebido do outorgado cessionário, em sua totalidade e em moeda corrente e legal do País, pelo que dão ao mesmo plena, geral e irrevogável quitação e desde cedem e transferem, como de fato e na verdade cedido e transferido têm, ao outorgado cessionário, todos os seus direitos de posse e obrigações, referentes ao imóvel seguinte: "CONSTA de uma área de terras com quinze (15) alqueires de campo e mato, situada no lugar denominado "ÁGUA CLARA", neste Município de Tibagi, Estado do Paraná, com os limites e confrontações seguintes: ao Norte, por uma água, confronta com herdeiros de Sezinando Alves de Lima, Eurides Felix da Silva e Heitor Lourenço de Oliveira; ao Sul, pela estrada municipal Tibagi-Campina Alta, confrontando com o próprio cessionário; ao Leste, por uma cerca de arame, confronta com Maria Rosa Vieira e, ao Oeste, por uma cerca de arame, confronta com Odete Vieira da Rosa". Que os outorgantes obtiveram o imóvel acima descrito, pela cessão de direitos feita por Maria Rosa Vieira, conforme escritura pública lavrada neste Cartório, no livro nº 144 fls. 93 à 94 verso, em data de 18/08/72, pelo mesmo Tabelião que esta subscreve, sendo que a Sra. Maria Rosa Vieira, mantinha posse mansa e pacífica há mais de cinquenta (50) anos. Que assim em virtude da presente escritura dão ao outorgado cessionário, como sub-rogado naqueles mesmos direitos, ora cedidos e transferidos, obrigando-se eles outorgantes a fazerem a presente cessão sempre boa, firme e valiosa e responderem pela evicção legal de direitos, na forma da lei. Pelo amente Sr. Candido Severo Braga, neste ato representado pelo seu procurador me foi dito que estava de pleno acôrdo com a presente cessão. Pelo outorgado cessionário o Sr. Ayrton Branco Martins, me foi dito ante as mesmas testemunhas que aceitava a presente escritura em seus expressos termos, assim como nela se contém e declara e que se obriga a pagar todos os impostos que a mesma escritura estiver sujeita oportunamente, assumindo toda e qualquer responsabilidade disso decorrente, do que dou fé. A presente escritura acha-se distribuída no livro nº 1 sob nº 529 do Distribuidor Público desta Comarca. E, de como assim disseram e outorgaram ante as referidas testemunhas, pedindo-me que lavrasse em minhas notas esta escritura, assim fiz, lendo-a às partes e às testemunhas, que a acharam conforme, a aceitaram e assinam, inclusive as testemunhas Odemar Taques e Manoel Pascoalino Soares Filho, brasileiros, viuvo e casado, respectivamente, funcionários públicos, domiciliados e residentes nesta cidade. Assim a rogo dos outorgantes, visto os mesmos serem analfabetos, o cidadão Pedro Carlos Palma, perante as mesmas testemunhas. Eu, Célio Luiz Zapzalka, Tabelião, que a escrevi e assino em público e raso. Em testº (sinal público) da verdade. (a) Célio Luiz Zapzalka. (aa) Pedro Carlos Pal-

são digital dos outorgantes. Confere-se com a original e dou fé. Trans-  
ladada em seguida. Eu, [assinatura], Tabelião,  
que a esc, digo, que a datilografai, conferi, subcrevo e assino  
em público e raso. -

Em test<sup>o</sup> [assinatura] da verdade.

Célio Luiz Zapzalka.  
Tabelião.

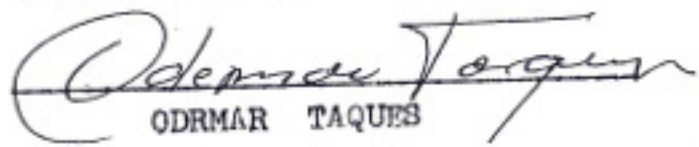




AUTO DE MANUTENÇÃO DEFINITIVA DE POSSE

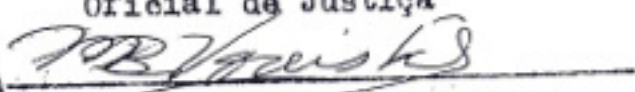
Nós Oficiais de Justiça, abaixo assinados, em cumprimento ao mandado expedido nos autos nº 1/74, de Ação de Manutenção de Posse, requerida por Cândido Alves de Lima contra Manoel Alves de Lima, nos dirigimos nesta Comarca, no lugar denominado Água Clara, e sendo aí, procedemos a MANUTENÇÃO DEFINITIVA do A. CÂNDIDO ALVES DE LIMA, brasileiro, viuvo, agricultor, residente e domiciliado no lugar Água Clara, nesta Comarca, na posse do imóvel que se encontrava sendo turbado pelo requerido Manoel Alves de Lima, constante do seguinte: - "Um imóvel rural medindo 10 alqueires, ou seja 25 hectares, no lugar denominado Água Clara, / nesta Comarca, onde mantém casa de moradia, suas benfeitorias, / com as divisas seguintes: ao norte, com a propriedade de Eugênio Felix da Silva; ao sul, com um pequeno correio; a leste, com terras de Antonio Martins e a oeste, com a propriedade de Eugênio Felix da Silva digo com a propriedade de Clarito Felix da Silva, que se encontra sendo turbada, uma parte, pelo réu Manoel Alves de Lima." Para constar lavramos o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por nós oficiais de justiça, pelo requerente e pelas testemunhas abaixo. -

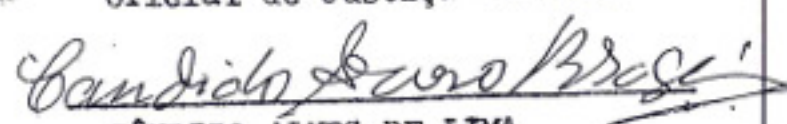
Tibagi, 5 de setembro de 1.975

  
ODRIMAR TAQUES

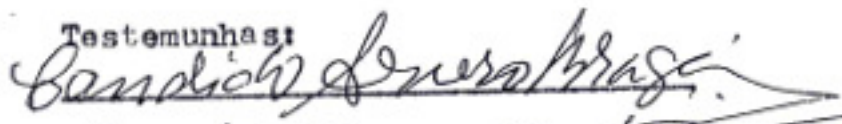
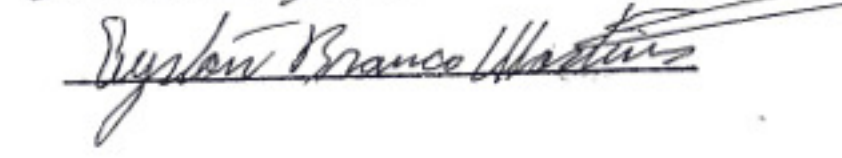
Oficial de Justiça



  
MANOEL BELMIRO NOVISKI  
Oficial de Justiça "ad-hoc"

  
CÂNDIDO ALVES DE LIMA  
- requerente -

Testemunhas:

**Ref.: Ayrton Branco Martins**

Tendo em vista a natureza do assunto, encaminhe-se à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

SEEG, 29.07.98

**JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO**  
Secretário de Estado do Governo



| INFORMAÇÃO                      | Folha nº |
|---------------------------------|----------|
| Protocolo nº                    |          |
| Gabinete Direção Geral          |          |
| SEMA                            |          |
| Recebido em                     |          |
| 05/08/98                        |          |
| Às 15:58 horas                  |          |
| Assinatura                      |          |
| Encaminhe-se à... CTC/SEMA      |          |
| Em 05/08/98                     |          |
| Para... INFORMAR                |          |
| Walter Ostermann Junior         |          |
| Assessor de Planejamento        |          |
| Ao CTC (Arbore)                 |          |
| Encaminhamento                  |          |
| 05/08/98                        |          |
| Jenifer Nunes                   |          |
| Chefe de Gabinete e Coordenação |          |

PROTOCOLO N.º 3.724.395-7 SID = AYRTON BRANCO MARTINS

Senhor Chefe de Divisão .-

O imóvel denominado "CAMPINA ALTA", com área total de 7.694,0500 hectares, localizado no Município e Comarca de Tibagi, / foi objeto de Discriminatória Judicial - Autos nº 47/79, proposta e efetivada em nome do ESTADO DO PARANÁ, em razão de Mandado de Transcrição expedido de Carta de Sentença Matriculada sob nº 2.813 do Livro nº 02, no Cartório de Registro Geral de Imóveis da supracitada 7 Comarca. Com amparo nesse procedimento, foi aberto o Plano de Colonização - Autos nº 263, que, após os devidos trâmites, teve seu Laudo Técnico que havia sido elaborado pelo Escritório Regional de Ponta Grossa, aprovado pelo Sr. Diretor Presidente do Ex. ITC. em 07.novembro.1983, e publicado por Edital no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 1.658 de 11.novembro.1983, sem que houvessem protestos ou reclamações de terceiros. Para o lote nº 87 com 136,9747 hectares, aqui tratado, foi em 27.outubro.1979, emitida em nome do subscritor deste a TÍTULO PROVISÓRIO, a Licença de Ocupação nº 078 (setenta e oito), / cópia reprográfica anexa às fls. 04 desta petição. Posteriormente, / ou melhor, no dia 28.junho.1984, o imóvel em questão foi incorporado ao patrimônio do Ex. ITC. (hoje IAP.), para fins de venda, através / do Título nº 1.577, expedido de conformidade com o disposto nos artigos 27 e 33 inciso III, da Lei nº 7.055 de 04.dezembro.1978, Título / esse, Registrado sob nº "R-35" na citada Matrícula nº 2.813. Informamos ainda, que para aquisição do imóvel em pauta este requerente estava sujeito ao pagamento do valor de Cr\$ 99.992,20 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois cruzeiros e vinte centavos), distribuídos em 07 (sete) parcelas semestrais de Cr\$ 12.284,60 (doze mil, duzentos e oitenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos), cada uma, as quais não foram recolhidas, pelos motivos expostos na inicial.

SEMA/CTCC. em, 07.agosto.1998

  
 Pedro Tavares

"CIENTE"

AO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA.-

Para mediante vistoria "in-locco", emitir Laudo circunstaciado, dizendo se o requerente cumpre adequadamente a função / social da terra.

SEMA/CTCC. em, 07 agosto.1998

  
 Albari Sebastião Relambré

Chefe de Divisão de Regularização

Rua: Des. Moita, 3384 - Tel: (041) 322-1611 - Fax: (041) 250-0000 - Curitiba - Paraná

Divisão de Cadastro





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**





ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.



PROTOCOLO  
SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC

NUM. 9.770.869-0  
15 OUT. 2007

DATA-

HORA-

Esquete de Cadastramento

Ayrton BRANCO MARTINS  
Lote 87 - Campina Alta.

Título de Incorporação

|    | DATA | UNIDADE | RUBRICA |    | DATA | UNIDADE | RUBRICA |
|----|------|---------|---------|----|------|---------|---------|
| 1  |      |         |         | 19 |      |         |         |
| 2  |      |         |         | 20 |      |         |         |
| 3  |      |         |         | 21 |      |         |         |
| 4  |      |         |         | 22 |      |         |         |
| 5  |      |         |         | 23 |      |         |         |
| 6  |      |         |         | 24 |      |         |         |
| 7  |      |         |         | 25 |      |         |         |
| 8  |      |         |         | 26 |      |         |         |
| 9  |      |         |         | 27 |      |         |         |
| 10 |      |         |         | 28 |      |         |         |
| 11 |      |         |         | 29 |      |         |         |
| 12 |      |         |         | 30 |      |         |         |
| 13 |      |         |         | 31 |      |         |         |
| 14 |      |         |         | 32 |      |         |         |
| 15 |      |         |         | 33 |      |         |         |
| 16 |      |         |         | 34 |      |         |         |



ITC

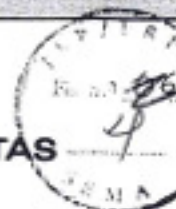
NUM. 9.770.869-0  
15 OUT 2007

DATA-

HORA-

ESCRITÓRIO DE

Ponta Grossa



## LAUDO DE VISTORIA

## 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: AYRTON BRANCO MARTINS

Filiação: Pai: Antônio O.B. Martins

Mãe: Ester Branco Martins

Local de Nascimento: Tisogi - Pr

Data do Nascimento: 08/10/1936

Estado Civil: Casado

Nº de Filhos: 3

Profissão: pecuarista

Carteira Profissional Nº

Carteira de Identidade Nº 439.240-

CGC/CPF 113.159.939-20

Certidão de Casamento ☐

Local: Nº

Livro:

Fls.:

Nascimento ☐

Outro documento:

Exerce função pública: Não ☒Sim ☐

Qual?

Onde?

Residência: Rua Lopo Tróvão, 118 - J. Estrela

## 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais)

Campine Alta

Localidade: Tisogi

Distrito:

Município: Tisogi

Comarca: Tisogi

Área do Imóvel (em ha): 136 ha 136,9747

Nº Cadastro no Incra:

Descrever localização e condições de acesso:

## 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐Não ☒

Tempo de ocupação: 32

anos.

Como ocorreu a transmissão: através de compra

Nome do transmitente:

Explora diretamente o imóvel: Sim ☒Não ☐Reside no Imóvel: Sim ☐Não ☒

Nome do Preposto: Davi Coelho

Nº de pessoas que residem no Imóvel: 03

A posse é mansa e pacífica: Sim ☒Não ☐

Descrever:

#### 04 – DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

Possue documento? Não ☐ Sim ☐

Espécie: Particular ☐

Público ☐

Comarca: .....

Município: .....

Cartório: ..... Nº .....

Livro: .....

Fls.: .....

#### 05 – CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Possui outro Imóvel Rural? Não ☐ Sim ☒

Quantos? ... 01 ... Proprietário

Local/Município: ... Tiãozinho ...

ha ... 111, 32 ha ...

Posseiro

Local/Município: .....

ha ...

Proprietário

Financiamento bancário: Não ☐ Sim ☒

Posseiro

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: Local .....

Condição: Proprietário ☐

Empregado ☐

Arrendatário ☐

Parceiro ☐

|                                     |
|-------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/>            |
| <input type="checkbox"/>            |
| <input type="checkbox"/>            |

#### 06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

Quantidade

Especificação

Dimensões

Idade

Valor

#### 07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

ESPECIFICAÇÃO

ha

%

Culturas permanentes .....

Culturas temporárias .....

Pastagens .....

Campos .....

Matas .....

Capoeiras .....

Reflorestamento .....



# 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL



Preço médio da região NCzS..... /ha.

|                            |   |                          |   |
|----------------------------|---|--------------------------|---|
| Plano .....                | % | Levemente ondulado ..... | % |
| Topografia: Ondulado ..... | % | Acidentado .....         | % |
| Alagadiço .....            | % | Pedreira .....           | % |

## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

|  |  |                                    |
|--|--|------------------------------------|
| Erosão: Não apresenta <input type="checkbox"/>       | Apresenta pouco <input type="checkbox"/> | Acentuada <input type="checkbox"/> |
| Conservação: Curva de nível <input type="checkbox"/> | Terraço <input type="checkbox"/>         |                                    |



## 09 - CROQUI



34  
Pag. 4

12 – TESTEMUNHAS

Nome:

Nome: AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS

15 – Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Ilmo Sr.

Secretário de Estado do Meio Ambiente do Paraná

HITOSHI NAKAMURA

Curitiba - Pr



AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro,  
casado, agricultor  
portador da carteira de Identidade RG nº 439.240-Pr e  
CIC nº 113.159.039-20, residente e domiciliado à rua Raposo Trovão  
, nº 118, município Ponta Grossa.  
Através do presente vem expor e requerer o que segue: PDNE: 2239283  
regularização do lote 87 da  
gleba Campina Alta - mun. de Tibagi

Nestes Termos

P.E.

Deferimento

Ponta Grossa, 20, 05, 96

Ayrtou Branco Martins  
AYRTON BRANCO MARTINS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ  
POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
Cópia de Identidade

NOME = **AYRTON BRANCO MARTINS**  
 FILIAÇÃO **Antonio B. Martins e  
Ester Branco Martins**  
 NASCIDO AOS **08 de 10 de 1936**  
 EM **Tibagi - Paraná**  
 COTIS **Branco - Branco - Branco**  
 OBS: **24 de Abril de 1963**  
 Curitiba (Brasil)

*[Signature]* DIRETOR

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

**CPF 664 722861729-00**

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE  
DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS  
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

SIGNATURE DO CONTRIBUINTE  
*Ayrtton Branco Martins*

**CIC**

NASCIMENTO **08.10.36** INSCRIÇÃO NO CPF **113 159 039**

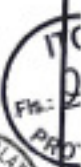
CONTRIBUINTE  
**AYRTON BRANCO MARTINS**

*[Signature]*  
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO  
FIS: 08  
FIS: 27  
Vel. 2-233  
Rec. 1-133  
**Ayrtton Branco Martins**  
SAGNATARIO DO PORTADOR  
ESTADO DO PARANÁ





Ilmo. Sr. Ayrton Branco Martins.

NOTIFICAÇÃO

Vimos notificar Vossa Senhoria, para que, no prazo de 30 dias a contar do recebimento desta, compareça na Sede do Escritório Regional do ITC em Ponta Grossa, sito à Rua Nestor Guimarães nº 166 para, nos termos da Lei 7.055/78, realizar os seguintes atos:

a. Retirada do Carnê, pagamento inicial referente ao lote nº 87 — Imóvel Campina Alta. — ocupado por Vossa Senhoria;

b. lavratura de Escritura de Compra e Venda do referido imóvel, bem como, outros atos necessários a transferência de domínio.

Esclarecemos, outrossim, que o não atendimento à presente, no prazo estipulado, ensejará a reavaliação do preço atual do imóvel e mais, a propositura de medida judicial cabível.

Val. de R\$ 384.305 (trêscentos e oitenta e quatro mil e trinta e cinco reais)

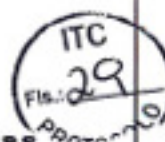
Curitiba, 30 de Agosto de 1985

DIRETOR DO DETER

RECEBIDO

Em 11/10/85

ILMO SENHOR JOÃO BONIFÁCIO CABRAL JUNIOR  
M.D. Presidente do Instituto de Terras e Cartografias  
Curitiba - Pr.



AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, \*  
agro-pecuarista, domiciliado à rua Lopes Trovão, 118, em Ponta Gros-  
sa, portador da C.I. nº439.240 - Pr, vem mui respeitosamente à presen-  
ça de V.Sª. para expor e requerer o seguinte:

- O requerente é ocupante de uma área de 136 hectares no lugar denomi-  
nado Campina Alta, conforme faz prova com a inclusa Licença de Ocupa-  
ção (xerox), nº 078 de 27.10.79.
- Essa ocupação já se estende por mais de 20 (vinte) anos, sendo que  
requerente muito embora tenha seu domicílio na cidade de Ponta Grossa  
mantém residência permanente na propriedade acima citada, onde perma-  
nece uma média mensal de 20 (vinte) dias.
- Ocorre que nesta data, o mesmo recebeu uma notificação do I.T.C. ,  
(xerox anexo) onde se solicita a retirada do carnê referente ao Lote  
nº87 - imóvel Campina Alta em Tibagi, e ao se dirigir ao escritório \*  
local do I.T.C., lá recebeu a informação de que teria que pagar uma \*  
prestação inicial e mais 6 (seis) cada uma de cr\$14.284.505, que per-  
faz um total de cr\$99.991.535,.
- Sendo que esse valor é por demais elevado para o requerente, que mu-  
l embora esteja utilizando a área com criação de gado, conforme faz pro-  
va com o xerox da declaração de bens em anexo, o rendimento é oriundo  
da área é insuficiente para que o requerente possa pagar a importância  
solicitada.
- Além disso, há de se considerar que o ex-Governador Ney Braga, ao co-  
ceder a Licença de Ocupação, prometeu que só seria cobrado o valor de  
medição, aliás, fato corroborado pelo Governador José Richa, quando de  
sua ida à Tibagi, pra entrega de títulos.

Face ao exposto vem mui respeitosamente reque-  
rer à V.Sª. :

- Que seja cobrado somente o valor da medição conforme o prometido;
- Caso não seja possível, seja feita uma redução substancial do va-  
lor arbitrado;
- Reuquer mais, que o prazo constante da notificação seja suspenso até  
posterior definição.

Termos em que

Pede e Espera Deferimento

Tibagi, 16 de Outubro de 1.985.

10/10/85  
16/10/85

*Ayrtón Branco Martins*  
AYRTON BRANCO MARTINS





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA**





ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC NUM. 11.161.872-0

DATA- 12 SET 2011 HORA-

PROTOK: 11.161.872-0 ORGAO: ITC 12/09/2011 12:39  
INTER1: AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS -37845095  
INTER2:  
ASS...: IMOVEIS  
P.CHAV: REGULARIZACAO CIDADE.: PALMAS-PR  
DOCTO.: - ORIG...: PES.FISICA  
ASS./ : REF: A REGULARIZACAO DO LOTE 87 DO IMOVEL CAMPINA  
COMPL.: ALTA MUNICIPIO DE TIBAGI

|    | DATA        | UNIDADE       | RUBRICA |    | DATA | UNIDADE | RUBRICA |
|----|-------------|---------------|---------|----|------|---------|---------|
| 1  | 12 SET 2011 | ITC/GP        | A       | 19 |      |         |         |
| 2  | 12/09/11    | ITC/DITER     | g.m.    | 20 |      |         |         |
| 3  | 12/09/11    | Divor-RF. Set | 7       | 21 |      |         |         |
| 4  | 30.09.11    | IAP/ERP60     | 7       | 22 |      |         |         |
| 5  | 28/10/11    | ITC G/ Side   | f       | 23 |      |         |         |
| 6  |             |               |         | 24 |      |         |         |
| 7  |             |               |         | 25 |      |         |         |
| 8  |             |               |         | 26 |      |         |         |
| 9  |             |               |         | 27 |      |         |         |
| 10 |             |               |         | 28 |      |         |         |
| 11 |             |               |         | 29 |      |         |         |
| 12 |             |               |         | 30 |      |         |         |
| 13 |             |               |         | 31 |      |         |         |
| 14 |             |               |         | 32 |      |         |         |
| 15 |             |               |         | 33 |      |         |         |
| 16 |             |               |         | 34 |      |         |         |



# REQUERIMENTO

Ao  
Senhor Diretor Presidente do  
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC  
Curitiba - PR



Eu, Aynton Marcelo Branco Martins

Estado Civil casado portador(a) do

RG nº 3784509-9 e CPF nº 94522259-68 residente na Quilombo  
108 sul, al 8, nº 27/29 bairro centro CEP 77020-108

Município de Palmas - TO Telefone (63) 81015001

Venho mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria requerer:

a regularização do lote 87, de imóvel  
denominado Campina Alta, com área 136,9747 ha  
localizado no município de Tibagi.

Nestes Termos pede deferimento:

Curitiba, 12 de setembro de 2011

Aynton Marcelo Branco Martins  
Assinatura

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC NUM. 11.161.872-0


DATA- 12 SET 2011 HORA-



## PROCURACAO

AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, agropecuarista, portador do documento de identidade RG 439.240- SSP PR, inscrito no CPF número 113159039-20, com residência na rua Lopes Trovão, número 118, Vila Boa Vista, em Ponta Grossa, PR, nomeia e constitui como seu procurador, AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS, portador do documento de identidade número 3784509 SSP PR, inscrito no CPF 445222589-68, com endereço na quadra 108 sul, alameda 8, lote 27/29, Palmas, TO, a quem confere os poderes em especial para requerer certidões, solicitar informações e/ou documentos junto a Receita Federal do Brasil, ao ITC(Instituto e Terras e Cartografia do Paraná, INCRA(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), prefeitura Municipal de Tibaji, Cartório de Registro de Imóveis de Tibaji, IBAMA, Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Paraná.

Ponta Grossa, 08 de setembro de 2011

  
Ayrtón Branco Martins

Outorgante



CARTÓRIO GONÇALVES - 10º Serviço Notarial  
Oscar Gonçalves Sobrinho - Notário  
Rua Ibiaporã, 762 - CEP 86060-510 - Londrina - PR - Fone: (43)  
33474377

Reconheço por Verdadeira a(s) firma(s) de AYRTON  
BRANCO MARTINS  
Dou fé. Londrina, 08 de Setembro de 2011 - 15:32/23h.  
Em Teste da Verdade.  
(VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO DO ESCRITÓRIO NOTARIAL)

Ariane Cristina M. dos Santos  
Escrivente Juramentada







C/C

NASCIMENTO

04.07.54

INSCRIÇÃO NO CPF

445.222.589

68

CONTRIBUENTE

MAYRION MARCELO BRANCO MARTINS

EFÉ-101.01  
16-01-04

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICAS FISCAIS



CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO

CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



ATC 00000000000000000000

*[Handwritten signature]*







SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS



**GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE**

**À Diretoria de Terras - DITER**

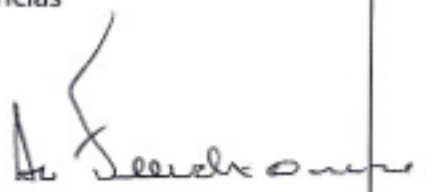
**Protocolo nº 11.161.872-0**

Encaminhamento para análise e providências.

ITCG, 12 de setembro de 2011.



**Inaê Picoloto,**  
Chefe de Gabinete do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências



18.09.11


**José Carlos de Araújo Vieira**  
Diretor de Terras - ITCG



INF. Nº01133/2011


Prot: Nº 11.161.872-0 \_ SID \_ AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS  
Data: 12/09/2011.

Ao I.T.C. / E.R.P.G.O., para proceder para que na medida do possível realize vistoria, bem como outras informações que julgarem necessárias para andamento do presente.



Dép. Reg. Fund. em 30/09/2011  
Sirlete S.M. Saade – Técnico Administrativo

A área foi objeto de Título de Incorporação  
Sob nº 1577 para Ayrton Branco Martins, limite  
excedente de acordo com a Lei 7055/78, expedida como  
e alienar o permitida por lei.  
C/br, 28/10/2011



José Augusto S. Rolim  
Técnico de Assuntos Fundiários  
ITCG / ERP GO



ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC NUM. 11.161.889-5  
15 SET 2011  
DATA- HORA-

PROTOK: 11.161.889-5 ORGAO: ITC 15/09/2011 15:40  
INTER1: AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS -37845094  
INTER2:  
ASS...: IMOVEIS  
P.CHAV: TITULO DE TERRA CIDADE.: PONTA GROSSA-PR  
DOCTO.: - ORIG...: PES.FISICA  
ASS./: SOL: DOCUMENTACAO LEGAL E TITULO DE DOMINIO  
COMPL.: EXPEDIDO PELO ESTADO DO PARANA DA AREA LOCALIZADA  
NO MUNICIPIO DE TIBAGI

Este 87 CAMPINA ALTA

| DATA           | UNIDADE          | RUBRICA | DATA | UNIDADE | RUBRICA |
|----------------|------------------|---------|------|---------|---------|
| 1 15 SET. 2011 | ITC/GP           | R       | 19   |         |         |
| 2 15/09/11     | ITC/diter        | C       | 20   |         |         |
| 3 30/09/11     | Diretor RF. Beto | J       | 21   |         |         |
| 4 30/09/11     | IAP. /EEPGO      | J       | 22   |         |         |
| 5 28/10/11     | ITCG / S de      | J       | 23   |         |         |
| 6              |                  |         | 24   |         |         |
| 7              |                  |         | 25   |         |         |
| 8              |                  |         | 26   |         |         |
| 9              |                  |         | 27   |         |         |
| 10             |                  |         | 28   |         |         |
| 11             |                  |         | 29   |         |         |
| 12             |                  |         | 30   |         |         |
| 13             |                  |         | 31   |         |         |
| 14             |                  |         | 32   |         |         |
| 15             |                  |         | 33   |         |         |
| 16             |                  |         | 34   |         |         |



OFÍCIO

Senhor Amílcar Cavalcante Cabral, diretor-presidente do Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências (ITCG).

Eu, Ayrton Branco Martins, brasileiro, casado, agropecuarista, inscrito no CPF sob o nº  
113159039-20, residente e domiciliado à rua Lopes Trovão, nº 118, Vila Boa Vista,  
sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência a documentação legal e título de  
domínio expedido pelo estado do Paraná da área localizada no município de Tibagi,  
denominada Campina Alta, com 136,974<sup>7</sup>ha.

Limitado ao exposto, fique com meus votos de estima e consideração.

Ponta grossa, 14 de setembro de 2011-09-14

  
p.p. Ayrton Branco Martins





ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA - I.T.C.



LICENÇA DE OCUPAÇÃO

078

O INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO PARANÁ, por seu Presidente, usando das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei 7055, de 04 de dezembro de 1978, CONCEDE a **AYRTON BRANCO MARTINS**, brasileiro, casado, agropecuarista, Carteira de Identidade RG nº 439.240-Pr, CPF nº .... 113159039-20.-

licença de ocupação a **TÍTULO PROVISÓRIO**, do imóvel rural situado no lugar denominado **CAMPINA ALTA**.-

Município de: **TIBAGI**.-

com área aproximada de 140,00 ha (Cento e quarenta hectares).-

cujas dimensões, área, perímetro e discriminação de limites, ficam dependentes de posterior demarcação. O outorgado fica obrigado a conservar no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata.

A presente licença é insuscetível de transferência por ato inter-vivos.

Curitiba, em 27 de outubro de 1979.

PRESIDENTE DO ITC  
JOAQUIM SEVERINO

DIRETOR DO DEPTO. DE TERRAS DO ITC  
ANTENOR RIBEIRO BONFIM





## PROCURACAO



AYRTON BRANCO MARTINS, brasileiro, casado, agropecuarista, portador do documento de identidade RG 439.240- SSP PR, inscrito no CPF número 113159039-20, com residência na rua Lopes Trovão, número 118, Vila Boa Vista, em Ponta Grossa, PR, nomeia e constitui como seu procurador, AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS, portador do documento de identidade número 3784509 SSP PR, inscrito no CPF 445222589-68, com endereço na quadra 108 sul, alameda 8, lote 27/29, Palmas, TO, a quem confere os poderes em especial para requerer certidões, solicitar informações e/ou documentos junto a Receita Federal do Brasil, ao ITC(Instituto e Terras e Cartografia do Paraná, INCRA(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), prefeitura Municipal de Tibaji, Cartório de Registro de Imóveis de Tibaji, IBAMA, Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Paraná.

Ponta Grossa, 08 de setembro de 2011

  
Ayrton Branco Martins

10º Serviço  
Notarial

Outorgante



CARTÓRIO GONÇALVES D- 10º Serviço Notarial  
Oscar Gonçalves Sobrinho - Notário  
Rua Ipiranga, 762 - CEP 86060-510 - Londrina - PR - Fone: (43) 33474377

Reconheço por Verdadeira a(s) firma(s) de AYRTON  
BRANCO MARTINS  
Dou fé, Londrina, 08 de Setembro de 2011 - 15:32h.  
Em Teste

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

Ariane Cristina Mendes Santos  
Escritora Juruamentada

14 SET. 2011  
Ponta Grossa



CEDELA DE IDENTIDADE



POLEGAR DIREITO

*Ayrton Marcelo Branco Martins*  
ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 3.784.509 4

NOME  
**AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS**

FILIAÇÃO  
**AYRTON BRANCO MARTINS**

**CECILIA CHILA BRANCO MARTINS**

DATA DE NASCIMENTO 04/07/1964 RUA GROSSA/PR

CURITIBA - PARANÁ 19/10/1982

ARION NICZ RODA  
DIRETOR GERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**C/C**

NASCIMENTO 04.07.64

INSCRIÇÃO NO CPF 445 222 589 68

CONTRIBUINTE

**AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS**

EFETUADO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO INFORMATIVO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE








SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

**GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE**

**À Diretoria de Terras - DITER**

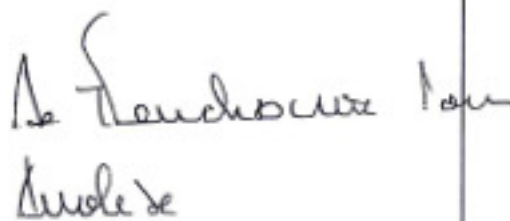
**Protocolo nº 11.161.889-5**

Encaminhamento para providências.

ITCG, 15 de setembro de 2011.



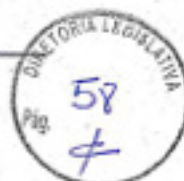
**Inaê Picoloto,**  
Chefe de Gabinete do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências



09.09.11  
José Carlos de Araújo Vieira  
Diretor de Terras - ITCG





INF. Nº01132/2011



Prot: Nº 11.161.889-5 \_SID\_ AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS  
Data :15/09/2011.

Ao I.T.C. / E.R.P.G.O., para ver a possibilidade de atender a solicitação, bem como outras informações, que julgarem necessárias para andamento do presente.

  
Dep. Reg. Fund. em 30/09/2011  
Sirlete S.M. Saade – Técnico Administrativo

Informamos que a área em tela  
foi objeto de Título de Incorporação nº 1577 em 28/06/84,  
com área de 136,9747 ha, excedente do limite de  
regularização, portanto, expedir carta, e alienar  
o permitido por lei a nº 7055/78 e o restante  
encaminhar para a Assembleia para a propositura.  
C. a. informant.   
At 28/10/2011

José Augusto S. Rolim  
Técnico de Assuntos Fundiários  
ITCG / ERPGO

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA  
< RLIMITE > - RELATORIO DE LIMITES



- FORNECER:

- NOME TITULADO = AYRTON BRANCO MARTINS

+-----+  
| NAO EXISTEM TITULADOS COM ESTE NOME |  
+-----+

COMANDO: .....

WJUDA - PF1<?>      VOLTA - PF2<V>      MENU - PF3<M>      FIM - PF4<F>





# ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG

Escritório de : Curitiba



## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: Ayten Branco Martins  
Apelido: Antônio B. Martins  
Filiação: Pai: Antônio B. Martins  
Mãe: Estel Branco Martins  
Local de Nascimento: Silvagi - PR Data do Nasc.: 24 / 04 / 1963  
Estado Civil: Casado Nº de Filhos: 3  
Certidão Casamento: Local: Nº Livro: Fls.  
Qual o Regime: Profissão: Pecuária / Agricultor  
Carteira de Identidade N.º: 439.240 CNPJ/CIC: 113.159.089/20  
Certidão Nasc.: Local: Nº Livro: Fls.  
Exerce função pública: Não ☒ Sim ( ) Qual?  
Onde:  
Reside no lote: SIM ☒ ou Não ( )  
End.: lot 87 de Imovel Campina Alta  
CEP: 84300-000 Município: Silvagi UF: PR  
Tel.: 0 Celular: (42) 9978-4704

### 01-01 - DADOS DO CÔNJUGE:

Nome:  
Filiação: Pai:  
Mãe:  
RG N.º: CIC/CPF:  
Certidão Nasc.: Local: Nº Livro: Fls.

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais, n.º Lote): lot 87 - Campina Alta  
Localidade: Campina Alta Distrito:  
Município: Silvagi Comarca:  
Área do Imóvel (em ha): 136,9747 ha INCRA:  
Descrever localização e coordenadas (UTM):

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não ☒ Tempo de ocupação: 35 (anos) (meses)  
Como ocorreu a transmissão: Compra  
Nome do Transmissor: Condição V. da Rosa, José S. da Silva, Irineu A. e Aut  
Explora diretamente o imóvel: Sim ☒ Não ( )  
Nome do Preposto:  
N.º de pessoas que residem no Imóvel: 1



#### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição. (X) Doc. de Posse: Contratos Part. Cessões de direitos, etc.

→ Recibos y Escrituras.

### 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de Posse

Possui outro Imóvel Rural? Não ( ) Sim (X) Quantos? 1

Local/Município: Glória 4 Cerrado / Selva

Local/Município: .....

Local/Município: .....

Local/Municipio: .....

Financiamento bancário: Sim ( ) Não (X)

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: .....

Local .....

Condição: Proprietário ( ) Empregado ( ) Arrendatário ( )

1 - Proprietário

2 - Posseiro

ha

na  
be

..... na .....  
 .....

..... ha .....

```
..... ha .....
```

Tab.01 ( )

Tab.01 ( )

Tab. 01 ( )

Tab.01 ( )  
Tab.01 ( )

Tab.01 ( )

## 06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

## 07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | % |
|----------------------|----------|---|
| Culturas permanentes |          |   |
| Culturas temporárias |          |   |
| Pastagens            |          |   |
| Campos               |          |   |
| Matas                |          |   |
| Capoeiras            |          |   |
| Reflorestamento      |          |   |
| Reserva legal        |          |   |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Preço Médio da região R\$ ..... / ha

Plano: ..... 10 ..... %

Levemente Ondulado: ..... 80 ..... %

Topografia: Ondulado: ..... %

Acidentado: ..... 10 ..... %

Alagadiço: ..... %

Pedreira: ..... %

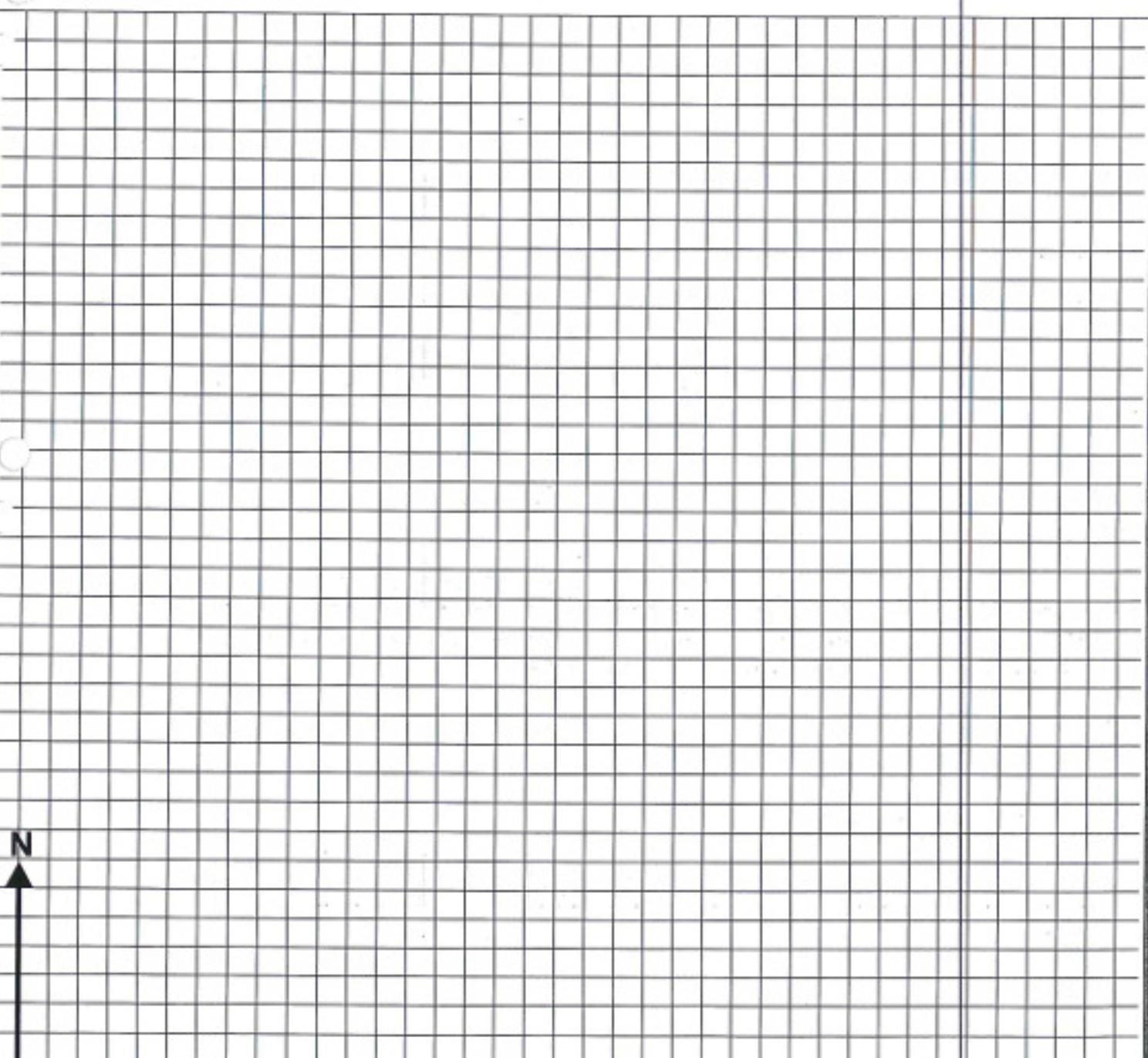
### CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ☒ Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de Nível ( ) Terraço ( )



## 09 - CROQUI



Assinalar no croqui os confrontantes, existência dos rios, diques, rede de esgoto, área de reserva



# 10 - OBSERVAÇÕES

63  
4

- O requerente possui moradia habitual e cultura urbana, como criação de gado, plantio de arroz, milho e feijão.
- A posse é mansa e pacífica.
- Ele alega que aguarda desde 1978 a regularização dessa área em seu nome.

## 11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 24 / 07 / 2012

Assinatura:

*Deysir Bianca Martins*

## 12 - TESTEMUNHAS

1º

Assinatura: .....

Nome: .....

2º

Assinatura: .....

Nome: .....

## 13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: *Silagi - Campina Alta*

Data: 24 / 07 / 2012

Assinatura: *[Assinatura]*

Nome: *Silvana Katerenhuk*  
Técnico de Assuntos Fundiários - TFCG

14 - De acordo em ..... / ..... / .....

15 - Visto em ..... / ..... / .....



# REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



MUNICÍPIO E DISTRITO DE PONTA GROSSA  
ESTADO DO PARANÁ  
REGISTRO CIVIL

## Julietta Sant'Anna Coimbra

OFICIAL DO REGISTRO DE NASCIMENTOS, CASAMENTOS E ÓBITOS

**RICARDO SANT'ANNA**  
OFICIAL MAIOR

Casamento N.º 13.046

CERTIFICO que às fls. 55 do livro N.º 50 de registro de casamentos, foi FEITO hoje o assento do matrimônio de AYRTON BRANCO MARTINS, e CECILIA KNOLL CHILA, contratado perante o juiz DR. ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, M.M. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CASAMENTOS, DESTA COMARCA DE PONTA GROSSA, ESTADO DO PARANÁ, e as testemunhas BREDE- RICO BRANCO MARTINS, e SENHORA: REGIS HENRIQUE DUSI; OTILIA OBERG; RO- GÉRIO CHAVES DE OLIVEIRA; ALMEIA MARIA BUREL ANTONIO; FERNANDO ARLEI FERNANDE E SENHORA, ALME BOCHNIA. Ele, nascido em S. DOMINGOS-TIBAGI, Estado DO PARANÁ, em 8 de OUTUBRO de 1936, (OITO DIAS DO MES DE OU- TUBRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E TRINTA E SEIS), SOLTEIRO, BANCARIO, NA- TURAL DE SÃO DOMINGOS-TIBAGI, PR. E RESIDENTE NESTA CIDADE, filho de ANTONIO OLAVO BRANCO MARTINS, NASCIDO A 13.9.1913, COMERCIANTE, E DE D. ESTER BRANCO MARTINS, NASCIDA Á 16.1.1916, DE P. DOMESTICA, NO LAR, NATURAIS DE TIBAGI, EST. PARANÁ, E RESIDENTES N/CIDADE, A RUA LUIZ GAMA, 163. Ela, nascida em TEIXEIRA SOARES, Estado DO PARANÁ, em 15 de FEVEREIRO de 1940, (QUINZE DIAS DO MES DE FE- VEREIRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E QUARENTA) SOLTEIRA, PROFESSORA NORMALIS- TA, RESIDENTE NESTA CIDADE, A RUA ALBERTO DE OLIVEIRA, Nº 2.528-PALMEIRINHA, filha de FRANCISCO CHILA, FALECIDO EM CAMBÉ, EST. DO PARANÁ, EM 14.5.1942, E DE D. MARIA KNOLL CHILA, NASCIDA Á 7.3.1918, VIUVA, FUNCIONARIA PUBLICA ESTADUAL, NAT. DE TEIXEIRA SOARES, PR. E RESIDENTE NESTA CIDADE a qual passa a assinar-se: CECILIA CHILA BRANCO MARTINS Foram apresentados os documentos que se refere o artigo 180, nrs. I, II, e IV, do Código Civil.

Observações :- APÓS O CASAMENTO, ADOTAM O REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. O ATO TEVE LUGAR NA CASA DA RESIDENCIA DE D. MARIA KNOLL CHILA, A RUA ALBERTO DE OLIVEIRA, 2528, NESTA CIDADE. **SENTO DE FELIC DE ACÓRDO COM O**

O referido é verdade e dou fé

Ponta Grossa, 19 de OUTUBRO de 1963.

*Julietta Sant'Anna Coimbra*  
Oficial

**JULIETA SANT'ANNA COIMBRA**  
Oficial Vitalícia do Registro Civil  
Nascimentos, Casamentos e Óbitos

PRINTA GROSSA

PARANÁ

RECONHECER NO  
TABELIONATO  
E. YABALLA

**VEIGA**

RECONHECER NO  
TABELIONATO  
E. YABALLA

**PIMPÃO**

RECONHECER NO  
TABELIONATO  
E. YABALLA

**MONTAGNA**



ON B. ROLIM CORREIA

2.º TABELIÃO

RECONHECO VERDADEIRA A FIRMA  
JULIETA SANTANA COIMBRA

EM TESTE DE VERDADE

PONTA GROSSA, 30 de 12 de 1963

OLAVO VIDAL CORREIA - Escrevente Juramentado  
Firmas nos Tabeliões: Laranjeiras - Rua Debet, 23 - E - 68  
Yelpe - Rua Libero Doreiro, 205 - Loja G - São Paulo  
Tab. S. A. Koziss - Rua Tta. Silveira, 25 - Florianópolis

2.º CARTÓRIO  
Dr. Leon B. Rolim Correia  
TITULAR  
HELLADIO V. CORREIA FILHO  
ESCREVENTE JURAMENTADO  
PONTA GROSSA - PARANÁ

DIRETORIA LEGAL  
65  
4



INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS - ITCG - CURITIBA / PR.

SENHOR DIRETOR PRESIDENTE  
AMÍLCAR CAVALCANTI CABRAL

Eu **Ayrton Branco Martins**, brasileiro, casado, portador do RG n° 439.240 /PR e CPF n° 113.159.039-20, residente sobre o lote de n° 87 do imóvel Campina Alta, na zona rural do município de Tibagi/PR, CEP.84.300-000. Fone: 42-9978 4704.

Venho mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria requerer a regularização do lote abaixo relacionado de acordo com a legislação em vigor e o artigo 54, inciso XXX da Constituição Estadual.

- Lote n° 87 do imóvel **Campina Alta** com área **136,974 hectares**, localizado no município de Tibagi -PR.

Neste Termo  
Pede Deferimento

Tibagi, 25 de julho de 2012.

  
Ayrton Branco Martins



## RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE

**Ayrton Branco Martins**, brasileiro, casado, portador do RG n° 439.240 /PR e CPF n° 113.159.039-20, residente sobre o lote de n° 87 do imóvel Campina Alta, na zona rural do município de Tibagi/PR, CEP.84.300-000. Fone: 42-9978 4704.

### 2. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

#### Identificação do imóvel

Lote n.º87 com área de **136, 974 hectares**, denominado Campina Alta. As coordenadas UTM do imóvel retiradas em um ponto médio do lote são E= 7284900 e N= 538700, sendo a altitude média do município de 748 m, localizado no município de Tibagi /PR.

#### Roteiro de acesso

Segue pelo Distrito Industrial do município, cruzando a Transbrasiliana (BR - 153) e entrando na estrada cujo sentido é Tibagi - Caetano Mendes, percorrendo aproximadamente 3 Km de estrada calçada com paralelepípedo e segue-se pela estrada maior de cascalho por aproximadamente 1 Km .

Em seguida, segue pela esquerda em direção aos Saltos Puxa Nervos e Santa Rosa e a Capela Santa Pastorina, por aproximadamente 20 Km adiante. Após tal percurso, a propriedade encontra-se a direita da estrada.





### Aspectos físicos

A coordenadas UTM retiradas sobre um ponto médio do lote são . A altitude média do município é de 748 m.

Segundo a classificação climática de Koeppen, possui clima do tipo Cfb, subtropical com chuvas bem distribuídas durante o ano e verões amenos, ocorre na porção mais elevada do estado. As temperaturas médias anuais oscilam em torno de 19 °C e a pluviosidade alcança cerca de 1.600mm anuais.

A área da propriedade é circundada, em sua maioria, por um arroio sem denominação, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi .

A propriedade apresenta aproximadamente 10 % de área com relevo acidentado, 20% da área plano e 70 % levemente ondulado.

Os solos foram classificados como Latossolos, de textura areno-argilosa, sendo originários de rochas sedimentares e tem como principal limitação a baixa fertilidade natural devido à baixa saturação de bases. De modo geral, são bem providos de micronutrientes, o que não acontece com a maioria dos Latossolos. São bastante resistentes à erosão laminar, devido às suas características físicas de boa permeabilidade e porosidade, quando em condições naturais ou quando bem manejados.

### Aspectos biológicos

O imóvel localiza-se em áreas onde predominam vegetação do tipo Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) de formação Montana e Campos Naturais, sendo que a referida área possui Área de Preservação Permanente (APP), bem como a Área de Reserva Legal excedente ao exigido pela Lei de Terras n °7055/78, a qual exige preservação de 25% do total da área do imóvel.

### Aspectos econômicos

A propriedade é servida por uma estrada municipal não pavimentada e está localizada a aproximadamente 23 Km da cidade de Tibagi, a qual corta a propriedade do requerente.

A propriedade possui na sede uma casa de madeira medindo aproximadamente 80 m2 coberta com telhas de barro com uma varanda aberta , a qual é utilizada como garagem. Possui ainda um paiol de madeira coberto com telhas medindo aproximadamente 20 m2 que é utilizado para armazenagem de ferramentais e produtos destinados à

agricultura. Anexa ao paiol, encontra-se uma mangueira construída com talas de madeira para o manejo do rebanho bovino.

O imóvel possui uma área total de 136,97<sup>48</sup> há, o qual é explorado parcialmente (95,88 hectares) com cultivo de agricultura anual, sob sistema de plantio direto com rotação de culturas. No verão a rotação ocorre entre as culturas de milho e soja e no inverno com aveia e nabo forrageiro.

A produção de milho e soja é totalmente comercializada. A aveia e o nabo forrageiro são destinados à alimentação e engorda do rebanho bovino e adubação verde.

O imóvel possui um rebanho de gado bovino de corte com aproximadamente 100 cabeças, as quais circulam na área onde ocorre o plantio de adubação verde e nas áreas de pastagem nativas.

A área é dividida em piquetes totalmente cercados com arame farpado, sendo que uma parte do lote nº87 é limitado por rios e o restante por cercas.

O proprietário tem seu sustento e de sua família oriundo exclusivamente da produção obtida no imóvel.

### 3. PARECER TÉCNICO

De acordo com o vistoriado e os elementos constantes das peças que compõem o presente processo somos de parecer que o pedido de regularização solicitado seja atendido, uma vez que o ocupante trabalha e vive da produção obtida no imóvel a mais de 30 anos.

Tibagi, 24 de julho de 2012.



Patrícia Moreira Marques Rodrigues  
Engenheira Agrônoma, MSc. CREA-PR 48861/D



## INFORMAÇÃO Nº 163

Protocolo nº 3.724.395-7 \_SID\_ Ayrton Branco Martins

Verificando junto aos índices existentes deste ITC/DITER, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná – SST, constatamos que:

O Lote nº 87 da Gleba Campina Alta, no Município de Tibagi PR, com área de 136,9747 há, encontra-se incorporado ao Patrimônio do ITC, para fins de venda nos termos dos artigos 27 e 33, inciso III, da Lei nº 7.055 de 04 de dezembro de 1978, através do Título de incorporação nº 1577, expedido em 28/06/84, devidamente matriculada junto ao registro de Imóveis da Comarca de Tibagi, sob nº 2813 – R.35 de 07/11/1984.

A regularização do lote em questão esta inserida na Sentença Judicial proferida pelo M. M. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Tibagi, nos autos nº 47.79 de Ação de Discriminatória, tudo de conformidade com a Matrícula nº 2813 do Registro de Imóveis da Comarca de Tibagi.

Posteriormente foi aberto o Plano de Colonização Autos nº 263 (protocolo nº 4.564/83), da respectiva gleba, a qual foi aprovado o Laudo Técnico em 07/11/1983 e publicado no Diário Oficial de nº 7 1658 de 11/11/1983.

A Gleba Campina Alta, com área total de 7.694,05 há, localizada no Município de Tibagi, foi objeto do Processado de medição nº 6703, aprovado tecnicamente em 02/12/1983.

Portanto, encaminha-se o auto a Assessoria Jurídica do ITC, para exarar parecer em face da área superior a 100,00 há de acordo com a legislação em vigor e o artigo 54, inciso XXX da Constituição Estadual.

Dep. Reg. Fund., em 03/08/2012  
Silvana Katerenhuk – Técnico de Assuntos Fundiários

Parecer nº 135/2012

Protocolo nº 3.724.395-7

Interessado: AYRTON BRANCO MARTINS

Assunto: Requer regularização dominial de área rural



## SENHOR PRESIDENTE

**Ayrton Branco Martins**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da CI.RG.Nº 439.240/PR e do CPF nº 113.159.039/20, residente e domiciliado no Lote 87 do Imóvel denominado Campina Alta, Município e Comarca de Tibagi-PR, através do presente, está requerendo junto a esta Entidade Estatal o ITC, a **regularização dominial do "Lote 87, com 136,9747 há, do Imóvel denominado Campina Alta, situado no Município e Comarca de Tibagi-PR."**

Através da vistoria "in loco", levada a efeito sobre a área pretendida à aquisição pelo requerente, se constatou que ele mantém sobre a mesma uma ocupação de forma mansa, efetiva, pacífica, nela mantendo morada permanente e tornando-a produtiva com a força do seu trabalho e de sua família. Condicionando-o à aquisição da sua dominialidade através da Legislação de Terras atualmente em vigor no Estado do Paraná, Lei 7055/1978, nos termos do Art. 28.

Entretanto, a extensão da área, 136,9747 há, se apresenta como fator impeditivo de aquisição de Terras Devolutas do Estado do Paraná, nos termos da Lei de Terras supra mencionado, porque extrapola o limite legal imposto por esta mesmas Lei que é de 100 (cem hectares). (*in fine* do Art. 28 da Lei de nº 7055/1978).

Art. 28 – Lei 7055/1978 – Lei de Terras do Estado do Paraná.



***“O possuidor de terras devolutas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio da área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.”***

Uma vez constatado a ocorrência de tal impeditivo legal, os requerimentos de tais regularizações devem ser submetidos à prévia e expressa autorização da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná nos termos do Art. 54, Inciso XXXI, da Constituição Estadual do Paraná de 1989, que assim dispõe:

Art. 54, Inciso XXXI – Constituição Estadual.

***“Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:***

***XXXI – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no Art. 49, XVII, da Constituição Federal.”***

Obs: Art. 49 – Constituição Federal, Inciso XVII.

***“É de competência exclusiva do Congresso Nacional:***

***XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.”***

Requerimentos neste sentido devem ser encaminhados ao ITC, que providenciará a elaboração do “Laudo Técnico” da área e o seu devido encaminhamento ao Senhor Governador do Estado que o analisará e diante da oportunidade e conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área objeto do pedido. (Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual de 1989)

Compulsando os Autos, constata-se que o requerimento da parte está devidamente instruído, que o ITC, já providenciou a elaboração do "Relatório Técnico" exigido por lei, para tal fim, devendo ficar ressaltado que a sua conclusão foi pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão.

Assim, Senhor Presidente, entendemos que o presente processo se encontra em ordem e devidamente instruído para ser alçado à apreciação da Autoridade Superior.

É o nosso parecer.

Curitiba, 13 de Agosto de 2012.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR-9733**





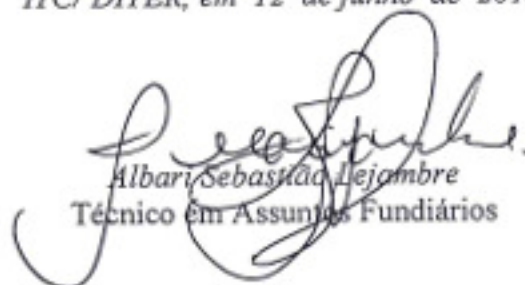
INFORMAÇÃO Nº 246

Protocolos n.ºs 3.724.395 – 5 – SID – AYRTON BRANCO MARTINS  
9.770.869 – 0 – SID – AYRTON BRANCO MARTINS  
11.161.872 – 0 – SID – AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS  
11.161.889 – 5 – SID – AYRTON MARCELO BRANCO MARTINS

Senhor Diretor.

- *Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado ao Senhor Governador, através de Ofício do Senhor Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para apreciação e se assim entender, elaborar mensagem à Assembleia Legislativa, visando obter autorização para Alienação da Unidade Rural aqui objetivada.*

ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013

  
Alvaro Sebastião Lejambre  
Técnico em Assuntos Fundiários

INF. Nº0297/2013

Prot.: Nº.03.724.395-7 \_ SID\_ AYRTON BRANCO MARTINS  
Data: 04/08/1998.

Ao Senhor Diretor Presidente, conforme o contido no parecer nº.135/2012 – I.T.C. / A.J., sugerimos que o presente venha a ser encaminhado através de ofício ao Senhor Governador, para que se assim entender, enviar mensagem à Assembléia Legislativa, visando obter autorização para alienação ao requerente, nos termos da Legislação vigente.



Diretor de Terras em 26/06/2013,  
Roberto Alfredo Gomes



Ofício nº 180/2013 GP

Curitiba, 09 de julho de 2013.


Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 3.724.395-7, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Amílcar Cavalcante Cabral  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor  
**JULIO CEZAR ZEM CARDOZO**  
Procurador-Geral do Estado  
Curitiba-PR



PROTOCOLO: 3.724.395-7

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.



**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 521/2014**

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.


Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 19 de fevereiro de 2014.

  
Giovanni Gonçalves  
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.

  
Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do NJA/SEEG  
Respondendo pela NJA/CC/CM/VG



**SID nº. 3.724.395-7**

**PARECER Nº 035/2014 – DIJUR - ITCG**

**INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG**

**ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.**

**À PGE/NJA/SEEG:**

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 521/2014, de fls. 63, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito da *"possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente"*.

Quanto à matéria questionada, explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

*Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.*

*Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.*

*Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)*

Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos

beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.*

(...)

*§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tomadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:*

*I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;*

*II - tenham na agricultura sua atividade principal;*

*III - residam no imóvel.*

(...)

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é



justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

*Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.*

*Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:*

*I — para fins de pesquisa ou fomento;*

- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;  
III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Quanto à necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:  
(...)

XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.

**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITCG**



Protocolo nº 3.724.395-7

Interessados: PGE / NJA / SEEG

Ayrton Branco Martins



I. Aprovo o Parecer nº 035/2014 - DIJUR - ITCG,  
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de  
Governo-SEEG - Núcleo Jurídico da  
Administração-NJA.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



Amílcar Cavalcante Cabral  
Diretor-Presidente do ITCG

## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº



**PROTOCOLO Nº 3.724.395-7**

Conforme as informações prestadas pela ITCG,  
encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de  
Governo.

Em 14 de março de 2014



**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo





**PROTOCOLO:** 3.724.395-7

**INTERESSADO1:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

**INTERESSADO2:** Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

**ASSUNTO:** Regularização Fundiária – Imóvel Devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1770/2014 – NJA/SEEG**

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor Ayrton Branco Martins (fls. 02), para regularização fundiária do lote nº 87, parte integrante da Gleba Campina Alta, com aérea de 136,974 hectares, localizado no município de Tibagi – PR.


O protocolado em apreço, já fora analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG (fls. 57/59), que concluiu que o presente processo se encontra em ordem e devidamente instruído para ser alçado à apreciação da Autoridade Superior (sic).

Ademais, após o regular trâmite processual, a Diretoria Jurídica do Instituto instruiu o feito com o Parecer nº 035/2014 – DIJUR-ITCG, de fls. 64/67, aclarando o pedido tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 21 de maio de 2014.

  
**Raul Clei Cocco Siqueira**  
Assessor - CTL/SEEG

  
**Miguel Campos**  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe da CTL/SEEG



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

REQUERIMENTO.


REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A **VOTAÇÃO EM BLOCO** DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DE AUTORIA DA MESA EXECUTIVA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a **VOTAÇÃO EM BLOCO** dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Executiva: 09/2014; 02/2014; 06/2014; 07/2014; 08/2014; 03/2014; 04/2014; 05/2014.

Consigne-se que a matéria versada nas proposições mencionadas é semelhante, tratando-se de alienação de imóveis, sendo a sua constitucionalidade auferida conforme os pareceres apresentados, limitando-se a competência regimental desta Comissão.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
Galine Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246

*reubido*  
*01.07.14*





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2014 de autoria da MESA EXECUTIVA que *'Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis'*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO AO PODER EXECUTIVO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ.

Autor: MESA EXECUTIVA.

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 04/2014, de autoria da MESA EXECUTIVA, em atendimento a mensagem governamental nº 41/2014.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência - ITCG, a alienar o imóvel descrito no artigo 1º do respectivo PDL.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo:  
*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº*



*8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas f e g ) e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social (exceto da mensagem governamental nº 45/2014-fls. 04).*

E ainda, continua:

*[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. (exceto da mensagem governamental nº 45/2014 - fls. 04)*

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.





## II ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.*

*§ 1o As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.*

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

*Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:*

*(...)*

*§ 3o Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:*

*(...)*

*X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.*

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Desta forma o PDL se encontra em consonância aos critérios exigidos em relação à constitucionalidade formal.

Em relação a constitucionalidade material, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do





Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII<sup>4</sup> da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º<sup>5</sup> da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

<sup>4</sup> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

<sup>5</sup> Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



(...)

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que há documentos que comprovam a posse do imóvel pelo adquirente há vários anos e neste sentido não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da





proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

*A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança. (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)*

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão



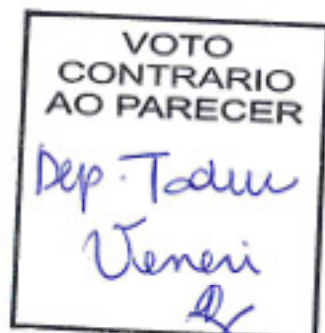
somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

### III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2014, de autoria da Mesa Executiva.



Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

APROVADO

01.07.14





## PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Parlamentar - Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura





### ERRATA AO PARECER DA CCJ

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2014

- i. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 04/2014, o qual teve sua constitucionalidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta e.Casa Legislativa. Na oportunidade, o Parlamentar que ora subscreve, foi o relator da matéria em apreço, exarando parecer pela APROVAÇÃO, conforme a fundamentação ali contida;
- ii. Ocorre, que erroneamente constou que a autoria do PDL seria da "MESA EXECUTIVA".
- iii. Logo, trata-se de mero **vício material**, uma vez que a autoria da proposição é do Deputado VALDIR ROSSONI e Deputado PLAUTO MIRÓ, Presidente e Primeiro Secretário, respectivamente, desta e.Casa Legislativa, em atendimento a Mensagem oriunda do PODER EXECUTIVO.
- iv. Assim, com o objetivo de se evitar rasuras no parecer retro e sanar o vício material em comento, apresenta-se a presente errata para que, aonde **se lê "MESA EXECUTIVA" LEIA-SE "DEPUTADO VALDIR ROSSONI E DEPUTADO PLAUTO MIRÓ"**.
- v. Destarte, não havendo qualquer alteração na essência ou matéria ventilada no mesmo, bastando o presente para sanar o vício material.

Curitiba, 28 de Outubro de 2014.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente da CCJ

  
Caline Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/14**

**RELATÓRIO**

A Proposta em análise de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miro, é oriunda do Poder Executivo – Mensagem nº 041/14, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Ayrton Branco Martins, o Lote nº 87, parte integrante da Gleba Campina Alta, com área de 136.9747 ha., localizado no Município de Tibagi, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 3.724.395-7-SID, e que obteve o pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

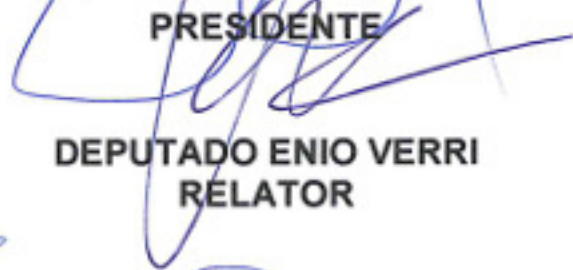
**CONCLUSÃO**

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL.

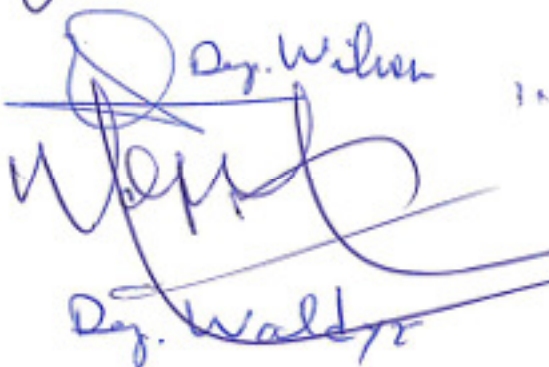
É o parecer.


Sala das Comissões, 29/01/14

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ENIO VERRI**  
**RELATOR**

  
Dep. Elise

  
Dep. Wilson

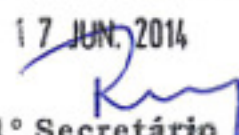
  
Dep. Waldyr



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5/2014**

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 17 JUN. 2014  
  
1º Secretário


Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a João Pires Branco, os Lotes nºs 50, 51 e 52, partes da Gleba 13, do imóvel denominado Colônia Paranavaí, respectivamente com áreas de 18,3200 ha, de 228,9000 ha e de 80,7000 ha, localizados no Município de Loanda, nos termos da Mensagem nº 45, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2014.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário





## JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 45, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014.

MENSAGEM  
Nº 45 /2014

Curitiba, em 4 de junho de 2014



I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 29/06/2014

Presidente

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 JUN. 2014

1º Secretário

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a João Pires Branco, os Lotes 50, 51 e 52, com áreas de 18,3200 ha., 228,9000 ha. e 80,7000 ha., respectivamente, partes da Gleba 13, Colônia Paranaíba, localizados no Município de Loanda.

Cabe esclarecer que as áreas dos imóveis, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional, ou seja, 100 hectares.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 9.678.214-4-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia do processo protocolado acima mencionado.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 9.678.214-4





## ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.

000001

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC

NUM. 9.678.214-4

DATA-

13 AGO. 2007

HORA-

PROTOK: 9.678.214-4 ORGAO: ITC

13/08/2007 17:51

INTER1: JOAO PIRES BRONCO

INTER2:

ASS...: IMOVEIS

P.CHAV: INFORMACAO

CIDADE.: PARANAVAI-PR

DOCTO.:

ORIG.: PES.FISICA

ASS./: REQUER: A COMPRA DOS LOTES N:51, 52 E 52 DA GLEBA

COMPL.: N:23 DE COLONIA PARANAVAI

| DATA         | UNIDADE         | RUBRICA  | DATA       | UNIDADE  | RUBRICA |
|--------------|-----------------|----------|------------|----------|---------|
| 13 AGO. 2007 | ITC/DITER       | Removido | 16/09/13   | SEEG/CAO |         |
| 10/09/07     | IAP/ERPUI       |          | 17/09/13   | NSA      |         |
| 19/09/07     | Antonio         |          | 14/02/14   | CAO      |         |
| 21/09/07     | by line         |          | 14/02/14   | SEMA     |         |
| 10/12/07     | Antonio         |          | 18/02/14   | ITC/Gab  |         |
| 14/12/07     | ITCB            |          | 07.03.2014 | ITC/GP   |         |
| 14/12/07     | ITC/Diter       |          | 13/03/14   | CAO      |         |
| 25/02/08     | ITC/AP          |          | 14/03/14   | NSA      |         |
| 10/04/08     | ITC/DITER       |          |            |          |         |
| 26/05/08     | ITC/GP          |          |            |          |         |
| 10/06/08     | CC/DG           |          |            |          |         |
| 17/09/11     | CTB             |          |            |          |         |
| 23/05/11     | ITC/Diter       |          |            |          |         |
| 24/05/11     | Diretor-RF Beto |          |            |          |         |
| 26/06/13     | ITC/GP          |          |            |          |         |
| 10 JUL 2013  | PGE             |          |            |          |         |
| 21/08/13     | CAO             |          |            |          |         |
| 21/08/13     | SEMA            |          |            |          |         |





INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
**INCORPORACÃO**  
27/11/80  
2253-2254

PROTOCOLO  
23.03.80

Nº 1.950/80 ITCF

REPARTIÇÃO DE ORIGEM:

ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAÍ

INTERESSADO:

JOÃO PIRES BRANCO

ASSUNTO:

Requer a compra dos lotes Nºs 51, 51/A e 52  
da Gleba Nº 13 da Colônia Paranavaí 3425 1299



EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ.  
CURITIBA - PARANÁ.

. 000003

28 MAR 1933 00195

ERPVI - ITC

PROTOCOLO No.

21 / 031

020/80



Eu, JOÃO PIRES BRANCO, abaixo assinado, português, solteiro, agricultor, filho de Manoel Pires Branco e Maria das Neves, residente e domiciliado à rua Washington Luiz, nº 523 em Loanda neste Estado, portador da cédula de identidade nº RG. 262.164-Pr e CIC nº 005 700 369-68, ocupante do imóvel denominado fazenda São João sob o número de lotes 51, 51-A, 51-B, 51-C e 52 da Gleba nº 13, Colônia Paranaíba, situados no município de Loanda, comarca de Loanda., vem respeitosamente a presença de V. Exma., requerer por compra o referido imóvel, para que depois de pagos os emolumentos devidos, lhe seja expedido o Título de domínio em seu próprio nome.

Nestes Termos

Pede Deferimento

JOÃO PIRES BRANCO

2000 22 5 8 40 2000 5 7

I-A' COCAD, para uniformar sobre os  
lotes e limite constitucional para aquisição de  
terras.

II-A' CO PAV, para anexar planta e memorial.

COTER, N.º 104 1980.

*Eloy Jonas Alvegetti*  
ELOY JONAS ALVEGETTI  
Eng. Fiscal. CREA 5245-D 7ª Região  
Coordenador







# instituto de terras e cartografia

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

000004

M.T.C.  
DETER

Escritório Regional de Paranavaí

## INFORMAÇÃO



PROTOCOLO N.º

020/80

### INFORMAÇÃO DE CONFRONTANTES:

IVO FIM -

Alega que o Sr. João Pires Branco, explora o terre no a mais de 13 anos, porém não reside nos lotes, e que só traz os empregados - e as vezes fica até 15 dias sem vir nos lotes.

JOSÉ FÁVARO -

Alegou que o Sr. João Pires Branco, não reside nos Lotes, mas os explora a mais de 13 anos, com cultura permanente e a pecuária. - Vem ao lote trazer os empregados e as vezes fica - até 15 dias sem vir ao lote.

### INFORMAÇÃO DO PROPRIETÁRIO:

JOÃO PIRES BRANCO -

Concordou com as informações prestadas pelos confron tantes, e alega ainda que nunca residiu no lote, mas vai todo dia no lote levar' empregados para colheita do café e roçar pasto.

Quando isto não acontece o mesmo se dirige a proprie dade até 04 vezes na semana.

Alegou ainda que a área certa época foi medida por - um tal de Guilherme, hoje falecido e que posteriormente foi medida mais umas 05' vezes, e que por conhecimento do Sr. Carlinhos e de outros a terra no seu total' não dá os 131 alqueires, como constam nos documentos, mas não se importa se lhe faltar 01 ou 02 alqueires.



# instituto de terras e cartografia 00005

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

Coordenadoria de Cadastro (17)

## INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1.950/80 - JOÃO PIRES BRANCO

À COPAV

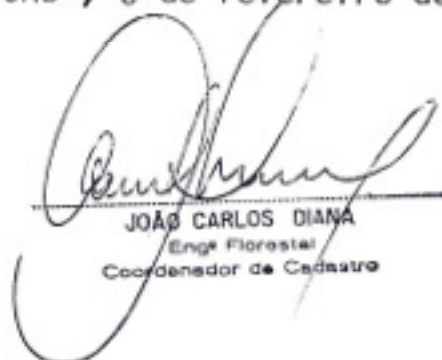
Os lotes nºs 51 (121,00 ha) , 51-A(84,70 ha) e 52 (80,70 ha) , da Gleba nº 13 da Colônia Paranavaí , não encerram anotações em cadastro.

A somatória das áreas requeridas perfaz um total de 286,40 ha.

Em nosso cadastro não consta os lotes nº 51-B e 51-C.

Os índices existentes nesta Cocad , não registram expedição de título em nome de João Pires Branco.

aig COCAD , 6 de fevereiro de 1981.

  
JOÃO CARLOS DIANA  
Engº Florestal  
Coordenador de Cadastro

*Atto Desenho para  
planta e memorial  
COPAV, 09/02/81  
Heussak Schmidt*

Engº Civil Heussak Schmidt  
Coordenador de Operações e Avaliações

*Heussak Schmidt*





AO ERPVI, para informar se foi solicitada a subdivisão do lote n.º 51-A de acordo com o croqui do Lando de História. Caso contrário, reformular o croqui acrescentando nos Landos as áreas do lote, de acordo com a informação retro da COCA.

COTER, 24, 2, 1981.

*Eloy Jonas Allegretti*  
ELOY JONAS ALLEGRETTI  
Eng. Físic. CREA 5245-D 7ª Região  
Coordenador

A COTER

A SUBDIVISÃO DO LOTE 51-A NÃO FOI SOLICITADA POR ESTE ERPVI, SÓ TEMOS EM MÃOS E ANEXO UMA CÓPIA DO MAPA DO EXTINTO DGTC DA QUAL CONHEÇO E SATISFAZ O PROPRIETÁRIO, E O CROQUI DO LANDO FOI FEITO DE ACORDO COM ESTA PLANTA.

ERPVI 24/03/81

*José Demétrio Ress*  
José Demétrio Ress  
Eng.º Florestal CREA / 5426-D  
Chefe do Escritório Regional de Paranaguá

A' COPAR, para informar se a cópia anexada pelo ERPVI, está de acordo com a planta geral da gleba.

COTER, 19, 3, 1981.

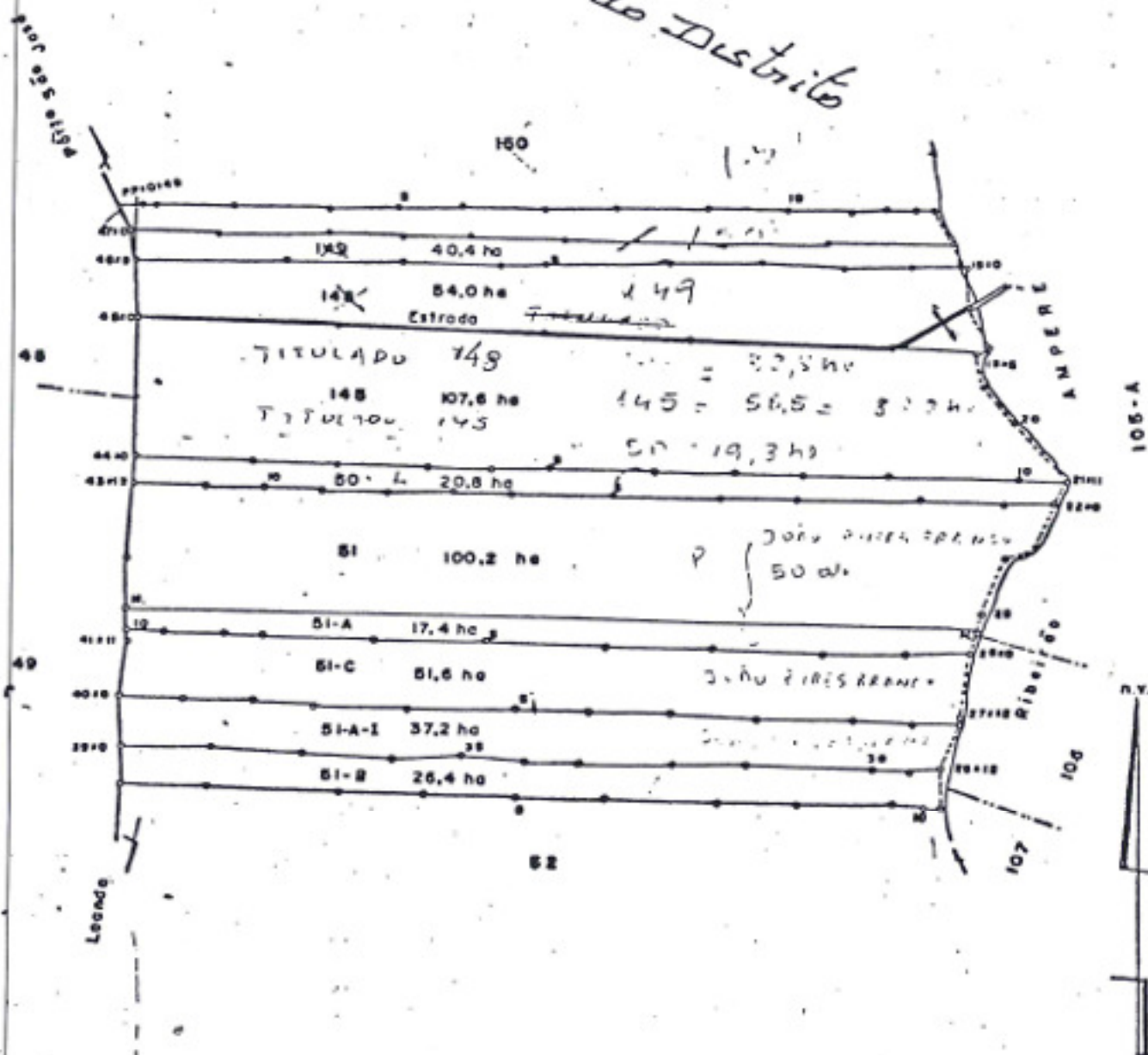
*Eloy Jonas Allegretti*  
ELOY JONAS ALLEGRETTI  
Eng. Físic. CREA 5245-D 7ª Região  
Coordenador

Do Setor de Desenho

Para informar  
17/3/81 - Osvaldo S. S. S. S.



Foi alterada  
conforme indicação do Distrito



ESTADO DO PARANÁ

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA

DIVISÃO DE CADASTRO - SETOR DE DESINHOS

St. Faronavai, Gleba nº13, SUB DOS LOTES 50, 51, 145, 146, 149, 150

ÁREA 45.5 ha

ESCALA 1:100.000

Lenda

COMARCA Loanda

VERIFICADO EM



B

E

L

O

50.2 Ho

53.2 Ho

56.4 Ho

59.2 Ho

62.6 Ho

65.1 Ho

68.5 Ho

71.9 Ho

75.3 Ho

78.7 Ho

82.0 Ho

85.4 Ho

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

58

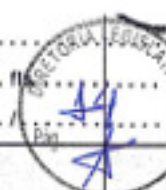
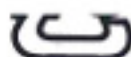
57

61

E

O





## LAUDO DE VISTORIA

## 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

1.1. Nome: ... JOÃO PIRES BRANCO ...  
1.2. Filiação: ... MANOEL PIRES BRANCO E MARIA DAS NEVES BENTA ...  
1.3. Natural de ... VAL PEDRO ANES ... 1.4. Estado Civil: ... SOLTEIRO ... 1.5. Nº de Filhos: ...  
1.6. Certidão: Cas ☐ Nasc. ☐ 1.7. Nº ... 1.8. Livro ... 1.9. Fls. ...  
1.10. Município: ... 1.11. Profissão: ... AGRICULTOR ...  
1.12. RG: 262.164. - R. 1.13. CPF ☒ ou CGC ☐ nº 005700369-68 Cart Prof. ...  
1.15. Domicílio: R. Washington, Juiz nº 523, Loanda ...

## 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

2.1. Denominação do Imóvel (antigas e atuais) ... RAZENDA SÃO JOÃO ...  
... Lote 52 gleba 13 - Colonia Paranavaí ...  
2.2. Localidade: ... 2.3. Distrito: ...  
2.4. Município: ... Loanda ... 2.5. Comarca: ... Loanda ...  
2.6. Área do Imóvel (em ha) ... 77,5000 2.7. Cadastro do INCRA: 716.090.007.234-4 ...  
2.8. Descrever a localização e condições do acesso: ... Estrada que liga Loanda ao Porto  
São José, 5.000 metros de Loanda do lado direito sentido porto.  
... fica o referido lote. ...

## 03 - DA OCUPAÇÃO

3.1. É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ 3.2. Ocupante Atual: ... 07 ... anos  
3.3. Início da ocupação primitiva: 24 / 02 / 73 ... 3.4. Transmissor (s): Ramiro de Pauli  
... 3.5. Houve autorização para ocupação? Sim ☒ Não ☐  
3.6. Quem autorizou: Ramiro de Pauli ... 3.7. Explora diretamente o imóvel  
Sim ☒ Não ☐ 3.8. Reside no Imóvel? Sim ☐ Não ☒ 3.9. Nome do preposto: ...  
... Varias Familias ... 3.10. Nº de pessoas residentes no Imóvel: 10  
3.11. A posse é mansa e pacífica. Sim ☒ Não ☐ 3.12. Houve questão possessória ou dominial.  
Sim ☐ Não ☒ (Descrever na coluna de observações).

## 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

4.1. Possui documento? Sim ☒ Não ☐ 4.2. Espécie do documento: ... Compromisso de  
... compra e venda ... 4.3. Particular ☐ Público ☐ 4.4. Descrever  
(Comarca, Município, Cartório, Número, Livro e Folhas). ...



- 5.1. Possui outro imóvel rural? Sim ☒ Não ☐ 5.2. Área (em ha) .....372,00.....
- 5.3. Município: ... Santa Izabel do Ivaí ..... 5.4. Proprietário ☒ Posseiro ☐
- 5.5. Já obteve Financiamento Bancário? Sim ☒ Não ☐
- 5.6. Órgão Financiador: ... BANCO DO BRASIL S/A. LOANDA .....
- 5.7. Já desenvolveu atividades agro-pecuárias anteriormente? Sim ☐ Não ☒
- 5.8. Onde? .....
- 5.9. Espécie de Atividades: .....
- 5.10. Em que condições: Proprietário? ☐ Empregado? ☐ Arrendatário? ☐ Parceiro? ☐
- Outro? ☐

5.11. BENFEITORIAS E IMPLEMENTOS (ou Acessões)

| Especificações           | QUANTIDADE | DIMENSÕES | IDADE | VALOR DECLARADO |
|--------------------------|------------|-----------|-------|-----------------|
| Casa de madeira c/telhas | 03         | 6x10      | 10    | 200.000,00      |
| Poço                     | 01         |           | 10    | 5.000,00        |

06 – UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

| 6.1. ÁREA UTILIZADA     | ESPECIFICAÇÃO                    | EXISTENTE |     | Necessidade de Ocupação |    |
|-------------------------|----------------------------------|-----------|-----|-------------------------|----|
|                         |                                  | ha        | %   |                         |    |
|                         |                                  |           |     | ha                      | %  |
|                         | CULTURAS PERMANENTES             |           |     |                         |    |
|                         | CULTURAS TEMPORÁRIAS             |           |     |                         |    |
|                         | PASTAGENS                        | 77,5      | 100 |                         |    |
|                         | REFLORESTAM.ECONÔMICOS           |           |     |                         |    |
|                         | SOMA DA ÁREA UTILIZADA           | 77,5      | 100 |                         |    |
|                         |                                  |           |     |                         |    |
| 6.2. ÁREA UTILIZÁVEL    | MATAS                            |           |     |                         |    |
|                         | CAPOEIRAS                        |           |     |                         |    |
|                         | CAMPOS                           |           |     |                         |    |
|                         | SOMA DA ÁREA UTILIZÁVEL          |           |     |                         |    |
| 6.3. ÁREA DE RES. LEGAL | 6.3.2. LEI 4661 Art. 16 LEI 7055 |           |     | 19,37                   | 25 |
|                         | MATAS                            |           |     |                         |    |
|                         | CAPOEIRAS                        |           |     |                         |    |
|                         | REFLORESTAMENTO                  |           |     |                         |    |
|                         | SOMA DA ÁREA DE RESERVA          |           |     |                         |    |
|                         | 6.3.1. LEI 4771 Art. 2 e 7       |           |     |                         |    |
|                         | MATAS CILIARES                   |           |     |                         |    |
|                         | CAPOEIRAS                        |           |     |                         |    |
|                         | REFLORESTAMENTO                  |           |     |                         |    |
|                         | TOTAL GERAL                      | 77,5      | 100 | 19,37                   | 25 |

DIETORIA LEGAL  
15  
15

## 07 - TOPOGRAFIA (OU TOPOLOGIA) DO IMÓVEL

PLANA



## 08 - ESPÉCIES FLORESTAIS MAIS COMUNS

NÃO HÁ

## 09 - EROSÃO

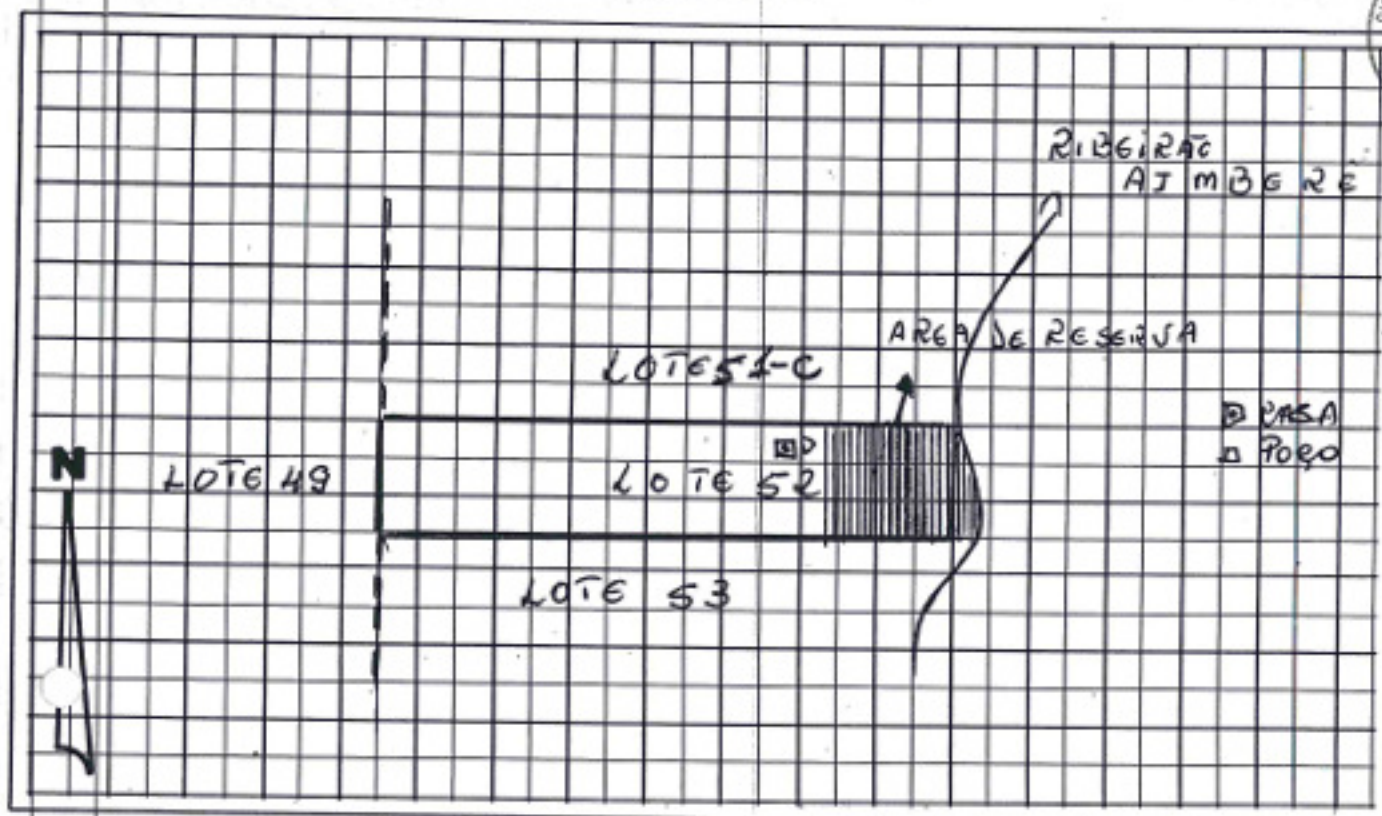
NÃO HÁ

## 10 - OBSERVAÇÕES

Area de reserva ja demarcada  
Confirmação da area que não é exata.



## 11. CROQUIS



**OBSERVAÇÕES:** Assinalar no croquis os confrontantes, situação, condições de acesso, existência e largura média dos rios, riachos, sede da propriedade, área de reserva, áreas a serem desmatadas, matas ciliares, delimitação de reservas de preservação permanente e de reposição, etc. . .

12. Assinatura  
do  
Ocupante

*João Paulo Branco*

13.

1ª Testemunha

14.

2ª Testemunha

Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente laudo de vistoria.

15. Nome: ALDO JOSÉ EBERT  
Função: VISTORIADOR  
Região: ERPVI  
Local: PARANAVAI  
Assinatura: *OE*

Escritório de ... PARANAVAI .....

Data: 05/ 03 / 1.980

16.

DE ACORDO

*[Signature]*

VISTO





INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
DO ESTADO DO PARANÁ - I.T.C.  
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA  
ESCRITÓRIO DE PARANAVAI

PROJETO:

REG. DE POSSE Nº

LIVRO..... fls.

DATA...../...../.....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

- 1.1. Nome: JOÃO PIRES BRANCO  
1.2. Filiação: MANOEL PIRES BRANCO E MARIA DAS NEVES BENTA  
1.3. Natural de VAL PEDRO ANES, Estado Civil: SOLTEIRO 1.5. Nº de Filhos:  
1.6. Certidão: Cas ☐ Nasc. ☐ 1.7. Nº..... 1.8. Livro..... 1.9. Fls.....  
1.10. Município:..... 1.11. Profissão: AGRICULTOR  
1.12. RG: 262.164..... 1.13. CPF ☒ ou CGC ☐ 005700369-68 Cart Prof.....  
1.15. Domicílio R. Washington Luiz Nº523. Loanda. Pr.

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

- 2.1. Denominação do Imóvel (antigas e atuais) FAZENDA SÃO JOÃO  
Gleba nº13 lotes 51, 51-A, 51-B, 51-C - Col. Pvaí.  
2.2. Localidade: Loanda. 2.3. Distrito:  
2.4. Município: LOANDA 2.5. Comarca: LOANDA  
2.6. Área do Imóvel (em ha) 244,0000 2.7. Cadastro do INCRA: item 10  
2.8. Descrever a localização e condições do acesso: Estrada que liga Loanda ao  
Porto São José, 5.000 metros de Loanda do lado direito fica  
O referido lote

### 03 - DA OCUPAÇÃO

- 3.1. É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ 3.2. Ocupante Atual: item 10..... anos  
3.3. Início da ocupação primitiva ...../...../..... 3.4. Transmittente (s) OBS  
3.5. Houve autorização para ocupação? Sim ☒ Não ☐  
3.6. Quem autorizou TRANSMITENTES item 10 3.7. Explora diretamente o imóvel  
Sim ☒ Não ☐ 3.8. Reside no Imóvel? Sim ☐ Não ☒ 3.9. Nome do preposto:  
JOÃO ALECHANDRE 3.10. Nº de pessoas residentes no Imóvel 15  
3.11. A posse é mansa e pacífica. Sim ☒ Não ☐ 3.12. Houve questão possessória ou dominial.  
Sim ☐ Não ☒ (Descrever na coluna de observações).

### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

- 4.1. Possui documento? Sim ☒ Não ☐ 4.2. Espécie do documento.....  
OBS..... 4.3. Particular ☐ Público ☐ 4.4. Descrever  
(Comarca, Município, Cartório, Número, Livro e Folhas).  
Compromisso de compra e venda - MANOEL ALBERTO FERNANDES  
Compromisso de compra e venda - RAMIRO DE PAULI  
Compromisso de compra e venda - ANTONIO RAIMUNDO NONATO  
Escritura pública de cessão e transferência de direitos de posse



## 05 – CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

- 5.1. Possui outro imóvel rural? Sim ☒ Não ☐ 5.2. Área (em ha) ..... 37,2 .....
- 5.3. Município: SANTA, IZABEL DO IVAI ..... 5.4. Proprietário ☒ Posseiro ☐
- 5.5. Já obteve Financiamento Bancário? Sim ☒ Não ☐
- 5.6. Órgão Financiador: BANCO DO BRASIL S/A LOANDA .....
- 5.7. Já desenvolveu atividades agro-pecuárias anteriormente? Sim ☐ Não ☒
- 5.8. Onde? .....
- 5.9. Espécie de Atividades: .....
- 5.10. Em que condições: Proprietário? ☐ Empregado? ☐ Arrendatário? ☐ Parceiro? ☐
- Outro? ☐

### 5.11. BENFEITORIAS E IMPLEMENTOS (ou Acessões)

| Especificações           | QUANTIDADE | DIMENSÕES | IDADE | VALOR DECLARADO |
|--------------------------|------------|-----------|-------|-----------------|
| Casa de madeira c/telhas | 03         | 6x10      | 10    | 200.000,00      |
| Poço                     | 05         |           | 10    | 20.000,00       |
| Mangueira                | 01         | 25x30     |       | 150.000,00      |
| Terreiro cimentado       | 01         | 40x40     |       | 100.000,00      |

## 06 – UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

|                         |  |  |  |  |  |  |
|-------------------------|--|--|--|--|--|--|
| 6.1. ÁREA UTILIZADA     |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
| 6.2. ÁREA UTILIZÁVEL    |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
| 6.3. ÁREA DE RES. LEGAL |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |
|                         |  |  |  |  |  |  |

## 07 - TOPOGRAFIA (OU TOPOLOGIA) DO IMÓVEL

PLANO



## 08 - ESPÉCIES FLORESTAIS MAIS COMUNS

NÃO HÁ

## 09 - EROSÃO

NÃO HÁ

## 10 - OBSERVAÇÕES

Area de reserva já demarcada.

Confirmação da area que não é exata.

REQUER os lote - 51 - 51A-51B-51C

Lotes 51 e 51-A - ocupação de 16 anos adquirido de Manoel  
Alberto F. Fernandes. Incra- 716 090 007 234-4

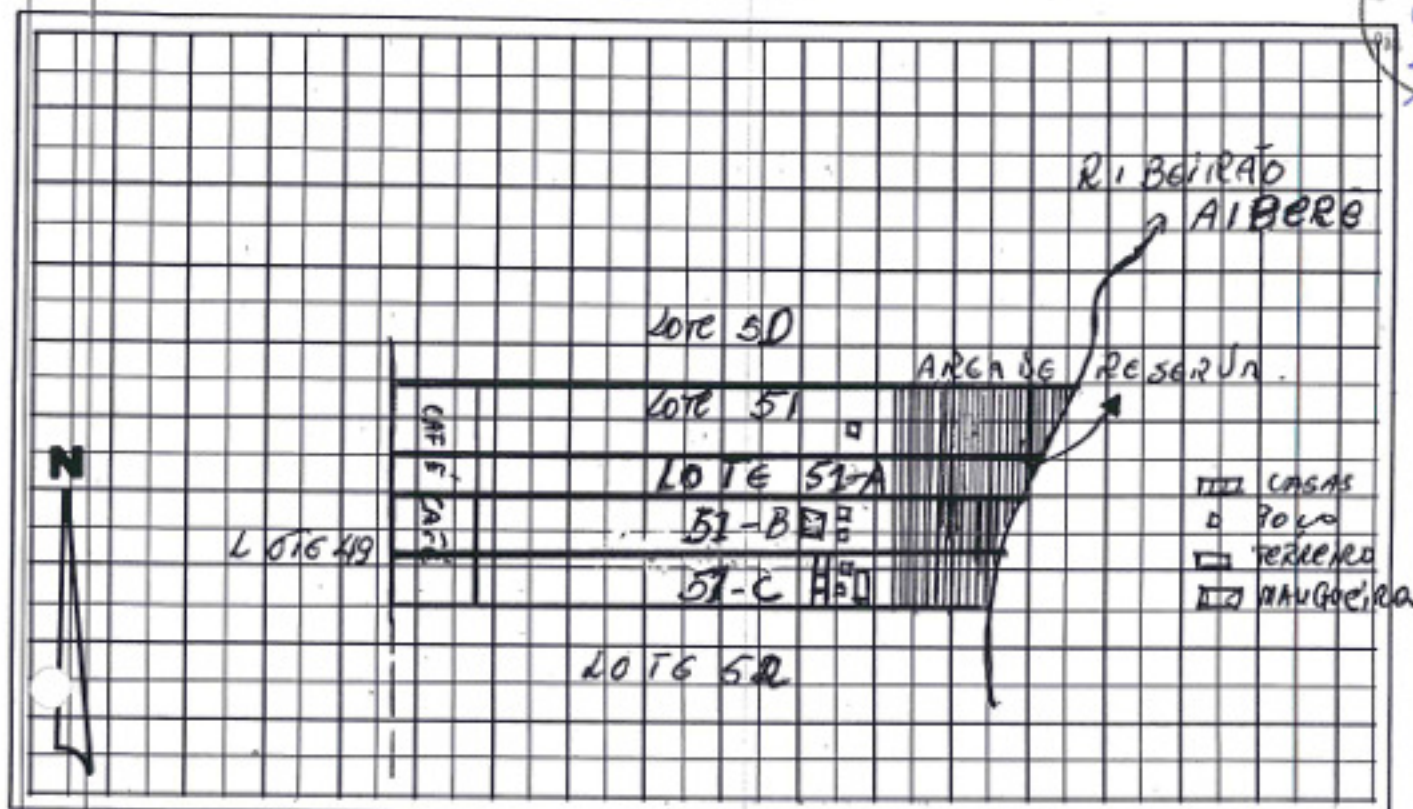
Lotes 51-B - ocupação de 7 anos e 11 meses adquirido de José  
Victorino F. Fernandes. Incra- 716 090 007 234-4

Lote 51-C - 05 alq.- adq. de Antonio R. Nonato - ocupação de  
07 anos- Incra -716 090 004 863-0

Lote 51-C - 10 alq.- adq. de Luiz martin Pio - ocupação de  
05 anos e 11 meses. Incra - 716 090 003 166- 4.



## 11. CROQUIS



**OBSERVAÇÕES:** Assinalar no croquis os confrontantes, situação, condições de acesso, existência e largura média dos rios, riachos, sede da propriedade, área de reserva, áreas a serem desmatadas, matas ciliares, delimitação de reservas de preservação permanente e de reposição, etc. . .

12. Assinatura  
do  
Ocupante

*João Pires Branco*

13.

1ª Testemunha

14.

2ª Testemunha

Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente laudo de vistoria.

15. Nome: ALDO JOSÉ EBERT  
Função: Vistoriador  
Região: ERPVI  
Local: PARANAÍ  
Assinatura: *DE LOP*

Escritório de... PARANAÍ.....

Data: 05/03 / 1.980

16.

DE ACORDO

VISTO



000012

## instituto de terras e cartografia

VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

## INFORMAÇÃO

PF OTOCOLO Nº

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - FISCAIS  
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nº DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: C057C0365  
CONTROLE: 68  
VÁLIDO ATÉ: 30/04/79

NOME DO CONTRIBUINTE: JOAO PIRES BRANCO

EXPIRADO PELA: NCNA  
NASCIMENTO: 29/10/31

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS - FISCAIS  
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nº DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: C057C0365  
CONTROLE: 68  
VÁLIDO ATÉ: 30/04/79

NOME DO CONTRIBUINTE: JOAO PIRES BRANCO

EXPIRADO PELA: NCNA  
NASCIMENTO: 29/10/31

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Id. 262.2164  
L. I. Paraná-Curitiba, 10/ agosto/1972  
Local e Data da Expedição

Polígono Direito

Assinatura: João Pires Branco

(INSTITUTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

CARTÃO DE IDENTIDADE PARA  
ESTRANGEIRO  
PERMANENTE

JOÃO PIRES BRANCO

Nome: Manoel Pires Branco  
Filiação: Maria das Neves  
Nacionalidade: Portuguesa  
Data de Nascimento: 29/ outubro/1931  
Local de Nascimento: Santos S. Paulo

(DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL)





## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

## INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

## CERTIFICADO DE CADASTRO

INFORMAÇÕES SOBRE A PROPRIEDADE TERRITÓRIAL RURAL - PREFEITURA  
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - CNA - CONTAS  
CONTRIBUIÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA CNA  
CONTRIBUIÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAS  
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS E CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAL

|                 |              |                             |                  |
|-----------------|--------------|-----------------------------|------------------|
| 01 IMÓVEL       | 02 EXERCÍCIO | 03 MUNICÍPIO SEDE DO IMÓVEL | 04 SÍMBOLO DA UF |
| 715 090 003-166 | 1978         | LOANDA                      | PR               |

LUIZ MARTINS PIN

866018997

PNEC

TRC CAR LUIZ

73 078 179515

|               |                    |           |                   |                        |
|---------------|--------------------|-----------|-------------------|------------------------|
| 11 ÁREA TOTAL | 12 ÁREA EFLORENTIA | 13 MEDIDA | 14 N.º DE MEDIDAS | 15 PREÇO UNIT. DE ÁREA |
| 24,1          | 24,1               | 25,6      | 0,94              | 24,1                   |

MONT FUNTO

TRABALHADOR RURAL

0

APTOGR 7

101.295,00

0,2%

1,0

1,5

0,3

1,1

0,099

0,00

0,00

0,00

163,58

70,42

234,00

31/10/78

264,00

399 0057

15/07/78

RECEBIMENTO DE CADASTRO E IMPOSTOS

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

23400075

SIS DOCUMENTO DEVOLVIDO AUTENTICADO PELA BANCO TEM O VALOR DE R\$180.



IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E TRIBUTAÇÃO RURAL - PREFETURA  
CONTRIBUIÇÃO SUELDA RURAL - CNA - CONTAG  
CONTRIBUIÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA CNA  
CONTRIBUIÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG  
TAXA DE SERVIÇOS CASOISIAIS E CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL

|                            |              |         |
|----------------------------|--------------|---------|
| PI 12                      | 30 90 IMPDET | 09      |
| 71                         | 093 004 863  | 0       |
| 02 CENSUROS                |              | 1078    |
| 22 MUNICIPIO DEB DO IMPDET |              | 24 3150 |

|                |   |      |                     |
|----------------|---|------|---------------------|
| 71-091 004 863 | 0 | 1978 | LIBRARY OF CONGRESS |
|----------------|---|------|---------------------|

ANTONIO CARLOS

01901367

|      |          |          |
|------|----------|----------|
| PNŠE | 19210070 | 19210070 |
|------|----------|----------|

STO SANTO ANTONIN  
68 MICROLINE

73 078 179685

|                  |                   |          |                |
|------------------|-------------------|----------|----------------|
| 11 AREA EXPLORED | 12 AREA EXPIRABLE | 13 MONTH | 14 AREA NUMBER |
|------------------|-------------------|----------|----------------|

| Rank | Name       | Score |
|------|------------|-------|
| 1    | WANG, YONG | 12,1  |
| 2    | WANG, YONG | 15,0  |
| 3    | WANG, YONG | 0,81  |
| 4    | WANG, YONG | 1,2   |

|                     |     |        |
|---------------------|-----|--------|
| 17 ENDEUSAMENTO     | 400 | 444127 |
| 18 DIENONIA 31.0000 | 400 | 444127 |

EMPREGADOR RURAL 28

|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |

|           |      |     |     |                   |                   |             |
|-----------|------|-----|-----|-------------------|-------------------|-------------|
| 16.882,00 | 0.2% | 1.0 | 1.0 | 24 COB. C. ORDARI | 25 COB. C. ORDARI | 26 ALBUDETA |
|-----------|------|-----|-----|-------------------|-------------------|-------------|

|                             |    |     |     |       |
|-----------------------------|----|-----|-----|-------|
| 1) Die Patienten            |    |     |     |       |
| 2) Anzahl der Beobachtungen | 90 | 172 | 0,3 | 1,5   |
| 3) Anzahl der Parameter     |    |     |     | 0,135 |

0115842 10 989

|                             |      |           |         |          |
|-----------------------------|------|-----------|---------|----------|
| LEAVINE A PAOLO FILM ITALIA | 0,00 | ***175,60 | ***0,00 | ***35,14 |
|-----------------------------|------|-----------|---------|----------|

24 VALDIR A. PADUA C/MULHER

|        |          |          |          |
|--------|----------|----------|----------|
| 270,00 | 31/10/78 | 399 0057 | 15/07/78 |
|--------|----------|----------|----------|

|          |         |         |
|----------|---------|---------|
| ATTACHED | 1000000 | 1000000 |
|----------|---------|---------|

1

21

ARTIFICIAL INTELLIGENCE

DESENVOLVIMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

240.00 hrs

\_\_\_\_\_

IT DOCUMENTO ORIGINANTE AUTENTICATO PER RAGIONI DI SICUREZZA

[illegible][illegible][illegible]

---







MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
CÉRTIFICADO DE CADASTRO

IMPRESSO SOBRE A PATRIMÔNIO TERRITORIAL RURAL - CNR - CONTAB  
CONFERÊNCIA NACIONAL DA AGRICULTURA, CNA  
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG  
TAXA DE SERVIÇOS CATASTRAIS E CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

1/7/80  
de 1/80

|                          |  |                          |  |                           |  |                          |  |
|--------------------------|--|--------------------------|--|---------------------------|--|--------------------------|--|
| 01 CÓDIGO DO IMÓVEL      |  | 02 EXERCÍCIO             |  | 03 MUNICÍPIO DE DO IMÓVEL |  | 04 SÍTIO                 |  |
| 715 090 007 224 14       |  | 1978                     |  | LJANDA                    |  | 01801830                 |  |
| 05 NOME                  |  | 06 NOME DO TITULAR       |  | 07 ENDEREÇO               |  | 08 SITUAÇÃO JURÍDICA     |  |
| JOÃO PIRES BRANCO        |  | FAZENDA SÃO JOÃO         |  | 01801830                  |  | P.D.T.P.EAL              |  |
| 09 ANO TOTAL             |  | 10 ANO EXPLORAÇÃO        |  | 11 ANO EXPLORAÇÃO         |  | 12 ANO EXPLORAÇÃO        |  |
| ***149,3                 |  | ***169,3                 |  | ***169,3                  |  | ***33,1                  |  |
| 13 CLASSIFICAÇÃO         |  | 14 EMPREGADOR RURAL      |  | 15 QUANTO À TIPOLOGIA     |  | 16 TIPOLOGIA             |  |
| EMPRESA FILIAL           |  | EMPREGADOR RURAL 28      |  | 3                         |  | ***15,0                  |  |
| 17 VALOR DA TERREIRA     |  | 18 VALOR DA TERREIRA     |  | 19 VALOR DA TERREIRA      |  | 20 VALOR DA TERREIRA     |  |
| ***236.254,00            |  | 0,2%                     |  | 1,5                       |  | 0,4                      |  |
| 21 VALOR DA TERREIRA     |  | 22 VALOR DA TERREIRA     |  | 23 VALOR DA TERREIRA      |  | 24 VALOR DA TERREIRA     |  |
| ***255,26                |  | ***0,00                  |  | ***447,05                 |  | ***94,56                 |  |
| 25 VALOR A PAGAR AGRÁRIA |  | 26 VALOR A PAGAR AGRÁRIA |  | 27 VALOR A PAGAR AGRÁRIA  |  | 28 VALOR A PAGAR AGRÁRIA |  |
| ***937,00                |  | 31/10/78                 |  | ***1.070,00               |  | 399 0057                 |  |
| 29 VALOR A PAGAR AGRÁRIA |  | 30 VALOR A PAGAR AGRÁRIA |  | 31 VALOR A PAGAR AGRÁRIA  |  | 32 VALOR A PAGAR AGRÁRIA |  |
| ***140,13                |  | 15/07/78                 |  | ***140,13                 |  | 15/07/78                 |  |

DIRETOR  
DE CADASTRO E REFORMA AGRÁRIA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

001 25 001 31

937,00

ESTE DOCUMENTO DEVIDAMENTE AUTENTICADO PELO BANCO TEM O VALOR DE R\$ 937,00.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
CERTIFICADO DE CADASTRO

IMPRESSO SECONDE A PREPARAÇÃO TERRITORIAL RURAL - PRESENTUN  
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - CNA - CONTAG  
CONTRIBUIÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA CNA  
CONTRIBUIÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG  
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS E CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL

01 CÓDIGO DO IMÓVEL 714 090 001 490 05 02 EXERCÍCIO 1978

03 MUNICÍPIO SEDE DO IMÓVEL LONDA

04 SÍMBOLO DO IMÓVEL PAZEM DO PAULI E OUTRO

05 LICENÇA 01800515

06 SITUAÇÃO JURÍDICA

07 SÍMBOLO DO IMÓVEL PP

08 NOME DO IMÓVEL FAZENDA S MARGARIDA

09 MICROFILME 73 078 179248

10 ÁREA TOTAL 153,3

11 ÁREA DE CULTIVO 153,3

12 ÁREA DE CULTIVO 153,3

13 MÓDULO 50,0

14 Nº DE MÓDULOS 3,07

15 IMÓVEL VIZINHO 15,0

16 CLASSIFICAÇÃO FMPDCA RURAL

17 EMPREGAMENTO EMPREGADOR RURAL 28

18 QUANTO DE TELA 4

19 CRIE 1988

20 VALOR DA TELA VIZ 155.285,00

21 TAXA BOMBA 0,2%

22 COT. DIMENSÃO 1,5

23 COT. TENDIMENTO 1,5

24 COT. E SÓCIEDADE 0,8

25 COT. PASSO 0,6

26 ALUGUELA 0,215

27 VALOR DA TELA VIZ 335,42

28 TAXA BOMBA 0,00

29 COT. DIMENSÃO 1,5

30 COT. TENDIMENTO 1,5

31 COT. E SÓCIEDADE 0,8

32 COT. PASSO 0,6

33 ALUGUELA 0,215

34 VALOR DA TELA VIZ 968,00

35 TAXA BOMBA 0,00

36 COT. DIMENSÃO 1,5

37 COT. TENDIMENTO 1,5

38 COT. E SÓCIEDADE 0,8

39 COT. PASSO 0,6

40 ALUGUELA 0,215

41 VALOR DA TELA VIZ 31/10/78

42 TAXA BOMBA 0,00

43 COT. DIMENSÃO 1,5

44 COT. TENDIMENTO 1,5

45 COT. E SÓCIEDADE 0,8

46 COT. PASSO 0,6

47 ALUGUELA 0,215

DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIUNFAÇÃO  
DIRETOR

ATTESTAÇÃO MECÂNICA

DATA 24 DE JUL 78

968,00 DE 75

ESTE DOCUMENTO DEVIDAMENTE AUTENTICADO PELO BANCO TEM O VALOR DE RECEBIDO.



CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pag. 27  
A  
I.T.G.  
DETAF  
32

COMPROMITENTE VENDEDOR:-- LUIZ MARTINS PIO, brasileiro, maior, casado, lavrador, residente e domiciliado em Loanda, Estado do Paraná, portador do CPF nr. 126.900.009, da 9ª região fiscal.

COMPROMISSÁRIO COMPRADOR:-- JOAO PIRES BRANCO, brasileiro, maior, solteiro, agricultor, residente e domiciliado em Loanda, Estado do Paraná, portador do cpf. nr.

O primeiro neste ato simplesmente denominado VENDEDOR e o segundo COMPRADOR, acordaram entre si o presente contrato de compromisso de compra e venda de imóvel, cujas cláusulas adiante transcritas, aceitam, outorgam e assinam, e ber.-

I

O VENDEDOR sendo senhor e legítimo possuidor de uma área de terras com 10,0 (deis) alqueires paulistas, neste município de Loanda (pr), contendo 3 casas de madeira, cobertas de telhas, 2 poços com bomba a motor, 7.500 côvãs de café e uma parte de pasto formado cercado com arame farpado, imóvel havido de Sr. Jair Rodrigues Ruiz, três alq. cfe. contrato firmado em 17.08. Deocleciano Soares de Lima, um alq. paulistas, cfe. contrato firmado em 19.07.66, e, do Sr. José Luiz Pires, 6,0 alq. paulistas, cfe. contrato firmado em 04.10.62, vendo-o ao Sr. COMPRADOR, livre e desembaraçado de qualquer dúvidas, dívidas e ônus reais, pelo preço certo e ajustado de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros), para pagamento conforme se estipula na cláusula seguinte.-

II

Como sinal e parte de pagamento o VENDEDOR está recebendo neste ato a importância de R\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros), em moeda corrente nacional, de cuja importância dá plena quitação e o restante, ou seja, R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil cruzeiros), na seguinte forma: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil cruzeiros), no dia 30 de Outubro de 1974 e finalmente, R\$ 110.000,00 (cento e deis mil cruzeiros), no dia 30 de abril de 1.975, ambos representado por via de nota promissória de e são do Sr. COMPRADOR.-

III

Todos os impostos e encargos fiscais referentes ao imóvel até esta data pertencem ao VENDEDOR, ficando o Sr. COMPRADOR responsável pelos mesmos desta data em diante.-

IV

O Sr. VENDEDOR se compromete entregar a propriedade ao Sr. COMPRADOR, na seguinte forma: até o dia 30 de agosto de 1.974, será entregue a área formada e capim, e, até o dia 30 de setembro de 1.974, e o restante da área formada em café, casas de moradia e todas as benfeitorias existentes, em bom estado de conservação e limpeza, e livre de qualquer questões tributárias.-

V

O Sr. COMPRADOR poderá desde já providenciar o título de propriedade do imóvel, junto ao Estado do Paraná, em seu próprio nome ou em nome de quem interessar correndo as despesas por sua conta.-

VI

O presente contrato está sendo feito neste ato



VII

As custas honorários de advogado e outras em caso de qualquer ação judicial correrão por conta única e exclusiva da parte culpádigo, culpada.-

VIII

Para dirimir tôdas e quaisquer dúvidas que porventura venha ocorrer com o não cumprimento de uma das cláusulas do presente instrumento de contrato fica eleito o Foro da Comarca de Loanda, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, mesmo em caso de mudança de qualquer dos contratantes.-

IX

Em caso de morte de um dos contratantes os seus herdeiros ou sucessores o substituirá com todos os ônus e vantagens

E, por estarem assim, justos certos e contrados mandaram lavrar o presente instrumento de contrato em duas vias de igual teor e forma que depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes contratantes em presença de duas testemunhas que também assinam.-

LOANDA (PR), 24 de abril de 1.974.

Luiz Martins Pios  
- Luiz Martins Pios.

A R040 Genivaldo Pereira  
- Sua esposa.

João Pires Branco  
João Pires Branco.

TESTE

[Signature]  
[Signature]



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE BELA V. DO PARAISO

ANTONIO BITTENCOURT FERRER -

Dr. José de Souza Alves

TABELIÃO  
TITULAR VITALÍCIO

Frene Maria Maculan Alves

OFICIAL MAIOR

Beniton Alves de Lima

Escrivente Autorizado

TABELIÃO BITTENCOURT  
COMARCA DE  
Bela Vista do Paraíso-Paraná

51

Escritura de compromisso de compra e venda que fa e i entresi  
MANOEL ALBERTO FERNANDES e sua esposa e JOÃO PIRES BRANCO.

Valor CR\$.2.000.000,00

Comarca do LEANDA - ESTADO DO PARANÁ  
Apresentado às ———— Es. Registrado sob nº 1460  
contida sob nº 1.830 Es. Arquivado — de livro B1.  
— do Prot. N.º "A" — Reg. Integrals.  
DATA, 26 de Dezembro de 1964.  
Wilma dos Santos Menezes

Saibam todos quantos a presente escritura pública de compromisso quitada de compra e venda virem ou dela conhecimento tiverem, que aos catorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro, neste distrito, município e comarca do Bela vista do Paraíso, Estado do Paraná, em cartório perante mim tabelião compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: de um lado como promitentes vendedores MANOEL ALBERTO FERNANDES e sua esposa MARIA DAS NEVES FERNANDES, portugueses, ele lavrador, ela doméstica, aqui residentes, e de outro lado como promissário comprador JOÃO PIRES BRANCO, português, solteiro, lavrador, residente em Leanda, Paraná, de passagem; os presentes meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas, qualificadas e assinadas de que deu fe; perante as quais pelos promitentes vendedores foi-me dito que por transcrição nr. 112 de 13 de Registro de Imóveis de Leanda, Estado do Paraná, torna



11 metros quadrados) que tem a denominação de lote rural nr 307, sem benfeitorias, situado no município de Leanda, Paraná, dentro das seguintes divisas e confrontações: partindo de um marco de madeira de lei cravado a margem esquerda do ribeirão areia branca segue no rumo W-E, cerca de 2.790 metros, até um marco colocado na estrada que de Leanda vai ao Porto S. Jose. Daí segue em direção a Leanda, cerca de 431,00 metros, até um outro marco colocado na mesma estrada. Daí segue no rumo NE e divisando com o lote nr. 307-A cerca de 2.600 metros até um marco fincado a margem esquerda do ribeirão areia branca e finalmente descendo por este segue até o ponto de partida, perfazendo a área de quarenta e oito alqueires; que possuindo o referido imóvel livre e desembaraçado de quaisquer ônus e havendo ajustado e contratado a venda de mesmo ao comprador João Pires Branco, como efetivamente vendido, pelo preço certo e ajustado de CR\$. 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) ordenaram a lavratura deste contrato de compra e venda quitado, o qual rege pelas cláusulas seguintes: 1a- o preço total da venda realizada foi pago neste ato pelo comprador, sendo que os vendedores, em minha presença, contaram e acharam exata, dando plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos; 2a- este contrato de compra e venda é revestido das cláusulas de irrevogabilidade e irretroatividade obrigando-se os vendedores a fazê-lo a todo tempo como bem, firme e valioso, e obrigar-se pela evicção por si e seus sucessores; 3a- de acordo com portarias do Departamento Estadual de Terras e Colonização, ainda há necessidade de expedição de título de domínio pleno que será conferido pelo Governo do Paraná, o qual poderá ser expedido diretamente em favor do comprador, ficando o comprador plenamente capacitado para tal reivindicação; 4a- se por qualquer circunstância o comprador não conseguir o título de domínio pleno referido na cláusula 3a, os vendedores obrigam-se a entregar ao comprador



004015 TABELIONATO BITTENCOURT  
COMARCA DE  
Bela Vista do Paraíso - Paraná  
34  
Pag. 1  
JUL 64

comprissario e referido titulo, sob pena de ser considerado nulo e ineficaz para todos os prejuizos do comprador, inclusive mora; 5) - Os outorgantes MANOEL ALBERTO FERNANDES e sua esposa MARIA DAS NEVES FERNANDES, nomeiam e constituem o comprador JOÃO PIRES BRANCO, seus bastante procurador para junto ao Departamento Estadual de Terras e Colonização pleitear o titulo de dominio pleno em seu proprio nome, eis que esta revestido dos poderes in re propria, podendo representar os outorgantes em todos os atos necessarios, requerendo, passando recibos e enfim tudo que necessario for perante o referido Departamento de Terras e Colonização. Pelo outorgado comprador foi dito que dispensava certidões negativas e que apresentava prova do pagamento do imposto sobre lucro imobiliario no ato de registro dos bens de terra, si necessario, eis que de acordo com o decreto federal 41503 §2º, art. 5º esta isento de tal tributo. E corno assim o disseram e se pediram que lhes lavrasse esta a min distribua, qual lida e achada conforme, outorgaram, aceitaram e assinam com as test digo assinam, assinando a rogo da outorga por ser analfabeta o Sr. Ernesto Gorini, brasileiro, casado, com as testemunhas de rogo e do ato Gecy Fonseca e Antonio Guilherme Torres, brasileiros, capazes, aqui residentes. Eu(a), Antonio Bittencourt Ferreira, tabelião que escrevi e dou fe. ta devidamente selada - (aa) MANOEL ALBERTO FERNANDES - MANOEL ALBERTO FERNANDES - ERNESTO GORINI - JOÃO PIRES BRANCO - GECY FONSECA - ANTONIO GUILHERME TORRES - Nada mais. Traslada na mesma data. Eu, ....., tabelião que datilografei, subscrevi, datei e assino em publico e raso.

Em test... de verdade.

Bela Vista do Paraíso, 14 de dezembro de 1964

Tabelião

TABELIONATO BITTENCOURT  
COMARCA DE



006036  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
32  
A  
N.º 9  
DETER

- CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL -

COMPROMITENTES VENDEDORES:- RAMIRO DE PAULI, brasileiro, maior, casado lavrador, residente e domiciliado em Loanda Estado do Paraná, e, RUBENS DE PAULI, brasileiro, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu bastante procurador Sr. ALBINO DE PAULI, brasileiro, maior, desquitado, lavrador, residente e domiciliado em Paranavai(pr).

COMPROMISSÁRIO COMPRADOR:- JOÃO PIRES BRANCO, português, maior, solteiro, lavrador, residente e domiciliado em Loanda(pr).

Os primeiros neste ato simplesmente denominados VENDEDORES e o segundo COMPRADOR, acordaram entre si o presente contrato de compromisso de compra e venda de imóvel, cujas cláusulas adiante transcritas, aceitam, outorgam e assinam.-

I  
OS VENDEDORES, sendo senhores e legítimos possuidores de uma área de terras, formada em tagens cercada com 4 fios de arame, com a quantidade de 46 Alqueires paulistas, sendo 26 alqueires paulistas, havido do Sr. Saul Brunani e 15 alqueires paulistas, havido do Sr. Dionizio Bortolon, cfe. Certidão no CRI da Comarca sob nr. 4641, e 5 alqueires paulistas, havido do Sr. Joaquim Carlos Pereira, conforme Recibo de quitação, localizados nos lotes nrs. 308, 307-A e 308-A, da ba Parapanema, areia branca do Tucum, município e Comarca de Loanda, Estado do Paraná, venda essa feita livre e desembaraçada de quaisquer ônus, pelo preço certo e ajustado de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil cruzeiros), para pagamento conforme se estipula na cláusula seguinte

II  
Como sinal e parte de pagamento os VENDEDORES estão recebendo neste ato a importância de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil cruzeiros), em moeda corrente nacional, cuja importância dão pela quitação, e, o restante, ou seja, R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil cruzeiros), no dia 24 de janeiro de 1.974, representado por uma via de nota promissória de emissão do Sr. Comprador e aval do Sr. José Martins Cardoso.

III  
O Sr. COMPRADOR entra de posse do imóvel nesta data, livre e desembaraçado de quaisquer dúvidas, dívidas e ônus reais, podendo desta data em diante usufruí-lo como bem entender.-

IV  
Todos os impostos e encargos fiscais referentes ao imóvel até esta data pertencem aos VENDEDORES, ficando o Sr. COMPRADOR responsável pelos mesmos desta data em diante.-

V  
O sr. COMPRADOR desde já fica expressamente autorizado a providenciar a documentação definitiva do imóvel em seu próprio nome, ficando as despesas de transferência por sua inteira responsabilidade.-

VI  
A presente venda está sendo realizada neste ato em caráter irrevogável e irretratável para ambas as partes contratantes.-



continuação do anverso...

DIRETORIA  
33  
Pag. 1

VII

As custas honorários de advogado e outras em caso de qualquer ação judicial correrão por conta única e exclusiva da parte culpada.-

VIII

Para dirimir tôdas e quaisquer dúvidas que porventura venha ocorrer com o não cumprimento de uma das cláusulas do presente instrumento de contrato, fica eleito o foro da Comarca de Loanda, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, mesmo em caso de mudança de qualquer dos contratantes.-

IX

Em caso de morte de um dos contratantes os seus herdeiros ou sucessores o substituirá com todos os ônus e vantagens.-

E, por estarem assim, justos certos e contratados mandaram lavrar o presente instrumento de contrato em duas vias de igual teor e forma que depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes contratantes na presença de duas testemunhas que Também assinam.-

Loanda(pr)., 24 de fevereiro de 1.973

Ramiro de Pauli

- Ramiro de Pauli - Vendedor.  
cpf. nr. 117.741.699

Bealio de Pauli

- sua esposa.

Albino de Pauli

- Rubens de Pauli - Albino de Pauli  
Proc. livro nr. 54/P pag. 448  
1º ofício de notas-Umuarama-Pr.

João F. Branco  
- João F. Branco - comprador.  
cpf. nr. 005.700.369

TESTE

Unica

João F. Branco

RECIBO



000017

R\$ 18.750,00/=

51

Pelo presente, nós, ANTONIO RAIMUNDO NONATO e minha mulher MARIA SOLEDADE DA CONCEIÇÃO, residentes e domiciliados em Loanda, Estado do Paraná, declaramos para o bem da verdade e para os fins necessários, que nesta data recebemos do senhor JOÃO PIRES BRANCO, português, maior, solteiro, lavrador, residente e domiciliado em Loanda, Estado do Paraná, a importância supra mencionada de R\$ 18.750,00 (Dezoito mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), referente parte de pagamento da venda que lhe fizemos de uma área de terras, com 5 (cinco) alqueires paulistas, em pasto, localizado no lote nr. 307 da gleba Paranapanema, neste município e Comarca de Loanda(pr), venda essa feita livre e desembaraçada de quaisquer ônus, pelo preço certo e ajustado de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos cruzeiros), ficando o restante, ou seja, R\$ ---R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), para ser pago no dia 27 de fevereiro de 1.974.-

Autorizamos o Sr. Comprador entrar na área adquirida e fazer da mesma o que bem lhe convier, inclusive providenciar a documentação definitiva em seu próprio nome.-

E, para maior clareza passamos o presente recibo, que vai por nós assinado na forma da lei vigente.-

Loanda(pr)., 1º de março de 1.973

Antonio Raimundo Nonato

- Antonio raimundo Nonato  
vendedor -cpf. nr. 117.661319

Maria Soledade

- sua esposa -



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE LOANDA

ESTADO DO PARANÁ

Av. Des. Munhoz de Mello, 93 - C. Postal, 96 - Fone: 78 - LOANDA

Manoel Ferreira do Valle

TABELIÃO E OFICIAL DE PROTESTOS

208/209

Liberação de Escrituras

Escritura pública de cessão e transferência de Direitos de Posse, com todas as benfeitorias, que João Victorino Fernandes e sua mulher Germana Leocadia Fernandes, fazem em favor de João Pires Branco, no valor de R\$ 322.000,00 na declarada forma abaixo:

Saiba quantos esta pública escritura vierem que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e setenta e dois (1972), aos sete (7) dias do mês de abril (4), nesta Cidade de Loanda, Município e Comarca de igual nome, Estado do Paraná, em cartório, perante mim Oficial Maior que esta subscreve, e as duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgantes cedentes e transferentes, JOÃO VICTORINO FERNANDES e sua mulher GERMANA LEOCADIA FERNANDES, ele brasileiro, lavrador e ela portuguesa, de prendas domésticas, residentes e domiciliados em Londrina, deste Estado, inscrites no C.P.F. sob nº 115747809 da 9ª Região Fiscal do Ministério da Fazenda e ela portadora da Carteira de Identidade R.G. nº 593061 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, em Curitiba, aos 18 de agosto de 1.965, sendo a mulher neste ato devidamente representada por seu marido, nos termos da procuração lavrada no 2º Tabelionato de Notas de Londrina (Pr), à fls. 315 de livro 136-P, arquivada neste cartório; e, de outro lado, como outorgadocessionário e transferido, JOÃO PIRES BRANCO, português, solteiro, maior, agricultor, residente e domiciliado nesta cidade inscrito no C.P.F. sob nº 005700369 expedida pela 9ª Região Fiscal do Ministério da Fazenda; pessoas essas conhecidas de mim Oficial Maior e das testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, e estas de mim, do que dou fé. E, perante essas mesmas testemunhas, pelos outorgantes cedentes, me foi dito que, desde o ano de 1.932, e na qualidade de possuidores em próprio nome, possuem, mansa e pacificamente, o lote rural que mede 532.400 metros quadrados, ou sejam 53,24 hectares, constituída pelo lote nº 307-A, destacado da antiga Gleba Paranapanema, hoje Gleba 13, da Colônia Paranavai, situada neste Município e Comarca de Loanda, Estado do Paraná, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Partindo de um marco de madeira de lei cravado na margem esquerda do Ribeirão Areia Branca, segue no rumo VE, cerca de 2.400 metros, até um marco colocado na estrada que vai de Loanda ao Perto São José. Daí, segue em direção de Loanda cerca de 205 metros, até um outro marco colocado na mesma estrada. Daí segue no rumo VE e divisando com o lote nº 307-B cerca de 2.560 metros, até um marco fincado a margem esquerda do Ribeirão Areia Branca, e finalmente desceendo por este, segue até o ponto de partida". Que, no referido imóvel, possuem de benfeitorias, 5 (cinco) alqueires de pastos formados e cercados, 5.000 pés de cafeeiros de m/a 18 anos, atingidos pela geada; uma casa de madeira, coberta de telhas francesas, medindo 6x7 metros, e



SECRETARIA LEGAL  
36  
X

nário, pelo preço certo e ajustado de Cr\$22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros), que, do mesmo comprador JOÃO PIRES BRANCO, recebe neste ato em moeda corrente do País, e da qual lhes são, plana, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, para não mais repetirem em tempo algum, transferindo-lhes desde já, com a mencionada posse e lhes fazendo a entrega efetiva do terreno, suas plantações e benfeitorias, para que os use, goze e livremente disponha como suas próprias e façam até agora. Pelo subscrito comprador, foi dito que, tendo efetuado, como de fato efetuou a entrega, a pagamento do preço convencional, recebe neste ato a posse do lote acima mencionado e todas as suas benfeitorias, pelos outorgantes cedentes, fica autorizado e outorgado cessionário sr. JOÃO PIRES BRANCO, a requerer o título de domínio Plano de terras, junto ao Conselho de Desapropriação e Colonização do Estado de Paraná, ou qualquer outra repartição competente, com referência ao imóvel rural objeto da presente escritura, correndo todas as despesas que houver, por conta exclusiva do outorgado comprador. E de como assim o disseram, outorgaram, deu fe. A pedido das partes, lavrei esta escritura, que depois de lida e achada conforme, na presença dos Testemunhas Salvador Freya Saes e Rodolfo Licks, brasileiros, e dos funcionários públicos residentes neste Estado, em 1955, no dia 05, 05 para a A. M. do Pôr do Sol, 7 de abril de 1955. (s) JOSÉ VICTORINO FERNANDES, JOÃO PIRES BRANCO, SALVADOR FREYA SAES, RODOLFO LICKS, SADA MATA, (MIGUEL PINTO DE ARRUDA), Oficial Maior, detilografista, conferi, assinei conforme, deu fe e assinou em público e rasgo.

Em testemunha da verdade

Miguel Pinto de Arruda  
Oficial Maior

FILE MAS  
83 - Tatuado  
Ao 10/11/55  
70 - Tatuado  
R. M. de Arruda  
EQUILIBRA - P.

ABELIONATO "VALLE"  
MIGUEL PINTO DE ARRUDA  
RECEBIDO  
CAR. M. DE ARRUDA  
DOUTOR  
ANTONIO V. FERREIRA  
EQUILIBRA

RECEBIDO  
VALLE  
1955

LOANDA - PARANA





# instituto de terras e cartografia

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

0000-9



## INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1.950-80

A COTER

O mapa do antigo "DGTC", da subdivisão dos lotes 48 a 57 é cópia parcial de planta em vegetal depositada na Mapoteca (nº de Ficha 1293).

Do processo de medição da Gleba 13 - Colônia Paranavaí, não consta cópia da referida planta, dele constando, todavia, o protocolo de nº 8965/80, de subdivisão dos lotes 50, 51, 149 e 150, à qual, na parte pertinente, não corresponde com a subdivisão da planta antiga (do ex-DGTC).

Em vista disso, e desde que prevaleça a subdivisão antiga, e na conformidade da informação do ERPVI, seria de conveniência que se juntasse ao processo respectivo, expediente quanto à subdivisão que deve prevalecer, e se dê, em seguida, prosseguimento ao presente.

Seguem 3 cópias da antiga planta de subdivisão.

SD/COPAV, 19/03/81

Engº JOSÉ SILVEIRA DA FONSECA

RO ERPVI, para tomar conhecimento da informação supra e verificá-la na planta anexada esta de acordo com a ocupação.

COTER, 15/9/81

ENY JONAS ALLEGRETTI  
Eng. Pltal. CREA 5245-D 7ª Região  
Coordenador

A Coter:

A planta em referência, condiz com a ocupação

FRPVI-8/06/81.

10/06/81



A' COLAV, para anexar ao presente,  
plantas e memoriais, EM SEPARADO, NOTE  
POR NOTE COTER, 151 61 987.

*Eloy Jonas Allegretti*

ELOY JONAS ALLEGRETTI  
Eng. FICAR CREA 5245-D 1ª Região  
Coordenador

Ao Setor de Desenho

Copay 17/06/81

*[Signature]*  
Eng. Civil - 1ª Região  
C. F. 17/06/81  
COORDENADOR





# Instituto de Terras e Cartografia

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

CURITIBA

RUA DESEMBARGADOR MOTTA, 3.384

25 NOV 1980

008965

Of. nº 15/80-COTER

Curitiba, 24 de novembro de 1980

*Autoriza  
em 10/12/1980*

*Presidente*



INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

25 NOV 1980 008965

Senhor Diretor do DETER:

Pelo presente solicitamos seja autorizado pelo Senhor Presidente deste Instituto, a subdivisão dos lotes nºs 50, 50-A, 51, 51-A, 149 e 150, da Gleba nº 13, da Colônia Para navaí, conforme croquis em anexo.

Atenciosamente

*Eloy Jonas Allegretti*

ELOY JONAS ALLEGRETTI

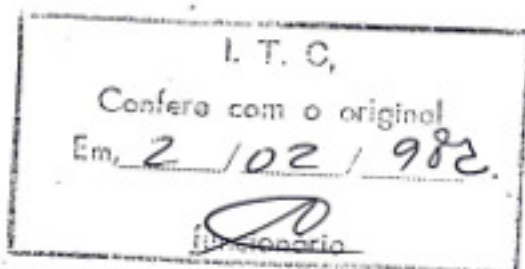
Coordenador de Terras

Ilmo. Sr.

Dr. EMANUEL CEZAR MELO

DD. Diretor do Departamento de Terras

N/EDIFÍCIO



Encaminho-se ao  
Gabinete.

De acordo

Detr 25/11/80

*[Handwritten signature]*

ANOTADO EM FICHA  
DE C/C 22/11/80

Funcionário

I - A' COCAD, para anotação.

II - A' CO PAV, para anexar ao processo  
respectivo

COTER, 13 / 01 / 81

*[Handwritten signature]*  
Coordenador

Nesta data procedemos as  
devidas anotações.

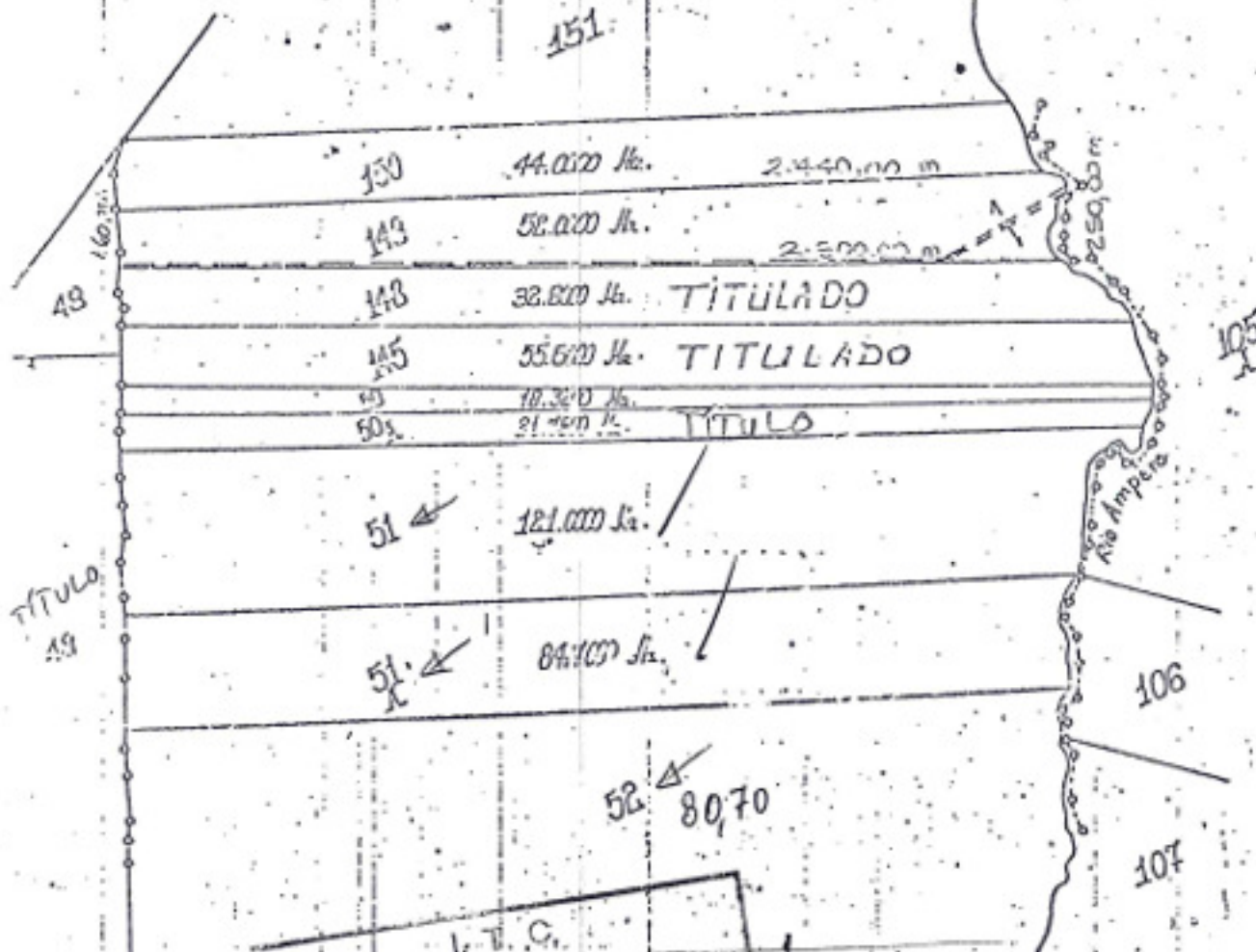
COCAD, 19 / 01 / 81

Coordenador

mfe

Do Arquivo de Mapoteca  
para arquivar juntos ao  
processado de medidas.  
COPAV, 02/02/81  
Weintraubschneider  
cond.





I. T. C.  
Conferir com o original  
Em 2/02/82  
funcionário

53 TITULO  
Eng.º Roberto P. de A. S.  
C. REG. T. 1/10 - 1000



Instituto de Terras e Cartografia

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

IMÓVEL Sub. do Lote 115 nº 10.51.49 e 50 - Fm 13 - G. Paraná

ÁREA: 130.000 ha.  
ESCALA: 1:20.000



# instituto de terras e cartografia

VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

000023 M-20



COTER

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1.950-80.-

Nesta data, para os devidos fins, anexo ao presente em xerox, cópia do protocolo rob nº 8.965-80 - of. nº 15-80 COTER, referente a subdivisão de lotes na fava nº 13 da Colônia Paranaíba.

Em 2-02-82

Dir. da COTER.

A' COPAR, para anexar plantas e memoriais dos lotes nº 51, 51-A e 52, de acordo com a informação retro da DOCAD. fls. 3.

COTER, 2 02 1982

ELOY JONAS ALLEGRETTI  
Eng. FREA CREA 5015-D 7ª Dist.  
Curitiba

À Setor de Desenho  
para providenciar.

COPAR, 04/02/82

A lotes

A planta anexada é carente de elementos técnicos, bem como o processo de medição, assim sendo não podemos prosseguir com os trabalhos quando damos conhecimento da Coter.

fusão  
2.3.82





AO DENGÊ (CADASTRO), dado o  
tempo decorrido, solicitamos infor-  
mar sobre a situação atual dos  
lotes tratados no presente.

COTER, 24 / 02 / 84.

  
Irineu Dalla Corte  
COORDENADOR  
Departamento de Terras



# instituto de terras e cartografia

VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

COCAD

000024



## INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1.950/80 - JOÃO PIRES BRANCO.

À COTER

Para os lotes nº 51 com 121,00 ha, 51-A com 84,70 ha e 52 com 80,70 ha, da Gleba nº 13, Colônia Parana-vaí, não consta titulação em cadastro, encontram-se os mesmos anotados para João Pires Branco, através do presente protocola-do.

CADASTRO, 04 de junho de 1985.

Coter

Recebido em

13/06/85.

às 10 horas

Assinatura

FRANCISCO A. P. DANTAS  
Geógrafo

*Ao ERPVI, proceder novas vistorias  
nas lotes.*

*COTER, 17/06/1985.*

Irineu Daltro Porto  
COORDENADOR  
Departamento de Terras

*Ao Vistoriador, Sr. Dani Góber para  
providenciar o acima solicitado.*

*ERPVI, em 21-06-85.*

Sergio da Silva Pereira  
Eng. Agrônomo - CREA 11.621-D  
LT.C. - ERPVI





000028

## instituto de terras e cartografia

VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAI

## INFORMAÇÃO

PF OTOCOLO Nº 1950/80 João Pires Branco

A COTER:

Vimos pela presente solicitar maiores informações referente a este protocolo, conforme se segue:

Que ao contactar com o ocupante e localizar os referidos lotes para vistoria tornou-se difícil definir os mesmos, pois declarou o mesmo que adquiriu através de compra 5 (cinco) áreas diferentes conforme contratos e croqui anexos.

Embora não tenha importância a área adquirida através de compra a qual perfaz um total de 292,82 ha, com a área anotada em cadastro, cuja área é de 286,40 ha, tendo assim uma diferença de 6,42 ha.

Além desta diferença tornou-se duvidoso de nossa parte para preencher os laudos de vistoria, visto que o lote 51 antes da subdivisão era de 228,90 ha e após a subdivisão ficou com 205,70 ha, tendo assim uma diferença de 23,20 ha.

Em anexo resumo dos lotes constatados em cadastro, no mapa, compra e situação da área levantada "in loco".

É a informação, da qual aguardamos esclarecimento deste departamento.

Pvaí., em 04 de março de 1986.

Instituto de Terras e Cartografia

Técnico Florestal  
DAVID GÓBOR



000027

RESUMO DOS LOTES CONSTATADOS:-NO CADASTRO

|           |     |                  |                          |
|-----------|-----|------------------|--------------------------|
| Lote 51   | com | 228,90 Ha        | .....ANTES DA SUBDIVISÃO |
| Lote 51   | com | 121,00 Ha        | .....APÓS SUBDIVISÃO     |
| Lote 51=A | "   | 84,70 Ha         |                          |
|           |     | <u>205,70 Ha</u> |                          |

ÁREA EXISTENTE NO MAPA (anexo folha 22)

|         |     |                  |
|---------|-----|------------------|
| Lote 51 | com | 121,20 Ha        |
| " 51-A  | "   | 53,20 Ha         |
| " 51-B  | "   | 40,40 Ha         |
| " 51-C  | "   | 29,20 Ha         |
| " 52    | "   | 77,50 Ha         |
|         |     | <u>321,50 Ha</u> |

ÁREA EXISTENTE CONFORME CONTRATOS DE COMPRA E VENDA (Anexos folhas 15 e 16, 17, 18, 19 e 20)

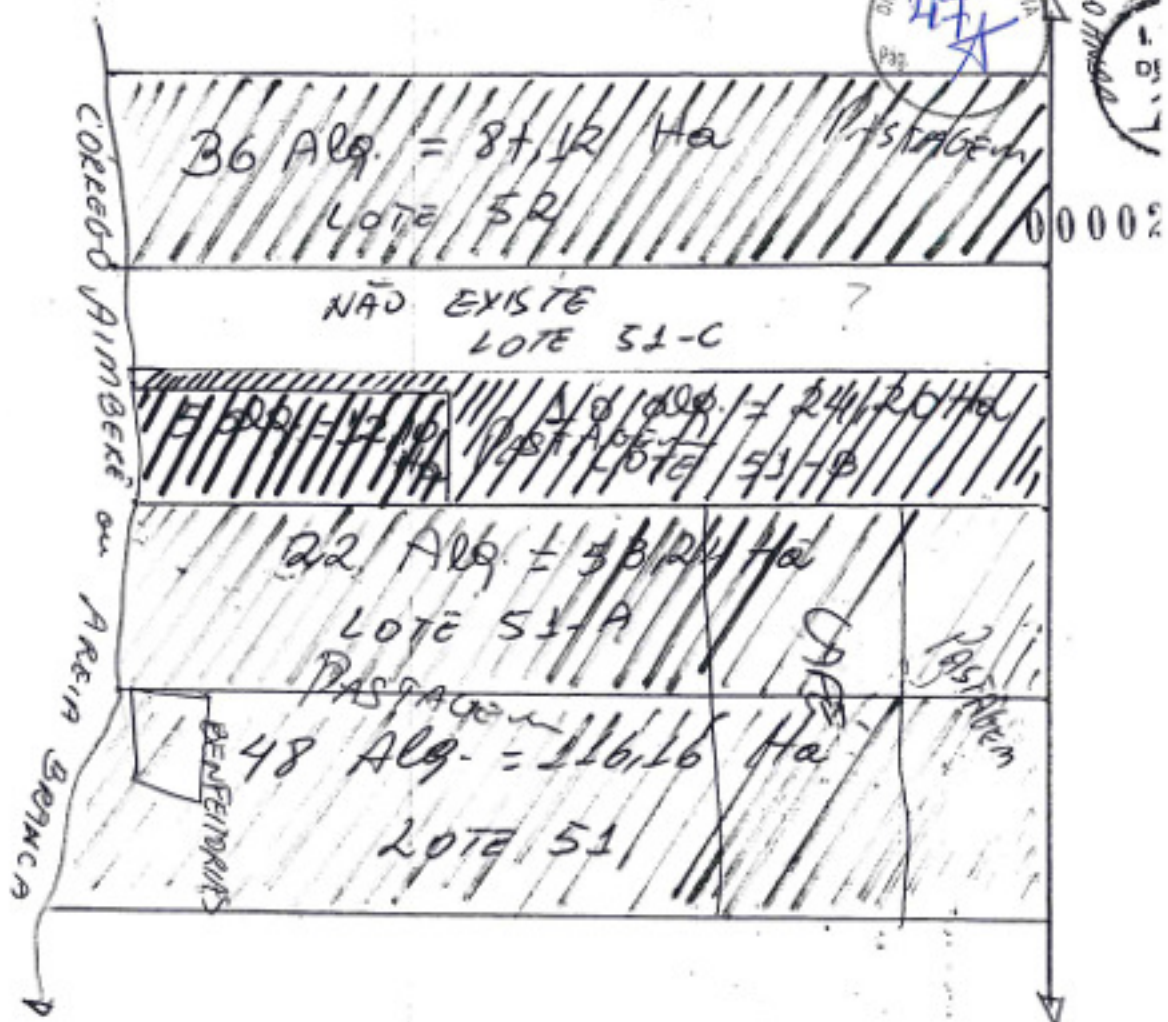
|                  |
|------------------|
| 24,20 Ha         |
| 116,16 Ha        |
| 87,12 Ha         |
| 12,10 Ha         |
| 53,24 Ha         |
| <u>292,82 Ha</u> |

Obs.: Com relação ao Lote 52 também não coincide com a área existente no mapa e com a área adquirida através de compra.

Área existente no mapa.....77,50 Ha.

" " ..... 87,12 Ha.





|   |              |                         |
|---|--------------|-------------------------|
| ■ | ADQUIRIDO DE | RAMIRO DE PAULI         |
| ■ | "            | LUIS MARTINS P.O.       |
| ■ | "            | ANTONIO RAIMUNDO NOVA   |
| ■ | "            | JOSÉ VICTORINO FERNANDI |
| ■ | "            | MANOEL ALBERTO FERNANDI |

CROQUI DA ÁREA LEVANTADA 'IN LOCO'





02191 00000 00000 00000

DIRECTOR  
48  
A

L.T.C.  
DETER  
31

000029

FAXA A-11-I

QUADRICULA SF.22





instituto de terras e cartografia  
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ



COTER

000030

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1.950-80 - JOÃO PIRES BRANCO.



AO ER PVI, para proceder visita nos lotes nº 51, 51-A e 52, de acordo com a planta de fls. 24, cuja subdivisão foi aprovada através o protocolo nº 8.965-82, xerox, fls. 23.

As áreas constantes desses lotes, serão incorporadas, para posterior alienação ao ocupante, que deverá ser informado que só poderá receber escritura de área, que não poderá ultrapassar 200 ha que é o limite máximo para a compra de terras, de acordo com a lei vigente. A opção para a compra poderá ser somente do lote nº 51, com 121 ha ou dos lotes nº 51-A e 52, como total de 165,40 ha.

COTER, 31, 03 1986.

Marcos Kaminiski  
Coordenador de Terras

AO Técnico Florestal Jai Gaber, para atendimento ao despacho do Sr. Coordenador de Terras, Dr. Marcos Kaminiski

Sérgio da Silva Pereira  
Eng.º Agrônomo - CREA 11.621-B 04.04.86.  
I.T.C. - ERPVI





INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
DO ESTADO DO PARANÁ - I.T.C.  
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA  
ESCRITÓRIO DE PARANÁ

PROJETO: 50

I.T.C.

DETER

33

REG. DE POSSE Nº

LIVRO

fol.

DATA

000031

LAUDO DE VISTORIA

01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

1.1. Nome: JOÃO PIRES BRANDÃO  
1.2. Filiação: MANOEL PIRES BRANDÃO MARIA DAS NEVES  
1.3. Natural de PARANÁ 1.4. Estado Civil CASADO 1.5. Nº de Filhos: 4  
1.6. Certidão: Cas ☐ Nasc. ☐ 1.7. Livro 1 1.8. Livro 1 1.9. Fol. 1  
1.10. Município: LOANDA - PR 1.11. Profissão: AGRICULTOR  
1.12. RG: 262.164-PR 1.13. CPF ☒ ou CGC ☐ nº 005700368 1.14. Cart Prof. 1  
1.15. Domicílio RUA WASHINGTON LUIZ, 523  
LOANDA - PR

02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

2.1. Denominação do Imóvel (antigas e atuais) LOTE 51, GLEBA 13, CD. PVAL, MUNICÍPIO DE LOANDA  
2.2. Localidade: FAZ. SÃO JOÃO 2.3. Distrito: LOANDA  
2.4. Município: LOANDA 2.5. Comarca: LOANDA  
2.6. Área do Imóvel (em ha) 121,00 2.7. Cadastro do INCRA: 1  
2.8. Descrever a localização e condições do acesso: DE LOANDA ESTRADA PI. PORTO SÃO JOSÉ A 4 KM. A DIREITA O LOTE

03 - DA OCUPAÇÃO

3.1. É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ 3.2. Ocupante Atual: 22 anos  
3.3. Início da ocupação primitiva 14.12.1964 3.4. Transmissor (s) MANOEL ALBERTO FERNANDES  
3.5. Houve autorização para ocupação? Sim ☒ Não ☐  
3.6. Quem autorizou O MESMO 3.7. Explora diretamente o imóvel  
Sim ☒ Não ☐ 3.8. Reside no Imóvel? Sim ☐ Não ☒ 3.9. Nome do preposto: QUADRO 10  
3.10. Nº de pessoas residentes no Imóvel: 6  
3.11. A posse é mansa e pacífica. Sim ☒ Não ☐ 3.12. Houve questão possessória ou dominial.  
Sim ☐ Não ☒ (Descrever na coluna de observações).

04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

4.1. Possui documentação? Sim ☒ Não ☐ 4.2. Espécie do documento ESCRITURA  
DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA 4.3. Particular ☐ Público ☐ 4.4. Descrever  
(Comarca, Município, Cartório, Número, Livro e Folhas)  
BELA VISTA DO PARAISO - PR, MUN. BELA V. DO  
PARAISO, CARTÓRIO BITTENCOURT, Nº 1460, LIVRO 18,  
FOLHAS 222 a 215



- 5.1. Possui outro imóvel rural? Sim ☒ Não ☐ 5.2. Área (em ha) ... 1.190,00
- 5.3. Município: ST.ª ISABEL DO IVAI, L. OANDA 5.4. Proprietário ☒ Posseiro ☒
- 5.5. Já obteve Financiamento Bancário? Sim ☒ Não ☐
- 5.6. Órgão Financiador: BANCO DO BRASIL E L. OANDA
- 5.7. Já desenvolveu atividades agro-pecuárias anteriormente? Sim ☒ Não ☐
- 5.8. Onde? FAZ. N. S.ª FÁTIMA, ST.ª ISABEL DO IVAI
- 5.9. Espécie de Atividades: AGROPECUÁRIA
- 5.10. Em que condições: Proprietário? ☒ Empregado? ☐ Arrendatário? ☐ Parceiro? ☐
- Outro? ☐



#### 5.11. BENFEITORIAS E IMPLEMENTOS (ou Acessões)

| Especificações          | QUANTIDADE | DIMENSÕES    | IDADE     | VALOR DECLARADO   |
|-------------------------|------------|--------------|-----------|-------------------|
| <u>CASAS DE MADEIRA</u> | <u>3</u>   | <u>7x8</u>   | <u>22</u> | <u>5.000.000</u>  |
|                         | <u>1</u>   | <u>7x8</u>   | <u>03</u> | <u>5.000.000</u>  |
|                         | <u>1</u>   | <u>6x7</u>   | <u>20</u> | <u>5.000.000</u>  |
| <u>TILHA</u>            | <u>1</u>   | <u>10x7</u>  | <u>18</u> | <u>10.000.000</u> |
| <u>TERREIRÃO</u>        | <u>1</u>   | <u>600m²</u> | <u>18</u> | <u>5.000.000</u>  |
| <u>PARRALÃO</u>         | <u>1</u>   | <u>6x7</u>   | <u>15</u> | <u>8.000.000</u>  |

#### 06 - UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

| 6.1. ÁREA UTILIZADA    |  | ESPECIFICAÇÃO           | EXISTENTE |     | 12.000 PÉS DE CAFÉ<br>COLÔNIA |    |
|------------------------|--|-------------------------|-----------|-----|-------------------------------|----|
|                        |  |                         | ha        | %   |                               |    |
|                        |  |                         |           |     |                               |    |
|                        |  | CULTURAS PERMANENTES    | 14,52     | 12  |                               |    |
|                        |  | CULTURAS TEMPORÁRIAS    | —         | —   |                               |    |
|                        |  | PASTAGENS               | 106,48    | 88  |                               |    |
|                        |  | REFLORESTAM.ECONÔMICOS  | —         | —   |                               |    |
|                        |  | SOMA DA ÁREA UTILIZADA  | 121,00    | 100 |                               |    |
|                        |  |                         |           |     |                               |    |
| 6.2. ÁREA UTILIZÁVEL   | MATAS                                  |                         | —         | —   |                               |    |
|                        | CAPOEIRAS                              |                         | —         | —   |                               |    |
|                        | CAMPOS                                 |                         | —         | —   |                               |    |
|                        | SOMA DA ÁREA UTILIZÁVEL                |                         | —         | —   |                               |    |
|                        |  |                         |           |     | Necessidade de Ocupação       |    |
|                        |  |                         |           |     | ha                            | %  |
| 6.3.ÁREA DE RES. LEGAL | 6.3.2. LEI 4661<br>Art. 16<br>LEI 7055 | MATAS                   | —         | —   | —                             | —  |
|                        |  | CAPOEIRAS               | —         | —   | —                             | —  |
|                        |  | REFLORESTAMENTO         | —         | —   | 3025                          | 25 |
|                        |  | SOMA DA ÁREA DE RESERVA | —         | —   | —                             | —  |
|                        | 6.3.1. LEI 4771<br>Art. 2 e 7          | MATAS CILIARES          | —         | —   | —                             | —  |
| CAPOEIRAS              |  | —                       | —         | —   | —                             |    |
| REFLORESTAMENTO        |  | —                       | —         | —   | —                             |    |
| TOTAL GERAL            |  |                         | 121,00    | 100 | 3025                          | 25 |

07 - TOPOGRAFIA (OU TOPOLOGIA) DO IMÓVEL



LEVEMENTE ONDULADA

08 - ESPÉCIES FLORESTAIS MAIS COMUNS

HÁ SOMENTE ÁRVORES RALAS NO PASTO: CANAFISTULA, GURUCIA E CORAÇÃO DE NEGRO

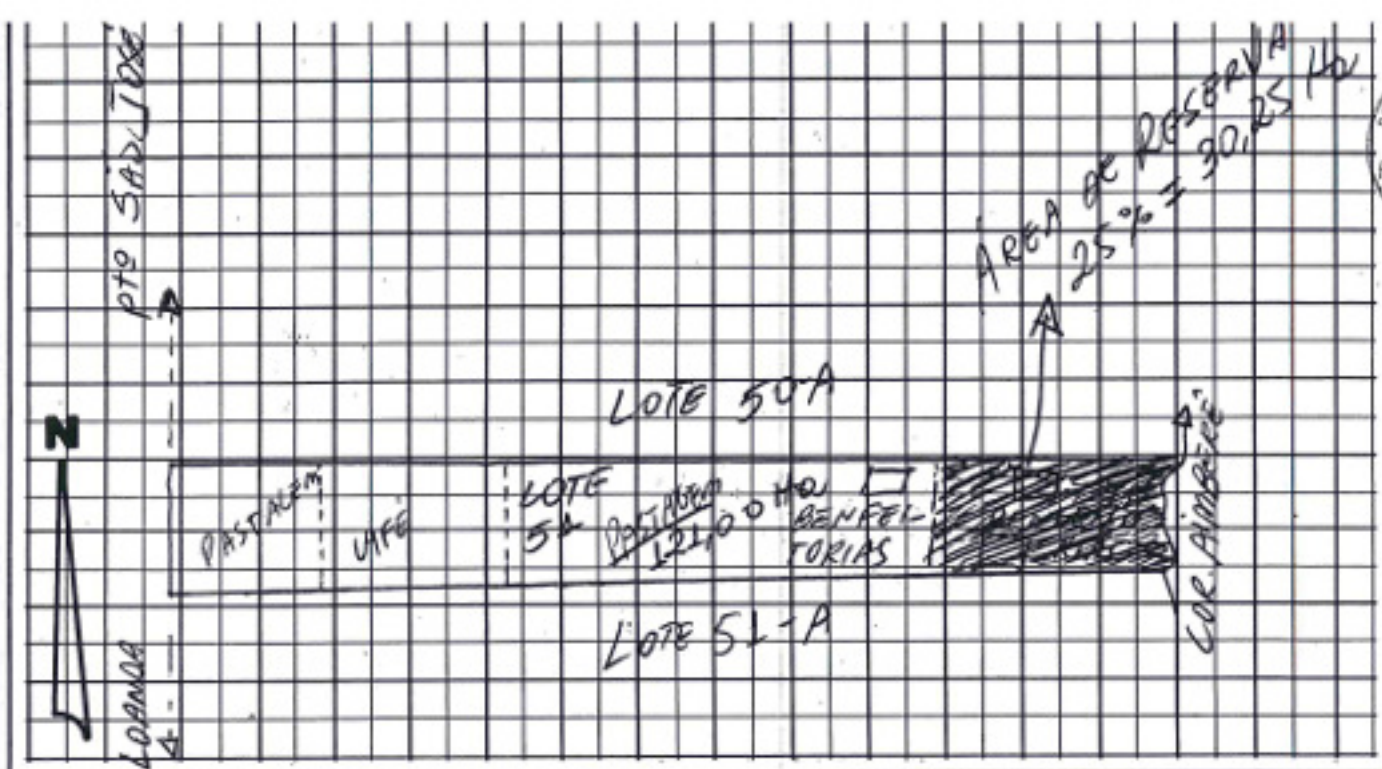
09 - EROSÃO

- APRESENTA UM POÇO NA MARGEM DO Córrego AIMBERÉ

10 - OBSERVAÇÕES

- ROBERTO CARLOS DA SILVA + ESPOSA E UM FILHO É EMPREGADO E RESIDE NO IMÓVEL
- JOÃO ALEXANDRE E ESPOSA E UM FILHO PORCENTEIRO DE CAFÉ
- 7.000 m DE CERCA, 10 ANOS DE CONSTRUÇÃO  
VALOR 15.000.000,





**OBSERVAÇÕES:** Assinalar no croquis os confrontantes, situação, condições de acesso, existência e largura média dos rios, riachos, sede da propriedade, área de reserva, áreas a serem desmatadas, matas ciliares, delimitação de reservas de preservação permanente e de reposição, etc. . .

12. Assinatura  
do  
Ocupante

*João Teis Branco*

13.

1ª Testemunha

*Roberto Carlos da Silva*

14.

2ª Testemunha

Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente laudo de vistoria.

15. Nome: *DAVID GOGOR*  
Função: *VISTORIADOR*  
Região: *PARANAVAI*  
Local: *PARANAVAI*  
Assinatura: *David Gogor*

Escritório de *PARANAVAI*

Data: *10/04/1986*

16.

DE ACORDO

Chefe do Escritório de .....

VISTO

Coordenador de .....





INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
DO ESTADO DO PARANÁ - I.T.C.  
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA  
ESCRITÓRIO DE PARANÁVAI

PROJETO

REG. DE POSSE Nº 000033

LIVRO.....fls.....

DATA...../...../.....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

1.1. Nome: JOÃO PIRES BRANCO  
1.2. Filiação: MANOEL PIRES BRANCO e MARIA DAS NEVES  
1.3. Natural de: CARVOEIRO 1.4. Estado Civil: CASADO 1.5. Nº de Filhos: 4  
1.6. Certidão: Cas ☐ Nasc. ☐ 1.7. Nº 1 1.8. Livro 1 1.9. Fls. 1  
1.10. Município: LOANDA 1.11. Profissão: AGRICULTOR  
1.12. RG: 262.164-PR 1.13. CPF: 005700368 1.14. Cart Prof. ---  
1.15. Domicílio: WASHINGTON LUIZ, 523

LOANDA - PR

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

2.1. Denominação do Imóvel (antigas e atuais) LOTE 51-A, GLEBA 13, COL. POAI, MUNICÍPIO DE LOANDA  
2.2. Localidade: FZ. SÃO JOÃO 2.3. Distrito: LOANDA  
2.4. Município: LOANDA 2.5. Comarca: LOANDA  
2.6. Área do Imóvel (em ha) 84,70 2.7. Cadastro do INCRA: ---  
2.8. Descrever a localização e condições do acesso: DE LOANDA, ESTRADA PI. PORTO SÃO JOSÉ, A 4 KM, A DIREITA O LOTE

### 03 - DA OCUPAÇÃO

3.1. É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ 3.2. Ocupante Atual: QUADRO 10 anos  
3.3. Início da ocupação primitiva 1/1/1980 3.4. Transmissor (s) QUADRO 10  
3.5. Houve autorização para ocupação? Sim ☒ Não ☐  
3.6. Quem autorizou QUADRO 10 3.7. Explora diretamente o imóvel  
Sim ☒ Não ☐ 3.8. Reside no Imóvel? Sim ☐ Não ☒ 3.9. Nome do preposto: ---  
3.10. Nº de pessoas residentes no Imóvel: ---  
3.11. A posse é mansa e pacífica. Sim ☒ Não ☐ 3.12. Houve questão possessória ou dominial.  
Sim ☐ Não ☒ (Descrever na coluna de observações).

### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

4.1. Possui documento? Sim ☒ Não ☐ 4.2. Espécie do documento QUADRO 10  
4.3. Particular ☒ Público ☒ 4.4. Descrever  
(Comarca, Município, Cartório, Número, Livro e Folhas).





5.1. Possui outro imóvel rural? Sim ☒ Não ☐ 5.2. Área (em ha) .. 588,90 ..  
5.3. Município: STº ISABEL DO IVAI E LOANDA .. 5.4. Proprietário ☒ Posseiro ☒  
5.5. Já obteve Financiamento Bancário? Sim ☒ Não ☐  
5.6. Órgão Financiador: BANCO DO BRASIL E LOANDA ..  
5.7. Já desenvolveu atividades agro-pecuárias anteriormente? Sim ☒ Não ☐  
5.8. Onde? FAZ. N. S. DE KATIMA, STº ISABEL DO IVAI ..  
5.9. Espécie de Atividades: AGROPECUARIA ..  
5.10. Em que condições: Proprietário? ☒ Empregado? ☐ Arrendatário? ☐ Parceiro? ☐  
Outro? ☐

5.11. BENFEITORIAS E IMPLEMENTOS (ou Acessões)

| Especificações      | QUANTIDADE | DIMENSÕES       | IDADE   | VALOR DECLARADO |
|---------------------|------------|-----------------|---------|-----------------|
| CERCA DE ARAME LIZO | 1          | 7.000m          | 15 ANOS | 15.000.000,     |
| POLO SEMI ARTESIANO | 1          | 124m x 6 pol.   | 5"      | 12.000.000,     |
| 1 RESERVATÓRIO      | 1          | 110.000 lit.    | 5"      | 8.000.000,      |
| DEBEDONRO           | 5          | 10.000 lit./CAN | 5       | 2.000.000/0200  |

06 - UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

| 6.1. ÁREA UTILIZADA     |  | ESPECIFICAÇÃO  | EXISTENTE |  | 6.000 pés de CAFÉ<br>COLONIAIS |    |
|-------------------------|--|--|-----------|--|--------------------------------|----|
|                         |  |  | ha        | %  |                                |    |
|                         |  |  |           |  |                                |    |
|                         |  | CULTURAS PERMANENTES   | 7,26      | 8,58   |                                |    |
|                         |  | CULTURAS TEMPORÁRIAS   | —         | —  |                                |    |
|                         |  | PASTAGENS  | 77,44     | 91,42  |                                |    |
|                         |  | REFLORESTAM.ECONÔMICOS   | —         | —  |                                |    |
|                         |  | SOMA DA ÁREA UTILIZADA   | 84,70     | 100  |                                |    |
| 6.2. ÁREA<br>UTILIZÁVEL |  | MATAS  | —         | —  |                                |    |
|                         |  | CAPOEIRAS  | —         | —  |                                |    |
|                         |  | CAMPOS   | —         | —  |                                |    |
|                         |  | SOMA DA ÁREA UTILIZÁVEL  | —         | —  |                                |    |
|                         |  |  |           |  | Necessidade de<br>Ocupação     |    |
|                         |  |  |           |  | ha                             | %  |
| 6.3.ÁREA DE RES. LEGAL  |  | 6.3.2. LEI 4661<br>Art. 16<br>LEI 7055<br>MATAS<br>CAPOEIRAS<br>REFLORESTAMENTO<br>SOMA DA ÁREA DE RESERVA | —         | —  | 21,18                          | 25 |
|                         |  |  | —         | —  | —                              | —  |
|                         |  |  | —         | —  | —                              | —  |
|                         |  |  |           | 6.3.1. LEI<br>4771<br>Art. 2 e 7<br>MATAS CILIARES<br>CAPOEIRAS<br>REFLORESTAMENTO | —                              | —  |
|                         |  | TOTAL GERAL  | 84,70     | 100  | 21,18                          | 25 |



- LEVEMENTE ONDULADA

000034

## 08 - ESPÉCIES FLORESTAIS MAIS COMUNS

- SOMENTE ESPÉCIES ESPARSAS NA ÁREA  
COMO: CANAFÍSTULA, GURUCAIA E CORAÇÃO DE  
NEGO

## 09 - EROSÃO

- APRESENTA UM PONCO NA MARGEM DO  
CÓRREGO.

## 10 - OBSERVAÇÕES

- TRANSMITENTES: -

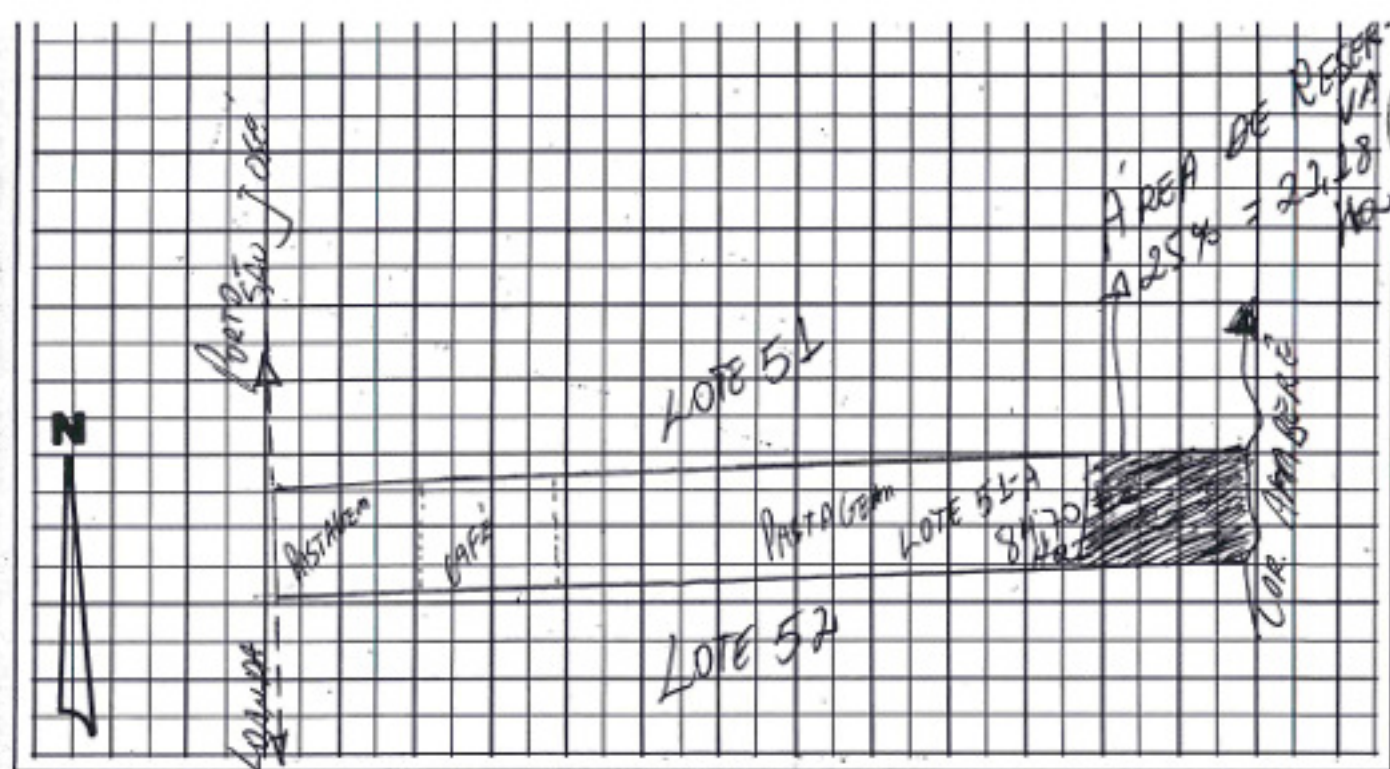
JOSÉ VICTORIANO FERNANDES EM 7 DE ABRIL DE 1974  
ATRAVÉS DA ESCRITURA PÚBLICA, COMARCA DE LOANDA,  
MUNICÍPIO DE LOANDA; CARTÓRIO MANOEL FERREIRA DO VALLE;  
LIVRO 36; FOLHAS 208 E 209, OCUPA A ÁREA A 14 ANOS

LUÍZ MARTINS PIO EM 24 DE ABRIL DE 1974, ATRAVÉS  
DE CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

ANTÔNIO RAIMUNDO NONATO EM 19 DE MARÇO DE  
1973 ATRAVÉS DE RECIDO

TODOS AUTORIZARAM PARA OCUPAR OS REFE-  
RIDOS IMÓVEIS





**OBSERVAÇÕES:** Assinalar no croquis os confrontantes, situação, condições de acesso, existência e largura média dos rios, riachos, sede da propriedade, área de reserva, áreas a serem desmatadas, matas ciliares, delimitação de reservas de preservação permanente e de reposição, etc. . .

12. Assinatura  
do  
Ocupante

*João Cristiano*

13.

1ª Testemunha

*Roberto Carlos da Silva*

14.

2ª Testemunha

Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente laudo de vistoria.

15. Nome: *DAVID GONÇALVES*  
Função: *VEICULADOR*  
Região: *PARANÁ*  
Local: *PARANÁ*  
Assinatura: *David*

Escritório de ... *PARANÁ* .....

Data: *10/04/1986*

16.

DE ACORDO

VISTO

Chefe do Escritório de .....

Coordenador de .....





INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
DO ESTADO DO PARANÁ – I.T.C.  
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA  
ESCRITÓRIO DE PARANAVAI

PROJETO:

REG. DE POSSE Nº

LIVRO

DATA

I.T.C.

DETER

379

000035

LAUDO DE VISTORIA

01 – DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

1.1. Nome: JOÃO PIRES  
1.2. Filiação: MANOEL PIRES CARVALHO e MARIA DAS NEVES  
1.3. Natural de: PORTUGAL 1.4. Estado Civil: CASADO 1.5. Nº de Filhos: 4  
1.6. Certidão: Cas ☐ Nasc ☐ 1.7. Nº: — 1.8. Livro: — 1.9. Fls.: —  
1.10. Município: — 1.11. Profissão: AGRICULTOR  
1.12. RG: 262.161-PR 1.13. CPF ☒ ou CGC ☐ nº 005700369-68 Cart Prof.: —  
1.15. Domicílio: RUA WASHINGTON LUIZ, 523  
LOANDA-PR

02 – CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

2.1. Denominação do Imóvel (antigas e atuais): LOTE 52 GLEBA 13, LOC. RUA 1, MUNICÍPIO DE LOANDA  
2.2. Localidade: Faz. São João 2.3. Distrito: LOANDA  
2.4. Município: LOANDA 2.5. Comarca: LOANDA  
2.6. Área do Imóvel (em ha): 80,70 2.7. Cadastro do INCRA: —  
2.8. Descrever a localização e condições do acesso: DE LOANDA, PORTA SÃO JOSÉ, A 4 km. O LOTE

03 – DA OCUPAÇÃO

3.1. É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ 3.2. Ocupante Atual: 13 anos  
3.3. Início da ocupação primitiva: 24.1.02/73 3.4. Transmissor (s): RAMIRO DE PAULI  
3.5. Houve autorização para ocupação? Sim ☒ Não ☐  
3.6. Quem autorizou: RAMIRO DE PAULI 3.7. Explora diretamente o imóvel  
Sim ☒ Não ☐ 3.8. Reside no Imóvel? Sim ☐ Não ☒ 3.9. Nome do preposto: —  
3.10. Nº de pessoas residentes no Imóvel: —  
3.11. A posse é mansa e pacífica. Sim ☒ Não ☐ 3.12. Houve questão possessória ou dominial.  
Sim ☐ Não ☒ (Descrever na coluna de observações).

04 – DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

4.1. Possui documento? Sim ☒ Não ☐ 4.2. Espécie do documento: CONTRATO DE COMPRA E VENDA  
4.3. Particular ☒ Público ☐ 4.4. Descrever (Comarca, Município, Cartório, Número, Livro e Folhas): —



- 5.1. Possui outro imóvel rural? Sim ☒ Não ☐ 5.2. Área (em ha) ... 592,60 .....
- 5.3. Município: 5ª I. DO IVAÍ E LOANDA ..... 5.4. Proprietário ☒ Posseiro ☒
- 5.5. Já obteve Financiamento Bancário? Sim ☒ Não ☐
- 5.6. Órgão Financiador: BANCO DO BRASIL E ITAÚ .....
- 5.7. Já desenvolveu atividades agro-pecuárias anteriormente? Sim ☒ Não ☐
- 5.8. Onde? FAZ. N. S.ª DE FÁTIMA, 5ª ISABEL DO IVAÍ .....
- 5.9. Espécie de Atividades: AGROPECUÁRIA .....
- 5.10. Em que condições: Proprietário? ☒ Empregado? ☐ Arrendatário? ☐ Parceiro? ☐
- Outro? ☐

5.11. BENFEITORIAS E IMPLEMENTOS (ou Acessões)

| Especificações             | QUANTIDADE | DIMENSÕES     | IDADE     | VALOR DECLARADO   |
|----------------------------|------------|---------------|-----------|-------------------|
| <u>CERCA DE PRAME LIZO</u> |            | <u>2.400m</u> | <u>10</u> | <u>7.000.000,</u> |

06 – UTILIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

| 6.1. ÁREA UTILIZADA    |  | ESPECIFICAÇÃO           | EXISTENTE |       | COLONIAIS               |    |
|------------------------|--|-------------------------|-----------|-------|-------------------------|----|
|                        |  |                         | ha        | %     |                         |    |
|                        |  |                         |           |       |                         |    |
|                        |  | CULTURAS PERMANENTES    | —         | —     |                         |    |
|                        |  | CULTURAS TEMPORÁRIAS    | —         | —     |                         |    |
|                        |  | PASTAGENS               | 80,70     | 100   |                         |    |
|                        |  | REFLORESTAM.ECONÔMICOS  | —         | —     |                         |    |
|                        |  | SOMA DA ÁREA UTILIZADA  | 80,70     | 100   |                         |    |
|                        |  |                         |           |       |                         |    |
| 6.2. ÁREA UTILIZÁVEL   | MATAS                                  |                         | —         | —     |                         |    |
|                        | CAPOEIRAS                              |                         | —         | —     |                         |    |
|                        | CAMPOS                                 |                         | —         | —     |                         |    |
|                        | SOMA DA ÁREA UTILIZÁVEL                |                         | —         | —     |                         |    |
|                        |  |                         |           |       |                         |    |
|                        |  |                         |           |       | Necessidade de Ocupação |    |
|                        |  |                         |           |       | ha                      | %  |
| 6.3.ÁREA DE RES. LEGAL | 6.3.2. LEI 4861<br>Art. 16<br>LEI 7055 | MATAS                   | —         | —     | 20,18                   | 25 |
|                        |  | CAPOEIRAS               | —         | —     |                         |    |
|                        |  | REFLORESTAMENTO         | —         | —     |                         |    |
|                        |  | SOMA DA ÁREA DE RESERVA | —         | —     |                         |    |
|                        | 6.3.1. LEI 4771<br>Art. 2 e 7          | MATAS CILIARES          | —         | —     |                         |    |
| CAPOEIRAS              |  | —                       | —         |       |                         |    |
| REFLORESTAMENTO        |  | —                       | —         |       |                         |    |
| TOTAL GERAL            |  | 80,70                   | 100       | 20,18 | 25                      |    |

07 - TOPOGRAFIA (OU TOPOLOGIA) DO IMÓVEL

- LEVEMENTE ONDULADA



000036

08 - ESPÉCIES FLORESTAIS MAIS COMUNS

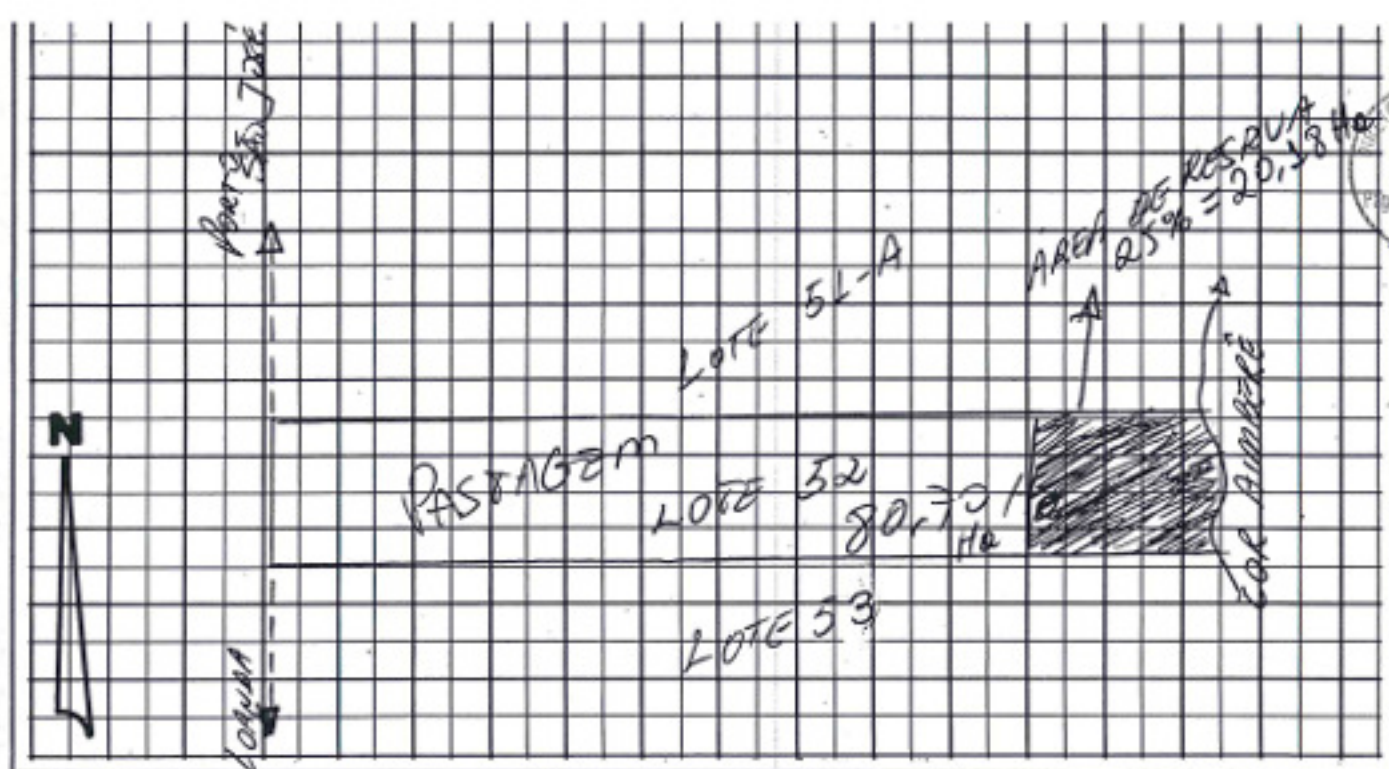
SOMENTE ESPÉCIES ESPARSAS NA ÁREA COMO:  
LANAFISTHIA, GURUNGAIA E CORREÃO DE NEGRO

09 - EROSÃO

- APRESENTA UM POUCO NA MARGEM DO  
CORREGO

10 - OBSERVAÇÕES





**OBSERVAÇÕES:** Assinalar no croquis os confrontantes, situação, condições de acesso, existência e largura média dos rios, riachos, sede da propriedade, área de reserva, áreas a serem desmatadas, matas ciliares, delimitação de reservas de preservação permanente e de reposição, etc. . .

12. Assinatura  
do  
Ocupante

*João Pinheiro*

13.

1ª Testemunha

*Roberto Carlos do Silva*

14.

2ª Testemunha

Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente laudo de vistoria.

15. Nome: *DAVID GÓZOR*  
Função: *VISTORADOR*  
Região: *PARANAVÁ*  
Local: *PARANAVÁ*  
Assinatura: *David Gózor*

Escritório de *PARANAVÁ*

Data: *10/04/1986*

16.

DE ACORDO

*Lucio da Cunha*  
Chefe do Escritório de *PARANAVÁ*

VISTO

Coordenador de .....



# instituto de terras, cartografia e florestas

VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA — GOVERNO DO PARANÁ

M.  
I.T.C.  
DETER  
39

ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARAVAI

000037

## INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1950/80 - JOÃO PIRES BRANCO.

DIRETORIA LEGISLATIVA  
62  
Pag

Tenho a informar que o ocupante, Sr. João Pires Branco foi esclarecido conforme solicitação do Coordenador de Terras, Dr. Marcos Kaminski.

É a informação.

ERPVI, 20/05/86.

Instituto de Terras e Cartografia  
*David Góbor*  
Técnico Florestal  
DAVID GÓBOR  
ERPVI

fms. À COTER para os devidos  
fins. DETER 02/06/86

*Imine Della Porta*  
Diretor do Departamento de Terras

AO ZENGE (COCA), para anexar  
plantas e memoriais.  
COTER, 04/06/1986.

M/L





# instituto de terras e cartografia

VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

M - 20



000038

## INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1.950/80 - JOÃO PIRES BRANCO



À COTER:

Vimos impossibilitados de atender a solicitação do Sr. Coordenador de Terras, face a ocorrência de elementos técnico no Processo de Medição da Gleba nº 13 - Colônia Paranavaí.

Engº David Baggio  
ÁREA DE ENGENHARIA DE OPERAÇÃO

EM 12 / 07 / 86

AO SETOR DE ENGENHARIA E OPERAÇÕES.

Em função do que é noticiado acima / por este SETOR, nós dando conta de que o Processo de Medição da Gleba nº 13 da Col. Paranavaí não oferece elementos técnicos para confecção de plantas e memoriais descritivos dos lotes aqui objetivados, apesar de estarem com a subdivisão / devidamente aprovada conforme verifica-se às fls. 23 e 24 do presente, solicitamos as devidas providências desse SETOR, no sentido de que sejam procedidos levantamentos topográficos dos imóveis em tela, à fim de que este ITCF possa ultimar a tramitação da presente petição, e, conseqüentemente emitir o competente TÍTULO DE INCORPORAÇÃO, e posterior / alienação ao requerente.

COTER, em 30 / julho / 1986



000039

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº

Ao DETER. (COTER).

Devido ao tempo decorrido;  
devido aos programações apresen-  
tadas por 1987, solicitamos que  
se reestude o processo p/ a provi-  
dência necessária.

OBS: Recebido em 28/07/87.

29/07/87.  
Assin.

DETER  
Recebido em  
29/07/87  
às 17:30 horas  
assinatura

Ricardo Flemming  
Eng.º Civil CREA 9803-D-74 Região  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA  
Coordenador

A COTER:  
Verificam junto ao DETER  
a possibilidade de  
atuar no TRABALHO dos setores  
sem comprometer o tempo  
estabelecido para o trabalho  
que uma equipe de topografia  
em campo no Paraná, trabalhando  
de 30/07/87

Augustinho Lucchi  
Diretor do Departamento de Terras

Ao DETER, para verificar a  
possibilidade de atendimento con-





PROTOCOLLO N.º

Ao Genro (Pereira)  
 Para o ano de 1987, não há possibi-  
 lidade p/ atendimento com relação a  
 médicas.  
 A. 05/08/87.

05/08/37.  
Ricardo Flemming  
Eng. Civil  
DEPARTAMENTO DE AERONAUTICA  
COPACABANA

DETER  
Recebido em  
10/08/87  
9:00 horas  
Assinatura

1. WATER

DETER  
 Recebido em  
 10/08/87  
 às 9:00 horas  
 do  
 assina

A COTER

① ENTREGA em contato  
 com o esq de Palmar vai (atarei  
 para o opiao de interessados  
 da impossibilidade de  
 recebermos este  
 sistema a  
 de novo de

de novo)  
 para  
 alunos  
 atendem  
 aos  
 alunos  
 ANOTAR  
 de TER

②

18/06/87  
 C. H.



INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº

Ao ERPVI para ciência  
dos despachos de fls, comunicando  
o requerido, através de ofício, de  
que, o ITCF não dispõe de copo-  
cidade física para medição de  
área em 1986, razão pela qual este-  
ma indicando-a para execução  
em 1987. Anexar xerox do ofício  
e retornar à COTER-DETER.

E - 14/03/87

R R R  
Bruno DETER





TCF

Ofício nº 029/87

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECIBO DE POSTAGEM

TOTAL PAGO 4900

Nº DO REGISTRO 917077

PARANAVÁ 0821SET 87 00004

NATUREZA VALOR DECLARADO PESO

ENDERECO 84900 WASHINGTON

CIDADE LOANDA

CEP 84900

SEM RASURA

BRANCO

LUIS

UP PR

Prezado Senhor:

Conforme informação contida as folhas 40 do processo protocolado por V.Sª. sob nº 1950/80ITCF há necessidade de que seja efetuado levantamento topográfico por equipe deste ITCF. Ocorre, entretanto, que neste momento não há possibilidade de que tal trabalho seja executado neste ano corrente, visto que a programação esta totalmente montada.

Informamos outrossim, que o Sr. Diretor do Departamento de Terras, Dr. Augustinho Zucchi, determinou que a medição dos lotes 51, 51-A e 52 da Gleba 13 da Colonia Paranaíba, situados no Município de Loanda, seja programada para 1988.

Sem mais, enviamos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente

ENGº. AGR. SÉRGIO DA SILVA PEREIRA  
CHEFE REGIONAL DO ITCF

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
JOÃO PIRES BRANCO  
NOVA LONDRINA - PR



000043

Fls. 45

N  
1109.1545  
444786SAGR BR  
415899INST BR

TEL HRO 1039/87  
ITCF/CURITIBA/PR

DE: COTER/DETER.  
P/: ERPVI A/C SERGIO.

SOLICITAMOSURGENTE REMESSA PROCESSO JOAO PIRES BRANCO, ESTA COTER/DE-  
TER.

ATENCIOSAMENTE  
ROMEU RUFINO DE BRUNS FILHO  
COORDEN





ERPVI:



000044

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO N° 1950/80-STCE

A Coter, conforme solicitação expressa no  
Telex. 1039/87 (ANEXO).

ERPVI, 10.11.87.

*Luiz Carlos Pereira*  
Sergio da Silva Pereira  
Eng.º Agrônomo - CREA 11.621-D  
LTC - ERPVI

À DENGÉ - 2 Ricardo  
Solicitamos programa  
a medição desta área, con-  
forme entendimentos que mant-  
vemos

13/11/87  
*BRUNO DETER*  
BRUNO DETER

Coord. de Operacões.  
1. Efetuar o levantamento topográfico.  
fraz necessárias, assim que uma  
equipe estiver disponível, em sub-  
stituição à equipe que nos faltava por  
medidos

*Ricardo Fleming*  
16/11/87.  
Eng.º Civil CREA 9085/D-1ª Região  
- - - - - CENTRO DE ENGENHARIA



INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1.950/80-ITCF

À COTER:

Após a execução do levantamento topográfico solicitado, chegou-se ao seguinte resultado, conforme demonstra a projeção dos dados colhidos no campo e anexados a este protocolo (folha 47):

1ª) O perímetro resultante da unificação dos lotes nºs 51, 51-A e 52, definiu uma área total de 312,5213 ha (dezembro de 1.987).

2ª) O lote 50-A que foi definido para simples verificação, resultou numa área de 21,1474 ha

3ª) Levando-se em conta a 1ª medição da Gleba 13-Colônia Paranavai, a subdivisão do lote 51 e esta última medição (dezembro/87), temos o seguinte:

| 1ª MEDIÇÃO |           | 2ª SUBDIVISÃO |           | DEZEMBRO/87 |           |
|------------|-----------|---------------|-----------|-------------|-----------|
| LOTES      | ÁREA (ha) | LOTES         | ÁREA (ha) | LOTES       | ÁREA (ha) |
| 51         | 228,90    | 51            | 121,00    | 51          | 312,5213  |
|            |           | 51-A          | 84,70     | 51-A        |           |
| 52         | 80,70     | 52            | 80,70     | 52          |           |
| X          | 309,60    | X             | 286,40    | X           | 312,5213  |

Fica ao exposto, aguardando pronunciamento no sentido de, levados adiante a execução de plantas





# instituto de terras cartografia e florestas

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - GOVERNO DO PARANÁ



COTER 000047

## INFORMAÇÃO

PROTOCOLO N.º 1.950-80

Retorne ao DENGÉ para confecção de plantas e memorial dos lotes 51 e 52, com base na 1ª medição.

E - 21/01/88  
R R B  
BRUNO DETER

A coten.

Conforme solicitação estamos encaminhando planta do Imóvel Col. Pucunavai Guba 13 lotes nº 51 e 52.

David Baggio

Engº David Baggio  
ÁREA DE ENGENHARIA DE OPERAÇÃO  
EM 03/03/88.





# instituto de terras e cartografia

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ



000048

COORDENADORIA DE TERRAS

## INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº 1.950-80.

Senhor Diretor do DETER:

Tendo em vista o vencido neste, o presente está em condições de receber autorização superior para incorporação da área do(s) lote(s) nº(s) 51e52 de acordo com o inciso III do Artº 33 da Lei nº 7.055, de 4.12.78.

COTER, em 09/03/1988.

*[Handwritten signature]*  
COORDENADOR

DE ACORDO.

À despacho do Sr. Presidente deste I.T.C.P.

*[Handwritten signature]*  
DIRETOR DETER  
Augustinho Lucch  
Engº Agrônomo  
Diretor do Departamento de Terras

EXPEÇA-SE O TÍTULO DE INCORPORAÇÃO.

Em, 11/03/88.

*[Handwritten signature]*  
PRESIDENTE



instituto de terras cartografia e florestas

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - GOVERNO DO PARANÁ



M-20

L.T.C.

DIETAS

51

000049

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO Nº

Foi incorporado ao ITC o imóvel

lote nº 51, Gleba nº 13 da  
Colônia Paranavai

, com a área  
de 228,9000 ha, município de Boanda

, conforme Título de Domínio

2250 expedido pelo

Governo do Estado do Paraná em 28107 119 SP.

Anotado em ficha de C/C.

Em, 31 107 119 SP.

Assinatura  
Funcionário

Foi incorporado ao ITC o imóvel

lote nº 52, Gleba nº 13 da  
Colônia Paranavai

, com a área  
de 807000 ha, município de Boanda

, conforme Título de Domínio

2251 expedido pelo

Governo do Estado do Paraná em 28107 119 SP.

Anotado em ficha de C/C.

Em, 31 107 119 SP.

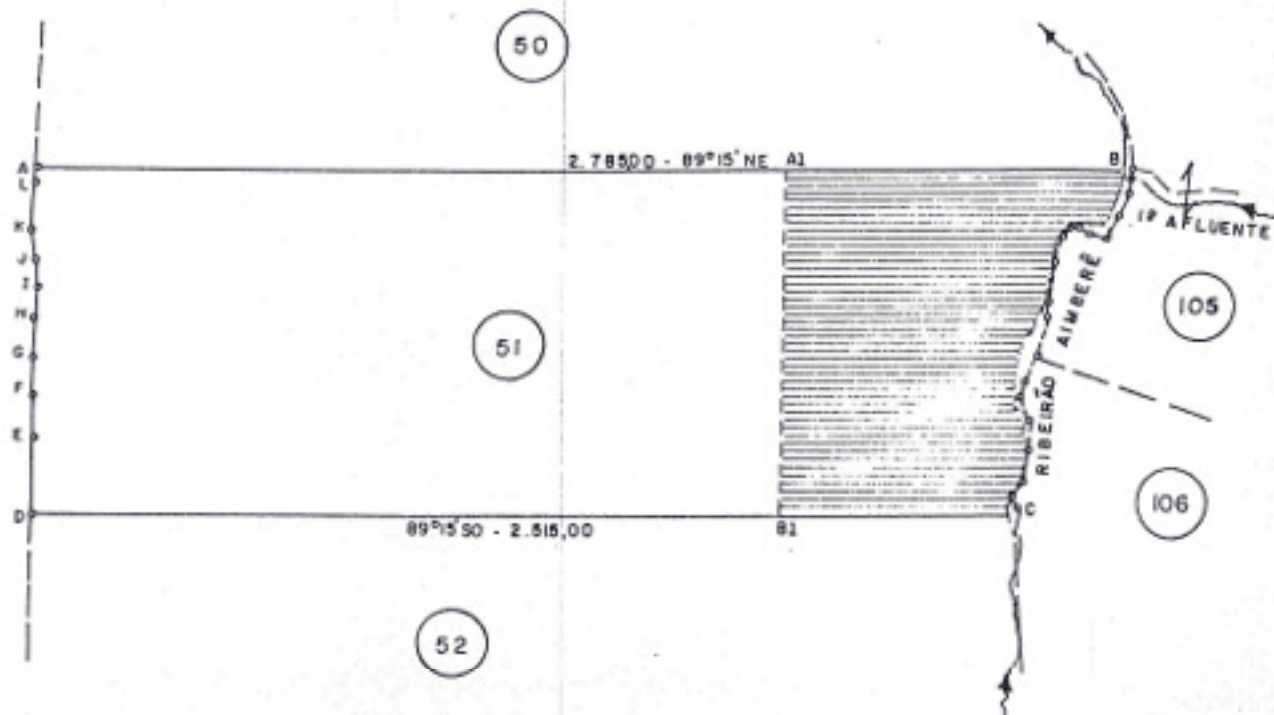
Assinatura  
Funcionário

Nesta data procedemos  
as devidas anotações.

Cadastro - 03 107 119 SP.  
Assinatura  
Funcionário



000050



ÁREA REFERENTE A LEI ESTADUAL Nº 7055 DE 04/12/78 — 57,2250 ha

ELEMENTOS EXTRAÍDOS GRÁFICAMENTE DO PROCESSO DE MEDIÇÃO Nº 2435



instituto de terras, cartografia e florestas

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

IMÓVEL : COLÔNIA PARANAVAI - GLEBA Nº 13 - LOTE 51

DISTRITO  
MUNICÍPIO : LOANDA  
COMARCA : LOANDA

ÁREA : 228,9000 ha

ESCALA : 1:20.000



Colônia Parauarai - Gleba  
município } Roanda.  
Luarica

nº 13

LOTE 51



Ha = 228,9000

PROTOCOLO Nº



| Linha Pol. | Rumo      | Distância | Descrição   |
|------------|-----------|-----------|---|
| - B        | 89°15' NE | 2.785,00  | Inicia na divisa com o lote 49 da Colônia Parauarai - Gleba 13, segue por linha seca, confrontando com o lote 50, do mesmo imóvel, até a margem do Ribeirão Quimberê; |
| - C        | diversos  | 1.020,00  | segue margeando o Ribeirão Quimberê, a montante, confrontando com os lotes 105 e 106, do mesmo imóvel;  |
| - D        | 89°15' SO | 2.515,00  | segue por linha seca, confrontando com o lote 52 do mesmo imóvel;   |
| - E        | 1°15' NO  | 190,00    | segue por linha seca, confrontando com o lote 49, do mesmo imóvel;  |
| - F        | 1°30' NO  | 100,00    | Idem;   |
| - G        | 00°45' NE | 90,00     | Idem;   |
| - H        | 1°45' NE  | 105,00    | Idem;   |
| - I        | 3°00' NE  | 80,00     | Idem;   |
| - J        | 2°45' NO  | 70,00     | Idem;   |





uniparic  
marca

000052  
Ha 76  
PROTOCOLLO 4

ITC  
Fla.: 54

| Linha Pol.   | Rumo      | Distância   | Descrição   |
|--|-----------|-------------|---|
| - L  | 3° 00' NE | 130,00      | segue por linha seca, confrontando com o lote 49 do mesmo imóvel; |
| - A  | 3° 00' NE | 35,00       | Idem; até o ponto de partida.                                     |
|  | T.P. =    | 7.195,00 m. |   |
| Obs: elementos extraídos graficamente do curso de medição nº 2435. |           |             |   |



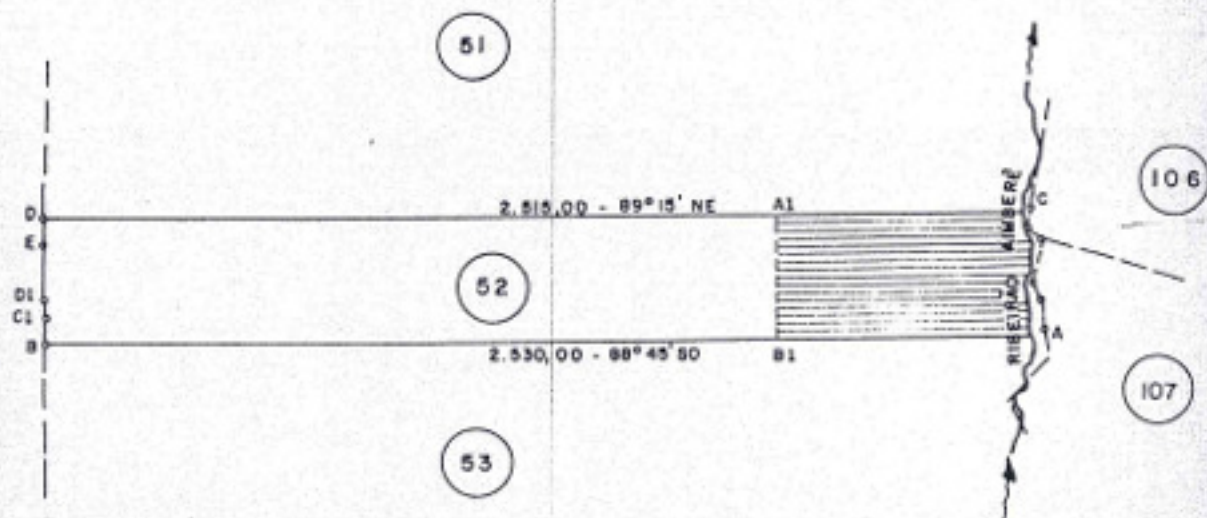




000054

ITC

Fls. 56



— ÁREA REFERENTE A LEI ESTADUAL Nº 7055 DE 04/12/78 — 20,1750 ha

ELEMENTOS EXTRAÍDOS GRÁFICAMENTE DO PROCESSO DE MEDIÇÃO Nº 2435



**instituto de terras, cartografia e florestas**

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

IMÓVEL : COLÔNIA PARANAVAÍ - GLEBA Nº 13 - LOTE 52

DISTRITO :  
MUNICÍPIO : LOANDA  
COMARCA : LOANDA

ÁREA : 80,7000 ha

ESCALA : 1:20.000



Colônia Paranavaí - gleba nº 13 - Lote 52  
 Município: Loanda  
 Marca: Loanda

Hs = 80.700

PROTECOLO

ITC

Nº 57

| LINHA POL | RUMO      | DISTÂNCIA   | DESCRIÇÃO  |
|-----------|-----------|-------------|--|
| - C       | 89°15' NE | 2.515,00    | Spicia na divisa com o lote 49 da Colônia Paranavaí - gleba nº 13, segue por linha seca, confrontando com o lote 51, do mesmo imóvel, até a margem do Ribeirão Quimberê; |
| - A       | Diversos  | 310,00      | Segue margeando o Ribeirão Quimberê, a montante, confrontando com os lotes 106 e 107 do mesmo imóvel;  |
| - B       | 88°45' SO | 2.530,00    | Segue por linha seca, confrontando com o lote 53 do mesmo imóvel;  |
| - C1      | 2°00' NO  | 60,00       | Segue por linha seca, confrontando com o lote 49 do mesmo imóvel;  |
| - D1      | 3°00' NO  | 50,00       | Idem;  |
| - E       | 2°00' NO  | 140,00      | Idem;  |
| - D       | 1°15' NO  | 60,00       | Idem; até o ponto de partida   |
| T.P =     |           | 5.665,00 m. |  |

Obs: elementos extraídos graficamente do processo de medição nº 2435.









000057

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
DO ESTADO DO PARANÁ - I.T.C.  
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA  
ESCRITÓRIO DE PARAUAÍ

ITC

Fls.: 598



## LAUDO DE VISTORIA

## 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: JOÃO PIRES BRANCO  
Filiação: Pai: MANOEL PIRES BRANCO  
Mãe: MARIA DAS NEVES  
Local de Nascimento: CARUVEIRO - PORTUGAL Data do Nascimento: 29/10/1935  
Estado Civil: SOLTEIRO Nº de Filhos: 04  
Profissão: AGROPECUARISTA Carteira Profissional Nº: 00000000000000000000  
Carteira de Identidade Nº: 262.169 CGC/CPF: 005.700.369-68  
Certidão de Casamento ☐ Local: --- Nº: --- Livro: --- Fls.: ---  
Nascimento ☐  
Outro documento: CARTEIRA DE IDENTIDADE ESTRANGEIRA Nº 262.169  
Exerce função pública: Não ☒ Sim ☐ Qual? ---  
Onde? ---  
Residência: RUA: FLORAVANTE MARQUES MARINE - 323  
LOANDA - PR. CEP 87.900-000 FONE: 099.39251294

## 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais): LOTE Nº 51 GLISA Nº 13  
COLÔNIA PARAUAÍ - MUNICÍPIO DE LOANDA  
Localidade: FAZENDA SN JOAS Distrito: LOANDA  
Município: LOANDA Comarca: LOANDA  
Área do Imóvel (em ha): 22890 Nº Cadastro no Incra: 3.582.771-B  
Descrever localização e condições de acesso: ESTRADA QUE LIGA LOANDA  
AO PONTO SN JOSE (ESTRADA LEONI) VÁO + 35  
KM. ALÉ O LOLE QUE FICA DO LADO DIREITO  
DA ESTRADA.

## 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ Tempo de ocupação: + 43 anos.  
Como ocorreu a transmissão: ESCRITURA PÚBLICA E COMPROMISSO  
Nome do transmitente: JOSE VICTORIO FERNANDES e OUTROS  
Explora diretamente o imóvel: Sim ☒ Não ☐ Reside no imóvel: Sim ☐ Não ☒  
Nome do Preposto: ---  
Nº de pessoas que residem no imóvel: 06  
A posse é mansa e pacífica: Sim ☒ Não ☐ Descrever: ---  
---  
---



Possui documento? Não ☐ Sim ☒Espécie: Particular ☒ CONVENIÊNCIA DE COMPRA E VENDA  
MARCEL ALBERTO FERNANDES RAMIRO DE PAULI E ANTONIO R. POATOPúblico ☒ ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE POSSE

Comarca: LOANDA Município: LOANDA

Cartório: Livro: 36 Fls: 208 e 209

JOSE VICTORINO FERNANDES



## 05 – CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Possui outro Imóvel Rural? Não ☐ Sim ☒ Quantos? 05 Proprietário ☒Local/Município: SANTA ISABEL DO IVAI - PI ha 510,62 Posseiro ☒Local/Município: LOANDA - PI ha 99,02 Proprietário ☐Financiamento bancário: Não ☒ Sim ☐ Posseiro ☐

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: Local: LOANDA

Condição: Proprietário ☐ Empregado ☐ Arrendatário ☐ Parceiro ☒

OBS=510,62 HA: PROP. E 99,02 HA: POSSE.

## 06 – BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

| Quantidade | Especificação                 | Dimensões | Idade | Valor R\$ |
|------------|-------------------------------|-----------|-------|-----------|
| 01         | CASA DE MADEIRA COCOTA        | 7x8       | 20    | 7.000,00  |
| 01         | TULHA DE MADEIRA              | 3x4       | 20    | 2.000,00  |
| 01         | BARRAO DE MADEIRA             | 10x10     | 20    | 8.000,00  |
| 01         | TERREIRO DE CIMENTO           | 8x10      | 20    | 2.000,00  |
| 01         | MANGUEIRA SEMI COCOTA         | 25x35     | 20    | 20.000,00 |
| 01         | POLO SEMI AMESIAO             | -x-       | 27    | 10.000,00 |
|            | LUZ ELÉTRICA                  |           |       |           |
|            | RESERVATÓRIO D'ÁGUA - CIMENTO | 1100x1100 | 27    | 5.000,00  |
| 03         | BESEDOUROS DE CIMENTO         | 1000x1100 | 27    | 3.000,00  |
|            | CERCA DE ARAME LISO           |           |       |           |
| + 500      | GADO                          |           |       |           |
| 06         | CAVALOS                       |           |       |           |
| 06         | POLOS                         |           |       |           |
| 20         | EGALINHAS                     |           |       |           |

07 – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL  
ESPECIFICAÇÃO

|                      | ha     | %     |
|----------------------|--------|-------|
| Culturas permanentes | -      | -     |
| Culturas temporárias | -      | -     |
| Pastagens            | 226,90 | 99,12 |
| Campos               | -      | -     |
| Matas                | -      | -     |
| Capoeiras            | + 9,00 | 988   |
| Reflorestamento      | -      | -     |
| Outros               | -      | -     |



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

000058



Preço médio da região Cr\$ ..... /ha.

Plano ..... 90 %

Levemente ondulado ..... 40 %

Topografia: Ondulado ..... 0 %

Acidentado ..... 20 %

Alagadiço ..... %

Pedreira ..... 10 %

## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ☒Apresenta pouco ☐Acentuada ☐Conservação: Curva de nível ☒Terraplenagem ☒

## 09 - CROQUI

f Ls 52

N

COM A SRA. IZABEL SILVA SILVEIRA BRUNO  
DO LAR, PORTADORA DO R.C.F. 1.859.648-VI  
COM A QUAL TEM OS FILHAS  
(MARCELA - MARLI - MAMA E MARCIA)  
O PROPRIETARIO, O SRA. O REQUERENTE FOI  
ORIENTADO QUE DEVEIA PROCURAR PELO ESCRITÓRIO  
REGIONAL DO TAP EM PARAMALAI, APÓS A TITULA  
R.P. E ENQUADRAR O LOTE NO SIS LER.



2 - Lote 512 do Lote 1 - P. 5.º

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

João P. Branco

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: LOANDA - PA

Data: 29/07/07

Assinatura:

Nome: RUISELA DE ARILDA MANTINI

14 - De acordo em

07/08/07  
Antonio Carlos Cavalcanti Neto  
RG 3.618.078-6 SSPR  
Chefe do Escritório Regional

15 - Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Coordenador de Terras





000059

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
DO ESTADO DO PARANÁ - I.T.C.  
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA  
ESCRITÓRIO DE PARANAVAI.



## LAUDO DE VISTORIA

## 01 - DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: JOÃO PIRES BRANCO  
Filiação: Pai: MANOEL PIRES BRANCO  
Mãe: MARIA DAS NEVES  
Local de Nascimento: CAVEIRO - PORTUGAL Data do Nascimento: 29/10/1931  
Estado Civil: SOLTEIRO Nº de Filhos: 01  
Profissão: ABIOPECUARISTA Carteira Profissional Nº: 000.000.000.000  
Carteira de Identidade Nº: 262.165. SP CGC/CPF: 005.700.369.68  
Certidão de Casamento ☐ Local: --- Nº: --- Livro: --- Fls.: ---  
Nascimento ☐  
Outro documento: CARTEIRA DE IDENTIDADE ESTANGELRA Nº 262.165. SP  
Exerce função pública: Não ☒ Sim ☐ Qual? ---  
Onde? ---  
Residência: FUA FIORAVANTE MARQUES MARINHE - 523.

CENTRO - LOANDA. PARANÁ - CEP.FONE: 094.3925.1295. - CEP. 87.900.000

## 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigas e atuais): LOT 52 CLEA Nº 13  
LOCOMIA PARANAVAI - MUNICÍPIO DE LOANDA  
Localidade: FAZENDA SÃO JOÃO Distrito: LOANDA. PR  
Município: LOANDA. PR Comarca: LOANDA. PR  
Área do Imóvel (em ha): 8070 Nº Cadastro no Incra: 9.582.771.8  
Descrever localização e condições de acesso: ESTRADA QUE LIGA LOANDA  
AO PORTO DO JOSE. (ESTRADA LEONI) VLT  
3,5 KM. ATÉ O POLO QUE FICA A DISTRITA  
DA ESTRADA (FAZENDA SÃO JOÃO)

## 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ Tempo de ocupação: 34 anos.  
Como ocorreu a transmissão: CONTRATO DE COMPRA E VENDA  
Nome do transmitente: F. A. M. R. O. D. PAULI  
Explora diretamente o imóvel: Sim ☒ Não ☐ Reside no Imóvel: Sim ☐ Não ☒  
Nome do Preposto: ---  
Nº de pessoas que residem no Imóvel: 002  
A posse é mansa e pacífica: Sim ☒ Não ☐ Descrever: ---



Possue documento? Não ☐ Sim ☒

Espécie: Particular ☒

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

Público ☐

Comarca:

Município:

Cartório:

Nº

Livro:

Fls.:



### 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Possui outro Imóvel Rural? Não ☐ Sim ☒

Quanto?

05

Proprietário

Local/Município: SANTA IZABEL DO ITAIPAVA

ha

510,62

Posseiro

Local/Município: LOANDA - PI

ha

347,22

Proprietário

Financiamento bancário: Não ☒ Sim ☐

Posseiro

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: Local

PARCEIRO EM LOANDA

Condição: Proprietário ☐ Empregado ☐ Arrendatário ☐ Parceiro ☒

Obs = Posse: 347,22 HA - LOANDA - PI

### 06 - BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

Quantidade

Especificação

Dimensões

Idade

Valor

03

CASAS DE MADEIRA COSENHA DE TELHA DE BARRO

6,77

30

85.000,00

02

BESEDOUROS DE MADEIRA CINZA

2,00

30

3.000,00

+ 200

GADO

15

CALIMHAS

### 07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL ESPECIFICAÇÃO

ha

%

Culturas permanentes

Culturas temporárias

Pastagens

Campos

Matas

Capoeiras

Reflorestamento

Outros

0,00

0,00

79,70

0,00

1,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

98,76

0,00

1,24

0,00

0,00

0,00



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

000060



Preço médio da região Cr\$ ..... /ha.

Plano ..... 90 ..... %

Levemente ondulado ..... %

Topografia: Ondulado ..... %

Acidentado ..... %

Alagadiço ..... %

Pedreira ..... %



## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ☒Apresenta pouco ☐Acentuada ☐Conservação: Curva de nível ☒Terraço ☒

## 09 - CROQUI

165.56





O ALCOQUEMTE VIVE MARITALMENTE  
COM A SRA IZABEL SILVA SILVEIRA BRAS  
DO LAR, PORTADORA DO RG nº 1.859.648-1A  
COM A QUAL TEM 02 FILHAS: SENDO  
MARCELA - MARLI - MANTA e MARCIA  
O REQUERENTE FOI ORIENTADO, QUE APÓS  
A TITULAR, DEVERA PROCURAR O ESCRITÓRIO  
DO IAP EM PARATYBUI, PARA ENTREGAR O  
LOTE NO SISTEMA - SÍSLEG.

1 - Lote - sendo do LOTEADO P/O SÍSLEG

11 - ASSINATURA  
DO  
OCUPANTE

João Francisco

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local:

Data 25/07/2007

Assinatura:

Nome:

RUBEN DE ARAUJO MANTAS

14 - De acordo em

02/08/07  
Antonio Carlos Cavalcanti Neto  
RG 3.618.618-61 SUPR  
Ct. Regional MAPERPVI  
Chefe do Escritório Regional

15 - Visto em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Coordenador de Terras



**Protocolo** : 1.950/80 ITCF  
**Data** : 23/03/80  
**Interessado** : João Pires Branco

**Sr. Chefe**

Pelo presente estamos repassando o protocolado em  
questão para seus devidos fins .

**ERPVI – 31 de julho de 2007.**

*Adriana Martins*  
Adriana Martins  
Agente Fiscal RG 1.411.302-9-PR  
SEMA/IAP - ERPVI

**Ao ITCG-DETER**

**SR. Albari**

Encaminho o presente para fins de regularização de  
conformidade com a lei estadual nº. 7,055 de 05/12/78 .

**ERPVI – 02/08/07**

*Antonio Carlos Cavalcanti Neto*  
Antonio Carlos Cavalcanti Neto  
RG 3.616.641-8 SSPR  
Chefe Regional IAPIERPVI

Rua Antonio Felipe, 1100 CEP 87.702-020 - Paranaíba - PR Fone/Fax 0 XX – (44) 423-2526

"NATUREZA, FONTE DE VIDA"

## INFORMAÇÃO Nº 0802

PROTOCOLO Nº 9.678.214 - 4 - SID - JOÃO PIRES BRANCO.

Ao ERPVI.

Encaminhamos o presente Protocolado a esse Escritório Regional, para que na medida do possível, o mesmo venha elaborar vistoria técnica, assinada por profissional habilitado do ERPVI, referente aos lotes nº 50, 51 e 52, da " COLÔNIA PARANAVAÍ - GLEBA 13 ", quanto a utilização e cumprimento social da propriedade, visto tratar-se de área superior a 100,0000 ha, que depende de previa autorização legislativa para sua " ALIENAÇÃO ", conforme art. 54, inciso XXXI, da Constituição.

ITC/ DITER, em 10 de setembro de 2007



Albani Sebastião Lejambre  
Diretor de Terras



## RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE

JOÃO PIRES BRANCO, português, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado a Rua Firavante Marcos Manoel, 52A, Loanda - PR, telefone (44) 3425-1294, portador do RG (cédula de identidade para estrangeiros) n. 262.164/PR e inscrito no CPF sob o 005.700.369-68.

### 2. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

#### Identificação do imóvel

Imóvel rural, com área total de 327.9200 ha, localizados na Gleba n. 13 da Colônia Paranával, do município e comarca de Loanda - PR, tem a denominação de Fazenda São João e composto pelos lotes que adiante se discrimina:

| Colônia   | Gleba n. | Município | Lotes n. | Área (ha) |
|-----------|----------|-----------|----------|-----------|
| Paranával | 13       | Loanda-PR | 50       | 18.3200   |
|           |          |           | 51       | 228.9000  |
|           |          |           | 52       | 80.7000   |
| Total     |          |           |          | 327.9200  |

#### Roteiro de acesso

Paranával - BR 376 - Loanda - De Loanda, pela estrada que liga ao Povo São José, aproximadamente 5 km a direita nas margens da referida estrada encontra-se o imóvel Fazenda São João.

#### Aspectos físicos

O imóvel encontra-se localizado a coordenadas UTM 282.955 E e 7.467.349 S a uma altitude aproximada de 387 m com elevações não superiores a 60 m, medidas tomadas no ponto médio da propriedade.

Possui clima, segundo a classificação climática de Koeppen, do tipo Cfa - mesotérmico, úmido, sem estação seca e com verões quentes. A temperatura média do mês mais frio



é abaixo de 18° C é a temperatura média do mês mais quente e acima de 22° C ( Maack, 1968)

A área da propriedade é banhada pelo Ribeirão Amberê, pertencente à Bacia do Rio Paraná. Tem relevo plano a suavemente ondulado.

Os solos são os originados do Arenito Caiuá - Série São Bento - Cretáceo, material que contribuiu para a formação da maioria dos solos do imóvel. Tem limitações severas ao uso com cultivos intensivos sendo recomendada sua utilização com pastagens e culturas permanentes nas áreas não classificadas como de preservação permanente.

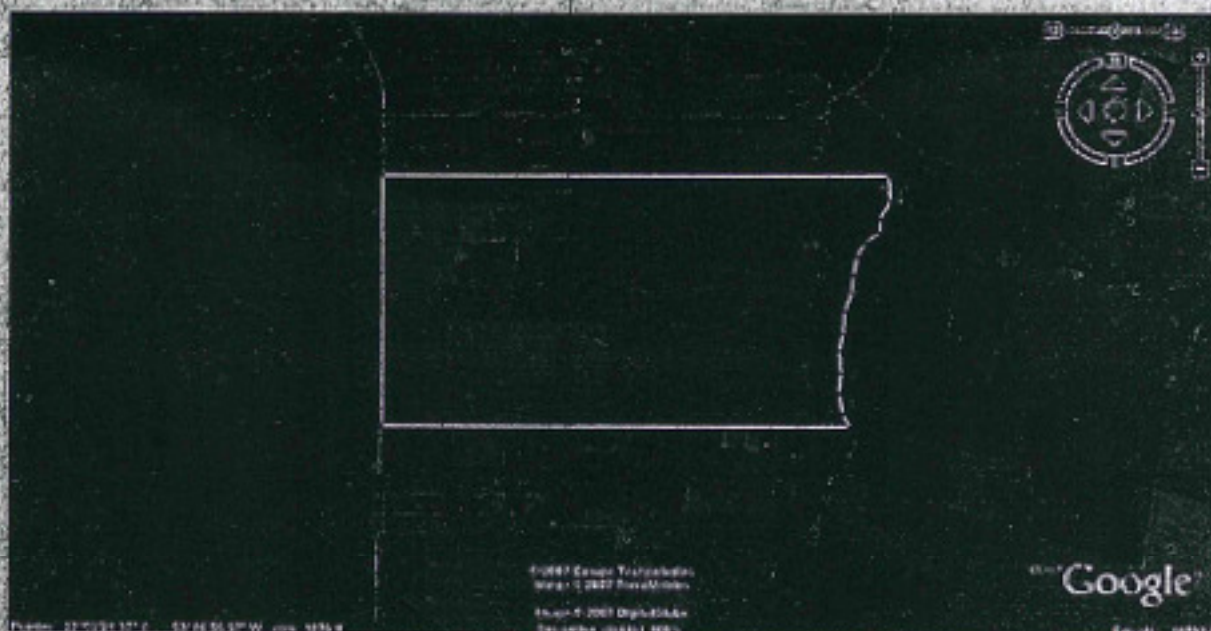


Imagem de satélite tomada em a Google Earth v. 4.2.0205.5730, Build Date Nov 13 2007, com o traçado aproximado do perímetro do imóvel.

#### Aspectos biológicos

O imóvel localiza-se em áreas onde predominavam as Florestas Estacionais Semidecduais de formação submontana, sendo que da área da referida propriedade já foram retiradas toda a cobertura arbórea nativa restando uma pequena formação primária ao longo do Ribeirão Amberê. O imóvel não possui as áreas de reserva legal conforme estabelece a legislação vigente (20% da área do imóvel com cobertura florestal).

#### Aspectos econômicos

A propriedade é servida por uma rodovia municipal não pavimentada e está localizada a 5.000 m da sede do município de Leanda.



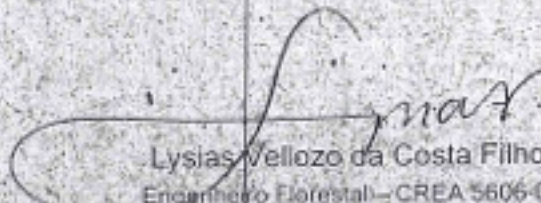
O imóvel é integralmente explorado com pastagens e possui as benfeitorias, casas, galpões, cercas, abastecedor de água e eletricidade, necessárias ao manejo de sua exploração, criação de gado.

O proprietário tem seu sustento e de sua família oriundo exclusivamente da produção obtida no imóvel.

### 3. PARECER TÉCNICO

Em vista do vistoriado e dos elementos constatante das peças que compõem presente processo, somos de parecer que o processo de regularização solicitado seja atendido, uma vez que o ocupante trabalha e vive da produção obtida no imóvel.

Paraná, 10 de dezembro de 2007.



Lysias Vellozo da Costa Filho  
Engenheiro Florestal - CREA 5606-D  
IAP/ERPVI





Inf., nº 087/2008

ITCG/DITER/AJ

Prot.: Nº 9.678.214-4.  
Int.: João Pires Branco.  
Data: 13/08/2007.

Ref.: Ementa da Informação:  
**Situação dominial dos Lotes, nºs 51 e 52, localizados na Colônia Paranavaí/Gleba 13, Município e Comarca de Loanda.**

Ante a verificação realizada junto aos Registros Cadastrais existentes neste ITCG/DITER, bem como no Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná/STT, restou constatado que:

a) o lote, 51, com a área de 228,90 hectares de terras rurais agricultáveis, localizado na **Colônia Paranavaí/Gleba 13, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do ITCG**, para fins de alienação, conforme dispõe o artigo 27 combinado com o artigo 33, III da Lei, nº 7.055 de 04 de dezembro de 1978, **através do Título de Incorporação, nº 2253, expedido em 28/07/89, devidamente matriculado no CRI da Comarca de Loanda, sob 17.810 datado em 03/09/1991;**

b) igualmente, o lote, 52, com a área de 80,70 hectares de terras rurais agricultáveis, cuja localização, situação dominial, previsão legal, datas de expedição e registro, é absolutamente, a mesma do lote 51 descrita na alínea "a". No entanto, faz-se mister, constar apenas o nº 2254 do Título de Incorporação do Lote, 52, assim como o nº 17.811 de seu registro junto ao CRI da Comarca de Loanda;

c) outrossim, cumpre frisar que, todas as buscas e consultas realizadas por essa Diretoria, junto aos arquivos, bancos de dados, registros cadastrais e o sistema informatizado, restou constatado a inexistência de expedição de qualquer título de terras, em nome de **João Pires Branco**.

Por conseguinte, encaminha-se estes autos de procedimento administrativo à Assessoria Jurídica deste ITCG, para exarar parecer, em face de uma das áreas dos lotes ser superior a 100,00 hectares, segundo o preceito do artigo 54, xxx/CE/89.

É a informação.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2008.

Roberto A. Gomes  
ITCG/DITER





**CASA CIVIL**

**Coordenadoria Técnico-Legislativa – CTL, para CAO**

**Tendo em vista a conclusão do objeto que tratou aos referidos protocolos, archive-se.**

**Protocolo nº 8.747.379-1**

**Protocolo nº 9.667.833-9**

**Protocolo nº 9.678.214-4/ anexo 9.667.834-7**

**Protocolo nº 9.386.313-5/ anexo 9.386.445-0**

**Protocolo nº 5.726.674-0**

**Protocolo nº 2.216.911-0/ anexo 2.261.859/8**

**Protocolo nº 5.726.679-1**

**Protocolo nº 5.726.672-4**

**Protocolo nº 5.604.675-5**

**Protocolo nº 5.852.605-3/ anexo 7.076.833-0**

**Protocolo nº 7.658.091-0**

**Protocolo nº 7.590.529-7**

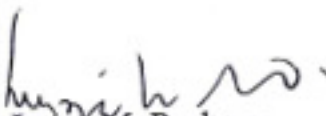
**Protocolo nº 7.541.710-1/ anexo 7.087.567-5 - 9.871.422-7**

**Protocolo nº 7.246.947-0**

**Protocolo nº 7.176.530-0**

**Protocolo nº 10.217.772-0**

Em 02/12/2009



Luiza M. Pacheco  
Coordenadora



**PROTOCOLO:** 9.678.214-4

**INTERESSADO1:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

**INTERESSADO2:** Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

**ASSUNTO:** Regularização Fundiária – Imóvel Devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1712 /2014 – NJA/SEEG**

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor João Pires Branco, para regularização fundiária dos lotes nº 50, 51 e 52, partes da Gleba 13, Colônia Paranavaí, com aéreas de 18,3200ha, 228,9000ha e 80,7000ha respectivamente, localizados no município de Loanda – PR.

O protocolado em apreço, já foi analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG (fls. 87/89), que manifesta-se pelo encaminhamento do presente “ao Palácio do Governo para ser incluído na mensagem do Senhor Governador do Estado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.” reiterado no Despacho de fls. 105.

Ademais, mediante Parecer nº 029/2014 – DIJUR-ITCG, de fls. 109/112, a Diretoria Jurídica do Instituto esclarece tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

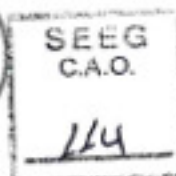
Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 16 de maio de 2014.

**Rauf Clei Coccaro Siqueira**  
Assessor - CTL/SEEG

**Miguel Campos**  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe da CTL/SEEG





## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 9.678.214-4**

Conforme as informações prestadas pela ITCG, encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 14 de março de 2014

**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo

Protocolo nº 9.678.214-4

Interessados: **PGE / NJA / SEEG**

**João Pires Branco**

I. Aprovo o Parecer nº 029/2014 - DIJUR - ITCG,  
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de  
Governo-**SEEG** - Núcleo Jurídico da  
Administração-**NJA**.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



**Amílcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do ITCG



*Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.*

*Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITCG, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:*

- I — para fins de pesquisa ou fomento;*
- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;*
- III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.*

Quanto ao item "ii", que indaga a respeito da necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*  
*(...)*

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.

**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITCG**

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:



Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.*

*(...)*

*§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tornadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:*

*I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;*

*II - tenham na agricultura sua atividade principal;*

*III - residam no imóvel.*

*(...)*

**SID nº. 9.678.214-4**

**PARECER Nº 029/2014 – DIJUR - ITCG**

**INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG**

**ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.**

**À PGE/NJA/SEEG:**

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 395/2014, de fls. 107, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito das seguintes matérias:

- i) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e;*
- ii) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.*

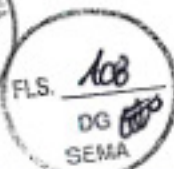
No que tange ao item "i", explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

*Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.*

*Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.*

*Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)*





SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E  
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

9.678.214-4

RECEBIDO em 18/02/14  
às 09:53h. por Aline  
Setor Sema 0156



PROTOCOLO: 9.678.214-4

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 395/2014**

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto as seguintes matérias:


- a) a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente, e
- b) a necessidade da edição de decreto legislativo ao invés de encaminhamento de projeto de lei para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.

Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 07 de fevereiro de 2014.

  
Giovanni Gonçalves  
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.

  
Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do N.J.A./SEEG  
Respondendo pela N.J.A./CC/CM/VG



## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 9.678.214-4**

Conforme as informações prestadas pela ITCG,  
encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de  
Governo.

Em 16 de setembro de 2013



**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

0010

**GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE**

Protocolo nº. 9.678.214-4

A O

Núcleo Jurídico da Administração-SEEG

Reiteramos o contido da Assessoria Jurídica do ITCG nas fls 20 a 22, do referido  
Protocolo.

Curitiba, 12 de setembro de 2013.

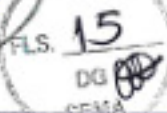


**Antonio Alberio Scoparo**  
Chefe de Gabinete do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências





000104

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E  
RECURSOS HÍDRICOS

DIRETORIA GERAL

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

FOLHA

FOLHA DE DESPACHO

09.678.214-4

RECEBIDO em 21/08/13às 16:26 h. por AlineSetor SCMA/DGAo ITCG para  
ciência}  
Ruihane/DG



**PROTOCOLO:** 9.678.214-4

00010

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

**ASSUNTO:** Regularização Dominial.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 2016/2013 – NJA/SEEG**

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental para regularização dominial dos lotes nºs 50, 51 e 52, com áreas respectivamente de 18,3200 ha, 228,9000 ha e 80,7000 ha, pertencentes ao imóvel de Colônia Paranaíba, no Município de Loanda, Comarca de Loanda – PR.

Entretanto antes de se dar seguimento ao processo, é necessário o seu encaminhamento ao Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, para manifestação de sua Assessoria Jurídica.

Encaminhe-se.

Curitiba-PR, 20 de agosto de 2013.

  
**Camila Oviedo Bittencourt**  
Assistente Técnica

  
**Miguel Campos**  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do Núcleo Jurídico da Administração SEEG





Ofício nº 180/2013 GP


Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 9.678.214-4, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

  
**Amílcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor  
**JULIO CEZAR ZEM CARDOZO**  
Procurador-Geral do Estado  
Curitiba-PR



INF. Nº0296/2013

Prot.: Nº.09.678.214-4 \_ SID\_ JOÃO PIRES BRANCO

Data: 13/08/2007.

Ao Senhor Diretor Presidente, após análise do presente, solicitamos novamente o encaminhamento do protocolo em questão à Casa Cível, para elaboração de nova mensagem à Assembléia Legislativa, para aprovar previamente nos Termos do Artigo 54, Inciso XXX da Constituição Estadual.



11609  
Diretor de Terras em 26/06/2013,  
Roberto Alfredo Gomes





*INFORMAÇÃO Nº 249*

*Protocolos nº.s 9.678.214 - 4 - SID - JOÃO PIRES BRANCO  
9.386.313 - 5 - SID - JOÃO PIRES BRANCO  
9.386.445 - 0 - SID - JOÃO PIRES BRANCO*

*Senhor Diretor.*

- Encontra-se o presente em condições de ser encaminhado novamente à Casa Civil (CTL), para nova análise ou confirmação da informação nº.007/2008 (fls. 05 e 06), que não foi devidamente assinada.*

*ITC/ DITER, em 12 de junho de 2013*

*Albani Sebastião Lojambre*  
Técnico em Assuntos Fundiários

**GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE**

À Diretoria de Terras - Diter

**Protocolo nº 9.678.214-4**

Conforme solicitado por esta diretoria encaminho o presente processo, que estava na Casa Civil, para providências.

ITCG, 23 de maio de 2011.



**Amílcar Cavalcante Cabral,**  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

*Do Condicionado*  
*Conforme Solicitado*  
*Em 24.05.11*

**José Carlos de Araujo Vieira**  
Dir. ITCG





## CASA CIVIL

*Coordenadoria Técnico-Legislativa – CTL, para CAO*

*Tendo em vista a conclusão do objeto que tratou aos referidos protocolos, archive-se.*

Protocolo nº 8.747.379-1

Protocolo nº 9.667.833-9

Protocolo nº 9.678.214-4/ anexo 9.667.834-7

Protocolo nº 9.386.313-5/ anexo 9.386.445-0

Protocolo nº 5.726.674-0

Protocolo nº 2.216.911-0/ anexo 2.261.859/8

Protocolo nº 5.726.679-1

Protocolo nº 5.726.672-4

Protocolo nº 5.604.675-5

Protocolo nº 5.852.605-3/ anexo 7.076.833-0

Protocolo nº 7.658.091-0

Protocolo nº 7.590.529-7

Protocolo nº 7.541.710-1/ anexo 7.087.567-5 - 9.871.422-7

Protocolo nº 7.246.947-0

Protocolo nº 7.176.530-0

Protocolo nº 10.217.772-0

Em 02/12/2009

Luiza M. Pacheco  
Coordenadora





Instituto de Terras  
Cartografia e Geociências

cont. Ofício nº 184/2008 - ITC/GP

- Protocolo 5.604.675-5  
Data: 11/12/2003  
287.1786ha – anteriormente já tituladas  
5.4183ha – a titular  
**292.5969ha - Total**
- Protocolo 5.726.679-1  
Data: 12/11/2004  
94.5062ha – anteriormente já tituladas  
0.3238ha – a titular  
**94.8300ha - Total**
- Protocolo 5.726.674-0  
Data: 12/11/2004  
94.5062ha – anteriormente já tituladas  
9.1249ha – a titular  
**103.6311ha - Total**
- Protocolo 5.726.672-4  
Data: 12/11/2004  
601.8074ha – anteriormente já tituladas  
6.3000ha – a titular  
**608.1074ha - Total**
- Protocolo 2.261.859-8  
Data: 29/05/1995  
94.5062ha – anteriormente já tituladas  
9.1249ha – a titular  
**103.6311ha - Total**
- Protocolo 2.261.911-0  
Data: 30/05/1995  
108.2509ha – anteriormente já tituladas  
12.9220ha – a titular  
**121.1729ha - Total**
- Protocolo 9.667.833-9  
Protocolo 9.667.834-7  
Data: 29/10/2007  
**246.5000ha - Total a titular**
- Protocolo 9.678.214-4  
Protocolo 9.386.313-5  
Protocolo 9.386.445-0  
228.9000ha – a titular  
80.7000ha – a titular  
18.3200ha – a titular  
**327.9200ha - Total a Titular**

Confere com o original  
CC/TL em 19/06/08  
Ass. *[assinatura]*

Interessado: Nelson Piovesan

Interessado: Alcione Ferreira de Lima

Interessado: Alcione Ferreira de Lima

Interessado: José Maria de Lima

Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro

Interessado: Ladislau de Oliveira Cordeiro

Interessado: Celia Regina Canhetti Postigo

Interessado: João Pires Branco

Confere com o original  
CC/TL em 19/06/08  
Ass. *[assinatura]*







Confere com o original  
CC/CT em 19/06/08  
Ass. [assinatura]



Curitiba, 30 de maio de 2008  
Ofício nº 184/2008 – ITC/GP

Elabore-se Mensagem à A.L.E.  
Em 7 /

Excelentíssimo Senhor Governador,

Roberto Requião  
Governador do Estado

Trata-se de processos de titulação de terras devolutas, em favor de ocupantes que, anteriormente, já receberam títulos de imóveis dessa mesma natureza. O somatório das áreas públicas a eles destinadas, ultrapassa os 100ha. Nesses casos, conforme o artigo 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, exige-se autorização da Assembleia Legislativa do Estado, para a emissão dos títulos.

Por isso, encaminhamos os referidos processos, com Relatório Detalhado, por ocupante, para que Vossa Excelência os aprecie e, julgando conveniente e oportuno, os encaminhe à Assembleia Legislativa, para os fins de direito.

Sem mais para o momento, firmamo-nos

Atenciosamente,

[assinatura]  
JOSE ANTONIO PERES GEDIEL  
Diretor Presidente do Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências

[assinatura]  
LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e  
Recursos Hídricos

Ao Excelentíssimo Senhor  
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA  
Governador do Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu, 3º andar  
CURITIBA – PR

Confere com o original  
CC/CT em 19/06/08  
Ass. [assinatura]



ESTADO DO PARANÁ  
CASA CIVIL



requerente, se os legisladores estaduais aprovarem o presente requerimento.

Desta forma, os Autos de Protocolo podem ser encaminhados para a apreciação e decisão final do Senhor Governador.

CTL/CC, em 18/06/2008.

Luiza M. Pacheco  
Coordenadoria Técnico- Legislativa - CTL





COORDENADORIA TÉCNICO LEGISLATIVA - CTL

INFORMAÇÃO Nº 007/2008 - CTL/CC

Senhor Diretor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, encaminha para apreciação do Senhor Governador, o requerimento do Senhor João Pires Branco, através dos Autos de Protocolo nº 9.678.214-4, acerca da regularização fundiária, dos Lotes 50, 51 e 52, partes da Gleba 13, Colônia Paranavaí, com áreas de, respectivamente, 18,3200 ha., 228,9000 ha. e 80,7000 ha, localizados no Município de Loanda, Estado do Paraná, nos termos da Lei 7055/78.

Conforme preconiza a Constituição do Paraná, em seu artigo 54, inciso XXX, compete, privativamente, à Assembléia Legislativa, aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no artigo 49, inciso XVII, da Constituição Federal. Então, o assunto em tela necessita ser apreciado pelos Deputados Estaduais, com o envio, à Casa de Leis, por parte do Senhor Governador, se assim entender o Chefe do Poder Executivo.

Consta do Parecer nº 007/ ITCG/AJ, que a vistoria nos imóveis já se procedeu como função do Escritório Regional de Paranavaí, constatando-se em laudo a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, podendo os referidos bens serem alienados ao



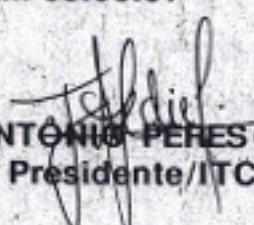


000093

**Ao ITC/DITER**

Para ciência e  
providências  
cabíveis.

**Em 05.09.07**

  
**JOSÉ ANTONIO PERES GEDIEL**  
Diretor Presidente/ITC



A

SEMA/ITCG

Para análise e encaminhamentos.

ERPVI, 31.08.07

  
Antonio Carlos G. Moreto  
Chefe Regional ERPVI

Flubi em 05.09.07  
Karine (upg 82/GP)



000091



EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO  
PARANÁ – ROBERTO REQUIÃO.

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ERPVI

NUM. 9.386.445-0

28 AGO 2007

DATA-

HORA-

**João Pires Branco**, português, solteiro, agricultor, residente na rua Fiovarante Marques Marine nº 523, Centro, Loanda-PR, portador da Cédula de Identidade RG 262.164 SSP/ PR e CIC/MF 005.700.369-68, ocupante de uma área rural correspondente aos lotes nº 50, 51 e 52 com áreas de 18,3200ha, 228,9000ha e 80,7000ha respectivamente, Colônia Paranavaí, partes da gleba 13, localizados no Município de Loanda, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, requerer a regularização de acordo com a Legislação em vigor e o Artigo 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

Loanda, 21 de agosto de 2.007

*João P. Branco*  
**João Pires Branco**





*Adriano*  
*AX*



ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.  
000090

PROTOCOLADO  
SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS  
IAP/ERPVI NUM. 9.386.445-0  
28 AGO 2007  
DATA- HORA-

PROTOK: 9.386.445-0 ORGAO: IAP/ERPVI 30/08/2007 10:43  
INTER1: JOAO PIRES BRANCO ---570036968  
INTER2:  
ASS...: MEIO AMBIENTE  
P.CHAV: ESTUDO/AVALIACAO CIDADE.: LOANDA-PR  
DOCTO.: -- ORIG...: IAP/ERPVI  
ASS./ : REQUER REGULARIZACAO  
COMPL.:

|    | DATA     | UNIDADE    | RUBRICA |    | DATA | UNIDADE | RUBRICA |
|----|----------|------------|---------|----|------|---------|---------|
| 1  | 30.08.07 | Antonio    | Siogo   | 19 |      |         |         |
| 2  | 31/08/07 | Sema/ITCG  | NO      | 20 |      |         |         |
| 3  | 05/09/07 | ITCG/DITER |         | 21 |      |         |         |
| 4  | 26/05/08 | ITC/GP     | mm      | 22 |      |         |         |
| 5  |          |            |         | 23 |      |         |         |
| 6  |          |            |         | 24 |      |         |         |
| 7  |          |            |         | 25 |      |         |         |
| 8  |          |            |         | 26 |      |         |         |
| 9  |          |            |         | 27 |      |         |         |
| 10 |          |            |         | 28 |      |         |         |
| 11 |          |            |         | 29 |      |         |         |
| 12 |          |            |         | 30 |      |         |         |
| 13 |          |            |         | 31 |      |         |         |
| 14 |          |            |         | 32 |      |         |         |
| 15 |          |            |         | 33 |      |         |         |
| 16 |          |            |         | 34 |      |         |         |

No mérito, a regularização pleiteada, ultrapassa em nome de João Pires Branco, legitimação acima de 100,00 ha, razão pela qual determina o artigo 54, inciso XXX da Constituição do Estado do Paraná, estabelecendo a **competência privativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná “aprovar previamente a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares...”**.

Deverá o presente ser encaminhado ao Palácio do Governo para ser incluído na mensagem do Senhor Governador do Estado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

É o nosso parecer.

Curitiba, 7 de abril de 2008.



Elias de Carvalho  
OAB/PR.12402

- De acordo.
- Ao ITCG/DITER, para os devidos fins.



Dra. Ednéia Ribeiro Alkamin  
OAB/PR. 12.346  
ITCG/AJ



O COTER/ITC (30/065/86) informa na fls.40 que: "Em função do que é noticiado acima por este setor, nos dando conta de que o Processo de Medição da Gleba nº 13 da Colônia Paranavaí não oferece elementos técnicos para confecção de plantas e memoriais descritivos dos lotes aqui objetivados... que sejam procedidos levantamento topográficos a fim que se possa ultimar a tramitação da presente petição."

"Feito o levantamento topográfico (fls.48), encaminha-se ao DENG para confecção das plantas e memoriais do lotes 51 e 52 com posterior despacho do DITER e ordem expedição do Título de Incorporação. Planta do lote 50 está no processo apensado."

Lote 50 - Processo de Medição nº 2435 - área de 18,3200 ha

Lote 51 - Processo de Medição nº 2435 - área de 228,900 ha

Lote 52 - Processo de Medição nº 2435 - área de 80,700 ha

O requerente adquiriu a posse dos lotes em questão dos seus antigos ocupantes, através de Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda, juntados aos autos.

Instrui devidamente o processo, com a juntada das cópias dos seus documentos pessoais, demonstrando de forma cabal o seu interesse e legitimidade para o pleito em questão.

O Escritório Regional de Paranavaí procedeu as vistorias (fls.59, 61 e 08) no imóvel e tudo constando no Laudo, cumprindo a área de reserva prevista em lei, art. 24, inciso II, da Lei 7.055/78, averiguada a legitimidade da ocupação e sua exploração econômica, nada impedindo que seja o lote alienado ao requerente.

Instado o DITER/ITCG, após verificado Registros Cadastrais bem como o Sistema de Terras Tituladas do estado do Paraná, exarou a seguinte informação: "O lote nº 49 da Colônia Paranavaí - Gleba 13, com área de 18,32 ha, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do ITCG, sob o nº 597, para fins de alienação, conforme art. 27 e 33, inciso III, da Lei 7055/78".

O lote 51, com área de 228,90 localizado na Colônia Paranavaí, Gleba 13, de igual forma, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do ITCG, sob o nº 2253, para fins de alienação.

O lote 52, com área de 80,70 ha, localizada na Colônia Paranavaí, Gleba 13, de igual forma, encontra-se Incorporado ao Patrimônio do ITCG, sob nº 2254, para fins de alienação."

Encaminhado ao ERPVI para elaboração de vistoria técnica assinada por profissional habilitado, quanto a utilização e cumprimento social da propriedade, visto tratar-se de área superior a 100,000ha, deu-se efetuada em fls. 65, 66 e 67) com parecer técnico favorável à regularização.

*[Assinatura]*

Parecer Jurídico nº 007 - ITCG/AJ  
Protocolo/SID: nº 9.678.214-4  
Protocolo/SID: nº 9.386.313-5  
Interessado: **JOÃO PIRES BRANCO**  
Assunto: Requer Regularização Fundiária

### ASSESSORIA JURÍDICA DO ITCG

**João Pires Branco**, brasileiro naturalizado, casado, agropecuarista, portador da CLRG.Nº 262.164-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 005.700.369-68, residente e domiciliado à Rua Washington Luiz, nº 523 em Loanda-PR, está requerendo junto ao ITCG, **“Regularização fundiária dos lotes 50, 51, 51/A, 51/B, 51/C e 52 da Gleba 13, Colônia Paranaíba, situados no município de Loanda, Comarca de Loanda, nos termos da Lei 7055/78.”**

Em informação fornecida pela Coordenadoria de Cadastro do ITC em 06/02/81 (fls.3), destaca que: **“Em nosso cadastro não consta os lotes nº 51/B e 51/C.”** No verso consta um despacho do ERPV de 04/03/81 notificando que: **“A subdivisão do lote 51/A não foi solicitada por este ERPVI, só temos em mãos e anexo uma cópia do mapa do extinto DGTC da qual condiz e satisfaz o proprietário, e o croqui do laudo foi feito de acordo com esta planta.”**

Declarando o requerente ter adquirido através de compra, tornou-se difícil definir a área dos lotes em questão, havendo nítida incompatibilidade dos croquis anexos (fls. 4, 5 e 24) com a área anotada em cadastro, daí porque solicitada vistorias (Fls.33 e seguintes).

*Plant*





Instituto de Terras  
Cartografia e Geociências



000086

Inf., Nº 091/2008

Trâmite:  
ITCG/DITER/AJ

Prot.: nº 9.386.313-5.  
Data: 30/07/2007.  
Int.: João Pires Branco.

Ref.: Ementa do *Requerimento:*  
***Sobre Regularização Fundiária, nº 50, com a área de 18,32 hectares, para fins de Alienação.***

Ante o contido no requerimento as (fls.02), foi consultado o Banco de Dados e outros arquivos, bem assim o Sistema de Terras Tituladas do Estado do Paraná/STT desse Instituto, no que restou constatado, que o Lote, nº 50 com a área de 18,32 hectares de terras rurais agricultáveis, localizado na Colônia Paranavaí, Gleba 13 atualmente, no Município de Loanda, foi incorporado ao patrimônio deste ITCG, sob o nº 597, expedido em 31/03/81 e matrícula, 11.003 em data de 23/06/81, junto ao CRI da Comarca de Loanda, restando constatado inexistência de expedição de qualquer título pelo Estado do Paraná e/ou ITCG, em nome de **João Pires Branco**.

Outrossim, a respeito desse Lote 50), cabe a Assessoria Jurídica deste ITCG, manifestar, quanto ao requerimento em apreço, em face de a área do referido lote, em conjunto com áreas de outros lotes em faixa contígua, ser superior a 100,00 hectares, conforme preceitua o artigo 54, xxx/CE/89.

É a informação.

Curitiba, 18 de fevereiro de 2008.

**ROBERTO ALFREDO GOMES**  
DITER/DEP/REG/FUNDIÁRIA

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA

11/07/0

< ALTTITULOS > - ALTERACAO DE TITULOS



STTXP06

CELEPAR -

OPCAO:



000085

NUMERO REGISTRO.: 59100

TIPO REGISTRO...: IN

NUMERO IMOVEL...: 347103

NUMERO PROTOCOLO:

DATA PROTOCOLO...: \_ \_ \_

NUMERO TITULO...: 597

NUMERO LIVRO...: \_

DATA EMISSAO...: 31 3\_ 1981

NUMERO LOTE...: 50

AREA LOTE...: \_ 18 , 3200 ESPECIE...: 6\_

OBSERVACAO...: VER SUBDIVISAO PROTOC 8965/80

COMANDO: .....

ALTA - PF1<?>

VOLTA - PF2<V>

MENU - PF3<M>

FIM - PF4<F>





SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS.

ESCRITÓRIO REGIONAL DE PARANAVAI



INSTITUTO  
AMBIENTAL  
DO PARANÁ

000084

IAP  
Paranavaí

17/12



SPI nº 9.678.214-4

Ao - ITCG

Atendido o solicitado da pg.12, repasse-se para análise e relatório de vistoria técnica e  
tramitação de praxe.

Paranavaí, 17 dezembro de 2007.

Antônio C. Cavallheiro Moreto  
Chefe Regional - Paranavaí

O imóvel é integralmente explorado com pastagens e possui as benfeitorias, casas, galpões, cercas, abastecedouro de água e eletricidade, necessárias ao manejo de sua exploração, criação de gado.

O proprietário tem seu sustento e de sua família oriundo exclusivamente da produção obtida no imóvel.

### 3. PARECER TÉCNICO

Em vista do vistoriado e dos elementos constatante das peças que compõem presente processo, somos de parecer que o processo de regularização solicitado seja atendido, uma vez que o ocupante trabalha e vive da produção obtida no imóvel.

Paranavai, 10 de dezembro de 2007.



Lysias Vellozo da Costa Filho  
Engenheiro Florestal - CREA 5606-D  
IAP/ERPVI



é abaixo de 18° C e a temperatura médi do mês mais quente é acima de 22° C ( Maack, 1968).

A área da propriedade é banhada pelo Ribeirão Aimberê, pertencente à Bacia do Rio Paraná. Tem relevo plano à suavemente ondulado.

Os solos são os originados do Arenito Caiuá – Série São Bento – Cretaceo, material que contribuiu para a formação da maioria dos solos do imóvel. Tem limitações severas ao uso com cultivos intensivos sendo recomendada sua utilização com pastagens e culturas permanentes nas áreas não classificadas como de preservação permanente.

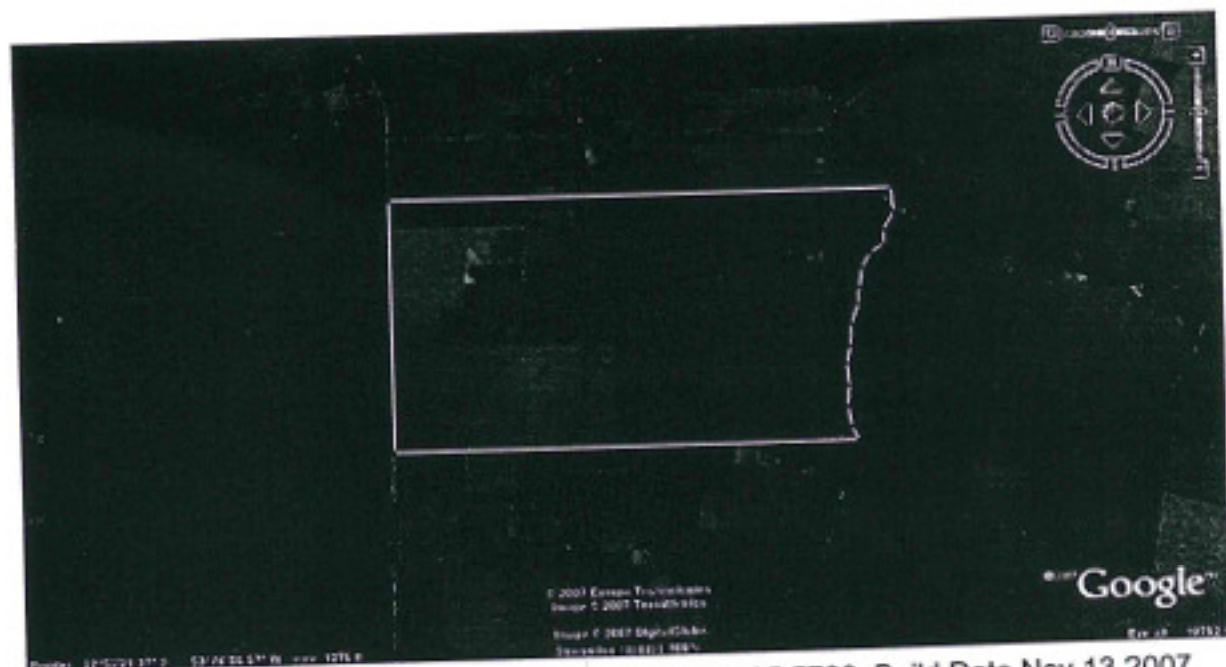


Imagem de satélite obtida em o Google Earth v.4.2.0205.5730, Build Date Nov 13 2007, com o traçado aproximado do perímetro do imóvel.

#### • Aspectos biológicos

O imóvel localiza-se em áreas onde predominavam as Florestas Estacionais Semidecíduais de formação submontana, sendo que da área da referida propriedade já foram retiradas toda a cobertura arbórea nativa remanescendo uma pequena formação primária ao longo do Ribeirão Aimberê. O imóvel não possui as áreas de reserva legal conforme estabelece a legislação vigente (20% da área do imóvel com cobertura florestal).

#### • Aspectos economicos

A propriedade é servida por uma rodovia municipal não pavimentada e está localizada à 5.000 m da sede do município de Loanda.

## RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE

JOÃO PIRES BRANCO, português, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado à Rua Fioravante Marcos Marini, 523, Loanda – PR, telefone (44) 3425 1294, portador do RG (cédula de identidade para estrangeiros) n. 262.164-PR e inscrito no CPF sob n. 005.700.369-68.

### 2. CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

#### . Identificação do imóvel

Imóvel rural com área total de 327,9200 ha, localizados na Gleba n. 13 da Colônia Paranavai no município e comarca de Loanda – PR, tem a denominação de Fazenda São João e composto pelos lotes que adiante se discrimina:

| Colônia   | Gleba n. | Município | Lotes n. | Área (ha) |
|-----------|----------|-----------|----------|-----------|
| Paranavai | 13       | Loanda-PR | 50       | 18,3200   |
|           |          |           | 51       | 228,9000  |
|           |          |           | 52       | 80,7000   |
|           |          |           | Total    | 327,9200  |

#### . Roteiro de acesso

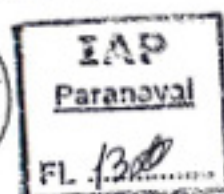
Paranavai - BR 376 – Loanda. De Loanda, pela estrada que liga ao Porto São José aproximadamente 5 km à direita nas margens da referida estrada encontra-se o imóvel – Fazenda São João.

#### . Aspectos físicos

O imóvel encontra-se localizado à coordenadas UTM 282.955 E e 7.467.349 S a uma altitude aproximada de 387 m com elevações não superiores a 60 m, medidas tomadas no ponto médio da propriedade.

Possue clima, segundo a classificação climática de Koeppen, do tipo Cfa – mesotérmico, úmido, sem estação seca e com verões quentes. A temperatura média do mês mais frio





**Ao**

**Lysias**

Para vistoria técnica e elaboração de laudo de acordo com a solicitação às  
fls. 64 do protocolo 9.678.214-4.

ERPVI, 21/09/07

**Antonio Carlos C. Moreto**  
Chefe Regional



Protocolo nº 9.386.313-5 - João Pires Branco

AO ERPUL

A solicitação de presente esta  
no protocolo nº 9.678.214-4 fls. 64, subscrito pelo  
requerente.

Dep. Reg. Fund., 11-09-07

1162.9

Roberto Alfredo Gomes  
Dep. de Regularização  
Fundária - ITC



**Protocolo** :9.386.313-5  
**Data** : 30/07/2007  
**Interessado** : João Pires Branco

**Sr.Chefe**

Pelo presente estamos repassando o protocolado em  
questão para seus devidos fins .

**ERPVI – 31 de julho de 2007.**

  
Fabiana Aparecida Martins  
Agente Fiscal - RG. 1.411.302-9-PR  
SEMA/IAP - ERPVI

**Ao ITCG-DETER**

**SR. Albari**

Encaminho o presente para fins de regularização de  
conformidade com a lei estadual nº. 7,055 de 05/12/78 .

**ERPVI –**

02108107

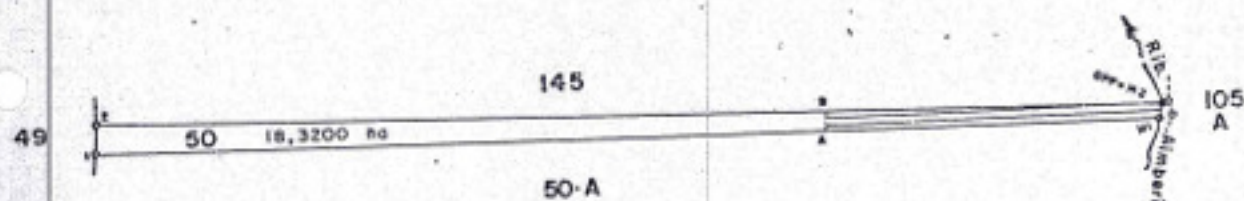
  
Antonio Carlos Carneiro Motta  
RG 3.618.618-6 SSP  
Chefe Regional IAP/ERPVI

N 000078

ITC

Fls.: 1

434



OBS: Cópia com elementos extraídos do  
Processo de Medição nº 2435

AREA REF. LEI EST. Nº 7055/79 — 4,5800 ha



**instituto de terras e cartografia**  
SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

VINCULADO A SECRETARIA DA AGRICULTURA - GOVERNO DO PARANÁ

|       |                                      |
|-------|--------------------------------------|
| MOVEL | LOTE 50 — GLEBA 13 — COLONIA PARANAÍ |
|-------|--------------------------------------|

|            |        |
|------------|--------|
| MINISTRO   | LOANDA |
| SECRETARIO | LOANDA |
| PROFESSOR  |        |
| ALUNO      |        |

AREA (ha) 18,3200

ESCALA 1: 20.000

JUNE 1950  
 CARD PROF. NO. 1053.1K

CREA 79 REG. AD

CARL PROF. N° 125312



## 08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

000076



Preço médio da região Cr\$ ..... /ha.

Plano ..... 90 %

Levemente ondulado ..... 40 %

Topografia: Ondulado ..... %

Acidentado ..... %

Alagadiço ..... %

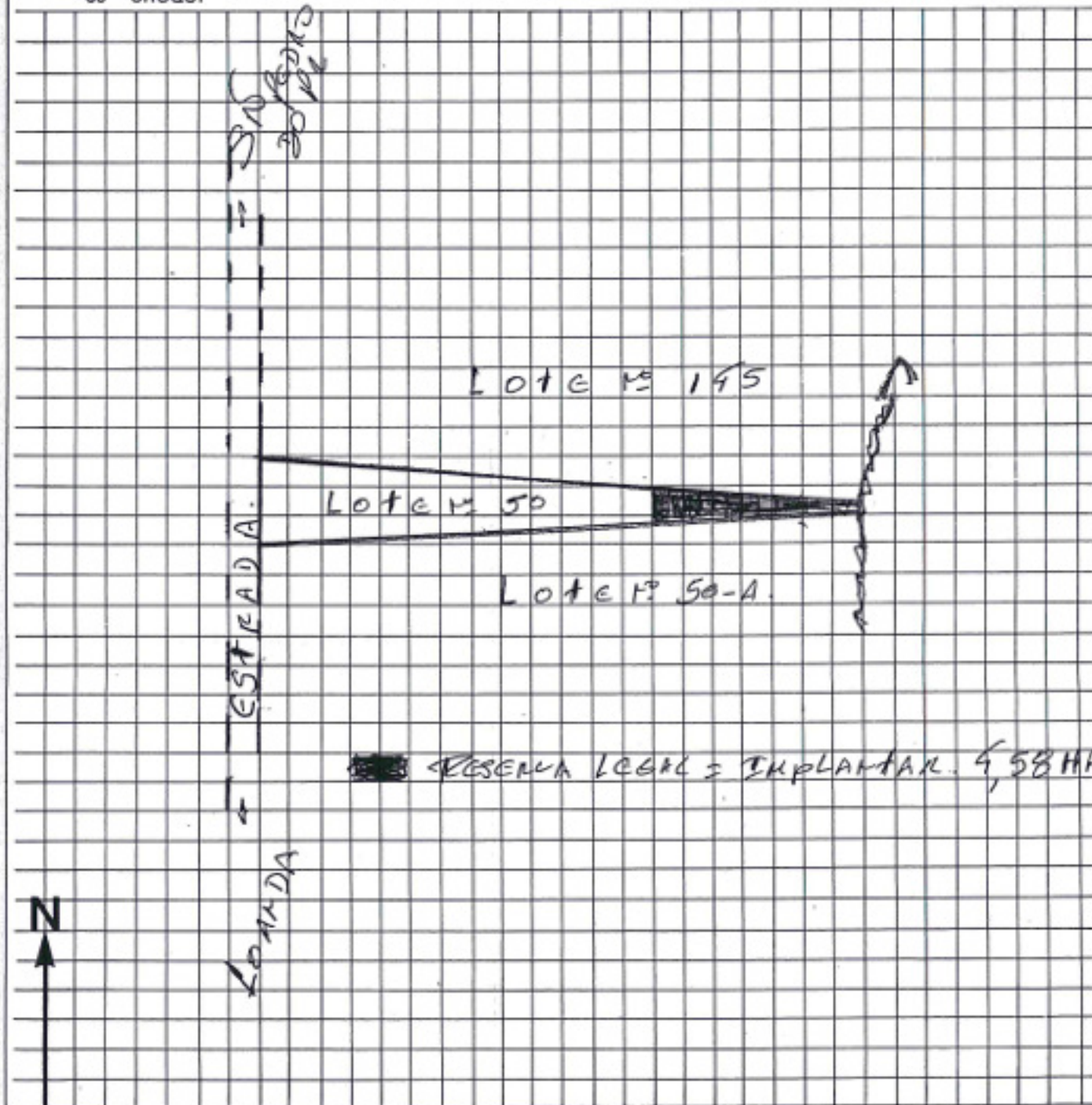
Pedreira ..... %



## CONSERVAÇÃO DO SOLO:

Erosão: Não apresenta ☒Apresenta pouco ☐Acentuada ☐Conservação: Curva de nível ☒Terraplenagem ☒

## 09 - CROQUI





1A  
03  
FIB: ~~17~~  
ERPVI



INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
DO ESTADO DO PARANÁ - I.T.C.  
VINCULADO À SECRETARIA DA AGRICULTURA  
ESCRITÓRIO DE PARANAVAI

137  
Pag. A

## 01 – DADOS PESSOAIS DO OCUPANTE DO IMÓVEL

Nome: JOÃO PIRES BRANCO  
Pai: MANOEL PIRES BRANCO  
Filiação: Mãe: MARIA DAS NEVES  
Local de Nascimento: CARVOEIRO - PORTUGAL Data do Nascimento: 29/10/1931  
Estado Civil: SOLTEIRO Nº de Filhos: 04  
Profissão: ABOGADO PLURALISTA Carteira Profissional Nº: 0.000.000.000  
Carteira de Identidade Nº: 262.164- CGC/CPF: 005.700.369-68  
Certidão de Casamento ☐ Local: 00 Nº: 00 Livro: 00 Fls.: 00  
Nascimento ☐  
Outro documento: 00 CARTEIRA DE IDENTIDADE ESTRANGEIRA  
Exerce função pública: Não ☒ Sim ☐ Qual? 00.000.000.000  
Onde? 00.000.000.000  
Residência: RUA FLORENTINO MARQUES MARINÉ - 523.

LOANDA. PL. REP. 8+  
FOME 099-3925 1299.

## 02 – CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do Imóvel (antigos e atuais) **LOTE Nº 20 DA GLISA Nº 13, COLÔNIA PARAMAIA - MUNICÍPIO DE LOANDA**  
Localidade: **FAZENDA S. JOÃO** Distrito: **LOANDA - PI**  
Município: **LOANDA - PI** Comarca: **LOANDA - PI**  
Área do Imóvel (em ha): **18,32** Nº Cadastro no Incra: **3.582.771-8**  
Descrever localização e condições de acesso: **ESTRADA QUE LIGA LOANDA AO PONTO S. JOÃO (CESTRADA LEONI) UN + 3,5 KM. ALE O VOLT QUE FICA DO LADO D. MEIO DA ESTRADA**

### 03 – DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ☐ Não ☒ Tempo de ocupação: + 20 ..... anos.  
 Como ocorreu a transmissão: CONTRATO PARTICULAR .....  
 Nome do transmitente: PEDRO MUNHOZ GILMEZ .....  
 Explora diretamente o imóvel; Sim ☒ Não ☐ Reside no Imóvel: Sim ☐ Não ☒  
 Nome do Preposto: .....  
 Nº de pessoas que residem no Imóvel: .....  
 A posse é mansa e pacífica; Sim ☒ Não ☐ Descrever: .....





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
Documento de Arrecadação de Receitas Federais

**Darf**

|    |  |                |
|----|--|----------------|
| 02 | Período de Apuração                          | 01/01/2006     |
| 03 | Número CPF ou CNPJ                           | 005.700.369-68 |
| 04 | Código da Receita                            | 1070           |
| 05 | Número de Referência                         | 3.582.771-8    |
| 06 | Data de Vencimento                           | 29/09/2006     |
| 07 | Valor do Principal                           | 601,47         |
| 08 | Valor da Multa                               |                |
| 09 | Valor dos Juros e/ou Encargos DL-1025/69     |                |
| 10 | Valor Total                                  |                |
| 11 | Autenticação bancária (somente 1ª e 2ª vias) |                |

BB 05200154 29092006 601,47RC10630

01 Nome/Telefone  
JOAO PIRES BRANCO  
(044) 4251294

Nome do Imóvel Rural/Área Total do Imóvel  
FAZENDA SAO JOAO  
360,2 ha

Observação:

Quota única

000074



MIN

0030068

Nº 0400073  
CÂMERA LEGISLATIVA  
140  
ERPV

COMPROMISSO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS

De um lado:-

Como compromitentes cedentes o Sr. JUVENAL DONE TI E sua mulher D<sup>a</sup> JOSEFINA SALATINI BONETTI, brasileiros, lavradores, residentes neste Município de Loanda

De outro lado:-

como promissários cessionários, ANTONIO MUNHOZ GIMENEZ e PEDRO MUNHOZ GIMENEZ, brasileiros, casados, lavradores, residentes neste Município de Loanda, Estado do Paraná;

Pelo compromitente cedente, Sr. JUVENAL BONETTI sua mulher D<sup>a</sup> JOSEFINA SALATINI BONETTI, supra qualificados, foi to que é legítimo possuidor de 9 ( nove ) alqueires paulistas, de 24.200 metros quadrados, cada um, destacados do lote nº306-A, da subdivisão do lote nº306, da Gleba Parapanema, do Município e Comarca de Loanda, Estado do Paraná, cuja transcrição, em maior porção, é de nº5.267, do Registro de imóveis da Comarca de Mandaguari, Estado do Paraná, cuja área de 9 ( nove ) alqueires, com as seguintes metragens e confrontações: Fazendo frente com a estrada Loanda- Porto São José medindo 78 ( setenta e oito ) metros; pelo lado direito confrontando com supracitados cessionários Antonio Munhoz Gimenez e Pedro Munhoz Gimenez, medindo 2.700 ( dois mil e setecentos ) metros da frente aos fundos; pelo lado esquerdo confrontando com o Sr. Juvenal Bonetti medindo 2.725 ( dois mil setecentos e vinte e cinco ) metros da frente aos fundos; e finalmente, pelos fundos confrontado com o córrego Aimberê.

Que pelo presente e na melhor forma de direito, da mesma forma que lhe foi cedido e transferido por José Bonetti e sua mulher D<sup>a</sup> Joana Margarida Bonetti, brasileiros, lavradores residentes no Município de Loanda, Estado do Paraná, TAMBÉM, CEDE E TRANSFERE aos promissários-cessionários, Antonio Munhoz Gimenez, e Pedro Munhoz Gimenez, acima qualificados, a referida área de terra ou sejam 9 ( nove ) alqueires, neste documento situado e confrontado, pelo preço certo e ajustado de R\$ 720,00 ( setecentos e vinte cruzeiros novos ), que neste ato confessa haver recebido integralmente dos promissários-cessionários, em moeda corrente nacional, do que dá aos mesmos cessionários plena, geral e irrevogável quitação de pago e satisfeito para não mais reclamar em tempo algum.

A presente cessão de direito é irrevogável e irretroatável para todos os fins de direito.

E, por estarem assim justos e contratados, mandaram datilografar o presente em duas vias, para um só efeito, que depois de lido e achada conforme, assinam com as testemunhas a tudo presente.

Loanda, 28 de setembro de 1.967

TESTEMUNHA 3

1ª

2ª

Juvenal Bonetti  
Juvenal Bonetti - cedente

Josefina Salatini Bonetti  
Cedente

Antonio Munhoz Gimenez  
Antonio Munhoz Gimenez, Cessionário

Pedro Munhoz Gimenez





000072



QUARTA= O presente contrato têm caráter irrevogável e irretratável, não cabendo arrependimento a nenhuma das partes aqui nomeadas.

QUINTA= Em caso de morte de um dos contratantes, seus herdeiros ou sucessores o substituirá com todos os ônus e vantagens.

SEXTA= Para todas questões resultantes deste contrato, será eleito o foro da jurisdição do imóvel, seja qual for o domicílio dos contratantes.

Lavrado em duas vias de igual teor e forma.

Loanda, PR, 17 de Fevereiro de 1999.-

TESTEMUNHAS

*Pedro Munhoz Gimenes*  
PEDRO MUNHOZ GIMENES

*Helena de Angeli Gimenes*

HELENA DE ANGELI GIMENES

*João P. Branco*  
JOÃO PIRES BRANCO



CONTRATO PARTICULAR DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL RURAL  
QUE ENTRE SI FAZEM:

DE UM LADO.....Como compromitentes VENDEDORES os Srs. **PEDRO MUNHOZ GIMENES** e **HELENA DE ANGELI GIMENES**, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados nesta cidade de Loanda, PR, na Rua Joaçaba, 109, ele agricultor, portador da cédula de identidade civil r.g. nr.261.436-PR, inscrito no CPF/MF sob nr.127.001.269-04, ela do lar.

DE OUTRO LADO.....Como compromitente COMPRADOR o Sr. **JOÃO PIRES BRANCO**, português, casado, pecuarista, residente e domiciliado nesta cidade de Loanda, PR, na Rua Fioravante Marcos Marini, 523, portador da r.g. para estrangeiro nr.262.164, RE nr. 36.244-PR.

QUE PELO PRESENTE INSTRUMENTO  
PARTICULAR DE CONTRATO, TEM JUSTO E CONTRATADO, COMO DE  
FATO CONTRATAM O SEGUINTE:

Os primeiros nomeados, na qualidade de senhores e legítimos possuidores e proprietário de um imóvel rural medindo 4,5 (quatro e meio) alqueires paulistas, ou seja, 10,8 hectares, destacado do lote nº.306-A, da subdivisão do lote nº.306, da Gleba Paranapanema, localizada neste município e Comarca de Loanda, PR, na Estrada que liga Loanda ao Distrito de Porto São José, havida de Juvenal Bonetti e sua esposa, através de contrato particular de cessão de direito, firmado em 28/09/1.967; toda cercada e formado em pastagem; que pelo presente e na melhor forma de direito VENDE, como de fato vendido fica, ao SEGUNDO nomeado, e este, se comprometeu em comprá-lo mediante as condições e cláusulas adiante transcritas:

PRIMEIRA= Que o preço certo e ajustado da venda do referido imóvel, objeto deste contrato, é de R\$.15.150,00 (quinze mil, cento e cinquenta reais), importância esta, que o COMPRADOR pagou aos VENDEDORES, integralmente neste ato em moeda corrente do País, servindo o presente instrumento como recibo para qualquer efeito legal, da qual os VENDEDORES dão ple na e geral, rasa, irrevogável e irretroatável quitação pela importância-recebida, prometendo nunca reclamar a respeito.

SEGUNDA= A presente venda é efetuada nesta data, completamente livre e desembaraçado de quaisquer dívidas, tais como ITR e hipoteca.

TERCEIRA= Que o COMPRADOR entra na posse do imóvel, objeto deste contrato, nesta data, podendo utilizá-lo da maneira que bem desejar.

*Pedro Munhoz Gimenes*



443  
A

000070



COMPROMISSO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS

DE UM LADO.....Como comprometentes, designados de CEDENTES, / os Srs. PEDRO MUNHOZ GIMENEZ e sua esposa Sra. Helena De Angeles Gimenez, brasileiros, casados entre si, inscritos no CPF/MF sob nr. 127.001.269-04, ele portador da cédula de Identidade civil r.g. nr. 261.436-PR, residentes e domiciliados nesta cidade de Loanda, PR;

DE OUTRO LADO.....Como comprometente e designado de CESSIONÁRIO, o Sr. JOÃO PIRES BRANCO, brasileiro naturalizado, casado, agropecuarista, residente e domiciliado nesta cidade de Loanda, PR, portador da cédula de Identidade p/ estrangeiro r.g. nr. 262.164-PR, inscrito no CPF/MF sob nr. 005.700.369-68;

QUE PELO PRESENTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS, TEM JUSTO E CONTRATADO, COMO DE FATO CONTRA= TAM O SEGUINTE :

Os primeiros nomeados ou seja, CEDENTES, são legítimos possuidores de uma área de terras rurais medindo 4,5 (quatro e meio) alqueires paulistas, destacados do lote 306-A, da subdivisão do lote 306, da gleba Paranapanema, Município e Comarca de Loanda, PR, contendo como benfeitorias a formação de pastagem; área esta, havida em conjunto com o Sr. Antonio Munhoz Gimenez, do Sr. Juvenal Bonetti e sua esposa, em 28.09.67 através do compromisso particular de cessão de direitos, cuja área total no referido instrumento é de 9 (nove) alqueires paulistas, cuja área restante, ou seja, 4,5 alqueires paulistas, pertence ao Sr. Antonio Munhoz Gimenez; Que pelo presente e na melhor forma de direito, CEDE e TRANSFERE, como de fato CEDIDO e TRANSFERIDO fica, a área que lhe pertence, ou seja, 4,5 (quatro e meio) alqueires paulistas, ao CESSIONÁRIO, Sr. JOÃO PIRES BRANCO, tudo de conformidade com as cláusulas e condições adiante transcritas:

PRIMEIRA=Que o preço certo e ajustado da presente CESSÃO DE DIREITOS, é de cz\$. 700.000,00 (setecentos mil cruzados), importância esta que o CESSIONÁRIO pagará aos CEDENTES, da seguinte forma:

cz\$. 500.000,00 (quinhentos mil cruzados), pagos neste ato em moeda corrente do País, servindo o presente como recibo para qualquer efeito legal; e,

cz\$. 200.000,00 (duzentos mil cruzados), representados por uma via de nota promissória de igual valor, com vencimento marcado para o dia 19 de abril de 1988.-

SEGUNDA=Que as confrontações do imóvel ora compromissado é a seguinte: pelos fundos ~~para~~ com o correjo Aimberê; pelo lado esquerdo de quem olha do correjo paracima, com terras do próprio CESSIONÁRIO, e do lado direito e pela frente, confronta com terras do próprio CEDENTE e do Sr. Antonio Munhoz Gimenez.-

TERCEIRA=Que os CEDENTES requereram título definitivo do Estado, e que após expedido o mesmo, se responsabilizam em transferi-lo, somente da parte compromissada, em favor do CESSIONÁRIO Sr. João Pires Branco.-

QUARTA=Que o CESSIONÁRIO poderá tomar posse de domínio do imóvel ora compromissado a partir desta data em diante, podendo utilizá-lo da maneira que achar conveniente.-

QUINTA=A presente cessão é efetuada em caráter irrevogável e irretroatável para todos os fins de direitos.-

SEXTA= Para todas questões resultantes deste contrato, será eleito o foro da jurisdição do imóvel, sejam qual for o domicílio dos contratantes.-

segue no verso.....



000069

## REQUERIMENTO

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTAÇÃO

IAP/ERPVI

NUM. 9.386.313-5

30 JUL 2007

DATA-

HORA-

Ao

Senhor Diretor Presidente do  
Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC  
Curitiba - PR

Eu, JOÃO PIRES BRANCOEstado Civil Solteiro, portador(a) doRG nº 242.165 e CPF nº 005.200.3968, residente na RUA FIDELIDADE MARQUES MARIN, nº 523, bairro CENTRO, CEP 81.900.000Município de LOANDA Telefone 044.34251294

Venho mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria requerer:

REGULARIZAÇÃO DO LOTE Nº 50 DA GLISA E B  
COLÔNIA PANATUAU, MUNICÍPIO E COMARCA  
DE LOANDA, COM ÁREA DE 18,3200 HECTARES.

Nestes Termos pede deferimento:

Curitiba, 24 de Julho de 2007.

João P. Branco  
Assinatura



Cadastreiro T.I. 597



ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.

000068

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

IAP/ERPVI NUM.9.386.313-5

30 JUL 2007

DATA- HORA-

PROTOCO: 9.386.313-5 ORCAD: IAP/ERPVI 30/07/2007 14:10  
 INTER1: JOAO PIRES BRANDO  
 INTER2:  
 ASS...: MEIO AMBIENTE  
 P.CHAV: VIABILIDADE  
 DOCTO.: --  
 ASS...: REGULARIZACAO DO LOTE 30, QUILTA 17, COLOMBA  
 COM...: PARANAVAI  
 CIDADE: LOANDA DO  
 ORIG...: IAP/ERPVI

| DATA     | UNIDADE    | RUBRICA | DATA | UNIDADE | RUBRICA |
|----------|------------|---------|------|---------|---------|
| 02.08.07 | ITCG/DETER |         | 19   |         |         |
| 03.08.07 | SEMA/LTC   |         | 20   |         |         |
| 11.09.07 | ERPVI      |         | 21   |         |         |
| 18/9/07  | Antonio    |         | 22   |         |         |
| 25.02.07 | I.T.C/A.g. |         | 23   |         |         |
| 76/05/08 | ITC/GP     |         | 24   |         |         |
|          |            |         | 25   |         |         |
|          |            |         | 26   |         |         |
|          |            |         | 27   |         |         |
|          |            |         | 28   |         |         |
|          |            |         | 29   |         |         |
|          |            |         | 30   |         |         |
|          |            |         | 31   |         |         |
|          |            |         | 32   |         |         |
|          |            |         | 33   |         |         |
|          |            |         | 34   |         |         |
|          |            |         | 35   |         |         |



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

REQUERIMENTO.


REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A VOTAÇÃO EM BLOCO DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DE AUTORIA DA MESA EXECUTIVA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a VOTAÇÃO EM BLOCO dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Executiva: 09/2014; 02/2014; 06/2014; 07/2014; 08/2014; 03/2014; 04/2014; 05/2014.

Consigne-se que a matéria versada nas proposições mencionadas é semelhante, tratando-se de alienação de imóveis, sendo a sua constitucionalidade auferida conforme os pareceres apresentados, limitando-se a competência regimental desta Comissão.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
Galine Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246

*reubido*  
01.07.14





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2014 de autoria da MESA EXECUTIVA que *‘Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis’*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO AO PODER EXECUTIVO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ.

Autor: MESA EXECUTIVA.

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 05/2014, de autoria da MESA EXECUTIVA, em atendimento a mensagem governamental nº 45/2014.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência - ITCG, a alienar o imóvel descrito no artigo 1º do respectivo PDL.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo:  
*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº*



*8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas f e g ) e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social (exceto da mensagem governamental nº 45/2014-fls. 04).*

E ainda, continua:

*[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. (exceto da mensagem governamental nº 45/2014 - fls. 04)*

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.





## II ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição (grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



**PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ**

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



*Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.*

*§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.*

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

*Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:*

*(...)*

*§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:*

*(...)*

*X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.*

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Desta forma o PDL se encontra em consonância aos critérios exigidos em relação à constitucionalidade formal.

Em relação a constitucionalidade material, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do





Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições posteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII<sup>4</sup> da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º<sup>5</sup> da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

<sup>4</sup> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

<sup>5</sup> Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



(...)

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são eivadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que há documentos que comprovam a posse do imóvel pelo adquirente há vários anos e neste sentido não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da





proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

*A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança.* (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão



somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

### III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 05/2014, de autoria da Mesa Executiva.

Sala das Comissões, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

APROVADO

01/07/14

VOTO  
CONTRÁRIO  
AO FARECER





## PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Parlamentar - Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura




### ERRATA AO PARECER DA CCJ

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2014

- i. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 05/2014, o qual teve sua constitucionalidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta e.Casa Legislativa. Na oportunidade, o Parlamentar que ora subscreve, foi o relator da matéria em apreço, exarando parecer pela APROVAÇÃO, conforme a fundamentação ali contida;
- ii. Ocorre, que erroneamente constou que a autoria do PDL seria da "MESA EXECUTIVA".
- iii. Logo, trata-se de mero **vício material**, uma vez que a autoria da proposição é do Deputado VALDIR ROSSONI e Deputado PLAUTO MIRÓ, Presidente e Primeiro Secretário, respectivamente, desta e.Casa Legislativa, em atendimento a Mensagem oriunda do PODER EXECUTIVO.
- iv. Assim, com o objetivo de se evitar rasuras no parecer retro e sanar o vício material em comento, apresenta-se a presente errata para que, aonde **se lê "MESA EXECUTIVA" LEIA-SE "DEPUTADO VALDIR ROSSONI E DEPUTADO PLAUTO MIRÓ"**.
- v. Destarte, não havendo qualquer alteração na essência ou matéria ventilada no mesmo, bastando o presente para sanar o vício material.

Curitiba, 28 de Outubro de 2014.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente da CCJ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/14**

**RELATÓRIO**

A Proposta em análise de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miro, é oriunda do Poder Executivo – Mensagem nº 045/14, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a João Pires Branco, os Lotes nºs 50, 51 e 52, partes da Gleba 13, do imóvel denominado Colônia Paranaíba, respectivamente com áreas de 18,3200 ha, de 228,9000 ha e de 80,7000 ha, localizados no Município de Loanda, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 9.678.214-4-SID, e que obteve o pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA,





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

**CONCLUSÃO**

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

*08/10/14*  
*[Signature]*  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ENIO VERRI**  
**RELATOR**

*[Signature]*  
**Dep. Elcio**

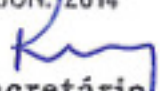
*[Signature]* **Dep. Wilson**  
*[Signature]*  
**Dep. Waldyr**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6/2014**

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 17 JUN. 2014  
  
**1º Secretário**

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Hércules William Marques Ferreira, o Lote nº 3, parte das Glebas 8 e 9, do imóvel denominado Colônia São Jerônimo, com área de 337,0298 ha, localizado no Município de Sapopema, e os Lotes nºs 10 e 9, da mesma Gleba, respectivamente com áreas de 20,4651 ha e de 0,4836 ha, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, nos termos da Mensagem nº 44, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2014.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário



## JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 44, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014.

MENSAGEM  
Nº 44/2014

Curitiba, em 4 de junho de 2014.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 JUN. 2014

1º Secretário



I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.

Em 25/06/2014

Presidente

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Hércules William Marques Ferreira, o Lote 3, com área de 337,0298 ha., parte das Glebas 8 e 9, Colônia São Jerônimo, Município de Sapopema, e os Lotes 10 e 19, com áreas de 20,4651 ha. e 0,4836 ha., respectivamente da mesma gleba, localizados no Município de São Jerônimo da Serra.

Cabe esclarecer que as áreas dos imóveis, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional, ou seja, 100 hectares.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 9.678.209-8-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia do processo protocolado acima mencionado.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 9.678.209-8





ESTADO DO PARANÁ



Código de Classificação da T.T.D.

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC

NUM. 9.678.209-8

DATA-

10 AGO. 2007

HORA-

PROTOC.: 9.678.209-8 ORGÃO: ITC 10/08/2007 10:29  
 INTER1: HERCULES WUILLIAN MARQUES FERREIRA  
 INTER2:  
 ASS.: IMOVEIS  
 P.CHAV: REGULARIZACAO CIDADE.: CURITIBA-PR  
 DOCTO.: ORIG.: INSTITUTO  
 ASS.: REF: A REGULARIZACAO DA AREA RURAL DOS LOTESN 03  
 COMPL.: COM AREA DE 337.0298 HA DA COLONIA SAO JERONIMO

| DATA          | UNIDADE          | RUBRICA | DATA        | UNIDADE | RUBRICA |
|---------------|------------------|---------|-------------|---------|---------|
| 1 10/08/07    | ITC / DITER      | W       | 19 24/03/14 | NJA     |         |
| 2 24/05/13    | DITER/DIRETOR    |         | 20          |         |         |
| 3 05/06/13    | ITC / AJ         |         | 21          |         |         |
| 4 06/06/08    | DITER / ITC      | Purim   | 22          |         |         |
| 5 10.06.13    | ITC / BETO       |         | 23          |         |         |
| 6 11.06.13    | DITER / Albari   |         | 24          |         |         |
| 7 26.07.13    | I.T.C / AJ       |         | 25          |         |         |
| 8 30.07.2013  | ITC / GP         | Purim   | 26          |         |         |
| 9 07.08.13    | PGE / gab / proc |         | 27          |         |         |
| 10 13/08/13   | ITC              |         | 28          |         |         |
| 11 19/08/13   | ITC / AJ         | Ana     | 29          |         |         |
| 12 13/09.2013 | SEEG / CAO       | Purim   | 30          |         |         |
| 13 13/09/13   | NJA              |         | 31          |         |         |
| 14 20/09/13   | CAO              | san     | 32          |         |         |
| 15 21/09/13   | ITCG             | R       | 33          |         |         |
| 16 26.02.14   | ITC / AJ         |         | 34          |         |         |
| 17 07.03.2014 | ITC / GP         | Purim   | 35          |         |         |
| 18 13/03/14   | CAO              |         | 36          |         |         |

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO  
PARANÁ – ROBERTO REQUIÃO.



**Hércules Willian Marques Ferreira**, brasileiro, casado, pecuarista, residente no Município de Castro, portador da Cédula de Identidade RG 873.501 SSP/ PR e CIC/MF 081.517.099-87, ocupante de uma área rural correspondente aos lotes nº 3 com área de 337,0298ha da Colônia São Jerônimo, parte das glebas 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, e lotes nº 10 e 19, com área de 20,4651ha e 0,4836ha respectivamente da mesma gleba, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, requerer a regularização de acordo com a Legislação em vigor e o Artigo 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC NUM. 9.678.209-8

10 AGO 2007

DATA- HORA-

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

São Jerônimo da Serra, 23 de julho de 2.007

  
**Hércules Willian Marques Ferreira**



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: HERCULES WILLIAN MARQUES FERREIRA  
 Apêlido: .....  
 Filiação - Pai: ALVARO MARQUES FERREIRA  
 Mãe: INI MASSOLIN FERREIRA  
 Local de nascimento: CURITIBA - PR Data de nasc.: 08/03/1953  
 Estado civil: CASADO - 20/02/1981 Nº de filhos: 02  
 Certidão de casamento - Local: CASTRO Nº 1.237 Livro: 8-043 Fls.: 045  
 Qual o regime: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS Profissão: PECUARISTA  
 Carteira de identidade Nº 873.501-SSP/PR CNPJ/CIC 081.517.099-87  
 Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....  
 Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? .....  
 Onde: .....  
 Reside no lote: Sim ( ) Não (X)  
 Endereço: RUA COLEADOR MAIOEL INACIO Nº 1.434  
 CEP: 84.172-050 Município: CASTRO UF: PR  
 Tel: 42-3233-1166 Celular: 42-9973-4915

### 01.01 - DADOS DO CONJUGE

Nome: EDELI AVILA MARQUES FERREIRA  
 Filiação - Pai: EUCIDES POSSATO AVILA  
 Mãe: EMELIE ABIL RUSS AVILA  
 RG Nº: ..... CIC/CPF: .....  
 Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): LOTE Nº 03 - COLÔNIA SÃO JERÔNIMO PARTE DAS GLEBAS 08 e 09  
 Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO Distrito: .....  
 Município: SAPOREMA - PR Comarca: CURITIBA - PR  
 Área do imóvel - Em ha: 337,0298 Em m2 ..... INCRA: .....  
 Descrever localização e coordenadas (UTM): PR-090 ESTRADA DO CERNE KM 279  
ENTRA À DIREITA ± 2 KM CHEGA AO IMÓVEL.

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: 10 (anos) ..... (meses) .....  
 Como ocorreu a transmissão: POR COMPRA



## 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição.

(x) Doc. de Posse: Contratos part. cessões de direitos, et

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE POSSE.

## 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Possui outro imóvel rural: Não ( ) Sim (x) Quantos? 1

Local/Município: SÃO FERONIL DO SERA

ha 20,9486 Tab. 01 (

Local/Município:

ha Tab. 01 (

Local/Município:

ha Tab. 01 (

Local/Município:

ha Tab. 01 (

Financiamento bancário: Sim (x) Não ( )

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: PECUARIA

Local: CASTRO

Condição: Proprietário (x)

Empregado ( )

Arrendatário ( )

Parceiro ( )

## 06 - BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

| Qtde. | Especificação              | Dimensões | Idade | Valo |
|-------|----------------------------|-----------|-------|------|
| 01    | CASA DE ALUEARIA           | 15 x 12   |       |      |
| 01    | CASA DE ALUEARIA           | 08 x 10   |       |      |
| 01    | ESTABULO/DEPOSITO ALUEARIA | 20 x 15   |       |      |
| 01    | CURRAL - MANGUEIRA C/TROCO | 30 x 30   |       |      |
| 01    | APRISCO P/DUELHAS          | 08 x 10   |       |      |
| 232   | CABECAS DE GADO            |           |       |      |
| 89    | OVINOS                     |           |       |      |
| 20    | EQUINOS                    |           |       |      |
| 80    | GALINHAS                   |           |       |      |
| 01    | TRATOR AGRAL C/IMPLEMENTOS |           |       |      |
|       | GRADE NIVELADORA PARA      |           |       |      |
|       | CARRETA C/VICO P/SEMEAR    |           |       |      |

## 07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | %  |
|----------------------|----------|----|
| Culturas permanentes |          |    |
| Culturas temporárias |          |    |
| Pastagens            | 252,7723 | 75 |



**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**

Preço médio da região R\$ 6.500,00 / ha

Plano: .....%

Topografia: Ondulado: .....%

Alagadiço: .....%

Levemente ondulado: .....

Acidentado: .....

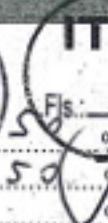
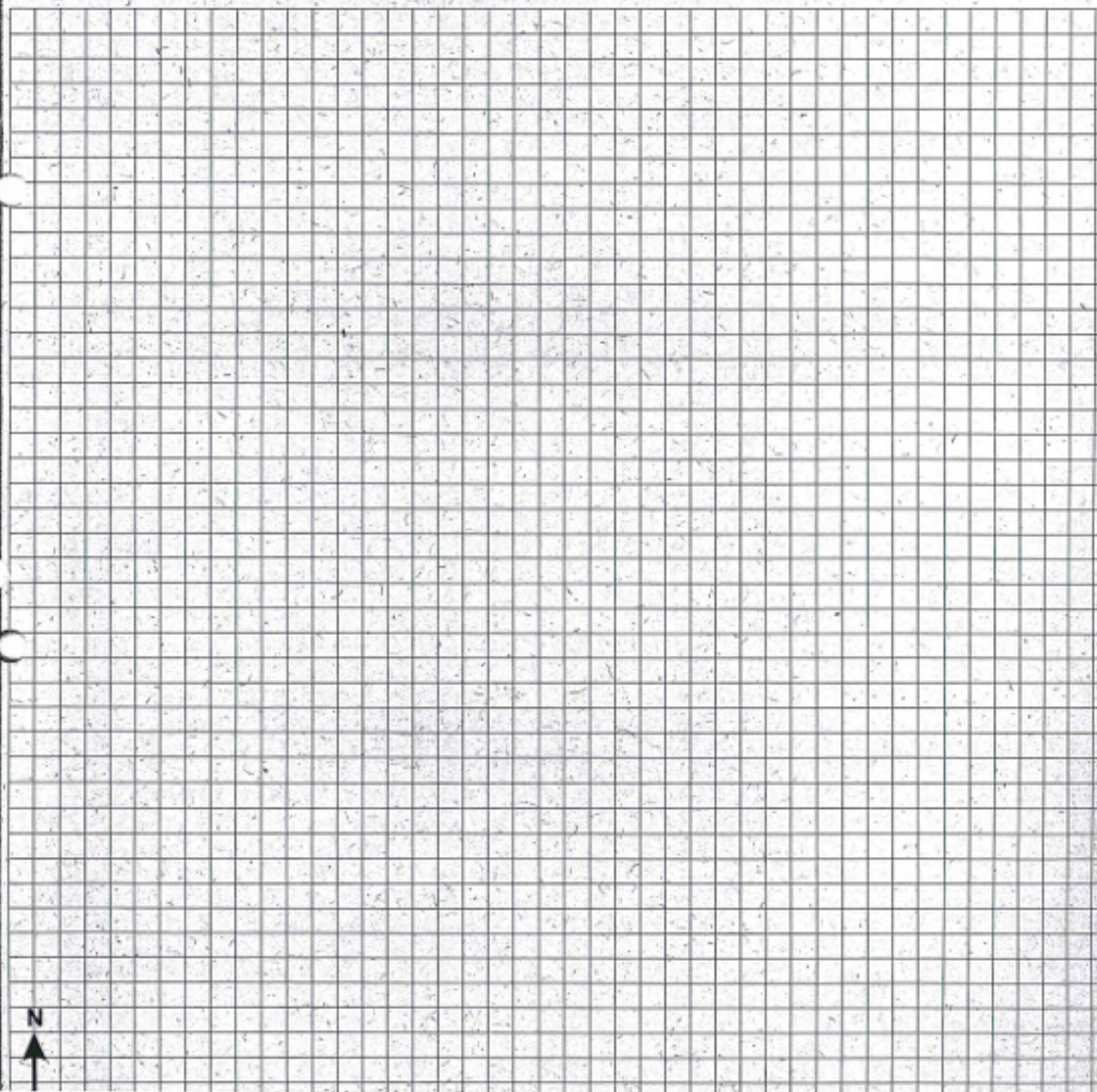
Pedreira: .....

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (X) Apresenta pouco ( )

Acentuada ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

**09 - CROQUI**



## 10- OBSERVAÇÕES

ÁREA TODA CERCADA DIVIDIDA EM 11 PIQUETES  
COM PASTAGEM DE BRANQUINHA/BRISANTE.

10

7

## 11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data:

17, 04, 2013

Assinatura:



## 12 - TESTEMUNHAS

1ª

2ª

Assinatura:

Assinatura:

Nome:

Nome:

## 13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

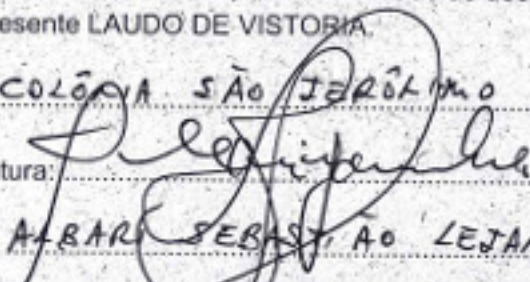
Local:

COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data:

17, 04, 2013

Assinatura:



Nome:

ABRAHAM SEBASTIÃO LEJAMBRE

14 - De acordo em

15 - Visto em



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: HERCULES WILLIAN MARQUES FERREIRA  
 Apelido: .....  
 Filiação - Pai: ALVARO MARQUES FERREIRA  
 Mãe: INI MASSOLIN FERREIRA  
 Local de nascimento: CURITIBA - PR Data de nasc: 08/03/1953  
 Estado civil: CASADO - 20-02-1981 Nº de filhos: 02  
 Certidão de casamento - Local: CASTRO Nº 1237 Livro: 8-043 Fls: 045  
 Qual o regime: COMUNHAO UNIVERSAL DE BENS Profissão: PECUARISTA  
 Carteira de identidade Nº 873.501-SSP/PR CNPJ/CIC 081.517.099-87  
 Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls: .....  
 Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? .....  
 Onde: .....  
 Reside no lote: Sim ( ) Não (X)  
 Endereço: RUA COMENDADOR MARCEL INACIO Nº 1434  
 CEP: 84.132-050 Município: CASTRO UF: PR  
 Tel: 42-3233-1166 Celular: 42-9973-4915

### 01.01 - DADOS DO CONJUGE

Nome: EDELI AVILA MARQUES FERREIRA  
 Filiação - Pai: EUCLEDES POSSATO AVILA  
 Mãe: EMELIE ARIK RUSS AVILA  
 RG Nº: ..... CIC/CPF: .....  
 Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): IMÓVEL RURAL CONSTITUÍDO POR PARTE DA  
GLEBAS 829 DENOMINADO LOTE Nº 10 DA COLÔNIA SÃO JERÔNIMO  
 Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO Distrito: .....  
 Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA Comarca: SÃO JERÔNIMO DA SERRA  
 Área do imóvel - Em ha: 20,4651 Em m²: ..... INCRA: .....  
 Descrever localização e coordenadas (UTM): PR 090 - ESTRADA DO CERNE KM 279 EN  
TRA A DIREITA + 3KM CHEGA AO IMÓVEL

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: 10 (anos) ..... (meses)  
 Como ocorreu a transmissão: POR COMPRA



#### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição.

(X) Doc. de Posse: Contratos part. cessões de direitos, etc.

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE POSSE, LAURADA NO TAREGIAMENTO DE NOTAS E ANEXO DO DISTRITO DE SÃO JOÃO DO PINHAL, MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, EM 08/11/2002, LIVRO 003-N FLS 101V e 102V

#### 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Possui outro imóvel rural: Não (X) Sim (X) Quantos? 1

Local/Município: SAPOPEMA - PR ha 337,0298 Tab. 01 (2)

Local/Município: ha Tab. 01 ( )

Local/Município: ha Tab. 01 ( )

Local/Município: ha Tab. 01 ( )

Financiamento bancário: Sim (X) Não ( )

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: PECUARIA

Local: CASTRO

Condição: Proprietário (X) Empregado ( ) Arrendatário ( ) Parceiro ( )

#### 06 - BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

| Qtde. | Especificação               | Dimensões | Idade | Valor |
|-------|-----------------------------|-----------|-------|-------|
| 01    | CASA DE ALVENARIA           | 15 X 12   |       |       |
| 01    | CASA DE ALVENARIA           | 08 X 10   |       |       |
| 01    | ESTABULO/DEPÓSITO           | 20 X 15   |       |       |
| 01    | CURRAL RANGUEIRA C/TRILCO   | 30 X 30   |       |       |
| 01    | APRISCO P/VELHAS            | 08 X 10   |       |       |
| 132   | CABECAS DE GADO             |           |       |       |
| 89    | BUIÇOS                      |           |       |       |
| 20    | EQUINOS                     |           |       |       |
| 80    | GALINHAS                    |           |       |       |
| 01    | TRATOR AGRILE C/IMPLEMENTOS |           |       |       |
|       | GRADE NIVELADORA ROLHA      |           |       |       |
|       | CARRETA C/UNICO P/SEMEAR    |           |       |       |

#### 07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | %  |
|----------------------|----------|----|
| Culturas permanentes |          |    |
| Culturas temporárias |          |    |
| Pastagens            | 15,715   | 75 |



**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**

Preço médio da região R\$ 6.000,00 / ha

Plano: %

Topografia: Ondulado: %

Alagadiço: %

Levemente ondulado: %

Acidentado: %

Pedreira: %

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (x)

Apresenta pouco ( )

Acentuada ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

**09 - CROQUI**N  
↑



# 10- OBSERVAÇÕES



## 11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

## 12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

## 13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

Nome: ALBARI SEBASTIÃO LEJAMBE

14 - De acordo em

15 - Visto em



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: HERCULES WILLIAN MARQUES FERREIRA

Apelido: .....

Filiação - Pai: ALVARO MARQUES FERREIRA

Mãe: INI MASSOLIN FERREIRA

Local de nascimento: CURITIBA - PR

Data de nasc.: 08/03/1981

Estado civil: CASADO - 20/02/1981

Nº de filhos: 03

Certidão de casamento - Local: CASTRO

Nº 1237 Livro: 8-043 Fls.: 045

Qual o regime: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

Profissão: PECUARISTA

Carteira de identidade Nº 873.501-SSP/PR

CNPJ/CIC 081.517.099-87

Certidão de nasc. - Local: .....

Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

Exerce função pública: Não (x) Sim ( ) Qual? .....

Onde: .....

Reside no lote: Sim ( ) Não (x)

Endereço: RUA COMENDADOR MANOEL IDACIO Lº 1.434

CEP: 84.172-050

Município: CASTRO

UF: PR

Tel: 42-3233-1166

Celular: 42-9973-4915

### 01.01 - DADOS DO CONJUGE

Nome: EDELI AVILA MARQUES FERREIRA

Filiação - Pai: EUCLEDES POSSATO AVILA

Mãe: EMELIE ABIL RUSS AVILA

RG Nº: .....

CIC/CPF: .....

Certidão de nasc. - Local: .....

Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): IMÓVEL RURAL CONSTITUÍDO POR PARTE GLEBA 899 DENOMINADO LOTE Nº 19 DA COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Localidade: .....

Distrito: .....

Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Comarca: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Área do imóvel - Em ha: 0,4836 Em m2: .....

INCRA: .....

Descrever localização e coordenadas (UTM): PR. 090 ESTRADA DO CERNE KM 279 E TRA A DIREITA ± 4 KM CHEGA AO IMÓVEL

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (x) Tempo de ocupação: 10 (anos) (meses) .....

Como ocorreu a transmissão: POR COMPRA



#### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição

(Y) Doc. de Posse: Contratos part. cessões de direitos, etc

ESCRITURA PUBLICA DE CESSÃO DE POSSE

## 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Possui outro imóvel rural: Não ( ) Sim (x) Quantos? ..... 2

Local/Município: SAPOPEMA E SÃO JERÔNIMO

Local/Município: DA SERRA

Local/Município:

Local/Municipio:

Financiamento bancário: Sim ( ) Não (x)

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente:

**Local:**

Condição: Proprietário ( )

Empregado ( )

Arrendatário ( )

Parceiro ( )

ha POSSEIRO Tab. 01 (2)

ha ..... Tab. 01 (

ha ..... Tab. 01 (

ha ..... Tab. 01 (

## 06 - BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

## 07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | %  |
|----------------------|----------|----|
| Culturas permanentes |          |    |
| Culturas temporárias |          |    |
| Pastagens            | 0,3627   | 75 |



**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**

Preço médio da região R\$ ..... 6.500,00 / ha

Plano: ..... %

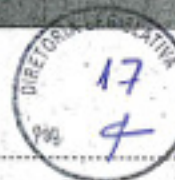
Topografia: Ondulado: ..... %

Alagadiço: ..... %

Levemente ondulado: .....

Acidentado: .....

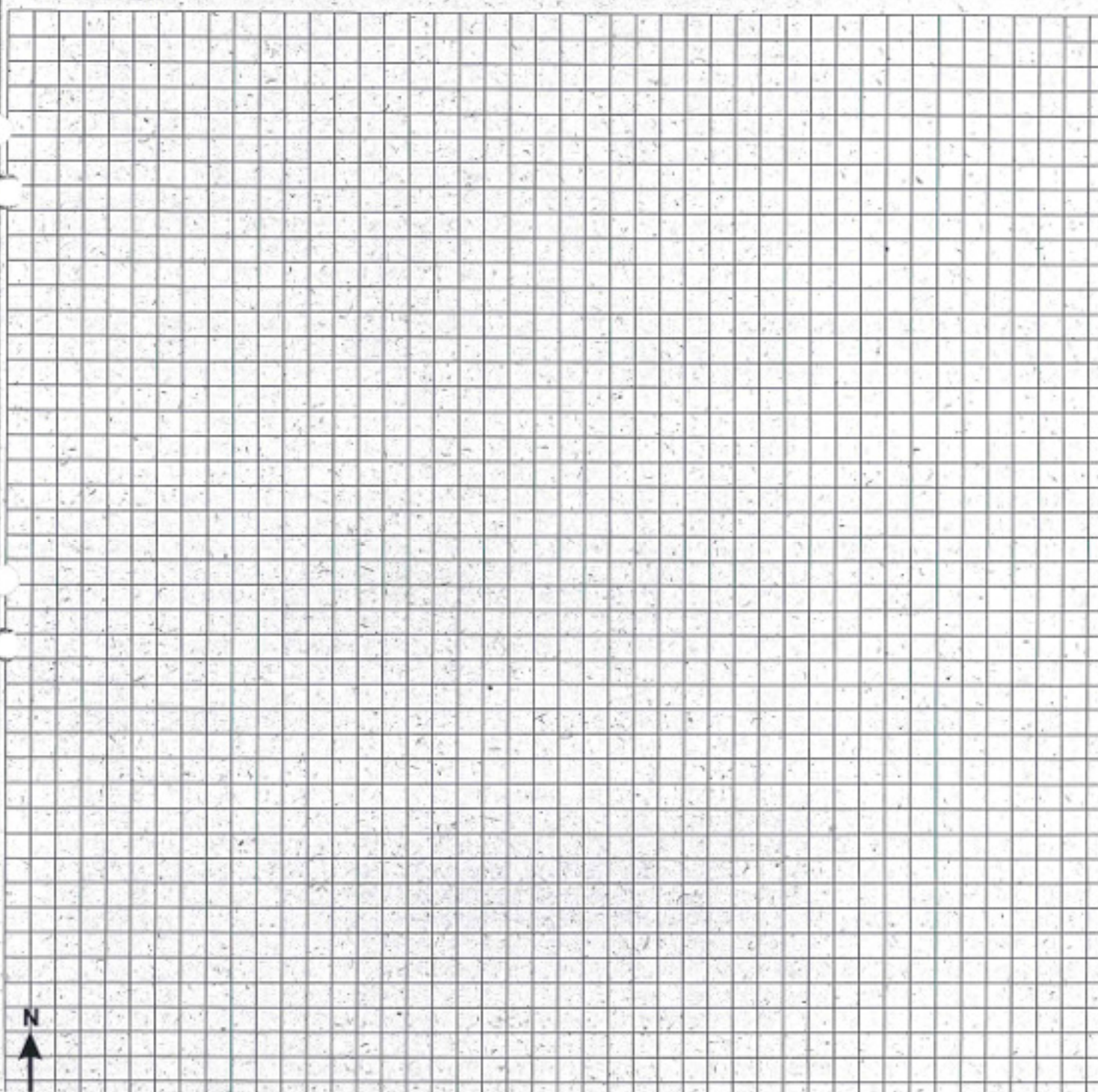
Pedreira: .....

Fis.: .....  
50  
50**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (x) Apresenta pouco ( )

Acentuada ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

**09 - CROQUI**



10 - OBSERVAÇÕES

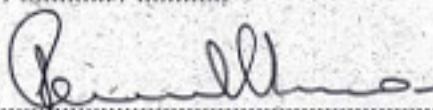
DIRETORIA LEGISLATIVA  
18

ESTA AREA COLFROTA CO - O LOTE N.º 3 LOCALIZADO NO 4  
MUNICÍPIO DE SAPOPEMA

11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04 2013

Assinatura:



12 - TESTEMUNHAS

1ª

2ª

Assinatura:

Assinatura:

Nome:

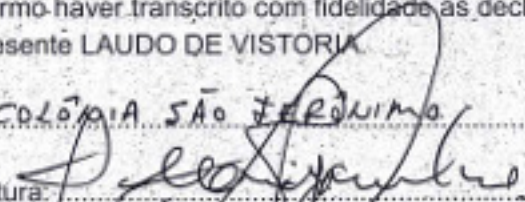
Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA

Local: COLÔNIA SÃO FERNANDO

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:



Nome: MARI FERNANDA LEJAMBE

14 - De acordo em

15 - Visto em



**CADULA DE IDENTIDADE**



**HERCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA**  
**ALVARO MARQUES FERREIRA**  
 Rua Massalia Ferreira  
 Curitiba - Pr.  
 DATA DO NASCIMENTO: 08/Mar/1953  
 DATA DE EMISSÃO: 14/Junho/1972

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ  
 REGISTRO GERAL - 873.501-

**HERCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA**  
**ALVARO MARQUES FERREIRA**  
 Rua Massalia Ferreira  
 Curitiba - Pr.  
 DATA DO NASCIMENTO: 08/Mar/1953  
 DATA DE EMISSÃO: 14/Junho/1972

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
 COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES  
 SCOTOMCONTÁBIL - CIST

**C/C**

SERVIÇO DE REGISTRO DE PESSOAS FÍSICAS - SRF

11.517.099 / 87

**Hercules William Marques Ferreira**

NASCIMENTO: 08.03.53

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF - E DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PRODUZIDA POR UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

**CADASTRO DO AGENTE EMISOR**

**038/0140-31**  
**19/06/89**  
**BANESTADO**  
**93.000/7495**

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO  
 APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE CASTRO

ROBERT JONCZYK  
OFICIAL

ANDREA M. JONCZYK  
DENILCE ZAMPIERI  
ESCREVENTES

TÍTULOS E DOCUMENTOS  
CNPJ: 78.242.609/0001-64  
RUA PADRE DAMASO, 35  
FONE: (42) 232-2854  
CASTRO - CEP 84165-210 - PARANÁ



LIVRO B-043

FOLHA 045

TERMO 001237

## CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, do livro, folha e termo citados de ASSENTO DE CASAMENTOS, deste Ofício, consta que perante o Juiz de Casamentos, Sr. Antonio Prestes Filho e as testemunhas constantes do termo, foi lavrado no dia 20/02/1981, o assento do Casamento.\*\*\* de HERCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA -\*\*\* e EDELI ABIL RUSS AVILA -\*\*\* que passou a assinar EDELI AVILA MARQUES FERREIRA -\*\*\*. ELE, industrial, natural de Curitiba-PR, onde nasceu no dia 08 de março de 1953, filho de ALVARO MARQUES FERREIRA FILHO e de INI MASSOLI FERREIRA.\*\*\* ELA, professora, natural de Castro-PR, onde nasceu no dia 07 de maio de 1953, filha de EUCLIDES POSSATO AVILA e de EMELIE ABIL RUSS AVILA.\*\*\* O regime adotado foi o de COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.\*\*\* Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180, incisos I, II e IV, do Código Civil Brasileiro.


OBSERVAÇÃO: Nada Consta.\*\*\*

\*\*\*

\*\*\*

O referido é verdade e dou fé.

Castro, 19 de maio de 2003.

  
Denilce Zampieri  
Escrevente





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Livro 003-N.-

Fls. 101 e Vº.

78019486/0001-05

S. JERÔNIMO DA SERRA TABELIONATO  
DE NOTAS E ANEXO.

Av: São Jerônimo, S/N

São João do Pinhal - Cep 86.273-000

São Jerônimo da Serra Pr.

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE POSSE DE IMÓVEL RURAL COM VENDAS DAS BENFEITORIAS, QUE ENTRE SI FAZEM: DR. CARLOS AUGUSTO LIRANI E SUA ESPOSA LÍGIA MARIA CARNEIRO SANTOS LIRANI, AO SR. HERCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA, NO VALOR DE R\$ 80.000,00, COMO ADIANSE DECLARA:-

esta pública escritura de cessão de posse de imóvel rural com venda das benfeitorias virem, que aos **oito (08)** dias do mês de **novembro (11)** do ano **dois mil e dois (2002)**, neste Distrito de São João do Pinhal, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim Haildo Rodrigues Martins, Tabelião, compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: de um lado, como outorgantes vendedores o Sr. **DR. CARLOS AUGUSTO LIRANI** e sua esposa **LÍGIA MARIA CARNEIRO SANTOS LIRANI**, brasileiros, casados entre si, no regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6515/77, ele, médico, portador da CI/RG. sob nº. 1.267.136-SSP/PR., inscrito no CPF/MF. sob nº. 355.092.799-15., ela, professora, portadora da CI/RG. sob nº. 1.147.229-SSP/PR., inscrita no CPF/MF. sob nº. 317.429.559-91; neste ato, representados por seu bastante procurador, Sr. **DR. JOÃO LUIZ PERUSSO**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Pedro Ferreira da Costa, 549, na cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, portador da CI/RG. sob nº. 935.896-SSP/PR., inscrito no CPF/MF. sob nº. 147.394.299-34; conforme procuração, lavrada às fls. 054, do Livro 215, do Primeiro Ofício de Notas, da cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, a qual ficará arquivada na Pasta própria, desta Serventia, fazendo parte integrante, deste Instrumento., e, de outro lado, como outorgado comprador o Sr. **HERCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA**, brasileiro, casado com **Edell Avila Marques Ferreira**, no regime de Comunhão Universal de Bens, em data de 20 de fevereiro de 1.981, conforme Certidão de Casamento, sob nº. 1.237, transcrito às fls. 045, do Livro B-43, do Cartório do Registro Civil da Sede da Comarca de Castro, Estado do Paraná, Engenheiro Civil, nascido aos 08 de março de 1.953, em Curitiba, Paraná, filho de Álvaro Marques Ferreira e dona Iní Massolin Ferreira, portador da CI/RG. sob nº. 873.501-SSP/PR., inscrito no CPF/MF. sob nº. 081.517.099-87; residente e domiciliado à Rua Comendador Manoel Inácio, nº. 1.434, Vila Rio Branco, na cidade de Castro, Estado do Paraná, ora de passagem por este Distrito, todos conhecidos de mim Haildo Rodrigues Martins, Tabelião, conforme documentos apresentados e anteriormente mencionados, do que dou fé. E, pelos outorgantes cedentes através de seu bastante procurador, me foi dito o seguinte: Que, por si e seus antecessores, se acham na posse mansa e pacífica, há mais de trinta e um (31) anos, de uma área de terras rural com mais ou menos **DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E UM MIL E QUINHENTOS METROS QUADRADOS (2.601.500,00m²)**, ou sejam 260,15 há., ou ainda 107,50 alqueires paulista., constituindo os LOTES n.ºs **7 (sete), 8 (oito), 9 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze) e 14 (quatorze)**, todos da **GLEBA n.º 8 (oito)**, situada na Colônia São Jerônimo, no lugar **"SERRINHA"**, **"Cabeceiras do Lageado Liso"** e **"Bairro do Tigre"**, neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, onde, englobadamente faz divisa ao **NORTE** e **OESTE** com frente para Estrada Municipal que liga o Município de Sapopema à São Jerônimo da Serra; ao **SUL** com terras de Ismael Ferreira da Costa, ou Sucessores; a **LESTE** com terras de João Francisco Dias, ou Sucessores. Posse essa, adquirida pelos outorgantes cedentes., nos termos da **Escritura Pública de Cessão de Posse**, lavrada em data de 14 de fevereiro de 1.992, Livro nº. 72-N/A, às fls. 021. do Tabelionato de Notas Ofício Único. da Sede da Comarca de São Jerônimo da



imóvel, construíram benfeitorias. Que, assim como detêm por esta escritura e na melhor forma de direito, cedem e transferem ao outorgado cessionário **Hercules William Marques Ferreira**, os seus direitos e ações decorrentes da dita posse, ao mesmo tempo em lhes vendem as benfeitorias existentes no mencionado imóvel, tudo pelo preço certo e previamente convencionado de **R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)**, que confessam receber neste ato, dele outorgado cessionário, em moeda corrente desta País, que contaram e acharam exata, da qual dão ao mesmo outorgado cessionário **Hercules William Marques Ferreira**, plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, para nunca mais o repetirem, em tempo e sobre pretexto algum; subrogando-o, em consequência, em todos os direitos oriundos do exercício da mesma posse. Que, no entanto, caberá ao outorgado cessionário **Hercules William Marques Ferreira**, a boa ou má liquidação dos direitos cedidos. Fica o ora outorgado cessionário, **Hercules William Marques Ferreira**, investido no direito de habilitar-se à obtenção do título de propriedade junto ao órgão estadual ou federal competente; ou ainda através de ação de usucapião, em Juízo, Pelo outorgado cessionário, **Hercules William Marques Ferreira**, me foi dito que aceitava esta escritura em todos os seus expressos termos. **Será emitida Declaração Sobre Operação Imobiliária - DOI.**

Assim o disseram do que dou fé. A pedido das partes, lavrei esta escritura, a qual feita e lhes sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam declarando expressamente que dispensavam a presença de testemunhas instrumentárias, de acordo com a Norma XI, Seção II, Capítulo XVIII, do Provimento nº. 34/2000, da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado., conhecidos de mim, **Haildo Rodrigues Martins**, Tabelião, que a lavrei e dou fé. Em seguida estavam assinados: **P.P. JOÃO LUIZ PERUSSO, E HERCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA**, Traslada em seguida. Eu **Dinaura**, Tabelião, digitei, conferi, subscrevi, dato, dou fé e assino. Deste: R\$ 372,90 = 4.972,00 VRC; CPC. R\$ 3,70 = 49,33 VRC; Distribuição: R\$ 2,62 = 34,93 VRC; FUNREJUS: R\$ 160,00, Guia de Recolhimento nº. 198/02500050-6. Protocolado, sob nº. 026/2002, Livro 001, Protocolo de Escrituras.-.-.

Em testº. **Dinaura** da verdade.-

São João do Pinhal, 08 de novembro de 2.002.-



**Haildo Rodrigues Martins**  
Tabelião de Notas e Oficial de Registro Civil  
RG 2.165.380/Pr - CNJ 302.153.7/0-3

78019486/0001-05

S. JERÔNIMO DA SERRA TABELIONATO  
DE NOTAS E ANEXO.

Av: São Jerônimo, S/N

São João do Pinhal - Cep 86.273-000

São Jerônimo da Serra Pr.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Livro 003-N.-

Fls. 102 e Vº

78019486/0001-05

S. JERÔNIMO DA SERRA TABELIONATO  
DE NOTAS E ANEXO.

Av: São Jerônimo, S/N

São João do Pinhal - Cep 86.273-000

São Jerônimo da Serra Pr.

ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE POSSE DE  
IMÓVEL RURAL COM VENDAS DAS BENFEITORIAS,  
QUE ENTRE SI FAZEM: DR. JOÃO LUIZ PERUSSO E  
SUA ESPOSA TERESA CRISTINA SANTOS PERUSSO,  
AO SR. HERCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA,  
NO VALOR DE R\$ 10.000,00, COMO ADIANTE SE  
DECLARA:-

esta pública escritura de cessão de posse de imóvel rural com venda das benfeitorias  
virem, que aos oito (08) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e dois (2002),  
neste Distrito de São João do Pinhal, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra,  
Estado do Paraná, em Cartório, perante mim Haildo Rodrigues Martins, Tabelião,  
compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: de um lado, como  
outorgantes cedentes o Sr. DR. JOÃO LUIZ PERUSSO e sua esposa TERESA  
CRISTINA SANTOS PERUSSO, brasileiros, casados entre si, no regime de Comunhão  
de Bens, em data de 24 de setembro de 1.977, conforme Certidão de Casamento, sob  
nº. 26, Livro B-aux-1, do Cartório do Registro Civil da Lapa, Estado do Paraná, ele,  
advogado, nascido aos 15 de abril de 1.953, em São Jerônimo da Serra, Estado do  
Paraná, filho de Joel Perusso e dona Clarisse Perusso, portador da CI/RG. sob nº.  
935.896-SSP/PR., inscrito no CPF/MF. sob nº. 147.394.299-34., ela, comerciante,  
nascida aos 17 de março de 1.956, na Lapa, Estado do Paraná, filha de Jacir Carneiro  
dos Santos e dona Maria Theresa Carneiro Santos, portadora da CI/RG. sob nº.  
814.101-0-SSP/PR., inscrita no CPF/MF. sob nº. 001.736.999-10; residentes e  
domiciliados à Rua Pedro Ferreira da Costa, 549, na cidade de São Jerônimo da Serra,  
Estado do Paraná, e, de outro lado, como outorgado cessionário o Sr. HERCULES  
WILLIAM MARQUES FERREIRA, brasileiro, casado com Edeli Avila Marques  
Ferreira, no regime de Comunhão Universal de Bens, em data de 20 de fevereiro de  
1.981, conforme Certidão de Casamento, sob nº. 1.237, transcrito às fls. 045, do Livro  
B-43, do Cartório do Registro Civil da Sede da Comarca de Castro, Estado do Paraná,  
Engenheiro Civil, nascido aos 08 de março de 1.953, em Curitiba, Paraná, filho de  
Alvaro Marques Ferreira e dona Iní Massolin Ferreira, portador da CI/RG. sob nº.  
873.501-SSP/PR., inscrito no CPF/MF. sob nº. 081.517.099-87; residente e domiciliado  
à Rua Comendador Manoel Inácio, nº. 1.434, Vila Rio Branco, na cidade de Castro,  
Estado do Paraná, ora de passagem por este Distrito, todos conhecidos de mim Haildo  
Rodrigues Martins, Tabelião, conforme documentos apresentados e anteriormente  
mencionados, do que dou fé. E, pelos outorgantes cedentes me foi dito o seguinte:  
Que, por si e seus antecessores, se acham na posse mansa e pacífica, há mais de  
quarenta e um (41) anos, de uma área de terras rural com mais ou menos  
QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO MIL METROS QUADRADOS (  
484.000,00m²), ou sejam 48.45 há., ou ainda 20 (vinte) alqueires paulista., todos da  
GLEBA n.º 8 (oitto)., situada na Colônia São Jerônimo, no lugar "SERRINHA", e com  
as seguintes divisas e confrontações, a seguir: "de um lado, divide com Florencio  
Martins, de outro lado, com Jeronimo Coito, de outro lado, divide com Seikichi  
Yonekura, e por último lado, com pequena Estrada que vai a casa de Chica Ribas"  
Posse essa, adquirida pelos outorgantes cedentes., nos termos do Contrato Particular  
de Compromisso de Compra e Venda, lavrado em data de 21 de fevereiro de 1.992,  
firmado entre ambos, pelo preço de Cr\$ 6.000.000,00 (SEIS MILHÕES DE  
CRUZEIROS). Originária da Escritura Pública de Cessão de Direitos, lavrada nas  
Notas do Livro nº. 30, às fls. 31 Vº. à 32 Vº., no Tabelionato de São Jerônimo da Serra,  
Estado do Paraná, em data de 10 de dezembro de 1.956, posteriormente ratificada por



Colonização do Estado do Paraná, sob nº. 13/61, datada de 05.01.1961. Que essa posse tem sido exercida sem oposição de qualquer espécie, e os outorgantes cedentes, no mesmo imóvel, construíram benfeitorias. Que, assim como detêm por esta escritura e na melhor forma de direito, cedem e transferem ao outorgado cessionário **Hercules William Marques Ferrelra**, os seus direitos e ações decorrentes da dita posse, ao mesmo tempo em lhes vendem as benfeitorias existentes no mencionado imóvel, tudo pelo preço certo e previamente convencionado de **R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)**, que confessam receber neste ato, dele outorgado cessionário, em moeda corrente desta País, que contaram e acharam exata, da qual dão ao mesmo outorgado cessionário **Hercules William Marques Ferrelra**, plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, para nunca mais o repetirem, em tempo e sobre pretexto algum; subrogando-o, em consequência, em todos os direitos oriundos do exercício da mesma posse. Que, no entanto, caberá ao outorgado cessionário **Hercules William Marques Ferrelra**, a boa ou má liquidação dos direitos cedidos. Fica o ora outorgado cessionário, **Hercules William Marques Ferrelra**, investido no direito de habilitar-se à obtenção do título de propriedade junto ao órgão estadual ou federal competente; ou ainda através de ação de usucapião, em Juízo, Pelo outorgado cessionário, **Hercules William Marques Ferrelra**, me foi dito que aceitava esta escritura em todos os seus expressos termos. **Será emitida Declaração Sobre Operação Imobiliária - DOI.** Assim o disseram do que dou fé. A pedido das partes, lavrei esta escritura, a qual feita e lhes sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam declarando expressamente que dispensavam a presença de testemunhas instrumentárias, de acordo com a Norma XI, Seção II, Capítulo XVIII, do Provimento nº. 34/2000, da Corregedoria Geral da Justiça, deste Estado., conhecidos de mim, Haildo, Haildo Rodrigues Martins, Tabelião, que a lavrei e dou fé. Deste: R\$ 229,50 = 3.060,00 VRC; CPC: R\$ 3,70 = 49,33 VRC; Distribuição: R\$ 2,62 = 34,93 VRC; FUNREJUS: R\$ 20,00, Guia de Recolhimento nº. 198/02500060-5. Protocolado, sob nº. 027/2002, Livro 001, Protocolo de Escrituras.

Em testº. Haildo da verdade.-

São João do Pinhal, 08 de novembro de 2.002.



Haildo Rodrigues Martins  
Tabelião e Oficial do Registro Civil  
RUA 193, 264 F. CEP. 302.51.719

78019486/0001-05

S. JERÔNIMO DA SERRA TABELIONATO  
DE NOTAS E ANEXO.

Av: São Jerônimo, S/N

São João do Pinhal - Cep 86.273-000

São Jerônimo da Serra Pr.





## INFORMAÇÃO Nº 224

Protocolo nº 9.678.209-8 – SID- Hercules Willian Marques Ferreira

Senhor Diretor

Verificando junto aos registros cadastrais existentes neste ITC/DITER, sobre os lotes aqui objetivados temos a informar o seguinte:

- O lote nº 03 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 337,0298 ha, localizado no Município de Sapopema, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 519, protocolo nº 11.908.281-1 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 12.225 no Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

- O lote nº 10 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 20,4651 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 497, protocolo nº 10.671.632-3 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 8.231 no Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.

- O lote nº 19 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 0,4836 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 497, protocolo nº 10.671.632-3 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 8.240 no Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.

Efetuamos vistoria nas unidades rurais aqui objetivadas (laudos anexos).

Tendo em vista tratar de área acima de 100 ha, há necessidade de previa Autorização Legislativa para Alienação ao requente, conforme estabelece o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

ITC/DITER 24 / 05/2013



Albari Sebastião Lejambre  
Técnico de Assuntos Fundiários



STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA  
< RLIMITE > - RELATORIO DE LIMITES

05/06/  
STTPP  
CELEPAR



- FORNECER:

- NOME TITULADO = HERCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA

+-----+  
| NAO EXISTEM TITULADOS COM ESTE NOME  
+-----+

COMANDO: .....

-----  
AJUDA - PF1<?>      VOLTA - PF2<V>      MENU - PF3<M>      FIM - PF4<F>

**INFORMAÇÃO 234/2013**

**Protocolo nº 9.678.209-8 \_SID\_ HERCULES WILLIAN MARQUES FERREIRA**  
**Data: 10/08/2007**

Encaminhamos ao ITC/AJ, para pronunciamento e  
parecer, conforme informação de nº 224 as fls 13 e 14.



**Dep. Reg. Fund. em 05/06/2013**  
**Silvana Katerenhuk – Técnico de Assuntos Fundiários**





Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

Protocolo nº 9.678.209-8

Interessado: Hercules Willian Marques Ferreira

Assunto: Requer Regularização Dominial de Área Rural

AO DITER / ITC

Senhor Diretor, para que possamos efetuar o encaminhamento do presente processo ao Senhor Governador do Estado, necessitamos que algumas providências sejam tomadas, pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná – ITC, tais como:

1. Complementar a instrução do processo com as juntadas dos Laudos Técnicos dos Imóveis objeto do presente requerimento, elaborado por profissional habilitado.
2. Inserir nos Laudos de Vistorias, os Croquis dos Lotes que constituem os seus objetos, constando nos mesmos os nomes completos dos seus Confrontantes, objetivando atender as novas exigências dos Cartórios de Registro de Imóveis.

Após, retorne para os devidos encaminhamentos.

Curitiba, 06 de Junho de 2013.

**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR 9733**

## LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA

### 1.0. Identificação do Requerente:

- 1.1. Nome: Hercules Wiliam Marques Ferreira
- 1.2. End: Reside em Castro.
- 1.3. CPF/MF: n.081.517.099-87
- 1.4. RG/SSP/PR/ n.873.501
- 1.5. Profissão: Pecuaria

### 2.0 Dados e Características da Propriedade :

#### 2.1. Lote/Área / Município - Comarca:

| Lote | Área(ha)    | Município - Comarca                           |
|------|-------------|---|
| 03   | 337,0298 ha | Sapopema - Curiúva                            |
| 10   | 20,4651 ha  | São Jerônimo da Serra – São Jerônimo da Serra |
| 19   | 0,4836 ha   | São Jerônimo da Serra – São Jerônimo da Serra |

- 2.2. Localização: Colônia São Jerônimo da Serra. Gleba 08 e 09.

- 2.3. Acesso ao imóvel: Rod. PR – 090, Km 279, entrar à direita a 01 km , sentido Sapopema – São Jerônimo da Serra.

### 3.0. Aspectos Físicos da Propriedade:

- 3.1. UTM: 0540942/7369582.
- 3.2. Hidrografia: córrego sem denominação.
- 3.3. Relevo: topografia ondulada.
- 3.4. Solo: Neossolo.
- 3.5. Classificação das terras: Classe III : Apresentam limitações que restringem a seleção de plantas que requerem práticas especiais de conservação. Podem ser usadas regularmente para culturas anuais , mas apresentam maiores limitações de uso que a classe II. Indicado para pastagens e reflorestamentos

### 4.0. Aspectos Econômicos:

- 4.1. Benfeitorias: 02 casas de alvenaria de 15 x 12 m e 08 x 10 m respectivamente,01 barracão em madeira de 20 x 15 m ,01 curral de 30 x 30 m e 01 aprisco para ovinos de 08 x 10 m.
- 4.2. Implementos: 01 trator Agrale com implementos,01 grade niveladora 01 carreta para semeadura.



#### **5.0. Atividades Agropecuárias:**

Todo o imóvel encontra-se ocupado com pastagens e está delimitado por cercas e piquetes que se encontram em bom estado de conservação. Observando-se no dia da vistoria, um trator executando trabalhos de recuperação da área. O proprietário informou possuir 232 cabeças de gado, 89 cabeças de ovinos, 20 cabeças de eqüinos e avicultura de subsistência.

#### **6.0. Aspectos Ambientais:**

As áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente já foram devidamente demarcadas/allocadas, conforme consta em planta anexa ao processo.

#### **7.0. Relações Trabalhistas:**

No local reside 01 trabalhador rural, o Sr. Paulo José Sutil, que trabalha devidamente registrado e de acordo com as leis trabalhistas.

#### **8.0. Parecer Técnico:**

A propriedade é administrada e utilizada de acordo com a sua capacidade produtiva e obedece à legislação ambiental e trabalhista, portanto está apta à regularização fundiária.

Curitiba, 25 de julho de 2013.

Patrícia Moreira Marques Rodrigues  
Engenheira Agrônoma  
Crea – PR n.48861/D



Curitiba, 06 de junho de 2012.

Prot. 34.161.1.B

**IMÓVEL:** Uma área de terreno rural com 337,0298; ha, Lote 03, situado no lugar denominado Colônia São Jerônimo, parte das glebas 08 e 09, no Município de Saponema-PR, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se se no marco denominado 'CBBPD219', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=540197.392 m e N=7372185.252 m dividindo-o com o Lote 06; Daí segue confrontando com Lote 06 com o azimuth de 127°37'28" e a distância de 370.01 m até o marco 'CBBMD205' (E=540490.449 m e N=7371959.369 m); Daí segue confrontando com Lote 06 com o azimuth de 93°44'24" e a distância de 7.17 m até o marco 'CBBPD224' (E=540497.599 m e N=7371958.902 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 106°31'09" e a distância de 26.65 m até o marco 'CBBPD225' (E=540523.146 m e N=7371951.325 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 76°43'21" e a distância de 145.60 m até o marco 'CBBPD226' (E=540664.856 m e N=7371984.765 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 72°42'47" e a distância de 38.68 m até o marco 'CBBPD227' (E=540701.784 m e N=7371996.258 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 92°17'23" e a distância de 45.89 m até o marco 'CBBPD228' (E=540747.634 m e N=7371994.424 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 145°49'39" e a distância de 48.68 m até o marco 'CBBPD229' (E=540774.980 m e N=7371954.145 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 128°15'10" e a distância de 71.86 m até o marco 'CBBPD230' (E=540831.407 m e N=7371909.657 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 133°46'11" e a distância de 65.27 m até o marco 'CBBPD231' (E=540878.540 m e N=7371864.505 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 138°35'29" e a distância de 71.11 m até o marco 'CBBPD232' (E=540925.575 m e N=7371811.171 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 120°05'12" e a distância de 32.51 m até o marco 'CBBPD233' (E=540953.705 m e N=7371794.873 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 116°21'10" e a distância de 55.53 m até o marco 'CBBPD234' (E=541003.462 m e N=7371770.225 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 115°30'27" e a distância de 110.74 m até o marco 'CBBPD235' (E=541103.410 m e N=7371722.536 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimuth de 169°13'25" e a distância de 27.04 m até o marco 'CBBMD201' (E=541122.268 m e N=7371699.641 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimuth de 169°13'25" e a distância de 27.05 m até o marco 'CBBMD203' (E=541127.323 m e N=7371673.323 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimuth de 192°25'31" e a distância de 33.69 m até o marco 'CBBMD200' (E=541120.074 m e N=7371640.181 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimuth de 184°25'52" e a distância de 23.43 m até o marco 'CBBMD199' (E=541118.264 m e N=7371616.824 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimuth de 150°29'41" e a distância de 22.26 m até o marco 'CBBMD198' (E=541129.226 m e N=7371597.453 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A. OFICIAL  
Sócio da Empresa de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta cópia confere com original  
O referido é verdade e dou fe  
Curitiba, 21.08.2012

Souza  
REGISTRADORA

ITC  
Fls. 20  
32  
+





## Continuação:

azimute de  $134^{\circ}47'19''$  e a distância de 93.11 m até o marco 'CBBMD197' (E=541195.534 m e N=7371531.861 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $147^{\circ}26'27''$  e a distância de 24.90 m até o marco 'CBBMD196' (E=541208.704 m e N=7371510.875 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $163^{\circ}13'22''$  e a distância de 27.35 m até o marco 'CBBMD195' (E=541216.599 m e N=7371484.688 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $145^{\circ}40'07''$  e a distância de 25.50 m até o marco 'CBBMD194' (E=541230.980 m e N=7371463.631 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $135^{\circ}31'23''$  e a distância de 94.81 m até o marco 'CBBMD193' (E=541297.406 m e N=7371395.981 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $162^{\circ}11'16''$  e a distância de 20.51 m até o marco 'CBBMD192' (E=541303.681 m e N=7371376.451 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $187^{\circ}21'48''$  e a distância de 52.33 m até o marco 'CBBMD191' (E=541296.975 m e N=7371324.557 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $157^{\circ}09'32''$  e a distância de 25.55 m até o marco 'CBBMD190' (E=541306.891 m e N=7371301.015 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $139^{\circ}59'53''$  e a distância de 25.81 m até o marco 'CBBMD189' (E=541323.482 m e N=7371281.244 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $110^{\circ}28'12''$  e a distância de 55.18 m até o marco 'CBBMD188' (E=541375.182 m e N=7371261.945 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $143^{\circ}21'45''$  e a distância de 65.05 m até o marco 'CBBMD187' (E=541414.000 m e N=7371209.748 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $124^{\circ}11'43''$  e a distância de 25.29 m até o marco 'CBBMD186' (E=541434.916 m e N=7371195.536 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $115^{\circ}24'57''$  e a distância de 24.37 m até o marco 'CBBMD185' (E=541456.929 m e N=7371185.076 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $943^{\circ}28'47''$  e a distância de 46.62 m até o marco 'CBBMD184' (E=541503.402 m e N=7371181.435 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $83^{\circ}57'27''$  e a distância de 50.55 m até o marco 'CBBMD183' (E=541553.670 m e N=7371186.756 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $77^{\circ}18'36''$  e a distância de 25.26 m até o marco 'CBBMD182' (E=541578.313 m e N=7371192.305 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $87^{\circ}02'24''$  e a distância de 45.98 m até o marco 'CBBMD181' (E=541624.227 m e N=7371194.679 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $112^{\circ}06'25''$  e a distância de 44.94 m até o marco 'CBBMD180' (E=541665.864 m e N=7371177.766 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $121^{\circ}39'29''$  e a distância de 43.77 m até o marco 'CBBMD179' (E=541703.120 m e N=7371154.794 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $108^{\circ}09'13''$  e a distância de 25.38 m até o marco 'CBBMD178' (E=541727.238 m e N=7371146.886 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $128^{\circ}21'23''$  e a distância de 71.45 m até o marco 'CBBMD177' (E=541783.270 m e N=7371102.545 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $144^{\circ}25'58''$  e a distância de 19.59 m até o marco 'CBBMD176' (E=541794.666 m e N=7371086.608 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $166^{\circ}17'28''$  e a distância de 48.92 m até o marco 'CBBMD174' (E=541006.259 m e N=7371039.084 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de  $145^{\circ}44'58''$  e

REGISTRO DE IMÓVEIS

Vanil de Oliveira Souza

A. OFICIAL

Substituto Luciano de Oliveira

ESC. JURAMENTADO

COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta copia confere com original  
O referido é verdade e dou fé  
Curitiba, 21 de agosto de 2012.

*[Assinatura]*  
REGISTRO DE IMÓVEIS





## Continuação:

a distância de 172.85 m até o marco 'CBBMD173' (E=541759.343 m e N=7370872.725 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimuth de 171°14'52" e a distância de 18.28 m até o marco 'CBBMD172' (E=541762.125 m e N=7370854.655 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimuth de 158°41'11" e a distância de 86.43 m até o marco 'CBBMD171' (E=541793.538 m e N=7370774.141 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimuth de 140°51'14" e a distância de 10.50 m até o marco 'CBBMD151' (E=541800.169 m e N=7370765.995 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimuth de 132°55'00" e a distância de 40.36 m até o marco 'CBBMD152' (E=541826.699 m e N=7370735.571 m); Daí segue confrontando com o Lote 04 com o azimuth de 177°33'34" e a distância de 37.38 m até o marco 'CBBMD153' (E=541828.286 m e N=7370698.220 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 236°47'33" e a distância de 29.33 m até o marco 'CBBPD928' (E=541762.845 m e N=7370637.114 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 270°00'00" e a distância de 44.01 m até o marco 'CBBPD927' (E=541718.838 m e N=7370637.114 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 279°14'16" e a distância de 36.87 m até o marco 'CBBPD926' (E=541682.447 m e N=7370643.032 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 308°07'54" e a distância de 30.12 m até o marco 'CBBPD925' (E=541658.751 m e N=7370661.634 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 285°14'29" e a distância de 19.30 m até o marco 'CBBPD923' (E=541640.133 m e N=7370666.707 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 278°57'53" e a distância de 21.70 m até o marco 'CBBPD922' (E=541618.694 m e N=7370670.089 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 255°09'16" e a distância de 42.90 m até o marco 'CBBPD924' (E=541577.225 m e N=7370659.097 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 234°16'17" e a distância de 26.06 m até o marco 'CBBPD920' (E=541556.068 m e N=7370643.878 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 201°03'18" e a distância de 23.56 m até o marco 'CBBPD919' (E=541547.605 m e N=7370621.895 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 208°37'58" e a distância de 31.79 m até o marco 'CBBPD918' (E=541532.372 m e N=7370593.993 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 219°07'12" e a distância de 17.44 m até o marco 'CBBPD917' (E=541521.370 m e N=7370580.465 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 229°01'02" e a distância de 25.78 m até o marco 'CBBPD915' (E=541501.905 m e N=7370563.554 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 251°24'19" e a distância de 18.85 m até o marco 'CBBPD916' (E=541484.039 m e N=7370557.544 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 259°13'32" e a distância de 68.42 m até o marco 'CBBPD914' (E=541416.828 m e N=7370544.753 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimuth de 263°17'40" e a distância de 49.28 m até o marco 'CBBPD913' (E=541367.883 m e N=7370538.999 m); Daí segue confrontando





## Continuação:

com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimute de  $219^{\circ}38'14''$  e a distância de 47.95 m até o marco 'CBBPD912' (E=541337.297 m e N=7370502.075 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimute de  $258^{\circ}00'41''$  e a distância de 50.44 m até o marco 'CBBPD911' (E=541287.958 m e N=7370491.598 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimute de  $222^{\circ}12'41''$  e a distância de 24.77 m até o marco 'CBBPD910' (E=541271.317 m e N=7370473.253 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Cedro com o azimute de  $195^{\circ}04'55''$  e a distância de 30.87 m até o marco 'CBBPD909' (E=541263.283 m e N=7370443.442 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $295^{\circ}37'56''$  e a distância de 38.29 m até o marco 'CBBPD908' (E=541228.764 m e N=7370460.004 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $270^{\circ}00'00''$  e a distância de 69.62 m até o marco 'CBBPD907' (E=541159.142 m e N=7370460.004 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $286^{\circ}41'05''$  e a distância de 51.92 m até o marco 'CBBPD906' (E=541109.412 m e N=7370474.910 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $310^{\circ}24'00''$  e a distância de 44.08 m até o marco 'CBBPD905' (E=541075.844 m e N=7370503.478 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $321^{\circ}01'06''$  e a distância de 75.10 m até o marco 'CBBPD904' (E=541028.600 m e N=7370561.857 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $284^{\circ}01'26''$  e a distância de 15.38 m até o marco 'CBBPD903' (E=541013.681 m e N=7370565.583 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $265^{\circ}46'27''$  e a distância de 58.00 m até o marco 'CBBPD902' (E=540955.837 m e N=7370561.309 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $277^{\circ}37'35''$  e a distância de 62.08 m até o marco 'CBBPD901' (E=540894.309 m e N=7370569.548 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $288^{\circ}38'31''$  e a distância de 51.55 m até o marco 'CBBPD900' (E=540845.467 m e N=7370586.025 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $307^{\circ}38'24''$  e a distância de 91.32 m até o marco 'CBBPD889' (E=540773.155 m e N=7370641.793 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $276^{\circ}50'12''$  e a distância de 31.94 m até o marco 'CBBPD888' (E=540741.439 m e N=7370645.595 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $302^{\circ}52'51''$  e a distância de 38.52 m até o marco 'CBBPD887' (E=540709.089 m e N=7370666.508 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água do Salto com o azimute de  $288^{\circ}15'13''$  e a distância de 49.71 m até o marco 'CBBMD154' (E=540661.879 m e N=7370682.079 m); Daí segue confrontando com Lote 02 com o azimute de  $297^{\circ}56'14''$  e a distância de 48.18 m até o marco 'CBBMD155' (E=540619.315 m e N=7370704.651 m); Daí segue confrontando com Lote 02 com o azimute de  $260^{\circ}07'31''$  e a distância de 202.59 m até o marco 'CBBMD156' (E=540419.728 m e N=7370669.908 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimute de  $207^{\circ}34'24''$  e a distância de 36.40 m até o marco 'CBBPD886' (E=540402.878 m e N=7370637.641 m); Daí segue confrontando com a

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A. OFICIAL  
Sobador Bruno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta cópia confere com original  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21 de maio de 2012.

*[Assinatura]*  
REGISTRADORA

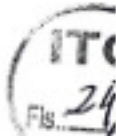
DIRETORIA LEGAL  
35  
4





## Continuação:

jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $194^{\circ}45'24''$  e a distância de 29.45 m até o marco 'CBBPD885' (E=540395.377 m e N=7370609.163 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $175^{\circ}13'55''$  e a distância de 36.10 m até o marco 'CBBPD884' (E=540398.378 m e N=7370573.191 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $153^{\circ}24'51''$  e a distância de 26.82 m até o marco 'CBBPD883' (E=540410.380 m e N=7370549.210 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $169^{\circ}12'21''$  e a distância de 32.04 m até o marco 'CBBPD882' (E=540416.381 m e N=7370517.734 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $183^{\circ}00'56''$  e a distância de 28.52 m até o marco 'CBBPD881' (E=540414.880 m e N=7370489.256 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $223^{\circ}17'27''$  e a distância de 35.01 m até o marco 'CBBPD880' (E=540390.877 m e N=7370463.776 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $201^{\circ}27'56''$  e a distância de 45.10 m até o marco 'CBBPD879' (E=540374.374 m e N=7370421.809 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $180^{\circ}00'00''$  e a distância de 74.94 m até o marco 'CBBPD878' (E=540374.374 m e N=7370346.867 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $199^{\circ}48'57''$  e a distância de 39.83 m até o marco 'CBBPD877' (E=540360.872 m e N=7370309.396 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $180^{\circ}00'00''$  e a distância de 44.97 m até o marco 'CBBPD876' (E=540360.872 m e N=7370264.431 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $217^{\circ}05'17''$  e a distância de 65.95 m até o marco 'CBBPD875' (E=540321.099 m e N=7370211.819 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água do Xaxim com o azimuth de  $149^{\circ}00'35''$  e a distância de 93.68 m até o marco 'CBBPD874' (E=540369.334 m e N=7370131.513 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimuth de  $261^{\circ}28'37''$  e a distância de 79.70 m até o marco 'CBBPD873' (E=540290.517 m e N=7370119.701 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimuth de  $247^{\circ}33'20''$  e a distância de 110.86 m até o marco 'CBBPD872' (E=540188.056 m e N=7370077.377 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimuth de  $222^{\circ}41'21''$  e a distância de 68.29 m até o marco 'CBBPD870' (E=540141.752 m e N=7370027.178 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimuth de  $270^{\circ}00'00''$  e a distância de 54.19 m até o marco 'CBBPD869' (E=540087.566 m e N=7370027.178 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimuth de  $258^{\circ}46'32''$  e a distância de 146.64 m até o marco 'CBBPD868' (E=539943.726 m e N=7369998.633 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimuth de  $286^{\circ}24'28''$  e a distância de 97.57 m até o marco 'CBBPD867' (E=539850.132 m e N=7370026.193 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimuth de  $271^{\circ}48'52''$  e a distância de 91.68 m até o marco 'CBBPD866' (E=539758.498 m e N=7370029.096 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimuth de  $291^{\circ}16'07''$  e a distância de 64.58 m até o marco 'CBBPD865' (E= 539698.321 m e







## Continuação:

N=7370052.520 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 275°39'15" e a distância de 87.17 m até o marco 'CBBPD864' (E=539611.572 m e N=7370061.109 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 250°08'59" e a distância de 83.73 m até o marco 'CBBPD863' (E=539532.817 m e N=7370032.677 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 270°00'00" e a distância de 13.14 m até o marco 'CBBPD862' (E=539519.676 m e N=7370032.677 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 239°46'00" e a distância de 21.47 m até o marco 'CBBPU651' (E=539501.123 m e N=7370021.865 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 309°00'34" e a distância de 36.81 m até o marco 'CBBPD859' (E=539472.521 m e N=7370045.034 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 272°43'26" e a distância de 32.50 m até o marco 'CBBPD858' (E=539440.054 m e N=7370046.579 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 237°39'47" e a distância de 92.41 m até o marco 'CBBPU890' (E=539361.978 m e N=7369997.151 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 260°41'33" e a distância de 230.73 m até o marco 'CBBPD855' (E=539134.290 m e N=7369959.835 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 302°13'07" e a distância de 47.11 m até o marco 'CBBPD854' (E=539094.431 m e N=7369984.954 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Caviuna com o azimute de 294°25'27" e a distância de 103.72 m até o marco 'CBBPD850' (E=538999.996 m e N=7370027.839 m); Daí segue confrontando com Lote 02 com o azimute de 278°08'43" e a distância de 157.37 m até o marco 'CBBMD143' (E=538844.213 m e N=7370050.136 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 41°05'21" e a distância de 19.84 m até o marco 'CBBpc319' (E=538857.252 m e N=7370065.088 m); Daí segue confrontando com Lote 19 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 51°45'26" e a distância de 95.17 m até o marco 'CBBPN479' (E=538932.000 m e N=7370124.000 m); Daí segue confrontando com Lote 19 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 26°04'50" e a distância de 211.54 m até o marco 'CBBpc328' (E=539025.000 m e N=7370314.000 m); Daí segue confrontando com Lote 19 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 24°15'41" e a distância de 83.77 m até o marco 'CBBpc401' (E=539059.419 m e N=7370390.367 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 48°41'59" e a distância de 27.67 m até o marco 'CBBPD186' (E=539080.207 m e N=7370408.630 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 17°11'09" e a distância de 69.09 m até o marco 'CBBPD187' (E=539100.620 m e N=7370474.631 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 322°05'34" e a distância de 3.32 m até o marco 'CBBpc179' (E=539098.579 m e N=7370477.252 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 24°15'41" e a distância de 54.57 m até o marco 'CBBpc167' (E=539121.000 m e N=7370527.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 41°54'44" e a distância de 170.66 m até o marco 'CBBpc327' (E=539235.000 m e

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Substituto Bruno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

esta nota, comparecerá o Oficial  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21.1.03 12.12.

*[Assinatura]*  
Vanil de Oliveira Souza





## Continuação:

N=7370654.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 30°43'39" e a distância de 166.36 m até o marco 'CBBpc168' (E=539320.000 m e N=7370797.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 24°28'25" e a distância de 159.31 m até o marco 'CBBPZ076' (E=539386.000 m e N=7370942.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 25°54'23" e a distância de 155.64 m até o marco 'CBBPU918' (E=539454.000 m e N=7371082.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 22°05'14" e a distância de 148.93 m até o marco 'CBBPZ075' (E=539510.000 m e N=7371220.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 28°30'40" e a distância de 184.36 m até o marco 'CBBPU919' (E=539598.000 m e N=7371382.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 26°13'19" e a distância de 224.06 m até o marco 'CBBPZ074' (E=539697.000 m e N=7371583.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 0°00'00" e a distância de 27.00 m até o marco 'CBBPU920' (E=539697.000 m e N=7371610.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 21°43'38" e a distância de 143.17 m até o marco 'CBBpc177' (E=539750.000 m e N=7371743.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 43°21'48" e a distância de 123.46 m até o marco 'CBBpc314' (E=539834.773 m e N=7371832.759 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 54°43'03" e a distância de 142.38 m até o marco 'CBBpc405' (E=539951.000 m e N=7371915.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 53°55'39" e a distância de 186.82 m até o marco 'CBBpc404' (E=540102.000 m e N=7372025.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 32°08'40" e a distância de 174.79 m até o marco 'CBBpc316' (E=540195.000 m e N=7372173.000 m); Daí segue confrontando com Lote 10 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 11°02'50" e a distância de 12.48 m até o marco 'CBBPD219' (E=540197.392 m e N=7372185.252 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 337.0298 ha. (Conforme Memorial Descritivo devidamente assinado pelo Engenheiro Civil Carlos Roberto Fernandes Pinto CREA - PR-13757/D). Registro anterior não consta - Terras devoluta. **PROPRIETÁRIO: O ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76416940/0001-28, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, Palácio das Araucárias em Curitiba-PR. **O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ: Curitiba, 06 de junho de 2012. A OFICIAL:** *Vanil de Oliveira Souza*

**R-01-M-12.225. PROT.34.161.1B.06.06.2012** - O imóvel desta matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Curitiba-PR, Dr. Alexandre Barbosa Fabiani, nos autos nº 119/1979, de Ação Discriminatória que tramitou naquela Vara, Senten-



MATRÍCULA

12.225

FOLHA

04vº

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



Registro de Imóveis

Bel. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 465 231 039-00

FONE (43) 3545-1313 - CURITIBA - PARANÁ

## Continuação:

ça confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo-lhe, por consequência atribuído o domínio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº 619/2011 de 01 de setembro de 2011, do Juízo de Direito da Comarca de Curitiba, expedido nos autos da referida ação. Sem custas. Funrejus Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. **O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ.** Curitiba, 06 de junho de 2012. A

Oficial:



em nome do Estado do Paraná  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21 / 08 / 2012

39  
4

SEEG  
CTL  
28  
Fls. WADA



PÁGINA EM BRANCO





REGISTRO DE IMOVEIS  
Maria Socirio de Carvalho  
OFICIAL - CPF 258.945.019-38  
Oswaldo Aíram de Mello Moraes  
ANTECESSOR - CPF 095.552.239-49  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL  
LIVRO Nº 2

MATRÍCULA  
=8.231=

FICHA  
=1=

RUBRICA

ITC

Fls. 29

ITC

Fls. 30

MATRÍCULA nº 8.231

Protocolo nº 69.440 - Em 11 de março de 2010 - IMÓVEL (RURAL)  
CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS 8 e 9 DENOMINADO LOTE  
10, da Colonia São Jerônimo - com a área de 20.4651 hectares, situado neste Município e  
Comarca de São Jerônimo da Serra Estado do Paraná, compreendido dentro das seguintes divisas,  
metragens e confrontações: Inicia-se no marco denominado 'CBBMD142', georreferenciado  
no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano  
Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=540080.875 m e N= 7372275.061 m dividindo-o  
com o Lote 11; Dai segue confrontando com o Lote 11 com o azimuth de 127°37'28" e a  
distancia de 147.11 m até o marco 'CBBPD219' (E=540197.392 m e N=7372185.252 m);  
Dai segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 191°02'50" e a  
distancia de 12.48 m até o marco 'cbbpc316' (E=540195.000 m e N=7372173.000 m); Dai  
segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 212°08'40" e a  
distancia de 174.79 m até o marco 'cbbpc404' (E=540102.000 m e N= 7372025.000 m);  
Dai segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 233°55'39" e  
a distancia de 186.82 m até o marco 'cbbpc405' (E=539951.000 m e N=7371915.000 m);  
Dai segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 234°43'03" e  
a distancia de 42.38 m até o marco 'cbbpc314' (E=539834.773 m e N=7371832.759 m); Dai  
segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 223°21'48" e a  
distancia de 123.46 m até o marco 'cbbpc177' (E=539750.000 m e N=7371743.000 m); Dai  
segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema como azimuth de 201°43'38" e a  
distancia de 143.17 m até o marco 'CBBPU920' (E=539697.000 m e N=7371610.000 m);  
Dai segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 180°00'00" e a  
distancia de 27.00 m até o marco 'CBBPZ074' (E=539697.000 m e N= 7371583.000 m);  
Dai segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de  
206°13'19" e a distancia de 224.06 m até o marco 'CBBPU919' (E=539598.000 m e  
N=7371382.000 m); Dai segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o  
azimuth de 208°30'40" e a distancia de 184.36 m até o marco 'CBBPZ075'  
(E=539510.000 m e N=7371220.000 m); Dai segue confrontando com Lote 03 - Município  
de Sapopema com o azimuth de 202°05'14" e a distancia de 148.93 m até o marco  
'CBBPU918' (E=539454.000 m e N=7371082.000 m); Dai segue confrontando com Lote  
03 - Município de Sapopema com o azimuth de 205°54'23" e a distancia de 155.64 m até o  
marco 'CBBPZ076' (E=539386.000 m e N=7370942.000 m); Dai segue confrontando com  
Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 204°28'25" e a distancia de 159.31 m  
até o marco 'cbbpc168' (E=539320.000 m e a N=7370797.000 m); Dai segue confrontando  
com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 210°43'39" e a distancia de  
166.36 m até o marco 'cbbpc327' (E=539235.000 m e N=7370654.000 m); Dai segue  
confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 221°54'44" e a  
distancia de 170.66 m até o marco 'cbbpc167' (E=539121.000 m e N=7370527.000 m);  
Dai segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de 204°15'41" e a  
distancia de 54.57 m até o marco 'cbbpc179' (E=539098.579 m e N=7370477.252 m);  
Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 322°05'34" e a distancia de  
13.00 m até o marco 'CBBPD188' (E=539029.155 m e N=7370566.407 m); Dai segue  
confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 36°17'30" e a distancia de 163.32 m  
até o marco 'CBBPD189' (E=539125.825 m e N=7370698.047 m); Dai segue confrontando  
com Estrada Vicinal com o azimuth de 38°25'11" e a distancia de 106.56 m até o marco  
'CBBPD190' (E=539192.045 m e N=7370781.537m); Dai segue confrontando com Estrada  
Vicinal com o azimuth de 37°48'38" e a distancia de 244.32m até o marco 'CBBPD191'  
(E=539341.825 m e N=7370974.558 m); Dai segue confrontando com Estrada  
Vicinal com o azimuth de 40°11'21" e a distancia de 105.47 m até o marco  
segue no verso.



'CBBPD192' (E=539409.884 m e N=7371055.126 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 40°32'14" e a distancia de 82.28 m até o marco 'CBBPD193' (E=539463.360 m e N=7371117.656 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 6°18'01" e a distancia de 88.36 m até o marco 'CBBPD194' (E=539473.057 m e N=7371205.481 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 6°18'01" e a distancia de 99.82 m até o marco 'CBBPD195' (E=539484.011 m e N=7371304.702 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 18°57'33" e a distancia de 145.03 m até o marco 'CBBPD196' (E=539531.131 m e N=7371441.866m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 23°17'01" e a distancia de 155.66 m até o marco 'CBBPD197' (E=539592.662m e N=7371584.850 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 22°18'27" e a distancia de 128.18 m até o marco 'CBBPD198' (E=539641.315 m e N=7371703.434 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 21°16'22" e a distancia de 90.54 m até o marco 'CBBPD199' (E=539674.163 m e N=7371787.804m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 19°18'14" e a distancia de 86.07 m até o marco 'CBBPD768' (E=539702.615 m e N=7371869.034 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 69°09'25" e a distancia de 52.03 m até o marco 'CBBPD200' (E=539751.241 m e N=7371887.547 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 83°39'02" e a distancia de 98.60 m até o marco 'CBBPD769' (E=539849.238 m e N=7371898.451 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 9°02'21" e a distancia de 68.40 m até o marco 'CBBPD201' (E=539859.985 m e N=7371966.004 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 10°35'06" e a distancia de 55.19 m até o marco 'CBBPD770' (E=539870.122 m e N=7372020.252 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 315°47'11" e a distancia de 45.91 m até o marco 'CBBPD202' (E=539838.105 m e N=7372053.161 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 2°31'52" e a distancia de 64.32m até o marco 'CBBPD771' (E=539840.945 m e N=7372117.414 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 44°47'16" e a distancia de 36.01 m até o marco 'CBBPD203' (E=539866.314 m e N=7372142.972 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 53°46'58" e a distancia de 158.00m até o marco 'CBBPD204' (E=539993.785 m e N=7372236.325 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 60°08'05" e a distancia de 36.36 m até o marco 'CBBPD205' (E=540025.313 m e N=7372254.429 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 69°37'43" e a distancia de 59.27 m até o marco 'CBBMD142' (E=540080.875 m e N=7372275.061 m); inicio de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 20.4651 ha.- Curitiba 20 de abril de 2007 (a.) Carlos Roberto Fernandes Pinto - Engenheiro Civil/CREA Pr-13757/D.

Matricula aberta por força de Sentença Judicial - Autos sob nº 119/1979 - Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr. de 05 de junho de 1.995, confirmada pela Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que transitou em julgado em 06 de setembro de 2004. Registro Anterior Não Tem Terras devoluta. O referido é Verdade. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março de 2010.- c/sc.-

Oficial

R-1- 8.231 - Prot. - 69.440 - Em 11 de março 2010.

O imóvel desta Matricula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr., Doutor Alexandre Barbosa Fabiani, nos AUTOS Nº. 119/1979, de AÇÃO DISCRIMINATORIA que tramitou naquela Vara, Sentença essa confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em

segue na ficha n.2





*Maria Satirio de Carvalho*  
OFICIAL - CPF 258.945.919-30  
*Oswaldo Hiram de Mello Moraes*  
ANTECESSOR - CPF 095.552.339-49  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL

LIVRO Nº 2

MATRÍCULA

=8.231=

FICHA

=2=

RUBRICA

ITC

IT

.....sequencia da mat.8.231.....

06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do **ESTADO DO PARANÁ**, sendo - (lhe, por consequencia, atribuido o dominio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº. 1.520 de 28 de outubro de 2009, do Juízo de Direito da Comarca de Curiúva-PR, expedido nos Autos da referida ação. Sem custas. FUNREJUS Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março de 2010.-

Oficiala.-

A presente fotocópia - reprodução fiel do documento - arquivada no cartório.

31

07 06 2010

*Rosemari Nane Rother*  
Escrivania  
CPF 994 101 259-8



SEEG  
CTA  
FIS-  
MAPA



PÁGINA EM BRANCO





REGISTRO DE IMOVEIS  
**Maria Sônia de Carvalho**  
 OFICIAL - CPF 258.945.019-20  
**Oswaldo Aíram de Mello Moraes**  
 ANTECESSOR - CPF 005.552.238-49  
 SÃO JERÔNIMO DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL  
**LIVRO Nº 2**

FICHA  
 =1=  
 45

MATRÍCULA

=8.240=

RUBRICA

ITC

Fls. 33

ITC

Fls. 33

**MATRÍCULA nº 8.240**

Protocolo nº 69.440 - Em 11 de março de 2010 - IMÓVEL RURAL  
**CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS 8 e 9 DENOMINADO LOTE**  
**nº. 19**, da Colonia São Jerônimo - com a área de **0.4836 hectares**, situado neste  
 Município e Comarca de São Jerônimo da Serra Estado do Paraná, compreendido dentro das  
 seguintes divisas, metragens e confrontações conforme memorial descritivo elaborado pelo  
 - ITCG - Instituto de Terras Cartografias e Geociências do Estado do Paraná: Inicia-se  
 no marco denominado '**cbbpc401**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro,  
 DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM:  
 E=539059.419 m e N= 7370390.367 m dividindo-o com o Lote 03 - Município de  
 Sapopema; Dai segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema com o azimuth de  
 204°15'41" e a distancia de 83.77 m até o marco '**cbbpc328**' (E=539025.000 m e N  
 =7370314.000 m); Dai segue confrontando com Lote 03 - Município de Sapopema  
 com o azimuth de 206°04'50" e a distancia de 211.54 m até o marco '**CBBPN479**'  
 (E=538932.000 m e N=73770124.000 m); Dai segue confrontando com Lote 03 -  
 Município de Sapopema com o azimuth de 231°45'26" e a distancia de 95.17 m  
 até o marco '**cbbpc319**' (E=538857.252 m e N= 7370065.088 m); Dai segue confrontando  
 com Estrada Vicinal com o azimuth de 41°05'21" e a distancia de 91.63 m até o  
 marco '**CBBPD181**' (E=538917.473 m e N=7370134.148 m); Dai segue confrontando  
 com Estrada Vicinal com o azimuth de 32°49'23" e a distancia de 46.95 m até o  
 marco '**CBBPD182**' (E=538942.921 m e N=7370173.600 m); Dai segue confrontando  
 com Estrada Vicinal com o azimuth de 30°28'22" e a distancia de 55.56 m até o  
 marco '**CBBPD183**' (E=538971.097m e N=7370221.485 m); Dai segue confrontando com  
 Estrada Vicinal com o azimuth de 19°29'43" e a distancia de 65.85 m até o marco  
 '**CBBPD184**' (E=538993.073 m e N=7370283.561 m); Dai segue confrontando com  
 confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 19°29'39" e a distancia de  
 74.70 m até o marco '**CBBPD185**' (E=539018.002 m e N= 7370353.981 m); Dai segue  
 confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 48°41'59" e a distancia de  
 55.13 m até o marco '**cbbpc401**' (E=539059.419 m e N=7370390.367 m); inicio de  
 descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área  
 superficial de 27.4381 ha. Curitiba 20 de abril de 2007- (a.) Carlos Roberto Fernandes  
 Pinto - Engenheiro Civil CREA Pr-13757/D.-

- Matrícula aberta por força de Sentença Judicial - Autos sob nº.119/1979 - Vara  
 Cível da Comarca de Curiuva - Pr. de 05 de junho de 1995, confirmada pela  
 Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que transitou em julgado  
 em 06 de setembro de 2004. Registro Anterior - Não tem Terras devoluta.  
 O referido é Verdade. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março 2010,-  
 c/sc.

R-1- 8.240 - Prot. - 69.440

- Em 11 de março 2010.

O imóvel desta Matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05  
 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr.,  
 Doutor Alexandre Barbosa Fabiani, nos AUTOS Nº. 119/1979, de **ACÃO**  
**DISCRIMINATORIA** que tramitou naquela Vara, Sentença essa confirmada pelo  
 Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de  
 setembro de 2004, foi discriminada em favor do **ESTADO DO PARANÁ**, sendo - lhe  
 , por consequência, atribuído o domínio e propriedade do referido imóvel, para

segue no verso.

sequencia do R-1-8.240.

todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº 1.520 de 28 de outubro de 2009, do Juízo de Direito da Comarca de Curiúva-PR, expedido nos Autos da referida ação. Sem custas. FUNREJUS Isento. ITBI - Aquisição original Isento. DOU FÊ. São Jerônimo da Serra, 26 de março de 2010.-

Oficial

A presente fotocópia é reprodução fiel do

documento original.

07 06 2010

Secretaria  
CPF: 804.104.788-07





538825

539075



7370350

CBBPD185

Luiz Marçal Brasil

CBBPD184

Herd. de Malvina  
Mario de Lima

CBBPD183

Hércules Willian Marques Ferreira

CBBPD182

CBBPD181

7370100

231°49'26" 93.17m

CBBMD143

Diviso  
Municipal

Décio Mello Costa e Outros

Legenda:  
 Área de Preservação Permanente



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
 SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
 ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

IMÓVEL

Colônia São Jerônimo - Parte das Glebas 8 e 9  
 Lote 19

ÁREA (ha)

0.4836

PERÍMETRO (m)

780.20

DATUM

SAD-69

DATA

05/07

MUNICÍPIO - UF

São Jerônimo da Serra Paraná

ESCALA

1/2500

MERIDIANO CENTRAL

51°

RESP. TÉCNICO

Carlos Roberto F. Pinto  
 Crea Pr-13757-D

ARQUIVO

geral\_saojeronino.dwg

DESENHO

Luiz Octávio Elton



*INFORMAÇÃO Nº 342*

*PROTOCOLO Nº. 9.678.209 - 8 – SID – HERCULES WUILLIAN MARQUES FERREIRA.*

*Ao ITC/DIJUR.*

- *Atendendo solicitação contida às fls. 17 do presente Protocolado, estamos anexando o Laudo Técnico elaborado por Profissional Habilitado, bem como cópias das Plantas e Matrículas dos referidos lotes.*
- *Quanto aos Croquis dos lotes nos Laudos de Vistorias, acreditamos nser desnecessário, tendo em vista que os mesmos foram devidamente registrados ( matriculados ) recentemente junto as respectivas Comarcas.*

*ITC/ DITER, em 26 de julho de 2013*

*Roberto Alfredo Gomes*  
Diretor de Terras



Parecer nº 105/2013

Protocolo nº 9.678.209-8

Interessado: HERCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA

Assunto: Requer regularização dominial de área rural

**SENHOR DIRETOR PRESIDENTE**

**HÉRCULES WILLIAM MARQUES FERREIRA**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da CI.RG. nº 873.501/PR e inscrito no CPF sob o nº 081.517.099-87, residente e domiciliado no Município de Castro, requer, junto a este ITCG, a regularização dominial do "Lote nº. 3, com área de 337,0298 ha, localizado na Colônia São Jerônimo, parte das glebas nºs. 8 e 9, e situado no Município de Saponema; bem como a regularização dos Lotes nºs. 10 e 19, parte também das supramencionadas glebas, com as respectivas áreas de 20,4651 ha e 0,4836 ha, estes, localizados no Município de São Jerônimo da Serra."

Através da vistoria "in loco", levada a efeito sobre as áreas pretendidas à aquisição pelo requerente, se constatou que ele mantém sobre estas uma ocupação de forma mansa, efetiva e pacífica, tornando-as produtivas com a força do seu trabalho e de sua família.



Nestes termos, se condiciona à aquisição de dominialidade de acordo com a Legislação de Terras em vigor no Estado do Paraná, Lei 7055/1978, nos termos dos seus arts. 27, e 33, inciso III, *in verbis*.

"Art. 27 – As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Art. 33 – As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

(...)

III – para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril."

Entretanto, a extensão total das áreas, 357,9785 ha, se apresenta como fator impeditivo de aquisição de Terras Devolutas do Estado do Paraná, nos termos da Lei de Terras supra mencionada, visto que extrapola o limite legal imposto por este diploma legal, que é de 100 (cem hectares).

Uma vez constatada a ocorrência de tal impeditivo legal, os requerimentos de tais regularizações devem ser submetidos à prévia e expressa autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do Art. 54, Inciso XXX, da Constituição Estadual do Paraná de 1989, que assim dispõe:





Art. 54, Inciso XXX - Constituição Estadual.

*"Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:*

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no Art. 49, XVII, da Constituição Federal."*

Obs: Art. 49, Inciso XVII, da Constituição Federal.

"É de competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares."

Requerimentos neste sentido devem ser encaminhados ao ITCG, que providenciará a elaboração de "Laudo Técnico" das áreas e o seu devido encaminhamento ao Senhor Governador do Estado que o analisará e diante da oportunidade e conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área objeto do pedido. (Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual de 1989)

Compulsando os Autos, constata-se que o requerimento da parte está devidamente instruído, e que o ITCG já providenciou a elaboração do "Relatório Técnico", exigido por lei para tal fim, devendo ficar ressaltado que a sua conclusão foi pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão.



Assim, Senhor Diretor Presidente, entendemos que o presente processo se encontra em ordem e devidamente instruído para ser alçado à apreciação da Autoridade Superior.

É o nosso parecer.

Curitiba, 30 de Julho de 2013.



Luiz Carlos Pupim  
OAB/PR.9733



Ofício nº 215/2013 GP

Curitiba, 07 de agosto de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº9.678.209-8, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



**Amilear Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor  
**JULIO CEZAR ZEM CARDOZO**  
Procurador-Geral do Estado  
Curitiba-PR



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Gabinete do Procurador-Geral**



Protocolo nº 9.678.209-8  
Despacho nº 555/2013 - PGE



- I. Retorne ao Jurídico do ITCG para a apresentação da minuta de lei, bem como, parecer conclusivo, visto que a Autarquia detém integrante do Quadro da Carreira Especial de Advogado do Estado.
- II. Após, encaminhe-se à SEEG.

Curitiba, 09 de agosto de 2013.

Izabel Cristina Marques  
**Chefe de Gabinete**



Protocolo nº 9.678.209-8

Interessado: Hércules Willian Marques Ferreira

À SEEG

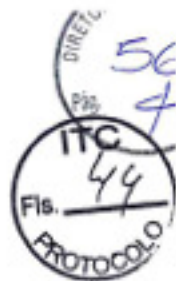
Em atenção à solicitação contida às fls. 42, estamos anexando a Minuta de Lei, referente à Regularização Dominial das Áreas objeto do presente processo.

Informamos que o Parecer conclusivo, opinando pelo deferimento do presente requerimento já foi exarado pela Diretoria Jurídica deste ITC, conforme documento de fls. 37, usque 40.

Curitiba, 11 de Setembro de 2013.



**Luiz Carlos Pupim**  
OAB/PR.9733  
Diretoria Jurídica do ITC



## **MINUTA DE LEI**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC, a alienar a Hércules Willian Marques Ferreira, o lote nº. 3, com área de 337,0298 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, o lote nº. 10, com área de 20,4651 ha, e o lote nº. 19, com área de 0,4836 ha, das mesmas glebas, localizados no Município de São Jerônimo da Serra.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 54, inciso XXX da Constituição Estadual combinado com o Artigo 121, § 3º, inciso X do Regimento Interno, a seguinte Lei:

**Art. 1º .** Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº. 3, com área de 337,0298 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, o lote nº. 10, com área de 20,4651 ha, e o lote nº. 19, com área de 0,4836 ha, das mesmas glebas, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, a Hércules Willian Marques Ferreira.

**Art. 2º .** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em

*Valdir Luiz Rossoni*  
*Presidente em exercício*





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO


## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 9.678.209-8**

Encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 13 de setembro de 2013

  
**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 9.678.209-8

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 522/2014**

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.

Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 19 de fevereiro de 2014.

Giovanni Gonçalves  
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.

Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do NJA/SEEG  
Respondendo pela NJA/CC/CM/VG



**SID nº. 9.678.209-8**

**PARECER Nº 034/2014 – DIJUR - ITCG**

**INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG**

**ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.**

**À PGE/NJA/SEEG:**

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 522/2014, de fls. 46, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito da *"possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente"*.

Quanto à matéria questionada, explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

*Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.*

*Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.*

*Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)*

Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos

beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.*

(...)

*§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tornadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:*

*I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;*

*II - tenham na agricultura sua atividade principal;*

*III - residam no imóvel.*

(...)

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é



justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

*Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.*

*Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:*

*I — para fins de pesquisa ou fomento;*



- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;  
III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Quanto à necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:  
(...)*

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITCG**



Protocolo nº 9.678.209-8

Interessados: **PGE / NJA / SEEG**

**Hercules Willian Marques Ferreira**

I. Aprovo o Parecer nº 034/2014 - DIJUR - ITCG,  
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de  
Governo-**SEEG** - Núcleo Jurídico da  
Administração-**NJA**.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



**Amílcar Cavalcante Cabral**  
~~Diretor~~ Presidente do ITCG



## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 9.678.209-8**

Conforme as informações prestadas pela ITCG, encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 14 de março de 2014

**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo





**PROTOCOLO:** 9.678.209-8

**INTERESSADO1:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

**INTERESSADO2:** Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

**ASSUNTO:** Regularização Fundiária - Imóvel Devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1745/2014 - NJA/SEEG**

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor Hércules Willian Marques Ferreira (fls. 02), para regularização fundiária dos lotes nº 03, 10 e 19, parte das Glebas 08 e 09, Colônia São Jerônimo, com aéreas de 337,0298ha, 20.4651ha e 0,4836ha respectivamente, localizados no município de São Jerônimo da Serra - PR.

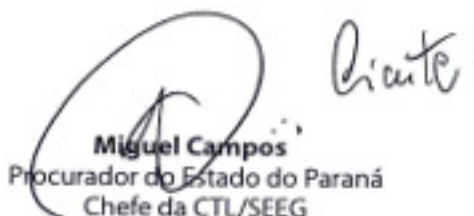
O protocolado em apreço, já foi analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG (fls. 37/40), que conclui pela regularidade da instrução do processo e pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão (sic).

Ademais, junta MINUTA DE LEI, fls. 44 e mediante Parecer nº 034/2014 - DIJUR-ITCG, de fls. 47/51, a Diretoria Jurídica do Instituto esclarece tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 20 de maio de 2014.

  
Raul Ciel Coccato Siqueira  
Assessor - CTL/SEEG

  
Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe da CTL/SEEG



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

REQUERIMENTO.


REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A VOTAÇÃO EM BLOCO DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DE AUTORIA DA MESA EXECUTIVA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a VOTAÇÃO EM BLOCO dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Executiva: 09/2014; 02/2014; 06/2014; 07/2014; 08/2014; 03/2014; 04/2014; 05/2014.

Consigne-se que a matéria versada nas proposições mencionadas é semelhante, tratando-se de alienação de imóveis, sendo a sua constitucionalidade auferida conforme os pareceres apresentados, limitando-se a competência regimental desta Comissão.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
Galine Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246

*rubrica*  
01.07.14





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2014 de autoria da MESA EXECUTIVA que *‘Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis’*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO AO PODER EXECUTIVO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ.

Autor: MESA EXECUTIVA.

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 06/2014, de autoria da MESA EXECUTIVA, em atendimento a mensagem governamental nº 44/2014.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência - ITCG, a alienar o imóvel descrito no artigo 1º do respectivo PDL.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo:  
*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº*



8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas f e g ) e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social (exceto da mensagem governamental nº 44/2014-fls. 04).

E ainda, continua:

[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. (exceto da mensagem governamental nº 44/2014 - fls. 04)

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.





## II ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*



*Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.*

*§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.*

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

*Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:*

*(...)*

*§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:*

*(...)*

*X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.*

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Desta forma o PDL se encontra em consonância aos critérios exigidos em relação à constitucionalidade formal.

Em relação a constitucionalidade material, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do





Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições posteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII<sup>4</sup> da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º<sup>5</sup> da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

<sup>4</sup> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

<sup>5</sup> Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



(...)

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que há documentos que comprovam a posse do imóvel pelo adquirente há vários anos e neste sentido não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da





proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

*A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança. (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)*

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão



**PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ**

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

**III - CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, entendo pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2014, de autoria da Mesa Executiva.

**VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER**

Dep. Tadua  
Veneri

Sala das Comissões, 01 de Julho de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

**APROVADO**

01.07.14





# PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Parlamentar - Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



## ERRATA AO PARECER DA CCJ

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2014

- i. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 06/2014, o qual teve sua constitucionalidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta e.Casa Legislativa. Na oportunidade, o Parlamentar que ora subscreve, foi o relator da matéria em apreço, exarando parecer pela APROVAÇÃO, conforme a fundamentação ali contida;
- ii. Ocorre, que erroneamente constou que a autoria do PDL seria da "MESA EXECUTIVA".
- iii. Logo, trata-se de mero **vício material**, uma vez que a autoria da proposição é do Deputado VALDIR ROSSONI e Deputado PLAUTO MIRÓ, Presidente e Primeiro Secretário, respectivamente, desta e.Casa Legislativa, em atendimento a Mensagem oriunda do PODER EXECUTIVO.
- iv. Assim, com o objetivo de se evitar rasuras no parecer retro e sanar o vício material em comento, apresenta-se a presente errata para que, aonde **se lê "MESA EXECUTIVA" LEIA-SE "DEPUTADO VALDIR ROSSONI E DEPUTADO PLAUTO MIRÓ"**.
- v. Destarte, não havendo qualquer alteração na essência ou matéria ventilada no mesmo, bastando o presente para sanar o vício material.

Curitiba, 29 de Outubro de 2014.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente da CCJ

  
Caline Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/14**

**RELATÓRIO**

A Proposta em análise de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miro, é oriunda do Poder Executivo – Mensagem nº 044/14, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Hércules William Marques Ferreira, o Lote nº 3, parte das Glebas 8 e 9, do imóvel denominado Colônia São Jerônimo, com área de 337,0298 ha, localizado no Município de Sapopema, e os Lotes nºs 10 e 9, da mesma Gleba, respectivamente com áreas de 20,4651 ha e de 0,4836 ha, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 9.678.209-8-SID, e que obteve o pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA,





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

**CONCLUSÃO**

Diante do acima exposto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 04/11/14

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ENIO VERRI**  
**RELATOR**

Dy. Walter  
Dy. Elcio  
Dy. Waldyr



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7 /2014

LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 JUN. 2014

1º Secretário

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Alfredo Costa Alves e Alexandre Alves de Mello, o Lote nº 8, parte das Glebas 8 e 9, do imóvel denominado Colônia São Jerônimo, com área de 284,3474 ha, localizado no Município de Sapopema, e dos Lotes nºs 13, 14, 15 e 16, da mesmas Glebas, respectivamente com áreas de 27,4381 ha, de 0,644 ha e de 0,3540 ha, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, nos termos da Mensagem nº 46, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário



## JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 46, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014.

MENSAGEM  
Nº 46 /2014.

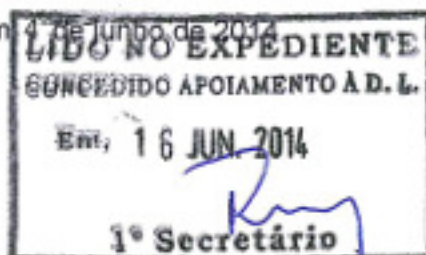
Curitiba, em 16 de Junho de 2014

- I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.

Em 05/06/2014

Presidente

Senhor Presidente,



Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Alfredo Costa Alves e Alexandre Alves de Mello, o Lote 8, com área de 284,3474 ha., parte das Glebas 8 e 9, Colônia São Jerônimo, Município de Sapopema, e os Lotes 13, 14, 15 e 16, com áreas de 27,4381 ha., 0,6444 ha., 0,4158 ha. e 0,3540 ha., respectivamente da mesma gleba, localizados no Município de São Jerônimo da Serra.


Cabe esclarecer que as áreas dos imóveis, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional, ou seja, 100 hectares.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 9.678.206-3-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia do processo protocolado acima mencionado.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 9.678.206-3





## ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.

000001

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC

NUM. 9.678.206-3

DATA- 09 AGO. 2007 HORA-

DIRETORIA LEGISL.  
05  
A

PROTOC: 9.678.206-3 ORGAO: ITC 09/08/2007 14:03  
 INTER1: ALFREDO COSTA ALVES E OUTRO  
 INTER2:  
 ASS...: IMOVEIS  
 P.CHAV: REGULARIZACAO CIDADE.: SAO JERONIMO DA SERRA-PR  
 DOCTO.: ORIG...: PES.FISICA  
 ASS./: REF: REQUERIMENTO DE REGULARIZACAO DE IMOVEL, DE A  
 COMPL.: CORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR

| DATA       | UNIDADE            | RUBRICA | DATA     | UNIDADE | RUBRICA |
|------------|--------------------|---------|----------|---------|---------|
| 09/08/07   | ITC / DITER        | U       | 14/03/14 | NSA     | A       |
| 24/05/13   | DITEL/DIRETOR      | P       |          |         |         |
| 05/06/13   | ITC / AJ           | P       |          |         |         |
| 06.06.2013 | DITEL / TR         | Pupim   |          |         |         |
| 10.06.13   | ITC / BETO         | P       |          |         |         |
| 11.06.13   | DITER / ALBANI     | P       |          |         |         |
| 26.07.13   | I.T.C / AJ         | P       |          |         |         |
| 30.07.13   | ITC / GP           | Pupim   |          |         |         |
| 09.08.13   | PGE / GdL / proqul |         |          |         |         |
| 13/08/13   | ITC                |         |          |         |         |
| 19/08/13   |                    |         |          |         |         |
| 13.09.2013 | SEEG / CAO         | Pupim   |          |         |         |
| 13/08/13   | NSA                | A       |          |         |         |
| 20/02/13   | CAO                | Lau     |          |         |         |
| 21/02/14   | ITCG               | P       |          |         |         |
| 26.02.14   | ITC / AJ           | com     |          |         |         |
| 07.03.2014 | ITC / GP           | Pupim   |          |         |         |
| 13/03/14   | CAO                | A       |          |         |         |

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO  
PARANÁ – ROBERTO REQUIÃO.

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC NUM. 9.678.206-3

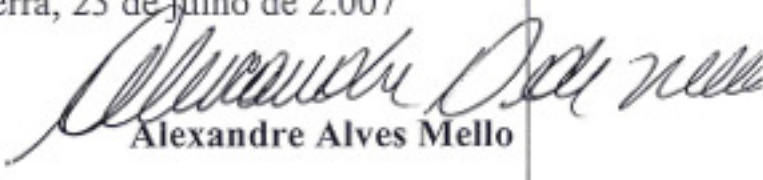
DATA: 09 AGO. 2007 HORA-

**Alfredo Costa Alves**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente em Londrina, portador da Cédula de Identidade RG 4.125.767-9 SSP/ PR e CIC/MF 561.470.749-20 e **Alexandre Alves Mello**, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.996.225-8 SSP/PR e CIC/MF 731.077.199-00, ocupantes de uma área rural correspondente aos lotes nº 8 com área de 284,3474ha da Colônia São Jerônimo, parte das glebas 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, e lotes nº 13, 14, 15 e 16, com área de 27,4381ha, 0,6444ha, 0,4158ha e 0,3540ha respectivamente da mesma gleba, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, requerer a regularização de acordo com a Legislação em vigor e o Artigo 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

São Jerônimo da Serra, 23 de julho de 2.007

  
Alfredo Costa Alves

  
Alexandre Alves Mello



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: ALFREDO COSTA ALVES E OUTRO.  
Apelido: .....  
Filiação - Pai: ANTONIO DE MELLO ALVES  
Mãe: NELY DA COSTA ALVES  
Local de nascimento: LONDRINA - PR Data de nasc.: 22.07.1966  
Estado civil: CASADO Nº de filhos: 02  
Certidão de casamento - Local: LONDRINA - Nº 11.644 Livro: 79-B Fls: 171  
Qual o regime: COMUNHAO UNIVERSAL DE BENS - 18/06/88 Profissão: PECUARISTA  
Carteira de identidade Nº 4.125.767-9-SSPAR CNPJ/CIC 561.470.749-20  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls: .....  
Exerce função pública: Não (x) Sim ( ) Qual? .....  
Onde: .....  
Reside no lote: Sim ( ) Não (x)  
Endereço: RUA BELLO HORIZONTE Nº 1445 - APTº 301 - CENTRO  
CEP: 86.020.360 Município: LONDRINA UF: PR  
Tel: ..... Celular: .....

### 01.01 - DADOS DO CÔNJUGE

Nome: CHRISTINE ALVES DE MELLO ALVES  
Filiação - Pai: LOURENÇO CORREA DE MELLO  
Mãe: ODETE ALVES DE MELLO  
RG Nº: ..... CIC/CPF: .....  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): LOTE 08, SITUADO NO LUGAR DENOMINADO COLÔNIA SÃO JERÔNIMO, PARTE DAS GLEBAS 08 e 09  
Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO Distrito: .....  
Município: SAPOPEMA - PR Comarca: CURIÚVA - PR  
Área do imóvel - Em ha: 284,3474 Em m²: ..... INCRA: .....  
Descrever localização e coordenadas (UTM): RODovia PR 090 - ESTRADA DO CERNE KM 279, ENTRADA À DIREITA ± 6KM, SENTIDO SAPOPEMA - SÃO JERÔNIMO DA SERRA

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (x) Tempo de ocupação: 16 (anos) ..... (meses)  
Como ocorreu a transmissão: COMPRA  
Nome do transmitente: CARLOS AUGUSTO LIRANI  
Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ( )  
Nome do preposto: .....  
Nº de pessoas que residem no imóvel: .....  
A posse é mansa e pacífica: Sim (x) Não ( ) Descrever: .....







**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**Preço médio da região R\$ 6.500,00 / ha

Plano: .....%

Topografia: Ondulado: .....%

Alagadiço: .....%

Levemente ondulado: .....%

Acidentado: .....%

Pedreira: .....%

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (x) Apresenta pouco ( )

Acentuada ( )

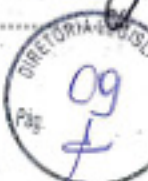
Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

ITC

Fis. 01

50%

50%

**09 - CROQUI**



RECUARISTA, C/RO N: 4.496.425-8 - 20/11/11 LTA N: 132.017.  
199-00, RESIDENTE NA RUA, BELO HORIZONTE  
ZONTE, N: 1445 - APTO 101 - CENTRO - LONDRINA/PR  
CEP 86.020.060



ÁREA TODA CERCADA.

AS BENFEITÓRIAS ESTÃO LOCALIZADAS NO LOTE  
N: 13, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO  
DA SERRA.

#### 11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04, 2013.

Assinatura:

#### 12 - TESTEMUNHAS

1ª

2ª

Assinatura:

Assinatura:

Nome:

Nome:

#### 13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data: 17, 04, 2013.

Assinatura:

Nome: ALBARI SERRAVALLO LEJAMBE.

14 - De acordo em

15 - Visto em

Chefe do Escritório Regional

Diretor de Terras



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: ALFREDO COSTA ALVES E OUTRO

Apelido: .....

Filiação - Pai: ANTONIO DE MELLO ALVES

Mãe: NELY DA COSTA ALVES

Local de nascimento: LOANDRINA - PR

Data de nasc.: 22/07/1966

Estado civil: CASADO

Nº de filhos: 03

Certidão de casamento - Local: LOANDRINA - 18-06-88

Nº 11.644 Livro: 19-5 Fls.: 171

Qual o regime: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS

Profissão: PECUARISTA

Carteira de identidade Nº 4.125.767-9-SSP/PR CNPJ/CIC 561.470.749-20

Certidão de nasc. - Local: .....

Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

Exerce função pública: Não (x) Sim ( ) Qual? .....

Onde: .....

Reside no lote: Sim ( ) Não (x)

Endereço: RUA BELO HORIZONTE N: 1.445 - APTO 301 - CENTRO

CEP: 86.020.060

Município: LOANDRINA -

UF: PR

Tel: ..... Celular: .....

### 01.01 - DADOS DO CÔNJUGE

Nome: CHRISTINE ALVES DE MELLO ALVES

Filiação - Pai: LOURENÇO CORREA DE MELLO

Mãe: ODETE ALVES DE MELLO

RG Nº: .....

CIC/CPF: .....

Certidão de nasc. - Local: .....

Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): IMÓVEL RURAL CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLERAS 829 DENOMINADO LOTE N: 13 DA COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Distrito: .....

Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Comarca: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Área do imóvel - Em ha: 27,4381 Em m²: .....

INCRA: .....

Descrever localização e coordenadas (UTM): PR. 090 - ESTRADA DO CERNE KM 279 ENTRA A DIREITA ± 8KM CHEGA AO IMÓVEL

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (x) Tempo de ocupação: 16 (anos) ..... (meses)

Como ocorreu a transmissão: COMPRA

Nome do transmitente: CARLOS AUGUSTO ZIRANI

Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ( )

Nome do preposto: SIDNEI RIBEIRO

Nº de matrícula do imóvel: 12





05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Possui outro imóvel rural: Não ( ) Sim (x) Quantos? 4

Local/Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA E CURUVA.

ha 285,7616

Tab. 01 (2)

Local/Município:

ha

Tab. 01 ( )

Local/Município:

ha

Tab. 01 ( )

Local/Município:

ha

Tab. 01 ( )

Financiamento bancário: Sim ( ) Não (x)

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente:

Local:

Condição: Proprietário ( )

Empregado ( )

Arrendatário ( )

Parceiro ( )

06 - BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

| Qtde. | Especificação     | Dimensões | Idade | Valor |
|-------|-------------------|-----------|-------|-------|
| 01    | CASA DE ALVENARIA | 15 X 10   |       |       |
| 01    | PAIO DE MADEIRA   | 04 X 05   |       |       |
| 01    | BARRACÃO          | 30 X 10   |       |       |
| 01    | BARRACÃO          | 30 X 10   |       |       |
| 01    | CURRAL            | 08 X 05   |       |       |
| 01    | CURRAL            | 36 X 25   |       |       |
| 1500  | CABEÇAS DE GADO   |           |       |       |
| 15    | EQÜINHOS          |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |
|       |                   |           |       |       |

07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | %  |
|----------------------|----------|----|
| Culturas permanentes |          |    |
| Culturas temporárias |          |    |
| Pastagens            | 20,5785  | 75 |
| Campos               |          |    |
| Matas                |          |    |
| Capoeiras            |          |    |
| Reflorestamentos     |          |    |
| Reserva legal        | 6,8596   | 25 |
| Reserva permanente   |          |    |
| Outros               |          |    |



**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**

Preço médio da região R\$ ..... 6.500,00 / ha

Plano: ..... %

Topografia: Ondulado: ..... %

Alagadiço: ..... %

Levemente ondulado: ..... %

Acidentado: ..... %

Pedreira: ..... %

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (x) Apresenta pouco ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

Acentuada ( )

Fis. 06

50

50

**09 - CROQUI**



199-00, RESIDENTE NA RUA BELO HORIZONTE Nº 1.445  
APTO 101 - CENTRO - LONDRINA - PR CEP - 86.020.060.



11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04, 2013

Assinatura: x

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA

Local: COLÔNIA SÃO TERÁZIO

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

Nome: ALBANI SEBASTIÃO LEITAMBE.

14 - De acordo em

15 - Visto em

Chefe do Escritório Regional

Diretor de Terras



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: ALFREDO COSTA ALVES E OUTRO  
Apelido: .....  
Filiação - Pai: ANTONIO DE MELLO ALVES  
Mãe: NELY DA COSTA ALVES  
Local de nascimento: LONDRINA Data de nasc.: 22/07/1966  
Estado civil: CASADO Nº de filhos: 02  
Certidão de casamento - Local: LONDRINA - 18/06/1998 Nº 11.644 Livro: 29-B Fls.: 171  
Qual o regime: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS Profissão: PECUARISTA  
Carteira de identidade Nº 4.125.767-9-SSP/PR CNPJ/CIC 562.420.749-20  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....  
Exerce função pública: Não ( ) Sim ( ) Qual? .....  
Onde: .....  
Reside no lote: Sim ( ) Não (x)  
Endereço: RUA BELO HORIZONTE Nº 1445 - APTO 301 - CENTRO  
CEP: 86.020.060 Município: LONDRINA UF: PR  
Tel: ..... Celular: .....

### 01.01 - DADOS DO CÔNJUGE

Nome: CHRISTINE ALVES DE MELLO ALVES  
Filiação - Pai: LOURENÇO CORREA DE MELLO  
Mãe: ODETE ALVES DE MELLO  
RG Nº: ..... CIC/CPF: .....  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): IMÓVEL RURAL CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS 829 DENOMINADO LOTE Nº 14 DA COLÔNIA SÃO JERÔNIMO  
Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO Distrito: .....  
Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA Comarca: SÃO JERÔNIMO DA SERRA  
Área do imóvel - Em ha: 0,6444 Em m2 ..... INCRA: .....  
Descrever localização e coordenadas (UTM): PR.090 - ESTRADA DI CERNE KM 279 ENTRA A DIREITA + 8 KM CHEGA AO IMÓVEL

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (x) Tempo de ocupação: 16 (anos) ..... (meses)  
Como ocorreu a transmissão: COLPRA  
Nome do transmitente: CARLOS AUGUSTO LIRALI  
Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ( )  
Nome do preposto: .....



## 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Possui outro imóvel rural: Não ( ) Sim ( ) Quantos? .....4.....

Local/Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA 312,5553 ha POSSEIRO Tab. 01 (2)

Local/Município: E. CUBUA - PR. ha Tab. 01 ( )

Local/Municipio: ..... ha ..... Tab. 01 ( )

Local/Município: ..... ha ..... Tab. 01 ( )

Financiamento bancário: Sim ( ) Não (x)

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente:

Local: .....

Condição: Proprietário ( )      Empregado ( )      Arrendatário ( )      Parceiro ( )

## 06 - BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

## 07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | %  |
|----------------------|----------|----|
| Culturas permanentes |          |    |
| Culturas temporárias |          |    |
| Pastagens            | 0,4833   | 75 |
| Campos               |          |    |
| Matas                |          |    |
| Capoeiras            |          |    |
| Reflorestamentos     |          |    |
| Reserva legal        | 0,1611   | 25 |
| Reserva permanente   |          |    |
| Outros               |          |    |



**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**

Preço médio da região R\$ ..... 6.500,00 / ha

Plano: ..... %

Topografia: Ondulado: ..... %

Alagadiço: ..... %

Levemente ondulado: .....

Acidentado: .....

Pedreira: .....

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (x) Apresenta pouco ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

Acentuada ( )

ITC

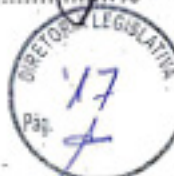
Fls. 08

50

50

%

%

**09 - CROQUI**

N





KO, PECUARIISTA, CILK N: 7.776.623-8-32717A, C.F.M.F.  
N: 731.077.199-00, RESIDENTE NA RUA BELO HORIZONTE  
N: 1.445, APTD 101 - CENTRO - LONDRINA - PR - CEP 86.  
020.060.

AS BENFEITORIAS ESTÃO LOCALIZADAS NO LOTE  
N: 13



ESTE LOTE CONFRONTA COM O LOTE MAIOR CONSTITUÍDO O  
PELO LOTE N: 08 COM 284.3474 Ha SITUADO NO MUNICÍPIO  
DE SAPAEMA.

#### 11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17/04/2013

Assinatura:

#### 12 - TESTEMUNHAS

1ª

2ª

Assinatura:

Assinatura:

Nome:

Nome:

#### 13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA

Local: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data: 17/04/2013

Assinatura:

Nome: ALBANI SEBASTIÃO LEJAMBRE

14 - De acordo em ..... / ..... / .....

15 - Visto em ..... / ..... / .....

Chefe do Escritório Regional

Diretor de Terras



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: ALFREDO COSTA ALVES E OUTRO

Apelido: .....

Filiação - Pai: ANTONIO DE MELLO ALVES

Mãe: NELY DA COSTA ALVES

Local de nascimento: LONDRIANA - PR

Data de nasc.: 23 / 07 / 1966

Estado civil: CASADO

Nº de filhos: 02

Certidão de casamento - Local: LONDRIANA - PR

Nº 11.644 Livro: 19-B Fls.: 171

Qual o regime: COMUNHAO UNIVERSAL DE BENS

Profissão: PECUARISTA

Carteira de identidade Nº 4.125.767-9-SSP/PR CNPJ/CIC 561.470.749-20

Certidão de nasc. - Local: .....

Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

Exerce função pública: Não (x) Sim ( ) Qual? .....

Onde: .....

Reside no lote: Sim ( ) Não (x)

Endereço: RUA BELA HORIZONTE Nº 1.445 - APTº 201 - CENTRO

CEP: 86.020.060

Município: LONDRIANA

UF: PR

Tel: ..... Celular: .....

### 01.01 - DADOS DO CONJUGE

Nome: CHRISTINE ALVES DE MELLO ALVES

Filiação - Pai: LOURENÇO CORREIA DE MELLO

Mãe: ODETE ALVES DE MELLO

RG Nº: .....

CIC/CPF: .....

Certidão de nasc. - Local: .....

Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): IMÓVEL RURAL CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLERAS Nº 9 DENOMINADO LOTE Nº 15 DA COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Distrito: .....

Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Comarca: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Área do imóvel - Em ha: 0,4158

Em m²: .....

INCRA: .....

Descrever localização e coordenadas (UTM): PR.090-ESTRADA DO CERLE NA 279 ENTRA A DIREITA + 8KM CHEGA AO IMÓVEL.

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (x) Tempo de ocupação: 16 (anos) ..... (meses)

Como ocorreu a transmissão: COMPRA

Nome do transmitente: CARLOS AUGUSTO LIRALI

Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ( )

Nome do preposto: .....







**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**Preço médio da região R\$ 6.500,00 / ha

Plano: .....%

Topografia: Ondulado: .....%

Alagadiço: .....%

Levemente ondulado: .....%

Acidentado: .....%

Pedreira: .....%

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (X) Apresenta pouco ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

Acentuada ( )

**09 - CROQUI**



RECUARISTA, C/KA. N: 4.770.223-8-205/FR - UTM/MP N:  
731.077.199-00, RESIDENTE NA RUA BELO HORIZONTE  
N: 1.445 APTD 101 - CENTRO - LOADRINA - PR. CEP - 86.020.  
060.

ESTE LOTE COLFROTA COM A AREA MAIOR CONSTITUIDA O PELO  
LOTE N: 08, LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE SAPOPELA, QUE  
POSSUI 284.3474 - Ha.



11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

Nome: ALBARI SEBASTIÃO LEZAMBRE

14 - De acordo em ..... / ..... / .....

15 - Visto em ..... / ..... / .....

Chefe do Escritório Regional

Diretor de Terras



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: ALFREDO COSTA ALVES E OUTRO  
 Apelido: .....  
 Filiação - Pai: ANTONIO DE MELLO ALVES  
 Mãe: NELY DA COSTA ALVES  
 Local de nascimento: LONDRIANA - PR Data de nasc.: 22/07/1966  
 Estado civil: CASADO Nº de filhos: 02  
 Certidão de casamento - Local: LONDRIANA - 18-06-88 Nº 11.644 Livro: 79-B Fls.: 171  
 Qual o regime: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS Profissão: PECUARISTA  
 Carteira de identidade Nº 4.125.767-9-SSA/PR CNPJ/CIC 561.470.749-30  
 Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....  
 Exerce função pública: Não (x) Sim ( ) Qual? .....  
 Onde: .....  
 Reside no lote: Sim ( ) Não (x)  
 Endereço: .....  
 CEP: ..... Município: ..... UF: .....  
 Tel: ..... Celular: .....

### 01.01 - DADOS DO CÔNJUGE

Nome: CHRISTINE ALVES DE MELLO ALVES  
 Filiação - Pai: LOURENÇO CORREA DE MELLO  
 Mãe: ODETE ALVES DE MELLO  
 RG Nº: ..... CIC/CPF: .....  
 Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigos e atuais, nº do lote): IMÓVEL RURAL CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLERAS 809 DENOMINADO - LOTE Nº 16 DA GLERA SÃO JERÔNIMO  
 Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO Distrito: SÃO JERÔNIMO DA SERRA  
 Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA Comarca: SÃO JERÔNIMO DA SERRA  
 Área do imóvel - Em ha: 0,3540 Em m<sup>2</sup> ..... INCRA: .....  
 Descrever localização e coordenadas (UTM): KM 379 - PR 090 - ESTRADA DO CERNE, ENTRA A DIREITA PERCORRE 16 KM CHEGA AO IMÓVEL

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (x) Tempo de ocupação: 16 (anos) ..... (meses)  
 Como ocorreu a transmissão: POR COMPRA  
 Nome do transmitente: CARLOS AUGUSTO LIRANI  
 Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ( )  
 Nome do preposto: .....







**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**Preço médio da região R\$ 6.500,00 / ha

Plano: ..... %

Topografia: Ondulado: ..... %

Alagadiço: ..... %

Levemente ondulado: .....

Acidentado: .....

Pedreira: .....

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (X) Apresenta pouco ( )

Acentuada ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

ITC  
Pg. 12  
50 %  
50 %**09 - CROQUI**



CUARISTA C/IRG N.º 4996.225-8-SSP/PR - CPE/ME N.º 731.077  
199-00 RESIDENTE NA RUA BELA HORIZONTE L.º 1.445  
APTO 01 - CENTRO - LONDRIA PR - CEP-86.020.060

ESTE LOTE CONFORTA COM A AREA MAIOR CONSTITUIDA  
PELO LOTE N.º 8 C/284.3424 HA, SITUADO NO MUNICIPIO DE  
SAPOPELA, FORMANDO UMA ÚNICA PROPRIEDADE



11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1ª

2ª

Assinatura:

Assinatura:

Nome:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA

Local: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

Nome: ALBARI SEBASTIÃO LEJAMBE

14 - De acordo em ..... / ..... / .....

15 - Visto em ..... / ..... / .....

Chefe do Escritório Regional

Diretor de Terras



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

**ALFREDO COSTA ALVES**

ASSINATURA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.125.767-9 DATA DE EMISSÃO 09/06/1984

NOME ALFREDO COSTA ALVES

FILIAÇÃO ANTONIO DE NELLO ALVES  
NELY DA COSTA ALVES

NATURALIDADE LONDRINA/PR DATA DE NASCIMENTO 22/07/1966

DOC. ORIGEM COMARCA=S JER DA SERRA/PR, DA SEDE

C.NASC 14676, LIVRO=24, FOLHA=149

CPF

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

NASCIMENTO 22.07.66

INSCRIÇÃO NO CPF 561 470 749 20

CONTRIBUINTE

ALFREDO COSTA ALVES

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

ALFREDO COSTA ALVES

ITC

Fls. 13

27

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado do Paraná - Comarca de Londrina - 1.º Ofício  
Bacharel Gabriel Nunes Pires Neto  
Oficial Vitalício do Registro Civil de Nascimentos, Casamentos  
e Óbitos, do 1.º Ofício da Sede da Comarca de Londrina  
Estado do Paraná

RUA PIO XII, 15 - FONE: 23-7143

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Livro 79-B Folhas 171 Termo 11.644

CERTIFICO que, do livro termo e folhas citados, de assentos  
de casamentos de cartório a meu cargo, consta que, perante o Juiz competen-  
te e as testemunhas legais, foi celebrado sob o regime

de casamento **UNIVERSAL** de bens no dia **18, 06, 88**

casamento de **ALFREDO COSTA ALVES**

com **CHRISTINE ALVES DE NELLO** que

passou a ser **CHRISTINE ALVES DE NELLO ALVES**

Em, residindo em **Londrina - Paraná**

22 de junho de 1966

ANTONIO DE NELLO ALVES e

LY DA COSTA ALVES

Londrina - Paraná

no dia 10 de janeiro de 1964

de **LOURENÇO CORRÊA DE NELLO e**

de **ALVES DE NELLO**

Nº 18

de 19 88

Assinatura do Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1ª DE ABRIL DE 1964 - 1ª DE ABRIL DE 1964

INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



*Alexandre Alves de Mello*

CARTERIA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

IDENTIFICACIONAL 4.996.225-8 DATA DE EMISSÃO 05/05/1987

ALFABETIZADO

ALEXANDRE ALVES DE MELLO

LOURENÇO CORREA DE MELLO

ODETE ALVES DE MELLO

MAIORIDADE

S. JERON. SERRA/PR

COMARCA-SÃO J DA SERRA/PR, DA SEDE

C. NASC. 15836, LIVRO-25, FOLHA-278

DATA DE NASCIMENTO 02/12/1969

Bel. Douglas Haquim

LEI Nº 7.116 DE 20/08/73

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

731077199 00

ALEXANDRE ALVES DE MELLO

DATA DE NASCIMENTO 02-12-69

*Alexandre Alves de Mello*

LEI Nº 7.116 DE 20/08/73

INSTRUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

SELO DE REGISTRO E CONTROLE DE DECLARAÇÃO E CADASTRO

19/05/87

JOSE VICTOR ALVES NASCIMENTO

UNIDADE FISCAL 4.996.225-8

8.10 00/77

15/05/87

ITC

Fis. 15



COMARCA DE  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PARANÁ  
TABELIONATO DE NOTAS E  
OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS

Avenida Presid. Washington Luiz, 137 - Cep 86.270



Nº 064

Djalma Fragoso de Almeida

TITULAR

Fone: (0432) 67-1243



LIVRO N.º = 74-N/A=

FOLHA N.º = 064=

[78019502/0001-51]

SÃO JERÔNIMO DA SERRA  
TABELIONATO DE NOTAS

AV. WASHINGTON LUIZ, 137  
CENTRO - CEP 86.270-000

SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR

ESCRITURA PÚBLICA DE RETIFICAÇÃO E  
RATIFICAÇÃO DE ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA  
E COMPRA que, entre si fazem, CARLOS AUGUSTO  
LIRANI, sua esposa LIGIA MARIA CARNEIRO  
SANTOS LIRANI; ALFREDO COSTA ALVES e  
ALEXANDRE ALVES DE MELLO, como adiante se  
declaram:

**S A I B A M** quantos esta pública escritura de  
retificação e ratificação de escritura pública de venda e compra virem, que no ano de um  
mil novecentos e noventa e sete (1997), aos vinte e cinco (25) dias do mês de fevereiro do  
dito ano, nesta cidade, município e comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná,  
em Cartório, perante mim, Tabelião, compareceram, como outorgantes: CARLOS  
AUGUSTO LIRANI, médico, portador da C.I.R.G. nº 1.267.136-SSP/PR, inscrito no  
CPF/MF sob nº 335.092.799-15, e sua esposa LIGIA MARIA CARNEIRO SANTOS  
LIRANI, professora, portadora da C.I.R.G. nº 1.147.229-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob  
nº 317.429.539-91, ambos brasileiros, casados entre si sob o regime de Comunhão  
Parcial de Bens, na vigência da Lei Federal nº 6.515/77, residentes e domiciliados à  
avenida Sete de Setembro, nº 3.845, aptº 92, Rebouças, na cidade de Curitiba, Estado do  
Paraná; neste ato legalmente representados por seu bastante procurador: Dr. João Luiz  
Perusso, brasileiro, casado, advogado, portador da C.I.R.G. nº 935.896-SSP/PR, inscrito  
na OAB-PR sob nº 10.484, e no CPF/MF sob nº 147.394.299-34, residente e domiciliado à  
avenida Wenceslau Brás, s/nº, nesta cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná;  
nos termos da Procuração Bastante lavrada no Livro nº 680, às fls. 022, no 4º Tabelionato  
de Notas da cidade de Curitiba-PR, em data de 05/09/1996, cujo traslado encontra-se  
devidamente arquivado às fls. 104, do Livro nº 06 de Arquivo de Procurações deste  
Tabelionato de Notas de São Jerônimo da Serra-PR; E, como outorgados: 1º)-ALFREDO  
COSTA ALVES, brasileiro, casado com "Christine Alves de Mello Alves" sob o regime  
de Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei Federal nº 6.515/77, comerciante,  
portador da C.I.R.G. nº 4.125.767-9-SSP/PR, e da Certidão de Casamento nº 11.644, às  
fls. 171, Livro nº 79-B do 1º C.R.C. de Londrina-PR, inscrito no CPF/MF sob nº  
561.470.749-20, residente e domiciliado à rua Pernambuco, nº 600, aptº 22, centro, na  
cidade de Londrina, Estado do Paraná; e, 2º)-ALEXANDRE ALVES DE MELLO,  
brasileiro, solteiro, maior, comerciante, portador da C.I.R.G. nº 4.996.225-8-SSP/PR,  
inscrito no CPF/MF sob nº 731.077.199-00, residente e domiciliado à rua Piauí, nº 675,  
aptº 43, centro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná; os presentes reconhecidos  
como sendo os próprios por mim, Tabelião, conforme documentos apresentados e  
anteriormente mencionados, do que dou fé. E, pelos outorgantes, através de seu bastante  
procurador, me foi dito que, por Escritura Pública lavrada no Livro nº 74-N/A, às fls. 021  
a 022, neste Tabelionato de Notas de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, aos treze  
(13) dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e seis (1996),  
venderam aos outorgados, uma área de terra rural com DOIS MILHÕES, NOVECIENTOS  
E CINQUENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS METROS  
QUADRADOS=(2.952.400,00m²), ou sejam, 295,24 ha., constituída pelos Lotes nºs 27, 26,  
25, 24, 19, 23, 22, e partes dos Lotes nºs 20 e 21, todos da Gleba nº 9, situada na Colônia  
São Jerônimo, neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná;  
tudo conforme consta da referida escritura e pelo preço nela exarado; Que, entretanto, na





referida escritura verificou-se o seguinte erro: A alienação constou como sendo Venda e Compra, quando na realidade é uma Cessão de Direitos sobre a Posse de Imóvel Rural com Venda das Benfeitorias, que, pela presente, retificam precisamente os seguintes pontos de escritura: a) A denominação correta passa a ser **ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE A POSSE DE IMÓVEL RURAL COM VENDA DAS BENFEITORIAS**; bem como os outorgantes (vendedores) passam a denominar-se outorgantes cedentes, e os outorgados compradores, outorgados cessionários; b) Que a posse tem sido exercitada pelos outorgantes sem oposição de qualquer espécie, e os mesmos tornaram mencionada área de terras produtiva e construíram benfeitorias. Que, assim como detêm, por esta escritura e na melhor forma de direito cedem e transferem aos outorgados, **Alfredo Costa Alves e Alexandre Alves de Mello**, os seus direitos e ações decorrentes da dita posse, ao mesmo tempo em que lhes vendem as benfeitorias existentes, tudo pelo preço certo e naquela escritura exarado; c) Os outorgados ficam sub-rogados em todos os direitos oriundos do exercício da mesma posse; Que, no entanto, caberá aos outorgados a boa ou má liquidação dos direitos cedidos; ficando investidos no direito de pleitearem junto aos órgãos competentes a obtenção da documentação definitiva do imóvel cedido, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva deles outorgados; bem como a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e tributos federal, estadual ou municipal que recaem ou venham a recair sobre o imóvel cedido; como retificados os têm, ratificando-a nos seus demais termos, passando os dois instrumentos a constituir um todo único e indivisível. Pelos outorgados me foi dito que aceitavam a presente em todos os seus expressos termos. Bilhete de distribuição nº 017/97, expedido pelo cartório do distribuidor desta Comarca, em data de 25/02/1997. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes, lavrei esta pública escritura, a qual feita e lhes sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam; declarando expressamente que dispensavam a presença de testemunhas instrumentárias, de acordo com a Norma 18, da Seção 2, do Capítulo 11, do Provimento nº 07/96, de 03/12/1996, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná; perante mim, **DJALMA FRAGOSO DE ALMEIDA**, Tabelião que a lavrei e dou fé. Emolumentos 134,40 VRC; CPC 5,60 VRC. Associações 4,00 VRC. Em seguida estavam (aa. João Luiz Perusso; Alfredo Costa Alves; Alexandre Alves de Mello).

Eu, \_\_\_\_\_, Tabelião que a digitei, conferi, subscrevi, dato, dou fé e assino.

Em testº \_\_\_\_\_ da verdade

São Jerônimo da Serra, 25 de fevereiro de 1997.

TABELIÃO:

**Djalma Fragoso de Almeida**  
Tob. CIC 308.583.938-87



COMARCA DE  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PARANÁ  
TABELIONATO DE NOTAS E  
OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS

Avenida Presid. Washington Luiz, 137 - Cep 86.270



Nº 021

Djalma Fragoso de Almeida  
TITULAR

Fone: (0432) 67-1243



LIVRO N.º =74-N/A=

FOLHA N.º =021=

78019502/0001-51

SÃO JERÔNIMO DA SERRA  
TABELIONATO DE NOTAS

Pça. Central, Dourado, 137  
Centro - CEP 86270

SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR

ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA que, entre si fazem, CARLOS AUGUSTO LIRANI, e sua esposa LIGIA MARIA CARNEIRO SANTOS LIRANI à ALFREDO COSTA ALVES, e, ALEXANDRE ALVES DE MELLO, como adiante se declaram:  
VALOR: R\$40.000,00.

S A I B A M quantos esta pública escritura de venda e compra virem, que no ano de um mil novecentos e noventa e seis (1996), aos treze (13) dias do mês de setembro do dito ano, nesta cidade, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim, Tabelião, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber - De um lado, como outorgantes vendedores: CARLOS AUGUSTO LIRANI, médico, filho de Doro Lirani e de Lourdes Lirani, portador da C.I.R.G. nº 1.267.136-SSP/PR., inscrito no CPF/MF sob nº 355.092.799-15., e sua esposa LIGIA MARIA CARNEIRO SANTOS LIRANI, professora, filha de Maria Thereza Carneiro Santos e de Jacir Carneiro dos Santos, portadora da C.I.R.G. nº 1.147.229-SSP/PR., inscrita no CPF/MF sob nº 317.429.539-91., ambos brasileiros, casados entre si sob o regime da Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei Federal nº 6.515/77., residentes e domiciliados à Avenida VII de Setembro, nº 3.845, aptº 92, Rebouças, na cidade de Curitiba-PR; neste ato legalmente representados por seu bastante procurador: Dr. JOÃO LUIZ PERUSSO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PR sob nº 10.484, portador da C.I.R.G. nº 935.896-SSP/PR., inscrito no CPF/MF sob nº 147.394.299-34, residente e domiciliado à Avenida Wenceslau Brás, s/nº, nesta cidade de São Jerônimo da Serra-PR., nos termos da Procuração Bastante, lavrada no Livro nº 680, às fls.022, no 4º Tabelionato de Notas da cidade de Curitiba-PR., em data de 05/09/1996., cujo traslado fica devidamente arquivado às fls.104, do Livro nº 06 de Arquivo de Procurações deste Tabelionato de Notas. E, por outro lado, como outorgados compradores: 1º)-ALFREDO COSTA ALVES, brasileiro, casado com "Christine Alves de Mello Alves", filha de Lourenço Correa de Mello e de Odete Alves de Mello, sob o regime da Comunhão Universal de Bens, na vigência da Lei Federal nº 6.515/77., comerciante, filho de Antonio de Mello Alves e de Nely da Costa Alves, portador da C.I.R.G. nº 4.125.767-9-SSP/PR., e da Certidão de Casamento nº 11.644, fls.171, Livro nº 79-B do 1º C.R.C. de Londrina-PR., inscrito no CPF/MF sob nº 561.470.749-20, residente e domiciliado à Rua Pernambuco, nº 600, aptº 22, centro, na cidade de Londrina-PR; e, 2º)-ALEXANDRE ALVES DE MELLO, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, filho de Lourenço Correa de Mello e de Odete Alves de Mello, portador da C.I.R.G. nº 4.996.225-8-SSP/PR., inscrito no CPF/MF sob nº 731.077.199-00, residente e domiciliado à Rua Pisui, nº 675, aptº 43, centro, na cidade de Londrina-PR; ambos ora de passagem por esta cidade; os presentes reconhecidos como sendo os próprios por mim, Tabelião, conforme documentos apresentados e anteriormente mencionados, do que dou fé. E, pelos outorgantes vendedores, através de seu bastante procurador, me foi dito que a justo título são senhores e legítimos possuidores nos termos da Escritura Pública de Venda e Compra de Propriedade Imóvel Rural, lavrada no Livro nº 71/A, fls.164, neste Tabelionato de Notas de São Jerônimo da Serra-PR., em data de 11/01/1991; de uma área de terra rural com DOIS MILHÕES, NOVECIENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS METROS QUADRADOS=(2.952.400,00m²), ou sejam, 295,24 ha., constituída pelos LOTES nºs 27 (vinte e sete) com 39,00 ha., 26 (vinte e seis) com 48,20 ha., 25 (vinte e cinco) com 46,50 ha., 24 (vinte e quatro) com 42,20 ha., 19 (dezenove) com 40,30 ha., 23 (vinte e três) com 27,40 ha., 22 (vinte e dois) com 26,80 ha., e partes dos

ITC

Fis. 16

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31

31



LOTES nºs 20 (vinte) e 21 (vinte e um) com 24,84 ha., todos da GLEBA nº 9 (nove), situada na Colônia São Jerônimo, neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, e dentro das seguintes divisas e confrontações, conforme dados fornecidos pelas partes, e planta organizada pela 4ª Inspetoria de Terras do então Departamento de Geografia, Terras e Colonização, a seguir: ao NORTE: faz frente para uma Estrada Municipal; ao SUL: faz divisa com terras de Celso Helio Perusso (ou sucessores); a LESTE: divide com o Ribeirão Lageado Liso; e a OESTE: divide com terras de Lourenço Correa de Mello e José Peralta (ou sucessores). Imóvel este, adquirido pelos outorgantes vendedores, por compra feita à João Luiz Perusso e sua esposa Teresa Cristina Santos Perusso, pelo valor de Cr\$ 5.000.000,00; sendo que da área total de 295,24 ha., 175,90 ha., constituídos pelos Lotes nºs 24, 25, 26 e 27 da referida Gleba nº 9 da Colônia São Jerônimo, encontram-se cadastrados no INCRA sob o nº 713.058.020.915-3. Que possuindo, eles outorgantes vendedores, o imóvel anteriormente descrito e caracterizado, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, hipotecas, impostos ou tributos pelos quais os mesmos respondem até a presente data, estão justos e contratado para vendê-lo aos outorgados compradores: ALFREDO COSTA ALVES, e, ALEXANDRE ALVES DE MELLO, com tudo quanto o constitui, como por bem desta escritura e na melhor forma de direito efetivamente vendido o tem, pelo preço certo e previamente convencionado de R\$ 40.000,00=(QUARENTA MIL REAIS), que confessam, através de seu bastante procurador, receberem neste ato, deles outorgados compradores, em moeda corrente deste País, que contaram e acharam exata, da qual dão aos mesmos outorgados compradores, plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, para nunca mais o repetirem, em tempo e sob pretexto algum, desde já, transferem-lhes em caráter definitivo toda a posse, jús, domínio, direito e ação que exerciam sobre o bem ora vendido, para que dele os mesmos outorgados compradores usem, gozem e disponham livremente como seu que fica sendo, obrigando-se ditos vendedores por si, seus herdeiros ou sucessores a fazer esta venda sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evicção de direito se chamados à autoria, quer direta ou mesmo indiretamente. Pelos outorgantes vendedores, de acordo com o parágrafo 3º, do Artigo 1º, do Decreto nº 93.240, de 09/09/1986, que regulamentou a Lei nº 7.433, de 18/12/1985, foi declarado sob pena de responsabilidade civil e penal, a inexistência de ações reais e pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel ora alienado, e de outros ônus reais incidentes sobre o mesmo. Declaram, ainda, que estão dispensados da apresentação da CND do INSS, por não se enquadrarem às restrições da Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.212, de 24/07/1991, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 356/91, alterado pelos Decretos nº 612, de 21/07/1992, nº 656, de 24/09/1992, e nº 738, de 28/01/1993. Pelos outorgados compradores: ALFREDO COSTA ALVES, e, ALEXANDRE ALVES DE MELLO, me foi dito que aceitavam a presente venda e esta escritura em todos os seus expressos termos, estabelecendo que o imóvel ficará pertencendo na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada outorgado, em comum, e deixam de apresentar, neste ato, os documentos constantes dos Incisos II, III letra "b", e IV, todos do Artigo 1º, do Decreto nº 93.240, de 09/09/1986, que regulamentou a Lei nº 7.433, de 18/12/1985, assumindo todas as responsabilidades decorrentes, e isentando este Ofício de qualquer responsabilidade ou obrigação. Esta alienação está sujeita à emissão da Declaração sobre Operação Imobiliária (DOI), conforme IN/SRF nº 50, de 30/10/1995. Bilhete de distribuição nº 055/96, expedido pelo cartório distribuidor desta Comarca, em data de 13/09/1996. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes, lavrei esta pública escritura, a qual feita e lida sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam, declarando expressamente que dispensavam a presença de testemunhas instrumentárias, de acordo com a Norma 11, da Seção 2, do



COMARCA DE  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PARANÁ  
TABELIONATO DE NOTAS E  
OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS

Avenida Presid. Washington Luiz, 137 - Cep 86.270



Nº 022

Djalma Fragoso de Almeida

TITULAR

Fone: (0432) 67-1243

LIVRO N.º 74-N/A

FOLHA N.º 022



Capítulo 13, do Provimento nº 88/93, de 15/07/1993, da Corregedoria Geral da Justiça do nosso Estado; perante mim, DJALMA FRAGOSO DE ALMEIDA, Tabelião que a lavrei e dou fé. Emolumentos 4,773,12 VRC. CPC 198,88 VRC. Associações 4,00 VRC. Em seguida estavam (aa.) João Luiz Perusso; Alfredo Costa Alves; Alexandre Alves de Mello.

Eu, [assinatura], Tabelião que a digitei, conferi, subscreevi, dato, dou fé e assino.

Em testº [assinatura] da verdade

São Jerônimo da Serra, 13 de setembro de 1996

TABELIAO:

Djalma Fragoso de Almeida  
Tab. CIC 308.993.958-87

F 78019502/0001-51

SÃO JERÔNIMO DA SERRA  
TABELIONATO DE NOTAS

Pça Coronel Deolindo, 137  
Centro - CEP 86270

[ SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR ]





Ministério da Fazenda

Receita Federal

Clique aqui para voltar à Página Inicial.

Destaques do governo



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal

## Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural

Número do Imóvel na Secretaria da Receita Federal - NIRF: 0.828.452-0  
Nome do Imóvel: FAZENDA SAN MIGUEL  
Município: SAO JERONIMO DA SERRA  
Área total (em hectares): 295,2

UF: PR

Contribuinte: ALFREDO COSTA ALVES  
CPF: 561.470.749-20

*Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar quaisquer dívidas do imóvel rural acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até esta data, pendências relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, administrado pela Secretaria da Receita Federal.*

*Esta certidão refere-se, exclusivamente, à situação do imóvel rural perante a Secretaria da Receita Federal, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.*

Certidão expedida com base na Instrução Normativa SRF nº 438, de 28 de julho de 2004.

Emitida às 18:03:23 do dia 12/05/2006 (hora de Brasília e data).  
Válida até 13/11/2006.

Código de controle da certidão: C82C.D345.C38C.D965

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Certidão expedida gratuitamente.

Modelo aprovado pela IN SRF nº 438, de 28 de julho de 2004.

Nova Consulta





COMARCA DE  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PARANÁ  
TABELIONATO DE NOTAS E  
OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS

Avenida Presid. Washington Luiz, 137 - Cep 85.270



Nº 164

Djalma Fragoso de Almeida  
TITULAR

Fone: (0432) 67-1243

LIVRO N.º = 71/A=

FOLHA N.º = 164=



ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA DE-  
PROPRIEDADE IMÓVEL RURAL que, entre si-  
fazem, JOÃO LUIZ PERUSSO e sua esposa -  
TERESA CRISTINA SANTOS PERUSSO à CARLOS  
AUGUSTO LIRANI, como adiante se decla-  
ram:

VALOR Cr\$.5.000.000,00.

///

)/)/)/ A I B A M quantos

esta pública escritura de venda e compra de propriedade imóvel ru-  
ral virem, que no ano de mil novecentos e noventa e um (1991) da e-  
ra cristã, aos onze (11) dias do mês de janeiro do dito ano, nesta  
cidade, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Pa-  
raná, em Cartório, perante mim, Djalma Fragoso de Almeida, Tabelião,  
compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber - De um  
lado como outorgantes vendedores: JOÃO LUIZ PERUSSO, advogado, fi-  
lho de Joel Perusso e Clarice Perusso, portador da C.I.RG nº 935.896-  
SSP/PR., e sua esposa TERESA CRISTINA SANTOS PERUSSO, de prendas do  
lar, filha de Jacir Carneiro dos Santos e Maria Thereza Carneiro --  
dos Santos, portadora da C.I.RG nº 814.101-0-SSP/PR., ambos brasi-  
leiros, casados entre si, inscritos no CPF/MF sob nº 147.394.299-34,  
residentes e domiciliados à avenida presidente Wenceslau Bráz, s/nº,  
nesta cidade; E por outro lado como outorgado comprador: CARLOS AU-  
GUSTO LIRANI, brasileiro, casado, médico, filho de Doro Lirani e --  
Lourdes Lirani, portador da C.I.RG nº 1.267.136-SSP/PR., inscrito -  
no CPF/MF sob nº 355.092.799-15, residente e domiciliado à rua Eli-  
dio Stabile, nº 239, bairro XXVIII de Janeiro, na cidade de Apucara-  
na-PR; os presentes reconhecidos como os próprios por mim, Tabelião,  
do que dou fé. E pelos outorgantes vendedores me foi dito que a jus-  
to título são senhores e legítimos possuidores de uma área de terra  
rural com DOIS MILHÕES, NOVECENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL E QUATRO-  
CENTOS METROS QUADRADOS=(2.952.400,00m²), ou sejam, 295,24 ha., ---  
constituída pelos Lotes nºs.27 (vinte e sete) com 39,00 ha., 26 ---  
(vinte e seis) com 48,20 ha., 25 (vinte e cinco) com 46,50 ha., 24 ---  
(vinte e quatro) com 42,20 ha., 19 (dezenove) com 40,30 ha., 23 ---  
(vinte e três) com 27,40 ha., 22 (vinte e dois) com 26,80 ha., e --  
partes dos Lotes nºs.20 (vinte) e 21 (vinte e um) com 24,84 ha., to-  
dos da Gleba nº 9 (nove), situada na Colônia São Jerônimo, neste Mu-  
nicípio e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, e --  
dentro das seguintes divisas e confrontações conforme dados forneci-  
dos pelas partes, e planta organizada pela 4ª Inspetoria de Terras-  
do então Departamento de Geografia, Terras e Colonização, a seguir:  
ao NORTE: faz frente para uma Estrada Municipal; ao SUL: faz divisa  
com terras de Celso Helio Perusso; a LESTE: divide com o Ribeirão -  
Lageado Liso; e a OESTE: divide com terras de Lourenço Correa de --  
Mello e José Peralta. Imóvel este adquirido pelos outorgantes vende-  
dores por aquisição feita à João de Maria Camargo, e Nilo José de --  
Souza Camargo e sua esposa Margarida Maria Mercer Camargo., nos ter-  
mos do Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Direitos  
de Posse sobre Terreno Rural., celebrado nesta cidade, em data de -  
11/06/1988, pelo valor de R\$.5.192.772,00, englobando uma área total  
de 380,90 ha., sendo que da área de 295,24 ha., ora alienada, 175,90  
ha., integrados pelos lotes nºs.24, 25, 26 e 27 da referida gleba -  
nº 9 da Colônia São Jerônimo, acham-se cadastrados no INCRA sob o -  
nº 713.058.020.915-3. Que possuindo, eles outorgantes vendedores, o  
imóvel anteriormente descrito e caracterizado, livre e desembaraça-  
do de quaisquer ônus, estão justos e contratado para vendê-lo ao ou



outorgado comprador Carlos Augusto Lirani, com tudo quanto o constitui, como por bem desta escritura e na melhor forma de direito efetivamente vendido tem, pelo preço certo e previamente convencionado de Cr\$.5.000.000,00=(CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS), que confessam receber neste ato, dele outorgado comprador, em moeda corrente deste país, que contaram e acharam exata, da qual dão ao mesmo outorgado-comprador, plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, para nunca mais o repetirem, em tempo e sob pretexto algum., desde já transferem-lhe em caráter definitivo toda a posse, jús, do minio, direitos e ações que exerciam sobre os bens ora vendidos, para que deles o mesmo outorgado comprador use, goze e disponha livremente como seus que ficam sendo; obrigando-se ditos vendedores por si, seus herdeiros e sucessores a fazer esta venda sempre boa, firme e valiosa, respondendo pela evicção de direito se chamados à autoria, quer direta ou mesmo indiretamente. Pelos outorgantes vendedores, de acordo com o § 3º do Artigo 1º do Decreto 93.240 de 09/09/1986, que regulamentou a Lei 7.433 de 18/12/1985, foi declarado sob pena de responsabilidade civil e penal, a inexistência de ações reais e pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel ora alienado, e de outros ônus reais incidentes sobre o mesmo. Declaram, ainda, os outorgantes vendedores, que estão isentos da apresentação da CND do IAPAS, nos termos do Decreto Lei 1.958 de 09/09/1982, e Decreto-Lei 2.038 de 29/06/1983. Pelo outorgado comprador, Carlos Augusto Lirani, me foi dito que aceitava a presente venda e esta escritura em todos os seus expressos termos, e deixa de apresentar, neste ato, os documentos constantes do Decreto 93.240 de 09/09/1986, que regulamentou a Lei 7.433 de 18/12/1985, assumindo todas as responsabilidades decorrentes, e isentando este Ofício de qualquer responsabilidade ou obrigação. Será emitida DOI, de acordo com a IN nº 06 de 19/01/1990 da SRF. Bilhete de distribuição nº 005/91, expedido pelo cartório distribuidor desta Comarca, em data de 11/01/1991. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes, lavrei esta escritura, a qual feita e lhes sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam., declarando expressamente que dispensavam a presença de testemunhas instrumentárias, de acordo com o Provimento nº 356, item 15.1, capítulo X de 27/07/1984 da Corregedoria da Justiça de nosso Estado., perante mim, Djalma Fragoso de Almeida, Tabelião que a lavrei e dou fé. Deste custas Cr\$.43.253,50. CPC Cr\$.246,50.- Associações Cr\$.23,20. Em seguida estavam (a.a.) João Luiz Perusso; Teresa Cristina Santos Perusso; Carlos Augusto Lirani. Eu, Djalma Fragoso de Almeida, Tabelião que a datilografei, conferi, subscrevi, datei, dou fé e assino.

Em testº da verdade.

São Jerônimo da Serra, 11 de janeiro de 1991.

Tabelião:

Djalma Fragoso de Almeida  
Tab. CIC-308.593.959-87

78019502/0001-51

SÃO JERÔNIMO DA SERRA  
TABELIÃO DE NOTAS

Pça Coronel Deolindo, 187  
Cenário - CEP 80270

[SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR]



LEGISLATIVA  
37  
A  
17  
Fis. 1

Instrumento Particular de Cessão e Trans-  
ferência de Direitos de Posse sobre uma área rural de terras, -  
que entre si, fazem : de um lado, como outorgantes cedentes  
e transferentes, d'oravante aqui denominados simplesmente "ce-  
dentes" : JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior,  
Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G.  
Nº 273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53, resi-  
dente e domiciliado na Rua Vereador Washington Mansur, nº 987  
bairro Ahu, na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná,  
de passagem por esta cidade e NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO,  
Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G.  
Nº 174.133-PR, e sua mulher MARGARIDA MARIA MERCER CAMARGO, do  
lar, portadora da Cédula de Identidade R.G. Nº 345.280-PR, am-  
bos brasileiros, casados entre si no regime de comunhão univer-  
sal de bens, inscritos no CPF/MF sob nº 010.515.559-49, residen-  
tes e domiciliados na Rua Ivo Leão, nº 1.125- apt. 1.301 - 13º  
andar - Centro Cívico -, também na cidade de Curitiba-PR, estes  
aqui representados por seu bastante procurador, o primeiro "ce-  
dente" João de Maria Camargo, conforme instrumento público de  
procuração outorgado em data de 05-08-1987, às fls. 285 do Li-  
vro 53-P do Cartório do Taboão, da cidade de Curitiba, cujo tras-  
lado ora é exibido e fica fazendo parte integrante deste contra-  
to; e de outro lado, como outorgado cessionário, daqui em dian-  
te simplesmente denominado "cessionário" : JOÃO LUIZ PERUSSO,  
brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade  
R.G. Nº 935.896-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 147.394.299-34, re-  
sidente e domiciliado na Rua Raul Proença, nº 457, nesta cida-  
de, mediante as cláusulas e condições seguintes : -----

PRIMEIRA : Os cedentes exercem e detêm a posse sobre o terrê-  
no rural com a área de 380,90 hectares ou seja 157,  
39 alqueires paulistas no imóvel Fazenda Lagoa, no lugar também  
conhecido por Barrinhá, Município de Sapopema, Comarca de Curiú-  
va, deste Estado, constituído pelos lotes números : 08 (oito),  
12 (doze), 13 (treze), 19 (dezenove), 20 (vinte), 21 (vinte e  
um), 22 (vinte e dois), 23 (vinte e três), 24 (vinte e quatro),  
25 (vinte e cinco), 26 (vinte e seis) e 27 (vinte e sete) da  
denominada "Gleba nº 9 da Colônia São Jerônimo", com as seguin-  
tes divisas e confrontações : ao NORTE faz frente para uma Es-  
trada Municipal; ao SUL faz divisa com terras de Joaquim Nêia  
de Oliveira; a LESTE divide com o Ribeirão Lageado Liso e  
a OESTE divide com terras de Manoel Sotto e José Peralta, con-  
tendo como benfeitorias : 01 casa de madeira coberta com te-  
lhas de barro; 01 pocilga construída em alvenaria e tijolos, co-  
berta com telhas de barro; 01 depósito construído em alvenaria  
e tijolos, coberto com telhas de barro; instalação de energia  
elétrica (luz e força), integralmente quitada, nas benfeitorias  
acima enumeradas, com fornecimento pela COPEL; cercas de arame  
farpado e demais benfeitorias. As divisas e confrontações  
dos mencionados lotes constam da planta organizada pela 4a. Ins-  
petoria de Terras do então Departamento de Geografia, Terras e  
Colonização do Estado, cuja fotocópia neste ato é conferida e  
assinada pelos contratantes, passando a integrar este instrumen-  
to; -----



SEGUNDA : Da área descrita na cláusula primeira, 175,90 hectares integrados pelos lotes 24, 25, 26 e 27 da referida Gleba nº 9 da Colônia São Jerônimo, acham-se cadastrados no extinto INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em nome de Eurides Dall'Astra Bonfante sob o Código: 713.058.020.915-3, sendo que a transferência do respectivo cadastro para o nome dos cedentes perante o mesmo INCRA foi entregue, na Capital do Estado em data de 11-02-88 através da competente Declaração Para Cadastro de Imóvel Rural - DP, conforme comprovante Nº 0561285. O Imposto Territorial Rural - ITR dessa área de 175,90 ha acha-se quitado até o exercício de 1.987; -----

TERCEIRA : Como é do pleno conhecimento do cessionário, tramita no Juízo de Direito da Comarca de Curiúva-PR, o processo nº 119/79 de Ação Discriminatória, requerida pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF e Estado do Paraná, tendo por objeto a discriminação da totalidade da área que constitui as terras das denominadas Glebas 8 e 9 da Colônia São Jerônimo, abrangendo os lotes de terreno cujos direitos de posse são transferidos e cedidos por este instrumento. Nesse processo os "cedentes" obtiveram sentença favorável na Primeira Instância, julgando improcedente a ação, da qual apelaram os Autores para o Egrégio Tribunal de Alçada do Estado (Apelação Cível Nº 1.121/83), ainda pendente de reexame. Não obstante, os cedentes visando extinguir o processo, dirigiram proposta escrita de acordo ao Sr. Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF em data de 12-06-88 (Protocolo Nº 004290), comprometendo-se a reconhecer a procedência da ação discriminatória, desistir da contestação e concordar com os termos da apelação, desde que lhes assegurada a titulação dos lotes de terreno objeto deste contrato, independentemente de pagamento de qualquer espécie. Após aprovado administrativamente o acordo proposto, deverá ser apresentado pelos litigantes, em conjunto, ao Judiciário para a devida homologação; -----

QUARTA : Assim como possuem o imóvel referido nas cláusulas anteriores, os cedentes por este instrumento cedem e transferem ao "cessionário" toda a posse e direitos que vêm mantendo e exercendo sobre os lotes de terreno enumerados na cláusula primeira pelo preço certo, justo e total de Cz\$5.192.772,00 (cinco milhões, cento e noventa e dois mil, setecentos e setenta e dois cruzados), a ser pago da seguinte forma: a) - Cz\$1.092.772,00 (um milhão, noventa e dois mil, setecentos e setenta e dois cruzados) mediante a transferência para o nome dos cedentes, do imóvel pertencente ao cessionário, constituído pelo apartamento nº 42 do 4º andar do "Edifício Taborda Bueno", situado na Rua Guilherme Puggley nº 2.006 - bairro Água Verde -, na Capital do Estado, com a área de 157,12750 m² e demais características constantes da Matrícula Nº 19.194 do Livro de Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da 5ª. Circunscrição da Comarca de Curitiba, adquirido mediante financiamento da Caixa Econômica Federal pelo Sistema Financeiro da Habitação, apresentando nesta data o saldo devedor de Cz\$4.907.228,00 (quatro milhões, novecentos e sete mil, duzentos e vinte e oito cruzados), que deve ser assumido e passa à responsabilidade dos cedentes. Para



tanto, o cessionário e sua mulher outorgaram em data de 10-06-88 instrumento público de procuração lavrado às fls. 129 do Livro Nº 33 do Tabelionato desta cidade, que integra este contrato, constituindo os cedentes como seus bastante procuradores, a fim de escriturarem o imóvel para os nomes deles cedentes ou em favor de quem indicarem; b) - Cz\$4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil cruzados), mediante a entrega do cheque nº emitido nesta data pelo cessionário contra o Banco do Estado do Paraná S.A. - Agência de São Jerônimo da Serra - conta-corrente nº , nominal ao cedente JOÃO DE MARIA CAMARGO, para apresentação no dia 06 (seis) de agosto do ano de 1.988; -----

QUINTA : Desde que a legislação que rege o Sistema Financeiro da Habitação e também as normas da Caixa Econômica Federal permitam, o cessionário concorda que o apartamento seja escriturado em nome dos cedentes ou de quem indicarem, através da procuração outorgada, referida na letra a) da cláusula quarta, permanecendo em nome do cessionário o financiamento, a fim de que não seja alterado o plano de reajustamento das prestações; -----

SEXTA : Convertido em dinheiro o cheque discriminado na cláusula quarta, letra b), automaticamente estará quitado o preço da presente cessão e transferência de direitos de posse, sem quaisquer outras formalidades; -----

SÉTIMA : A partir desta data fica o cessionário imitido na posse do imóvel descrito na cláusula primeira e de sua inteira responsabilidade o pagamento de todos os impostos e taxas que sobre ele recaiam ou venham a recair, mesmo que lançados em nome dos cedentes; -----

OITAVA : De comum acordo estabelecem os contratantes que no prazo de 30 (trinta) dias, desta data, os cedentes providenciarão que os comodatários DOMINGOS MACHADO, ARLINDO PEDROSO e JOSÉ FERNANDES SANTIAGO e suas famílias, desocupem o imóvel, salvo se houver produtos agrícolas deles a serem ali colhidos, quando farão a desocupação após a colheita; -----

NONA : Na eventualidade de negativa dos comodatários quanto à desocupação amigável do imóvel, os cedentes aqui se obrigam a imediatamente exercitarem o direito que lhes assiste em decorrência dos contratos escritos de comodato firmados com os nominados comodatários, sem quaisquer ônus para o cessionário; -----

DÉCIMA: A partir de hoje ficam os "cedentes" imitidos na posse do apartamento descrito na letra a) da cláusula quarta, correndo à sua conta e responsabilidade todos os impostos e taxas, inclusive de condomínio, que incidam ou venham a incidir sobre ele, mesmo que lançados em nome do cessionário, que ora declara não pesar sobre o aludido apartamento quaisquer débitos vencidos relativos a prestações do financiamento perante a Caixa Econômica Federal, taxas de condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); -----

DÉCIMA-PRIMEIRA : De comum acordo fica estabelecido que se eventualmente não for aprovada a proposta de acordo dirigida pelos cedentes ao ITCF no sentido da gratuidade

- segue no verso -





da titulação, as despesas dessa titulação serão de exclusiva responsabilidade do cessionário, sem quaisquer ônus para os cedentes. Da mesma forma, se eventualmente for totalmente rejeitado o acordo e o processo da ação discriminatória tiver prosseguimento, com a reforma da sentença de primeiro grau, de tal modo que a titulação deva ser paga, tais despesas serão de exclusiva responsabilidade do cessionário, também sem quaisquer ônus para os cedentes; -----

DÉCIMA-SEGUNDA : Fica esclarecido que os cedentes não assumem qualquer responsabilidade pela demora que houver perante o ITCF para obtenção do resultado final da proposta de acordo encaminhada, nem tampouco pelo próprio resultado, de cujos termos do acordo o cessionário tem pleno conhecimento através da cópia que integra este instrumento; -----

DÉCIMA-TERCEIRA : O cessionário aqui declara ter conhecimento de que os cedentes, quando do ajuizamento do acordo, para extinguir a ação discriminatória perante o Judiciário, exigirão a anuência e concordância do ocupante Joaquim Néia de Oliveira ou de quem tenha adquirido de João Francisco Dias, a área de 43,47 alqueires paulistas, vendida a este pelos pais e tios dos cedentes, João Ambrósio de Camargo e sua mulher Irene Monegaglia de Camargo, conforme Registro 1 da Matrícula Nº 1.382 do Livro de Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de São Jerônimo da Serra, a fim de se resguardarem dos riscos da evicção, ante a anulação dos títulos de domínio que foram exercidos sobre as áreas das Glebas 8 e 9 da Colônia São Jerônimo, cuja anulação decorrerá dos próprios termos do acordo; -----

DÉCIMA-QUARTA : Se por ocasião do ajuizamento do acordo for viável e possível a titulação dos lotes objeto da presente cessão, diretamente em nome do cessionário, os cedentes assim formularão o acordo; -----

DÉCIMA-QUINTA : O cessionário declara, também, ter conhecimento de que sobre a área de 175,90 hectares, constituída pelos lotes : 24, 25, 26 e 27 da Gleba nº 9 da Colônia São Jerônimo incide título de domínio em nome dos cedentes (Registro nº 1 da Matrícula Nº 1.694) do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, originário dos pais e tios dos cedentes, já referidos, cuja posse adquiriram através de Ação Reivindicatória que tramitou no Juízo de Direito desta Comarca, da qual resultou Acórdão favorável do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, transitado em julgado; -----

DÉCIMA-SEXTA : Fica estabelecido que no prazo de 30 (trinta) dias desta data, os cedentes providenciarão a remoção dos bens de sua propriedade, existentes no imóvel, tais como: gado, cavalo, mula, móveis e objetos de uso doméstico, um triturador, um debulhador de milho, uma carroça com 04 (quatro) rodas, uma carretinha para jipe, uma balança, palanques de madeira para confecção de cerca que se acham depositados no pátio da casa situada na sede do imóvel e demais utensílios que não fazem parte desta cessão; -----

DÉCIMA-SÉTIMA : De comum acordo estabelecem que o presente contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando aos seus herdeiros e ou sucessores;

DÉCIMA-OITAVA : Neste ato os cedentes entregam ao cessionário as vias originais dos instrumentos particulares através dos quais adquiriram a posse sobre os lotes nºs: 08, 12, 13, 19, 20, 21, 22 e 23 da Gleba nº 9 da Colônia São Jerônimo, a fim de que também integrem este contrato; -----

DÉCIMA-OITAVA : Estabelecem os contratantes que no caso de a titulação ser feita pelo ITCF em nome dos ora cedentes, estes se obrigam, de imediato, à outorga da competente escritura pública de transmissão do domínio em favor do cessionário, em cumprimento à cessão ora feita, independentemente do pagamento de qualquer preço, correndo, porém, as despesas de escritura, impostos e taxas que houver, por conta exclusiva do cessionário, sem quaisquer ônus para os cedentes; -----

DÉCIMA-NONA : Elegem o foro da Comarca de Curiúva-PR, para dirimência de quaisquer questões resultantes deste instrumento.


Assim, prometendo os cedentes fazer a presente cessão sempre boa, firme e valiosa, firmam este contrato com o cessionário, datilografado em 05 (cinco) páginas, com 03 (três) vias, cada uma, na presença de 02 (duas) testemunhas. -----

São Jerônimo da Serra, 11 de junho de 1988

  
( João de Maria Camargo )

  
Pp NILDO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO

  
Pp MARGARIDA MARIA MERCER CAMARGO

  
( João Luiz Perusso )

T E S T E M U N H A S :





## CARTÓRIO DO TABOÃO

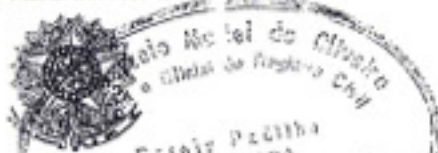
José Marcelo Maciel de Oliveira

TABELIÃO VITALÍCIO  
CPF N.º 000.504.229-91

ITC

Fls. 23

RUA MATEUS LEITE, 1425 - TELEFONE: 252.1314 - CURITIBA - PARANÁ

CARTÓRIO  
CURITIBA

PROCURAÇÃO bastante que fazem: NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO e sua mulher, na forma abaixo:-----

S A I B A - que este público instrumento de procuração bastante-virem que aos cinco dias do mes de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e sete nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, em - Cartório compareceram como outorgantes NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, C.I. - 174.133-PR. serventuário da justiça e sua mulher MARGARIDA MARIA MERCER CAMARGO, C.I. 345.280-PR. do lar, ambos brasileiros, casados entre si - sob o regime de comunhão universal de bens, inscritos no CPF010.515.559-49, residentes e domiciliados nesta cidade na Rua Ivo Leão, nº1.125 ap. - 1.301, Centro Civico; reconhecidos como os próprios por mim Empregada Ju ramentada do Tabelião que esta subscreve, mediante os documentos que me foram apresentados do que dou fé. E aí pelos outorgantes me foi dito que nomeiam e constituem seu bastante procurador JOÃO DE MARIA CAMARGO, C.I. 273.678-PR. brasileiro, solteiro, maior, serventuário da justiça inscri to no CPF 002.108.979-53, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Ve reader Washington Mansur, 987; a quem conferem poderes amplos e gerais - para o fim especial de ceder e transferir a quem entender e lhe convier, os direitos possessórios que detêm em condomínio com o ora outorgado, so bre o terreno rural com a área de 380,90 hectares ou seja 157,39 alquei res paulistas, no imóvel Fazenda Lagoa, situado no Município de Sapopema Comarca de Curiúva, deste Estado, constituído pelos lotes números: 08, - 12, 13, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, e 27 da "suposta Gleba nº09 da - Colonia São Jeronimo" com as seguintes divisas e confrontações: ao NORTE faz frente para uma Estrada Municipal, ao SUL faz divisa com terras de - Joaquim Neia de Oliveira, a LESTE divide com o Ribeirão Lageado liso e a OESTE divide com terras de Manoel Sotto e José Peralta, contendo como - benfeitorias: Ol casa de madeira coberta com telhas de barro; ol pocilga construída em alvenaria e tijolos, coberta com telhas de barro; Ol depo sito construído em alvenaria e tijolos, coberto com telhas de barro, cer cas de arame farpado e demais benfeitorias; sendo que a área de 175,90 - hectares, integrada pelos lotes 24, 25, 26 e 27 da suposta Gleba nº9 da - Colonia São Jeronimo, acima referidos se acha cadastrada no INCRA sob o Código: 713.058.020.915-3 em nome de Eurides Dallastra Bonfante; podendo para tanto, estabelecer o preço, prazo e condições; estipular cláusulas e condições; assinar contratos particulares ou escritura pública de ces são de direitos possessórios, descrever e confrontar o imóvel; transmi- tir posse, direitos e ação, receber o preço e dar quitação; no caso de o pagamento do preço ser a prazo, aceitar que o saldo seja representado - por notas promissórias, "pro-solvendo", emitidas pelo cessionário em fa vor do próprio outorgado, vinculadas ao instrumento de cessão de direitos

DIRETORIA LEGISLA  
42  
A





## CARTÓRIO DO TABOÃO

José Marcelo Maciel de Oliveira

TABELIÃO VITALÍCIO

CPF N.º 000.504.220-91

RUA MATEUS LEME, 1425 - TELEFONE: 252-1314 - CURITIBA - PARANÁ

fazer a cessão sempre boa, firme e valiosa, pelos outorgantes seus her-  
deiros e sucessores; podendo praticar, enfim, todos os demais atos que se  
fizerem necessários ao cumprimento deste mandato, que a todo tempo darão  
por bom firme e valioso. Dispensadas as testemunhas de acordo com o pro-  
vimento 356 da Corregedoria geral da Justiça do Estado do Paraná. Custas  
para serventia 0,100 VRC Cz\$44,09 para Associações 0,012 VRC Cz\$5,28. -  
Assim o disseram e me pediram este instrumento que lhes li e achado con-  
forme aceitam e assinam perante mim JOSÉ MARCELO MACIEL DE OLIVEIRA GINA CEMILIA SIQUEIRA BLUM, -  
Empregada Juramentada que o escrevi. Eu, DOROTY  
PADILHA, Escrevente Juramentada que o subscrevi. (a.a.) NILO JOSÉ DE SOU-  
ZA CAMARGO; MARGARI DA MARIA MERCER CAMARGO.

E R A o que se continha em dita procuração aqui bem e fiel-  
mente trasladada de seu próprio original pela primeira vez e na mesma da-  
ta do que dou fé. Eu, DOROTY PADILHA Escrevente Jura-  
mentada que o fiz datilografar, conferir, subscrever, datar e assinar em pú-  
blico e raso.

CURITIBA 05 de agosto de 1987

EM TESTE DA VERDADE

ESCREVENTE JURAMENTADA







Paulino Andreoli  
João Batista dos Anjos  
Mozart Pizzatto Andreoli  
ADVOGADOS

12.004-258-004290

Ilmo. Sr. Presidente do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF

- 1 JUN 10 25 88 004290

Cópia



JOÃO DE MARIA CAMARGO e outros, vêm, mui respeitosamente, à presença de V.S. a fim de expor e requerer:

Como já é do conhecimento de V.S., tramita no Juízo de Direito da Comarca de Curiúva, deste Estado, o processo de Ação Discriminatória (autos nº 119/79) que esse Instituto e o Estado do Paraná movem contra os ora petiçãoários, todos ali já qualificados e representados pelo advogado infra-assinado, tendo por objeto a discriminação das terras das denominadas Glebas 8 e 9 da Colônia São Jerônimo.

Nesse processo, os petiçãoários, únicos contestantes, obtiveram sentença favorável que julgou improcedente a ação, da qual apelaram os Autores para o Egrégio Tribunal de Alçada do Estado (Apelação Cível nº 1.121/83), cujo processo ainda em grau de apelação baixou em diligência à Comarca de origem, onde até agora se encontra.

Apesar da sentença favorável, os petiçãoários não desejando prosseguir no processo, propõem acordo visando extingui-lo, nos seguintes termos:

1 - Desde que assegurada aos requerentes JOÃO MARIA CAMARGO e NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, a titulação, sem pagamento de qualquer espécie, dos lotes: a) 8(oito), 12(doze), 13(treze), 19(dezenove), 20(vinte), 21(vinte e um), 22(vinte e dois) e 23(vinte e três), com a área de 205,00 ha ou 84,71 alqueires; b)- 24(vinte e quatro), 25(vinte e cinco), 26(vinte e seis) e 27(vinte e sete), com a área de 175,90 ha ou 72,68 alqueires; todos situados na denominada Gleba 9 da Colô-



nia São Jerônimo, com os limites e confrontações constantes da planta e memorial descritivo organizados pela 4a. Inspeção de Terras do então Departamento de Geografia, Terras e Colonização, os petiçãoários se comprometem a reconhecer a procedência da ação discriminatória, desistindo da contestação e concordando com os termos da apelação, o que justificaria a reforma da sentença proferida, permitindo sejam declaradas e reconhecidas como devolutas as terras integrantes das Glebas 8 e 9 da mencionada Colônia São Jerônimo.

2 - Quanto à documentação juntada pelos Autores na Ação Discriminatória, relativa ao pedido de decretação de nulidade de títulos de domínio incidentes sobre as áreas das Glebas 8 e 9, inclusive as transcrições nºs 1.387 do Livro 3-A, 15.154 do Livro 3-N e Matrícula nº 1.694, todas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra, deste Estado, referentes aos lotes enumerados no item 1, letra b) deste requerimento, serão objeto de reconhecimento e decretação de nulidade nos próprios autos.

3 - As condições aqui estabelecidas, não implicam em reconhecimento ou perda de direitos por parte dos ora petiçãoários, senão após a formalização do pedido perante o Judiciário.

Assim, requerem seja administrativamente apreciada a proposta de acordo aqui formulada, para no caso de aprovada, ser feita em conjunto, pelos litigantes, nos autos da Ação Discriminatória.

Nestes termos, pedem deferimento

Curitiba, 31 de maio de 1.988.-



= INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS  
DE POSSE SOBRE UMA ÁREA RURAL DE TERRAS =

ITC

27

46

Instrumento particular de Cessão e Transferência de Direitos de Posse sobre uma área rural de terras que, entre si, fazem: de um lado, como outorgantes cedentes, d'oravante aqui denominados simplesmente "cedentes" : JOSÉ CLÁUDIO LINO, lavrador, portador do Título Eleitoral Nº - 63a. Zona - Secção - São Jerônimo da Serra-PR, filho de Ermelino Cláudio Lino e Messias Camargo Sutil; ----- e sua mulher MARIA JOSÉ DE CAMPOS LINO, do lar, portadora do Título Eleitoral Nº 30.998 - 63a. Zona - 14a. Secção - São Jerônimo da Serra-PR; filha de Vergilino Mariano de Campos e Cristina Pereira de Campos; ambos brasileiros, casados entre si no regime da comunhão de bens, inscritos no CPF/MF sob nº 362.232.919-53, residentes e domiciliados no imóvel denominado "Fazenda Lagoa", no lugar Barrinha, Município de Sapopema, Comarca de Curiúva-PR; e de outro lado, como outorgados cessionários, daqui em diante simplesmente denominados "cessionários" neste instrumento: JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53 e NILÓ JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 174.133-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.559-49, ambos residentes e domiciliados na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, mediante as cláusulas e condições seguintes: -----

PRIMEIRA : Os "cedentes", na qualidade de possuidores de uma área rural de terras, com aproximadamente 8,32 alqueires paulistas, ou seja, 20,1 hectares, destacada do imóvel denominado "Fazenda Lagoa", no lugar conhecido por Barrinha, Município de Sapopema, Comarca de Curiúva-PR e que supostamente constituiria a metade do lote nº 19 (dezenove) da Gleba 9 da Colônia São Jerônimo, dividindo com terras dos próprios "cessionários", cuja outra metade do referido lote nº 19, da qual eram detentores da posse Amado Cláudio Lino e sua mulher Rosa de Camargo Lino já foi por estes cedida e transferida aos ora "cessionários" em data de 28 de outubro de 1979 - resolveram de comum e pleno acordo com os "cessionários", sem coação de qualquer natureza, ceder-lhes e transferir-lhes, como de fato ora cedido e transferido têm, os direitos de posse que até agora vinham detendo sobre a área supra mencionada de terras; -----

SEGUNDA : Que, de comum e pleno acordo os "cedentes" e "cessionários" ajustaram entre si, que o pagamento a ser feito pelos "cessionários" aos "cedentes" em razão da pre-

- segue no verso -

1. José Cláudio Lino

Maria José de Campos Lino

R. S. A. L.

R. S. A. L.

Domingos Machado

R. S. A. L.



sente cessão e transferência de direitos de posse será representado e efetivado pela outorga da competente escritura pública de dação em pagamento que os "cessionários" João de Maria Camargo e Nilo José de Souza Camargo e sua mulher Margarida Maria Mercer Camargo, este último casal representado por seu procurador, o primeiro cessionário João de Maria Camargo, tendo por objeto a área rural de terras de sua propriedade, com 12,10 hectares, ou seja, 5,00 alqueires paulistas, constituída de parte do Lote nº C-11, situado na Fazenda Paraíso, Município e Comarca de Congonhinhas, deste Estado, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Começa no ponto A na margem esquerda do Rio Congonhas, e segue com o rumo de 39°54'SO, confrontando com o restante do lote nº C-11 e assim caminha 1.470 metros; até a estaca 55+ 47 metros, dá-se uma deflexão de 76°00 esquerda e segue 1.430 metros, confrontando com o lote C-10, com 28°04'NE, até o Rio Congonhas e por este, abaixo, até o ponto inicial, onde fecha a área de 5,00 alqueires paulistas." Cadastrado no INCRA sob nº 712.060.009.229-5 - área total 12,1 ha; havido pelos cessionários por compra feita a Sebastião Sampaio da Silva e sua mulher Angelica Pedrada Silva, conforme escritura pública lavrada em data de 16-11-1 979, às fls. 174 do Livro nº 28 do Tabelionato de Notas de Nova Fátima-PR, devidamente registrada sob nº 1 da Matrícula Nº1.249 do Livro 2-F de Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Congonhinhas-PR; inteiramente livre e desimpedido de quaisquer ônus judiciais ou extra-judiciais e impostos; --

TERCEIRA : Fica avençado, neste ato, que a escritura referida na cláusula anterior deverá ser lavrada e assinada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data, perante o mesmo Tabelionato de Nova Fátima-PR, obrigando-se os "cessionários" a providenciar tudo que necessário for a essa finalidade, sem quaisquer encargos, ônus ou despesas para os "cedentes" que, por sua vez, desde já se obrigam a assiná-la; -----

QUARTA : Os contratantes, também de comum e pleno acordo ajustam entre si que não faz parte da presente cessão e transferência de direitos possessórios, a benfeitoria consistente em uma casa de madeira, coberta de telhas, edificada na mencionada área de terras de 8,32 alqueires, pelos "cedentes" no ano de 1 980, ficando, portanto, excluída da mesma cessão e autorizados os "cedentes" a removê-la, juntamente com quaisquer outras benfeitorias porventura ali existentes, para a área objeto da escritura de dação em pagamento acima descrita, às próprias expensas dos "cedentes", sem quaisquer despesas para os "cessionários", cuja remoção deverá se concretizar até a data da assinatura da

-segue às fls. 02-





Pazenda Lagoa, 26 de novembro de 1 983



José Claudio Lino  
( José Cláudio Lino )

Maria José de Campos Lino  
(Maria José de Campos Lino )

João de Maria Camargo  
( João de Maria Camargo )

Pp (João de Maria Camargo)  
(João de Maria Camargo )

TESTEMUNHAS :

Domingos machado

Reginaldo Prohmann

Reconheço verdadeiras as firmas supra, de José Claudio Lino, Maria José de Campos Lino, João de Maria Camargo, Domingos Machado e Reginaldo Prohmann, do que dou fé.

Em test. da verdade.  
Nova Fatima, 23 de dezembro de 1983.

Tabelião.





\* RECIBO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS DE POSSE E VENDA  
DE BENFEITORIAS, MADEIRAS E OUTROS PERTENCENÇAS \*

C\$75.000,00

AMADO CLÁUDIO LINO, lavrador, portador do Título Eleitoral Nº 14.368 - 63ª Zona - São Jerônimo da Serra-PR, e sua mulher ROSA DE CAMARGO LINO, do lar, portadora do Título Eleitoral Nº 30.928 - 63ª Zona - São Jerônimo da Serra-PR, abaixo assinados, ambos brasileiros, casados entre si, residentes no imóvel denominado Fazenda Lagoa, no lugar Barrinha, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, pelo presente, D E C L A R A M, para que surta os seus devidos e legais efeitos que, nesta data, R E C E B E R A M dos Srs. NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 174.133-PR, inscrito no C.P.F. do M.F. sob nº 010.515.559-49 e JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 273.678-PR, inscrito no C.P.F. do M.F. sob nº 002.108.979-53, ambos residentes e domiciliados na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, - a quantia supra de C\$75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), em moeda corrente nacional que contaram e acharam exata, da qual lhes são plena, geral e irrevogável quitação, como pagamento total do preço da cessão e transferência de direitos de posse que ora lhes fazem, sobre uma área de terras que até agora vinham ocupando, com aproximadamente 9 (nove) alqueires paulistas, desmatada do imóvel denominado Fazenda Lagoa, no lugar conhecido por Barrinha, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, a que supostamente constituiria o lote com número 10 (dez) da Gleba 9, da Colônia São Jerônimo; dividindo de um lado com posse de José Menino Cláudio Lino; de outro lado com terras pertencentes aos próprios cessionários; nos fundos com terras cuja posse pertenceu, anteriormente, a Andreolina Amâncio Rolin, hoje de propriedade dos mesmos ora cessionários e, finalmente, pela frente com terras da mesma Fazenda Lagoa;

D E C L A R A M mais, que no preço acima referido estão incluídas as benfeitorias existentes na mesma área de terras, consistentes em um (1) rancho de morada construído de pau a pique e barro, coberto com taboinhas; 1 (um) chiqueiro, também de pau a pique, coberto com sapé; 150 (cento e cinquenta) pés de café; 10 (dez) dúzias de lascas para cerca, já tiradas; 10 (dez) toras de canjarana e peroba, com 2,00m de comprimento, cada uma, também já derrubadas; toda a madeira existente no terreno, quer em pé ou derrubada e quaisquer outras benfeitorias porventura aqui não referidas; tudo o que faz parte da venda ora feita;

DECLARAM MAIS que fazem a presente cessão e transferência de direitos de posse e venda de benfeitorias, de livre e espontânea vontade, sem qualquer coação, subrogando os cessionários antes qualificados, em todos os direitos de posse que até agora vinham exercendo sobre a mencionada área de terras,

- segue no verso -



para que desta data em diante possam os mesmos cessionários de la usar e gozar, como sua que fica sendo por força deste instrumento, prometendo por si, seus herdeiros ou sucessores a fazer sempre boas, firmes e valiosas a presente cessão e transferência de direitos de posse e venda de benfeitorias, isentas de quaisquer dúvidas;

DECLARAM MAIS que, também por este instrumento se obrigam a entregar aos cessionários o imóvel objeto desta cessão e transferência, inteiramente livre e desocupado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar desta data, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ou quaisquer outras exigências ou formalidades, sob pena de se sujeitarem às sanções legais aplicáveis, obrigando-se, outrossim, a zelarem e defenderem o imóvel contra quaisquer turbações de terceiros, durante esse período;

DECLARAM MAIS, em consonância com ajuste verbalmente estabelecido entre os ora declarantes cedentes e os cessionários, que os mesmos cedentes ficarão com o direito à colheita dos produtos que irão obter das plantações que já fizerem no imóvel, com a faculdade, se assim o desejarem os cessionários, de adquirirem tal colheita, mediante o pagamento do justo preço, vigente à época na região. Tal direito, entretanto, jamais será alegado como continuação de exercício de posse na área plantada e pendente de colheita;

DECLARAM, FINALMENTE, que achando-se pagos e satisfeitos de todos os seus haveres, em razão da cessão e transferência de direitos agora feita e da venda das benfeitorias já discriminadas, nada mais tendo dos cessionários a reclamar, entregam-lhes, neste ato o imóvel, firmando este instrumento em presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes. Apõem, também, sua concordância os cessionários.

Barrinha, 28 de outubro de 1979

( Amado Cláudio Lino )

( Rosa de Camargo Lino )

" DE ACORDO "

( Nilo José de Souza Camargo )

( João de Maria Camargo )

TESTEMUNHAS :

( Apárício Rosa de Oliveira )

( Sebastião Osório de Aguiar )



RECIBO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS DE POSSE E VENDA  
DE BENFEITORIAS, MADEIRAS E OUTROS PERTENCES

Cr\$100.000,00

JERÔNIMO ROLIM SUTIL, infra-assinado, portador do Título Eleitoral Nº 14.726 - 63ª Zona - São Jerônimo da Serra-PR, e sua mulher MARIA DE JESUS SUTIL, ambos brasileiros, casados entre si, lavradores, residentes na Fazenda Lagos, no lugar denominado Barrinha, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, pelo presente DECLARAM, para que surta os seus devidos e legais efeitos que, nesta data, RECEBERAM dos Srs. NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 174.133-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.559-49 e JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53, ambos residentes e domiciliados na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, a quantia supra de Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros), em moeda corrente nacional, que contaram e acharam exata, da qual lhes dão plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, como pagamento total da cessão e transferência de direitos de posse que ora lhes fazem, sobre uma área de terras com aproximadamente 15 (quinze) alqueires paulistas, destacada do imóvel denominado Fazenda Lagos, no lugar Barrinha, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, e que supostamente constituiria o Lote sob nº 8 (oito) da Gleba nº 9, da Colônia São Jerônimo, dividindo de um lado com os próprios cessionários; de outro com posse de Pedro Simonassi; de outro com posse do Sr. Iokoyama e, finalmente, pelo último lado com posse de João Maria Ross de Oliveira ou Messias Rolim; bem como da venda das respectivas benfeitorias existentes no citado imóvel, consistentes em um rancho de morada, de pau a pique, coberto de sapé; chiqueiros e alguns pinheiros, em número de 30 (trinta), aproximadamente, com 15 anos; e demais madeiras em pé ou derrubadas, com exceção de 1 (uma) peroba em pé e 1 (uma) cerca de arame farpado composta de 2 (dois) rolos de arame, que não fazem parte desta cessão.

DECLARAM MAIS que, embora o imóvel objeto da presente cessão esteja cadastrado no INCRA sob nº 713.058.553/6, em nome do pai e sogro dos cedentes, referida posse vem sendo exercida há mais de 10 (dez) anos por eles cedentes, com o pleno conhecimento e total concordância dos pais e sogros dos ora cedentes, que anterior-

- continua no verso -

ITC

Fig. 30



52

f

João de Maria Camargo



mente eram os detentores dessa posse.

DECLARAM MAIS, que os pais e sogros dos ora cedentes : JOSÉ ROLIM SUTIL e sua mulher MARIA MARGARIDA DE FÁRIA, brasileiros, casados entre si, lavradores, residentes e domiciliados em Terra Nova, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, convocados especialmente, comparecem a este ato para expressar sua anuência à presente cessão e transferência de direitos de posse e venda de benfeitorias, o que fazem apondo suas assinaturas neste instrumento.

DECLARAM, AINDA, que fazem a presente cessão e transferência de direitos de posse e venda de benfeitorias, de livre e espontânea vontade, sem qualquer coação, subrogando os cessionários em todos os direitos de posse que até agora vinham exercendo sobre a mencionada área de terras, para que desta data em diante possam os mesmos delas usar e gozar, como sua que fica sendo por força deste instrumento, prometendo por si, seus herdeiros ou sucessores a fazer a presente cessão e transferência sempre boa, firme e valiosa e isenta de dúvida.

DECLARAM MAIS que, por liberalidade dos ora cessionários, e de conformidade com o que entre si ajustaram, os cedentes permanecerão morando no imóvel até o término da colheita dos produtos que irão plantar até o final do corrente ano em áreas determinadas do terreno, nas quais se obrigam a formar pastagens para os cessionários, ou lavoura de mamona, tudo na conformidade das condições ajustadas, cuja permanência dos cedentes no imóvel, jamais poderá ser alegada como continuação da posse ora cedida e transferida, sob pena de ser havida como esbulho e sujeita às medidas judiciais cabíveis. Durante esse período em que permanecerem no imóvel, os cedentes se obrigam a defendê-lo contra qualquer turbacão por parte de terceiros, fazendo pronta comunicação aos cessionários de qualquer manifestação nesse sentido. Os ora cedentes, se oportunamente lhes convier, poderão anteciper sua retirada do imóvel, mediante os necessários entendimentos e acertos com os cessionários, tão somente com relação à colheita de produtos das plantações que porventura houverem feito.

Assim, por se acharem pagos e satisfeitos do preço total de cessão e transferência ora feitas e nada mais tendo a reclamar dos cessionários, os cedentes abaixo firmem este instrumento. Da mesma forma os





anuentes, pais e sogros dos cedentes, de vez que nada têm a reclamar com relação à presente cessão, pois com eles estão de pleno acordo, também firmam-na.

Por não saberem assinar, a cedente e a anuente antes referidas, apõem no presente instrumento as impressões digitais de seus polegares direitos, assinando a rogo de Maria de Jesus Sutil, o Sr. APARÍCIO ROSA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, maior, lavrador, aqui residente e a rogo de Maria Margarida de Faria, o Sr. JOÃO MARIA ROSA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, maior, lavrador, aqui residente, na presença das 4 (quatro) testemunhas, a tudo presente e infra-assinadas.

Barrinha, 12 de outubro de 1979

Jerônimo Rolim Sutil  
( Jerônimo Rolim Sutil ) cedente

José Rolim Sutil  
( José Rolim Sutil ) anuente

Aparício Rosa de Oliveira  
( Aparício Rosa de Oliveira )

A rogo de Maria de Jesus Sutil

João Maria Rosa de Oliveira  
( João Maria Rosa de Oliveira )

A rogo de Maria Margarida de Faria

(Nilo José de Souza Camargo)  
Cessionário

DE ACORDO :

(João de Maria Camargo)  
Cessionário

TESTEMUNHAS :

Amado Cláudio Lino  
( Amado Cláudio Lino )

Vanderli de Lima Marques  
( Vanderli de Lima Marques )

Jonas Rolim Sutil  
( Jonas Rolim Sutil )

Sebastião Osório de Aquino  
( Sebastião Osório de Aquino )



P.D. - MARIA DE JESUS SUTIL  
P.D. - MARIA MARGARIDA DE FARIA

\* RECIBO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS DE POSSE E VENDA  
DE BENFEITORIAS, MADEIRAS E OUTROS PERTENCES \*

C\$132.000,00

ANDREILINA AMÂNCIO ROLIN, brasileira, viúva,

lavradora, residente no lugar conhecido por Barrinha, sito no imóvel denominado Fazenda Lagoa, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, pelo presente declara, para que surta os seus devidos e legais efeitos que, nesta data, recebeu dos Srs. NILDO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da C.de Identidade R.G. Nº 174.133-IR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.559-49 e JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, Serventuário da Justiça, portador da C. de Identidade R.G. Nº 273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53, ambos residentes e domiciliados em Curitiba-PR, a quantia supra de C\$132.000,00 (cento e trinta e dois mil cruzeiros), em moeda corrente nacional que contou e achou exata, da qual lhes dá plena e geral quitação, como pagamento total da cessão e transferência de direitos de posse que ora lhes faz, de que é detentora, sobre uma área de terras destacada do imóvel denominado Fazenda Lagoa, sita no Município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, com aproximadamente 22 (vinte e dois) alqueires paulistas, no lugar denominado Barrinha, e que supostamente constituiria os Lotes 23 e 22 da Gleba 9 da Colônia São Jerônimo, bem como as respectivas benfeitorias consistentes em um (1) rancho de morada, de pau a pique, coberto de sapé e toda a madeira em pé ou derrubada, existente no mencionado terreno e toda e qualquer outra benfeitoria aqui não mencionada, cuja área de terras divide, de um lado, com posse de Messias Rolim ou João Maria Rosa de Oliveira; de outro lado com terras dos próprios cessionários; pela frente com posse de Amado Cláudio Lino e nos fundos pelo Rio Lageado Liso, com propriedade de Paulo José Bueno.

DECLARA MAIS que faz a presente cessão e transferência de direitos de posse e venda de benfeitorias, de livre e espontânea vontade, sem qualquer coação, subrogando os cessionários em todos os direitos de posse que até agora vinha exercendo sobre a supra mencionada área de terras, para que desta data em diante possam os mesmos dela usar e gozar, como sua que fica sendo por força deste instrumento, prometendo por si, seus herdeiros ou sucessores fazer a presente cessão e transferência sempre boas, firmes e valiosas e isentas de dúvidas.

DECLARA MAIS que, pelo presente instrumento, se obriga a entregar aos cessionários o imóvel objeto desta cessão e transferência, inteiramente livre e desocupado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar desta data, independentemente de quaisquer outras formalidades ou exigências, sob pena de sujeitar-se às medidas judiciais cabíveis, obrigando-se a zelar e defender o imóvel contra quaisquer turbações por parte de terceiros, durante esse período, sob pena de também ser responsabilizada judicialmente.

DECLARA; FINALMENTE, que se achando inteiramente satisfeita,  
- segue no verso -





ramente paga e satisfeita do preço da cessão e transferência ora feitas, como antes está referido, nada mais tem a reclamar dos cessionários a qualquer título.

Por não saber assinar a declarante, assinou a seu rogo, seu filho JOSÉ ROLIN SUTIL, brasileiro, solteiro, maior, lavrador, também residente no lugar Barrinha, na presença das 2 (duas) testemunhas a tudo presentes, que também abaixo firmam este instrumento, para que surta os devidos e legais efeitos, apondo ela a impressão digital do polegar direito.

Barrinha, 28 de setembro de 1979

+ José Rolin Sutil

( José Rolin Sutil )

A rogo de Andreolina Amâncio Sutil.

P.D. - ANDRELINA  
AMÂNCIO  
ROLIN

TESTEMUNHAS :

Aparício Rosa de Oliveira  
( Aparício Rosa de Oliveira )

Amado Cláudio Lino  
( Amado Cláudio Lino )



Cn\$135,000.00

BENEDITO GRACIANO DA LUZ FILHO e sua mulher  
JÚLIA DA LUZ . infra-assinados, ele lá

vrador, ela do lar, ambos brasileiros, casados entre si, inscritos no CPF/MF sob nº 120.899.909- , residentes e domiciliados no imóvel denominado Fazenda Lagoa, no lugar conhecido por Barrinha, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, pelo presente D E C L A R A M que, nesta data, receberam dos Srs. NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário de Justiça, portador da C. de Identidade R.G. Nº 174.133-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.559-49 e JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, - Serventuário de Justiça, portador da C. de Identidade R.G.Nº 273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53, ambos residentes e domiciliados em Curitiba-PR, a quantia supra de Cr\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil cruzeiros), em moeda corrente nacional que contaram e acharam exata, de qual lhes dão plena e geral quitação, como pagamento total da cessão e transferência dos direitos de posse que ora lhes fazem, de que são detentores sobre uma área de terras desta cada do imóvel denominado Fazenda Lagoa, sito no Município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, e venda das respectivas benfeitorias, - equipamentos, animais, plantações, madeiras e outros pertences, e que consistem em : 2 (dois) ranchos de morada, de pau a pique, cobertos de sapé; 1 (um) paiol também coberto de sapé; 1 (uma) carroça tração puxada por 1 (um) animal; 1 (uma) roçadeira de tração animal; 1 (uma) água prenehe; 7 ( sete ) cabeças de suínos; 30 ( trinta ) cabeças de galinhas; plantação de mandioca; bananal; 5 dúzias de palanques para cerca; toda s madeira em pé co derrubada existente no terreno e outras benfeitorias porventura olvidadas; \*\*\*\*\*:

DECLARAM MAIS, que fazem a presente cessão e transferência de direitos de posse e venda das benfeitorias, equipamentos, plantações, madeiras e outros pertences, acima referidos, de livre e espontânea vontade, sem qualquer coação, nada mais tendo a reclamar aos cessionários e compradores, de vez que se acham inteiramente pagas e satisfeitos; \*\*\*\*\*

DECLARAM MAIS, que as áreas de terras, cujos direitos de posse ora são cedidos e transferidos, mede, aproximadamente, 15 alqueires paulistas, dividindo ao Norte com a Fazenda Lagoa e Gleba 2 - 2ª Parte, da Colônia São Jerônimo; ao Sul, pelo Ribeirão Água de Torre, com posse de José Rolim Sutil; a Oeste com a Fazenda Lagoa e a Leste com o Ribeirão Água da Pedra; achando-se cadastrada no INCRA sob nº 713.058.011.509;

DECLARAM, FINALMENTE, que, nesta data, acham-se pagos e satisfeitos, cedem e transferem aos mencionados cessiônários Nilo José de Souza Camargo e João de Maria Camargo, toda a posse e direitos que detinham sobre a referida área de terras, para que desta data em diante possam dela usar e gozar como sua que fica sendo por força deste instrumento, prometendo por si, seus herdeiros ou sucessores fazer esta cessão e transferência sempre boas, firmes e válidas e isentas de dúvidas, e, nesta mesma ocasião, fazem entrega do imóvel aos mesmos cessiônários que, neste ato, o recebem tal como antes descrito, com todas as benfeitorias e demais pertences referidos.

E, por ser verdade, firmam o presente recibo, para que surta os seus devidos e legais efeitos.

Fazenda Lagoa, 27 de julho de 1979

Benedito Graciano da Luz Filho

Julia da Luz

(2) Júlia de Luz



TESTEMUNHAS:



Aparício Rosa de Oliveira  
( Aparício Rosa de Oliveira )

Sebastião Osório de Aguiar

RECIBO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS DE POSSE E VENDA  
DE BENFEITORIAS, MADEIRAS E OUTROS PERTENCES

R\$126.000,00

JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, infra-assinado,

brasileiro, solteiro, maior, lavrador, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 3.062.066-PR, inscrito no CPF/MF sob número: 101.487.449-15, residente no lugar chamado Barrinha, no imóvel denominado Fazenda Lagos, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR e MESSIAS DE CAMARGO SUTIL LINO, brasileira, viúva, lavradora, nascida a 15-02-1.914, portadora da Certidão de Casamento Nº 306, extraída do Livro Nº 5, às fls. 37/38 do Cartório Distrital de São Jerônimo da Serra-PR, do Oficial João de Mello Moraes, também residente no lugar chamado Barrinha, no imóvel denominado Fazenda Lagos, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, que, por não saber assinar, abaixo põe a impressão digital do polegar direito, assinando a seu rogo, seu filho AMADO CLÁUDIO LINO, brasileiro, casado, lavrador, portador do Título Eleitoral Nº 14.368 -63ª Zona - São Jerônimo da Serra-PR, também residente no lugar Barrinha, em presença das testemunhas abaixo, pelo presente DECLARAM, para que surta os devidos e legais efeitos que, nesta data, RECEBERAM dos Srs. NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 174.133-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.559-49, e JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, Serventuário da Justiça, portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53, ambos residentes e domiciliados na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, e quantia supra de R\$126.000,00 (cento e vinte e seis mil cruzeiros), em moeda corrente nacional, que contaram e acharam exata, da qual lhes dão plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, como pagamento total da cessão e transferência de direitos de posse que ora lhes fazem de uma área de terras que há mais de vinte (20) anos vêm ocupando, com aproximadamente 21 (vinte e um) alqueires paulistas, destacada do imóvel denominado Fazenda Lagos, no lugar Barrinha, Bairro do Tigre, Município e Comarca de São Jerônimo da Serra-PR, e que supostamente constituiria os Lotes Nºs 20 e 21 (vinte e vinte e um) da Gleba Nº 9 (nove), da Colônia São Jerônimo, dividindo de um lado com posse de Licínio de Camargo; posse do Sr. Iokoyama; com os próprios cessionários e com Manoel Sotto e dos filhos com o Rio Lageado Liso e de outro lado com os próprios cessionários.

- continuação no verso -

TC

Fls. 34

DIRETORIA LEGISLATIVA

59

Pag. 4

D. DE MESSIAS  
CPF/MF sob nº 002.108.979-53

Amado Claudio Lino  
CPF/MF sob nº 010.515.559-49

Amado Claudio Lino  
CPF/MF sob nº 010.515.559-49



Cuja área se acha cadastrada perante o INCRA, em nome do cedente João Maria de Oliveira, sob nº 52 10 048 02663 - 46.



DECLARAM MAIS que do preço antes mencionado de Cr\$126.000,00, fazem parte, também, as benfeitorias existentes no aludido terreno, consistentes de 2 (dois) alqueires, aproximadamente, de floresta, todas as ou tres madeiras em pé ou derrubadas, lavoura de café, lavoura de cana, pequena área planta de capim, cercas de arame farpado, ranchos de morada de pau a pique, coberto de sapé e demais benfeitorias porventura aqui não referidas, que neste ato são vendidas aos cessionários e a elas ficam pertencendo integralmente.

DECLARAM MAIS que fazem a presente cessão e transferência de direitos de posse e venda de benfeitorias, de livre e espontânea vontade, sem qualquer coação, subrogando os cessionários em todos os direitos de posse que até agora vinham exercendo sobre a mencionada área de terras, para que desta data em diante possam os mesmos dela usar e gozar, como sua que fica sendo por força deste instrumento, prometendo por si, seus herdeiros ou sucessores e fazer a presente cessão e transferência sempre boa, firme e valiosa e isenta de dúvidas.

DECLARAM MAIS que se obrigam a desocupar o imóvel objeto deste instrumento, de imediato, sem quaisquer outras formalidades, sob pena de assim não fazerem do serem havidos como esbulhadores e sujeitos às medidas judiciais cabíveis, de vez que tendo recebido neste ato, integralmente, o preço pela cessão de direitos e venda das benfeitorias, declaram-se totalmente pagos e satisfeitos, nada mais tendo a reclamar dos cessionários.

DECLARAM MAIS que se necessário e quando convocados pelos ora cessionários, estarão sempre prontos a firmar quaisquer outros documentos no sentido de ratificar e formalizar a presente cessão e transferência de direitos, sem quaisquer outras exigências, perante o INCRA, repartições públicas federais, estaduais e municipais.

DECLARAM, FINALMENTE, que nada mais tendo a receber ou reclamar dos ora cessionários, firmam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, sendo que a cedente, como no início mencionado, por não saber assinar, assina a seu rogo, seu filho Amado Cláudio Lino, já qualificado, apondo ele a impressão digital do polegar direito, expressando, também sua concordância os ora cessionários.

Barrinha, 04 de novembro de 1979

João Maria de Oliveira  
( João Maria de Oliveira )  
(seguem-se as assinaturas às fls. 2)

RECIBO DE CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS DE POSSE E VENDA  
DE BENFEITORIAS, MADEIRAS E OUTROS PERTENCES, NO VALOR DE Cr\$.  
126.000,00 (cento e vinte e seis mil cruzeiros), firmado em da  
ta de 04 de novembro de 1979, por João Maria de Oliveira e  
Messias de Camargo Sutil Lino, a favor de João de Maria Camar-  
go e Nilo José de Souza Camargo.

FLS. 2 (dois) - CONTINUAÇÃO (ASSINATURAS)

Barrinha, 04 de novembro de 1979

João Maria de Oliveira  
( João Maria de Oliveira )

Amado Cláudio Lino  
( Amado Cláudio Lino )

A rogo de Messias de Camargo Sutil Lino

T E S T E M U N H A S :

Aparício Rosa de Oliveira José Rolim Sutil  
( Aparício Rosa de Oliveira ) ( José Rolim Sutil )

Jerônimo Rolim Sutil  
( Jerônimo Rolim Sutil )

Reginaldo Prohmann  
(Reginaldo Prohmann)

Nilo José de Souza Camargo  
( Nilo José de Souza Camargo )

D E A C O R D O :

João de Maria Camargo  
( João de Maria Camargo )



P.D. DE MESSIAS DE CAMARGO SUTIL LINO



- INSTRUMENTO PARTICULAR DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMODATO -

Pelo presente instrumento, os comodantes NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da C.Id. R.G. Nº 174.133-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.559-49 e JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, Serventuário da Justiça, portador da C.Id. R.G. Nº 273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53, este por si e também na qualidade de bastante procurador do primeiro, ambos residentes e domiciliados na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, ora de passagem por esta cidade, de pleno e comum acordo com o comodatário ARLINDO PEDROSO DA SILVA, brasileiro, casado, lavrador, portador da Certidão de Casamento Nº 3.363, extraída do Livro E-10 - fls. 297, do Cartório de Registro Civil do Município de Alvorada do Sul, Comarca de Bela Vista do Paraíso, Estado do Paraná, RESCINDEM, como de fato ora rescindido têm, o contrato particular de comodato que firmaram em data de 26 de julho de 1.980, tendo por objeto uma área de terras com aproximadamente 21 alqueires no imóvel Fazenda Lagoa, no lugar "Barrinha", cujo contrato fica fazendo parte integrante desta rescisão.

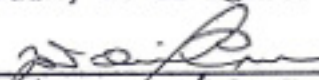
A presente rescisão ora é feita em razão de os comodantes haverem vendido a área objeto do comodato ao Dr. João Luiz Perusso.

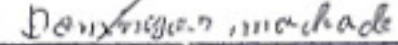
Assim, pela presente rescisão o comodatário restitui, no estado em que a recebeu, aos comodantes, a área objeto do comodato, declarando nada ter destes a reclamar em decorrência do mesmo contrato, nem a qualquer outro título, mesmo anteriormente, quando desenvolveu atividades no imóvel na qualidade de arrendatário, sem qualquer vinculação trabalhista ou empregatícia com os comodantes.

Finalmente, dando-se as partes por plenamente satisfeitas, nada mais tendo a reclamar uma da outra, firmam este instrumento, sendo que o comodatário, por não ser alfabetizado, assina a seu rogo, o Sr. Domingos Machado.

S. Jerônimo da Serra, 08 de agosto de 1988

  
( João de Maria Camargo )

  
Pp (Nilo José de Souza Camargo)

  
( Domingos Machado )

POLEGAR DIREITO DO  
Sr. ARLINDO PEDROSO  
DA SILVA



= INSTRUMENTO PARTICULAR DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMO-  
DATO DE IMÓVEL RURAL =

ITC  
Fls. 37  
63  
A  
PREFEITURA LEGISLA.


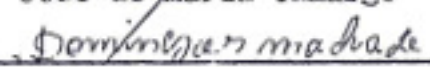
Pelo presente instrumento, os comodantes NILIO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da C. de I. R.G. Nº 174.133-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.559-49 e JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, Serventuário da Justiça, portador da C. Id. R.G. Nº 273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53, este por si e também na qualidade de bastante procurador do primeiro, ambos residentes e domiciliados na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, ora de passagem por esta cidade, de pleno e comum acordo com o comodatário DOMINGOS MACHADO, brasileiro, casado, lavrador, portador do T. Eleitoral Nº 21.862 - 63a. Zona - São Jerônimo da Serra-PR, atualmente com inscrição sob nº 17500250671, emitido em 19-09-86, RESCINDEM, COMO DE FATO ORA RESCINDIDO TÊM, o contrato particular de comodato que firmaram em data de 1º de janeiro do ano de 1.983, posteriormente modificado e prorrogado também através de outro instrumento particular firmado em data de 1º de janeiro de 1.985, os quais ficam fazendo parte integrante deste instrumento, que tinha por objeto uma área de terras com 07 (sete) alqueires, aproximadamente, no imóvel denominado Fazenda Lagoa, onde o comodatário vinha residindo juntamente com sua família. -----

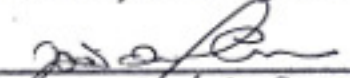
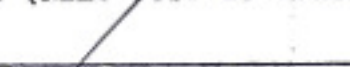
A presente rescisão é feita em razão de os comodantes haverem vendido a totalidade do imóvel onde se localiza a área objeto do comodato, ao Sr. João Luiz Perusso. -----

Assim, não desejando o comodatário continuar no imóvel, compromete-se a entregá-lo nas mesmas condições em que o recebeu, ao atual proprietário, Sr. João Luiz Perusso, no prazo de 08 (oito) dias, a contar desta data, independentemente de quaisquer outras formalidades, de vez que nada tem a reclamar dos comodantes, a qualquer título pelo período em que permaneceu no imóvel, nem mesmo quaisquer direitos trabalhistas. Em razão do contrato de comodato ora rescindido, também os comodantes declaram nada mais ter a reclamar do comodatário, concordando com o prazo acima referido para a efetiva entrega do imóvel, com o que igualmente concorda o atual proprietário, Sr. João Luiz Perusso, firmando este instrumento. -----

Finalmente, por se acharem as partes plenamente de acordo com esta rescisão, nada mais tendo a reclamar uma da outra, firmam este instrumento, datilografado em duas vias de igual teor e forma.

São Jerônimo da Serra, 08 de agosto de 1988

  
( João de Maria Camargo )  
  
( Domingos Machado )

  
Pp (Nilo José de Souza Camargo)  
  
( João Luiz Perusso )



Pelo presente instrumento, os comodantes NIL-  
LO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Jus-  
tiça, portador da C. Id. R.G. Nº 174.133-PR, inscrito no CPF/MF  
sob nº 010.515.559-49 e JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, sol-  
teiro, maior, Serventuário da Justiça, portador de C.Id. R.G. Nº  
273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53, este por si  
e também na qualidade de bastante procurador do primeiro, ambos  
residentes e domiciliados na cidade de Curitiba, Capital do Esta-  
do do Paraná, ora de passagem por esta cidade, de pleno e comum a-  
cordo com o comodatário JOSÉ FERNANDES SANTIAGO, brasileiro, casa-  
do, lavrador, que antes se chamava JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS e  
vulgarmente conhecido por "APOLINÁRIO", RESCINDEM, como de fato  
ora rescindido têm, o contrato particular de comodato que firma-  
ram em data de 30 de setembro de 1986, tendo por objeto a área de  
terras com aproximadamente 15 (quinze) alqueires, no imóvel deno-  
minado Fazenda Lagoa, que constituiria os lotes nºs. 12 e 13 da  
suposta Gleba nº 9 da Colônia São Jerônimo, cujo local é vulgar-  
mente conhecido por Cambará.

A presente rescisão é feita em razão de os  
comodantes haverem vendido o imóvel ao Dr. João Luiz Perusso. --

Assim, pela presente rescisão o comodatário  
restitui aos comodantes o imóvel no estado em que se encontra,  
ficando assegurado ao comodatário o direito de retirar do local  
onde reside, objeto do comodato, 15 (quinze) dúzias de "repiques"  
de madeira, para cerca, que os comodantes nesta oportunidade do-  
am ao comodatário, independentemente de qualquer pagamento, com  
o que também concorda o atual proprietário, Dr. João Luiz Perus-  
so. Tais repiques se acham depositados no pátio da casa do como-  
datário.

Finalmente, declara o comodatário nada mais  
ter a reclamar dos comodantes, a qualquer título, nem eventual-  
mente qualquer direito trabalhista, pois não manteve qualquer re-  
lação de emprego com os comodantes.

Dando-se as partes por satisfeitas, firmam  
este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

S. Jerônimo da Serra, 08 de agosto de 1988  
EM TEMPO: Por não ser alfabetizado, assina a rogo do comodatário,  
o Sr. Domingos Machado, aposto o comodatário a impressão digital  
do polegar direito.

( João de Maria Camargo )

Ep (Nilô José de Souza Camargo)

- Domingos Machado  
( Domingos Machado )





Pelo presente contrato particular de comodato, de um lado, como OUTORGANTES COMODANTES, d'oravante aqui simplesmente denominados "comodantes" : JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, Serventuário da Justiça, portador da C.de Identidade R.G.Nº273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº002.108.979-53 e NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da C.de Identidade R.G.Nº174.133-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.559-49, ambos residentes em domicílios em Curitiba-PR, e de outro lado, como OUTORGADO COMODATÁRIO, d'oravante simplesmente denominado "comodatário" : JOSÉ FERNANDES SANTIAGO, brasileiro, casado, lavrador, que antes se chamava JOSÉ FERNANDES DOS SANTOS e vulgarmente conhecido por "APOLINÁRIO", têm entre si ajustado, na melhor forma de direito, mediante as cláusulas abaixo, o que adiante segue : -----

PRIMEIRA: Os comodantes acima qualificados, na qualidade de legítimos possuidores, dentre outras, de uma área de terras com aproximadamente 15 (quinze) alqueires paulistas dentro do imóvel denominado Fazenda Lagoa, no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva, deste Estado, dividindo ao Norte com a mesma Fazenda Lagoa e Gleba 2 - 2a. Parte, da Colônia São Jerônimo; ao Sul, pelo Ribeirão Água da Torre, com terras dos comodantes; a Oeste com a Fazenda Lagoa e a Leste com o Ribeirão Água da Pedra; cuja posse constituiria os lotes nºs 12 e 13 da suposta Gleba nº 9 da Colônia São Jerônimo e foi adquirida pelos comodantes por compra a Benedito Graciano da Luz Filho, vulgarmente conhecido por "Cambará" e sua mulher Júlia da Luz; — ajustaram, de comum acordo com o outorgado, dar-lhe em comodato referida área, mediante as condições constantes das cláusulas seguintes: -----

SEGUNDA : Em razão da cessão de direitos de posse que os comodantes fizeram em data de 1º de setembro de 1.986, a CID PRADO DE OLIVEIRA (C. I. nº738.246-PR), conforme escritura pública lavrada às fls. 057 do Livro 220 do Cartório do Taboão, da cidade de Curitiba-PR, relativa à área de 26,00 (vinte e seis) alqueires, situada no mesmo imóvel Fazenda Lagoa, onde o comodatário há vários anos vinha residindo na qualidade de comodatário, concordou este em dela se transferir, juntamente com sua família, para a área descrita na cláusula primeira, na qual passou a exercer, então, o comodato antes contratado e agora prorrogado por mais 01 (um) ano, a partir desta data, ou seja, iniciando-se em 30 de setembro de 1.986 e terminando em 30 de setembro de 1.987. Para custeio dessa transferência o outorgado comodatário JOSÉ FERNANDES SANTIAGO recebeu do Sr. NEY PRADO DE OLIVEIRA a importância de Cz\$20.000,00 (vinte mil cruzados), parte do preço da cessão de direitos de posse que os comodantes JOÃO DE MARIA CAMARGO e NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO fizeram ao mencionado Sr. NEY PRADO DE OLIVEIRA que, segundo ajuste por escrito havido entre estes, destinava-se a essa finalidade, tendo o comodatário ali construído o rancho de morada, de pau a pique, coberto de telhas, que desmontou da citada área de 26 alqueires objeto da cessão de direitos de posse, em cujo rancho está agora morando com sua família; -----

TERCEIRA : De comum acordo estabelecem os contratantes que fica assegurado ao comodatário o direito de proceder à colheita das plantações porventura existentes, mesmo após o vencimento deste contrato em 30 de setembro de 1.987; -----

QUARTA : A exploração do imóvel pelo comodatário consistirá em

-continua no verso-



plantações e criação de animais de pequeno porte, para consumo próprio, não lhe sendo permitido, em hipótese alguma, o corte de madeiras existentes no terreno, quer em pé ou derrubadas, com exceção das que se prestem tão somente ao consumo como lenha, vedada, porém, a venda a terceiros; -----

QUINTA : Os contratantes estabelecem, de pleno acordo, que o comodatário se obriga a utilizar o imóvel objeto do comodato, única e exclusivamente para sua residência e de seus filhos, não podendo a qualquer título e sob qualquer pretexto, ceder ou emprestar o imóvel, total ou parcialmente a terceiros, obrigando-se, também, a mantê-lo e respectivas benfeitorias, em perfeito estado de conservação, zelo e limpeza e a manter a posse e o domínio dos comodantes, defendendo-os contra qualquer invasão ou esbulho por parte de terceiros, fazendo pronta comunicação aos comodantes quando houver qualquer ameaça nesse sentido; -----

SEXTA : Estabelecem os contratantes que as benfeitorias acrescidas ao terreno pelo comodatário, ficarão pertencendo aos comodantes, de pleno direito, sem quaisquer ônus para estes. A mão de obra empregada pelo comodatário na realização de benfeitorias será prestada gratuitamente, sem remuneração de qualquer espécie; -----

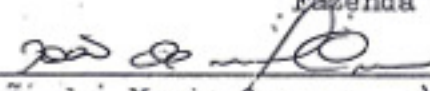
SÉTIMA : Findo o prazo deste contrato, ou seja, em 30 de setembro de 1.987, ou no caso de vir a ser constituído em mora, nos termos e de acordo com o art. 1.252 do Código Civil Brasileiro, o comodatário se obriga a restituir aos comodantes o imóvel com as benfeitorias existentes e, as que vierem a ser acrescidas, sem direito a retenção, como ajustado nas cláusulas anteriores. Não havendo interesse dos comodantes na restituição, ficará prorrogado automaticamente até que formulem, por escrito ou verbalmente, o pedido de retomada; -----

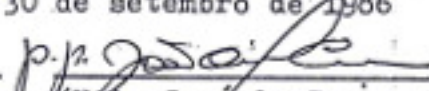
OITAVA : Aos casos omissos no presente contrato serão aplicados os dispositivos dos arts. 1.248 e seguintes do Código Civil Brasileiro;


NONA : Os contratantes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Curiúva-PR, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato. -----

E, por ser verdade, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, lido na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo. Por não ser alfabetizado, assina a rogo do comodatário JOSÉ FERNANDES SANTIAGO, o Sr. JOSÉ CLÁUDIO LINO, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado no imóvel Fazenda Lagoa. O Comodatário abaixo põe a impressão digital do polegar direito. -----

Fazenda Lagoa, 30 de setembro de 1986

  
( João de Maria Camargo )

  
( Nilo José de Souza Camargo )

  
( José Cláudio Lino ) - a rogo de JOSÉ FERNANDES SANTIAGO

TESTEMUNHAS : |



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO DE  
IMÓVEL RURAL.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO DE IMÓVEL RURAL QUE, ENTRE SI, FAZEM: JOÃO DE MARIA CAMARGO E NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO e DOMINGOS MACHADO e sua mulher MARIA RODRIGUES MACHADO, NA FORMA ABAIXO:

PELO presente instrumento particular de prorrogação de contrato de comodato de imóvel rural, de um lado, como OUTORGANTES COMODANTES: JOÃO DE MARIA CAMARGO, brasileiro, solteiro, maior, Serventuário da Justiça, portador da C. de Identidade R.G. Nº 273.678-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 002.108.979-53 e NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, brasileiro, casado, Serventuário da Justiça, portador da C. de Identidade R.G. Nº 174.133-PR, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.559-49, ambos residentes e domiciliados na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aqui ora de passagem; de outro lado, como OUTORGADOS COMODATÁRIOS: DOMINGOS MACHADO, brasileiro, casado, lavrador, portador do Título Eleitoral Nº 21.862 - 63a. Zona - São Jerônimo da Serra-PR, e sua mulher MARIA RODRIGUES MACHADO, brasileira, casada, do lar, têm entre si ajustado, na melhor forma de direito, a prorrogação do contrato que firmaram anteriormente, em data de 1º de janeiro de 1.983, por escrito, com término previsto para 1º de janeiro de 1.985, cujas cláusulas ora prorrogadas são as que abaixo seguem: -----

PRIMEIRA: Os outorgantes comodantes, acima qualificados, na qualidade de senhores e legítimos possuidores, dentre outras, de uma área de terras com 72,68 alqueires paulistas no imóvel denominado "FAZEN DA LAGOA", Município e Comarc, digo, Município de Sapopema, Comarca de Curiúva, deste Estado, com os limites e demais características constantes da Matrícula sob nº 1.694 do Livro Nº 2, de Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra, deste Estado, cujo domínio dos ora outorgantes comodantes decorre do Registro Nº 1, da citada Matrícula, ajustaram dar em comodato, em prorrogação, aos comodatários DOMINGOS MACHADO e sua mulher MARIA RODRIGUES MACHADO, parte dessa área, agora ampliada para 7,00 alqueires paulistas, aproximadamente, onde vêm residindo em uma pequena casa coberta de telhas, próxima à casa onde os outorgantes mantêm a sede da propriedade, mediante as condições constantes das cláusulas seguintes. -----

SEGUNDA: O contrato anterior fica prorrogado por mais 02 (dois) anos, a contar desta data, e a terminar em 1º de janeiro de 1.987, ficando desde já estabelecido e assegurado aos comodatários o direito de procederem à colheita das plantações porventura existentes, mesmo após o vencimento deste contrato; -----

TERCEIRA: Os outorgados comodatários se obrigam a usar e utilizar o imóvel objeto deste contrato de comodato, única e exclusivamente para sua residência e de seus filhos, e em seu proveito, sendo-lhes vedado, a qualquer título e sob qualquer pretexto, ceder ou emprestar o imóvel, total ou parcialmente a terceiros, bem como permitir que outros que não seus familiares nele residam ou venham a residir; -----

QUARTA: A exploração do imóvel, pelos comodatários consistirá em plantações e criação de animais de pequeno porte, para consumo próprio, não lhes sendo permitido, em qualquer hipótese, o corte de madeiras existentes no terreno, quer em pé ou derrubadas; -----

QUINTA: Os outorgados comodatários se obrigam, também, a manter o imóvel e respectivas benfeitorias nele existentes, em perfeito estado de conservação, zelo, limpeza e higiene, tal como os recebem em

-continua no verso-

ITC

Fis. 40

DIRETORIA LEGISLATIVA

67



comodato, para que assim os devolvam, findo o prazo estabelecido na cláusula segunda; -----

SEXTA: De comum acordo estabelecem os contratantes que as benfeitorias acrescidas ao terreno pelos comodatários ficarão pertencendo aos comodantes, de pleno direito; que, entre si, avençam, também, que a mão de obra empregada pelos comodatários na realização de benfeitorias será prestada gratuitamente, sem remuneração de qualquer espécie; -----

SÉTIMA: Os outorgantes comodantes poderão vistoriar o imóvel sempre que julgarem necessário, pessoalmente ou por intermédio de pessoa de sua confiança para tal credenciada; -----

OITAVA: O presente contrato não se resolverá pela morte dos ora contratantes, obrigando aos seus herdeiros ou sucessores pelo integral cumprimento de todas as suas cláusulas e condições; -----

NONA: Os comodatários se obrigam e se comprometem a restituir aos comodantes, o imóvel ora recebido em comodato, com as benfeitorias existentes e com as que vierem a ser acrescidas, em perfeito estado, tal como hoje se encontram, findo o prazo estabelecido na cláusula segunda, ou no caso de virem a ser constituídos em mora, nos termos e de acordo com o art. 1.252 do Código Civil Brasileiro, sem direito a qualquer retenção, como ajustado nas cláusulas anteriores;

DÉCIMA: O presente contrato poderá sofrer nova prorrogação mediante prévio ajuste entre os contratantes; -----

DÉCIMA-PRIMEIRA: Aos casos omissos neste instrumento serão aplicados os dispositivos dos arts. 1.248 e seguintes do Código Civil Brasileiro; -----

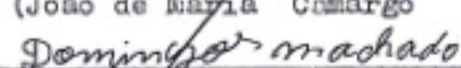
DÉCIMA-SEGUNDA: Os comodatários se comprometem a manter a posse e o domínio dos comodantes no imóvel, defendendo-os contra qualquer invasão ou esbulho por parte de terceiros, fazendo-lhes pronta comunicação quando houver ameaça nesse sentido; -----

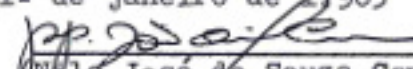
DÉCIMA-TERCEIRA: De comum acordo estabelecem que os comodantes têm preferência na aquisição dos produtos que excedam ao consumo dos comodatários, mediante o pagamento do justo preço estipulado por estes.

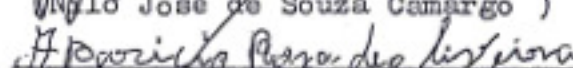
DÉCIMA-QUARTA: De comum acordo elegem o foro da Comarca de Curiúva-PR, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato. ----- E, por ser verdade, firmam o presente instrumento em (02) vias, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo. Por não ser alfabetizada, assina a rogo da comodatária MARIA RODRIGUES MACHADO, o Sr. Aparício Rosa de Oliveira, brasileiro, casado, lavrador, residente no imóvel Fazenda Lagoa, apondo ela neste contrato a impressão digital do polegar direito. -----


Fazenda Lagoa, 12 de janeiro de 1985

  
(João de Maria Camargo)

  
(Domingos Machado)

  
(Nelo José de Souza Camargo)

  
(Aparício Rosa de Oliveira)

  
TESTEMUNHAS:











CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO DE IMÓVEL RURAL :

IT

Fls. 4

CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO  
DE IMÓVEL RURAL QUE, ENTRE SI,  
CEM : JOÃO DE MARIA CAMARGO E  
JOSÉ DE SOUZA CAMARGO E ARLINDO PE-  
DRO DA SILVA, NA FORMA COMO ABAI-



XO SEGUE :

PELO PRESENTE CONTRATO PARTICULAR DE COMODATO,  
DE UM LADO, COMO OUTORGANTES COMODANTES: JOÃO DE MARIA CA-  
MARGO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MAIOR, SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA, POR-  
TADOR DA C. DE IDENTIDADE R.G. Nº 273.677-PR, INSCRITO NO CPF/MF.  
Sob Nº 002.108.979-53 E NILÓ JOSÉ DE SOUZA CAMARGO, BRASILEIRO  
CASADO, SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE  
R.G. Nº 174.133-PR, INSCRITO NO CPF/MF. Sob Nº 010515.559-49, AM-  
BOS RESIDENTES E DOMICILIADOS NA CIDADE DE CURITIBA, CAPITAL DO  
ESTADO DO PARANÁ, AQUI ORA DE PASSAGEM E, DE OUTRO LADO, COMO  
OUTORGADO COMODATÁRIO : ARLINDO PEDRO DA SILVA, BRASILEIRO,  
CASADO, LAVADOR, PORTADOR DA CERTIDÃO DE CASAMENTO Nº 3.363, EXTRAÍ-  
DA DO LIVRO E-10 - FLs. 297, DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DO MU-  
NICÍPIO DE ALVORADA DO SUL, COMARCA DE BELA VISTA DO PARAÍSO, ESTADO  
DO PARANÁ, RESIDENTE E DOMICILIADO NO IMÓVEL DENOMINADO "FAZENDA  
LAGOA", MUNICÍPIO E COMARCA DE SÃO SERFINHO DA SERRA-PR, TÊM ENTRE  
SI AJUSTADO, NA MELHOR FORMA DE DIREITO, MEDIANTE AS CLÁUSULAS A-  
BAIXO, O QUE ADIANTE SEGUE: — x — x — x — x — x — x —

PRIMEIRA : OS OUTORGANTES COMODANTES, ACIMA QUALIFICADOS, NA QUALI-  
DADE DE LEGÍTIMOS POSSUIDORES DENTRE OUTRAS, DE UMA ÁREA DE TER-  
RAS, COM APROXIMADAMENTE 21 ALQUEIRES PAULISTAS, DENTRO DO IMÓVEL  
DENOMINADO "FAZENDA LAGOA", CUA ÁREA DE TERRAS ADQUIRIAM POR  
COMPRA DA RESPECTIVA POSSE DE SÃO MARIA DE OLIVEIRA, ÁREA ESSA QUE  
SE CONFRONTA COM OUTRAS DE PROPRIEDADE DOS MESMOS OUTORGANTES  
COMODANTES E ESTA SITUADA NO LUGAR "BARRINHA", AJUSTARAM DAR

SEGUE NO VERSO



EM COMODATO AO COMODATÁRIO ARLINDO PEDROSO DA SILVA,  
A ÁREA ANTES DESCRITA MEDIANTE AS CONDIÇÕES CONSTANTES  
DA CLÁUSULA SEGUINTE: — X — X — X —



SEGUNDA: O PRAZO DO COMODATO ORA AJUSTADO É DE 02  
(DOIS) ANOS, A CONTAR DESTA DATA, E A TERMINAR EM  
26 DE JULHO DO ANO DE 1.982, FICANDO, DESDE JÁ, ESTABE-  
LECIDO E ASSEGURADO AO COMODATÁRIO O DIREITO DE PROCO-  
DER À COLHEITA DAS PLANTAS PORVENTURA EXISTENTES,  
MESMO APÓS O VENCIMENTO DESTES CONTRATOS; — X — X —

TERCEIRA: O OUTORGADO COMODATÁRIO, QUE ANTES JÁ  
VINHA EXPLORANDO A CITADA ÁREA NA QUALIDADE DE SUB-AR-  
RENDATÁRIO DE ANTONIO ZANELLA, SE OBRIGA A USAR E  
SE UTILIZAR O IMÓVEL OBJETO DO COMODATO ORA CONTRATA-  
DO, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PARA SUA RESIDÊNCIA E SEUS  
FAMILIARES E EM SEU PROVEITO, SENDO-LHE VEDADO, A  
QUALQUER TÍTULO E SOB QUALQUER PRETEXTO, CEDER OU  
EMPRESTAR O IMÓVEL, TOTAL OU PARCIALMENTE A TER-  
CEIROS, BEM COMO PERMITIR QUE OUTROS QUE NÃO SEUS  
FAMILIARES NELE RESIDAM; — X — X — X —

QUARTA: A EXPLORAÇÃO DO IMÓVEL PELO COMODATÁRIO CON-  
SISTIRÁ EM PLANTAS E CRIAÇÕES DE ANIMAIS DE PEQUENO  
PORTE, PARA CONSUMO PRÓPRIO, NÃO LHE SENDO PERMITIDO, EM  
QUALQUER HIPÓTESE O CORTE DE MADEIRAS EXISTENTES NO  
TERRENO, QUER EM PÉ OU DERRUBADAS; — X — X —

QUINTA: O OUTORGADO COMODATÁRIO SE OBRIGA, TAMBÉM,  
A MANTER O IMÓVEL E RESPECTIVAS BENFEITORIAS NELE EXIS-  
TENTES, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ZELO, LIMPE-  
ZA E HIGIENE, TAL COMO ORA OS RECEBE EM COMODATO,  
PARA QUE ASSIM OS DEVOLVA, FINDO O PRAZO ESTABELE-  
CIDO NA CLÁUSULA SEGUNDA; — X — X —

SEXTA: DE COMUM ACORDO ESTABELECEM OS CONTRATANTES  
QUE AS BENFEITORIAS ACRESCIDAS AO TERRENO PELO COMO-  
DATÁRIO, FICARÃO PERTENCENDO AOS COMODANTES, DE PLE-  
NO DIREITO; QUE, ENTRE SI, AVANÇAM, TAMBÉM, QUE A

SEGUER ÀS FZS. 2

MÃO DE OBRA EMPREGADA PELO COMODATÁRIO NA REALIZAÇÃO DE BENFEITORIAS SERÁ PRESTADA GRATUITAMENTE, SEM REMUNERAÇÃO DE QUALQUER ESPÉCIE; ——— X ——— X ———

SÉTIMA: QUE OS DOUTORGANTES COMODANTES PODERÃO VISITAREM O IMÓVEL SEMPRE QUE JULGAREM NECESSÁRIO, PERSONALMENTE OU POR INTERMÉDIO DE PESSOAS DE SUA CONFIANÇA, PARATHA CREDENCIADA; ——— X ——— X ——— X ———

OITAVA: OS COMODANTES DEIXAM A CRITÉRIO DO COMODATÁRIO E DE SUA LIVRE ESCOLHA O TIPO DE LAZOURA QUE IRÁ DESENVOLVER NO CITADO IMÓVEL ——— X ——— X ———

NONA: QUE O PRESENTE CONTRATO NÃO SE RESCUEVA PELA MORTE DOS ORA CONTRATANTES, OBRIGANDO AOS SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES PELO INTEGRAL CUMPRIMENTO DE TODAS AS SUAS CLAUSULAS E CONDIÇÕES; ——— X ——— X ———

DÉCIMA: O COMODATÁRIO SE OBRIGA E SE COMPROMETE A RESTITUIR AOS COMODANTES, O IMÓVEL ORA RECEBIDO EM COMODATO, COM AS BENFEITORIAS EXISTENTES E COM AS QUE VIEREM A SER ACRESCIDAS, EM PERFECTO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENE, TAL COMO HOJE SE ENCONTRAM, FINDO O PRAZO ESTABELECIDO NA CLAUSULA SEGUNDA, OU NO CASO DE VIR A SER CONSTITUÍDO EM MORATÓRIA, NOS TERMOS E DE ACORDO COM O ARTIGO 1.252 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, SEM DIREITO A QUALQUER RETENÇÃO, COMO AJUSTADO NAS CLAUSULAS ANTERIORES; —

DÉCIMA-PRIMEIRA: SE O COMODATÁRIO TIVER INTERESSE NA PRORROGAÇÃO OU RENOVACÃO DESTE CONTRATO, DEVERÁ CONSULTAR DE SUA POSSIBILIDADE, POR ESCRITO, OU VERBALMENTE EM PRESENÇA DE 2 (DUAS) TESTEMUNHAS, AOS

SEGUE NO VERSO





COMODANTES, 30 (TRINTA) DIAS ANTES DO TÉRMINO DO PRA-  
ZO ESTABELECIDO NA CLÁUSULA SEGUNDA, SOB PENA DE SER IN-  
TERPRETADO COMO NÃO HAVENDO INTERESSE EM TAL RENOVACÃO  
OU PRORROGAÇÃO; — X — X — X —



DÉCIMA-SEGUNDA: AOS CASOS OMISSOS NO PRESENTE CONTRA-  
TO SERÃO APLICADOS OS DISPOSITIVOS DOS ARTS. 1.248 E SE-  
GUINTE DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO; — X — X —

DÉCIMA-TERCEIRA: O COMODATÁRIO SE OBRIGA A MANTER A  
POSSE DOS COMODANTES NO IMÓVEL E A DEFENDÊ-LA CON-  
TRA QUALQUER INVASÃO DO EMBOLHO POR PARTE DE TERCEI-  
ROS, FAZENDO PRONTA COMUNICAÇÃO AOS COMODANTES QUAN-  
DO HOVER QUALQUER AMEAÇA NESSE SENTIDO; — X —

DÉCIMA-QUARTA: SOMENTE SERÁ PERMITIDO AO COMODATÁRIO  
A UTILIZAÇÃO DE MADEIRA QUE SE PRESTE AO CONSUMO  
COMO LENHA E PARA SEU USO PRÓPRIO, VEDADA A VENDA  
A TERCEIROS. — X — X — X —

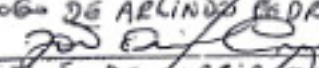
DÉCIMA-QUINTA: OS CONTRATANTES, DE COMUM E PLENO  
ACORDO, ELEGEM O FORO DA COMARCA DE SÃO SERNUNDO DA  
SERRA-PR, PARA DIRIMIR QUAISQUER QUESTÕES RESULTAN-  
TES DESTE CONTRATO.

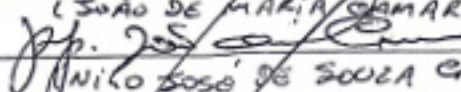
POR NÃO SER ALFABETIZADO, ASSINA A ROSTA DO  
COMODATÁRIO, O SR. SEBASTIÃO OSCAS DE AQUINO, BRASILEIRO, CA-  
SADO, LAURADOR, RESIDENTE NO SÍTIO N. S. APARECIDA, NESTE MUNI-  
CÍPIO, ASSINANDO ABAIXO, E APOBDO O COMODATÁRIO A IMPRESSÃO  
DIGITAL DO SEU PULGAR DIREITO, BEM COMO ASSINANDO OS COMO-  
DANTES.

FAZENDA LAGOA, 26 DE JULHO DE 1980

  
(SEBASTIÃO OSCAS DE AQUINO)

A ROSTA DE ARLINDO PEDROSO DA SILVA

  
(JOÃO DE MARIA CAMARGO)

  
(NÍLO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO)



## INFORMAÇÃO Nº 227

**Protocolo nº 9.678.206-3 – SID- Alfredo Costa Alves e outro**

**Senhor Diretor**

Verificando junto aos registros cadastrais existentes neste ITC/DITER, sobre os lotes aqui objetivados temos a informar o seguinte:

- O lote nº 08 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 284,3474 ha, localizado no Município de Sapopema, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com trânsito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 519, protocolo nº 11.908.281-1 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 12.230 no Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

- O lote nº 13 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 27,4381 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com trânsito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 497, protocolo nº 10.671.632-3 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 8.234 no Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.

- O lote nº 14 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 0,6444 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com trânsito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 497, protocolo nº 10.671.632-3 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 8.235 no Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.



- O lote nº 15 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 0,4158 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 497, protocolo nº 10.671.632-3 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 8.236 no Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.

- O lote nº 16 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 0,3540 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 497, protocolo nº 10.671.632-3 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 8.237 no Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.

Efetuamos vistoria nas unidades rurais aqui objetivadas (laudos anexos).

Tendo em vista tratar de área acima de 100 ha, há necessidade de previa Autorização Legislativa para Alienação ao requente, conforme estabelece o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

ITC/DITER 24/05/2013



Albari Sebastião Lejambre  
Técnico de Assuntos Fundiários

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA  
< RLIMITE > - RELATORIO DE LIMITES

05/06/13  
STTPP6  
CELEPAR



- FORNECER:

- NOME TITULADO = ALFREDO COSTA ALVES

+-----+  
| NAO EXISTEM TITULADOS COM ESTE NOME  
+-----+

COMANDO: .....

-----  
AJUDA - PF1<?>      VOLTA - PF2<V>      MENU - PF3<M>      FIM - PF4<F>



STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA  
< RLIMITE > - RELATORIO DE LIMITES

05/06/  
STTPP6  
CELEPAR



- FORNECER:

- NOME TITULADO = ALEXANDRE ALVES DE MELLO

+-----+  
| NAO EXISTEM TITULADOS COM ESTE NOME  
+-----+

COMANDO: .....

AJUDA - PF1<?>

VOLTA - PF2<V>


MENU - PF3<M>

FIM - PF4<F>

**INFORMAÇÃO 239/2013**

**Protocolo nº 9.678.206-3\_SID\_ ALFREDO COSTA ALVES E OUTRO**  
**Data: 09/08/2007**

Encaminhamos ao ITC/AJ, para pronunciamento e parecer, conforme informação de nº 227 as fls 44 e 45.



Dep. Reg. Fund., em 05/06/2013  
*Silvana Katerenhuk – Técnico de Assuntos Fundiários*



Protocolo nº 9.678.206-3

Interessado: Alfredo Costa Alves e Outro

Assunto: Requer Regularização Dominial de Área Rural

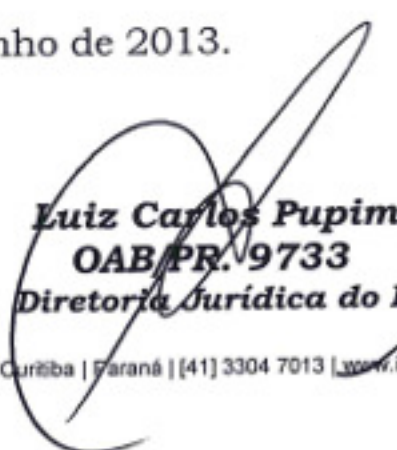
AO DITER / ITC

Senhor Diretor, para que possamos efetuar o encaminhamento do presente processo ao Senhor Governador do Estado, necessitamos que algumas providências sejam tomadas, pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná – ITC, tais como:

1. Complementar a instrução do processo com as juntadas dos Laudos Técnicos dos Imóveis objeto do presente requerimento, elaborado por profissional habilitado.
2. Inserir nos Laudos de Vistorias, os Croquis dos Lotes que constituem os seus objetos, constando nos mesmos os nomes completos dos seus Confrontantes, objetivando atender as novas exigências dos Cartórios de Registro de Imóveis.

Após, retorne para os devidos encaminhamentos.

Curitiba, 06 de Junho de 2013.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR. 9733**  
**Diretoria Jurídica do ITC**

## LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA

### 1.0. Identificação do Requerente:

- 1.1. Nome: Alfredo Costa Alves e Alexandre Alves de Mello
- 1.2. End: Residente em Londrina
- 1.3. CPF/MF: n.561.470.749-20 e 731.077.199-00
- 1.4. RG / SSP/PR / n.4.126.767-9 e 4.996.225-8
- 1.5. Profissão: Pecuarista

### 2.0. Dados e Características da Propriedade :

#### 2.1. Lotes - Áreas :

| Lote | Área (ha)   | Município - Comarca                           |
|------|-------------|---|
| 08   | 284,3474 ha | Sapopema - Curiúva                            |
| 13   | 284,3474 ha | São Jerônimo da Serra – São Jerônimo da Serra |
| 14   | 0,6444 ha   | São Jerônimo da Serra – São Jerônimo da Serra |
| 15   | 0,4158 ha   | São Jerônimo da Serra – São Jerônimo da Serra |
| 16   | 0,3546 ha   | São Jerônimo da Serra – São Jerônimo da Serra |

- 2.2. Localização: Colônia São Jerônimo , Glebas 08 e 09.
- 2.3. Acesso ao imóvel: Rod.PR – 090, Km 279, entrar à direita a 06 km , sentido Sapopema- São Jerônimo da Serra.

### 3.0. Aspectos Físicos da Propriedade:

- 3.1. UTM: 0542860/7374882
- 3.2. Hidrografia: Córregos sem denominação.
- 3.3. Relevo: Topografia ondulada.
- 3.4. Solo: Neossolo.
- 3.5. Classificação das terras: Classe III : Apresentam limitações que restringem a seleção de plantas que requerem práticas especiais de conservação. Podem ser usadas regularmente para culturas anuais , mas apresentam maiores limitações de uso que a classe II, indicado para pastagens e reflorestamentos.

### 4.0. Aspectos Econômicos:

- 4.1. Benfeitorias: Uma casa em alvenaria de 15 x 10 m, dois barracões de 30 x 10m , dois currais de 36 x 25 m, em bom estado de conservação, um paiol em madeira de 04 x 05m em bom estado de conservação.



#### **5.0. Atividades Agropecuárias:**

Na propriedade encontram-se 500 bovinos e 15 equinos.

#### **6.0. Aspectos Ambientais:**

Aspectos Ambientais: As áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente já foram devidamente demarcadas/allocadas, conforme consta em planta anexa ao processo.

#### **7.0. Relações Trabalhistas:**

No local reside 01 trabalhador rural, o Sr. Sidnei Ribeiro, que trabalha devidamente registrado e de acordo com as leis trabalhistas.

#### **8.0. Parecer Técnico:**

A propriedade é administrada e utilizada de acordo com a sua capacidade produtiva e obedece à legislação ambiental e trabalhista, portanto está apta à regularização fundiária.

Curitiba, 25 de julho de 2013.

  
Patrícia Moreira Marques Rodrigues  
Engenheira Agrônoma  
Crea - PR n.48861/D

MATRÍCULA

12.230

FOLHA

01

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



Registro de Imóveis

Bel. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 465 231 039-00  
FONE (41) 3545-1313 - CURITIBA - PARANÁ

Curitiba, 06 de junho de 2012.

Prot. 34.161.1.B

**IMÓVEL:** Uma área de terreno rural com 284,3474 ha, Lote 08, situado no lugar denominado Colônia São Jerônimo, parte das glebas 08 e 09, no Município de Sapopema-PR, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se se no marco denominado 'CBBpc315', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 543065.110 m e N= 7374947.039 m dividindo-o com o Lote 14 - Município de São Jerônimo da Serra; Daí segue confrontando com Lote 14 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 98°13'57" e a distância de 183.77 m até o marco 'CBBpc317' (E=543246.982 m e N=7374920.726 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 133°11'20" e a distância de 10.76 m até o marco 'CBBPD809' (E=543254.827 m e N=7374913.362 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 116°05'23" e a distância de 26.80 m até o marco 'CBBPD810' (E=543278.898 m e N=7374901.575 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 85°38'10" e a distância de 30.42 m até o marco 'CBBpc178' (E=543309.233 m e N=7374903.890 m); Daí segue confrontando com Lote 15 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 105°43'15" e a distância de 80.79 m até o marco 'CBBpc312' (E=543387.000 m e N=7374882.000 m); Daí segue confrontando com Lote 15 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 69°22'55" e a distância de 107.91 m até o marco 'CBBpc407' (E=543488.000 m e N=7374920.000 m); Daí segue confrontando com Lote 15 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 84°32'40" e a distância de 89.81 m até o marco 'CBBPD239' (E=543577.405 m e N=7374928.539 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 157°21'41" e a distância de 13.70 m até o marco 'CBBPD329' (E=543582.680 m e N=7374915.890 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 181°28'11" e a distância de 32.42 m até o marco 'CBBPD330' (E=543581.849 m e N=7374883.477 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 209°20'19" e a distância de 61.97 m até o marco 'CBBPD331' (E=543551.485 m e N=7374829.456 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 209°24'40" e a distância de 42.11 m até o marco 'CBBPD332' (E=543530.808 m e N=7374792.777 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 182°43'45" e a distância de 13.88 m até o marco 'CBBPD333' (E=543530.147 m e N=7374778.909 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 204°33'28" e a distância de 33.40 m até o marco 'CBBPD334' (E=543516.267 m e N=7374748.532 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 195°32'16" e a distância de 12.34 m até o marco 'CBBPD335' (E=543512.962 m e N=7374736.645 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 205°06'13" e a distância de 34.28 m até o marco 'CBBPD336' (E=543498.420 m e N=7374705.608 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 213°16'17" e a distância de 71.09 m até o marco 'CBBPD337' (E=543459.422 m e N=7374646.174 m);

sta cópia contém com original  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba 21/06/2012

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

REGISTRADORA



**Continuação:**

Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 187°49'21" e a distância de 34.00 m até o marco 'CBBPD338' (E=543454.795 m e N=7374612.495 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 207°20'21" e a distância de 85.87 m até o marco 'CBBMD136' (E=543415.357 m e N=7374536.213 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 205°58'05" e a distância de 41.64 m até o marco 'CBBPD339' (E=543397.123 m e N=7374498.774 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 209°29'40" e a distância de 45.86 m até o marco 'CBBPD340' (E=543374.546 m e N=7374458.861 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 221°27'00" e a distância de 27.31 m até o marco 'CBBPD341' (E=543356.464 m e N=7374438.387 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 240°01'05" e a distância de 98.81 m até o marco 'CBBPD342' (E=543270.879 m e N=7374389.010 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 209°04'38" e a distância de 37.21 m até o marco 'CBBPD343' (E=543252.797 m e N=7374356.494 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 174°57'10" e a distância de 41.11 m até o marco 'CBBPD344' (E=543256.414 m e N=7374315.547 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 158°02'35" e a distância de 93.49 m até o marco 'CBBPD345' (E=543291.371 m e N=7374228.836 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 149°29'09" e a distância de 69.45 m até o marco 'CBBPD346' (E=543326.636 m e N=7374169.002 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 189°13'10" e a distância de 84.15 m até o marco 'CBBPD347' (E=543313.154 m e N=7374085.943 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 207°34'28" e a distância de 58.25 m até o marco 'CBBPD348' (E=543286.191 m e N=7374034.311 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 228°50'25" e a distância de 47.75 m até o marco 'CBBPD349' (E=543250.240 m e N=7374002.883 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 192°06'20" e a distância de 32.14 m até o marco 'CBBPD350' (E=543243.499 m e N=7373971.455 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 165°21'59" e a distância de 53.36 m até o marco 'CBBPD351' (E=543256.981 m e N=7373919.824 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 146°24'07" e a distância de 67.44 m até o marco 'CBBPD352' (E=543294.300 m e N=7373863.650 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 203°13'02" e a distância de 17.64 m até o marco 'CBBPD353' (E=543287.346 m e N=7373847.439 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 237°17'20" e a distância de 19.28 m até o marco 'CBBPD354' (E=543271.120 m e N=7373837.017 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 180°00'00" e a distância de 22.00 m até o marco 'CBBPD355' (E=543271.120 m e N=7373815.017 m); Dai segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 132°59'56" e

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vinil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta copia confere com original  
O referido é verdade e dou fé  
Curitiba, 21 de 02 de 2012

REGISTRADORA





## Continuação:

a distância de 23.77 m até o marco 'CBBPD356' (E=543288.505 m e N=7373798.806 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 167°49'03" e a distância de 60.41 m até o marco 'CBBPD357' (E=543301.254 m e N=7373739.752 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 137°05'41" e a distância de 22.13 m até o marco 'CBBPD358' (E=543316.321 m e N=7373723.541 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 206°16'49" e a distância de 24.74 m até o marco 'CBBPD359' (E=543305.365 m e N=7373701.355 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 258°14'32" e a distância de 64.50 m até o marco 'CBBPD360' (E=543242.217 m e N=7373688.211 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 209°04'38" e a distância de 27.07 m até o marco 'CBBPD361' (E=543229.061 m e N=7373664.552 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 137°41'59" e a distância de 39.10 m até o marco 'CBBPD362' (E=543255.373 m e N=7373635.636 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 185°35'42" e a distância de 39.82 m até o marco 'CBBPD363' (E=543251.491 m e N=7373596.006 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 219°03'42" e a distância de 32.31 m até o marco 'CBBPD364' (E=543231.133 m e N=7373570.922 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 162°12'02" e a distância de 37.74 m até o marco 'CBBPD365' (E=543242.669 m e N=7373534.989 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 180°00'00" e a distância de 13.56 m até o marco 'CBBPD366' (E=543242.669 m e N=7373521.430 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 226°45'45" e a distância de 31.67 m até o marco 'CBBPD367' (E=543219.597 m e N=7373499.735 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 168°40'40" e a distância de 43.65 m até o marco 'CBBPD368' (E=543228.166 m e N=7373456.937 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 271°35'23" e a distância de 31.78 m até o marco 'CBBPD369' (E=543196.396 m e N=7373457.819 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 221°02'06" e a distância de 13.44 m até o marco 'CBBPD370' (E=543187.571 m e N=7373447.680 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 188°10'22" e a distância de 13.45 m até o marco 'CBBPD371' (E=543185.659 m e N=7373434.369 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 232°27'26" e a distância de 8.16 m até o marco 'CBBPD372' (E=543179.190 m e N=7373429.398 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 290°12'27" e a distância de 10.08 m até o marco 'CBBPD373' (E=543169.735 m e N=7373432.878 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 313°22'04" e a distância de 37.65 m até o marco 'CBBPD374' (E=543142.366 m e N=7373458.730 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 270°00'00" e a distância de 26.87 m até o marco 'CBBPD375' (E=543115.494 m e N=7373458.730 m); Daí segue confron-

ITC

Fis. 52

85

Pág. 4

SECRETARIA LEGISLATIVA

85

Pág. 4

FOLHA Nº 02 DE 02

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta cópia confere com original.  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21/08/2012

*Souza*  
REGISTRADORA



**Continuação:**

tando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 216°53'44" e a distância de 17.41 m até o marco 'CBBPD376' (E=543105.044 m e N=7373444.810 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 254°22'03" e a distância de 62.45 m até o marco 'CBBPD377' (E=543044.905 m e N=7373427.982 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 204°14'51" e a distância de 29.92 m até o marco 'CBBPD378' (E=543032.616 m e N=7373400.698 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 184°24'10" e a distância de 124.51 m até o marco 'CBBPD379' (E=543023.057 m e N=7373276.554 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 203°41'51" e a distância de 51.89 m até o marco 'CBBPD380' (E=543002.203 m e N=7373229.039 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 169°22'14" e a distância de 37.21 m até o marco 'CBBPD381' (E=543009.067 m e N=7373192.464 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 137°50'10" e a distância de 32.38 m até o marco 'CBBPD382' (E=543030.803 m e N=7373168.462 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 173°52'43" e a distância de 32.19 m até o marco 'CBBPD383' (E=543034.236 m e N=7373136.459 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 243°27'23" e a distância de 10.23 m até o marco 'CBBPD384' (E=543025.083 m e N=7373131.887 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 263°39'56" e a distância de 20.72 m até o marco 'CBBPD385' (E=543004.491 m e N=7373129.601 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 212°38'35" e a distância de 33.93 m até o marco 'CBBPD386' (E=542986.186 m e N=7373101.027 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 268°34'09" e a distância de 137.33 m até o marco 'CBBPD387' (E=542848.903 m e N=7373097.598 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 230°41'17" e a distância de 14.58 m até o marco 'CBBPD388' (E=542837.625 m e N=7373088.363 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 186°20'48" e a distância de 19.05 m até o marco 'CBBPD389' (E=542835.519 m e N=7373069.428 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 146°17'07" e a distância de 15.18 m até o marco 'CBBPD390' (E=542843.942 m e N=7373056.805 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 182°52'48" e a distância de 68.58 m até o marco 'CBBPD391' (E=542840.496 m e N=7372988.315 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 218°11'12" e a distância de 14.93 m até o marco 'CBBPD392' (E=542831.267 m e N=7372976.580 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 196°49'22" e a distância de 68.94 m até o marco 'CBBPD393' (E=542811.313 m e N=7372910.586 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 231°13'33" e a distância de 131.01 m até o marco 'CBBPD394' (E=542709.171 m e N=7372828.538 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 266°05'05" e a distância de 129.65

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A. OFICIAL  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR.

Esta cópia confere com original  
O referido é verdade e dou fé  
Curitiba, 21/08/2012.

REGISTRADORA





## Continuação:

m até o marco 'CBBPD395' (E=542579.821 m e N=7372819.685 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 194°02'56" e a distância de 15.83 m até o marco 'CBBPD396' (E=542575.977 m e N=7372804.325 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 176°23'20" e a distância de 40.93 m até o marco 'CBBPD397' (E=542578.555 m e N=7372763.475 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 211°37'53" e a distância de 16.42 m até o marco 'CBBPD398' (E=542569.946 m e N=7372749.498 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 264°48'36" e a distância de 11.89 m até o marco 'CBBPD399' (E=542558.108 m e N=7372748.422 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 225°01'34" e a distância de 13.69 m até o marco 'CBBPD400' (E=542548.423 m e N=7372738.746 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 149°59'45" e a distância de 32.28 m até o marco 'CBBPD401' (E=542564.565 m e N=7372710.791 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 173°17'00" e a distância de 18.40 m até o marco 'CBBPD402' (E=542566.718 m e N=7372692.514 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 193°00'23" e a distância de 14.35 m até o marco 'CBBPD403' (E=542563.489 m e N=7372678.536 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 296°00'31" e a distância de 51.49 m até o marco 'CBBPD404' (E=542517.214 m e N=7372701.115 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 239°46'00" e a distância de 14.95 m até o marco 'CBBPD405' (E=542504.300 m e N=7372693.589 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 196°34'17" e a distância de 41.51 m até o marco 'CBBPD406' (E=542492.462 m e N=7372653.807 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 211°17'14" e a distância de 35.23 m até o marco 'CBBPD407' (E=542474.167 m e N=7372623.702 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 159°45'29" e a distância de 43.35 m até o marco 'CBBPD408' (E=542489.233 m e N=7372582.846 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 180°00'00" e a distância de 20.43 m até o marco 'CBBPD409' (E=542489.233 m e N=7372562.418 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 249°36'26" e a distância de 49.37 m até o marco 'CBBPD410' (E=542442.958 m e N=7372545.215 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 278°31'22" e a distância de 21.76 m até o marco 'CBBPD411' (E=542421.435 m e N=7372548.440 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 346°59'37" e a distância de 14.35 m até o marco 'CBBPD412' (E=542418.207 m e N=7372562.418 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 3°22'09" e a distância de 18.31 m até o marco 'CBBPD413' (E=542419.283 m e N=7372580.696 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 296°32'39" e a distância de 19.25 m até o marco 'CBBPD414' (E=542402.064 m e N=7372589.297 m); Daí segue confrontando com a

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A. OFICIAL  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta cópia confere com original  
O referido é verdade e dou fé  
Curitiba, 21/08/12

REGISTRO



**Continuação:**

jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $273^{\circ}56'29''$  e a distância de 62.57 m até o marco 'CBBPD415' (E=542339.646 m e N=7372593.598 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $247^{\circ}41'00''$  e a distância de 57.64 m até o marco 'CBBMD166' (E=542286.321 m e N=7372571.709 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $253^{\circ}25'58''$  e a distância de 23.75 m até o marco 'CBBPD416' (E=542263.561 m e N=7372564.938 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $240^{\circ}39'53''$  e a distância de 16.26 m até o marco 'CBBPD417' (E=542249.384 m e N=7372556.971 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $211^{\circ}27'11''$  e a distância de 37.36 m até o marco 'CBBPD418' (E=542229.891 m e N=7372525.102 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $245^{\circ}00'14''$  e a distância de 14.66 m até o marco 'CBBPD419' (E=542216.600 m e N=7372518.906 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $267^{\circ}20'14''$  e a distância de 131.21 m até o marco 'CBBPD420' (E=542085.536 m e N=7372512.810 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $191^{\circ}04'59''$  e a distância de 13.28 m até o marco 'CBBPD421' (E=542082.982 m e N=7372499.775 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $166^{\circ}35'46''$  e a distância de 16.01 m até o marco 'CBBPD422' (E=542086.694 m e N=7372484.200 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $149^{\circ}43'14''$  e a distância de 20.61 m até o marco 'CBBPD423' (E=542097.087 m e N=7372466.400 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $177^{\circ}57'09''$  e a distância de 20.78 m até o marco 'CBBPD424' (E=542097.829 m e N=7372445.633 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $216^{\circ}01'00''$  e a distância de 87.11 m até o marco 'CBBPD425' (E=542046.607 m e N=7372375.174 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $199^{\circ}18'25''$  e a distância de 15.72 m até o marco 'CBBPD426' (E=542041.410 m e N=7372360.341 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $187^{\circ}01'51''$  e a distância de 46.42 m até o marco 'CBBPD427' (E=542035.729 m e N=7372314.274 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de  $158^{\circ}10'50''$  e a distância de 25.18 m até o marco 'CBBPD428' (E=542045.087 m e N=7372290.900 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de  $274^{\circ}15'51''$  e a distância de 12.74 m até o marco 'CBBPD961' (E=542032.382 m e N=7372291.847 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de  $313^{\circ}07'32''$  e a distância de 26.86 m até o marco 'CBBPD962' (E=542012.780 m e N=7372310.207 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de  $329^{\circ}41'17''$  e a distância de 29.12 m até o marco 'CBBPD963' (E=541998.084 m e N=7372335.345 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de  $338^{\circ}10'47''$  e a distância de 32.88 m até o marco 'CBBPD964' (E=541985.863 m e N=7372365.868 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de  $323^{\circ}56'49''$  e a distância de 41.53 m até o marco 'CBBPD965'



MATRÍCULA

12.230

FOLHA

04

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



Registro de Imóveis

Bel. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 465.231.039/00  
FONE (41) 3545-1313 - CURITIBA - PARANÁ

## Continuação:

(E=541961.421 m e N=7372399.443 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 300°02'43" e a distância de 33.53 m até o marco 'CBBPD966' (E=541932.397 m e N=7372416.231 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 281°45'27" e a distância de 37.45 m até o marco 'CBBPD967' (E=541895.735 m e N=7372423.862 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 314°58'22" e a distância de 30.23 m até o marco 'CBBPD968' (E=541874.348 m e N=7372445.228 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 326°17'05" e a distância de 27.52 m até o marco 'CBBPD969' (E=541859.072 m e N=7372468.120 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 310°34'31" e a distância de 42.24 m até o marco 'CBBPD930' (E=541826.988 m e N=7372495.596 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de 354°10'26" e a distância de 369.77 m até o marco 'CBBMD167' (E=541789.453 m e N=7372863.460 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 22°33'23" e a distância de 30.66 m até o marco 'CBBPD970' (E=541801.214 m e N=7372891.775 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 0°00'00" e a distância de 23.91 m até o marco 'CBBPD971' (E=541801.214 m e N=7372915.684 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 17°22'09" e a distância de 28.63 m até o marco 'CBBPD972' (E=541809.761 m e N=7372943.009 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 42°38'25" e a distância de 29.02 m até o marco 'CBBPD974' (E=541829.419 m e N=7372964.357 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 43°48'28" e a distância de 28.40 m até o marco 'CBBPD975' (E=541849.077 m e N=7372984.851 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 3°00'55" e a distância de 16.25 m até o marco 'CBBPD976' (E=541849.932 m e N=7373001.075 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 358°34'05" e a distância de 33.79 m até o marco 'CBBPD979' (E=541849.087 m e N=7373034.858 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 10°57'50" e a distância de 26.96 m até o marco 'CBBPD980' (E=541854.216 m e N=7373061.329 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 33°29'23" e a distância de 60.41 m até o marco 'CBBPD981' (E=541887.549 m e N=7373111.710 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 34°43'12" e a distância de 27.01 m até o marco 'CBBPD982' (E=541902.933 m e N=7373133.912 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 33°25'56" e a distância de 48.09 m até o marco 'CBBPD983' (E=541929.429 m e N=7373174.046 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 24°41'49" e a distância de 34.78 m até o marco 'CBBPD984' (E=541943.959 m e N=7373205.640 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 17°07'03" e a distância de 34.85 m até o marco 'CBBPD985' (E=541954.216 m e N=7373238.943 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimute de 9°56'08" e a distância de 34.68 m até o marco 'CBBPD986'



REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A. Oficial  
Selvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta cópia contém com original  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21/08/2012

*Assinatura*  
REGISTRO



**Continuação:**

(E=541960.199 m e N=7373273.099 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 11°37'24" e a distância de 33.21 m até o marco 'CBBPD987' (E=541966.890 m e N=7373305.631 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 23°31'03" e a distância de 21.19 m até o marco 'CBBPD988' (E=541975.344 m e N=7373325.058 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 355°21'38" e a distância de 31.35 m até o marco 'CBBPD989' (E=541972.808 m e N=7373356.309 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 321°18'52" e a distância de 75.74 m até o marco 'CBBPD990' (E=541925.465 m e N=7373415.433 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 318°42'19" e a distância de 55.09 m até o marco 'CBBPD991' (E=541889.112 m e N=7373456.820 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 339°59'59" e a distância de 29.66 m até o marco 'CBBPD992' (E=541878.967 m e N=7373484.693 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 338°55'07" e a distância de 50.25 m até o marco 'CBBPD993' (E=541860.895 m e N=7373531.575 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 342°32'16" e a distância de 30.65 m até o marco 'CBBPD994' (E=541851.696 m e N=7373560.816 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 308°38'03" e a distância de 21.41 m até o marco 'CBBPD995' (E=541834.972 m e N=7373574.183 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 270°00'00" e a distância de 24.25 m até o marco 'CBBPD996' (E=541810.721 m e N=7373574.183 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 279°27'14" e a distância de 20.35 m até o marco 'CBBPD997' (E=541790.652 m e N=7373577.525 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 331°44'25" e a distância de 51.22 m até o marco 'CBBPD998' (E=541766.402 m e N=7373622.639 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 351°06'42" e a distância de 27.06 m até o marco 'CBBPD999' (E=541762.221 m e N=7373649.373 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 341°32'57" e a distância de 23.78 m até o marco 'CBBPD001' (E=541754.695 m e N=7373671.930 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 326°42'04" e a distância de 31.99 m até o marco 'CBBPD002' (E=541737.134 m e N=7373698.664 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 330°37'11" e a distância de 30.68 m até o marco 'CBBPD003' (E=541722.082 m e N=7373725.399 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 356°38'32" e a distância de 28.11 m até o marco 'CBBPD004' (E=541720.436 m e N=7373753.456 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 350°14'20" e a distância de 54.25 m até o marco 'CBBPD005' (E=541711.238 m e N=7373806.925 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 329°54'30" e a distância de 36.69 m até o marco 'CBBPD006' (E=541692.841 m e N=7373838.672 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 354°25'22" e a distância de 34.42 m





## Continuação:

até o marco 'CBBPD007' (E=541689.496 m e N=7373872.925 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 28°22'38" e a distância de 59.82 m até o marco 'CBBPD008' (E=541717.928 m e N=7373925.558 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 11°19'11" e a distância de 21.30 m até o marco 'CBBPD009' (E=541722.109 m e N=7373946.445 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 0°00'00" e a distância de 15.87 m até o marco 'CBBPD010' (E=541722.109 m e N=7373962.318 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 336°01'03" e a distância de 16.46 m até o marco 'CBBPD011' (E=541715.419 m e N=7373977.356 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 18°05'43" e a distância de 26.82 m até o marco 'CBBPD012' (E=541723.750 m e N=7374002.851 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 355°35'48" e a distância de 21.79 m até o marco 'CBBPD013' (E=541722.077 m e N=7374024.573 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 344°20'40" e a distância de 21.69 m até o marco 'CBBPD014' (E=541716.224 m e N=7374045.459 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 329°30'40" e a distância de 65.93 m até o marco 'CBBPD015' (E=541682.775 m e N=7374102.269 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 323°14'31" e a distância de 69.87 m até o marco 'CBBPD016' (E=541640.964 m e N=7374158.244 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 307°16'40" e a distância de 22.07 m até o marco 'CBBPD017' (E=541623.403 m e N=7374171.611 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 288°25'09" e a distância de 23.80 m até o marco 'CBBPD018' (E=541600.825 m e N=7374179.131 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 312°14'51" e a distância de 24.85 m até o marco 'CBBPD019' (E=541582.428 m e N=7374195.839 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 301°20'58" e a distância de 40.15 m até o marco 'CBBPD020' (E=541548.143 m e N=7374216.726 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 295°15'26" e a distância de 33.29 m até o marco 'CBBPD021' (E=541518.039 m e N=7374230.928 m); Daí segue confrontando com a montante do córrego Água da Serra com o azimuth de 276°53'18" e a distância de 33.26 m até o marco 'CBBMD222' (E=541485.022 m e N=7374234.917 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimuth de 319°50'23" e a distância de 21.35 m até o marco 'CBBpc398' (E=541471.252 m e N=7374251.234 m); Daí segue confrontando com Lote 16 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimuth de 60°23'44" e a distância de 31.91 m até o marco 'CBBpc295' (E=541499.000 m e N=7374267.000 m); Daí segue confrontando com Lote 16 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimuth de 90°16'56" e a distância de 94.76 m até o marco 'CBBpc182' (E=541593.762 m e N=7374266.533 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 108°41'12" e a distância de 71.30 m até o marco 'CBBPD790' (E=541661.308 m e N=7374243.688 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 74°57'34" e a distância de 74.11 m até o marco

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta cópia confere com original  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21/08/2012

REGISTRADORA



MATRÍCULA

12.230

FOLHA

05vº

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



registro de imóveis

Bel. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 465 231 038-00  
FONE (43) 3545-1313 - CURIÚVA - PARANÁ**Continuação:**

'CBBpc402' (E=541732.884 m e N=7374262.921 m); Daí segue confrontando com Lote 13 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 93°16'14" e a distância de 86.26 m até o marco 'CBBpc421' (E=541819.000 m e N=7374258.000 m); Daí segue confrontando com Lote 13 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 69°01'03" e a distância de 298.81 m até o marco 'CBBpc420' (E=542098.000 m e N=7374365.000 m); Daí segue confrontando com Lote 13 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 48°08'28" e a distância de 232.28 m até o marco 'CBBpc310' (E=542271.000 m e N=7374520.000 m); Daí segue confrontando com Lote 13 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 53°21'29" e a distância de 150.80 m até o marco 'CBBpc409' (E=542392.000 m e N=7374610.000 m); Daí segue confrontando com Lote 13 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 43°54'32" e a distância de 148.52 m até o marco 'CBBpc313' (E=542495.000 m e N=7374717.000 m); Daí segue confrontando com Lote 13 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 61°57'29" e a distância de 329.71 m até o marco 'CBBpc406' (E=542786.000 m e N=7374872.000 m); Daí segue confrontando com Lote 13 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 70°17'02" e a distância de 160.20 m até o marco 'CBBpc403' (E=542936.811 m e N=7374926.046 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 102°06'44" e a distância de 28.72 m até o marco 'CBBPD804' (E=542964.889 m e N=7374920.020 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 75°47'23" e a distância de 101.25 m até o marco 'CBBPD805' (E=543063.039 m e N=7374944.875 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 43°43'21" e a distância de 3.00 m até o marco 'CBBpc315' (E=543065.110 m e N=7374947.039 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 284.3474 ha. (Conforme Memorial Descritivo devidamente assinado pelo Engenheiro Civil Carlos Roberto Fernandes Pinto CREA - PR-13757/D). **Registro anterior não consta - Terras devoluta. PROPRIETÁRIO: O ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76416940/0001-28, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, Palácio das Araucárias em Curitiba-PR. **O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ:** Curiúva, 06 de junho de 2012. A OFICIAL: *Vanil de Oliveira Souza*

**R-01-M-12.230. PROT.34.161.1B.06.06.2012** - O imóvel desta matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Curiúva-PR, Dr. Alexandre Barbosa Fabiani, nos autos nº 119/1979, de Ação Discriminatória que tramitou naquela Vara, Sentença confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo-lhe, por consequência atribuído o domínio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº 619/2011 de 01 de setembro de 2011, do Juízo de Direito da Comarca de Curiúva, expedido nos autos da referida ação. Sem custas. Funrejus Isento. ITBI -

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Sobador Bruno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURIÚVA - PR

Esta cópia confere com original  
O referido é verdade e dou fé.  
Curiúva, 21.1.2012  
*Vanil de Oliveira Souza*  
REGISTRADORA

MATRÍCULA

12.230

FOLHA

06

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



## Registro de Imóveis

Bel. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 465 231 039-00  
FONE (41) 3545-1313 - CURITIBA - PARANÁ

## Continuação:

Aquisição original -- Isento. O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ. Curitiba, 06 de junho de 2012. A Oficial: *Vanil de Oliveira Souza*REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PREsta copia confere com original.  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21/03/2012.*Souza*  
REGISTRADORATC  
5-  
93  
+





REGISTRO DE IMÓVEIS

Maria Sônia de Carvalho

OFICIAL - CPF 258.845.819-20

Oswaldo Aíran de Mello Moraes

ANTECESSOR - CPF 005.552.239-49

SÃO JERÔNIMO DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL

LIVRO Nº 2

MATRÍCULA

=8.234=

FICHA

-1-

RUBRICA

ITC

Fls. 59

Fls.

## MATRÍCULA nº 8.234

Protocolo nº. 69.440

Em 11 de março de 2010

IMÓVEL RURAL

CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS 8 e 9 DENOMINADO - LOTE nº. 13, da Colonia São Jerônimo - com a área de 27.4381 hectares, situado neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra Estado do Paraná, compreendido dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações conforme memorial descritivo elaborado pelo - ITCG - Instituto de Terras Cartografias e Geociências do Estado do Paraná: Inicia-se no marco denominado 'CBBPD801', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=542404.715 m e N= 7375044.101 m dividindo-o com o Estrada Vicinal; ; Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 110°26'47" e a distancia de 107.09 m até o marco 'CBBPD802' (E=542505.058 m e N=7375006.691 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 100°01'15" e a distancia de 187.72 m até o marco 'CBBPD803' (E=542689.915 m e N=7374974.027 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 101°00'06" e a distancia de 252.43 m até o marco 'CBBpc403' (E=542937.709 m e N= 7374925.853 m); Dai segue confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 250°27'22" e a distancia de 160.98 m até o marco 'cbbpc406' (E=542786 m e N=7374872.000 m); Dai segue confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 241°57'29" e a distancia de 329.71 m até o marco 'CBBpc313' (E=542495.000 m e N=7374717.000 m); Dai segue confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 223°54'32" e a distancia de 148.52 m até o marco 'CBBpc409' (E=542392.000 m e N=7374610.000 m); Dai segue confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 233°21'29" e a distancia de 150.80 m até o marco 'CBBpc310' (E=542271.000 m e N=7374520.000 m); Dai segue confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 228°08'28" e a distancia de 232.28 m até o marco 'CBBpc420' (E=542098.000 m e N= 7374365.000 m); Dai segue confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 249°01'03" e a distancia de 298.81 m até o marco 'CBBpc421' (E=541819.000 m e N=7374258.000 m); Dai segue confrontando com o Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 273°16'14" e a distancia de 86.26 m até o marco 'CBBpc402' (E=541732.884 m e N=7374262.921 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 74°57'34" e a distancia de 18.83 m até o marco 'CBBPD791' (E=541751.070 m e N=7374267.808 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 38°43'55" e a distancia de 38.44 m até o marco 'CBBPD792' (E=541775.120 m e N=7374297.793 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 74°40'49" e a distancia de 38.15 m até o marco 'CBBPD793' (E=541811.915 m e a N=7374307.873 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal - com o azimute de 18°10'58" e a distancia de 205.39 m até o marco 'CBBPD794' (E=541876.009 m e N=7374503.011 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal - com o azimute de 46°41'01" e a distancia de 121.95 m até o marco 'CBBPD795' (E=541964.735 m e N=7374586.671 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal - com o azimute de 40°15'24" e a distancia de 91.19 m até o marco 'CBBPD796' (E=542023.662 m e N=7374656.262 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 76°31'49" e a distancia de 74.88 m até o marco 'CBBPD797' (E=542096.482 m e N=7374673.704 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 64°10'55" e a distancia de 59.83 m até o marco 'CBBPD798' (E=542150.340 m e N=7374699.760 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 36°48'45" e a distancia de 236.00 m até o marco 'CBBPD799' (E=542291.752 m e N=7374888.704 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal - com o azimute de 24°22'28" e a distancia de 133.43 m até o marco 'CBBPD800' (E=542346.818 m e N=7375010.241 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com

segue no verso.





o azimute de 59°40'46" e a distancia de 67.07 m até o marco 'CBBPD801' (E=542404.715 m e N=7375044.101 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 27.4381 ha. Curitiba 20 de abril de 2007- (a.) Carlos Roberto Fernandes Pinto - Engenheiro Civil CREA Pr-13757/D.-

- Matricula aberta por força de Sentença Judicial - Autos sob nº.119/1979 - Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr. de 05 de junho de 1.995, confirmada pela Quarta Camara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que transitou em julgado em 06 de setembro de 2004. Registro Anterior - Não tem Terras devoluta. O referido é Verdade. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março 2010.- c/sc.-

R-1- 8.234 - Prot. - 69.440 - Em 11 de março 2010.

O imóvel desta Matricula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr., Doutor Alexandre Barbosa Fabiani, nos AUTOS Nº. 119/1979, de AÇÃO DISCRIMINATORIA que tramitou naquela Vara, Sentença essa confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo - lhe, por consequencia, atribuído o dominio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº. 1.520 de 28 de outubro de 2009, do Juízo de Direito da Comarca de Curiuva-PR, expedido nos Autos da referida ação. Sem custas. FUNREJUS Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março de 2010.-

Oficiala.-

07.06.2010

SELO FUNREJUS  
CPF 004.101.260-87







ITC

Fs. 63

Fs. 64

MATRÍCULA nº 8.235

Protocolo nº. 69.440

- Em 11 de março de 2010 - IMÓVEL RURAL

CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS 8 e 9 DENOMINADO - LOTE nº. 14, da Colonia São Jerônimo - com a área de 0.6444 hectares, situado neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra Estado do Paraná, compreendido dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações conforme memorial descritivo elaborado pelo - ITCG - Instituto de Terras Cartografias e Geociências do Estado do Paraná: Inicia-se no marco denominado 'CBBPD808', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=543166.670 m e N=7374996.114 m dividindo-o com o Estrada Vicinal; Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 133°11'20" e a distancia de 110.15 m até o marco 'cbbpc317' (E=543246.982 m e N=7374920 m); Dai segue confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimuth de 278°13'57" e a distancia de 183.77 m até o marco 'cbbpc315' (E=543065.110 m e N=7374947.039 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 43°43'21" e a distancia de 29.97 m até o marco 'CBBPD806' (E=543080.988 m e N=7374963.642 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal - com o azimuth de 66°17'23" e a distancia de 81.29 m até o marco 'CBBPD807' (E=543155.412 m e N=7374996.328 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal - com o azimuth de 91°05'14" e a distancia de 11.26 m até o marco 'CBBPD808' (E=543166.670 m e N=7374996.114 m); - inicio de descrição, fechando assim o perimetro do poligono acima descrito com uma área superficial de 0.6444 ha. Curitiba 18 de abril de 2007- (a) Carlos Roberto Fernandes Pinto - Engenheiro Civil CREA Pr-13757/D.-

- Matrícula aberta por força de Sentença Judicial - Autos sob nº.119/1979 - Vara Cível da Comarca de Curiúva - Pr. de 05 de junho de 1.995, confirmada pela Quarta Camara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que transitou em julgado em 06 de setembro de 2004. Registro Anterior - Não tem Terras devoluta. O referido é Verdade. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março 2010.- c/sc.-

R-1- 8.235 - Prot.- 69.440 - Em 11 de março 2010.

O imóvel desta Matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Curiúva - Pr., Doutor Alexandre Barbosa Fabiani, nos AUTOS Nº. 119/1979, de AÇÃO DISCRIMINATORIA que tramitou naquela Vara, Sentença essa confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo - lhe, por consequencia, atribuido o dominio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº. 1.520 de 28 de outubro de 2009, do Juízo de Direito da Comarca de Curiúva-PR, expedido nos Autos da referida ação. Sem custas. FUNREJUS Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março de 2010.-

Oficiala.-

07

06

2010





543060



7375060

Sebastião Oses de Aquino

CBBPD807

14

 $\angle -278^{\circ}13'57''$  183.77m
Divisa  
Municipal

Alfredo Costa Alves e Outro

7374860



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

IMÓVEL

Colônia São Jerônimo - Parte das Glebas 8 e 9  
Lote 14

ÁREA (ha)

0.6444

PERÍMETRO (m)

409.44

DATUM

SDA-69

DATA

05/07

MUNICÍPIO - UF

São Jerônimo da Serra Paraná

ESCALA

1/2000

MERIDIANO CENTRAL

51°

RESP. TÉCNICO

*Carlos Roberto F. Pinto*  
Crea Pr-13757-D

ARQUIVO

geral\_saojeronino.dwg

DESENHO

Luiz Octávio Dioni





REGISTRO DE IMÓVEIS  
*Maria Sarcia de Carvalho*  
OFICIAL - CPF 258.545.019-20  
*Oswaldo Azeiteiro de Mello Moraes*  
ANTECESSOR - CPF 805.552.239-49  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL

LIVRO Nº 2

MATRÍCULA

=8.236=

FICHA

=1=

RUBRICA

ITC

Fls. 64

Fls. 65

MATRÍCULA nº 8.236

Protocolo nº. 69.440 - Em 11 de março de 2010 - IMÓVEL RURAL  
CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS 8 e 9 DENOMINADO - LOTE  
nº. 15, da Colonia São Jerônimo - com a área de 0.4158 hectares, situado neste Município e  
Comarca de São Jerônimo da Serra Estado do Paraná, compreendido dentro das seguintes divisas,  
metragens e confrontações conforme memorial descritivo elaborado pelo - ITCG - Instituto de  
Terras Cartografias e Geociências do Estado do Paraná: Inicia-se no marco denominado  
'CBBMD137', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-  
51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=543554.268 m e N=  
7374959.794 m dividindo-o a jusante do córrego Rib. Lageado Liso; Dai segue confrontando com  
a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimute de 143°29'19" e a distancia de 38.89  
m até o marco 'CBBPD239' (E=543577.405 m e N=73749228.539 m); Dai segue  
confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 264°32'40" e a distancia  
de 89.81 m até o marco 'cbbpc407' (E=543488.000 m e N=7374920.000 m); Dai segue  
confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 249°22'55" e a distancia  
de 107.91 m até o marco 'cbbpc312' (E=543387.000 m e N=7374882.000 m); Dai segue  
confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimute de 285°43'15" e a  
distancia de 80.79 m até o marco 'cbbpc178' (E=543309.233 m e N=7374903.890 m);  
Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 85°38'10" - e a distancia de  
45.17 m até o marco 'CBBPD811' (E=543354.275 m e N=7374907.327 m); Dai segue  
confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 88°45'03" e a distancia de 61.48 m até o  
marco 'CBBPD812' (E=543415.737 m e N=7374908.668 m); Dai segue confrontando com  
Estrada Vicinal com o azimute de 75°51'18" e a distancia de 79.84 m até o marco  
'CBBPD813' (E=543493.158 m e N=7374928.179 m); Dai segue confrontando com Estrada  
Vicinal com o azimute de 62°38'44" e a distancia de 68.80 m até o marco 'CBBMD137'  
(E=543554.268 m e N=7374959.794 m); inicio de descrição, fechando assim o perímetro do  
polígono acima descrito com uma área superficial de 0.4158 ha. Curitiba 18 de abril de 2007-  
(a.) Carlos Roberto Fernandes Pinto - Engenheiro Civil CREA Pr-13757/D.-  
- Matrícula aberta por força de Sentença Judicial - Autos sob nº.119/1979 - Vara Cível da  
Comarca de Curiúva - Pr. de 05 de junho de 1.995, confirmada pela Quarta Câmara Cível  
do Tribunal de Justiça do Paraná, que transitou em julgado em 06 de setembro de  
2004. Registro Anterior - Não tem Terras devoluta. O referido é Verdade. DOU FÉ. São  
Jerônimo da Serra, 26 de março 2010.- c/sc.-

R-1- 8.236 - Prot. - 69.440 - Em 11 de março 2010.  
O imóvel desta Matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de  
1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Curiúva - Pr., Doutor Alexandre Barbosa  
Fabiani, nos AUTOS Nº. 119/1979, de AÇÃO DISCRIMINATORIA que tramitou naquela  
Vara, Sentença essa confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em  
julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ,  
sendo - lhe, por consequência, atribuído o domínio e propriedade do referido imóvel, para todos  
os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº. 1.520 de 28 de outubro de 2009, do Juízo  
de Direito da Comarca de Curiúva-PR, expedido nos Autos da referida ação. Sem custas. FUNREJUS  
Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março de  
2010.-

Oficiala.-



543300

543550

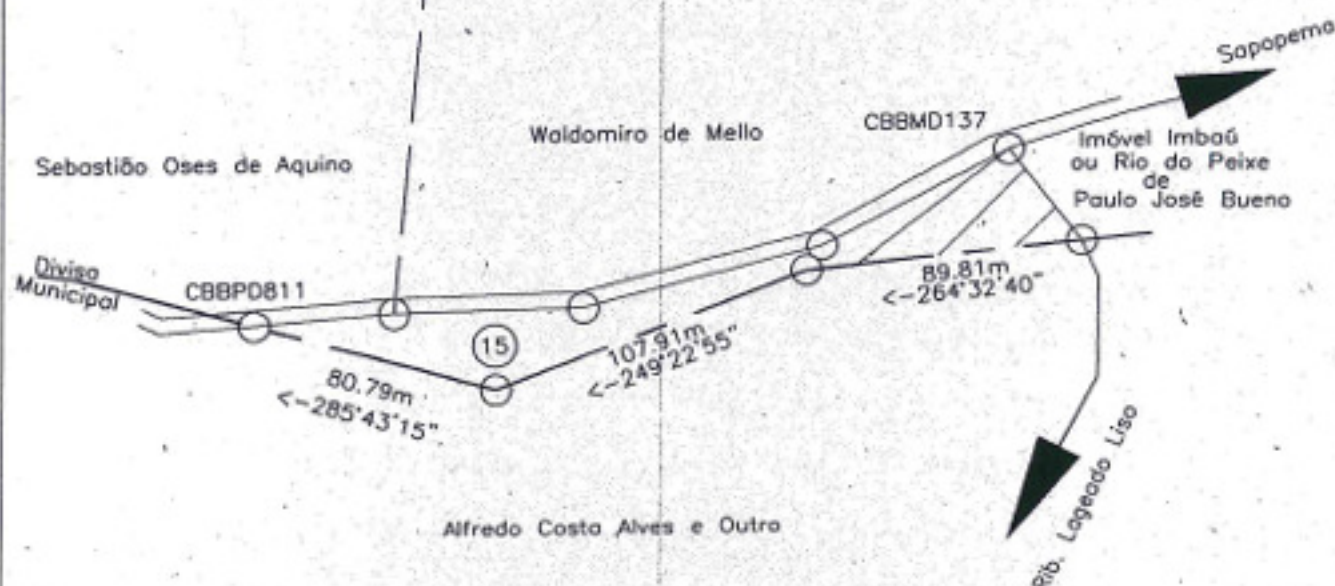


ITC

Fis. 65



7375050



7374800

Legenda:



Área de Preservação Permanente



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

DATUM  
SAD-69

DATA  
05/07

MERIDIANO CENTRAL  
51°

IMÓVEL  
Colônia São Jerônimo - Parte das Glebas 8 e 9  
Lote 15

MUNICÍPIO UF  
São Jerônimo da Serra Paraná

RESP. TÉCNICO  
*Carlos Roberto F. Pinto*  
Crea Pr-13757-D

ARQUIVO  
geral\_saojeronimo.dwg

ÁREA (ha)  
0.4158

PERÍMETRO (m)  
572.69

ESCALA  
1/2500

DESENHO  
Luiz Octávio Dillon





REGISTRO DE IMÓVEIS  
*Maria Sotiria de Carvalho*  
OFICIAL - CPF 258.945.919-30  
*Oswaldo Hiram de Mello Moraes*  
ANTECESSOR - CPF 606.562.239-49  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL  
**LIVRO Nº 2**

FICHA  
=1=

MATRÍCULA

=8.237=

RUBRICA

ITC

Fis. 66

Fis. 100

MATRÍCULA nº 8.237

Protocolo nº 69.440

- Em 11 de março de 2010 -

IMÓVEL RURAL

CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS 8 e 9 DENOMINADO - LOTE nº. 16, da Colonia São Jerônimo - com a área de 0.3540 hectares, situado neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra Estado do Paraná, compreendido dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações conforme memorial descritivo elaborado pelo - ITCG - Instituto de Terras Cartografias e Geociências do Estado do Paraná: Inicia-se no marco denominado 'CBBMD139', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=541430.564 m e N=7374299.450 m dividindo-o com o Estrada Vicinal; Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 91°21'48" e a distancia de 70.88 m até o marco 'CBBPD789' (E=541501.425 m e N=7374297.764 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 108°41'12" e a distancia de 97.48 m até o marco 'cbbpc182' (E=541593.762 m e N=7374266.533 m); Dai segue confrontando com Lote 08 - Município de Sapopema com o azimuth de 270°16'56" e a distancia de 94.76 m até o marco 'cbbpc295' (E=541499.000 m e N=7374267.000 m); Dai segue confrontando com Lote 08 Município de Sapopema com o azimuth de 240°23'44" e a distancia de 31.91 m até o marco 'cbbpc398' (E=541471.252 m e N=7374251.234 m); Dai segue confrontando com Lote 12 com o azimuth de 319°50'23" e a distancia de 63.09 m até o marco 'CBBMD139' (E=541430.564 m e N=7374299.450m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 0.3540 ha. Curitiba 18 de abril de 2007- (a.) Carlos Roberto Fernandes Pinto - Engenheiro Civil CREA Pr-13757/D.-

- Matrícula aberta por força de Sentença Judicial - Autos sob nº.119/1979 - Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr. de 05 de junho de 1.995, confirmada pela Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que transitou em julgado em 06 de setembro de 2004. Registro Anterior - Não tem Terras devoluta. O referido é Verdade. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março 2010.- c/sc.-

R-1- 8.237 - Prot.- 69.440

- Em 11 de março 2010.

O imóvel desta Matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr., Doutor Alexandre Barbosa Fabiani, nos AUTOS Nº. 119/1979, de AÇÃO DISCRIMINATORIA que tramitou naquela Vara, Sentença essa confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo - lhe, por consequência, atribuído o domínio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº. 1.520 de 28 de outubro de 2009, do Juízo de Direito da Comarca de Curiuva-PR, expedido nos Autos da referida ação. Sem custas. FUNREJUS Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março de 2010.-

Oficial.-

A presente fotocópia é reprodução fiel de

do original arquivado n/ cartório.

Em 07 de maio de 2010





541430

541580



ITC

 Fis: 67  
 10.4

7374355

Gleba Nº2 2ª Parte Lote 02

Antonio Barbosa

Pedro Simonassi CBBMD139

Odete Alves

319°50'23" 63.09m

16

270°16'56" 94.76m

Divisa  
Municipal

240°23'44" 31.91m

Alfredo Costa Alves e Outro

Agua da Serra

Odete Alves

7374205

Legenda:

Área de Preservação Permanente


 GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
 SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
 ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

IMÓVEL

 Colônia São Jerônimo - Parte das Glebas 8 e 9  
 Lote 16

ÁREA (ha)

0.3540

PERÍMETRO (m)

358.12

DATUM

SAD-69

DATA

05/07

MUNICÍPIO - UF

São Jerônimo da Serra Paraná

ESCALA

1/1500

MERIDIANO CENTRAL

51°

RESP. TÉCNICO

 Carlos Roberto F. Pinto  
 Crea Pr-13757-D

ARQUIVO

gerol\_saojeronino.dwg

DESENHO

Luiz Octávio Diani





INFORMAÇÃO Nº 338

PROTOCOLO Nº. 9.678.206 - 3 - SID - ALFREDO COSTA ALVES E OUTRO.

Ao ITC/DIJUR.

- Atendendo solicitação contida às fls. 49 do presente Protocolado, estamos anexando o Laudo Técnico elaborado por Profissional Habilitado, bem como cópias das Plantas e Matrículas dos referidos lotes.
- Quanto aos Croquis dos lotes nos Laudos de Vistorias, acreditamos ~~ser~~ desnecessário, tendo em vista que os mesmos foram devidamente registrados (matriculados) recentemente junto as respectivas Comarcas.

ITC/ DITER, em 26 de julho de 2013

  
Roberto Alfredo Gomes  
Diretor de Terras

Parecer nº 103/2013

Protocolo nº 9.678.206-3

Interessado: ALFREDO COSTA ALVES

Assunto: Requer regularização dominial de área rural

**SENHOR DIRETOR PRESIDENTE**

**Alfredo Costa Alves**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da CI.RG. nº 4.125.767-9/PR e inscrito no CPF sob o nº 731.077.199-00, residente e domiciliado na cidade de Londrina, requer, junto a este ITCG, a regularização dominial do "Lote nº. 8, com área de 284,3474 ha, localizado na Colônia São Jerônimo, parte das glebas nºs. 8 e 9, e situado no Município de Sapopema; bem como a regularização dos Lotes nºs. 13, 14, 15 e 16, parte também da supramencionada localidade, com as respectivas áreas de 27,4381 ha, 0,6444 ha, 0,4158 ha e 0,3540 ha, estes, localizados no Município de São Jerônimo da Serra."

Através da vistoria "in loco", levada a efeito sobre as áreas pretendidas à aquisição pelo requerente, se constatou que ele mantém sobre estas uma ocupação de forma mansa, efetiva e pacífica,



tornando-as produtivas com a força do seu trabalho e de sua família. Nestes termos, se condiciona à aquisição de dominialidade de acordo com a Legislação de Terras em vigor no Estado do Paraná, Lei 7055/1978, nos termos dos seus arts. 27, e 33, inciso III, *in verbis*:

"Art. 27 – As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Art. 33 – As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

(...)

III – para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril."

Entretanto, a extensão total das áreas, 313,1997 ha, se apresenta como fator impeditivo de aquisição de Terras Devolutas do Estado do Paraná, nos termos da Lei de Terras supra mencionada, visto que extrapola o limite legal imposto por este diploma legal, que é de 100 (cem hectares).

Uma vez constatada a ocorrência de tal impeditivo legal, os requerimentos de tais regularizações devem ser submetidos à prévia e expressa autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do Art. 54, Inciso XXX, da Constituição Estadual do Paraná de 1989, que assim dispõe:



Art. 54, Inciso XXX - Constituição Estadual.

*"Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:*

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no Art. 49, XVII, da Constituição Federal."*

Obs: Art. 49, Inciso XVII, da Constituição Federal.

"É de competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares."

Requerimentos neste sentido devem ser encaminhados ao ITCG, que providenciará a elaboração de "Laudo Técnico" das áreas e o seu devido encaminhamento ao Senhor Governador do Estado que o analisará e diante da oportunidade e conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área objeto do pedido. (Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual de 1989)

Compulsando os Autos, constata-se que o requerimento da parte está devidamente instruído, e que o ITCG já providenciou a elaboração do "Relatório Técnico", exigido por lei para tal fim, devendo ficar ressaltado que a sua conclusão foi pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão.





Assim, Senhor Diretor Presidente, entendemos que o presente processo se encontra em ordem e devidamente instruído para ser alçado à apreciação da Autoridade Superior.



É o nosso parecer.

Curitiba, 30 de Julho de 2013.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**

Ofício nº 215/2013 GP

Curitiba, 07 de agosto de 2013.


Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 9.678.206-3, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



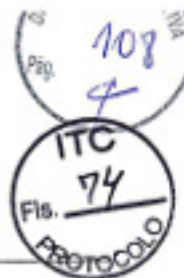
**Amílcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor  
**JULIO CEZAR ZEM CARDOZO**  
Procurador-Geral do Estado  
Curitiba-PR





**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
Gabinete do Procurador-Geral



Protocolo nº 9.678.206-3  
Despacho nº 551/2013 - PGE

- I. Retorne ao Jurídico do ITCG para a apresentação da minuta de lei, bem como, parecer conclusivo, visto que a Autarquia detém integrante do Quadro de Carreira Especial de Advogado do Estado.
- II. Após, encaminhe-se à SEEG.

Curitiba, 09 de agosto de 2013.

  
Izabel Cristina Marques  
**Chefe de Gabinete**  
**Procuradoria Geral do Estado**



Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências

Protocolo nº 9.678.206-3

Interessado: Alfredo Costa Alves e Outro



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos



À SEEG

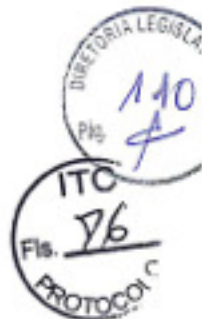
Em atenção à solicitação contida às fls. 74, estamos anexando a Minuta de Lei, referente à Regularização Dominial das Áreas objeto do presente processo.

Informamos que o Parecer conclusivo, opinando pelo deferimento do presente requerimento já foi exarado pela Diretoria Jurídica deste ITC, conforme documento de fls. 69, usque 72.

Curitiba, 11 de Setembro de 2013.

*Luiz Carlos Pupim*  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITC**





## **MINUTA DE LEI**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC, a alienar a Alfredo Costa Alves e Alexandre Alves de Mello, o lote nº. 8, com 284,3474 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, o lote nº. 13, com 27,4381 ha, o lote nº. 14, com 0,6444 ha, o lote nº. 15, com 0,4158 ha, e o lote nº. 16, com 0,3540 ha, das mesmas glebas, localizados no Município de São Jerônimo da Serra.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 54, inciso XXX da Constituição Estadual combinado com o Artigo 121, § 3º, inciso X do Regimento Interno, a seguinte Lei:

**Art. 1º .** Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº. 8, com área de 284,3474 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, o lote nº. 13, com área 27,4381 ha, o lote nº. 14, com área de 0,6444 ha, o lote nº. 15, com área de 0,4158 ha, e o lote nº. 16, com área de 0,3540 ha, da mesma gleba, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, a Alfredo Costa Alves e Alexandre Alves de Mello .

**Art. 2º .** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em

*Valdir Luiz Rossoni*  
*Presidente em exercício*



## INFORMAÇÃO

Protocolo N°

**PROTOCOLO N° 9.678.206-3**

Encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 13 de setembro de 2013

  
**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo





PROTOCOLO: 9.678.206-3

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 519/2014**

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.

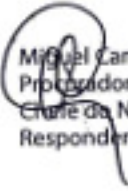
Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 19 de fevereiro de 2014.

  
Giovanni Gonçalves  
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.

  
Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do N.J.A./SEEG  
Respondendo pela N.J.A./CC/CM/VG

**SID nº. 9.678.206-3**

**PARECER Nº 038/2014 – DIJUR - ITCG**

**INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG**

**ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.**

**À PGE/NJA/SEEG:**

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 519/2014, de fls. 78, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito da *"possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente"*.

Quanto à matéria questionada, explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

*Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.*

*Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.*

*Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)*

Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos



beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.*

(...)

*§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tomadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:*

*I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;*

*II - tenham na agricultura sua atividade principal;*

*III - residam no imóvel.*

(...)

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é

justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

*Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.*

*Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:*

*I — para fins de pesquisa ou fomento;*



- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do  
III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Quanto à necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:  
(...)*

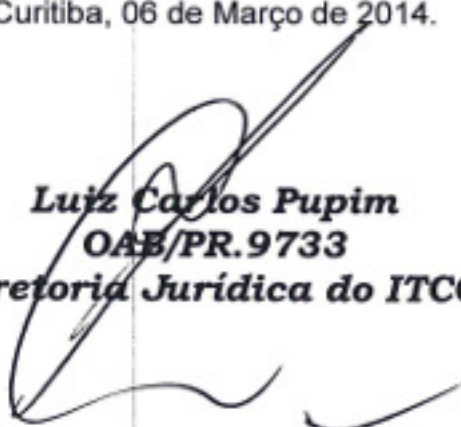
*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.

**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITCG**





Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências

Protocolo nº 9.678.206-3

Interessados: **PGE / NJA / SEEG**

**Alfredo Costa Alves e Outro**



I. Aprovo o Parecer nº 038/2014 - DIJUR - ITCG,  
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de  
Governo-SEEG - Núcleo Jurídico da  
Administração-NJA.

Curitiba, 07 de Março de 2014.

  
**Amílcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do ITCG



## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 9.678.206-3**

Conforme as informações prestadas pela ITCG,  
encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de  
Governo.

Em 14 de março de 2014



**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

REQUERIMENTO.


REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A **VOTAÇÃO EM BLOCO** DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DE AUTORIA DA MESA EXECUTIVA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a **VOTAÇÃO EM BLOCO** dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Executiva: 09/2014; 02/2014; 06/2014; 07/2014; 08/2014; 03/2014; 04/2014; 05/2014.

Consigne-se que a matéria versada nas proposições mencionadas é semelhante, tratando-se de alienação de imóveis, sendo a sua constitucionalidade auferida conforme os pareceres apresentados, limitando-se a competência regimental desta Comissão.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
Galine Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6248

*rubricado*  
01.07.14





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2014 de autoria da MESA EXECUTIVA que *‘Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis’*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO AO PODER EXECUTIVO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ.

Autor: MESA EXECUTIVA.

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 07/2014, de autoria da MESA EXECUTIVA, em atendimento a mensagem governamental nº 46/2014.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência - ITCG, a alienar o imóvel descrito no artigo 1º do respectivo PDL.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo:  
*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº*



*8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas f e g ) e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social (exceto da mensagem governamental nº 46/2014-fls. 04).*

E ainda, continua:

*[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. (exceto da mensagem governamental nº 46/2014 - fls. 04)*

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.





## II ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*



*Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.*

*§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.*

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

*Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:*

*(...)*

*§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:*

*(...)*

*X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.*

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Desta forma o PDL se encontra em consonância aos critérios exigidos em relação à constitucionalidade formal.

Em relação a constitucionalidade material, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do





Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII<sup>4</sup> da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º<sup>5</sup> da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

<sup>4</sup> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

<sup>5</sup> Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



(...)

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que há documentos que comprovam a posse do imóvel pelo adquirente há vários anos e neste sentido não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da





proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

*A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança. (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)*

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão



somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2014, de autoria da Mesa Executiva.

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER

Dep. Tadeu

Veneri

Sala das Comissões, 01 de Julho de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

APROVADO

01.07.14





## PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Parlamentar - Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura




### ERRATA AO PARECER DA CCJ

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2014

- i. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 07/2014, o qual teve sua constitucionalidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta e.Casa Legislativa. Na oportunidade, o Parlamentar que ora subscreve, foi o relator da matéria em apreço, exarando parecer pela APROVAÇÃO, conforme a fundamentação ali contida;
- ii. Ocorre, que erroneamente constou que a autoria do PDL seria da "MESA EXECUTIVA".
- iii. Logo, trata-se de mero **vício material**, uma vez que a autoria da proposição é do Deputado VALDIR ROSSONI e Deputado PLAUTO MIRÓ, Presidente e Primeiro Secretário, respectivamente, desta e.Casa Legislativa, em atendimento a Mensagem oriunda do PODER EXECUTIVO.
- iv. Assim, com o objetivo de se evitar rasuras no parecer retro e sanar o vício material em comento, apresenta-se a presente errata para que, aonde **se lê "MESA EXECUTIVA" LEIA-SE "DEPUTADO VALDIR ROSSONI E DEPUTADO PLAUTO MIRÓ"**.
- v. Destarte, não havendo qualquer alteração na essência ou matéria ventilada no mesmo, bastando o presente para sanar o vício material.

Curitiba, 20 de Outubro de 2014.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente da CCJ

  
Caline Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/14**

**RELATÓRIO**

A Proposta em análise de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miro, é oriunda do Poder Executivo – Mensagem nº 046/14, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Alfredo Costa Alves e Alexandre Alves de Mello, o Lote nº 8, parte das Glebas 8 e 9, do imóvel denominado Colônia São Jerônimo, com área de 284,3474 ha, localizado no Município de Sapopema, e os Lotes nºs 13, 14, 15 e 16, das mesmas Glebas, respectivamente com áreas de 27,4381 ha de 0,6444 ha, 0,4158 ha e de 0,3540 ha, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 9.678.206-3-SID, e que obteve o pronunciamento favorável





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

**CONCLUSÃO**

Diante do acima exposto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/11/14

**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ENIO VERRI**  
**RELATOR**

Dr. Elcio  
Dr. Wilson  
Dr. Waldyr



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8 /2014**

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 JUN 2014

1º Secretário

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a José Peralta, o Lote nº 6, parte das Glebas 8 e 9, do imóvel denominado Colônia São Jerônimo, com área de 124,8775 ha, localizado no Município de Sapopema, e os Lotes nºs 11, 17 e 18, da mesma gleba, respectivamente com áreas de 15,0773 ha, de 0,4049 ha e de 0,3512 ha, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, nos termos da Mensagem nº 40, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2014.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário



### JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 40, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014.

MENSAGEM  
Nº 40 /2014.

Curitiba, em 4 de junho de 2014.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.

Em 05/06/2014

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 JUN. 2014

1º Secretário

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a José Peralta, o Lote 6, com área de 124,8775 ha., Colônia São Jerônimo, parte das Glebas 8 e 9, Município de Sapopema, e os Lotes 11, 17 e 18, com áreas de 15,0773 ha., 0,4049 ha. e 0,3512 ha., respectivamente da mesma gleba, localizados no Município de São Jerônimo da Serra.

Cabe esclarecer que as áreas dos imóveis, somadas, ultrapassam o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional, ou seja, 100 hectares.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 9.678.212-8-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia do processo protocolado acima mencionado.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

**CARLOS ALBERTO RICH**  
Governador do Estado

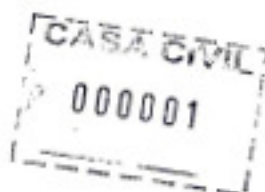
Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 9.678.212-8





ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação da T.T.D.



SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

ITC

NUM. 9.678.212-8

DATA-

10 AGO 2007

HORA-

PROTOK: 9.678.212-8 ORGAO: ITC

10/08/2007 10:29

INTER1: JOSE PERALTA

INTER2:

ASS...: IMOVEIS

P.CHAV: REGULARIZACAO

CIDADE.: CURITIBA-PR

DOCTO.: ORIG...: INSTITUTO

ASS./: REF: OCUPACAO DE UMA AREA RURAL CORRESPONDENTE

COMPL.: AOS LOTES 06 COM AREA 124:8775 HA DA COLONIA

SAO JERONIMO

| DATA       | UNIDADE       | RUBRICA | DATA     | UNIDADE | RUBRICA |
|------------|---------------|---------|----------|---------|---------|
| 10/08/07   | ITC / DITER   | U       | 14/03/14 | NSA     |         |
| 24/05/13   | DITER/DIRETOR |         |          |         |         |
| 05/06/13   | ITC / AJ      |         |          |         |         |
| 06.06.2013 | DITER/ITC     | Purim   |          |         |         |
| 10.06.13   | ITC/BETO      |         |          |         |         |
| 11.06.13   | DITER/Albani  |         |          |         |         |
| 26.07.13   | ITC/AJ        |         |          |         |         |
| 30.07.13   | ITC/GP        | Purim   |          |         |         |
| 09.08.13   | DGER/gab/pres |         |          |         |         |
| 13/08/13   | ITC           |         |          |         |         |
| 19/08/13   | ITC/AJ        | Ana     |          |         |         |
| 18.09.2013 | SEEG/leao     | Purim   |          |         |         |
| 13/09/13   | NSA           |         |          |         |         |
| 20/02/14   | CAO           | lau     |          |         |         |
| 21/02/14   | ITCG          | R       |          |         |         |
| 26.02.14   | ITC/AJ        |         |          |         |         |
| 07.03.2014 | ITC/GP        | Purim   |          |         |         |
| 03/03/14   | CAO           |         |          |         |         |



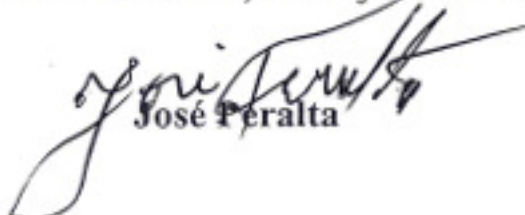
EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO  
PARANÁ – ROBERTO REQUIÃO.

**José Peralta**, brasileiro, casado, agropecuarista, residente em Londrina, portador da Cédula de Identidade RG 603.339-3 SSP/ PR e CIC/MF 114.841.449-53, ocupante de uma área rural correspondente aos lotes nº 6 com área de 124.8775ha da Colônia São Jerônimo, parte das glebas 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, e lotes nº 11, 17 e 18, com área de 15,0773ha, 0,4049ha e 0,3512ha respectivamente da mesma gleba, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, vem mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, requerer a regularização de acordo com a Legislação em vigor e o Artigo 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS  
ITC NUM. 9.678.212-8  
10 AGO 2007  
DATA- HORA-

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

São Jerônimo da Serra, 23 de julho de 2.007

  
José Peralta



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: JOSE PERALTA  
Apelido: .....  
Filiação - Pai: RAPHAEL PERALTA  
Mãe: ROZARIA SIUDA  
Local de nascimento: CAMBE - PR. Data de nasc.: 10/11/1940  
Estado civil: CASADO Nº de filhos: 03  
Certidão de casamento - Local: LONDRIA - 16/01/1965 Nº 14.552 Livro: B-35 Fls.: 145  
Qual o regime: COMUNHAO DE BENS Profissão: PECUARISTA  
Carteira de identidade Nº 603.339-3-SSP/PR CNPJ/CIC 114.841.449-53  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....  
Exerce função pública: Não (x) Sim ( ) Qual? .....  
Onde: .....  
Reside no lote: Sim ( ) Não (x)  
Endereço: RUA VIA LACTEA Nº 190 JARDIM DO SOL UF: PR.  
CEP: ..... Município: LONDRIA  
Tel: 43-3327-3915-43-3324-5539 Celular: 43-9996-9404 (MARCOS) FICHA

### 01.01 - DADOS DO CONJUGE

Nome: MARIA BELINDA SIOVEROLI PERALTA  
Filiação - Pai: EDUINO SIOVEROLI  
Mãe: ASSUMPTA PAGANELI  
RG Nº: ..... CIC/CPF: .....  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): LOTE Nº 06 COLÔNIA SÃO JERÔNIMO PARTE DAS GIERAS ORR 09  
Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO Distrito: .....  
Município: SAPOPEMA - PR Comarca: CURITIBA - PR.  
Área do imóvel - Em ha: 124,8775 Em m2 ..... INCRA: .....  
Descrever localização e coordenadas (UTM): PR 090 - ESTRADA DO CERLE KM 279 EXTRA A DIREITA ± 4KM CHEGA AO IMÓVEL.

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (x) Tempo de ocupação: 30 (anos) ..... (meses) .....  
Como ocorreu a transmissão: POR COLPEI  
Nome do transmitente: PEDRO SIMONASSI  
Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ( )  
Nome do preposto: LOURIVAL FERREIRA DE JESUS







**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**Preço médio da região R\$ 6.500,00 / ha

Plano: .....%

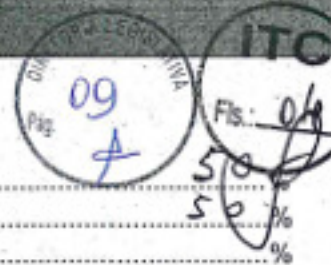
Topografia: Ondulado: .....%

Alagadiço: .....%

Levemente ondulado: .....

Acidentado: .....%

Pedreira: .....%

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (+) Apresenta pouco ( ) Acentuada ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

**09 - CROQUI**



10 - OBSERVAÇÕES

Pág 10  
7

11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA

Local:

COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data:

17, 04, 2013

Assinatura:

Nome:

ALBANY SERAPIM LEJANBRE

14 - De acordo em ..... / ..... / .....

15 - Visto em ..... / ..... / .....



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: JOSE PERALTA

Apelido: .....

Filiação - Pai: RAPHAEL PERALTA

Mãe: ROZARIA SILVA

Local de nascimento: CAMBE - PR

Data de nasc.: 10 / 11 / 1940

Estado civil: CASADO -

Certidão de casamento - Local: LORDRILHA - 16/01/1965

Nº de filhos: 03  
Livro: 8-35 Fls.: 145

Qual o regime: COMUNHAO DE BENS

Profissão: PECUARISTA

Carteira de identidade Nº 603.339-3-SSP/PR CNPJ/CIC 114.841.449-53

Certidão de nasc. - Local: .....

Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? .....

Onde: .....

Reside no lote: Sim ( ) Não (X)

Endereço: RUA VIA LACTEA N.º 190 - JARDIM DO SOL

CEP: ..... Município: LORDRILHA

Tel: 43-3327-3915 - 43-3324-5539

Celular: 43-9996-9404 (MARCUS) FILHO. UF: PR.

### 01.01 - DADOS DO CONJUGE

Nome: MARIA ZELINDA SIBUEROLI PERALTA

Filiação - Pai: INDINO SIBUEROLI

Mãe: ASSUMPTA PAGANELI

RG Nº: .....

CIC/CPF: .....

Certidão de nasc. - Local: .....

Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): IMÓVEL RURAL CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS  
POR DENOMINADO LOTE N.º 11 DA COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Localidade: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Distrito: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Município: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Comarca: SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Área do imóvel - Em ha: 15,8733 Em m2 .....

INCRA: .....

Descrever localização e coordenadas (UTM): KM 279-PR DO ESTADO DO CEARÁ ENTRA  
A DIREITA ± 3/4 KM CHEGA AO IMÓVEL.

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: 30 (anos) ..... (meses)

Como ocorreu a transmissão: PAR COMPRA

Nome do transmitente: PEDRO SIMONASSI

Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )

Nome do preposto: .....



#### 04 - DA DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL

( ) Doc. de domínio: Matrícula ou Transcrição.

(X) Doc. de Posse: Contratos part. cessões de direitos, etc.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

## 05 - CAPACIDADE EMPRESARIAL DO OCUPANTE

Tab. 01 Condição de posse

1 - Proprietário

2 - Posseiro

Possui outro imóvel rural: Não ( ) Sim (X) Quantos? 03

Local/Município: SAPOPEMA - SÃO FERMINO DA SERRA ha 125,6336 Tab. 01 (2)

Local/Municipio: .....

Local/Município: ..... ha ..... Tab. 01 ( )

Local/Municipio: .....

Financiamento bancário: Sim ( ) Não ( )

Atividades agropecuárias desenvolvidas anteriormente: .....

Local: .....

Condição: Proprietário ( )      Empregado ( )      Arrendatário ( )      Parceiro ( )

## 06 - BENFEITORIAS, IMPLEMENTOS E CRIAÇÕES

[illegible]

## 07 - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

| Especificação        | Hectares | %  |
|----------------------|----------|----|
| Culturas permanentes |          |    |
| Culturas temporárias |          |    |
| Pastagens            | 11,3080  | 75 |
| Campos               |          |    |
| Matas                |          |    |
| Capoeiras            |          |    |
| Reflorestamentos     |          |    |



**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**Preço médio da região R\$ 6.000.00 / ha

Plano: .....%

Topografia: Ondulado: .....%

Alagadiço: .....%

Levemente ondulado: .....

Acidentado: .....

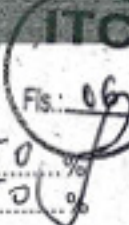
Pedreira: .....

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (X) Apresenta pouco ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

Acentuada ( )

**09 - CROQUI**



10- OBSERVAÇÕES

ESTA AREA CONFRONTA COM O LOTE MAIOR Nº 6 COM AREA DE 124,8775 Ha LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA,

DIRETORIA LEGISLA  
14

11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04 2013

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1º

2º

Assinatura:

Assinatura:

Nome:

Nome:

13 - Afirmo haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: COLÔNIA SÃO FEROMINO

Data: 17, 04 2013

Assinatura:

Nome: ALBINO SEBASTIÃO LOJAMBRE

14 - De acordo em ..... / ..... / .....

15 - Visto em ..... / ..... / .....



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: JOSE PERALTA

Apelido: .....

Filiação - Pai: RAPHAEL PERALTA

Mãe: ROZARIA SIUDA

Local de nascimento: CAMBE - PR

Estado civil: CASADO

Certidão de casamento - Local: LOLDEIRA - 16/01/1965

Qual o regime: COMUNHAO DE BENS

Carteira de identidade N° 603.339-3-SSP/PR

Certidão de nasc. - Local: .....

Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? .....

Onde: .....

Reside no lote: Sim ( ) Não (X)

Endereço: RUA VIA LACTEA Nº 190 - JARDIM DO SOL

CEP: .....

Tel: 43-3327-3915 - 43-3324-5539

Município: LOLDEIRA

UF: PR

Celular: 43-9996-9404 (MARCOS) FILHO

N° de filhos: 03

N° 14552 Livro: B-35 Fls: 145

Profissão: PECUARISTA

CNPJ/CIC: 114.841.449-53

N° Livro: Fls: .....

### 01.01 - DADOS DO CONJUGE

Nome: MARIA ZELINDA SIQUEROLI PERALTA

Filiação - Pai: IDUINO SIQUEROLI

Mãe: ASSUNPTA PAGANELI

RG N°: .....

Certidão de nasc. - Local: .....

N° Livro: Fls: .....

CIC/CPF: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

UF: .....

Celular: .....

N° de filhos: .....

N° Livro: Fls: .....

Profissão: .....

CNPJ/CIC: .....

N° Livro: Fls: .....

UF: .....

CEP: .....

Tel: .....

Município: .....

</







**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**Preço médio da região R\$ 6.500,00 / ha

Plano: .....%

Topografia: Ondulado: .....%

Alagadiço: .....%

Levemente ondulado: .....

Acidentado: .....

Pedreira: .....

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (x) Apresenta pouco ( )

Acentuada ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

**09 - CROQUI**



10- OBSERVAÇÕES

ESTA ÁREA CONFRONTA COM O LOTE MAIOR L: 6  
ÁREA DE 124.8725 Ha - LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SAPOPÊMA



11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA

Local: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data: 17, 04, 2013

Assinatura:

Nome: ALBANI SEBASTIÃO LEJAMBRE

14 - De acordo em .....

15 - Visto em .....



Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: JOSE PERALTA  
Apelido: .....  
Filiação - Pai: RAPHAEL PERALTA  
Mãe: ROZARIA SIUDA  
Local de nascimento: CAMBE - PR Data de nasc.: 10/11/1940  
Estado civil: CASADO Nº de filhos: 03  
Certidão de casamento - Local: LOANDRINA - 16/01/1965 Nº: 14.552 Livro: B-35 Fls.: 145  
Qual o regime: COMUNHAO DE BENS Profissão: PECUARISTA  
Carteira de identidade Nº: 603.339-3-SSP/PR CNPJ/CIC: 114.841.449-53  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº: ..... Livro: ..... Fls.: .....  
Exerce função pública: Não (x) Sim ( ) Qual? .....  
Onde: .....  
Reside no lote: Sim ( ) Não (x)  
Endereço: RUA VIA LACTEA Nº 190 - JARDIM DO SOL  
CEP: ..... Município: LOANDRINA UF: PR  
Tel: 43-3327-3915 - 43-3324-5539 Celular: 43-9996-9404 (MARCOS) FILHO

### 01.01 - DADOS DO CONJUGE

Nome: MARIA ZELINDA SIVIEROLI PERALTA  
Filiação - Pai: EDUINO SIVIEROLI  
Mãe: ASSUMPTA PAGANELI  
RG Nº: ..... CIC/CPF: .....  
Certidão de nasc. - Local: ..... Nº: ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): IMÓVEL RURAL CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLBRAS 809- DENOMINADO LOTE Nº 18 DA COLÔNIA SÃO FERÔNIMO  
Localidade: COLÔNIA SÃO FERÔNIMO Distrito: .....  
Município: SÃO FERÔNIMO DA SERRA Comarca: SÃO FERÔNIMO DA SERRA  
Área do imóvel - Em ha: 0,3512 Em m2: ..... INCRA: .....  
Descrever localização e coordenadas (UTM): PR. 090 - ESTRADA DO CERNE KM 279  
ENTRA A DIREITA ± 4KM CHEGA AO IMÓVEL.

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (x) Tempo de ocupação: 30 (anos) ..... (meses)  
Como ocorreu a transmissão: DO COLETA  
Nome do transmitente: PEDRO SIMONASSI  
Explora diretamente o imóvel: Sim (x) Não ( )  
Nome do preposto: .....







**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**Preço médio da região R\$ 6.500,00 / ha

Plano: ..... %

Topografia: Ondulado: ..... %

Alagadiço: ..... %

Levemente ondulado: .....

Acidentado: .....

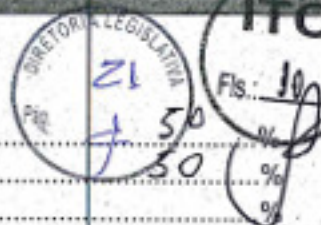
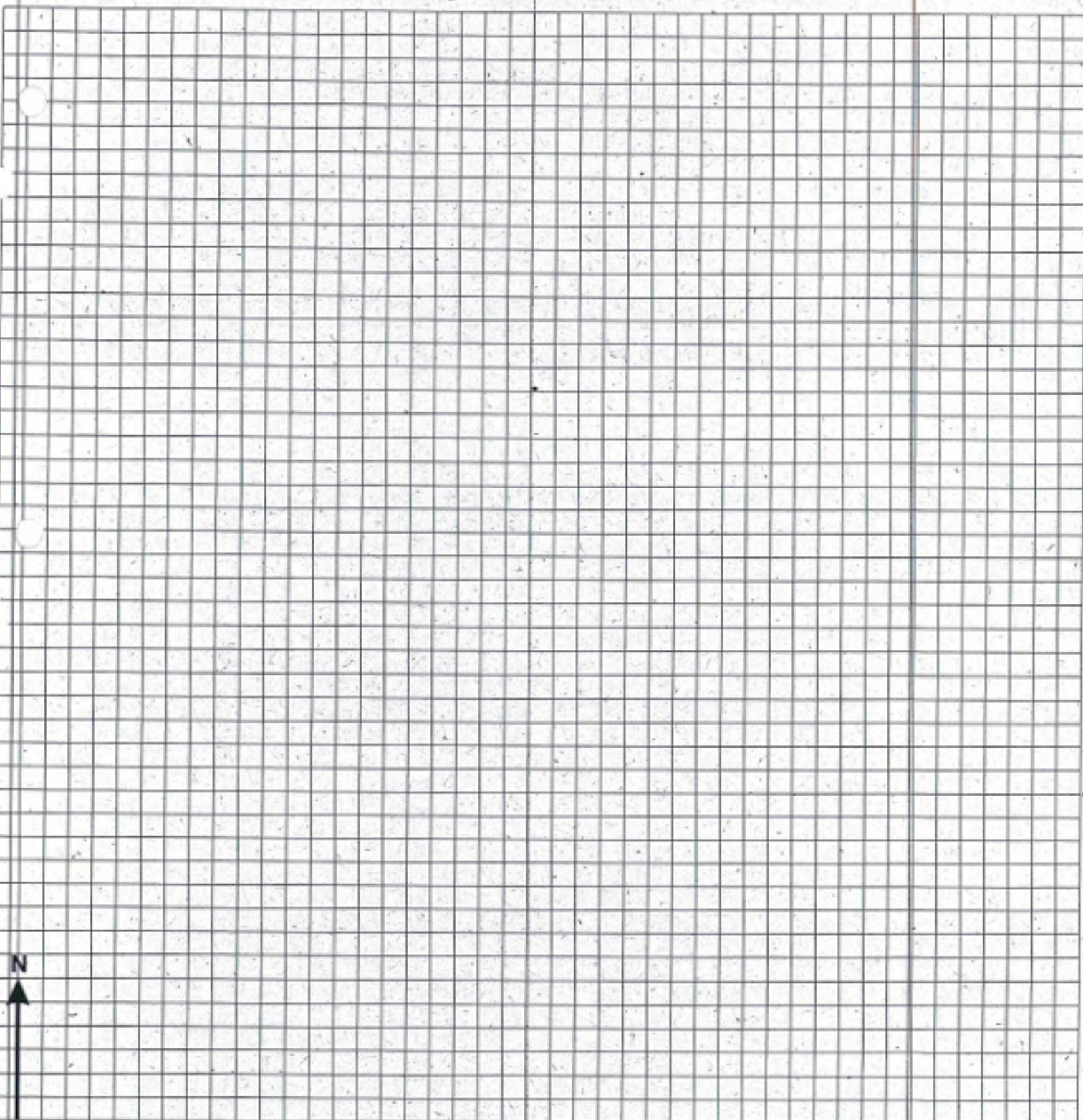
Pedreira: .....

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (x) Apresenta pouco ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

Acentuada ( )

**09 - CROQUI**



10 - OBSERVAÇÕES

ESTA ÁREA CONFRONTA COM O LOTE MAIOR Nº 6  
COM ÁREA DE 124,8775 Ha LOCALIZADO NO MUNICÍPIO  
DE SAPOTENA, FORMANDO UMA ÚNICA PROPRIEDADE.



11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17.04.2013

Assinatura:

12 - TESTEMUNHAS

1ª

Assinatura:

Nome:

2ª

Assinatura:

Nome:

13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA

Local: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data: 17.04.2013

Assinatura:

Nome: ALBARI SEBASTIÃO LEITAMBE.

14 - De acordo em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

15 - Visto em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO BRASILEIRO DE REGISTRO CIVIL  
6032339/3

JOSE PERALTA  
Raphael Peralta  
R0491A131000

DATA DO NASCIMENTO: 10/11/1940  
LOCAL DO NASCIMENTO: CAMBÉ/PR  
0720571980

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CRÉDULA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

114.841.449-53

JOSE PERALTA

10/11/1940

Cartão de endosso e transferência  
para ser apresentado junto com o documento de identidade

CORREIOS







REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL  
SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO  
3.204.460 (3)  
MARIA ZELINDA SIQUEROLI PERALTA  
EDUINO SIQUEROLI  
ASSUNPTA PAGANINI  
31/07/1939 (1) PAUCU/SP  
01/04/1980  
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
ACORDO DE IDENTIFICACAO  
INSCRIÇÃO DE IDENTIFICACAO 31  
336072009 31  
MARIA ZELINDA SIQUEROLI PERALTA  
31.07.39  
Assinatura: Maria Zelinda Siqueroli Peralta  
TODA ASSINATURA DEVE SER ACOMPANHADA DE DOCUMENTO DE IDENTIFICACAO

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO  
CARLOS A.C. FREIRE  
0928828 399/02653  
104/92  
Assinatura: Carlos A.C. Freire  
TODA ASSINATURA DEVE SER ACOMPANHADA DE DOCUMENTO DE IDENTIFICACAO







# REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



## CERTIDÃO DE CASAMENTO JOSÉ PERALTA MARIA ZELINDA SIQUEROLI PERALTA

Matricula

079889 01 55 1965 2 00035 145 0014552 83

Nome completo do solteiro, datas e locais de nascimento, nacionalidade e filiações dos cônjuges

**JOSÉ PERALTA**, nascido aos 10 de novembro de 1940, natural de CAMBÉ-PR, de nacionalidade brasileira, solteiro, ELETRICISTA, filho de RAPHAEL PERALTA e de ROZARIA SIUDA, residente e domiciliado em LONDRINA-PR \*\*

**MARIA ZELINDA SIQUEROLI**, nascida aos 31 de julho de 1939, natural de IPAUSSU-SP, de nacionalidade brasileira, solteira, DOMESTICA, filha de IDUINO SIQUEROLI e de ASSUMPTA PAGANELI, residente e domiciliada em LONDRINA-PR \*\*

Data do registro do casamento (por extenso)

Dezesseis de janeiro de um mil e novecentos e sessenta e cinco \*\*

Dia

16

Mês

01

Ano

1965

Regime de bens do casamento

Comunhão de Bens \*\*

Nome que cada um dos cônjuges passou a utilizar (quando houver alteração)

MARIA ZELINDA SIQUEROLI PERALTA \*\*

Observações / Averbções

Casamento celebrado, perante o Juiz de Paz. Custas: R\$24,67 (VRC 175,00). Selo Funarpen: R\$1,34 \*\*

Nome do Oficial

1º Ofício de Registro Civil e 6º Tabelionato de Notas

Oficial Registrador

Eduardo Marques de Souza Pires

Município / UF

Município e Comarca de Londrina - Estado do Paraná

Endereço

Rua Pio XII, 65 Centro

CEP: 86.020-130 - Fone: (43)3323-7743

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Londrina-PR, 05 de abril de 2011.

*Argemiro Donadio Júnior*

Argemiro Donadio Júnior  
Escrevente



CARTÓRIO PIRES

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL - 6º OFÍCIO DE NOTAS

Eduardo Marques de Souza Pires

OFICIAL

Argemiro Donadio Júnior

Ricardo Ribeiro

ESCREVENTES

Rua Pio XII, 65  
LONDRINA

Fone: (43) 3323-7743  
PARANÁ



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal



## Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural

Número do Imóvel na Secretaria da Receita Federal - NIRF: 2.957.132-4

Nome do Imóvel: FAZENDA SAO PEDRO

Município:SAO JERONIMO DA SERRA

UF: PR

Área total (em hectares): 317,0

Contribuinte: JOSE PERALTA

CPF: 114.841.449-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar quaisquer dívidas do imóvel rural acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até esta data, pendências relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, administrado pela Secretaria da Receita Federal.

*Esta certidão refere-se, exclusivamente, à situação do imóvel rural perante a Secretaria da Receita Federal, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.*

Certidão expedida com base na Instrução Normativa SRF nº 438, de 28 de julho de 2004.

Emitida às 09:27:24 do dia 08/03/2006 (hora de Brasília e data).  
Válida até 08/09/2006.

Válida até 08/09/2006.

Código de controle da certidão: 21C5.8824.FED4.598D

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

Certidão expedida gratuitamente.

Modelo aprovado pela IN SRF nº 438, de 28 de julho de 2004.



# INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE TERRAS DEVOLUTAS

Instrumento Particular de Cessão de Direitos Sobre Terras Devolutas que entre si fazem, o Sr. João Paulo Felizardo e outros a PEDRO SIMONASE, como adiante se declara:-

Aos trinta e um dias do mes de outubro do ano de mil, novecentos e setenta e dois, nesta cidade e Comarca de S. Jeronimo da Serra, PR, partes entre si justas e contratadas combinaram a cessão e transferência de direitos, da fôrma seguinte:- figurando de um lado como outorgantes cedentes, o Sr. JOÃO PAULO FELIZARDO e sua esposa D<sup>a</sup> MERENCIANA CARLOS DE PAULA FELIZARDO, ANTONIO BARNABE FELIZARDO e sua esposa CECILIA GELDINA FELIZARDO, ARISTIDES FELIZARDO DA SILVA e sua esposa DORACI CARLOS DE PAULA FELIZARDO, sendo este ultimo representado por sua esposa Doraci Carlos de Paula Felizardo, conforme procuração bastante lavrada as fls. 113 do Livro 22 pelo Tabelião Bel. Jaime Pedro-Ferreira, da Comarca de Congonhas, deste Estado; e de outro lado como outorgado cessionário, o snr. PEDRO SIMONASE, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado em 1<sup>a</sup> de Maio, deste Estado, portador da Carteira de Identidade nº. 342.778-PR e inscrito no C.P.F. nº. 116263139; pelos outorgantes cedentes, perante duas testemunhas idoneas foi dito que são senhores e antigos posseiros de uma area de terras com mais ou menos 70 (setenta) alqueires, constituindo os lotes nºs. 9, 9-A, 10, 11, 15 e 16 todos da Gleba Nº. 9 e o lote nº. 13 da Gleba Nº. 8, localizados na Colonia São Jeronimo, deste municipio - confrontando com os seguintes lotes; de um lado com a Gleba Nº. 8 e o lote nº. 7 da gleba 9, de outro lado confronta com o lote nº. 8 de outro lado com os lotes ns. 12, 14, de outro lado com o lote nº. 17 e por ultimo lado divide com terras pertencentes a Fazenda Lagoa, Gleba 2 - 2<sup>a</sup> parte - Lote Nº. 13, confronta de um lado com o lote nº. 14 da mesma gleba, de outro lado com a Fazenda Lagoa, Gleba 2 - 2<sup>a</sup> parte, de outro lado com a gleba nº. 2 - 2<sup>a</sup> parte, de outro lado com o loteamento da gleba nº. 9; e que pelo presente instrumento e na melhor forma descrito, pelo preço certo e ajustado de Cr\$ 60.000,00 (-SESSENTA MIL - CRUZEIROS), que os outorgantes cedentes confessaram haver recebido em moeda corrente nacional, dando plena e geral quitação de pagos e satisfeitos, para não mais exigi-la, transmitindo deste modo ao outorgado cessionário, Pedro Simonase, toda a posse, direito, dominio e ação que exerciam sobre dita area de terras, fazendo a presente cessão e transferencia de direitos sobre terras devolutas, boa, firme e valiosa, por si e seus sucessores, podendo ainda referido cessionário, requerer para si, ou a quem indicar, a legitimação do referido imóvel, ao Governo do Estado, sendo que todas as despesas decorrentes com a legitimação correrão as exclusivas e conta do outorgado cessionário. - podendo desse modo representar os outorgantes em repartições publicas competentes, inclusive no INCRA, para o fiel desempenho deste instrumento. - Por estarem de pleno acordo, mandaram datilografar o presente, que aceitam e assinam, juntamente com as testemunhas adiante assinadas.

São Jeronimo da Serra, 31 de outubro de 1.972

JOÃO PAULO FELIZARDO

MERENCIANA CARLOS DE PAULA FELIZARDO

ANTONIO BARNABE FELIZARDO

CECILIA GELDINA FELIZARDO



Doraci Carlos de Paula Felizardo  
DORACI CARLOS DE PAULA FELIZARDO  
por si e por procuração de seu esposo  
ARISTIDES FELIZARDO DA SILVA.

Pedro Simonase  
PEDRO SIMONASE

TESTEMUNHAS

Rachid Riche  
Rachid Riche

RESSALVA: Dentro da área retro descrita, consta também como outorgantes cedentes, o snr. MATIAS RIBAS DE OLIVEIRA e MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA, ambos brasileiros, maiores, capazes, solteiros, residentes neste município; e que pelo presente instrumento de cessão e transferencia de direitos, dedem uma parte com 11 (ONZE) alqueires, dentro da área maior; atrás descrita com mais ou menos 70 alqueires, contendo também na área maior, as seguintes benfeitorias; 6 (seis) ranchos, magueirão para porcos, mangueira para gado, pasto fechado com 23 alqueires, e demais benfeitorias existentes e matas de lei. Fica esclarecido que da área de 11 alqueires de Matias Ribas de Oliveira e Maria das Dores de Oliveira; o preço ajustado foi de R\$100,00 (CEM, digo, o preço ajustado foi de R\$10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS), que os outorgantes cedentes confessaram haver recebido em moeda corrente nacional, dando plena e geral quitação dessa importância, transmitindo da mesma forma seus direitos sobre a terra acima descrita, podendo o comprador, Pedro Simonase requerer para si, a legitimação ao Governo do Estado, tudo conforme já foi explicado na transferencia retro. - Para que surta seus efeitos legais assina, a rogo do Maria das Dores de Oliveira; o snr. Euzébio Correia de Mello; com as mesmas testemunhas.-----

110 720 R\$ 00 90

MATIAS RIBAS DE OLIVEIRA

Euzébio Correia de Mello  
EUEZEBIO CORREA DE MELLO

TESTEMUNHAS

Rachid Riche  
Rachid Riche  
Pedro Simonase

Reconheço verdadeira e firma supra  
de Matias Ribas de Oliveira, Euzébio  
Correa de Mello, Rachid Riche  
e Pedro Simonase

do que dou fé.

En test.º 11/7 da verdade.

S. Jerônimo da Serra, 31 out.º 1972

Edmundo Bragatto  
Of. maior





# INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda e Cessão de Direitos Sobre Terras Devolutas, que entre si fazem, o Snr. JOÃO PAULO FELIZARDO E OUTROS a PEDRO SIMONASE, como adiante se declara:-

Aos nove dias do mes de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade e Comarca de São Jeronimo da Serra, Estado do Paraná, partes entre si justas e contratadas mandaram datilografar o presente instrumento, a saber:- de um lado como outorgantes comprometentes vendedores e cedentes, os Srs. JOÃO PAULO FELIZARDO e sua esposa D<sup>a</sup> MERENCIANA CARLOS DE PAULA FELIZARDO, o Sr. ANTONIO BARNABÉ FELIZARDO e sua esposa CECILIA GALDINA FELIZARDO, ARISTIDES FELIZARDO DA SILVA e sua esposa DORACI CARLOS DE PAULA FELIZARDO, todos brasileiros, - ele agricultores, elas do lar, residentes e domiciliados neste municipio, sendo todos neste ato representados independentemente de procuração pelo Sr. JOÃO PAULO FELIZARDO, para efeito de recebimento de quantia inicial, sendo que todos outorgarão procuração bastante a fim de - posteriormente serem alienadas e cedidas as terras objeto do presente contrato e de outro lado como outorgado compromissário comprador e cessionário, o Sr. PEDRO SIMONASE, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado em 1<sup>o</sup> de Maio, deste Estado, portador da Carteira de Identidade n<sup>o</sup>. 342.778 - Pr. e inscrito no C.P.F/MF n<sup>o</sup> 116263139; - pelo outorgante comprometente vendedor e cedente, por si e aos outros representando, foi dito que os mesmos são senhores e legítimos possuidores de uma area de terras com mais ou menos 131 alqueires paulistas - sendo 60,50 legitimadas e devidamente transcritas no Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca e os restantes 71 alqueires mais ou menos constituídos pelos Lotes n<sup>os</sup> 3-A, 10, 11, 15 e 16, todos da Gleba n<sup>o</sup>. 9 da Colonia São Jeronimo, deste municipio e que as areas de terras acima descritas se comprometem e se obrigam a vende-las e cede-las ao outorgado, mediante as seguintes clausulas e condições:- 1<sup>a</sup>) - O preço tratado é de Cr\$100.000,00 (CEM MIL CRUZEIROS) e que deverão ser pagos da seguinte forma - a) neste ato o outorgado emitirá em favor do outorgante e seus representados um cheque no valor de Cr\$20.000,00 contra o Banco do Estado do Paraná S.A. - agencia de 1<sup>o</sup> de Maio, deste Estado, provisoriamente, visto que a inicial seria Cr\$50.000,00 - pelo que emitirá referido cheque que sera retido em mãos do outorgante João Paulo Felizardo, que mediante o pagamento dos Cr\$50.000,00, restituirá dito cheque ao outorgado, sendo o cheque de n<sup>o</sup> 809993/038, ressaltam as partes ainda que referido cheque não será de forma alguma colocado em cobrança pelo outorgante, dentro do prazo de vinte (20) dias a contar desta data, após o que o não comparecimento do outorgado implicará em mora e a respectiva cobrança do cheque. 2<sup>a</sup>) - No pagamento da importância de Cr\$50.000,00 rétro mencionada, o outorgante imediatamente alienará em favor do outorgado as terras legitimadas e cederá as terras devolutas, para que possa o mesmo a seu critério, requerer mencionada area por compra ao Governo do Estado, correndo as despesas as suas exclusivas custas. 3<sup>a</sup>) O não comparecimento do outorgado dentro do prazo estipulado, será entendido como arrependimento da transação em pauta, pelo que se entende que perderá em beneficio do outorgante e de seus representados a importancia do cheque dado, como parte da participação inicial e se, tempestivamente, o arrependimento da presente transação partir do outorgante e de algum de seus representados, pois, digo, ou por quaisquer motivos que forem, retornarão em dobro ao mesmo outorgado a quantia representadas pelo cheque supra mencionado. E por estarem assim justos e contratados, aceitam e assinam juntamente com duas testemunhas,

São Jeronimo da Serra, 09 de outubro de 1.972

*João Paulo Felizardo*  
e *Pedro Simonase*

ITC

16  
29  
7



Ressalvam em tempo: para completo pagamento, digo, para completo pagamento, os restante Cr\$50.000,00 (Ciccoenta mil cruzeiros) dado que a transação foi de Cam mil cruzeiros) (Cr\$100.000,00). O outorfiado emitirá em favor do out rgante e seus representantes, tantas Notas Promissórias que conven

tionário, na escritura definitiva, ou seja, na outorgadesta.

São Beronimo da Serra, 09 de outubro de 1.972

*Pedro Ammonati*  
Pedro Ammonati





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E REFORMA AGRÁRIA  
**CERTIFICADO DE CADASTRO**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E REFORMA AGRÁRIA  
CENTRO DE ESTATÍSTICA, REFORMA AGRÁRIA E CONTAS  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E REFORMA AGRÁRIA  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E REFORMA AGRÁRIA  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E REFORMA AGRÁRIA

ITC

13  
31  
+

|                           |  |                          |  |                          |  |                          |  |
|---------------------------|--|--------------------------|--|--------------------------|--|--------------------------|--|
| 1º CÓDIGO DO IMÓVEL       |  | 2º SÉRIE                 |  | 3º MUNICÍPIO             |  | 4º SITUAÇÃO JURÍDICA     |  |
| 713 058 003 743           |  | 3                        |  | 1979                     |  | SÃO JERÔNIMO DA SEPRA    |  |
| 5º NOME                   |  |                          |  | 6º SÍMBOLO               |  | 7º SÍMBOLO JURÍDICO      |  |
| PEDRO SIMONASSI           |  |                          |  | *****                    |  | PROPRIETÁRIO             |  |
| 8º ENDEREÇO               |  |                          |  |                          |  | 9º CEP                   |  |
| AGUA DO LIMDEIRO CX PT 33 |  |                          |  |                          |  | 86.140                   |  |
| 10 NOME DO IMÓVEL         |  |                          |  | 11 MICROFILME            |  |                          |  |
| FAZENDA SÃO PEDRO         |  |                          |  | 16 78 354 059911         |  |                          |  |
| 12 ÁREA TOTAL             |  | 13 ÁREA EXPLORADA        |  | 14 ÁREA EXPLORÁVEL       |  | 15 MÓDULO                |  |
| *****317,0                |  | *****0,0                 |  | *****316,4               |  | ***15,0                  |  |
| 16 CLASSIFICAÇÃO          |  | 17 EMPREGO SINDICAL      |  | 18 Nº DE MÓDULOS         |  | 19 FRAÇÃO MÍN DE PARC    |  |
| LATIF. EXPLORAÇÃO         |  | EMPREGADOR RURAL         |  | II-B                     |  | 0 *****                  |  |
| 20 VALOR DA TERRA RUA     |  | 21 TAXA DE JUROS         |  | 22 CUSTO DE AQUISIÇÃO    |  | 23 CUSTO DE CONSTRUÇÃO   |  |
| *****1.239.420,00         |  | 02%                      |  | 2,0                      |  | 1,5                      |  |
| 24 VALOR DE AQUISIÇÃO     |  | 25 CUSTO DE AQUISIÇÃO    |  | 26 CUSTO DE CONSTRUÇÃO   |  | 27 CUSTO DE CONSTRUÇÃO   |  |
| *****12.270,26            |  | *****2.481,70            |  | **1.515,62               |  | *****0,00                |  |
| 28 VALOR A PAGAR EM CASH  |  | 29 VALOR A PAGAR EM CASH |  | 30 VALOR A PAGAR EM CASH |  | 31 VALOR A PAGAR EM CASH |  |
| *****16.590,00            |  | 31/07/80                 |  | *****19.756,00           |  | 038 0059                 |  |
| 32 DATA DE EMISSÃO        |  | 33 DATA DE EMISSÃO       |  |                          |  |                          |  |
| 15/05/80                  |  |                          |  |                          |  |                          |  |

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E REFORMA AGRÁRIA  
L. PETER

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

24 68 JUL 81

16.590,00 0077A

ESTE DOCUMENTO DEVIDAMENTE AUTENTICADO PELO BANCO TEM O VALOR DE RECOR

\*FIM EXCLUSIVO CADASTRAL/TRIBUTÁRIO, NÃO LEGITIMA DIREITO DOMÍNIO E POSSE

-CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO E TRANSFERENCIA DE DIREITOS-

-Valor-CR\$-700.000,00-

ITC

Fls. 18

38

CONTRATO PARTICULAR DE CESSÃO E TRANSFERENCIA DE DIREITOS

que, entre si fazem:- de um lado como outorgantes cedentes e transferentes, PEDRO SIMONASSI, agricultor e sua mulher, MARIA SOARES SIMONASSI, do lar, brasileiros, casados, residentes e domiciliados em São Jerônimo da Serra, neste Estado, portadores das Cédulas de Identidades RG - de nºs. 342.778-PR e 643.032-PR, respectivamente, inscritos no C.P.F.-MF sob o nº116.263.139-20; e, de outro lado como outorgados cessionários, HELIO PERALTA e JOSÉ PERALTA, brasileiros, casados, agricultores, residentes e domiciliados em São Jerônimo da Serra, deste Estado; estando ambas as partes contratantes devidamente contratados pelas seguintes cláusulas e condições que livremente estipulam e que vão - - abaixo descritas:-

PRIMEIRA:- Os outorgantes cedentes e transferentes, legítimos senhores e possuidores de posse mansa e pacífica de uma área de terras de mais ou menos 70 (setenta) alqueires, constituindo os lotes de nºs. 9, 9-A, 10, 11, 15 e 16 - (nove, nove A-dex, onze, quinze e dezesseis), todos da Gleba nº9, e o Lote nº 13 - (treze) - da Gleba nº08 (oito), localizados na Colônia São Jerônimo, situados no Município e Comarca de São Jerônimo da Serra neste Estado; sendo que os primeiros lotes estão encravados dentro das seguintes confrontações:- de um lado com a gleba nº8 e lote nº7, da gleba 9, do outro lado confrontando com o lote nº8; de outro lado com os lotes de nºs. 12 e 14, de outro lado com o lote nº17 e, por último lado divide com terras pertencentes a Fazenda Lagoa, Gleba 2 - 2ª Parte.- LOTE Nº13 - (treze) - esta dentro das seguintes confrontações:- confronta por um lado com o lote nº14, da mesma gleba, de outro lado com a mesma gleba, de outro lado com a gleba nº2 - 2ª Seção digo Parte, de outro lado com o loteamento da gleba 9; em cuja área contem as seguintes benfeitorias:- duas caídas de madeira, coberta com telhas, chiqueiro de porcos e demais benfeitorias lá existentes, cujos direitos de posse foi havido pelo ora outorgante cedente e transferente "Varão" por instrumento particular de cessão e transferência de direitos sobre terras devolutas de:- João Antonio Felizardo, sua mulher e outros/, firmado em São Jerônimo da Serra, em trinta e um de outubro de mil, novecentos e setenta e dois (1972) cujo instrumento e sua ressalva ficam fazendo parte da presente formando ambas um só todo único e indivisível.-

SEGUNDA:- Pelos outorgantes cedentes e transferentes, acima referidos e qualificados, disseram estar por este instrumento CEDENDO E TRANSFERINDO- como de fato e efetivamente ora cedido e transferido tem, aos ora cessionários, acima referidos, todos os seus direitos, vantagens e obrigações sobre a aludida área de terras, bem como seus direitos anteriormente adquiridos e já referidos, pelo preço, previamente ajustado e convencionado de - CR\$-700.000,00- (setecentos mil cruzeiros), cuja importância os cedentes e transferentes, declaram e confessam haverem recebido-



haverem recebido dos óra outorgados cessionários, em boa, firme e corrente moeda Nacional que, contada e verificada exatamente pela qual dão aos mesmos cessionários, a mais ampla, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, para não mais exigir ou repetir, transferindo neste ato, toda a posse, jus, domínio, direitos e ações que mantinham e exerciam sobre os aludidos bens, para que a partir da presente data, faça e introduza as mudanças e benfeitorias que julgarem oportunas e de direito, subrogam também os seus direitos reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. para que o mesmo interceda em seus próprios nomes para regularização definitiva da área óra cedida e transferida;-

TERCEIRA:- Obrigam-se ambas as partes, a respeitarem o presente instrumento e estabelecem o caráter de irrevogabilidade e irretratabilidade do presente instrumento, obrigando-se ambas as partes por si, seus herdeiros e sucessores a fazerem a presente cessão sempre boa, firme e valiosa e a responderem pela evicção de direito, na forma da Lei.-

E, por estarem assim justos e contratados, mandaram-me datilografar o presente instrumento, o qual depois de feito e lido, acharam conforme, aceitam, outorgam e assinam juntamente com duas testemunhas.-

Londrina, -30- de Janeiro de 1.980.

\* Pedro Simonassi  
-Pedro Simonassi-

\* Maria Soares Simonassi  
-Maria Soares Simonassi-

Cessionários:- Veralva

Testemunhas:- João Fialto

|  |   |        |
|--|---|--------|
| 4.º Ofício de Notas - Londrina - PR<br>Tel. 331-1111<br>Rua do Comércio, 100<br>Fonecelo Leões Salinet Jr.<br>Fonecelo Leões Salinet | <b>CARTÓRIO "SALINET"</b>   |        |
|  | Reconheço a(s) firma(s) verdadeira(s) de:   |        |
|  | <u>Pedro Simonassi, esposa</u><br><u>Soares Simonassi Helio</u><br><u>Veralva e João Fialto</u> |        |
|  | do que sou fidei-<br>jussário da verdade.   |        |
| Londrina, <u>24</u> de <u>Julho</u> de <u>1981</u>   |   | TABELA |





# CARTÓRIO SALINET - 4.º OFÍCIO DE NOTAS

Avenida Paraná, 159 - Fone: 22-0747 e 23-3173 - LONDRINA - Paraná

CARLOS NELSON CHICHARRO  
Oficial Motor

CINIRA NALLIM SALINET

Tabela de Juros  
CASA - PALAÇA

FRANCISCO LOURES SALINET JUNIOR  
Empregado Juramentado

LIVRO -113/P-

FLS. -520-

ITC

Fls. 20

34

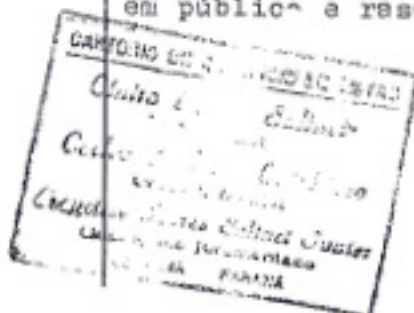
4

Procuração bastante que fazem, HELIO PERALTA e sua mulher, como adiante se declara:-

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos vinte e tres (23) dias do mes de julho do anno de mil novecentos e oitenta e um (1981) nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim, Tabelião, compareceram como outorgantes, HELIO PERALTA do comercio, portador da Cédula de Identidade RG. nº 666.118-PR, e sua mulher, DOROTY MORGUETTI PERALTA, do lar, portadora do Título de Eleitoral nº 32.372-Londrina-PR, ambos inscritos no CPF. sob nº 043.688.789/49, brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade, e rua do Progresso, nº 59; reconhecidos como os proprios por mim, Tabelião, e pelas testemunhas abaixo nomeadas e no final assinadas, do que dou fé, perante as quais por eles outorgantes, me foi dito, que através deste público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeiam e constituem seu bastante procurador, JOSE PERALTA, brasileiro, casado, do comercio, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG. nº 603.339-PR e CPF. sob nº 114.841.449/53, a quem conferem amplas, gerais e illimitadas poderes para o fim especial de vender, ceder, transferir, comprometter, ou dispor livremente com entender, a quem lhe convier, pelo preço e condições que convencionar, a parte ideal que possuem em comum com o outorgado, de uma área de 131,00 alqueires paulistas da divisaõ da FAZENDA LAGOA, situada no Município de São Jerônimo da Serra-PR; Matriculada sob nºs 2.028 e 2.777, do Cartório de Registro de Imóveis de São Jerônimo da Serra-PR; podendo para tanto, dito procurador, outorgar e assinar escrituras, assinar termos de cessação de direitos, descrever e melhor caracterizar o imóvel; receber, firmar recibos e dar quitação; transmitir posse, e demais direitos; representá-los perante repartições públicas em geral, inclusive junto ao INCRA, FUNRURAL, requerendo e assinando o que precise fazer; firmar contratos e distritos, bem como requerimentos, termos, compromissos, documentos ou qualquer outro papel; concordar ou não com cláusulas e condições, preços e formas de pagamento; inclusive podendo subestabelecer. E de cõm assim disseram, do que dou fé, a pedido lavrei este instrumento, que após lido e achado conforme, aceitam e assinam com as testemunhas que são HELIO CORRÊIA GOMES e JOSE LUIZ PINHEIRO MELLO, brasileiros, capazes, auxiliares de cartório, meus conhecidos e aqui residentes. Desta Cr\$-51,30. Eu, (a.) CINIRA NALLIM SALINET, Tabelião, e subscrevo e de tudo dou fé. Londrina, 23 de julho de 1981. (s.s.) HELIO PERALTA, DOROTY MORGUETTI PERALTA, HELIO CORRÊIA GOMES, JOSE LUIZ PINHEIRO MELLO, NADA MAIS. Transladada em seguida. Eu fiz datilografar, conferi, achei conforme, subscrevo, datou e assino em público e reso.

LONDRINA, 23 de julho de 1981  
Em Testemunha da Verdade

CINIRA NALLIM SALINET  
Tabelião







MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA  
SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL — SNCR

COMPROVANTE DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO PARA CADASTRO DE IMÓVEL RURAL — CE

01 — N° VOLUME

02 — NOME DO DECLARANTE  
**JOSE PERALTA**

03 — NOME DO IMÓVEL  
**FAZ SÃO PEDRO**

04 — CÓDIGO DO IMÓVEL  
**7 1 3 0 5 8 0 0 3 7 4 3 3**

05 — MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL  
**SAO JERONIMO DA SERRA**

06 — UF  
**PR**

07 — DOCUMENTOS ANEXOS

| Quantidade | Planta e/ou Memorial Descritivo | Quantidade |
|------------|---------------------------------|------------|
| <b>FS</b>  |                                 |            |

08 — DATA

09 — ASSINATURA

— ESTE COMPROVANTE NÃO FAZ PROVA DA SITUAÇÃO CADASTRAL DO IMÓVEL, NÃO SENDO VÁLIDO, PORTANTO, PARA QUALQUER ATO OU TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE, NÃO SUBSTITUINDO O CERTIFICADO DE CADASTRO.

— DEVE SER CARIMBADO, DATADO E ASSINADO POR REPRESENTANTE DO INCRA.

10 — CARIMBO DO REPRESENTANTE DO INCRA

Imprensa Nacional



ESTADO DO PARANÁ

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA

**Lotes 9-9-A-10-11-15 e 16**  
**RECIBO**  
**col. S. Jerônimo**

PROTOCOLO

1.ª VIA

Nº **2245**

NOME: **Pedro Simoes**

Pagou Cr\$ **3,00**

OBS.: Em **13.1.8.1945**

Informações só serão prestadas mediante apresentação deste recibo.

FUNCIONÁRIO

**Eduardo**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
CERTIFICADO DE CADASTRO

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL  
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - CNA - CONTAG  
TAXA DE SERVIÇOS CADASTRAIS E CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL

ITC

NOME DO DECLARANTE: JOSE PERALTA  
CÓDIGO DO IMÓVEL: 713 058 003 743 3  
EXERCÍCIO: 1986  
ENDERECO PARA CORRESPONDÊNCIA OU INDICAÇÃO PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL: RUA VIA LACTEA 190 A/C JOSE PERALTA  
CÓDIGO DE EMISSÃO: 61001  
CEP: 66100 MUNICÍPIO DO ENDEREÇO: LONDRINA U.F.: PR Nº DE PROCESSAMENTO: 6.101.210  
ICR DO DECLARANTE: 00 000 000  
NOME DO IMÓVEL: FAZENDA SAC PEDRO MUNICÍPIO SEDE DO IMÓVEL: SAC JERONIMO DA SILVEIRA U.F.: PR DOC. BASE CALC: DPX14  
ÁREA TOTAL - ha: 317,0 FRAÇÃO MIL PARCELA: 3,0 MICROFILME OF: 04 000 058 01276 05 MÓD. FISCAL: 20,0 Nº DE MÓD. FISCAIS: 44444,53 ASSALARIADOS: 000000  
VALOR DA TERRA NUA TRIBUTADA: 272.461,10 ALÍQ. BASE: 1,0 % COEFICIENTE DE PROGRESSIVIDADE: S/ PROGRESSIVIDADE ALÍQ. CALC.: 1,0 % F.R.U.: 45,0 % F.R.E.: 45,0 %

|                         |                               |                              |                                     |
|-------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|
| <b>PREFEITURA</b>       | <b>INCRA</b>                  | <b>CONTRIBUIÇÃO SINDICAL</b> | <b>ENQUADRAMENTO SINDICAL</b>       |
| ITR CALCULADO: 2.724,61 | CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL: 0,00 | CONTRIBUIÇÃO CNA: 755,02     | EMPREGADOR 116                      |
| REDUÇÃO: 2.452,14       | TAXA DE CADASTRO: 136,15      | CONTRIBUIÇÃO CONTAG: 0,00    | CLASS. IMÓVEL-ART. 22 DEC. 84885/80 |
| ITR DEVIDO: 272,47      | TOTAL: 136,15                 | TOTAL: 755,02                | EMPRESA RURAL                       |
|                         |                               | EXERCÍCIO EM DÉBITO: 000000  | TOTAL DO EXERCÍCIO: 1.203,64        |
|                         |                               | DATA DE VENCIMENTO: 03/09/86 | DÉBITOS ANTERIORES: 000000,00       |
|                         |                               |                              | VALOR A PAGAR SEM MULTA: 1.203,64   |

ESTA GUIA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES.  
CLASSIF. PROVISÓRIA-SUJEITA A COMPROVAÇÃO

REFORMA AGRÁRIA, A SEMENTE ESPERADA  
713058 003743 61001 64 120364

DIRETOR DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

5593226

830365 03/09/86 055\*\*\*\*\*1.203,64R 01 008301

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

**BANESTADO**

Banco  
038

Recibo do Sacado

|  |                         |                                      |                            |                                 |
|--|-------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Cedente: FAEP - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO EST. PARANÁ  |                         | Agência/Código Cedente: 262/015513-9 | Nosso Número: 0002012682-8 | Vencimento: 22/08/91            |
| Uso do Banco: CE   | Espécie Moeda: CRUZEIRO | Quantidade de Moeda: X               | Valor da Moeda: X          | Valor do Documento: 30.558,33   |
| Data do Documento: 19/07/91  | Número do Documento:    | Espécie Doc.: NÃO                    | Acerto: NÃO                | Data do Processamento: 19/07/91 |
| Instruções: LOCAL DE PAGAMENTO: BANESTADO<br>MORA DIÁRIA: 213,90   |                         | CNRB                                 |                            |                                 |
| CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA CONSTITUCIONAL RURAL (ART. 8º, INCISO IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) - Sistema CNA |                         | Outras Deduções:                     |                            |                                 |
| cedor: JOSE PERALTA INCRA-7130580037433  |                         | Outros Acréscimos:                   |                            |                                 |
| RUA VIA LACTEA 190 A/C JOSE PERALTA  |                         | Valor Cobrado:                       |                            |                                 |
| Recebimento através do cheque ng do banco  |                         | Autenticação Mecânica                |                            |                                 |
| Esta quitação só terá validade após pagamento do cheque pelo Banco sacado.                                 |                         |                                      |                            |                                 |

830365 03/09/86 055\*\*\*\*\*1.203,64R 01 008301

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO RURAL

NOME DO DELEGADO: JOSE PERALTA Nº: 01 768 263  
ENDERECO: RUA VIA LACTEA 190 JO BANDEIRANTES  
CEP: 66100 MUNICÍPIO DO ENDEREÇO: LONDRINA U.F.: PARANÁ  
CPF: 114 841 445/52 DATA DE NASCIMENTO: 10/11/1940 PF: 07/84 12/1984



AGÊNCIA 80624 REP. 811 122725  
CPL 055012403033  
OS POR DIA DE ATUALIZ. 35,937  
PARCELA ÚNICA PLANO A VENCIMENTO 10/10/85 VALOR DA PARCELA 3.900,000  
PARCELA ÚNICA PLANO B VENCIMENTO 05/01/86 VALOR DA PARCELA 2.093,155  
JURIS/DESCONTO VALOR TOTAL 5.993,155



CIL: NÚMERO PROVISÓRIO DE CADASTRO  
JOSÉ PERALTA PROP. CI  
11484144953 603.339  
10111940 FINS DE DIREITO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL  
PARANÁ  
RECEPCIONADO CAPITAL  
19/10/84 JOSÉ HILDO  
DATA Técnico de Cadastro Rural  
INCRA

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MIRAD  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
CERTIFICADO DE CADASTRO

NOME DO DECLARANTE JOSÉ PERALTA CÓDIGO DO IMÓVEL 713 058 003 743 DV 3 EXERCÍCIO 1987  
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA OU INDICAÇÃO PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RUA VIA LACTEA 190 A/C JOSÉ PERALTA CÓDIGO DE EMISSÃO 71001  
CEP 86100 MUNICÍPIO DO ENDEREÇO LONDRINA U.F. PR Nº DE PROCESSAMENTO 6.070.748 ICR DO DECLARANTE 00 000 000  
NOME DO IMÓVEL FAZENDA SÃO PEDRO MUNICÍPIO SEDE DO IMÓVEL SÃO JERONIMO DA SERRA U.F. PR DOC. BASE Cál. DP/84  
ÁREA TOTAL - ha 317,0 FRACÃO MIN.PARC.-ha 3,0 MICROFILME DP 84 000 058 01276 05 MÓD. FISCAL 20,0 Nº DE MÓD. FISCAIS 9,53 ASSALARIADO 1  
VALOR DA TERRA NUA TRIBUTADO 722.839,29 ALÍQ. BASE 1,0% COEFICIENTE DE PROGRESSIVIDADE 9% PROGR. DIVIDUIDADE 1,0% F.R.U. 45,0% F.R.E. 45,0%

| PREFEITURA                | INCRA                           | CONTRIBUIÇÃO SINDICAL        | ENQUADRAMENTO SINDICAL                          |
|---------------------------|---------------------------------|------------------------------|---|
| ITR CALCULADO<br>7.228,39 | CONTRIBUIÇÃO PARAFISCAL<br>0,00 | CONTRIBUIÇÃO CNA<br>1.510,94 | EMPREGADOR IIB                                  |
| REDUÇÃO<br>6.505,54       | TAXA DE CADASTRO<br>160,86      | CONTRIBUIÇÃO CONTAG<br>0,00  | CLASSIMÓVEL-ART. 22 DEC. 84/85<br>EMPRESA RURAL |
| ITR DEVIDO<br>722,85      | TOTAL<br>160,86                 | TOTAL<br>1.510,94            | TOTAL DO EXERCÍCIO<br>2.394,65                  |

ESTA GUIA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES.  
CLASSIF. PROVISÓRIA - SUJEITA A COMPROVAÇÃO

713058 003743 71001 40 239465

DIRETOR DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO

EP026 17JUN87

4157076

DATA DE VENCIMENTO  
22/06/87

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

\$2.394,65R3AF01

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA



COPEL

SUA FILIAL OPERA EM: LONDREIRA - PR - COM FUNDAMENTO

## ELETRIFICAÇÃO RURAL - INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO - IRD

S JERONIMO DA SERRA

10 DE SETEMBRO DE 1985

PREZADO SENHOR:

INFORMAMOS-LHE QUE O VALOR DE SUA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NAS OBRAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL A SEREM EXECUTADAS, CONFORME ESPECIFICADO ABAIXO, NA REGIÃO DE CAMPINAS

SERÁ DE Cr\$ 8.293.155, CORRESPONDENTE A APROXIMADAMENTE 50% DO CUSTO TOTAL, CABENDO A PARCELA RESTANTE À COPEL.

ESCLARECEMOS QUE ESTE CUSTO INCLUI O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DE MÃO-DE-OBRA, TUDO DE ACORDO COM AS NORMAS EM VIGOR NESTA EMPRESA.

ATENCIOSAMENTE

*Artur Nishikawa*  
ARTUR NISHIKAWA

REG: 13.220

CONSUMIDOR

NRL/DPNR

NOME : JOSE PERALTA

NACIONALIDADE: BRASILEIRA

ENDEREÇO: RUA VIA LACTEA 190

PROFISSÃO : AGRICULTOR

LOCALIDADE: LONDREIRA

ESTADO CIVIL : CASADO

ESTADO : PR

CPF OU CGC : 114841449 -53

PROPRIEDADE

LOCALIZAÇÃO: CAMPINAS

CÓDIGO DO INCRA:

LOTE:

CARACTERÍSTICAS E PRAZO DE CONCLUSÃO DAS OBRAS

- A - REDES PRIMÁRIA E/OU SECUNDÁRIA, CONSTITUÍDAS DE ESTRUTURAS DE SUSTENTAÇÃO, CONDUTORES DE ENERGIA ELÉTRICA, FERRAGENS E DEMAIS ACESSÓRIOS.
- B - POSTO DE TRANSFORMAÇÃO, PARA UM OU MAIS CONSUMIDORES, COM TRANSFORMADORES INSTALADOS EM POSTES, COM PROTEÇÃO DE SOBRETENSÃO E SOBRECORRENTE.
- C - ENTRADA DE SERVIÇO PARA LIGAÇÃO MONOFÁSICA OU BIFÁSICA, CONSTITUÍDA DE RAMAL DE ENTRADA, CAIXA PARA MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA, EQUIPAMENTO DE MEDIÇÃO E DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO, COM OU SEM: RAMAL DE LIGAÇÃO, POSTE AUXILIAR E ATERRAMENTO. A CONSTRUÇÃO DA ENTRADA DE SERVIÇO, QUANDO TRIFÁSICA, DEVERÁ SER PROVIDENCIADA POR CONTA DO CONSUMIDOR DE ACORDO COM AS NORMAS ADOPTADAS PELA COPEL, COM EXCLUSÃO DOS EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO QUE SERÃO FORNECIDOS E INSTALADOS POR ESTA.
- D - LIGAÇÃO: POTÊNCIA: 10 KVA. TIPO: BIFÁSICA TENSÃO: 254/127 VOLTS.
- E - DATA PROVÁVEL PARA CONCLUSÃO: 10/07/86

PLANOS DE PAGAMENTOS

| PLANO | VALOR TOTAL - Cr\$ | PARCELA | VALOR DA PARCELA - Cr\$ | VENCIMENTO   |
|-------|--------------------|---------|-------------------------|--------------|
| "A"   | 5.990.000          | ÚNICA   | 5.990.000               | ATE 10/10/85 |
| "B"   | 8.293.155          | ÚNICA   | 8.293.155               | 10/12/85     |
| "C"   | 10.010.488         | 1       | 2.502.622               | 10/10/85     |
|       |                    | 2       | 2.502.622               | 10/01/86     |
|       |                    | 3       | 2.502.622               | 10/04/86     |
|       |                    | 4       | 2.502.622               | 10/07/86     |
| "D"   | 12.344.192         | 1       | 3.086.048               | 10/10/85     |
|       |                    | 2       | 3.086.048               | 10/03/86     |
|       |                    | 3       | 3.086.048               | 10/08/86     |
|       |                    | 4       | 3.086.048               | 10/01/87     |

CONTROLE

REF.: N.º IRD: 81/122725

ODE: 44301510069848

Cr\$ 5.110.000

N.º CRL: 05 38124 03 033 ODS: 48301520069848

Cr\$ 080.000

AGÊNCIA: 80-24 COEF. DE ACRÊSC. P/ DIA: 0,004333 COEF. DE DESCONTO: 0,9009

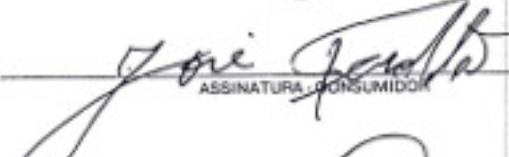


# CONDIÇÕES



- 1\* — O abaixo assinado, aqui designado simplesmente CONSUMIDOR, identificado no anverso deste INSTRUMENTO, conhece perante a COPEL o débito correspondente ao valor de sua Participação Financeira no custo das obras de eletrificação rural a serem executadas pela mesma Empresa, para o fornecimento de energia elétrica à sua propriedade de acordo com as características retromencionadas. Para o pagamento de sua Participação Financeira o CONSUMIDOR poderá optar por qualquer um dos planos aqui apresentados e efetivá-lo em banco credenciado.
- 1.º 1 — As obras ficarão no máximo a uma distância de 40 (quarenta) metros do centro de carga da propriedade e, quando concluídas, as redes primária e/ou secundária, posto de transformação, ramal de ligação e equipamentos de medição serão incorporados ao patrimônio da COPEL. Os demais bens e instalações ficarão de propriedade do CONSUMIDOR.
- 1.º 2 — As instalações internas deverão ser providenciadas pelo CONSUMIDOR e conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- 2\* — O CONSUMIDOR poderá antecipar, total ou parcialmente, os pagamentos devidos, sendo-lhe, então, concedido desconto. O valor a pagar será o resultado da multiplicação da prestação pelo coeficiente de desconto referido no anverso do IRD, sucessivamente, tantas vezes quantos forem os meses inteiros de antecipação.
- 3\* — No caso de atraso de qualquer das prestações, o CONSUMIDOR pagará, à COPEL, o valor da prestação com acréscimo moratório (correção monetária mais juros de um por cento ao mês mais multa de até dez por cento), incidindo sobre o valor do débito, a ser pago por dia de atraso, calculado mediante a aplicação do coeficiente referido no verso deste IRD e indicado no respectivo canhoto.
- 3.º 1 — Se o atraso no pagamento de qualquer prestação persistir por mais de 30 (trinta) dias, considerar-se-á vencido, de pleno direito, todo o saldo devedor da Participação Financeira, ficando a COPEL, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, autorizada, cumulativamente, a:
- a) não efetivar a ligação do CONSUMIDOR ou suspender o seu fornecimento, de energia elétrica;
- b) efetuar, através do Processo de Execução, a cobrança judicial do mesmo saldo devedor.
- 4\* — A Participação Financeira do CONSUMIDOR, excluído o valor dos bens e instalações que ficarão de propriedade do mesmo, que será recebida pela COPEL a título de "CONTRIBUIÇÃO DO CONSUMIDOR", corresponde a uma parte do valor a ser investido pela COPEL nas obras de eletrificação rural necessárias ao atendimento de sua propriedade.
- 5\* — O CONSUMIDOR, no caso de uma eventual desistência de sua parte, obriga-se a comparecer na Agência da COPEL munido deste INSTRUMENTO, para manifestar, por escrito, esta sua intenção, ficando entendido, ainda, que:
- a) ocorrendo a desistência até 30 (trinta) dias da data de assinatura deste INSTRUMENTO, o CONSUMIDOR pagará à COPEL, no ato da desistência, a título de ressarcimento, a importância equivalente a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Plano "A" de pagamento;
- b) ocorrendo a desistência após 30 (trinta) dias da data de assinatura deste INSTRUMENTO, o CONSUMIDOR pagará à COPEL, além da importância referida no item "a" acima, as despesas efetuadas pela COPEL, relativas aos serviços realizados pela mesma, para fins de ligação de sua propriedade.
- 6\* — O CONSUMIDOR autoriza a COPEL a utilizar-se de sua propriedade para travessia com redes de distribuição e para os termos e condições constantes do presente INSTRUMENTO, ficando constituída servidão perpétua de passagem numa faixa de 15 (quinze) metros de largura. A servidão ora instituída é de forma gratuita, ficando isenta a COPEL de qualquer pagamento e/ou indenização, renunciando expressamente o CONSUMIDOR a qualquer medida judicial ou extrajudicial, e se comprometendo a escriturar a servidão aludida desde e quando solicitado pela COPEL a fazer.
- 6.º 1 — A autorização inclui a permissão para o livre trânsito, pela propriedade, de funcionários da COPEL e/ou empreiteiros devidamente credenciados, visando levantamento, projeto, construção, operação, manutenção e fiscalização das redes bem como a derivação ou prolongamento futuro destas redes para atendimento de outros consumidores da região, ainda, se necessário, o abate de árvores e culturas, que porventura tornarem inviável técnica e/ou economicamente a construção ou coloquem em risco a segurança das redes, renunciando a qualquer ressarcimento.
- 6.º 2 — O CONSUMIDOR compromete-se também a fazer valer a autorização constante das condições 6.º e 6.º 1 perante terceiros e/ou sucessores e a não executar qualquer construção sob as redes, reservando-se o direito de apenas cortar o plantio de culturas rasteiras ou de pequena altura, de tal maneira que não venham a perturbar as instalações e o suprimento de energia elétrica.
- 6.º 3 — A desistência no programa de eletrificação rural não extingue as obrigações assumidas pelo CONSUMIDOR nas condições 6.º, 6.º 1 e 6.º 2.
- 7\* — Fica eleito o Foro da Comarca de LONDRINA - Paraná, para solução de quaisquer dúvidas ou questões que se originarem do presente INSTRUMENTO, podendo, entretanto, a COPEL optar pelo Foro do domicílio do CONSUMIDOR.

S. Jerônimo de Sousa 10 de Outubro de 1964

  
ASSINATURA - CONSUMIDOR

ASSINATURA - ESPOSA

TESTEMUNHAS:

1)   
ASSINATURA

2)   
ASSINATURA

NOME

NOME





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR  
DECLARAÇÃO PARA CADASTRO DE IMÓVEL RURAL - DP

01 PARA USO DO PROCESSAMENTO

01 NÚMERO DE ARQUIVAMENTO

PÁGINA 01

ITC

Fis. 25

02 IDENTIFICAÇÃO JUNTO AO INCRA

02 CÓDIGO DO IMÓVEL

7.1.3.0.5.8.0.0.3.7.4.3.3

03 PARA USO DO INCRA

03 CÓDIGO DO MUNICÍPIO DO IMÓVEL

04 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL

04 DENOMINAÇÃO ATUAL DO IMÓVEL

FAZENDA SÃO PEDRO

05 INDICAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

GLEBA 9, RJ DASERRA

06 MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

SÃO JERONIMO SERRA

07 CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL - CEP

8.6.2.7.3-0.0.0

08 SIGLA UF

P.R.

09 O IMÓVEL SE LOCALIZA EM MAIS DE UM MUNICÍPIO?

NÃO ☒ SIM ☐

EM

3

→

10

ÁREA DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO

OBJETO DO CADASTRO

317

0

ha

11 DISTÂNCIA DO IMÓVEL A SEDE DO MUNICÍPIO

2.0

km

12 O IMÓVEL SE LOCALIZA, NO TODO OU EM PARTE, EM:

FAIXA DE FRONTEIRA? NÃO ☒ SIM ☐

7

→

13

ZONA URBANA?

NÃO ☒ SIM ☐

2

→

14

ÁREA ZONA URBANA

ha

NÃO ☒ SIM ☐

6

→

15

O IMÓVEL SE LOCALIZA EM ZONA ESPECIAL?

NÃO ☒ SIM ☐

8

→

16

CÓDIGO

0

→

17

CÓDIGO

0

→

18

CÓDIGO

0

→

05 SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL

17 FORMA DE DETENÇÃO DO IMÓVEL

PROPR. ☒

1

→

18

POSSE ☒

3

→

19

CANCELAMENTO DE USO

5

→

20

FUNDO EMITIDO

7

→

21

USU-FRUTO

9

→

22

RENTAL

2

→

23

EM CLASSE

4

→

24

QUANTIDADE DE DETENTORES

0

→

25

PERCENTUAL DO DECLARANTE

0

→

26

PERCENTUAL DO DECLARANTE

0

→

27

PERCENTUAL DO DECLARANTE

0

→

18 ATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL POR ESTRANGEIRO:

19 TIPO DO ATO

DECRETO ☐

0

→

20

PORTAL

8

→

21

NÚMERO DO ATO

→

22

DATA DO ATO

→

23

DATA DO ATO

→

24

DATA DO ATO

→

25

DATA DO ATO

→

26

DATA DO ATO

→

27

DATA DO ATO

→

28

DATA DO ATO

24 O IMÓVEL FOI OBJETO DE REUNÇÃO EM SUA ÁREA TOTAL?

NÃO ☐

2

→

25

ÁREA REUNIDA

ha

NÃO ☒

4

→

26

ÁREA REUNIDA

317

0

→

27

ÁREA REUNIDA

ha

NÃO ☐

6

→

28

ÁREA REUNIDA

ha

NÃO ☒

8

→

29

ÁREA REUNIDA

ha

NÃO ☐

1

→

30

ÁREA REUNIDA

ha

NÃO ☒

3

→

31

ÁREA REUNIDA

ha

NÃO ☐

3

28 ÁREA REGISTRADA

146

3

→

29

ÁREA SOB POSSE A JUS DO TÍTULO

ha

170

7

→

30

ÁREA SOB POSSE POR SIMPLES OCUPAÇÃO

ha

→

31

INSCRIÇÃO DA POSSE

ha

MES

AND

→

32

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL

ha

317

0

→

33

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL

ha

317

0

→

34

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL

ha

317

0

→

33 TOTAL DE TÍTULOS QUE COMPOEM O IMÓVEL

0

2

→

34

TOTAL DE TÍTULOS REGISTRADOS

ha

0

2

→

35

EXISTE LITÍGIO NO IMÓVEL?

ha

NÃO ☒

2

→

36

EXISTE LITÍGIO NO IMÓVEL?

ha

NÃO ☐

4

→

37

EXISTE LITÍGIO NO IMÓVEL?

ha

NÃO ☐

4

→

38

EXISTE LITÍGIO NO IMÓVEL?

ha

NÃO ☐

4

→

39

EXISTE LITÍGIO NO IMÓVEL?

ha

NÃO ☐

4

→

DISCRIMINAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE TITULAÇÃO REGISTRADOS

| MUNICÍPIO DO CARTÓRIO DE REGISTRO | OFÍCIO | CÓDIGO ORIGEM | MATRICULA | REGISTRO | LIVRO OU FOLHA | ANO DO REGISTRO | ÁREA  |
|-----------------------------------|--------|---------------|-----------|----------|----------------|-----------------|-------|
| SÃO JERONIMO DA SERRA             | 1      | 5.2           | 2028      | 12       | 21E            | 8.2             | 317.0 |
| 02 CÓDIGO PARA USO DO INCRA       | 48     | 49            | 50        | 51       | 52             | 53              | 54    |
| 03 NOME                           | 55     | 56            | 57        | 58       | 59             | 60              | 61    |
| 04 CÓDIGO PARA USO DO INCRA       | 62     | 63            | 64        | 65       | 66             | 67              | 68    |
| 05 NOME                           | 69     | 70            | 71        | 72       | 73             | 74              | 75    |
| 06 CÓDIGO PARA USO DO INCRA       | 76     | 77            | 78        | 79       | 80             | 81              | 82    |
| 07 NOME                           | 83     | 84            | 85        | 86       | 87             | 88              | 89    |
| 08 CÓDIGO PARA USO DO INCRA       | 90     | 91            | 92        | 93       | 94             | 95              | 96    |
| 09 NOME                           | 97     | 98            | 99        | 00       | 01             | 02              | 03    |

DISCRIMINAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE TITULAÇÃO NÃO REGISTRADOS

| CÓDIGO ORIGEM | ANO | ÁREA | CÓDIGO ORIGEM | ANO | ÁREA |
|---------------|-----|------|---------------|-----|------|
| 13            | 14  | 15   | 16            | 17  | 18   |
|               |     |      |               |     |      |



## 17 IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

01 NOME COMPLETO

JOSE PERALTA

02 PESSOA FÍSICA - INSCRIÇÃO NO CPF

11484144953

03 CPF

NÃO ☒ SIM ☐

04 PESSOA JURÍDICA - INSCRIÇÃO NO CEC

Nº BASE

Nº ORDEM

CONTROLE

## 18 ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

05 ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)

RUA VIA LACTEA

06 NÚMERO

190

07 COMPLEMENTO (APTO, SALA, ETC)

08 DDD

0432

09 TELEFONE

273925

10 BARRIO

11 BARRIO DO DISTRITO

JARDIN DO SOL

12 NOME DO MUNICÍPIO

LONDRINA

13 CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL - CEP

14 SIGLA UF

PR

## 19 SOMENTE PARA PESSOA FÍSICA

15 TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTeira IDENTIDADE ☒ 1CARTeira TRABALHO ☐ 3CARTeira ESTAMPADO ☐ 5OU TAD ☐ 7

16 Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

603.339.3

17 ORGÃO EMISSOR

SSP/PR

18 UF DE ORIGEM

PR

19 DATA DE NASCIMENTO

10/11/1940

20 NACIONALIDADE

BRASILEIRA ☒ 2ESTRANGEIRA ☐ 4

21 LOCAL DE NASCIMENTO

SE NO BRASIL

SIGLA UF

PR

22 SE NO EXTERIOR

CÓDIGO PAÍS

23 RESIDÊNCIA

NO EXTERIOR ☐ 1NO PAÍS ☒ 3

24 RESIDE NESTE IMÓVEL?

NÃO ☒ 5SIM ☐ 7

25 FILIAÇÃO A SINDICATO RURAL

TRABALHADORES ☐ 4PROFESSOR ☐ 6NÃO ☒ 8

## 20 SOMENTE PARA PESSOA JURÍDICA

26 Nº DO REGISTRO NA JANTA COMERCIAL

27 DATA DA CONSTITUIÇÃO

DIA MES ANO

28 NATUREZA JURÍDICA

DENOMINAÇÃO

CÓDIGO

29 NACIONALIDADE

ESTRANGEIRA ☐ 1BRASILEIRA ☐ 3NACIONAL ☐ 5ESTRANGEIRO ☐ 7

30 SEDE SOCIAL

SE NO BRASIL

SIGLA UF

31 SE NO EXTERIOR

CÓDIGO PAÍS

## 21 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS IMÓVEIS RURAIS

32 IMÓVEIS RURAIS QUE POSSUI NO PAÍS, INCLUSIVE ESTE

33 SOMA DAS ÁREAS TOTAIS DOS IMÓVEIS RURAIS QUE POSSUI NO PAÍS

34 IMÓVEIS RURAIS QUE POSSUI NO MUNICÍPIO, INCLUSIVE ESTE

35 SOMA DAS ÁREAS TOTAIS DOS IMÓVEIS RURAIS QUE POSSUI NO MUNICÍPIO

## 22 INFORMAÇÕES SOBRE CADASTRO DE TERRAS PÚBLICAS

36 ENTREGA DE TERREIRA REFERENTE A ESTE IMÓVEL

NÃO ☐ 2SIM ☐ 4

37 DATA DA ENTREGA DA ÚLTIMA DTP

DIA MES ANO

## 23 DOCUMENTOS QUE COMPÕEM ESTA DECLARAÇÃO

38 QUANTIDADE DE FOLHAS ANEXAS

39 QUANTIDADE DE PLANTAS E/OU MEMÓRIAS DESCRITIVAS

## 24 DECLARO SEREM VERDADEIRAS TODAS AS INFORMAÇÕES POR MIM PRESTADAS

40 LOCAL

41 DATA

19

42 INSCRIÇÃO NO CPF, DE REPRESENTANTE LEGAL

43 ASSINATURA DO DECLARANTE OU SEU REPRESENTANTE LEGAL

## 25 ATUALIZAÇÃO CADASTRAL (PARA USO DO INCRA)

44 MOTIVO DA ATUALIZAÇÃO

45 VÁLIDO A PARTIR

46 REPROCESSAMENTO?

47 EX-OFFICIO?

48 CÓDIGO

## 26 RECEPÇÃO PELO INCRA

49 CARTÃO DO REPRESENTANTE DO INCRA

NÃO ☐ 1SIM ☐ 3NÃO ☐ 5SIM ☐ 7NÃO ☐ 9SIM ☐ 11

50 ELEVADO DE VOTO

NÃO ☐ 2SIM ☐ 4

51 REDUÇÃO DE VOTO

NÃO ☐ 6SIM ☐ 8

52 ATENÇÃO: INTEGRALMENTE REFERENTE À LEGISLAÇÃO COMO PRODUTIVO?

NÃO ☐ 1SIM ☐ 3SIM ☐ 5

53 FILTROS AUTORIZADOS

CÓDIGO DOS FILTROS AUTORIZADOS

NÃO ☐ 1SIM ☐ 3NÃO ☐ 5SIM ☐ 7NÃO ☐ 9SIM ☐ 11

## 07 IRRIGAÇÃO NO IMÓVEL

01 USA IRRIGAÇÃO? NÃO ☒ 1 SIM ☐ 3

02 ÁREA IRRIGADA DO IMÓVEL \_\_\_\_\_

03 ESTÁ CALIBRADO O CNIT? NÃO ☒ 5 SIM ☐ 7

## 08 TÉRMINO DA ÚLTIMA SAFRA NA REGIÃO

09 DATA \_\_\_\_\_

## 09 DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DO IMÓVEL

|                                     |    |       |
|-------------------------------------|----|-------|
| CULTURAS PERMANENTES                | 06 |       |
| REFLORESTADAS COM ESPÉCIES NATIVAS  | 07 |       |
| CULTURAS TEMPORÁRIAS                | 08 |       |
| HORTICULTURA                        | 09 |       |
| EXTRAÇÃO VEGETAL                    | 10 |       |
| PASTAGENS NATURAIS                  | 11 | 55,0  |
| PASTAGENS PLANTADAS                 | 12 | 225,0 |
| PASTOREIO TEMPORÁRIO                | 13 |       |
| EXPLORAÇÃO GROSSERA OU AGRÍCOLA     | 14 |       |
| RESERVA LEGAL                       | 15 |       |
| PRESERVAÇÃO PERMANENTE              | 16 | 2,0   |
| INAPROVEITÁVEL                      | 17 | 35,0  |
| APROVEITÁVEL MAS NÃO UTILIZADA      | 18 |       |
| ÁREA TOTAL (SOMA DOS ITENS 06 + 11) | 19 | 317,0 |

20 EXISTE ÁREA COM EXPLORAÇÃO MINERAL? NÃO ☐ 6 SIM ☐ 8

21 CÓDIGO DA ÁREA \_\_\_\_\_

22 ÁREA \_\_\_\_\_

## 13 INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO

| NOME DO PRODUTO | CÓDIGO DO PRODUTO | CÓDIGO PRODUTO PRINCIPAL | FORMA DE EXPLORAÇÃO<br>1-EXPLORAÇÃO<br>2-CONSERVAÇÃO<br>3-ROTACÃO | ÁREA PLANTADA | SITUAÇÃO DA CULTURA<br>1-FORMAÇÃO<br>2-PRODUÇÃO | ÁREA COLHIDA | QUANTIDADE COLHIDA | CÓDIGO DA UNIDADE |
|-----------------|-------------------|--------------------------|---|---------------|---|--------------|--------------------|-------------------|
|                 | 01                | 02                       | 03  | 04            | 05  | 06           | 07                 | 08                |
|                 | 09                | 10                       | 11  | 12            | 13  | 14           | 15                 | 16                |
|                 | 17                | 18                       | 19  | 20            | 21  | 22           | 23                 | 24                |
|                 | 25                | 26                       | 27  | 28            | 29  | 30           | 31                 | 32                |
|                 | 33                | 34                       | 35  | 36            | 37  | 38           | 39                 | 40                |
|                 | 41                | 42                       | 43  | 44            | 45  | 46           | 47                 | 48                |
|                 | 49                | 50                       | 51  | 52            | 53  | 54           | 55                 | 56                |
|                 | 57                | 58                       | 59  | 60            | 61  | 62           | 63                 | 64                |
|                 | 65                | 66                       | 67  | 68            | 69  | 70           | 71                 | 72                |
|                 | 73                | 74                       | 75  | 76            | 77  | 78           | 79                 | 80                |
|                 | 81                | 82                       | 83  | 84            | 85  | 86           | 87                 | 88                |
|                 | 89                | 90                       | 91  | 92            | 93  | 94           | 95                 | 96                |

## 14 INFORMAÇÕES SOBRE PARCERIA E ARRENDAMENTO

RELACIONE PARCEIROS/ARRENDATÁRIOS NA PCI

ÁREAS ARRENDADAS 01 \_\_\_\_\_

ÁREAS EXPLORADAS EM PARCERIA 02 \_\_\_\_\_

QUANTIDADE DE ARRENDATÁRIOS 03 \_\_\_\_\_

QUANTIDADE DE PARCEIROS 04 \_\_\_\_\_

## 15 INFORMAÇÕES SOBRE MÃO-DE-OBRA FAMILIAR DO DETENTOR

10 O IMÓVEL É EXPLORADO DIARIAMENTE E PESSOALMENTE PELO DETENTOR? NÃO ☐ 1 SIM ☒ 3

11 ARRECEBE TODA MÃO-DE-OBRA ATIVA DO CONJUNTO FAMILIAR? NÃO ☒ 5 SIM ☐ 7

## 10 VALOR DO IMÓVEL

|  |    |            |
|--|----|------------|
| CONSTRUÇÕES, INSTALAÇÕES E MELHORAMENTOS | 23 | 233.703,63 |
| CULTURAS PERMANENTES                     | 24 | 00         |
| PASTAGENS PLANTADAS                      | 25 | 338.738,97 |
| PASTAGENS NATURAIS MELHORADAS            | 26 | 00         |
| ARVORES DE FLORESTAS PLANTADAS           | 27 | 00         |
| ARVORES DE FLORESTAS NATIVAS             | 28 | 00         |
| SOMA DOS ITENS 23 + 28                   | 29 | 00         |
| VALOR DA TERRA NUA                       | 30 | 115.538,87 |
| VALOR TOTAL DO IMÓVEL (29 + 30)          | 31 | 687.982,47 |

## 11 INFORMAÇÕES SOBRE PECUÁRIA E PEQUENOS ANIMAIS

|                             |    |     |
|-----------------------------|----|-----|
| BOVINOS ATÉ 02 ANOS         | 32 | 143 |
| BOVINOS ACIMA DE 02 ANOS    | 33 | 205 |
| BUBALINOS                   | 34 |     |
| EQUINOS, ASININOS E MURINOS | 35 | 17  |
| CAPRINOS                    | 36 |     |
| OVINOS                      | 37 |     |

38 EXPLORAÇÃO GROSSERA OU AGRÍCOLA? NÃO ☒ 2 SIM ☐ 4

39 INFORME CÓDIGO DAS PRINCIPAIS \_\_\_\_\_

40 \_\_\_\_\_

41 \_\_\_\_\_

## 12 ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

42 ATIVIDADES NÃO RELACIONADAS COM A PRODUÇÃO AGRÍCOLA? NÃO ☒ 1 SIM ☐ 3

43 \_\_\_\_\_

44 \_\_\_\_\_

45 \_\_\_\_\_

## 15 QUANTITATIVO DE RESIDENTES E MÃO-DE-OBRA

|  |    |    |
|--|----|----|
| FAMÍLIAS RESIDENTES                    | 05 | 01 |
| PESSOAS RESIDENTES                     | 06 | 03 |
| ASSALARIADOS PERMANENTES               | 07 | 01 |
| COM CARTEIRA ASSINADA                  | 08 |    |
| SEM CARTEIRA ASSINADA                  | 09 |    |
| TRABALHADORES EVENTUAIS OU TEMPORÁRIOS | 10 |    |

## 12 DO CONJUNTO FAMILIAR DO DETENTOR, APTO PARA O TRABALHO, QUANTOS COM IDADE ENTRE 14 E 25 ANOS RESIDEM NO IMÓVEL?

\_\_\_\_\_

## 13 DO CONJUNTO FAMILIAR APTO PARA O TRABALHO, QUANTOS TRABALHAM NO IMÓVEL?

\_\_\_\_\_



## INFORMAÇÃO Nº 226

**Protocolo nº 9.678.212-8 – SID- José Peralta**

**Senhor Diretor**

Verificando junto aos registros cadastrais existentes neste ITC/DITER, sobre os lotes aqui objetivados temos a informar o seguinte:

- O lote nº 06 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 124,8775 ha, localizado no Município de Sapopema, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 519, protocolo nº 11.908.281-1 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 12.228 no Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

- O lote nº 11 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 15,0773 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 497, protocolo nº 10.671.632-3 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 8.232 no Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.

- O lote nº 17 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 0,4049 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 497, protocolo nº 10.671.632-3 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 8.238 no Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.


- O lote nº 18 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 0,3512 ha, localizado no Município de São Jerônimo da Serra, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 497, protocolo nº 10.671.632-3 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 8.239 no Registro de Imóveis da Comarca de São Jerônimo da Serra.

Efetuamos vistoria nas unidades rurais aqui objetivadas (laudos anexos).

Tendo em vista tratar de área acima de 100 ha, há necessidade de previa Autorização Legislativa para Alienação ao requerente, conforme estabelece o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

ITC/DITER 24/05/2013



Albari Sebastião Lejambre  
Técnico de Assuntos Fundiários



Protocolo nº 9.678.212-8  
Interessado: José Peralta  
Assunto: Requer Regularização Dominial de Área Rural

AO DITER / ITC

Senhor Diretor, para que possamos efetuar o encaminhamento do presente processo ao Senhor Governador do Estado, necessitamos que algumas providências sejam tomadas, pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná – ITC, tais como:

1. Complementar a instrução do processo com as juntadas dos Laudos Técnicos dos Imóveis, objeto do presente requerimento, elaborado por profissional habilitado.
2. Inserir nos Laudos de Vistorias, os Croquis dos Lotes que constituem os seus objetos, constando nos mesmos os nomes completos dos seus Confrontantes, objetivando atender as novas exigências dos Cartórios de Registro de Imóveis.

Após, retorne para os devidos encaminhamentos.

Curitiba, 06 de Junho de 2013.




**Luiz Carlos Pupim**  
OAB/PR. 9733  
Diretoria Jurídica do ITC

**INFORMAÇÃO 237/2013**

**Protocolo nº 9.678.212-8\_SID\_ JOSE PERALTA**  
**Data: 10/08/2007**

Encaminhamos ao ITC/AJ, para pronunciamento e parecer, conforme informação de nº 226 as fls 28 e 29.



**Dep. Reg. Fund., em 05/06/2013**  
**Silvana Katerenhuk – Técnico de Assuntos Fundiários**



Protocolo nº 9.678.212-8  
Interessado: José Peralta  
Assunto: Requer Regularização Dominial de Área Rural

AO DITER / ITC

Senhor Diretor, para que possamos efetuar o encaminhamento do presente processo ao Senhor Governador do Estado, necessitamos que algumas providências sejam tomadas, pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná – ITC, tais como:

1. Complementar a instrução do processo com as juntadas dos Laudos Técnicos dos Imóveis, objeto do presente requerimento, elaborado por profissional habilitado.
2. Inserir nos Laudos de Vistorias, os Croquis dos Lotes que constituem os seus objetos, constando nos mesmos os nomes completos dos seus Confrontantes, objetivando atender as novas exigências dos Cartórios de Registro de Imóveis.

Após, retorne para os devidos encaminhamentos.

Curitiba, 06 de Junho de 2013.



**Luiz Carlos Pupim**  
OAB/PR. 9733  
Diretoria Jurídica do ITC

## **LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA**

### **1.0. Identificação do Requerente:**

- 1.1. Nome: José Peralta
- 1.2. End: Londrina
- 1.3. CPF/MF: 114.841.449-63
- 1.4. RG/SSP/PR/ 603.339-3
- 1.5. Profissão: Agropecuarista.

### **2.0 Dados e Características da Propriedade :**

#### **2.1. Lote/Área /Município - Comarca:**

| Lote | Área (há )  | Município - Comarca         |
|------|-------------|-----------------------------|
| 06   | 124,8775 há | Sapopema - Curiúva          |
| 11   | 15,0773 há  | S.J.da Serra - S.J.da Serra |
| 17   | 0,4049 há   | S.J.da Serra - S.J.da Serra |
| 18   | 0,3512 há   | S.J.da Serra - S.J.da Serra |

- 2.2. Acesso ao imóvel: rod.PR – 090, Km 279, entrar à direita a 01 km , sentido Sapopema – São Jerônimo da Serra.

### **3.0. Aspectos Físicos da Propriedade:**

- 3.1. UTM: 0540351 / 7372498.
- 3.2. Hidrografia: Córrego sem denominação.
- 3.3. Relevo: topografia ondulada.
- 3.4. Solo: Neossolo.
- 3.5. Classificação das terras: Classe III : Apresentam limitações que restringem a seleção de plantas que requerem práticas especiais de conservação. Podem ser usadas regularmente para culturas anuais , mas apresentam maiores limitações de uso que a classe II. Indicado para pastagens e reflorestamentos.

### **4.0. Aspectos Econômicos:**

- 4.1. Benfeitorias: Uma casa construída em alvenaria de 10 x 07 m, uma casa construída em alvenaria de 06 x 05 m; uma mangueira/curral construída em madeira 20 x 15 m, todos em bom estado de conservação; 235 cabeças de gado e 08 equinos.



#### **5.0. Atividades Agropecuárias:**

Á área ocupada é destinada á pecuária e encontra-se cercada e devidamente dividida em piquetes.

#### **6.0. Aspectos Ambientais:**

As áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente já foram devidamente demarcadas/alocadas, conforme consta em planta anexa ao processo.

#### **7.0. Relações Trabalhistas:**

No local reside 01 trabalhador rural, o Sr. Lourival Ferreira de Jesus, que trabalha devidamente registrado e de acordo com as leis trabalhistas.

#### **8.0. Parecer Técnico:**

A propriedade é administrada e utilizada de acordo com a sua capacidade produtiva e obedece à legislação ambiental e trabalhista, portanto está apta à regularização fundiária.

Curitiba, 25 de julho de 2013.

  
Patrícia Moreira Marques Rodrigues  
Engenheira Agrônoma  
Crea – PR n.48861/D

MATRÍCULA

12.228

FOLHA

01

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



Registro de Imóveis

 Bel. Vanil de Oliveira Souza  
 REGISTRADORA - CPF 465 231 039-00  
 FONE (41) 3545-1313 - CURITIBA - PARANÁ

Curitiba, 06 de junho de 2012.

Prot. 34.161.1.B

**IMÓVEL:** Uma área de terreno rural com 124.8775 ha, Lote 06, situado no lugar denominado Colônia São Jerônimo, parte das glebas 08 e 09, no Município de Sapopema-PR, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se se no marco SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=541176.448 m e N=7373755.677 m dividindo-o com o Lote 07; Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimute de 140°05'47" e a distância de 410.83 m até o marco 'CBBMD157' (E=541439.996 m e N=7373440.519 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimute de 221°53'43" e a distância de 500.04 m até o marco 'CBBMD158' (E=541106.086 m e N=7373068.308 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimute de 239°17'52" e a distância de 288.08 m até o marco 'CBBMD165' (E=540858.382 m e N=7372921.219 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimute de 198°47'38" e a distância de 101.11 m até o marco 'CBBMD164' (E=540825.807 m e N=7372825.497 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimute de 137°13'38" e a distância de 391.42 m até o marco 'CBBMD163' (E=541091.616 m e N=7372538.176 m); Daí segue confrontando com Lote 04 com o azimute de 197°20'53" e a distância de 702.22 m até o marco 'CBBMD212' (E=540882.230 m e N=7371867.895 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 313°46'11" e a distância de 65.81 m até o marco 'CBBPD275' (E=540834.707 m e N=7371913.419 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 308°15'31" e a distância de 71.36 m até o marco 'CBBPD274' (E=540778.672 m e N=7371957.607 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 325°49'40" e a distância de 50.42 m até o marco 'CBBPD273' (E=540750.354 m e N=7371999.320 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 272°17'24" e a distância de 49.27 m até o marco 'CBBPD272' (E=540701.122 m e N=7372001.288 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 252°42'47" e a distância de 39.53 m até o marco 'CBBPD271' (E=540663.382 m e N=7371989.543 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 256°41'22" e a distância de 143.77 m até o marco 'CBBPD270' (E=540523.474 m e N=7371956.443 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 286°31'09" e a distância de 23.73 m até o marco 'CBBPD269' (E=540500.723 m e N=7371963.190 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 216°04'17" e a distância de 5.31 m até o marco 'CBBPD224' (E=540497.599 m e N=7371958.902 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimute de 273°44'24" e a distância de 7.17 m até o marco 'CBBMD205' (E=540490.449 m e N=7371959.369 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimute de 307°37'28" e a distância de 370.01 m até o marco 'CBBPD219' (E=540197.392 m e N=7372185.252 m); Daí segue confrontando com Lote 11 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 11°02'50" e a distância de 201.48 m até o marco 'CBBpc298' (E=540236.000 m e N=7372383.000 m); Daí segue confrontando com Lote 11 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de 14°38'51" e a distância de 181.91 m até o marco 'CBBpc418' (E=540282.000 m e N=7372559.000 m); Daí segue confrontando com Lote 11 - Município de São Jerônimo da

REGISTRO DE IMÓVEIS

Vanil de Oliveira Souza

A OFICIAL

Escrivão Bruno de Oliveira

EPC. JURAMENTADO

COMARCA DE CURITIBA - PR

 Esta cópia confere com original  
 O referido é verdade e dou fé  
 Curitiba, 21 de 06 de 2012

REGISTRO GERAL



ITC

Fis. 35

DIRETORIA LEGAL

50





**Continuação:**

Serra com o azimute de  $4^{\circ}59'53''$  e a distância de 264.00 m até o marco 'CBBpc297' (E=540305.000 m e N=7372822.000 m); Daí segue confrontando com Lote 11 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de  $6^{\circ}54'40''$  e a distância de 199.45 m até o marco 'CBBpc419' (E=540329.000 m e N=7373020.000 m); Daí segue confrontando com Lote 11 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de  $8^{\circ}10'49''$  e a distância de 104.10 m até o marco 'CBBpc184' (E=540343.813 m e N=7373123.044 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $19^{\circ}50'35''$  e a distância de 20.82 m até o marco 'CBBPU042' (E=540350.881 m e N=7373142.630 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $351^{\circ}47'18''$  e a distância de 14.92 m até o marco 'CBBpc397' (E=540348.750 m e N=7373157.393 m); Daí segue confrontando com Lote 18 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de  $8^{\circ}10'49''$  e a distância de 22.84 m até o marco 'CBBpc174' (E=540352.000 m e N=7373180.000 m); Daí segue confrontando com Lote 18 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de  $25^{\circ}37'49''$  e a distância de 187.94 m até o marco 'CBBpc185' (E=540433.297 m e N=7373349.450 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $38^{\circ}53'49''$  e a distância de 58.97 m até o marco 'CBBpc396' (E=540470.326 m e N=7373395.346 m); Daí segue confrontando com Lote 17 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de  $39^{\circ}50'09''$  e a distância de 188.38 m até o marco 'CBBpc321' (E=540591.000 m e N=7373540.000 m); Daí segue confrontando com Lote 17 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de  $33^{\circ}12'24''$  e a distância de 65.73 m até o marco 'CBBpc320' (E=540627.000 m e N=7373595.000 m); Daí segue confrontando com Lote 17 - Município de São Jerônimo da Serra com o azimute de  $17^{\circ}17'48''$  e a distância de 16.73 m até o marco 'CBBpc180' (E=540631.973 m e N=7373610.971 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $55^{\circ}28'05''$  e a distância de 30.67 m até o marco 'CBBPD317' (E=540657.238 m e N=7373628.355 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $111^{\circ}49'35''$  e a distância de 101.08 m até o marco 'CBBPD318' (E=540751.073 m e N=7373590.774 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $72^{\circ}58'09''$  e a distância de 128.41 m até o marco 'CBBPD319' (E=540873.852 m e N=7373628.383 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $79^{\circ}21'54''$  e a distância de 126.66 m até o marco 'CBBPD773' (E=540998.337 m e N=7373651.759 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $63^{\circ}27'28''$  e a distância de 49.06 m até o marco 'CBBPD774' (E=541042.222 m e N=7373673.679 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $16^{\circ}42'15''$  e a distância de 78.29 m até o marco 'CBBPD775' (E=541064.725 m e N=7373748.665 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $42^{\circ}12'48''$  e a distância de 12.88 m até o marco 'CBBPD776' (E=541073.376 m e N=7373758.202 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $133^{\circ}08'32''$  e a distância de 85.86 m até o marco 'CBBPD777' (E=541136.021 m e N=7373699.493 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $55^{\circ}59'14''$  e a distância de 35.66 m até o marco 'CBBPD778' (E=541165.582 m e N=7373719.442 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  $16^{\circ}41'31''$  e a distância de 37.83 m até o marco 'CBBPD779' (E=541176.448 m e N=7373755.677 m); início de descrição, fechando assim

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A OROU  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA, PR.

Esta cópia compare com original  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21.1.08/2012

*[Assinatura]*  
2012/01/21



MATRÍCULA

12.228

FOLHA

02

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



Registro de Imóveis

Bel. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 466 231 039-00  
FONE (43) 3545-1313 - CURIÚVA - PARANÁ

## Continuação:

o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 124.8775 ha. (Conforme Memorial Descritivo devidamente assinado pelo Engenheiro Civil Carlos Roberto Fernandes Pinto CREA - PR-13757/D). Registro anterior não consta - Terras devoluta. **PROPRIETÁRIO: O ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76416940/0001-28, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, Palácio das Araucárias em Curitiba-PR. **O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ: Curiúva, 06 de junho de 2012. A OFICIAL:** *[Assinatura]*

**R-01-M-12.228. PROT.34.161.1B.06.06.2012** - O imóvel desta matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Curiúva-PR, Dr. Alexandre Barbosa Fabiani, nos autos nº 119/1979, de Ação Discriminatória que tramitou naquela Vara, Sentença confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo-lhe, por consequência atribuído o domínio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº 619/2011 de 01 de setembro de 2011, do Juízo de Direito da Comarca de Curiúva, expedido nos autos da referida ação. Sem custas. Funrejus Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. **O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ. Curiúva, 06 de junho de 2012. A Oficial:** *[Assinatura]*



Esta cópia contém o original  
O referido é verdade o dou fé.  
Curiúva, 21.08.12

*[Assinatura]*  
REGISTRADORA





SEEG  
CTL  
MAPA  
Fls.             
*[Signature]*  
37

PÁGINA EM BRANCO



## REGISTRO DE IMÓVEIS

Maria Sotirio de Carvalho  
OFICIAL - CPF 258.945.015-20Oswaldo Aíram de Mello Moraes  
ANTECESSOR - CPF 005.552.239-49  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ

## REGISTRO GERAL

LIVRO Nº 2

MATRÍCULA

=8.232=

FICHA

=1=

RUBRICA

ITC

Fls. 38

ITC

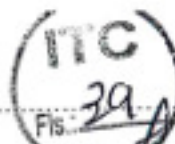
Fls. 38

## MATRÍCULA nº 8.232

Protocolo nº. 69.440 - Em 11 de março de 2010 - IMÓVEL RURAL  
CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS 8 e 9 DENOMINADO - LOTE  
nº. 11, da Colonia São Jerônimo - com a área de 15.0773 hectares, (quinze ponto zero sete  
setenta e tres ha.), situado neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra Estado do  
Paraná, compreendido dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações conforme  
memorial descritivo elaborado pelo - ITCG - Instituto de Terras Cartografias e Geociências do  
Estado do Paraná: Inicia-se no marco denominado 'CBBMD220', georreferenciado no Sistema  
Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares  
Relativas, Sistema UTM: E=540225.015 m e N= 7373203.585 m dividindo-o com Waldemar  
Osvaldo Giacometti; Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometti com o azimute  
de 105°56'22" e a distancia de 121.51 m até o marco 'CBBPD024' (E=540341.855 m e  
N=7373170.215 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometti com o  
azimute de 86°46'43" e a distancia de 5.01 m até o marco 'CBBMD221' (E=540346.859 m e  
N=7373170.497 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometti com o azimute  
de 171°47'18" e a distancia de 13.24 m até o marco 'cbbpc397' (E=540348.750 m e N=  
7373157.393 m); Dai segue confrontando com Lote 06 - Município de Sapopema com o  
azimute de 188°10'49" e a distancia de 138.81 m até o marco 'cbbpc419' (E=540329.000 m  
e N=7373020.000 m); Dai segue confrontando com Lote 06 - Município de Sapopema com  
o azimute de 186°54'40" e a distancia de 199.45 m até o marco 'cbbpc297' (E=540305.000 m e  
N=7372822.000 m); Dai segue confrontando com Lote 06 - Município de Sapopema com o  
azimute de 184°59'53" e a distancia de 264.00 m até o marco 'cbbpc418' (E=540282.000 m e  
N=7372559.000 m); Dai segue confrontando com Lote 06 - Município de Sapopema com o  
azimute de 194°38'51" e a distancia de 181.91 m até o marco 'cbbpc298' (E=540236.000 m  
e N=7372383.000 m); Dai segue confrontando com Lote 06 - Município de Sapopema com o  
azimute de 191°02'50" e a distancia de 201.48 m até o marco 'CBBPD219' (E=540197.392 m  
e N= 7372185.252 m); Dai segue confrontando com Lote 10 com o azimute de 307°37'28"  
e a distancia de 147.11 m até o marco 'CBBMD142' (E=540080.875 m e N=7372275.061 m);  
Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 24°23'59" e a distancia de  
8.64 m até o marco 'CBBPD206' (E=540084.446 m e N=7372282.934 m); Dai segue  
confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 12°56'32" e a distancia de 49.14 m até  
o marco 'CBBPD207' (E=540095.451 m e N=7372330.823 m); Dai segue confrontando  
com Estrada Vicinal com o azimute de 356°03'35" e a distancia de 20.99 m até o marco  
'CBBPD208' (E=540094.009 m e N=7372351.767 m); Dai segue confrontando com Estrada  
Vicinal com o azimute de 347°42'18" e a distancia de 67.21 m até o marco 'CBBPD209'  
(E=540079.697 m e a N=7372417.435 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal -  
com o azimute de 8°08'20" e a distancia de 63.76 m até o marco 'CBBPD210'  
(E=540088.723 m e N=7372480.551 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal -  
com o azimute de 28°00'38" e a distancia de 13.90 m até o marco 'CBBPD211'  
(E=540095.251 m e N=7372492.822 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal - com o  
azimute de 69°49'34" e a distancia de 14.76 m até o marco 'CBBPD212' (E=540109.104  
m e N=7372497.912 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  
327°14'29" e a distancia de 5.10 m até o marco 'CBBPD303' (E=540106.346 m e  
N=7372502.198 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 0°13'45"  
e a distancia de 128.22 m até o marco 'CBBPD304' (E=540106.859 m e  
N=7372630.418 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de  
14°43'25" e a distancia de 93.55 m até o marco 'CBBPD305' (E=540130.636 m e  
N=7372720.900 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal - com o azimute de 346°27'29"

segue no verso





e a distancia de 4.49 m até o marco 'CBBMD141' (E=540127.242 m e N=737278.991 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometi com o azimuth de 9°24'12" e a distancia de 46.73 m até o marco 'CBBMD140' (E=540134.877 m e N=7372781.093 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometi com o azimuth de 350°59'28" e a distancia de 30.85 m até o marco 'CBBMD213' (E=540130.047 m e N=732811.558 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometi com o azimuth de 5°15'36" e a distancia de 53.90 m até o marco 'CBBMD214' (E=540134.988 m e N=7372865.228 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometi com o azimuth de 7°16'0" e a distancia de 64.15 m até o marco 'CBBMD215' (E=540143.103 m e N=7372928.867 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometi com o azimuth de 351°20'04" e a distancia de 34.85 m até o marco 'CBBMD216' (E=540137.852 m e N=7372963.321 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometi com o azimuth de 326°58'27" e a distancia de 43.73 m até o marco 'CBBMD217' (E=540114.020 m e N=7372999.983 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometi com o azimuth de 80°24'07" e a distancia de 91.72 m até o marco 'CBBMD218' (E=540204.457 m e N=7373015.276 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometi com o azimuth de 17°02'41" e a distancia de 52.48 m até o marco 'CBBMD219' (E=540219.840 m e N=7373065.451 m); Dai segue confrontando com Waldemar Osvaldo Giacometi com o azimuth de 2°08'44" e a distancia de 138.23 m até o marco 'CBBMD220' (E=540225.015 m e N=7373203.585 m); inicio de descrição, fechando assim o perimetro do poligono acima descrito com uma área superficial de 15.0773 ha. Curitiba 18 de abril de 2007-(a.)Carlos Roberto Fernandes Pinto - Engenheiro Civil CREA Pr-13757/D.-

- Matrícula aberta por força de Sentença Judicial - Autos sob nº.119/1979 - Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr. de 05 de junho de 1995, confirmada pela Quarta Camara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que transitou em julgado em 06 de setembro de 2004. Registro Anterior - Não tem Terras devoluta. O referido é Verdade. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março 2010.- c/sc.-

R-1- 8.232 - Prot.- 69.440 - Em 11 de março 2010.

O imóvel desta Matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr., Doutor Alexandre Barbosa Fabiani, nos AUTOS Nº. 119/1979, de AÇÃO DISCRIMINATORIA que tramitou naquela Vara. Sentença essa confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo - lhe, por consequencia, atribuido o dominio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº. 1.520 de 28 de outubro de 2009, do Juizo de Direito da Comarca de Curiuva-PR, expedido nos Autos da referida ação. Sem custas. FUNREJUS Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março de 2010.-

Oficial.-



A presente fotocópia é reprodução fiel do

original, expedido n/ cartório.

07 de 06 de 2010

Rosemari N. ...  
Escritor...  
CPF: 801.101.200-0



SEEG  
CTL  
Fis. 40  
MAPA  
*[Signature]*

PÁGINA EM BRANCO







540460

540660



ITC

Fis. 42

DIRETORIA LEGISL

Si

4

7373600

Divisão  
Municipal

197°17'48" 16.73m

CBBPD316

17

213°12'24" 65.73m

Waldemar Osvaldo Giacometi

José Peralta

219°50'09" 189.38m

CBBPD314

7373400



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

IMÓVEL

Colônia São Jerônimo - Parte das Glebas 8 e 9  
Lote 17

ÁREA (ha)

0.4049

PERÍMETRO (m)

544.76

DATUM

SAD-69

DATA

05/07

MUNICÍPIO

UF

São Jerônimo da Serra Paraná

ESCALA

1/2000

MERIDIANO CENTRAL

51°

RESP. TÉCNICO

*Carlos Roberto F. Pinto*  
Carlos Roberto F. Pinto  
Crea Pr-13757-D

ARQUIVO

geral\_saojeronimo.dwg

DESENHO

Luiz Octávio Oliani



540460

540660


 ITC  
 43

 DIRETORIA LEGISLATIVA  
 Pág. 39

7373600

Waldemar Osvaldo Giacometi

CBBPD316

17

Divisa Municipal

197°17'48" 16.73m

213°12'24" 65.73m

José Peralta

219°50'09" 188.38m

CBBPD314

7373400


 GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
 SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
 ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

IMÓVEL

 Colônia São Jerônimo - Parte das Glebas 8 e 9  
 Lote 17

ÁREA (ha)

0.4049

PERÍMETRO (m)

544.76

DATUM

SAD-69

DATA

05/07

MUNICÍPIO - UF

São Jerônimo da Serra Paraná

ESCALA

1/2000

MERIDIANO CENTRAL

51°

RESP. TÉCNICO

 Carlos Roberto F. Pinto  
 Crea Pr-13757-D

ARQUIVO

geral\_saojeronimo.dwg

DESENHO

Luiz Octávio Oliani



REGISTRO DE IMÓVEIS

Maria Sotiria de Carvalho  
OFICIAL - CPF 258.345.019-30Oswaldo Aíram de Mello Moraes  
ANTECESSOR - CPF 005.552.239-49  
SÃO JERÔNIMO DA SERRA - ESTADO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL

LIVRO Nº 2

MATRÍCULA

=8.239=

FICHA

=1=

RUBRICA

ITC

Fls. 44

Fls. 60

MATRÍCULA nº 8.239

Protocolo nº. 69.440

-

Em 11 de março de 2010

IMÓVEL RURAL

CONSTITUÍDO POR PARTE DAS GLEBAS 8 e 9 DENOMINADO - LOTE nº. 18, da Colonia São Jerônimo - com a área de 0.3512 hectares, situado neste Município e Comarca de São Jerônimo da Serra Estado do Paraná, compreendido dentro das seguintes divisas, metragens e confrontações conforme memorial descritivo elaborado pelo - ITCG - Instituto de Terras Cartografias e Geociências do Estado do Paraná; Inicia-se no marco denominado 'cbbpc185', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=540433.297 m e N=7373349.450 m dividindo-o com o Lote 06 - Município de Sapopema; Dai segue confrontando com Lote 06 - Município de Sapopema com o azimute de 205°37'49" e a distancia de 187.94 m até o marco 'cbbpc174' (E=540352.000 m e N=7373180.000 m); Dai segue confrontando com Lote 06 - Município de Sapopema com o azimute de 188°10'49" e a distancia de 22.84 m até o marco 'cbbpc397' (E=540348.750 m e N=7373157.393 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 351°47'18" e a distancia de 13.24 m até o marco 'CBBMD221' (E=540346.859 m e N=7373170.497 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 351°46'57" e a distancia de 61.55 m até o marco 'CBBPD312' (E=540338.062 m e N=7373231.412 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 38°53'51" e a distancia de 80.80 m até o marco 'CBBPD313' (E=540388.796 m e N=7373294.293 m); Dai segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 38°53'49" e a distancia de 70.87 m até o marco 'cbbpc185' (E=540433.297 m e N=7373349.450 m); inicio de descrição, fechando assim o perimetro do poligono acima descrito com uma área superficial de 0.3512 ha. Curitiba 18 de abril de 2007- (a.) Carlos Roberto Fernandes Pinto - Engenheiro Civil CREA Pr-13757/D.-

- Matrícula aberta por força de Sentença Judicial - Autos sob nº.119/1979 - Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr. de 05 de junho de 1995, confirmada pela Quarta Camara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que transitou em julgado em 06 de setembro de 2004. Registro Anterior - Não tem Terras devoluta. O referido é Verdade. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março 2010.- c/sc.-

R-1- 8.239 - Prot. - 69.440

-

Em 11 de março 2010.

O imóvel desta Matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Curiuva - Pr., Doutor Alexandre Barbosa Fabiani, nos AUTOS Nº. 119/1979, de AÇÃO DISCRIMINATORIA que tramitou naquela Vara, Sentença essa confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com transito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo - lhe, por consequencia, atribuido o dominio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício nº. 1.520 de 28 de outubro de 2009, do Juizo de Direito da Comarca de Curiuva-PR, expedido nos Autos da referida ação. Sem custas. FUNREJUS Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. DOU FÉ. São Jerônimo da Serra, 26 de março de 2010.-

Oficial.-



540300

540450



7373335

Waldemar Osvaldo Giacomeli

CBBPD312

18

José Peralta

7373185

Divisão  
Municipal

188°10'49" 22.84m

203°37'49" 187.94m

Legenda:

Área de Preservação Permanente



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
ITCG - INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

IMÓVEL

Colônia São Jerônimo - Parte das Glebas 8 e 9

Lote 18

ÁREA (ha)

0.3512

PERÍMETRO (m)

437.24

DATUM

SAD-69

DATA

05/07

MUNICÍPIO - UF

São Jerônimo da Serra Paraná

ESCALA

1/1500

MERIDIANO CENTRAL

51°

RESP. TÉCNICO

Carlos Roberto F. Pinto  
Crea Pr-13757-D

ARQUIVO

geral\_saojeronimo.dwg

DESENHO

Luiz Octávio Oliani



*INFORMAÇÃO Nº 341*

*PROTOCOLO Nº. 9.678.212 - 8 – SID – JOSE PERALTA.*

*Ao ITC/DIJUR.*

- *Atendendo solicitação contida às fls. 32 do presente Protocolado, estamos anexando o Laudo Técnico elaborado por Profissional Habilitado, bem como cópias das Plantas e Matrículas dos referidos lotes.*
- *Quanto aos Croquis dos lotes nos Laudos de Vistorias, acreditemos nser desnecessário, tendo em vista que os mesmos foram devidamente registrados ( matriculados ) recentemente junto as respectivas Comarcas.*

*ITC/ DITER, em 26 de julho de 2013*

  
*Roberto Alfredo Gomes*  
Diretor de Terras



Parecer nº 106/2013

Protocolo nº 9.678.212-8

Interessado: JOSÉ PERALTA

Assunto: Requer regularização dominial de área rural

**SENHOR DIRETOR PRESIDENTE**

**José Peralta**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador da CI.RG. nº 603.339-3/PR e inscrito no CPF sob o nº 114.841.449-53, residente e domiciliado no Município de Londrina, requer, junto a este ITCG, a regularização dominial do "Lote nº. 6, com área de 124,8775 ha, localizado na Colônia São Jerônimo, parte das glebas nºs. 8 e 9, e situado no Município de Sapopema; bem como a regularização dos Lotes nºs. 11, 17 e 18, parte também das supramencionadas glebas, com as respectivas áreas de 15,0773 ha, 0,4049 ha e 0,3512 ha, estes, localizados no Município de São Jerônimo da Serra."

Através da vistoria "in loco", levada a efeito sobre as áreas pretendidas à aquisição pelo requerente, se constatou que ele mantém sobre estas uma ocupação de forma mansa, efetiva e pacífica, tornando-as produtivas com a força do seu trabalho e de sua família.

Nestes termos, se condiciona à aquisição de dominialidade de acordo com a Legislação de Terras em vigor no Estado do Paraná, Lei 7055/1978, nos termos dos seus arts. 27, e 33, inciso III, *in verbis*:

"Art. 27 – As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

Art. 33 – As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

(...)

III – para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril."

Entretanto, a extensão total das áreas, 140,7109 ha, se apresenta como fator impeditivo de aquisição de Terras Devolutas do Estado do Paraná, nos termos da Lei de Terras supra mencionada, visto que extrapola o limite legal imposto por este diploma legal, que é de 100 (cem hectares).

Uma vez constatada a ocorrência de tal impeditivo legal, os requerimentos de tais regularizações devem ser submetidos à prévia e expressa autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do Art. 54, Inciso XXX, da Constituição Estadual do Paraná de 1989, que assim dispõe:





Art. 54, Inciso XXX - Constituição Estadual.

*"Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:*

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no Art. 49, XVII, da Constituição Federal."*

Obs: Art. 49, Inciso XVII, da Constituição Federal.

"É de competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares."

Requerimentos neste sentido devem ser encaminhados ao ITCG, que providenciará a elaboração de "Laudo Técnico" das áreas e o seu devido encaminhamento ao Senhor Governador do Estado que o analisará e diante da oportunidade e conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área objeto do pedido. (Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual de 1989)

Compulsando os Autos, constata-se que o requerimento da parte está devidamente instruído, e que o ITCG já providenciou a elaboração do "Relatório Técnico", exigido por lei para tal fim, devendo ficar ressaltado que a sua conclusão foi pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão.



Assim, Senhor Diretor Presidente, entendemos que o presente processo se encontra em ordem e devidamente instruído para ser alçado à apreciação da Autoridade Superior.

É o nosso parecer.

Curitiba, 30 de Julho de 2013.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**





Ofício nº 215/2013 GP



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

Curitiba, 07 de agosto de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 9.678.212-8, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**Amilcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor  
**JULIO CEZAR ZEM CARDOZO**  
Procurador-Geral do Estado  
Curitiba-PR



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Gabinete do Procurador-Geral**



Protocolo nº 9.678.212-8  
Despacho nº 554/2013 - PGE

- I. Retorne ao Jurídico do ITCG para a apresentação da minuta de lei, bem como, parecer conclusivo, visto que a Autarquia detém integrante do Quadro da Carreira Especial de Advogado do Estado.
- II. Após, encaminhe-se à SEEG.

Curitiba, 09 de agosto de 2013.

  
**Izabel Cristina Marques**  
**Chefe de Gabinete**





Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências

Protocolo nº 9.678.212-8  
Interessado: José Peralta



À SEEG

Em atenção à solicitação contida às fls. 52, estamos anexando a Minuta de Lei, referente à Regularização Dominial das Áreas objeto do presente processo.

Informamos que o Parecer conclusivo, opinando pelo deferimento do presente requerimento já foi exarado pela Diretoria Jurídica deste ITC, conforme documento de fls. 47, usque 50.

Curitiba, 11 de Setembro de 2013.

  
**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITC**

## **MINUTA DE LEI**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC, a alienar a José Peralta, o lote nº. 6, com área de 124,8775 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, o lote nº. 11, com área de 15,0773 ha, o lote nº. 17, com área de 0,4049 ha, e o lote nº. 18, com área de 0,3512 ha, das mesmas glebas, localizados no Município de São Jerônimo da Serra.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 54, inciso XXX da Constituição Estadual combinado com o Artigo 121, § 3º, inciso X do Regimento Interno, a seguinte Lei:

**Art. 1º .** Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº. 6, com área de 124,8775 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, o lote nº. 11, com área de 15,0773 ha, o lote nº. 17, com área de 0,4049 ha, e o lote nº. 18, com área de 0,3512 ha, das mesmas glebas, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, a José Peralta.

**Art. 2º .** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em

*Valdir Luiz Rossoni*  
Presidente em exercício



## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 9.678.212-8**

Encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 13 de setembro de 2013



**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 9.678.212-8

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.



**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 520/2014**

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolados referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.

Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 19 de fevereiro de 2014.

Giovanni Gonçalves  
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.

Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do NJA/SEEG  
Respondendo pela NJA/CC/CM/VG



**SID nº. 9.678.212-8**

**PARECER Nº 039/2014 – DIJUR - ITCG**

**INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG**

**ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.**

**À PGE/NJA/SEEG:**

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 520/2014, de fls. 56, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito da *"possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente"*.

Quanto à matéria questionada, explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

*Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.*

*Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.*

*Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)*

Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos

beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.*

(...)

*§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tomadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:*

*I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;*

*II - tenham na agricultura sua atividade principal;*

*III - residam no imóvel.*

(...)

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é



justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

*Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.*

*Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:*

*I — para fins de pesquisa ou fomento;*

- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;  
III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Quanto à necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:  
(...)*

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITCG**



Protocolo nº 9.678.212-8

Interessados: **PGE / NJA / SEEG**

**José Peranta**

I. Aprovo o Parecer nº 039/2014 - DIJUR - ITCG,  
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de  
Governo-**SEEG** - Núcleo Jurídico da  
Administração-**NJA**.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



**Amílcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do ITCG



## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 9.678.212-8**

Conforme as informações prestadas pela ITCG, encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 14 de março de 2014

**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo



**PROTOCOLO:** 9.678.212-8

**INTERESSADO1:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA

**INTERESSADO2:** Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

**ASSUNTO:** Regularização Fundiária – Imóvel Devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1752/2014 – NJA/SEEG**

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor José Peralta (fls. 02), para regularização fundiária dos lotes nº 06, 11, 17 e 18, parte das Glebas 08 e 09, Colônia São Jerônimo, com aéreas de 124,8775ha, 15,0773ha, 04049ha e 0,3512ha respectivamente, localizados no município de São Jerônimo da Serra – PR.

O protocolado em apreço, já foi analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG (fls. 47/50), que conclui pela regularidade da instrução do processo e pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão (sic).

Ademais, junta-se ao protocolado MINUTA DE LEI, fls. 54 e mediante Parecer nº 039/2014 – DIUR-ITCG, de fls. 57/61, a Diretoria Jurídica do Instituto esclarece tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 20 de maio de 2014.

  
**Raquel Coccaro Siqueira**  
Assessor - CTL/SEEG

  
**Miguel Campos**  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe da CTL/SEEG



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

REQUERIMENTO.


REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A VOTAÇÃO EM BLOCO DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DE AUTORIA DA MESA EXECUTIVA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a VOTAÇÃO EM BLOCO dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Executiva: 09/2014; 02/2014; 06/2014; 07/2014; 08/2014; 03/2014; 04/2014; 05/2014.

Consigne-se que a matéria versada nas proposições mencionadas é semelhante, tratando-se de alienação de imóveis, sendo a sua constitucionalidade auferida conforme os pareceres apresentados, limitando-se a competência regimental desta Comissão.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
Galine Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6248

*rubrica*  
01.07.14





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 08/2014 de autoria da MESA EXECUTIVA que *‘Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis’*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO AO PODER EXECUTIVO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ.

Autor: MESA EXECUTIVA.

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 08/2014, de autoria da MESA EXECUTIVA, em atendimento a mensagem governamental nº 40/2014.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência - ITCG, a alienar o imóvel descrito no artigo 1º do respectivo PDL.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo:  
*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº*



8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas f e g ) e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social (exceto da mensagem governamental nº 40/2014-fls. 04).

E ainda, continua:

[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. (exceto da mensagem governamental nº 40/2014 - fls. 04)

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.





## II ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei,

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

*1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.*

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*



projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

*Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.*

*§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.*

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

*Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:*

*(...)*

*§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:*

*(...)*

*X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.*

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Desta forma o PDL se encontra em consonância aos critérios exigidos em relação à constitucionalidade formal.





Em relação a constitucionalidade material, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições ulteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII<sup>4</sup> da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º<sup>5</sup> da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

<sup>4</sup> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

<sup>5</sup> Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

*(...)*

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que há documentos que comprovam a posse do imóvel pelo adquirente há vários anos e neste sentido não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os





princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

*A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança. (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)*

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão



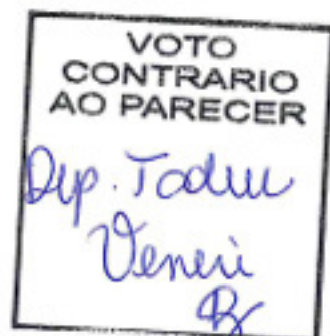
somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

### III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 08/2014, de autoria da Mesa Executiva.



Sala das Comissões, 01 de Julho de 2014

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

APROVADO

01.07.14





## PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Parlamentar - Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura




### ERRATA AO PARECER DA CCJ

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2014

- i. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 08/2014, o qual teve sua constitucionalidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta e.Casa Legislativa. Na oportunidade, o Parlamentar que ora subscreve, foi o relator da matéria em apreço, exarando parecer pela APROVAÇÃO, conforme a fundamentação ali contida;
- ii. Ocorre, que erroneamente constou que a autoria do PDL seria da "MESA EXECUTIVA".
- iii. Logo, trata-se de mero **vício material**, uma vez que a autoria da proposição é do Deputado VALDIR ROSSONI e Deputado PLAUTO MIRÓ, Presidente e Primeiro Secretário, respectivamente, desta e.Casa Legislativa, em atendimento a Mensagem oriunda do PODER EXECUTIVO.
- iv. Assim, com o objetivo de se evitar rasuras no parecer retro e sanar o vício material em comento, apresenta-se a presente errata para que, aonde **se lê "MESA EXECUTIVA" LEIA-SE "DEPUTADO VALDIR ROSSONI E DEPUTADO PLAUTO MIRÓ"**.
- v. Destarte, não havendo qualquer alteração na essência ou matéria ventilada no mesmo, bastando o presente para sanar o vício material.

Curitiba, 28 de Outubro de 2014.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente da CCJ

  
Caline Gondim,  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/14**

**RELATÓRIO**

A Proposta em análise de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miro, é oriunda do Poder Executivo – Mensagem nº 040/14, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a José Peralta, o Lote nº 6, com área de 124,8775 ha., Colônia São Jerônimo, parte das Glebas 8 e 9, Município de Sapopema, e os Lotes nºs 11, 17 e 18, com áreas de 15,0773 ha., 0,4049 ha, e 0,3512 ha., respectivamente da mesma Gleba, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 9.678.212-8-SID, e que obteve o pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA,





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.

**CONCLUSÃO**

Diante do acima exposto, esta Comissão de Finanças, manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL.

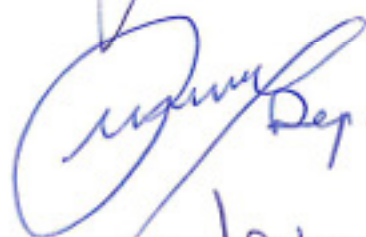
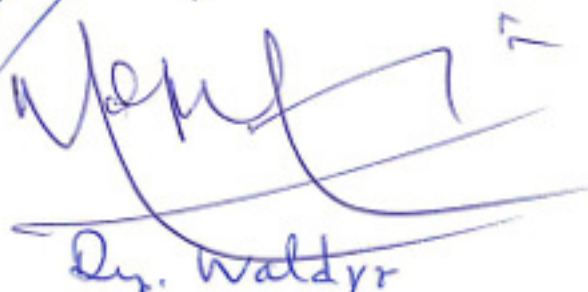
É o parecer.

Sala das Comissões, 09/12/14

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ENIO VERRI**  
**RELATOR**

  
Dy. Wilson

 Dep. Elis  
  
Dy. Waldyr



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9 /2014

LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 JUN 2014

1º Secretário

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Cláudio Trombini Pitelli, o Lote nº 04, parte das Glebas 08 e 09, do imóvel denominado Colônia São Jerônimo, com área de 223,7538 ha, localizado no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva, nos termos da Mensagem nº 39, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário





### JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Proposição nos termos da Mensagem nº 39, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014.

MENSAGEM  
Nº 39 / 2014



Curitiba, em 4 de junho de 2014.



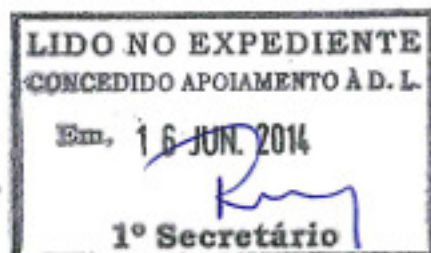
**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente;  
II - À DL para providências.

Em 27/06/2014

Presidente

Senhor Presidente,



Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa Assembleia Legislativa promulgue Decreto Legislativo, conforme Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, permitindo ao Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, alienar a Cláudio Henrique Pitelli, o Lote 04, parte das Glebas 08 e 09, Colônia São Jerônimo, com área de 223,7538 ha., localizado no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva.

Cabe esclarecer que a área do imóvel ultrapassa o limite estabelecido no mencionado dispositivo constitucional, ou seja, 100 hectares.

A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos de legislação federal (Lei Federal nº 8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas "f" e "g") e estadual (Estatuto Estadual de Terras: Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX, e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social.

Ainda, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expediente protocolado sob nº 11.952.632-9-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecer quanto aos aspectos técnicos e jurídicos de que se reveste, é feita anexação de cópia do processo protocolado acima mencionado.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.952.632-9



556



ESTADO DO PARANÁ

Código de Classificação do T.T.D.

000001

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS  
GOV. PARANÁ NUM. 11.952.632-9  
DATA- 17 MAIO 2013 HORA-



PROTOK: 11.952.632-9 ORGAO: SEMA  
INTER1: CLAUDIO HENRIQUE PITELLI  
INTER2:

17/05/2013 11:51  
-13531110

ASS...: PATRIMONIO  
P.CHAV: REGULARIZACAO  
DOCTO.:

CIDADE.: SAPOPEMA-PR

ORIG...: PES.FISICA

ASS./ : SOLIC A REGULARIZACAO DO LOTE 04COM AREA DE  
COMPL.: 223,7538HA DA COLONIA SAO JERONIMO PARTE DA GLEBA  
8 E 9 MUNICIPIO DE SAPOPEMA COMARCA DE CURIUVA

LOTE N: 4

|    | DATA         | UNIDADE                  | RUBRICA |    | DATA     | UNIDADE | RUBRICA |
|----|--------------|--------------------------|---------|----|----------|---------|---------|
| 1  | 17 MAIO 2013 | ADSR ALBARI<br>ITC/DITER | u1      | 19 | 13/03/14 | CAO     | 2/2     |
| 2  | 24/05/13     | DITER/DIRETOR            | f.      | 20 | 14/03/14 | NJA     | 2       |
| 3  | 06/05/13     | ITC/AJ                   |         | 21 |          |         |         |
| 4  | 06/06/2013   | DITER/ITC                | Purim   | 22 |          |         |         |
| 5  | 10.06.13     | ITC/PELO                 |         | 23 |          |         |         |
| 6  | 11.06.13     | DITER/Albani             |         | 24 |          |         |         |
| 7  | 26.07.13     | ITC/AJ                   |         | 25 |          |         |         |
| 8  | 30.07.13     | ITC/CP                   | Purim   | 26 |          |         |         |
| 9  | 07.08.13     | PGEI GAB/PRC             |         | 27 |          |         |         |
| 10 | 13/08/13     | ITC                      |         | 28 |          |         |         |
| 11 | 19/08/13     | ITC/AJ                   | Ana.    | 29 |          |         |         |
| 12 |              |                          |         | 30 |          |         |         |
| 13 | 13/09.2013   | SEEG/CAO                 | Purim   | 31 |          |         |         |
| 14 | 13/09/13     | NJA                      |         | 32 |          |         |         |
| 15 | 20/02/14     | CAO                      | Am.     | 33 |          |         |         |
| 16 | 20/02/14     | ITC                      | R       | 34 |          |         |         |
| 17 | 26.02.14     | ITC/AJ                   | sm      | 35 |          |         |         |
| 18 | 07.03.2014   | ITC/CP                   | Purim   | 36 |          |         |         |



EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO  
PARANÁ - CARLOS ALBERTO RICHÁ

**Cláudio Henrique Pitelli**, brasileiro, casado, agricultor, residente no município de Cornélio Procopio, portador da Cédula de Identidade nº 1.353.111-0 SSP/PR, e CPF nº 483.822.139-87, ocupante de uma área rural correspondente ao lote nº 04 com área de 223,7538ha da colônia São Jerônimo, parte da gleba 8 e 9, localizado no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva, vem um respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, requer a regularização de acordo com a legislação em vigor e o artigo 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

Nestes termos

Pede Deferimento.

Sapopema, PR, 17 de Abril de 2013.

\*   
**Cláudio Henrique Pitelli**





Escritório de .....

## LAUDO DE VISTORIA

### 01 - DADOS PESSOAIS

Nome: CLAUDIO HENRIQUE PITELLI  
 Apelido: .....  
 Filiação - Pai: HYGINO HILDEBRANDO PITELLI  
 Mãe: MARIA FLORINDA DE OLIVEIRA PITELLI  
 Local de nascimento: CARNEIRO PROCOPIO - PR Data de nasc.: 30/10/195  
 Estado civil: CASADO Nº de filhos: 02  
 Certidão de casamento - Local: MARINGÁ-PR- 29-07-1963 Nº 5.047 Livro: B-70 Fls.: 132  
 Qual o regime: COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS Profissão: AGRICULTOR  
 Carteira de identidade Nº 1.353.111-0-CSP/PR CNPJ/CIC 483.822.139-87  
 Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....  
 Exerce função pública: Não (X) Sim ( ) Qual? .....  
 Onde: .....  
 Reside no lote: Sim ( ) Não (X)  
 Endereço: AVENIDA ALBERTO CARAZAI Nº 800 APTO 72-  
 CEP: 86300-000 Município: CARNEIRO PROCOPIO - PR UF: PR  
 Tel: 43-3523-2279 Celular: 43-9975-8003

### 01.01 - DADOS DO CÔNJUGE

Nome: VERA LUCIA GONCALVES DIAS  
 Filiação - Pai: ANTONIO DIAS CERDAS  
 Mãe: MARIA JOAQUINA GONCALVES DIAS  
 RG Nº: 1.499.920-SSP-PR CIC/CPF: 507.761.939-53  
 Certidão de nasc. - Local: ..... Nº ..... Livro: ..... Fls.: .....

### 02 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Denominação do imóvel (antigas e atuais, nº do lote): LOTE 04 - COLONIA SÃO TERELINO  
PORTE DAS GLERAS 08 e 09  
 Localidade: SAPOPEMA Distrito: .....  
 Município: SAPOPEMA Comarca: CURITIBA - PR  
 Área do imóvel - Em ha: 223,7538 Em m²: ..... INCRA: .....  
 Descrever localização e coordenadas (UTM): PR-090-ESTRADA DO CERNE KM  
279- EXTRA A DIREITA + 3KM CHEGA AO IMÓVEL.

### 03 - DA OCUPAÇÃO

É ocupante primitivo? Sim ( ) Não (X) Tempo de ocupação: 05 (anos) ..... (meses)  
 Como ocorreu a transmissão: FOR COMPRA  
 Nome do transmitente: JOAO MARIA BRANDAO  
 Explora diretamente o imóvel: Sim (X) Não ( )  
 Nome do preposto: LUCIO CARAGNOLI







**08 - AVALIAÇÃO DO IMÓVEL**Preço médio da região R\$ 6.500,00 / ha

Plano: ..... %

Topografia: Ondulado: ..... 50 %

Alagadiço: ..... %

Levemente ondulado: .....

Acidentado: .....

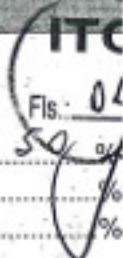
Pedreira: .....

**CONSERVAÇÃO DO SOLO**

Erosão: Não apresenta (x) Apresenta pouco ( )

Acentuada ( )

Conservação: Curva de nível ( ) Terraço ( )

**09 - CROQUI**



## 10 - OBSERVAÇÕES

PASTAGEM - BRAQUIARIA



## 11 - ASSINATURA DO OCUPANTE

Data: 17, 04, 2013

Assinatura: *Albino de Faria*

## 12 - TESTEMUNHAS

1ª

2ª

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

## 13 - Afirmando haver transcrito com fidelidade as declarações que me foram prestadas para o preenchimento do presente LAUDO DE VISTORIA.

Local: COLÔNIA SÃO JERÔNIMO

Data: 17, 04, 2013

Assinatura: *Albino de Faria*

Nome: ALBINO SEBASTIÃO LEJAMBRE

14 - De acordo em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

15 - Visto em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.353.111 0 DATA DE EMISSÃO 13/10/1997

NOME CLAUDIO HENRIQUE PITELLI

FILIAÇÃO HYGINO HELDEBRANDO PITELLI MARIA FLORINDA DE OLIVEIRA PITELLI

NATURALIDADE CORN. PROCOPIO/PR

DOC. ORIGEM COMARCA: MARINGÁ/PR, 1.º OFÍCIO C. 483-40822, L. 1190-849, FOLHA-191X

CPF 483.822-139-87

CURITIBA - PR

ASSINATURA DO DIRETOR

JOÃO RICARDO REPPES NICHONIA

DATA DE NASCIMENTO 30/10/1957

DIRETORIA LEGISLATIVA

Pág. 117

LEI Nº 7.110 DE 29/08/83

CPF. 483822 139-8

I - 1.353 111-0





ESTADO DO PARANÁ  
DISTRITO DA SEDE DA COMARCA DE MARINGÁ

1.º OFÍCIO

**CEZAR HADDAD**  
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

GENY CORREIA DE MELO  
OFICIAL MAIOR

MAURÍCIO TEIXEIRA DE SOUZA POLÔNIO HADDAD  
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL

AVENIDA GOV. PARIGOT DE SOUZA, 575 - FONE: 24-7781 - MARINGÁ - ESTADO DO PARANÁ

**CASAMENTO Nº 5.047**

CERTIFICO que, às fls. 132 do livro B-70 de Registro de Casamentos, foi lavrado hoje o assento de matrimônio de CLAUDIO HENRIQUE PITELLI com VERA LUCIA GONÇALVES DIAS contraído perante o MM. Juiz de Paz em exercício, Sra. Elza Zanetti Fernandes, e as testemunhas constantes do termo, sendo ele nascido em Mariópolis, neste Estado (D. nº 40.823, fls. 191-vº, livro nº 2-43).

de trinta (30) de outubro de 1.957 (mil novecentos e cinquenta e sete).  
de profissão estudante.

residente e domiciliado em este distrito.  
filho de HYGINO HILDEBRANDO PITELLI, natural do Estado de São Paulo, e de dona MARIA FLORENDA DE OLIVEIRA PITELLI, natural deste Estado, residentes em Londrina-PR, ela nascida em este distrito de Maringá (Arq.P.Ctbs. PR., T. nº 42.146, fls. 56, livro talão 422).

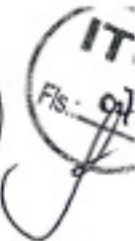
de dezessete (17) de maio de 1.960 (mil novecentos e sessenta).  
de profissão professora.

residente e domiciliada em este distrito.  
filha de ANTONIO DIAS CORDAS e de dona MARIA JOAQUINA GONÇALVES DIAS, naturais de Portugal, residentes neste distrito.

A contraente passa a assinar-se VERA LUCIA GONÇALVES DIAS PITELLI.  
Foram apresentados os documentos exigidos pelo Art. 180, n. 1, 2 e 4 do Cod. Civil Brasileiro.  
OBSERVAÇÕES: Casamento realizado sob o regime de comunhão universal de bens, conforme escritura pública de pacto antenupcial lavrada às fls. 305, do livro nº 87-N, do 3º Tabelionato desta Comarca, em 22-06-1983.

O referido é verdade e dou fé.  
Maringá, 29 de julho de 1983.











REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO**

**Orlando Ribeiro Junior**  
Notário e Registrador

**Débora L. Sampaio Balboena**  
Escriturante Substituta



Ja Iolanda Alves Marcondes, 37 - Fone/Fax (43) 3464-1399 - CEP 86828-000  
Município de Mauá da Serra, Comarca Marilândia do Sul - Estado do Paraná



LIVRO: 027 - N

FOLHAS: 162

**ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE POSSE**, na forma como adiante se contém e declaram: **S\*A\*/B\*A\*M\*** os que esta pública escritura de cessão de posse bastante virem que, aos **três (03)** dias do mês de **dezembro** do ano de **dois mil e oito (2.008)**, perante mim, Titular do Cartório de Notas e Registro Civil do Município de Mauá da Serra, Estado do Paraná, da República Federativa do Brasil, em Cartório, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como **outorgantes cedentes**, **JOÃO MARIA BRANDÃO** e sua mulher, **CLEUSA FERREIRA BRANDÃO**, brasileiros, casados sob o regime de comunhão universal de bens (na vigência da Lei 6.515/77) em 19 de julho 1.979, ele advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 459.255/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 112.791.769-20, ela do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.470.238/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº. 237.592.169-00, residentes e domiciliados em Londrina, Estado do Paraná, à Rua Xingú, nº 234, Vila Nova; de outro lado, como **outorgado cessionário**, **CLAUDIO HENRIQUE PITELLI**, brasileiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.353.111-0/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 483.822.139-87, casado sob o regime de comunhão universal de bens (na vigência da Lei 6.515/77) em 05 de dezembro de 1.984, com **VERA LÚCIA GONÇALVES DIAS PITELLI**, brasileira, pastora, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.499.920/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº. 507.762.939-53, residentes e domiciliados em Cornélio Procopio, Estado do Paraná, à Avenida Alberto Carazai, nº. 800; os presentes qualificados e identificados como os próprios mediante os documentos pessoais exibidos e retro enumerados, do que dou fé, bem como que da presente será enviado no ao distribuidor no prazo da lei. E, assim, pelos outorgantes cedentes me foi dito que, a justo título, se encontram na posse mansa e pacífica do imóvel constituído pelos "Lotes nºs. 01(am), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 07 (sete), 08 (oito) e 13 (treze) e parte dos lotes nºs. 06 (seis), 20 (vinte) e 21 (vinte e um), da Gleba nº. 09 (nove), da Colônia São Jerônimo, do Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, perfazendo a área total de 232,0 há (duzentos e trinta e dois hectares), localizado pela Rodovia PR-090, sentido Sapopema/São Jerônimo da Serra, percorre aproximadamente 30 quilômetros e entra à direita, percorrendo aproximadamente 2,5 km", posse essa que eles outorgantes cedentes vêm mantendo sem nenhuma contestação, quer dos vizinhos confrontantes, quer de quem quer seja. Que, nessa condição, pela presente e nos melhores termos de direito, cedem e transferem para o outorgado cessionário todos os direitos de posseiros que têm sobre o imóvel acima descrito, bem como lhe vendem todas as benfeitorias existentes no mesmo, pelo valor total e previamente ajustado de **RS250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)** já pago integralmente anteriormente em moeda corrente nacional, e assim pagos e satisfeitos de todo o preço da cessão e venda, dão ao outorgado plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para nada mais do mesmo reclamarem com fundamento nesta transação, se obrigando por si, herdeiros e sucessores, a fazer esta cessão e esta venda sempre boas, firmes e valiosas a todo tempo, e ficando o outorgado por este mesmo instrumento, sub-rogado em todos os ônus, obrigações e vantagens sobre o imóvel acima referido, e autorizado a





LIVRO: 027 - N

FOLHAS: 162

**ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE POSSE**, na forma como adiante se contém e declaram: **S\*A\*I\*B\*A\*M\*** os que esta pública escritura de cessão de posse bastante virem que, aos três (03) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito (2.008), perante mim, Titular do Cartório de Notas e Registro Civil do Município de Mauá da Serra, Estado do Paraná, da República Federativa do Brasil, em Cartório, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgantes cedentes, **JOÃO MARIA BRANDÃO** e sua mulher, **CLEUSA FERREIRA BRANDÃO**, brasileiros, casados sob o regime de comunhão universal de bens (na vigência da Lei 6.515/77) em 19 de julho 1.979, ele advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 459.255/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 112.791.769-20, ela do lar, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.470.238/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob o nº. 237.592.169-00, residentes e domiciliados em Londrina, Estado do Paraná, à Rua Xingú, nº 234, Vila Nova; de outro lado, como outorgado cessionário, **CLAUDIO HENRIQUE PITELLI**, brasileiro, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.353.111-0/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº. 483.822.139-87, casado sob o regime de comunhão universal de bens (na vigência da Lei 6.515/77) em 05 de dezembro de 1.984, com **VERA LÚCIA GONÇALVES DIAS PITELLI**, brasileira, pastora, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.499.920/SSP-PR, inscrita no CPF/MF sob nº. 507.762.939-53, residentes e domiciliados em Cornélio Procopio, Estado do Paraná, à Avenida Alberto Camzani, nº. 800; os presentes qualificados e identificados como os próprios mediante os documentos pessoais exibidos e retro enumerados, do que dou fé, bem como que da presente será enviado no ao distribuidor no prazo da lei. E, assim, pelos outorgantes cedentes me foi dito que, a justo título, se encontram na posse mansa e pacífica do imóvel constituído pelos "Lotes nºs. 01(um), 02 (dois), 03 (três), 04 (quatro), 05 (cinco), 07 (sete), 08 (oito) e 13 (treze) e parte dos lotes nºs. 06 (seis), 20 (vinte) e 21 (vinte e um), da Gleba nº. 09 (nove), da Colônia São Jerônimo, do Município e Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, perfazendo a área total de 232,0 há (duzentos e trinta e dois hectares), localizado pela Rodovia PR-090, sentido Sapopema/São Jerônimo da Serra, percorre aproximadamente 30 quilômetros e entra à direita, percorrendo aproximadamente 2,5 km", posse essa que eles outorgantes cedentes vêm mantendo sem nenhuma contestação, quer dos vizinhos confrontantes, quer de quem quer seja. Que, nessa condição, pela presente e nos melhores termos de direito, cedem e transferem para o outorgado cessionário todos os direitos de posseiros que têm sobre o imóvel acima descrito, bem como lhe vendem todas as benfeitorias existentes no mesmo, pelo valor total e previamente ajustado de **R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)** já pago integralmente anteriormente em moeda corrente nacional, e assim pagos e satisfeitos de todo o preço da cessão e venda, dão ao outorgado plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para nada mais do mesmo reclamarem com fundamento nesta transação, se obrigando por si, herdeiros e sucessores, a fazer esta cessão e esta venda sempre boas, firmes e valiosas a todo tempo, e ficando o outorgado por este mesmo instrumento, subrogado em todos os ônus, obrigações e vantagens sobre o imóvel acima referido, e autorizado a melhor descrever e caracterizar dito imóvel. Pelo outorgado foi dito que aceita esta escritura como aqui se contém, e fica ciente de que a presente escritura não poderá ser registrada no competente Registro de Imóveis, nem constitui direito real oponível a terceiros. **AD CAUTELAM:** O presente instrumento foi lavrado em cumprimento integral ao Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda e Cessão de Direito sobre Posse de Área Rural, firmado entre os mesmo





contratantes em 03 de setembro de 2.007, o qual fica inteiramente cumprido e sem mais nenhum vigor. Os contratantes se responsabilizam civil e criminalmente por todas as declarações aqui prestadas. A pedido das partes digitei a presente escritura, SOB MINUTA APRESENTADA, a qual após lida e achada, conforme, aceitam outorgam e assinam, dispensando expressamente a presença e assinatura das testemunhas instrumentais, conforme facultado pelas normas da D. Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, perante mim, Tabelião, que a escrevi. Desta será informada "DOI" (Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº. 324/2002, art. 2º, inciso I). Emol.: 4.987,00 VRC = R\$522,08 + FUNREJUS = R\$500,00 - Guia nº 08003002700143272. O presente ato foi lançado no Livro de Protocolo II sob nº.358/2008. (aa)JOÃO MARIA BRANDÃO. CLEUSA FERREIRA BRANDÃO. CLAUDIO HENRIQUE PITELLI. Nada mais. Traslada hoje, 03 de dezembro de 2.008, devidamente selada. Eu, Tabelião, a digitei, conferi, subscrevo e assino em público e raso.



EM TESTE DA VERDADE.

ORLANDO RIBEIRO JÚNIOR  
TABELIÃO

\* Válido em todo território nacional com selo de autenticidade e sem rasura \*

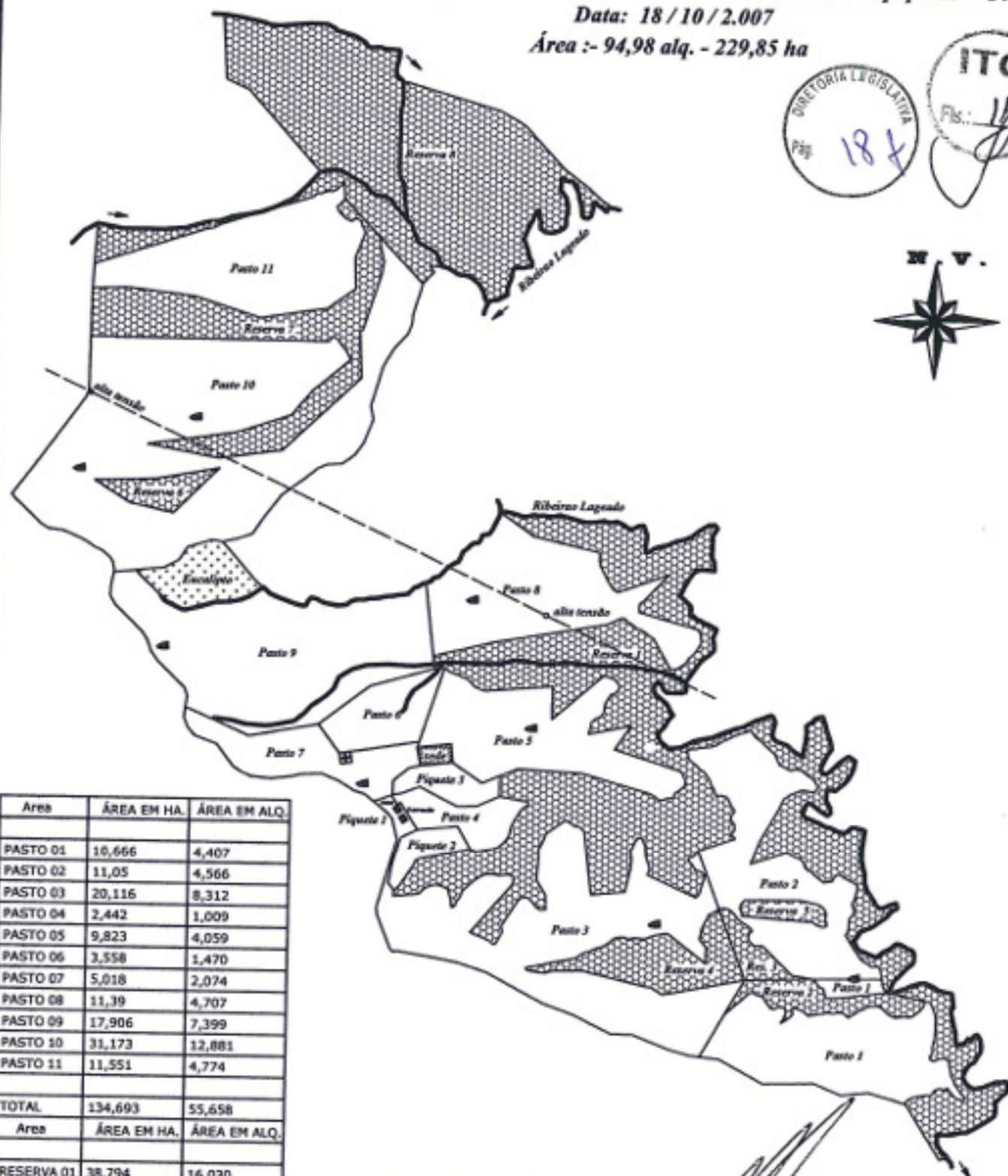
# Fazenda Vale Verde

Proprietário :- Cláudio Henrique Pitelli

Município / Comarca :- São Jerônimo da Serra / Sapopema - Pr.

Data: 18/10/2007

Área :- 94,98 alq. - 229,85 ha



| Área     | ÁREA EM HA. | ÁREA EM ALQ. |
|----------|-------------|--------------|
| PASTO 01 | 10,666      | 4,407        |
| PASTO 02 | 11,05       | 4,566        |
| PASTO 03 | 20,116      | 8,312        |
| PASTO 04 | 2,442       | 1,009        |
| PASTO 05 | 9,823       | 4,059        |
| PASTO 06 | 3,558       | 1,470        |
| PASTO 07 | 5,018       | 2,074        |
| PASTO 08 | 11,39       | 4,707        |
| PASTO 09 | 17,906      | 7,399        |
| PASTO 10 | 31,173      | 12,881       |
| PASTO 11 | 11,551      | 4,774        |
| TOTAL    | 134,693     | 55,658       |
| Área     | ÁREA EM HA. | ÁREA EM ALQ. |

|            |        |        |
|------------|--------|--------|
| RESERVA 01 | 38,794 | 16,030 |
| RESERVA 02 | 2,221  | 0,918  |
| RESERVA 03 | 1,186  | 0,490  |
| RESERVA 04 | 4,332  | 1,790  |
| RESERVA 05 | 0,895  | 0,369  |
| RESERVA 06 | 1,461  | 0,604  |
| RESERVA 07 | 9,852  | 4,072  |
| RESERVA 08 | 29,902 | 12,356 |
| TOTAL      | 88,643 | 36,629 |

| Área       | ÁREA EM HA. | ÁREA EM ALQ. |
|------------|-------------|--------------|
| PIQUETE 01 | 0,43        | 0,177        |
| PIQUETE 02 | 1,285       | 0,530        |
| PIQUETE 03 | 1,638       | 0,677        |
| EUCALIPTO  | 2,815       | 1,163        |
| SEDE       | 0,353       | 0,145        |
| TOTAL      | 6,521       | 2,692        |

Melchior Milton Saulino  
CREA 1422-TD-Pr  
RG 3.114.446-9 - CPF 649.250.429-04  
Técnico Agrônomo



**Divisa Medição**  
Levantamento Topográfico  
Fone fixo/ 3524 18 44  
e-mail - divisa@onda.com.br



## INFORMAÇÃO Nº 223

Protocolo nº 11.952.632-9 – SID- Cláudio Henrique Pitelli

Senhor Diretor

Verificando junto aos registros cadastrais existentes neste ITC/DITER, sobre o lote aqui objetivado temos a informar o seguinte:

O lote nº 04 da Colônia São Jerônimo, Parte das Glebas 8 e 9 com área de 223,7538 ha, localizado no Município de Sapopema, foi objeto da Ação Discriminatória Judicial Autos nº 119/79 que tramitou na Comarca de Curiúva, cuja sentença foi prolatada em 05/06/1995 pelo Juiz de Direito da referida Comarca, confirmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná com transito em julgado em 06/09/2004 favorável ao Estado do Paraná.

Referido lote faz parte do Plano de Colonização Autos nº 519, protocolo nº 11.908.281-1 e encontra-se devidamente matriculado em nome do Estado do Paraná sob nº 12.226 no Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

Efetuamos vistoria na unidade rural aqui objetivada (laudo anexo).

Tendo em vista tratar de área acima de 100 ha, há necessidade de previa Autorização Legislativa para Alienação ao requerente, conforme estabelece o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual.

ITC/DITER 24/05/2013



Albari Sebastião Lejambre  
Técnico de Assuntos Fundiários

STT - SISTEMA DE TERRAS TITULADAS DO ESTADO DO PARANA  
< RLIMITE > - RELATORIO DE LIMITES



05/0  
STTP  
CELEPA



- FORNECER:

- NOME TITULADO = CLAUDIO HENRIQUE PITELLI

+-----+  
| NAO EXISTEM TITULADOS COM ESTE NOM |  
+-----+

COMANDO: .....

AJUDA - PF1<?>      VOLTA - PF2<V>      MENU - PF3<M>      FIM - PF4<F>



**INFORMAÇÃO 235/2013**

**Protocolo nº 11.952.632-9 \_SID\_ CLAUDIO HENRIQUE PITELLI**

**Data: 17/05/2013**

Encaminhamos ao ITC/AJ, para pronunciamento e parecer, conforme informação de nº 223 as fls 12.



Dep. Reg. Fund. em 05/06/2013  
*Silvana Katerenhuk – Técnico de Assuntos Fundiários*

Protocolo nº 11.952.632-9

Interessado: Cláudio Henrique Pitelli

Assunto: Requer Regularização Dominial de Área Rural


AO DITER / ITC

Senhor Diretor, para que possamos efetuar o encaminhamento do presente processo ao Senhor Governador do Estado, necessitamos que algumas providências sejam tomadas, pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Estado do Paraná – ITC, tais como:

1. Complementar a instrução do processo com a juntada do Laudo Técnico do Imóvel objeto do presente requerimento, elaborado por profissional habilitado.
2. Inserir no Laudo de Vistoria, o Croqui do Lote que constitui o seu objeto, constando no mesmo os nomes completos dos seus Confrontantes, objetivando atender as novas exigências dos Cartórios de Registro de Imóveis.

Após, retorne para os devidos encaminhamentos.

Curitiba, 06 de Junho de 2013.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR. 9733**  
**Diretoria Jurídica do ITC**



## LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA

### 1.0. Identificação do Requerente:

- 1.1. Nome: Cláudio Henrique Pitelli
- 1.2. End: Reside em Cornélio Procopio.
- 1.3. CPF/MF: n.483.822.139-87
- 1.4. RG/SSP/PR/ n.1.353.111-0 SSP/ PR.
- 1.5. Profissão: Agricultor.

### 2.0 Dados e Características da Propriedade :

#### 2.1. Lote / Área / Município - Comarca:

| Lote | Area        | Município - Comarca |
|------|-------------|---------------------|
| 04   | 223,7538 há | Sapopema - Curiúva  |

- 2.3. Localização: Colônia São Jerônimo da Serra. Gleba 08 e 09.
- 2.6. Acesso ao imóvel: Rodovia PR – 090, Km 279, entrar à direita a 04 km , sentido Sapopema - São Jerônimo da Serra.

### 3.0. Aspectos Físicos da Propriedade:

- 3.1. UTM: 0541771 / 7371110.
- 3.2. Hidrografia: Córrego sem denominação.
- 3.3. Relevo: topografia ondulada.
- 3.4. Solo: Neossolo.
- 3.5. Classificação das terras: Classe III : Apresentam limitações que restringem a seleção de plantas que requerem práticas especiais de conservação. Podem ser usadas regularmente para culturas anuais , mas apresentam maiores limitações de uso que a classe II. Indicado para pastagens e reflorestamentos.

### 4.0. Aspectos Econômicos:

#### 4.1. Benfeitorias:

Uma casa construída em alvenaria de 10 x 12 m, 01 casa mista de 08 x 06 m, 01 paiol de madeira de 6 x 4 m , 01 barracão de 08 x 08 m, 01 mangueira de 25 x 20 m.

### 5.0. Atividades Agropecuárias:

Encontra-se na propriedade 450 cabeças de gado e 10 equinos, 85 suínos, 01 cabeça de ovinos, 102 cabeças de aves.

#### 6.0. Aspectos Ambientais:

As áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente já foram devidamente demarcadas/allocadas, conforme consta em planta anexa ao processo.

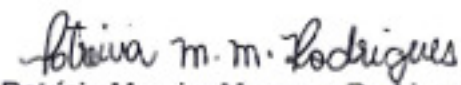
#### 7.0. Relações Trabalhistas:

No local reside 01 trabalhador rural, o Sr. Lúcio Cazagnoli, que trabalha devidamente registrado e de acordo com as leis trabalhistas.

#### 8.0. Parecer Técnico:

A propriedade é administrada e utilizada de acordo com a sua capacidade produtiva e obedece à legislação ambiental e trabalhista, portanto está apta à regularização fundiária.

Curitiba, 25 de julho de 2013.



Patrícia Moreira Marques Rodrigues  
Eng. agrônoma  
Crea – PR n.48861/D





Curitiba, 06 de junho de 2012.

Prot. 34.161.1.B

**IMÓVEL:** Uma área de terreno rural com 223,7538 ha, Lote 04, situado no lugar denominado Colônia São Jerônimo, parte das glebas 08 e 09, no Município de Saponema-PR, com as seguintes divisas e confrontações: Inicia-se se no marco denominado 'CBBPD055', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E=541.519,854 m e N=7.373.036,615 m dividindo-o com o a jusante do correjo Água da Cobra; Daí segue confrontando com a jusante do correjo Água da Cobra com o azimute de 100°28'55" e a distância de 66,94 m até o 'CBBPD056' (E=541.585,682 m e N=7.373.024,436 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Água da Cobra com o azimute de 114°34'47" e a distância de 111,26 m até o 'CBBPD057' (E=541.686,861 m e N=7.372.978,156 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Água da Cobra com o azimute de 107°11'34" e a distância de 69,80 m até o 'CBBPD058' (E=541.753,546 m e N=7.372.957,522 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Água da Cobra com o azimute de 104°28'34" e a distância de 58,06 m até o 'CBBPD972' (E=541.809,761 m e N=7.372.943,009 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Água da Serra com o azimute de 197°22'09" e a distância de 28,63 m até o 'CBBPD971' (E=541.801,214 m e N=7.372.915,684 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Água da Serra com o azimute de 180°00'00" e a distância de 23,91 m até o 'CBBPD970' (E=541.801,214 m e N=7.372.891,775 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Água da Serra com o azimute de 202°33'23" e a distância de 30,66 m até o marco 'CBBMD167' (E=541.789,453 m e N=7.372.863,460 m); Daí segue confrontando com Lote 08 com o azimute de 174°10'26" e a distância de 369,77 m até o 'CBBPD930' (E=541.826,988 m e N=7.372.495,596 m); Daí segue confrontando com Lote 05 com o azimute de 174°10'26" e a distância de 116,89 m até o marco 'CBBMD202' (E=541.838,853 m e N=7.372.379,312 m); Daí segue confrontando com Lote 05 com o azimute de 194°26'18" e a distância de 82,56 m até o marco 'CBBMD204' (E=541.818,269 m e N=7.372.299,364 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 269°19'52" e a distância de 4,77 m até o 'CBBPD302' (E=541.813,501 m e N=7.372.299,308 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 197°09'05" e a distância de 33,27 m até o 'CBBPD301' (E=541.803,689 m e N=7.372.267,517 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 214°15'07" e a distância de 10,85 m até o 'CBBPD300' (E=541.797,583 m e N=7.372.258,549 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 218°53'23" e a distância de 50,96 m até o 'CBBPD299' (E=541.765,590 m e N=7.372.218,885 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 208°20'17" e a distância de 36,40 m até o 'CBBPD298' (E=541.748,314 m e N=7.372.186,851 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 194°59'31" e a distância de 109,65 m até o 'CBBPD297' (E=541.719,949 m e N=7.372.080,934 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de 174°56'43" e a distância de 28,40 m até o 'CBBPD296' (E=541.722,452 m e N=7.372.052,642 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimute de

ITC

Fis. 18

DIRETORIA LEGISLA

Pág. 258

 REGISTRO DE IMÓVEIS  
 Vanil de Oliveira Souza  
 Oficial  
 Salvador Bezerra de Oliveira  
 ESC. JURAMENTADO  
 COMARCA DE CURITIBA - PR

 Esta cópia contém dados corretos  
 O referido é verdade e eu o  
 Certifico em 21 de 08 de 2012





## Continuação:

190°08'01" e a distância de 16,07 m até o 'CBBPD295' (E=541.719,624 m e N=7.372.036,820 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 198°49'49" e a distância de 21,55 m até o 'CBBPD294' (E=541.712,667 m e N=7.372.016,421 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 210°39'48" e a distância de 51,64 m até o 'CBBPD293' (E=541.686,331 m e N=7.371.972,001 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 225°44'09" e a distância de 16,83 m até o 'CBBPD292' (E=541.674,282 m e N=7.371.960,258 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 247°50'51" e a distância de 24,58 m até o 'CBBPD291' (E=541.651,512 m e N=7.371.950,988 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 261°16'41" e a distância de 29,57 m até o 'CBBPD290' (E=541.622,289 m e N=7.371.946,504 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 243°47'38" e a distância de 32,79 m até o 'CBBPD289' (E=541.592,874 m e N=7.371.932,026 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 229°48'53" e a distância de 113,36 m até o 'CBBPD288' (E=541.506,272 m e N=7.371.858,880 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 215°16'44" e a distância de 105,12 m até o 'CBBPD287' (E=541.445,561 m e N=7.371.773,068 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 256°16'10" e a distância de 65,59 m até o 'CBBPD286' (E=541.381,848 m e N=7.371.757,500 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 175°59'42" e a distância de 5,07 m até o marco 'CBBMD209' (E=541.382,202 m e N=7.371.752,440 m); Daí segue confrontando com Lote 05 com o azimuth de 156°29'35" e a distância de 111,45 m até o marco 'CBBMD211' (E=541.426,655 m e N=7.371.650,238 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 80°55'05" e a distância de 45,24 m até o 'CBBPD051' (E=541.471,329 m e N=7.371.657,380 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 115°19'32" e a distância de 37,56 m até o 'CBBPD050' (E=541.505,280 m e N=7.371.641,312 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 125°30'45" e a distância de 46,10 m até o 'CBBPD049' (E=541.542,806 m e N=7.371.614,533 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 94°34'11" e a distância de 44,82 m até o 'CBBPD048' (E=541.587,479 m e N=7.371.610,962 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 75°04'54" e a distância de 27,74 m até o 'CBBPD047' (E=541.614,283 m e N=7.371.618,103 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 105°55'53" e a distância de 39,02 m até o 'CBBPD046' (E=541.651,808 m e N=7.371.607,392 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 77°01'01" e a distância de 95,36 m até o 'CBBPD045' (E=541.744,729 m e N=7.371.628,815 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 87°59'32" e a distância de 101,92 m até o 'CBBPD044' (E=541.846,584 m e N=7.371.632,386 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 62°07'29" e a distância de 34,37 m até o 'CBBPD043' (E=541.876,961 m e N=7.371.648,453 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 42°18'00" e a distância de 79,65 m até o 'CBBPD042' (E=541.930,569 m e





## Continuação:

N=7.371.707,367 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 46°57'25" e a distância de 112,47 m até o 'CBBPD041' (E=542.012,768 m e N=7.371.784,134 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 22°11'06" e a distância de 52,06 m até o 'CBBPD040' (E=542.032,424 m e N=7.371.832,337 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 76°23'06" e a distância de 60,67 m até o 'CBBPD039' (E=542.091,393 m e N=7.371.846,619 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 24°47'42" e a distância de 25,57 m até o 'CBBPD038' (E=542.102,114 m e N=7.371.869,828 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 108°45'52" e a distância de 15,95 m até o 'CBBPD037' (E=542.117,216 m e N=7.371.864,697 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 168°40'47" e a distância de 15,06 m até o 'CBBPD036' (E=542.120,173 m e N=7.371.849,927 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 134°58'25" e a distância de 14,63 m até o 'CBBPD035' (E=542.130,522 m e N=7.371.839,587 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 114°25'27" e a distância de 17,86 m até o 'CBBPD034' (E=542.146,784 m e N=7.371.832,202 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 77°45'55" e a distância de 28,93 m até o 'CBBPD033' (E=542.175,055 m e N=7.371.838,332 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 90°00'00" e a distância de 30,34 m até o 'CBBPD032' (E=542.205,396 m e N=7.371.838,332 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 130°04'30" e a distância de 25,98 m até o 'CBBPD031' (E=542.225,275 m e N=7.371.821,608 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 97°50'46" e a distância de 30,63 m até o 'CBBPD030' (E=542.255,616 m e N=7.371.817,427 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 75°32'33" e a distância de 33,49 m até o 'CBBPD029' (E=542.288,050 m e N=7.371.825,789 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 97°07'07" e a distância de 16,87 m até o 'CBBPD028' (E=542.304,790 m e N=7.371.823,698 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 127°40'07" e a distância de 29,08 m até o 'CBBPD027' (E=542.327,808 m e N=7.371.805,929 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 90°00'00" e a distância de 47,08 m até o 'CBBPD026' (E=542.374,889 m e N=7.371.805,929 m); Daí segue confrontando com a jusante da sanga sem nome com o azimuth de 105°11'54" e a distância de 27,06 m até o 'CBBPD441' (E=542.400,999 m e N=7.371.798,835 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimuth de 137°59'11" e a distância de 27,47 m até o 'CBBPD442' (E=542.419,383 m e N=7.371.778,427 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimuth de 90°00'00" e a distância de 19,41 m até o 'CBBPD443' (E=542.438,789 m e N=7.371.778,427 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimuth de 60°32'49" e a distância de 26,98 m até o 'CBBPD444' (E=542.462,280 m e N=7.371.791,693 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimuth de 76°26'30" e a distância de 30,47 m até o 'CBBPD445' (E=542.491,899 m e N=7.371.798,835 m); Daí segue confrontando



REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A OFICIAL  
Salvador Bueno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta copia, conforme com o original,  
é referente à verdade e deu fé.  
Curitiba, 21 de 08 de 2012.

*[Assinatura]*  
FELIPE L. LIMA



MATRÍCULA

12.226

FOLHA

02vº

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



## Registro de Imóveis

Reg. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 468.231.039-00  
FONE (41) 3545-1313 - CURITIBA - PARANÁ

ITC

Fls. 21

DIRETORIA LEGISLATIVA

Pág. 287

## Continuação:

com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $106^{\circ}29'24''$  e a distância de 28,76 m até o 'CBBPD446' (E=542.519,475 m e N=7.371.790,672 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $151^{\circ}04'07''$  e a distância de 78,12 m até o 'CBBPD447' (E=542.557,265 m e N=7.371.722,305 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $210^{\circ}29'18''$  e a distância de 20,13 m até o 'CBBPD448' (E=542.547,051 m e N=7.371.704,959 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $237^{\circ}44'54''$  e a distância de 91,78 m até o 'CBBPD449' (E=542.469,429 m e N=7.371.655,979 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $204^{\circ}14'52''$  e a distância de 22,38 m até o 'CBBPD450' (E=542.460,237 m e N=7.371.635,571 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $169^{\circ}06'17''$  e a distância de 27,02 m até o 'CBBPD451' (E=542.465,344 m e N=7.371.609,041 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $131^{\circ}23'51''$  e a distância de 23,15 m até o 'CBBPD452' (E=542.482,707 m e N=7.371.593,735 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $100^{\circ}46'43''$  e a distância de 65,37 m até o 'CBBPD453' (E=542.546,925 m e N=7.371.581,510 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $164^{\circ}51'46''$  e a distância de 36,39 m até o 'CBBPD454' (E=542.556,428 m e N=7.371.546,380 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $206^{\circ}11'47''$  e a distância de 62,43 m até o 'CBBPD455' (E=542.528,869 m e N=7.371.490,364 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $227^{\circ}00'04''$  e a distância de 38,98 m até o 'CBBPD456' (E=542.500,360 m e N=7.371.463,779 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $212^{\circ}58'49''$  e a distância de 46,16 m até o 'CBBPD457' (E=542.475,230 m e N=7.371.425,053 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $183^{\circ}49'02''$  e a distância de 14,43 m até o 'CBBPD458' (E=542.474,269 m e N=7.371.410,655 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $243^{\circ}27'22''$  e a distância de 12,89 m até o 'CBBPD459' (E=542.462,740 m e N=7.371.404,896 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $280^{\circ}46'28''$  e a distância de 20,54 m até o 'CBBPD460' (E=542.442,564 m e N=7.371.408,735 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $251^{\circ}34'52''$  e a distância de 18,23 m até o 'CBBPD461' (E=542.425,270 m e N=7.371.402,976 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $182^{\circ}36'17''$  e a distância de 21,14 m até o 'CBBPD462' (E=542.424,310 m e N=7.371.381,859 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $120^{\circ}07'06''$  e a distância de 34,43 m até o 'CBBPD463' (E=542.454,093 m e N=7.371.364,581 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $180^{\circ}00'00''$  e a distância de 22,08 m até o 'CBBPD464' (E=542.454,093 m e N=7.371.342,504 m); Daí segue confrontando com a jusante do correjo Rib. Lageado Liso com o azimute de  $232^{\circ}19'53''$  e a distância de 26,70 m até o 'CBBPD465' (E=542.432,956 m e N=7.371.326,186 m); Daí segue confrontando com a

REGISTRO DE IMÓVEIS

Vanil de Oliveira Souza  
A. OFICIALSelvador Bruno de Oliveira  
ESC. JURAMENTADO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta obra contém 100 páginas

O registro é assinado a 08/10/12

Curitiba, 21/08/12

Assinatura: [Assinatura]

[Assinatura]



## Continuação:

jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $210^{\circ}59'14''$  e a distância de 22,39 m até o 'CBBPD466' (E=542.421,427 m e N=7.371.306,989 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $176^{\circ}10'55''$  e a distância de 14,43 m até o 'CBBPD467' (E=542.422,388 m e N=7.371.292,591 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $108^{\circ}25'08''$  e a distância de 21,27 m até o 'CBBPD468' (E=542.442,564 m e N=7.371.285,872 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $87^{\circ}57'24''$  e a distância de 26,92 m até o 'CBBPD469' (E=542.469,465 m e N=7.371.286,832 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $67^{\circ}35'18''$  e a distância de 178,75 m até o 'CBBPD470' (E=542.634,716 m e N=7.371.354,983 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $86^{\circ}43'03''$  e a distância de 58,25 m até o 'CBBPD471' (E=542.692,873 m e N=7.371.358,318 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $123^{\circ}39'56''$  e a distância de 18,92 m até o 'CBBPD472' (E=542.708,616 m e N=7.371.347,832 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $189^{\circ}15'16''$  e a distância de 38,07 m até o 'CBBPD473' (E=542.702,494 m e N=7.371.310,259 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $159^{\circ}25'36''$  e a distância de 22,40 m até o 'CBBPD474' (E=542.710,366 m e N=7.371.289,287 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $114^{\circ}12'28''$  e a distância de 19,18 m até o 'CBBPD475' (E=542.727,858 m e N=7.371.281,423 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $49^{\circ}25'28''$  e a distância de 16,12 m até o 'CBBPD476' (E=542.740,103 m e N=7.371.291,909 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $15^{\circ}04'55''$  e a distância de 23,53 m até o 'CBBPD477' (E=542.746,225 m e N=7.371.314,628 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $4^{\circ}14'24''$  e a distância de 23,66 m até o 'CBBPD478' (E=542.747,974 m e N=7.371.338,221 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $85^{\circ}14'27''$  e a distância de 52,66 m até o 'CBBPD479' (E=542.800,451 m e N=7.371.342,590 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $126^{\circ}00'09''$  e a distância de 23,78 m até o 'CBBPD480' (E=542.819,693 m e N=7.371.328,609 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $139^{\circ}38'26''$  e a distância de 60,78 m até o 'CBBPD481' (E=542.859,050 m e N=7.371.282,297 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $125^{\circ}20'15''$  e a distância de 33,24 m até o 'CBBPD482' (E=542.886,163 m e N=7.371.263,073 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $160^{\circ}48'16''$  e a distância de 21,28 m até o 'CBBPD483' (E=542.893,160 m e N=7.371.242,975 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $180^{\circ}00'00''$  e a distância de 15,73 m até o 'CBBPD484' (E=542.893,160 m e N=7.371.227,247 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de  $220^{\circ}42'04''$  e a distância de 73,77 m até o 'CBBPD485' (E=542.845,057 m e N=7.371.171,323 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib.

REGISTRO DE IMÓVEIS

Varil de Oliveira Souza

A. O. P. M.

Técnico Responsável de Imóveis

E.C. ALAMENADO

COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta cópia confere com o original.

O referido é verdade e sou fe.

Curitiba, 21.1.08/2018.

[Assinatura]

[Assinatura]

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pg. 298

MATRÍCULA  
12.226

FOLHA  
03v°

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



**Registro de Imóveis**

Bel. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 405.221.039-89  
FONE (41) 3545-1212 - CURITIBA - PARANÁ

**Continuação:**

Lageado Liso com o azimuth de 185°13'38" e a distância de 68,99 m até o 'CBBPD486' (E=542.838,771 m e N=7.371.102,621 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 169°51'58" e a distância de 18,55 m até o 'CBBPD487' (E=542.842,035 m e N=7.371.084,364 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 96°06'36" e a distância de 18,38 m até o 'CBBPD488' (E=542.860,309 m e N=7.371.082,408 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 73°25'38" e a distância de 32,00 m até o 'CBBPD489' (E=542.890,983 m e N=7.371.091,537 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 115°05'40" e a distância de 23,06 m até o 'CBBPD490' (E=542.911,868 m e N=7.371.081,756 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 174°23'21" e a distância de 141,53 m até o 'CBBPD491' (E=542.925,704 m e N=7.370.940,909 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 149°29'01" e a distância de 68,87 m até o 'CBBPD492' (E=542.960,675 m e N=7.370.881,580 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 178°05'21" e a distância de 19,79 m até o 'CBBPD493' (E=542.961,334 m e N=7.370.861,804 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 187°57'03" e a distância de 28,62 m até o 'CBBPD494' (E=542.957,375 m e N=7.370.833,458 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 149°00'46" e a distância de 19,22 m até o 'CBBPD495' (E=542.967,273 m e N=7.370.816,978 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 110°58'02" e a distância de 51,58 m até o 'CBBPD496' (E=543.015,439 m e N=7.370.798,520 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 136°57'59" e a distância de 12,43 m até o 'CBBPD497' (E=543.023,923 m e N=7.370.789,433 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 169°41'09" e a distância de 72,50 m até o 'CBBPD498' (E=543.036,904 m e N=7.370.718,106 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 112°17'16" e a distância de 22,80 m até o 'CBBPD499' (E=543.057,997 m e N=7.370.709,460 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 83°13'01" e a distância de 22,88 m até o 'CBBPD500' (E=543.080,713 m e N=7.370.712,162 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 97°06'28" e a distância de 17,42 m até o 'CBBPD501' (E=543.097,998 m e N=7.370.710,007 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 128°38'01" e a distância de 24,50 m até o 'CBBPD502' (E=543.117,136 m e N=7.370.694,711 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 154°12'37" e a distância de 24,63 m até o 'CBBPD503' (E=543.127,853 m e N=7.370.672,531 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 163°54'05" e a distância de 32,38 m até o 'CBBPD504' (E=543.136,832 m e N=7.370.641,419 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 143°24'05" e a distância de 41,34 m até o 'CBBPD505' (E=543.161,482 m e N=7.370.608,226 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A. O. O. O.  
Substituto Bruno de Oliveira  
E. C. A. J. J. J.  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Este é o original do documento  
O referido é verdade e dou fé  
Curitiba, 21/02/2012

*[Assinatura]*  
2012/02/20





## Continuação:

com o azimuth de 170°17'05" e a distância de 82,56 m até o 'CBBPD506' (E=543.175,414 m e N=7.370.526,850 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 202°46'11" e a distância de 36,00 m até o 'CBBPD507' (E=543.161,482 m e N=7.370.493,657 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 151°22'03" e a distância de 26,84 m até o 'CBBPD508' (E=543.174,343 m e N=7.370.470,101 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 89°04'37" e a distância de 66,46 m até o 'CBBPD509' (E=543.240,789 m e N=7.370.471,172 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 112°36'02" e a distância de 13,93 m até o 'CBBPD510' (E=543.253,650 m e N=7.370.465,818 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 176°49'03" e a distância de 19,30 m até o 'CBBPD511' (E=543.254,722 m e N=7.370.446,545 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 206°35'10" e a distância de 35,92 m até o 'CBBPD512' (E=543.238,646 m e N=7.370.414,423 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 225°01'35" e a distância de 18,18 m até o 'CBBPD513' (E=543.225,786 m e N=7.370.401,574 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 247°38'19" e a distância de 98,50 m até o 'CBBPD514' (E=543.134,689 m e N=7.370.364,098 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 229°12'40" e a distância de 31,14 m até o 'CBBPD515' (E=543.111,111 m e N=7.370.343,754 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 201°23'18" e a distância de 26,45 m até o 'CBBPD516' (E=543.101,466 m e N=7.370.319,128 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Rib. Lageado Liso com o azimuth de 169°37'52" e a distância de 59,79 m até o 'CBBPD772' (E=543.112,227 m e N=7.370.260,312 m); Daí segue confrontando com Lote 23 com o azimuth de 328°05'28" e a distância de 185,68 m até o marco 'CBBMD169' (E=543.014,080 m e N=7.370.417,937 m); Daí segue confrontando com Lote 23 com o azimuth de 286°32'55" e a distância de 92,89 m até o marco 'CBBMD170' (E=542.925,036 m e N=7.370.444,395 m); Daí segue confrontando com Lote 23 com o azimuth de 285°57'19" e a distância de 1.169,94 m até o marco 'CBBMD151' (E=541.800,169 m e N=7.370.765,995 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 320°51'14" e a distância de 10,50 m até o 'CBBMD171' (E=541.793,538 m e N=7.370.774,141 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 338°41'11" e a distância de 86,43 m até o 'CBBMD172' (E=541.762,125 m e N=7.370.854,655 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 351°14'52" e a distância de 18,28 m até o 'CBBMD173' (E=541.759,343 m e N=7.370.872,725 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 15°44'58" e a distância de 172,85 m até o 'CBBMD174' (E=541.806,259 m e N=7.371.039,084 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 346°17'28" e a distância de 48,92 m até o 'CBBMD176' (E=541.794,666 m e N=7.371.086,608 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 324°25'58" e a distância de 19,59 m até o 'CBBMD177' (E=541.783,270 m e N=7.371.102,545 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 308°21'23" e a distância de 71,45 m até o 'CBBMD178' (E=541.727,238 m e N=7.371.146,886 m); Daí

REGISTRO DE IMÓVEIS  
 Vanil de Oliveira Souza  
 A OFICIAL  
 Salvador Soares de Oliveira  
 ESC. JURAMENTADO  
 COMARCA DE CURITIBA - PR

sta cópia contém o original  
 O referido é verdade e dou fé.  
 Curitiba, 21.08.2012

\_\_\_\_\_  
 OFFICIAL

MATRÍCULA

12.226

FOLHA

04vº

LIVRO Nº 2

REGISTRO GERAL



**Registro de Imóveis**

Reg. Vanil de Oliveira Souza

REGISTRADORA - CPF 486.231.019-00  
FONE (41) 3648-1213 - CURITIBA - PARANÁ

**Continuação:**

segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 288°09'13" e a distância de 25,38 m até o 'CBBPMD179' (E=541.703,120 m e N=7.371.154,794 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 301°39'29" e a distância de 43,77 m até o 'CBBMD180' (E=541.665,864 m e N=7.371.177,766 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 292°06'25" e a distância de 44,94 m até o 'CBBMD181' (E=541.624,227 m e N=7.371.194,679 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 267°02'24" e a distância de 45,98 m até o 'CBBMD182' (E=541.578,313 m e N=7.371.192,305 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 257°18'36" e a distância de 25,26 m até o 'CBBMD183' (E=541.553,670 m e N=7.371.186,756 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 263°57'27" e a distância de 50,55 m até o 'CBBMD184' (E=541.503,402 m e N=7.371.181,435 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 274°28'47" e a distância de 46,62 m até o 'CBBMD185' (E=541.456,929 m e N=7.371.185,076 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 295°24'57" e a distância de 24,37 m até o 'CBBMD186' (E=541.434,916 m e N=7.371.195,536 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 304°11'43" e a distância de 25,29 m até o 'CBBMD187' (E=541.414,000 m e N=7.371.209,748 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 323°21'45" e a distância de 65,05 m até o 'CBBMD188' (E=541.375,182 m e N=7.371.261,945 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 290°28'12" e a distância de 55,18 m até o 'CBBMD189' (E=541.323,482 m e N=7.371.281,244 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 319°59'53" e a distância de 25,81 m até o 'CBBMD190' (E=541.306,891 m e N=7.371.301,015 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 337°09'32" e a distância de 25,55 m até o 'CBBMD191' (E=541.296,975 m e N=7.371.324,557 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 7°21'48" e a distância de 52,33 m até o 'CBBMD192' (E=541.303,681 m e N=7.371.376,451 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 342°11'16" e a distância de 20,51 m até o 'CBBMD193' (E=541.297,406 m e N=7.371.395,981 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 315°31'23" e a distância de 94,81 m até o 'CBBMD194' (E=541.230,980 m e N=7.371.463,631 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 325°40'07" e a distância de 25,50 m até o 'CBBMD195' (E=541.216,599 m e N=7.371.484,688 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 343°13'22" e a distância de 27,35 m até o 'CBBMD196' (E=541.208,704 m e N=7.371.510,875 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 327°26'27" e a distância de 24,90 m até o 'CBBMD197' (E=541.195,304 m e N=7.371.531,861 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 314°47'19" e a distância de 93,11 m até o 'CBBMD198' (E=541.129,226 m e N=7.371.597,453 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 330°29'41" e a distância de 22,26 m até o 'CBBMD199' (E=541.118,264 m e N=7.371.616,824 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 4°25'52" e a distância de 23,43 m até o 'CBBMD200' (E=541.120,074 m e N=7.371.640,181 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 12°25'31" e a distância de 33,69 m até o 'CBBMD201' (E=541.127,323 m e N=7.371.673,082 m); Daí segue confrontando com Lote 03 com o azimuth de 334°11'40" e a distância de 54,93 m até o 'CBBMD201' (E=541.122,268 m e N=7.371.699,641 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 47°36'34" e a distância de 4,81

REGISTRO DE IMÓVEIS  
Vanil de Oliveira Souza  
A ODE  
Salvador Bueno de Oliveira  
IJC, ARREMATADO  
COMARCA DE CURITIBA, PR

Esta cópia contém com original  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21 de maio de 2018.  
[Assinatura]  
REG. 12.226





## Continuação:


m até o 'CBBPD281' (E=541.125,824 m e N=7.371.702,887 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 321°02'44" e a distância de 30,17 m até o 'CBBPD280' (E=541.106,856 m e N=7.371.726,348 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 295°32'50" e a distância de 112,33 m até o 'CBBPD279' (E=541.005,508 m e N=7.371.774,791 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 297°39'14" e a distância de 86,49 m até o 'CBBPD277' (E=540.928,899 m e N=7.371.814,933 m); Daí segue confrontando com Estrada Vicinal com o azimuth de 318°36'50" e a distância de 70,59 m até o marco 'CBBMD212' (E=540.882,230 m e N=7.371.867,895 m); Daí segue confrontando com Lote 06 com o azimuth de 17°20'53" e a distância de 702,22 m até o marco 'CBBMD163' (E=541.091,616 m e N=7.372.538,176 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimuth de 77°40'14" e a distância de 514,14 m até o marco 'CBBMD162' (E=541.593,896 m e N=7.372.647,960 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimuth de 318°43'56" e a distância de 263,12 m até o marco 'CBBMD161' (E=541.420,347 m e N=7.372.845,730 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimuth de 295°33'00" e a distância de 59,50 m até o marco 'CBBMD160' (E=541.366,668 m e N=7.372.871,391 m); Daí segue confrontando com Lote 07 com o azimuth de 356°48'07" e a distância de 122,46 m até o marco 'CBBMD159' (E=541.359,836 m e N=7.372.993,660 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água da Cobra com o azimuth de 92°24'51" e a distância de 68,45 m até o 'CBBPD052' (E=541.428,228 m e N=7.372.990,777 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água da Cobra com o azimuth de 57°11'45" e a distância de 27,73 m até o 'CBBPD053' (E=541.451,532 m e N=7.373.005,798 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água da Cobra com o azimuth de 47°00'04" e a distância de 30,84 m até o 'CBBPD054' (E=541.474,085 m e N=7.373.026,827 m); Daí segue confrontando com a jusante do córrego Água da Cobra com o azimuth de 82°52'54" e a distância de 34,40 m até o 'CBBPD055' (E=541.519,854 m e N=7.373.036,615 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 223,7538 ha. (Conforme Memorial Descritivo devidamente assinado pelo Engenheiro Civil Carlos Roberto Fernandes Pinto CREA - PR-13757/D). Registro anterior não consta - Terras devoluta. **PROPRIETÁRIO: O ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76416940/0001-28, com sede na Rua Jaci Loureiro de Campos, Palácio das Araucárias em Curitiba-PR. **O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ: Curitiba, 06 de junho de 2012. A OFICIAL:** *[Assinatura]*

**R-01-M-12.226. PROT.34.161.1B.06.06.2012** - O imóvel desta matrícula, face aos efeitos da Respeitável Sentença prolatada em 05 de junho de 1995 pelo Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Curitiba-PR, Dr. Alexandre Barbosa Fabiani, nos autos nº 119/1979, de Ação Discriminatória que tramitou naquela Vara, Sentença confirmada pelo Egregio Tribunal de Justiça do Paraná, com trânsito em julgado em 06 de setembro de 2004, foi discriminada em favor do ESTADO DO PARANÁ, sendo-lhe, por consequência atribuído o domínio e propriedade do referido imóvel, para todos os fins de direito. Registro lançado com base no Ofício


REGISTRO DE IMÓVEIS  
Varil de Oliveira Souza  
- OFICINA  
Salvador Bueno de Oliveira  
SSC. REGISTRO  
COMARCA DE CURITIBA - PR

Esta cópia contém o original.  
O referido é verdade e dou fé.  
Curitiba, 21.1.2012.

*[Assinatura]*  
NOT. 1. CURITIBA

|           |       |                |   |
|-----------|-------|----------------|---|
| MATRÍCULA | FOLHA | LIVRO Nº 2     | <b>Registro de Imóveis</b>  |
| 12.226    | 05vº  | REGISTRO GERAL |  <b>Reg. Vanil de Oliveira Souza</b><br>REGISTRADORA - CPF 455 221 829-00<br>FONE (41) 3245-1313 - CURITIBA - PARANÁ |

**Continuação:**  
 nº 619/2011 de 01 de setembro de 2011, do Juízo de Direito da Comarca de Curitiba, expedido nos autos da referida ação. Sem custas. Funrejus Isento. ITBI - Aquisição original - Isento. **O REFERIDO É VERDADE DOU FÉ.** Curitiba, 06 de junho de 2012. A Oficial: *Vanil de Oliveira Souza*



SELO  
FUNARPEN

REGISTRO  
DE  
IMOVEIS

EIA18507

Esta copia contém com original  
 O referido é verdade e dou fé.  
 Curitiba, 21.1.02 120 12  
*Vanil de Oliveira Souza*  
 REGISTRADORA

REGISTRO DE IMÓVEIS  
 Vanil de Oliveira Souza  
 A OFICIAL  
 Sebastião Bueno de Oliveira  
 ETC. ARREVENDO  
 COMARCA DE CURITIBA - PR





*INFORMAÇÃO Nº 339*

*PROTOCOLO Nº. 11.952.632 - 9 - SID - CLAUDIO HENRIQUE PITELLI.*

*Ao ITC/DIJUR.*

- *Atendendo solicitação contida às fls. 15 do presente Protocolado, estamos anexando o Laudo Técnico elaborado por Profissional Habilitado, bem como cópias das Plantas e Matrículas dos referidos lotes.*
- *Quanto aos Croquis dos lotes nos Laudos de Vistorias, acreditamos nser desnecessário, tendo em vista que os mesmos foram devidamente registrados ( matriculados ) recentemente junto as respectivas Comarcas.*

*ITC/ DITER, em 26 de julho de 2013*

  
Roberto Alfredo Gomes  
Diretor de Terras

Parecer nº 108/2013 /

Protocolo nº 11.952.632-9

Interessado: CLAUDIO HENRIQUE PITELLI

Assunto: Requer regularização dominial de área rural

## SENHOR DIRETOR PRESIDENTE

**Claudio Henrique Pitelli**, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI.RG. nº 1.353.111-0/PR e inscrito no CPF sob o nº 483.822.139-87, residente e domiciliado no Município de Cornélio Procopio, requer, junto a este ITCG, a **regularização dominial do "Lote nº. 4, com área de 223,7538 ha, localizado na Colônia São Jerônimo, parte das glebas nºs. 8 e 9, e situado no Município de Sapopema."**

Através da vistoria "in loco", levada a efeito sobre a área pretendida à aquisição pelo requerente, se constatou que ele mantém sobre esta uma ocupação de forma mansa, efetiva e pacífica, tornando-a produtiva com a força do seu trabalho e de sua família. Nestes termos, se condiciona à aquisição de dominialidade de acordo com a Legislação de Terras em vigor no Estado do Paraná, Lei 7055/1978, nos termos dos seus arts. 27, e 33, inciso III, *in verbis*.



**"Art. 27 – As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.**

**Art. 33 – As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:**

**(...)**

**III – para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril. "**

Entretanto, a extensão total da área, 223,7538 ha, se apresenta como fator impeditivo de aquisição de Terras Devolutas do Estado do Paraná, nos termos da Lei de Terras supra mencionada, visto que extrapola o limite legal imposto por este diploma legal, que é de 100 (cem hectares).

Uma vez constatada a ocorrência de tal impeditivo legal, os requerimentos de tais regularizações devem ser submetidos à prévia e expressa autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do Art. 54, Inciso XXX, da Constituição Estadual do Paraná de 1989, que assim dispõe:

**Art. 54, Inciso XXX - Constituição Estadual.**

***"Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:***

***XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no Art. 49, XVII, da Constituição Federal."***

**Obs: Art. 49, Inciso XVII, da Constituição Federal.**

**"É de competência exclusiva do Congresso Nacional:**



**XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares."**

Requerimentos neste sentido devem ser encaminhados ao ITCG, que providenciará a elaboração de "Laudo Técnico" das áreas e o seu devido encaminhamento ao Senhor Governador do Estado que o analisará e diante da oportunidade e conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área objeto do pedido. (Art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual de 1989)

Compulsando os Autos, constata-se que o requerimento da parte está devidamente instruído, e que o ITCG já providenciou a elaboração do "Relatório Técnico", exigido por lei para tal fim, devendo ficar ressaltado que a sua conclusão foi pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão.

Assim, Senhor Diretor Presidente, entendemos que o presente processo se encontra em ordem e devidamente instruído para ser alçado à apreciação da Autoridade Superior.

É o nosso parecer.

Curitiba, 30 de Julho de 2013.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**



Ofício nº 215/2013 GP

Curitiba, 07 de agosto de 2013.

Excelentíssimo Senhor,

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências-ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o Art. 54 inciso XXX da Constituição Estadual, vem encaminhar o protocolo nº 11.952.632-9, devidamente instruído pelo ITCG, para ser submetido ao parecer da Coordenadoria Jurídica da Administração Pública, com encaminhamento para apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Carlos Alberto Richa.

Após análise e consideração, e diante da conveniência, deliberará pela elaboração de mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para fins de Autorização da Regularização Dominial da Área.

Contando com especial atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



**Amílcar Cavalcante Cabral**  
Diretor-Presidente do Instituto de  
Terras, Cartografia e Geociências

Ao Excelentíssimo Senhor  
**JULIO CEZAR ZEM CARDOZO**  
Procurador-Geral do Estado  
Curitiba-PR



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Gabinete do Procurador-Geral**



Protocolo nº 11.952.632-9  
Despacho nº 556/2013 - PGE

- I. Retorne ao Jurídico do ITCG para a apresentação da minuta de lei, bem como, parecer conclusivo, visto que a Autarquia detém integrante do Quadro da Carreira Especial de Advogado do Estado.
- II. Após, encaminhe-se à SEEG.

Curitiba, 09 de agosto de 2013.

  
Izabel Cristina Marques  
**Chefe de Gabinete**





Protocolo nº 11.952.632-9.  
Interessado: Cláudio Henrique Pitelli



À SEEG

Em atenção à solicitação contida às fls. 31, estamos anexando a Minuta de Lei, referente à Regularização Dominial das Áreas objeto do presente processo.

Informamos que o Parecer conclusivo, opinando pelo deferimento do presente requerimento já foi exarado pela Diretoria Jurídica deste ITC, conforme documento de fls. 27, usque 29.

Curitiba, 11 de Setembro de 2013.

*Luiz Carlos Pupim*  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITC**



## **MINUTA DE LEI**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITC, a alienar a Cláudio Henrique Pitelli, o lote nº. 4, com área de 223,7538 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sappema.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 54, inciso XXX da Constituição Estadual combinado com o Artigo 121, § 3º, inciso X do Regimento Interno, a seguinte Lei:

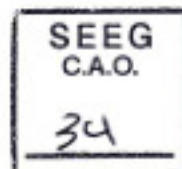
**Art. 1º .** Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº. 4, com área de 223,7538 ha, da Colônia São Jerônimo, parte das glebas nº.s 8 e 9, localizado no Município de Sappema, a Cláudio Henrique Pitelli.

**Art. 2º .** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em

*Valdir Luiz Rossoni*  
*Presidente em exercício*





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO



## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 11.952.632-9**

Encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da  
Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 13 de setembro de 2013

**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo



PROTOCOLO: 11.952.632-9

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

INTERESSADO: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 518/2014**

Considerando os questionamentos apresentados ao final do ano legislativo de 2013, pela augusta assessoria da Liderança de Governo junto à Assembleia Legislativa do Paraná, reproduzidos, em apertada síntese logo abaixo, urge a devolução do presente protocolado à origem para que se manifeste quanto a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente.

Solicita-se, ainda, à ilustre Chefia do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, que as informações prestadas neste caderno, em atenção à solicitação acima, ilustrem, doravante, os demais protocolos referentes a matéria, o que permitirá ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ter um panorama mais completo sobre a pretensão da autarquia.

Referidos esclarecimentos, inclusive, além de orientarem a Chefia do Executivo Estadual, também orientarão, certamente, a Liderança de Governo e a Presidência da ALEP no tratamento da matéria junto à Casa das Leis.

Atendida a solicitação, com a urgência que o caso requer, retorne, para envio à deliberação governamental.

Curitiba-PR, 19 de fevereiro de 2014.

Giovanni Gonçalves  
Assistente Técnico

De acordo.

Encaminhe-se ao ITCG, com a urgência requerida.

Miguel Campos  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe do N.J.A./SEEG  
Respondendo pela N.J.A./CC/CM/VG



**SID nº. 11.952.632-9**

**PARECER Nº 037/2014 – DIJUR - ITCG**

**INTERESSADO: PGE - NJA - SEEG**

**ASSUNTO: Regularização fundiária. Imóvel devoluto.**

**À PGE/NJA/SEEG:**

Em atenção ao contido no Despacho Administrativo nº. 518/2014, de fls. 35, exarado pela Procuradoria Geral do Estado - Núcleo Jurídico da Administração - SEEG, no qual a Douta Procuradoria solicita, a este ITCG, esclarecimentos a respeito da *"possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida pelo ITCG, indicando o dispositivo legal e/ou constitucional pertinente"*.

Quanto à matéria questionada, explica-se que o amparo inicial se dá com base na Constituição Federal, arts. 189 e 191, *in verbis*:

*Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.*

*Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.*

*Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.(...)*

Portanto, a Constituição Federal consagra a possibilidade de regularização através do recebimento de títulos de domínio ou concessões de uso aos

beneficiários de imóveis rurais, bem como valoriza e prioriza a posse como elemento de prioridade na aquisição de terras públicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, a Constituição Estadual do Paraná traz à baila o tema nos arts. 10, parágrafo único, e 156, §3º, como se demonstra abaixo:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Art. 156. A regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas serão compatibilizadas com as políticas agrícola, agrária e de preservação ambiental, através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos, segundo forma e critério definidos em lei complementar estadual.*

(...)

*§ 3º. O Estado assegurará, aos detentores de posse de terras devolutas por eles tomadas produtivas, com o seu trabalho e com o da sua família, preferência a receber título de domínio ou de concessão de uso, com os gravames previstos neste artigo, desde que:*

*I - não sejam proprietários de área superior a um módulo rural mínimo;*

*II - tenham na agricultura sua atividade principal;*

*III - residam no imóvel.*

(...)

Vê-se, assim, que a Constituição Estadual também valoriza e prioriza a figura do posseiro. Cumpre ressaltar, ainda, que embora o art. 10, parágrafo único, estabeleça que a alienação a título oneroso de bens imóveis do Estado deve ser precedida de concorrência pública, ao final este mesmo dispositivo traz a ressalva de dispensa, se houver assentamento de ordem social, conforme demonstrado acima. E é



justamente esta a situação dos posseiros envolvidos em grande parte dos procedimentos de regularização fundiária promovidos por este ITCG, sendo dispensado o procedimento licitatório.

Cabe ressaltar que a maioria dos ocupantes de terras devolutas, com raríssimas exceções, são pessoas de baixa renda, que não possuem suporte financeiro para fazer frente a uma licitação pública, e fatalmente perderão suas terras.

No caso de pessoas que ultrapassam o limite constitucional, frisamos que muitas delas não possuem grandes extensões de terras, apenas adquiriram ou foram beneficiadas com diversas áreas em épocas diferentes. Tendo em vista que o controle constitucional é cumulativo, acabam por atingir o limite constitucional permitido para aquisição de terras devolutas, tendo que se sujeitar ao crivo da Assembleia Legislativa para as novas aquisições de terras devolutas.

Em suma, ainda que o pedido de regularização seja enviado à Assembleia, o que remete à ideia de se tratam de grandes extensões de terras, nem sempre é o que ocorre na realidade, visto que são corriqueiros os exemplos de pequenas frações de terras que ensejam tal autorização, baseado no cadastro do requerente no sistema de terras tituladas.

Ademais, corroborando com os entendimentos acima, têm-se os dispositivos da Lei Estadual de Terras, Lei nº. 7.055/1978, que assim dispõem:

*Art. 28. O possuidor de terras devolutas, que as tenha tomado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.*

*Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:*

*I — para fins de pesquisa ou fomento;*

- II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;  
III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Quanto à necessidade de edição de decreto legislativo em detrimento de projeto de lei, a justificativa se dá por conta do art. 54, XXX, da Constituição Estadual, que estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa, entre as quais aprovar a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:  
(...)*

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a cem hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Assim, como competência privativa da Casa Legislativa deste Estado, a edição de decreto legislativo, no caso em tela, é o ato normativo cabível.

Por fim, frise-se que nos colocamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas quanto às atividades deste ITCG.

Curitiba, 06 de Março de 2014.



**Luiz Carlos Pupim**  
**OAB/PR.9733**  
**Diretoria Jurídica do ITCG**



Protocolo nº 11.952.632-9

Interessados: **PGE / NJA / SEEG**

**Cláudio Henrique Pitelli**

I. Aprovo o Parecer nº 037/2014 - DIJUR - ITCG,  
com 04 (quatro) laudas.

II. Encaminhe-se a Secretaria de Estado de  
Governo-**SEEG** - Núcleo Jurídico da  
Administração-**NJA**.

Curitiba, 07 de Março de 2014.



**Amílcar Cavalcante Cabral**

Diretor-Presidente do ITCG



## INFORMAÇÃO

Protocolo Nº

**PROTOCOLO Nº 11.952.632-9**

Conforme as informações prestadas pela ITCG, encaminhe-se o presente ao Núcleo Jurídico da Administração – Secretaria de Estado de Governo.

Em 14 de março de 2014

**LUCIANNA CRUZ BOVE**  
Centro de Apoio Operacional  
Secretaria de Estado de Governo





**PROTOCOLO:** 11.952.632-9

**INTERESSADO1:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA

**INTERESSADO2:** Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG

**ASSUNTO:** Regularização Fundiária - Imóvel Devoluto.

**DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1775/2014 - NJA/SEEG**

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, em cumprimento a Legislação de Terras, consoante o art. 54, inciso XXX da Constituição Estadual, solicita autorização governamental, em atendimento ao requerimento do Senhor Cláudio Henrique Pitelli (fls. 02), para regularização fundiária do lote nº 04, parte das Glebas 08 e 09, Colônia São Jerônimo, com aérea de 223,7538ha, localizado no município de Sapopema, Comarca Curiúva - PR.

O protocolado em apreço, já foi analisado pela Assessoria Jurídica do ITCG, mediante Parecer nº 108/2013 (fls. 27/29), que concluiu pela regularidade da instrução do processo e pelo deferimento do pedido da parte interessada, uma vez que o requerente preenche os requisitos legais para ser atendido na sua pretensão (sic).

Ademais, junta-se ao protocolado MINUTA DE LEI, fls. 33 e, mediante Parecer nº 037/2014 - DIJUR-ITCG, de fls. 36/39, a Diretoria Jurídica do Instituto esclarece tanto em relação a possibilidade legal de afastamento do processo licitatório para a regularização fundiária pretendida, quanto da necessidade da edição de decreto legislativo, indicando o dispositivo constitucional pertinente.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas, recomenda-se o encaminhamento deste protocolado ao Senhor Governador do Estado, para, a seu juízo, e sob os critérios da conveniência e oportunidade, determinar o envio de mensagem governamental a Assembleia Legislativa.

Curitiba-PR, 21 de maio de 2014.

**Raul Clei Coccaro Siqueira**  
Assessor - CTL/SEEG

**Miguel Campos**  
Procurador do Estado do Paraná  
Chefe da CTL/SEEG



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

REQUERIMENTO.


REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A VOTAÇÃO EM BLOCO DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DE AUTORIA DA MESA EXECUTIVA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a VOTAÇÃO EM BLOCO dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo, de autoria da Mesa Executiva: 09/2014; 02/2014; 06/2014; 07/2014; 08/2014; 03/2014; 04/2014; 05/2014.

Consigne-se que a matéria versada nas proposições mencionadas é semelhante, tratando-se de alienação de imóveis, sendo a sua constitucionalidade auferida conforme os pareceres apresentados, limitando-se a competência regimental desta Comissão.

Sala das Comissões, 01 de julho de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
Galine Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246

*revidido*  
*01.07.14*





PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 09/2014 de autoria da MESA EXECUTIVA que *'Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para a alienação de imóveis'*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

Assunto: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO - AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO AO PODER EXECUTIVO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ.

Autor: MESA EXECUTIVA.

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 09/2014, de autoria da MESA EXECUTIVA, em atendimento a mensagem governamental nº 39/2014.

O PDL em análise objetiva autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência - ITCG, a alienar o imóvel descrito no artigo 1º do respectivo PDL.

Nos termos da mensagem encaminhada pelo Poder Executivo:  
*A presente proposição é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da legislação federal (Lei Federal nº*



**PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ**

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



*8.666/93: dispensa de licitação: Art. 17, inc. I, alíneas f e g ) e estadual (Estatuto Estadual de Terras : Lei Estadual nº 7.055/1978: Art. 21 e seguintes) que regulam a matéria, assim como, ajustando-se ao referido mandamento contido no Art. 54, inc. XXX e no Art. 156, ambos da Constituição do Estado do Paraná, objetiva a regularização da área ao seu legítimo ocupante que vem explorando-a adequadamente e em conformidade com as exigências legais, de modo a fazer com que se cumpra sua função social (exceto da mensagem governamental nº 39/2014-fls. 04).*

E ainda, continua:

*[...] [ressalta-se] que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através de expedientes protocolados sob nº 5.894.656-7-SID, o qual foi objeto de pronunciamento favorável do Instituto das Terras, Cartografias e Geociência, autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos SEMA, e do Núcleo Jurídico junto à Secretaria de Estado de Governo, unidade da Procuradoria Geral do Estado, dele constando, inclusive, laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida. (exceto da mensagem governamental nº 39/2014 - fls. 04)*

Na sequência o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais.

É O RELATÓRIO.





## II ANÁLISE E VOTO

Passo para a análise da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, conforme a competência Regimental desta Comissão (art. 33-A<sup>1</sup>, RIALEP).

Consigne-se que a análise ora realizada é de fundamental importância uma vez que se presta exatamente para evitar a introdução no ordenamento jurídico de norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação.

Em relação aos proponentes, inegavelmente, são legítimos para apresentar Projetos de Decretos Legislativos conforme se verifica na Constituição Estadual (art. 65<sup>2</sup>) e no próprio Regimento Interno desta Casa Legislativa (art. 124<sup>3</sup>).

Neste ponto, entendo necessário esclarecer que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consistem em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

<sup>1</sup> Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

<sup>2</sup> Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.(grifo meu)

<sup>3</sup> Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.(grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembleia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.*

*§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.*

Com efeito, o Regimento Interno, ao regulamentar as hipóteses para elaboração do Decreto Legislativo, menciona, em seu art. 121, §3º:

*Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos:*

*(...)*

*§ 3º Os projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembleia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:*

*(...)*

*X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembleia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.*

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Desta forma o PDL se encontra em consonância aos critérios exigidos em relação à constitucionalidade formal.

Em relação a constitucionalidade material, válido mencionar que a limitação de área, para efeito de alienação e concessão de terras públicas, com prévia autorização do





Legislativo, é regra que vigora desde a Constituição Federal de 1934, que, no artigo 130, estabelecia, como objeto para cada um desses atos jurídico-administrativos, o limite de dez mil hectares.

A limitação em si fora mantida nas Constituições posteriores, mas o tamanho da área de terra que, para ser alienada ou concedida, foi alterada.

Atualmente, se verifica no artigo 49, inciso XVII<sup>4</sup> da Constituição Federal (CF), a determinação de que é competência exclusiva do Poder Legislativo aprovar previamente a alienação ou a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares. De mesma sorte, o artigo 188, §1º<sup>5</sup> da CF, vem no mesmo sentido do mencionado dispositivo, ao exigir a aprovação prévia do Congresso Nacional, para se efetivar a concessão ou alienação de terras públicas.

Outrossim, considerando o princípio da simetria, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como competência privativa do Poder Legislativo a aprovação prévia para alienação ou concessão de terras públicas, desde que a doação pretendida ultrapasse cem (100) hectares, conforme se depreende do artigo 54, inciso XXX, *in verbis*:

*Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:*

<sup>4</sup> Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

<sup>5</sup> Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.



(...)

*XXX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a 100 (cem) hectares, ressalvado o disposto no art. 49, XVII, da Constituição Federal;*

Do mencionado dispositivo decorre, sem grande esforço hermenêutico, que as alienações ou concessões de terras públicas com áreas superiores aos limites constitucionais (100 hectares) impõem necessidade de autorização prévia do Poder Legislativo, e por consequência são evitadas do vício de inconstitucionalidade, quando não lhes preceda a indispensável autorização.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Ainda, com relação a alienação do imóvel deve ser observado no caso em apreço que há documentos que comprovam a posse do imóvel pelo adquirente há vários anos e neste sentido não se pode negar que tal documento gerou de certa forma nos então outorgados a segurança jurídica da posse do imóvel.

Ora, assim como no direito alemão, francês, espanhol e italiano, o ordenamento brasileiro revela, na expressão de sua unidade sistemática, e, na sua aplicação, vem reverenciando os princípios ou subprincípios conexos da segurança jurídica e da





proteção da confiança, sob a compreensão de que nem sempre se assentam, exclusivamente, na observância da pura legalidade ou das regras *strictu sensu*. Isto significa que situações de fato, quando perdurarem por largo tempo, sobretudo se oriundas de atos administrativos, que guardam presunção e aparência de legitimidade (a exemplo da escritura pública), devem estimadas com cautela quanto à regularidade e eficácia jurídicas, até porque, enquanto a segurança é fundamento quase axiomático, perceptível do ângulo geral e abstrato, a confiança, que diz com a subjetividade, só é passível de avaliação perante a concretude das circunstâncias.

*A fonte do princípio da proteção da confiança está, na boa-fé do particular, como norma de conduta, e, em consequência, na ratio iuris da coibição do venire contra factum proprium, tudo o que implica vinculação jurídico da Administração Pública às suas próprias práticas, ainda quando ilegais na origem. O Estado de Direito é sobretudo Estado de confiança.* (excerto STF - ACO 79, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 15-3-2012, Plenário, DJE de 28-5-2012.)

E a boa-fé e a confiança dão novo alcance e significado ao princípio tradicional da segurança jurídica, em contexto que, faz muito, abrange, em especial, as posturas e os atos administrativos, relevando a importância decisiva da ponderação dos valores da legalidade e da segurança, como critério epistemológico e hermenêutico destinado a realizar, historicamente, a ideia suprema da justiça.

Por fim, não existe restrições para a aprovação da autorização legislativa pretendida neste PDL ressaltando tão



somente, que a alienação, por óbvio, deverá obedecer aos procedimentos previstos na legislação aplicável a espécie.

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer óbice para a aprovação do presente PDL em sede desta Comissão de Constituição e Justiça.

É O VOTO.

### III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, entendo pela APROVAÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 09/2014, de autoria da Mesa Executiva.

Sala das Comissões, 01 de Julho de 2014.

Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER

Dep. Tadeu  
Jeneri

01/07/14

APROVADO

01.07.14





## PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Parlamentar - Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



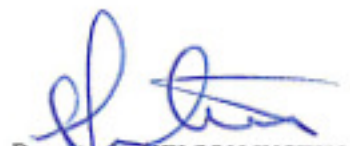
### ERRATA AO PARECER DA CCJ

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/2014

- i. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 09/2014, o qual teve sua constitucionalidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta e.Casa Legislativa. Na oportunidade, o Parlamentar que ora subscreve, foi o relator da matéria em apreço, exarando parecer pela APROVAÇÃO, conforme a fundamentação ali contida;
- ii. Ocorre, que erroneamente constou que a autoria do PDL seria da "MESA EXECUTIVA".
- iii. Logo, trata-se de mero **vício material**, uma vez que a autoria da proposição é do Deputado VALDIR ROSSONI e Deputado PLAUTO MIRÓ, Presidente e Primeiro Secretário, respectivamente, desta e.Casa Legislativa, em atendimento a Mensagem oriunda do PODER EXECUTIVO.
- iv. Assim, com o objetivo de se evitar rasuras no parecer retro e sanar o vício material em comento, apresenta-se a presente errata para que, aonde **se lê "MESA EXECUTIVA" LEIA-SE "DEPUTADO VALDIR ROSSONI E DEPUTADO PLAUTO MIRÓ"**.
- v. Destarte, não havendo qualquer alteração na essência ou matéria ventilada no mesmo, bastando o presente para sanar o vício material.

Curitiba, 28 de Outubro de 2014.

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputado NELSON JUSTUS  
Presidente da CCJ

  
Caline Gondim  
Coordenadora da CCJ  
Mat. 6246



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 09/14**

**RELATÓRIO**

A Proposta em análise de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miro, é oriunda do Poder Executivo – Mensagem nº 039/14, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a alienar a Cláudio Henrique Pitelli, o Lote nº 04, parte das Glebas 08 e 09, Colônia São Jerônimo, com área de 223,7538 ha, localizado no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto ao processo legislativo, no art. 54, inciso XXX, da Constituição Estadual, quando se trata de área superior a 100 (cem) hectares. Sendo assim a necessidade de buscar a aprovação da Assembleia Legislativa.

De igual modo, a Constituição Estadual em seu Art. 10, dispõe sobre a alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia.

Constata-se ainda que, o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do protocolado nº 11.952.632-9-SID, e que obteve o pronunciamento favorável da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, inclusive com laudo técnico de vistoria e demais documentos que fundamentam a medida.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**CONCLUSÃO**

Diante do acima exposto, esta Comissão de Finanças,  
manifesta-se pelo parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 04/12/14

*Jonas*  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE**

*Enio*  
**DEPUTADO ENIO VERRI**  
**RELATOR**

*Wilton*  
*Elis*  
*Waldyr*